Maria Teresa Meireles Lima da Silveira Rodrigues Ribeiro

DA DIVERSIDADE DO FEMININO E DO MASCULINO À SINGULARIDADE DO CASAL

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Lisboa

2002

Maria Teresa Meireles Lima da Silveira Rodrigues Ribeiro

DA DIVERSIDADE DO FEMININO E DO MASCULINO À SINGULARIDADE DO CASAL

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade de Lisboa

2002

Maria Teresa Meireles Lima da Silveira Rodrigues Ribeiro

DA DIVERSIDADE DO FEMININO E DO MASCULINO À SINGULARIDADE DO CASAL

Dissertação de doutoramento em Psicologia
(Psicologia Social – disciplina de Psicologia Social Clínica)
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Lisboa

Orientação Científica:
Professor Doutor Francisco X. Pina Prata
Professora Doutora Maria Emília Costa

2002

Aos meus pais

Ao Chico

Às nossas filhas

Mariana, Joana e Francisca

Agradecimentos

Escrevo estas palavras de agradecimento terminado o trabalho, mas elas estão no princípio, onde devem estar. Se não fossem as pessoas a quem quero agradecer, não teria chegado a esta etapa tão importante na minha formação como docente, investigadora e psicóloga.

Neste momento último de escrita, surgem-me pensamentos e sentimentos contraditórios – alegria pela sensação de trabalho concluído e de satisfação pelo que aprendi; vazio e sensação de irreversível, por já não poder modificar nada, por não poder melhorar.

A preparação de uma dissertação de doutoramento, embora seja um momento do percurso profissional, exige uma implicação pessoal intensa e prolongada que se repercute nos que nos rodeiam. A atenção que não se dá.... Os projectos que se adiam....As minhas filhas a crescer, e o não querer perder nada da vida delas. Houve muitos momentos em que desejei que o tempo parasse, que os acontecimentos ficassem suspensos à minha espera. Mas a Vida não é assim e ainda bem. Depois, houve doenças e desgostos grandes na família alargada. O que senti, vivi e sofri está em muitas entrelinhas desta tese. Foi assim. E a tese teria sido outra, noutras circunstâncias. Muito provavelmente teria sido um percurso mais rápido e mais linear, mas não tão vivo e real, penso eu....

Mas há, também, o lado divertido da situação. Houve uma expressão verbal que me 'perseguiu' nos últimos meses (ano!) Aparecia em cores e movimentos diferentes no screen – saver *do meu computador, quando fazia uma pausa no trabalho. Afirmava "Está quase!". Tinha sido colocada pelo meu marido com o objectivo de me incentivar, de me animar, de me dar força para o final que todos desejávamos próximo. Mas o tempo passava e a tese nunca mais terminava. O "Está quase !" parecia cada vez menos verdade. Em vez de, subtilmente, substituir a dita frase, disse-me que acrescentaria quantos "quase" fossem necessários, até se tornar mesmo real que estava terminado. Já a podemos substituir, agora!*

Muitos foram os que contribuíram decisivamente para a realização deste trabalho. Não podendo nomear todos os que me têm ajudado a ser quem sou, vou referir apenas aqueles que participaram de um modo mais directo na concretização deste trabalho e a quem muito agradeço.

Ao Professor Doutor Pina Prata e à Professora Doutora Maria Emília Costa, orientadores científicos deste trabalho, agradeço o saber que partilharam, os desafios que me foram colocando na clareza conceptual e no rigor metodológico. Ao Professor Pina Prata, por tudo o que aprendo com ele - lembro-me, como se fosse hoje, da primeira aula de Psicologia Social que me deu sobre 'O Pensador' de Rodin –, pela sua profunda amizade. À Professora Maria Emília Costa, expresso o meu reconhecimento e gratidão pelo apoio incondicional na

realização deste projecto, pela ligação permanente dos conhecimentos à experiência clínica, pela sua ternura.

À Professora Doutora Adelina Lopes da Silva, agradeço toda a confiança que depositou em mim e todo o apoio que me proporcionou.

Aos Professores Doutores Mary Anne Fitzpatrick e Donald Baucom, expresso o meu reconhecimento por terem autorizado a utilização dos seus instrumentos na investigação e pelo interesse que demonstraram ao fornecerem, posteriormente, textos adicionais.

De entre as pessoas sem as quais dificilmente teria feito este trabalho destaca-se a minha amiga e colega Isabel Narciso. Houve mesmo uma fase em que as palavras dela foram decisivas e, nos diversos momentos do percurso académico que temos feito juntas, sempre me fez sentir capaz de realizar tudo. Um imenso obrigada pela dedicação e rigor com que fez a revisão final do texto e por todas as sugestões, pela partilha de ideias, pela amizade sem fim.

Aos que na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (UL) me apoiaram e criaram as condições necessárias à implementação deste projecto e à elaboração desta dissertação, designadamente a possibilidade de usufruir do tempo necessário para tal, expresso a minha sincera gratidão.

Aos meus colegas Profª Doutora Isabel Narciso e Dr. Wolfgang Lind, por terem dado, com uma imensa generosidade, as aulas e orientado os estágios que me estavam atribuídos.

Aos meus colegas Dr. Luís Curral e Dra. Fernanda Bento, agradeço o seu paciente auxílio estatístico na primeira fase de uma imensidão de dados e, depois o esclarecimento de dúvidas que iam surgindo. À Dra. Joana Oliveira, por me ter ensinado a fazer análises confirmatórias. Ao Dr. Mário Ferreira, o empenho que colocou em resolver os problemas estatísticos que lhe colocava.

Agradeço, muito reconhecida, a todos os colegas, alunos e amigos que me proporcionaram os contactos para poder constituir as amostras de que precisava para a realização da investigação e a todos os alunos que, prontamente, se disponibilizaram para a administração dos questionários.

Um sincero agradecimento aos casais que se dispuseram a participar no estudo, desde os que responderam aos questionários e escalas, até aos que aceitaram partilhar mais profundamente a sua vida em entrevistas.

À Dra. Conceição Ramos, pela sua preciosa colaboração na realização e classificação das entrevistas, e pela estimulante troca de ideias.

À Professora Doutora Paula Mena Matos, pela prontidão com que respondeu aos meus pedidos bibliográficos, pelas sugestões que fez relativamente ao estudo da vinculação, pelo saber que generosamente me ofereceu.

Aos colegas mais próximos que se interessaram e de várias formas contribuíram para que conseguisse levar a bom termo este trabalho, o meu sincero agradecimento. Deles, em

especial da Profª. Maria José Chambel, do Dr. Luís Curral, da Profª. Rosa Novo, da Profª. Helena Rebelo Pinto, da Profª. Maria do Rosário Lima, do Prof. Frederico Marques, da Profª. Salomé Santos, da Profª. Helena Marujo, da Profª. Odília Teixeira, da Dra. Nina Prazeres guardo gestos de força, incentivo e confiança.

À minha família e amigos, sempre próximos e presentes, agradeço a disponibilidade permanente para ajudar, muitas vezes lembrando-se de sair com as minhas filhas, por todo o afecto com que me acompanharam neste longo percurso.

À Rucha, amiga de sempre e para sempre, o meu agradecimento pelo carinho com que me rodeou, mais uma vez, nesta fase da minha vida.

Ao meu cunhado Álvaro, agradeço, especialmente, a paciência com que me livrou de muitos 'apuros informáticos'.

À Maria João Vieira, agradeço a dedicação com que, ao longo destes anos, tem cuidado das minhas filhas e da nossa casa, esforçando-se para que eu tivesse todas as condições para trabalhar.

Para os meus pais não há palavras que cheguem para agradecer tudo o que me têm ensinado com muito amor, a confiança e o carinho com que sempre rodearam. Mais proximamente, as vezes, sem conta, em que me substituíram junto das minhas filhas, o cuidado com que fizeram a revisão das versões dos capítulos que iam ganhando forma.

Um agradecimento de muito amor e ternura às minhas filhas Mariana, Joana e Francisca, pela sua compreensão e paciência, pelas suas manifestações de carinho para comigo. À Mariana e Joana, por terem revisto muitas referências bibliográficas, detectando erros que eu já não conseguia ver, à Francisca pelos seus desenhos e cartões com que coloria as paredes do meu local de trabalho.

Uma última palavra para o Chico que, melhor do que ninguém, sabe o significado deste trabalho. Para além do seu olhar sensível, inteligente e divertido sobre tudo e da sua infinita capacidade de me surpreender, o amor que temos um pelo outro...dá sentido à vida, permitindo enfrentar os desafios mais difíceis.

Índice Geral

Capítulo III – Conjugalidade e Género

Capítulo IV – Metodologia

Capítulo V – Estudos de Adaptação de Instrumentos

Capítulo VI – Estudos Empíricos Preliminares

Capítulo VII – Estudo de Casos

Conclusões 549

Introdução

"A maior ciência no mundo, no céu e na terra, é o amor."
(Madre Teresa, 1984)

"....pomos o pensamento de tudo quanto amamos em tudo quanto fazemos..."
(J.R.Tolkien, 1966)

O tema proposto – "Da diversidade do feminino e do masculino à singularidade do casal" – fundamenta-se em literatura científica sobre diferenças e semelhanças de sexo e género nas relações, especialmente nas relações de conjugalidade em que se destacam e coexistem os papéis conjugais, parentais e profissionais. Este tema insere-se, mais directamente, na Psicologia da Família e tem subjacentes conceitos provenientes das suas raízes teóricas - a Teoria Geral dos Sistemas e a Teoria da Comunicação - e das disciplinas de psicologia mais directamente relacionadas - a Psicologia Social, a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicologia Social Clínica e a Terapia Familiar (Johnson & Lebow, 2000; Markman, 1992; Pinsof, 1992).

Existe uma vasta literatura científica sobre este tema, referente a investigação teórica e empírica, permanecendo todavia um debate aceso sobre o impacto do género nas relações conjugais e familiares, o que justifica a relevância e o interesse científico do tema.

Apesar de se reconhecer que o género (feminino e masculino) é uma categoria antropológica fundamental (Philpot & Brooks, 1995) e um princípio organizador central na sociedade e nas interacções sociais do dia-a-dia (Cook, 1990), tem havido um progresso mínimo em ajudar homens e mulheres a compreender o mundo experiencial um do outro. Assiste-se, antes, a uma polarização entre os sexos em diversas áreas, com cada lado investido em converter o outro ao 'lado certo'. Parece ser necessária uma mudança de 2ª ordem (Watzlawick *et al.*, 1974) que permita aos casais sair das suas posições e enriquecer os seus mapas cognitivos o suficiente para oferecer uma abordagem em que os dois e as relações ganhem. Parecem ser, pois, necessárias, novas e criativas soluções para as interacções homem-mulher, em casal.

Vivemos numa cultura em mutação que coloca bastante ênfase na flexibilidade de papel, ou seja na capacidade de incorporar características quer masculinas quer femininas, que vão para além de constrangimentos de papel de género. Mas, mais do que mudanças superficiais nos papéis, seria necessário transformar a natureza habitual

das relações entre os sexos. Focando os sistemas, em vez dos indivíduos, como unidades de intervenção, uma orientação dos sistemas familiares torna possível alargar o foco de modo a incluir todos os ecossistemas sócio-culturais relevantes (Philpot, 1990). Isto porque, 'ser mulher' e 'ser homem' cria as experiências de relação, quer através da forma como estimula outros a comportarem-se relativamente a nós, quer como influencia o nosso próprio comportamento relativamente a outros. A conexão entre o individual e a relação é, também, circular. Procuramos relações e modelamo-las; também somos mudados por elas (Thompson, 1988; Winstead, Derlega & Rose, 1997).

Assim, o primeiro fio condutor desta investigação poder-se-ia traduzir na seguinte questão :

"Como é que a relação conjugal e familiar é influenciada pelo género e como é que os casais re-criam o significado de género?"

Dito de outra forma, actualmente não há um modelo único de conjugalidade e de parentalidade. Cada casal constrói a sua identidade de casal e de pais, fazendo a gestão das diferenças de género, ou seja, ajustando o que se espera de **um homem** e de **uma mulher**, de um pai e de uma mãe, em casal, com o que **aquele homem** e **aquela mulher** específicos pretendem ser enquanto indivíduos, casal e família.

Sendo este tempo em que vivemos um momento de transição e mudança, há dificuldades concretas com que os casais se defrontam nas suas tentativas de alcançar uma partilha mais igual num contexto social que continua a operar sob a ideologia dos papéis de género separados. Mais concretamente, por exemplo, nos chamados casais de duplo emprego *(dual-earner)* e nos de dupla carreira (*dual-career*)[1], como é que os casais se organizam e resolvem os conflitos que surgem em função das diferenças de género? Conflitos esses que podem surgir baseados em diferenças nos pressupostos sobre os papéis de género dos cônjuges e pais na relação, ou podem ocorrer sobre como comunicar quando os casais tentam lidar com os desacordos. Com efeito, comunicação é uma tarefa principal para os casais, e as diferenças entre os estilos típicos de comunicação dos homens e das mulheres constituem uma fonte potencial de conflito no casamento. No que se refere, por exemplo, à intimidade, a pesquisa bibliográfica sobre o tema (Kenny & Acitelli, 1994) revela que maridos e mulheres parecem ter diferentes

Conflitos de Género

Conflitos de estilos de comunicação

[1] A maioria dos investigadores diferencia entre famílias de 'dupla carreira' e famílias de 'duplo emprego'. O critério de diferenciação é a extensão em que os cônjuges vêem o seu trabalho remunerado como emprego ou como carreira. Trabalho remunerado é definido como carreira em vez de emprego, na medida em que requer escolaridade e treino, é pensado em termos de realização e promoção continuadas e encarado como 'o trabalho da vida' (Steil, 1997).

visões de intimidade e que as diferenças na socialização feminina e masculina criam um conflito conjugal comum: as mulheres querem mais proximidade, enquanto os homens querem mais autonomia.

Cada casamento enfrenta, portanto, a certeza de alguns tipos de problemas de relação. Para Markman (*et al.*,1988; 1992), mais importante que as diferenças entre os membros dos casais é a forma como se lida com essas diferenças. A incapacidade dos cônjuges para lidar com os seus problemas tem sido vista como um dos factores mais poderosos a contribuir para a insatisfação e dissolução conjugais (Gottman & Silver, 1999/2000; Rusbult *et al.*, 1991; Storaasli & Markman, 1990; Winstead, Derlega & Rose, 1997). De facto, enquanto alguns elementos dos conflitos fortalecem as relações outros são destrutivos e preditores de separação ou divórcio (Gottman, 1991, 1993b).

Os estudos realizados sobre os equilíbrios possíveis (igualdade *versus* desigualdade; simetria *versus* complementaridade; Watzlawick *et al.*, 1967) em relações conjugais nas quais se procura conciliar tudo[2], para ambos os cônjuges, - ser casado, ter filhos e ter uma carreira profissional - encontram casais com padrões de funcionamento diferente (Winstead *et al.*, 1997). Fitzpatrick (1988, 1995), por exemplo, concluiu das suas investigações que 'ser e estar casado' pode significar uma variedade de tipos diferentes, consoante as perspectivas dos cônjuges relativamente à vida em geral, o casamento e os papéis que maridos e mulheres devem desempenhar. Por outro lado, sabemos que há casais para quem a resolução das dificuldades e das diferenças não passa por pôr em causa a sua relação; há outros casais para quem as dificuldades, os conflitos sobre as diferenças são uma confirmação de que a relação já não faz sentido e há que a terminar. O que há de diferente num e noutro caso? Como é que os casais fazem a resolução dos conflitos em função das diferenças de género? Como é que o género influencia o processo de manutenção da relação? - constitui outro conjunto de questões a que esta investigação pretende responder.

Dado o tema escolhido para a presente tese, dois pontos importa esclarecer previamente: - a nossa posição em relação ao género;

- a nossa posição em relação à ciência.

Trabalhos em que o conceito de género surge como central suscitam, habitualmente, questões polémicas designadamente o facto de os investigadores

[2] A situação dos dois cônjuges trabalharem fora de casa e serem pais é a situação mais comum nos países europeus. "*aliás favorecida pelos políticos e também pela situação geral no que respeita às possibilidades económicas e ao elevado nível de habilitações literárias das mulheres*" (Matláry, 1999/2002, p.94).

permitirem que as suas crenças influenciem as investigações. Apesar de concordarmos que algumas abordagens científicas nem sempre trataram as mulheres com imparcialidade, quer como investigadoras quer como participantes em investigação, continuamos a considerar (ao contrário de algumas correntes feministas) que é na ciência que existe a melhor oportunidade para a compreensão do género. Não pretendemos adoptar nenhum ponto de vista – de homens ou de mulheres – e usá-lo como padrão, como se existisse, para além da diferença, um melhor do que o outro. Pretendemos, antes, estudar o comportamento e o contexto social em que ambos e cada um - mulher e homem - funcionam no âmbito de relações muito específicas – as relações de conjugalidade.

No que se refere a uma perspectiva pós-modernista *versus* tradicional ou positivista da ciência[3], não concordamos com o pressuposto principal da primeira segundo o qual a ciência não espelha a realidade, mas cria-a – isto é, fazendo da ciência um processo de invenção em vez de descoberta (e.g. Howard, 1991). Pensamos, de facto, não ser possível obter uma percepção da realidade que não seja mediada, e que os resultados das investigações representam, mais do que espelham, a realidade. Mas, para além disso, também pensamos que algumas destas representações da realidade são melhores do que outras.

E, se algumas representações da realidade são melhores do que outras é porque se aproximam mais dos factos empíricos. Em investigação científica procuramos uma aproximação à 'verdade', mesmo que essa 'verdade' não seja conforme com as actuais visões politicamente correctas (e.g. se homens e mulheres são efectivamente diferentes e queremos prevenir a discriminação e encorajar a equidade, então é fundamental conhecer e compreender essas diferenças)[4].

---

[3] Os modelos positivistas da ciência, dominantes até metade do séc. XX, baseiam-se nos seguintes pressupostos: a) existência de um mundo real, independente da existência humana, sendo que, no campo específico das ciências comportamentais, a finalidade é a de explicar, prever e controlar o comportamento humano; b) as teorias científicas e as hipóteses devem ser testáveis através de observações empíricas replicáveis; c) a ciência é livre de valores.

Os modelos pós-modernistas da ciência defendem os seguintes pressupostos, como contraponto ao modelo tradicional: a) existência do mundo em função de como o percebemos e interpretamos, sendo que a finalidade é essencialmente social e política (e.g. melhorar a vida das pessoas ou desafiar ideologias dominantes e repressoras); b) as teorias científicas, as teorias do senso comum, a arte e a astrologia são perspectivados simplesmente como contributos diferentes e igualmente válidos de uma realidade mutável em função de forças culturais; c) a ciência não é livre de valores, estando antes enclausurada nos valores mais vastos da sociedade.

[4] Há, na Psicologia, investigadores que defendem que a ciência não deve investigar nem divulgar descobertas que possam manter ou justificar comportamento julgado inapropriado (e.g. as teorias evolutivas estariam erradas porque legitimariam a discriminação das mulheres, ao encontrarem justificação para as diferenças entre homens e mulheres). Infelizmente não são raras as aplicações

A questão central do pós-modernismo, uma vez que adopta o postulado do 'relativismo da verdade e da realidade', não reside em avaliar que teorias se adequam melhor (*fit*) aos factos, nem em avaliar se os factos produzidos pela investigação se adequam ao que é real (Framo, 1998)[5]. Em vez disso, a questão consiste em saber que valores e instituições sociais são favorecidas por cada uma das múltiplas versões da realidade (i.e. discursos) (Riger, 1998). No entanto, nos seus argumentos, os pós-modernistas adoptam frequentemente os mesmos critérios de veracidade, designadamente demonstrações empíricas, os quais tinham sido criticados como sendo relíquias da tradição positivista. Como conclui o psicólogo social Garth Fletcher (2002) "*Ao serrarem o ramo que defende os valores da racionalidade, da verdade e da crença num mundo que (pelo menos, em parte) é independente da cognição humana, os relativistas aparentemente não percebem que estão empoleirados no mesmo lado do ramo que tentam abater*" (p.10).

A ênfase pós-moderna na particularidade e na linguagem também desencoraja a procura de explicações causais. E, sem o conceito de causalidade social, só podemos descrever uma infinidade de experiências únicas e 'falar sem fim sobre fala'[6]. Continuamos a ter que procurar padrões causais no mundo social e a perguntar porque é que as coisas acontecem assim. As teorias necessitam de permanecer causais e temos que olhar quer para a semelhança regularizada quer para a diferença particular, na linha do que Pina Prata (1987, 2002) designa por consciência evolutiva. Usando múltiplos métodos e baseando-nos em diversas formas de conhecimento, podemos conseguir uma aproximação de conclusões tentativas sobre que explicações teóricas são mais plausíveis, por exemplo, para a desigualdade de género.

Concordamos, no entanto, com a posição pós-moderna segundo a qual a ciência não opera isolada da cultura circundante e, consequentemente, não é imune aos valores

---

negativas das teorias (nomeadamente da psicologia evolutiva) – a história da ciência está repleta de episódios em que pessoas preconceituosas e com poucos escrúpulos fizeram um mau uso da ciência - mas isso não deve impedir a investigação nem abalar o mérito científico das teorias.

[5] Framo ao reflectir sobre ' os cinquenta anos de terapia familiar' faz a seguinte auto-crítica "*...com o pós-modernismo interessamo-nos mais pelas ideias do que pelas pessoas. A terapia familiar afastou-se cada vez mais, parece-me, das dificuldades reais, concretas, da vida das famílias*" (1998, p.222). É ilustrativa a definição que Paré (1995), na revista *Family Process*, dá de família enquanto "*comunidade de interpretações ou de culturas que se recontam*" (p.1).

[6] Daí que seja reconsiderada a importância do "*...aval da metodologia científica, hoje cada vez mais o melhor garante de que se não está a discorrer impressionisticamente ou simplesmente a fazer poesia ou literatura.*" (Almeida, O. , in Goleman, 1997, p.13). No âmbito da terapia familiar esta é também a visão crítica de Minuchin (1999).

e crenças influentes[7]. Mas, entre a perspectiva de que 'nada se pode provar' e que conduz ao pós-modernismo e a perspectiva racionalista do positivismo (cuja posição ontológica é designada por 'realismo ingénuo', dado que pretende captar a realidade 'real' guiada por leis imutáveis), há todo um conjunto de possibilidades de realizar investigação científica. Essa investigação científica passará, nas palavras de Fletcher (2002), por uma "*avaliação inteligente das teorias disponíveis que explicam os factos, as quais fornecem os sinais dos melhores caminhos a seguir*" (p.19).

As abordagens científicas que procuram estudar as relações homens – mulheres (em termos de explicação, previsão e controlo da cognição e comportamento humanos) podem ser agrupadas de acordo com o nível de análise que privilegiam, não tendo que ser nem mutuamente exclusivas nem alternativas competitivas. Seguindo a classificação proposta por Ashmore e Del Boca (1986), a um nível micro, estariam os investigadores de orientação biológica que procuram compreender homens e mulheres em termos genéticos e hormonais, enquanto que ao nível macro do *continuum*, situar-se-iam os sociólogos, os cientistas políticos e económicos e os historiadores centrados em variáveis mais abrangentes, como as sociais. A um nível intermédio estariam as abordagens psicológica e psico-sociológica focando capacidades, interesses, personalidades e comportamentos de homens e mulheres e de ambos em relação[8]. Estas últimas abordagens, nas quais se situa o presente trabalho, implicam tanto a realidade mais externa (social), como a realidade mais interior (a representação psicológica dessa realidade), pelo que serão estabelecidas frequentes relações interdisciplinares. Com efeito, as diferentes teorias científicas das relações, ao focarem diferentes partes do complexo nexo causal subjacente ao comportamento humano, em vez de consideradas em conflito, podem ser proveitosamente complementares – finalidade que procuraremos alcançar sempre que, no presente trabalho, se entender adequado. Partimos do princípio de que cada pessoa, homem ou mulher, se estrutura a partir de relações de amor (na sua

[7] Quantas vezes, face a teorias que são repetidamente refutadas empiricamente, não tentamos a todo custo encontrar justificações (e.g. selecção ou dimensão da amostra, inadequação da análise estatística, interpretação teórica incorrecta) para esses resultados, em vez de as pôr de parte.

[8] No âmbito das abordagens psicológicas das relações íntimas, várias disciplinas se distinguem em função dos domínios de estudo, das questões colocadas e dos objectivos definidos: Psicologia do Desenvolvimento (desenvolvimentos dos laços emocionais e da vinculação na infância e desenvolvimentos das relações íntimas ao longo do ciclo de vida); Psicologia Evolutiva (compreensão das origens evolutivas do namoro, selecção do par sexual, comportamento sexual); Psicologia Social (compreensão do modo como as disposições cognitivas e comportamentais dos seres humanos interagem com as contingências externas para produzir comportamento interactivo, juízos sociais e emoções); Psicologia Clínica (previsão e controlo dos fenómenos relacionais); Psicologia da Família (compreensão e intervenção nos sistemas relacionais dos casais e das famílias).

família de origem, na família a que dará origem, nas relações que vai estabelecendo) e que, por sua vez, a sociedade também será influenciada e influenciará cada casal e cada família.

Ao considerarmos mulheres e homens, nas relações uns com os outros (em termos de pensamentos, sentimentos e comportamentos), podemos fazê-lo a três níveis: como indivíduos, representando categorias sociais e, como grupos sociais significativos. O tipo de questões que se podem colocar é, também consentâneo, com os níveis considerados. São de nível categorial e grupal as questões relativas ao modo como as categorias de género estão psicologicamente representadas, ou ao modo como mulheres e homens pensam e se avaliam como membros das categorias sociais feminina e masculina ou, ainda, sobre as crenças relativas a homens e mulheres. Já serão de nível mais individual, as questões referentes ao modo como mulheres e homens iniciam, mantêm e dissolvem relações amorosas, ou relativas ao modo como interagem em situação de grupo ou, ainda, ao tipo de relações de papel que juntam ou separam os sexos.

Relativamente às diferenças e semelhanças entre homens e mulheres importa fazer o recorte da área de estudo que nos interessa. E esta área prende-se com as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres que têm implicações no modo como se relacionam entre si, enquanto casal. Como todos os casais funcionam como unidade (relação) e como indivíduos (eu e tu) - o "1+1=3" (Caillé, 1991) -, é muito importante investigar as cognições, os comportamentos e os afectos e a sua inter-relação no funcionamento individual e conjugal. Os blocos construtores da Psicologia – cognição, afecto e comportamento – são, por natureza, interpessoais, relacionais.

Por último, uma referência a objecções que, por vezes, são colocadas relativamente ao estudo científico das relações entre homens e mulheres, designadamente, da conjugalidade. Por um lado, o receio de que estudar estes temas lhes retire o 'mistério' e a 'magia' inerentes (e.g. o que é íntimo deve permanecer íntimo), por outro, a afirmação de que esse estudo não resultará em nada mais que já não se conheça do senso comum (e.g. comunicação positiva conduziria a relações bem sucedidas; as mulheres seriam mais afectivas do que os homens os quais, por sua vez, seriam mais agressivos do que as mulheres). Primeiro que tudo, não conhecemos nenhuma evidência de que estudar um fenómeno o torne menos interessante ou 'encantador'. Em Psicologia, até se verifica o contrário; quantas vezes não valorizamos as nossas relações quando se vislumbra a complexidade subjacente a comportamentos

do dia a dia (e.g. namorar ou explicar o comportamento de alguém) que foram seriamente investigados. Para além disso, dos estereótipos (sobre homens, sobre mulheres e sobre relações homem-mulher) que são divulgados através da literatura da psicologia popular, alguns são falsos, outros verdadeiros, e outros parcialmente verdadeiros.

Num sentido de maior congruência com um quadro teórico que defende uma perspectiva de complexidade sistémica da conjugalidade – e, com ele, a necessidade de considerar o contexto, a multiplicidade de perspectivas e singularidade de casos, a causalidade circular e a complexidade, a dimensão processual dos fenómenos - a investigação será de índole predominantemente qualitativa. Com efeito, na investigação qualitativa é dado maior relevo aos processos e às significações procurando-se aceder a eles através dos participantes da investigação. Os métodos qualitativos por excelência são geradores de dados flexíveis, detalhados e sensíveis ao contexto de modo a permitir análises e explicações sobretudo holísticas (Mason, 1998). No entanto, na presente investigação, procedemos, também, à utilização simultânea de métodos quantitativos e qualitativos de recolha e análise de dados, procurando complementá-los sempre que possível e útil (Bottorff, 1997).

Situamos os objectivos finais para este trabalho a três níveis diferentes de contribuição científica: teórica, metodológica e pragmática. Relativamente ao primeiro e segundo níveis pretende-se realizar uma revisão teórica crítica dos estudos realizados sobre a inter-influência das semelhanças e diferenças de género com as relações conjugais e familiares e facultar, através da combinação de métodos qualitativos e quantitativos, um contributo original para a compreensão desses processos psico-sociais. A nível pragmático destaca-se o contributo que pretende dar para a intervenção, quer na vertente da prevenção quer na de terapia conjugal e familiar.

O trabalho encontra-se estruturado, para além da introdução e da conclusão, em sete capítulos.

Assim, no capítulo I – Das Relações Interpessoais às Relações de Conjugalidade – procuramos, através de uma revisão de literatura, destacar a centralidade das relações na condição do ser humano, estabelecendo um percurso conceptual que vai desde as relações interpessoais à especificidade das relações de conjugalidade, passando pelas relações de intimidade e de vinculação. Destacamos a conjugalidade como tema de estudo, procurando enquadrá-lo no contexto socio-cultural actual, caracterizando as dificuldades e desafios que se colocam. Apresentamos as principais teorias psicológicas

Principais teorias psicológicas da conjugalidade

da conjugalidade e destacamos dois modelos - o primeiro, relativo às relações de intimidade (Fletcher, 2002) e o segundo, relativo às relações de conjugalidade (Fitzpatrick, 1988, 1993) – que consideramos 'lentes' importantes na compreensão da conjugalidade, ao procurarem articular os processos cognitivos, afectivos e comportamentais inerentes ao funcionamento individual e relacional, numa perspectiva sistémica.

O capítulo II, que intitulámos Sexo e Género, introduz outro constructo importante no presente trabalho. Através de uma síntese da revisão de literatura sobre o tema, procuramos caracterizar a problemática teórica e de investigação em que se tem situado. O confronto entre as diferentes linhas de investigação e a identificação das principais limitações conceptuais e metodológicas, permitiu concluir da sua complexidade e da necessidade de interdisciplinaridade no seu estudo, constituindo fundamento para os objectivos e metodologia adoptada na parte empírica do trabalho.

No capítulo III – O Feminino e o Masculino na Conjugalidade - propomo-nos abordar o género na conjugalidade, realizando um percurso conceptual e de investigação que vai de uma análise 'macro' – centrada nos diferentes papéis de género intervenientes na conjugalidade e respectiva inter-influência – para uma análise 'micro' – centrada nos processos cognitivos, afectivos e comportamentais envolvidos nas interacções conjugais entre marido e mulher. A revisão crítica que realizámos da literatura também serve de fundamento ao estudo empírico que se propõe.

No capítulo IV, intitulado Metodologia, procuramos realizar o enquadramento metodológico da investigação empírica realizada. Após justificar a opção pela investigação qualitativa com utilização simultânea de métodos quantitativos e qualitativos, apresenta-se o desenho da investigação (questão inicial, quadro de referência conceptual, objectivos, questões de investigação e hipóteses). Na estratégia metodológica de investigação procedemos, separadamente para os estudos empíricos quantitativos e para o estudo de casos, à explicação da selecção das amostras, dos métodos utilizados na recolha (e.g. descrição dos instrumentos utilizados nos estudos preliminares e, guião de entrevista, no estudo de caso) e na análise dos dados. Terminámos com uma síntese gráfica dos principais estudos (e respectivas variáveis), constituintes das etapas da investigação.

O capítulo V – Estudos de Adaptação de Instrumentos – inclui a descrição e análise dos estudos de adaptação à língua portuguesa de três instrumentos de auto-avaliação: Escala de Dimensões Relacionais, Questionário de Atributos Pessoais e

Inventário de Padrões Relacionais Específicos. A Escala de Dimensões Relacionais foi utilizada por razões que derivam do objectivo identificado para este estudo, designadamente as definições que os cônjuges fazem da sua relação conjugal (nas dimensões de ideologia, interdependência e conflitos), as quais, associadas, permitem chegar a *tipos conjugais*. Por sua vez, a Escala de Atributos Pessoais, avalia os níveis de *expressividade* e de *instrumentalidade* em cada um dos cônjuges. Finalmente, o Inventário de Padrões Relacionais Específicos permite avaliar, de cada cônjuge, a presença ou não de *padrões* orientados para a relação, a existência ou não de satisfação com o padrão conjugal bem como o grau de incómodo quando o padrão conjugal não é conseguido.

No capítulo VI, que designámos por Estudos Empíricos Preliminares, apresentamos três estudos com amostras de adultos casados, que realizámos com o objectivo de investigar padrões de relações entre variáveis, designadamente caracterizar tipos conjugais, que pretendíamos, posteriormente, aprofundar no Estudo de Casos. Em cada um dos estudos, procedemos à apresentação dos objectivos e questões de investigação, à apresentação e discussão dos resultados e a uma conclusão.

No capítulo VII – Estudo de Casos – descrevemos o estudo de trinta casais[9] e procedemos à sua análise comparativa por grupos, relativamente às variáveis consideradas. Realizamos, também, a discussão dos resultados, integrando-os (os resultados provenientes da entrevista e dos outros instrumentos considerados) e articulando-os com a reflexão gerada a partir da síntese da revisão de literatura que realizámos nos três primeiros capítulos.

Finalmente, com as Conclusões, pretendemos uma síntese final dos aspectos mais relevantes do trabalho, salientando o percurso teórico e metodológico realizado. Procedemos, ainda, a uma análise crítica do mesmo e propomos continuidades do trabalho, no que se refere a investigação futura e a intervenção preventiva ou terapêutica.

Resumidamente estes são os diferentes capítulos da tese. Sistemicamente, todos têm um pouco de tudo e, por isso, cada capítulo evolui, recursivamente, da informação existente nos restantes. Assim, cada parte está no todo e o todo está, também, em cada parte.

[9] A leitura deste capítulo pode ser complementada com a descrição e análise de cada um dos casos e que se encontra no Apêndice a este trabalho.

Capítulo I – Das Relações Interpessoais às Relações de Conjugalidade

"Autant la diversité humaine est visible, autant l'unité humaine est devenue aujourd'hui invisible pour les esprits qui ne connaissent qu'en morcelant, séparant, cataloguant, compartimentant. Ou alors, ce qui apparaît aux esprits abstraits est une unité abstraite, qui occulte les différences. Il faut concevoir l'unité multiple ... » (Edgar Morin, 2001, p.53)

1. Introdução

Os seres humanos, homens ou mulheres, sendo únicos e múltiplos, como refere Morin (2001), existem em relação. E as relações interpessoais desempenham um papel de tal modo central no desenvolvimento do ser humano, facilitando ou dificultando esse desenvolvimento, que podemos afirmar que "*este poder das relações conduz à necessidade de conceptualizar o indivíduo como parte de uma matriz relacional desde o início da sua vida*" (Canavarro, 1999, p.9).

De facto, cada um de nós, em cada uma das fases do desenvolvimento, está constantemente a procurar o ponto de equilíbrio entre 'ser unido aos outros' e 'ser autónomo'. Esse ponto de equilíbrio coloca-se de uma forma muito especial na fase do ciclo de vida em que se forma o casal e nas que se seguem e são vividas enquanto casal. Com efeito, a díade conjugal, ao longo do seu desenvolvimento, passa por diferentes transições que exigem esforços constantes de mudança e adaptação sendo que, conforme afirma Costa (1994), "*a questão básica da relação conjugal é a dialéctica do conflito entre autonomia e intimidade*" (p.35).

Quando um casal se constitui, para além das outras relações interpessoais anteriores e das que irão surgindo, passa a existir uma ligação muito especial entre os membros do casal, ligação essa que, frequentemente, para além de ser determinante das outras relações é, também, determinada por elas (Rankin-Esquer, Burnett, Baucom, & Epstein,1997). É nesse sentido que Caillé (1991) afirma que "1+1=3" referindo-se a cada um dos membros do casal e ao seu modelo específico - o absoluto de casal "*...ali, onde não havia nada, dois indivíduos viram um casal e tendo-o visto criaram-no*" (p.40). No processo de formação e de consolidação do casal, marido e mulher diferindo

pelo seu sexo, pela sua identidade, pela sua própria história, pela cultura da família de origem, vão fazer uma síntese operante - o "nós" – a relação.

E, assim como cada ser humano é único e irrepetível, cada casal (aquela mulher com aquele homem) é, também, único e irrepetível. Não há outro igual no mundo. Simultaneamente, todos os seres humanos têm em comum os traços que fazem, nas palavras de Morin (2001), a humanidade da Humanidade: "*uma individualidade e uma inteligência de tipo novo, uma qualidade cerebral que permite o aparecimento do espírito, o qual permite o aparecimento da consciência*" (p.54). Todos os casais, por sua vez, têm em comum uma relação com características de uma tal especificidade - o casal como "*construção autónoma, uma invenção original dos dois*" (Caillé, 2001) - que se distinguem das demais relações interpessoais.

Há, portanto, uma unidade humana e uma diversidade humana. Há unidade na diversidade e há diversidade na unidade humana. E, assim como a unidade não está somente nos traços biológicos, também "*a diversidade não está somente nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Há também uma diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana, e há uma unidade mental, psíquica, afectiva. Esta unidade-diversidade vai da anatomia ao mito. Em todas as coisas humanas, a extrema diversidade não deve mascarar a unidade, nem a unidade inata mascarar a diversidade (...) Isto é fácil de compreender, mas difícil de integrar, uma vez que os espíritos recaem na disjunção que, no seio da nossa cultura, domina o seu modo de conhecimento. Só podem perceber ou uma unidade abstracta ou diversidades em catálogo. É o problema epistemológico–chave de um conhecimento e de uma compreensão do humano*" (Morin, 2001, p.59).

O mesmo se aplica aos casais, a necessidade de conhecer e compreender estruturas e processos comuns a todos os casais sem, no entanto, perder a sua singularidade, a sua identidade de casal único e irrepetível. A necessidade de encontrar padrões conjugais sem perder a especificidade de cada casal, a necessidade de tipificar sem perder a visão sistémica de cada casal.

Sendo frágil a relação do casal actual, como se pode constatar, não deixa de ser, também, uma entidade forte, sobretudo devido à sua flexibilidade de adaptação aos diferentes contextos de tempo e de espaço. De facto, é uma estrutura sem concorrente real na cultura, em parte devido ao seu fundamento biológico de continuidade da espécie, em parte devido ao espaço rico de relações afectivas em que se tem vindo a transformar (Ribeiro, 1997). Paul Jonckheere (2000) refere-se "*a conjugalidade para*

designar a essência do projecto conjugal e nomeadamente a aspiração profunda, aparecida desde há muitos milénios, de realizar uma união duradoura, apoiando-se numa atracção comum, na promessa de fidelidade e de perenidade relativamente ao desejo de fundar uma família" (p.11).

O presente trabalho centra-se, precisamente, no estudo desse tipo muito específico de relações interpessoais – as relações de conjugalidade. Para compreendermos bem a sua especificidade é necessário começar por perceber a teia de conceitos dos quais deriva e com os quais está relacionado.

2. As Relações Interpessoais

"Ao longo das encruzilhadas do teu caminho encontras as outras vidas, conhecê-las ou não, vivê-las a fundo ou desperdiçá-las depende da escolha que fazes num segundo; embora o não saibas, entre seguir a direito ou fazer um desvio joga-se muitas vezes a tua existência, a existência de quem está perto de ti"

(Susanna Tamaro, 1995)

Actualmente, a investigação e o conhecimento sobre relações interpessoais são vastos, testemunho do reconhecimento da sua centralidade na compreensão do ser humano. Mas nem sempre foi assim. Ao realizarmos uma revisão de literatura sobre o tema, verificamos que - apesar de trabalhos clássicos como os de Bateson (1987) e Freud (1966) considerarem os fundamentos sociais da inteligência, da moralidade, da linguagem, da personalidade, da motivação, cultura e outras dimensões do ser humano - desde a segunda metade do século XX até à última década, o que tem vindo a sobressair é o estudo do que Noam e Fisher (1996, p.ix, *cit.in* Canavarro, 1999) designam por '*individualismo sofisticado*'. Ou seja, o estudo de como cada indivíduo adquire a sua própria linguagem (Chomsky, 1986), a sua moralidade (Kohlberg, 1969), a sua lógica (Piaget, 1975), a sua história pessoal de reforços (Skinner, 1938), os seus modelos cognitivos, os seus modelos afectivos. Só a emergência de novos paradigmas epistemológicos (e.g. Teoria Geral dos Sistemas, Construtivismo e Construcionismo Social) trouxe um renovado e genuíno interesse pela centralidade das relações interpessoais na compreensão do ser humano.

Actualmente, na literatura anglo-saxónica, encontramos referências ao conceito de relações interpessoais sob várias designações. Estas designações são, por vezes,

sobreponíveis ou então confundidas, como é o caso dos conceitos de interacção e de relação.

2.1. Interacção e Relação e Tipos de Relações Interpessoais

É com alguma frequência que se vêem confundidas as vertentes cognitiva (relação, propriamente dita) e comportamental (interacção) de aspectos relacionais. Em primeiro lugar, como refere Pina Prata (1981), interacção e relação pertencem a níveis de abstracção diferentes – a relação pressupõe a observação de fenómenos directamente observáveis; não sendo ela, enquanto relação, imediatamente observável, é-nos directamente dada a perceber na interacção dos comportamentos das pessoas e dos grupos. Estas duas vertentes estão intimamente ligadas de tal modo que basta um elemento da interacção (comportamento entre duas pessoas) para especificar a relação como, também, o conhecimento da relação aumenta a capacidade para predizer a interacção. Para além de a interacção constituir, habitualmente, a origem das relações interpessoais, é também o que permite a sua reformulação ao longo do tempo.

O cerne do conceito de relação interpessoal – que é um conceito lato remetendo para diversas formas de relação entre dois ou mais indivíduos nos mais diferentes contextos temporais e espaciais – reside na noção de dois indivíduos de tal modo interdependentes que as mudanças num deles se repercutem no estado do outro[1].

Com base nas dimensões consideradas por Hinde (1979)[2], é possível perceber porque é que surgem na literatura designações tão diferentes, remetendo para formas específicas de relacionamento mas, todas elas, incluídas no conceito mais lato de relações interpessoais. Referimo-nos a designações como vinculação (Bowlby, 1973,

---

[1] O que está de acordo com o conceito mais abrangente de sistema inter-relacional – "*conjunto de polos dinâmicos de uma totalidade de relações entre relações*" (Pina Prata, 1980, p.62) – e respectivas propriedades (totalidade, circularidade e equifinalidade).

[2] Hinde (1979) encontrou oito dimensões que ajudam a caracterizar, quando concretizadas, os tipos de relações interpessoais:
- O conteúdo ou componentes da interacção (funções e objectivos das interacções).
- A diversidade das interacções e respectivos padrões.
- Aspectos de reciprocidade e complementaridade (estatuto e poder entre os indivíduos).
- As dimensões ou componentes qualitativas, como o emaranhamento.
- A frequência dos diversos padrões de interacção.
- As qualidades multidimensionais no geral, como a duração das interacções.
- Os aspectos ligados às representações cognitivas, que permitem a cada indivíduo presente numa interacção pensar no outro, em si próprio e na relação, mesmo em situações em que um dos elementos está ausente.
- A intimidade que se refere à extensão do impacto de uma personalidade sobre outra personalidade.

1982), suporte social[3] (Antonucci, 1994; Kahn & Antonucci, 1980; Weiss, 1986), relações de amizade (Winstead, Derlega & Rose, 1997), ligações afectivas (Ainsworth, 1989, 1994), relações afectivas (Takahashi, 1990), relações próximas [4](Aron, Aron & Smollan, 1992; Bersheid, 1986; Levinger & Levinger, 1986), relações de intimidade (Fletcher, 2002, Levinger & Levinger, 1986; Reis & Patrick, 1997), relações amorosas (Hazan & Shaver, 1987) e relações românticas (Feeney & Noller, 1990; Hazan & Shaver, 1987).

Alguns destes conceitos (relações amorosas e relações românticas) são de difícil delimitação conceptual e operacionalização relativamente à especificidade das relações de conjugalidade. Outros (relações de suporte social e relações próximas) são demasiado abrangentes face ao conceito em estudo. Cingir-nos-emos, nesta primeira parte do capítulo, à consideração dos restantes conceitos mencionados.

Em primeiro lugar, os conceitos de *intimidade, vinculação, ligações afectivas, relações afectivas* e *relações interpessoais* apresentam uma abrangência crescente. Para além disso, os quatro primeiros conceitos, por comparação com o de relações interpessoais, possuem uma componente emocional evidente. Para Ainsworth (1994) as *ligações afectivas* distinguem-se das *relações interpessoais* em três aspectos: no número de intervenientes (enquanto as relações interpessoais envolvem o número de indivíduos que participa na relação, as ligações afectivas são características apenas do indivíduo, dado serem representadas na sua organização interna), na duração (as ligações afectivas têm, por definição, uma duração prolongada), na especificidade. Deste modo, seriam características das *ligações afectivas*: o desejo de manter proximidade relativamente ao outro, vivência agradável dos encontros, vivência desagradável e dolorosa, respectivamente, de separações inexplicáveis e perdas permanentes do outro. Por sua vez, a *vinculação* seria um tipo específico de ligação afectiva dado que o seu requisito

[3] Sob esta designação de relações de suporte social surgiram diversos modelos e tipologias. Destaca-se o Modelo de Rede Social (Lewis, 1988) o qual considera a importância, ao longo do ciclo de vida, de outras relações interpessoais (relações amorosas, relações com amigos, relações com conhecidos), para além da clássica díade mãe-filho, e respectivas funções na matriz de rede social de cada indivíduo. Destaca-se, também, o Modelo em Comboio (Antonucci, 1994) o qual acrescenta a dimensão hierárquica às relações que se vão estabelecendo ao longo da vida, ao estabelecer círculos concêntricos de intimidade e importância que envolvem o indivíduo. Por sua vez, a Tipologia do Aprovisionamento Social (Weiss, 1986) considera seis tipos de relações de suporte social (vinculação, afiliação, fornecimento de ajuda, colaboração, aliança persistente, obtenção de ajuda).

[4] O estudo das relações próximas assistiu a um desenvolvimento importante nas duas últimas décadas, sendo o critério fundamental para a sua consideração a interdependência existente entre os participantes (Bersheid, 1986). O grau de proximidade seria avaliado pela frequência, diversidade e impacto das interacções a diversos níveis (pensamentos, comportamentos e emoções) entre os participantes envolvidos (Aron, Aron & Smollan, 1992).

de obtenção de segurança não existe necessariamente numa ligação afectiva (Ainsworth, 1994, Weiss, 1986). No mesmo sentido vai a distinção efectuada por Takahashi (1990) ao definir as relações afectivas como "*representações de contactos interpessoais que satisfazem a necessidade de formação de laços emocionais*" (p.2).

No que se refere às relações de *vinculação* - crescentemente objecto de estudo em diversas áreas das relações interpessoais – estas surgem no âmbito da Teoria da Vinculação (Ainsworth *et al.*, 1978, 1994; Bowlby, 1969, 1973, 1982), como baluarte da importância das experiências interpessoais da criança para o seu desenvolvimento psicológico. A Teoria da Vinculação resulta do interesse crescente de Bowlby[5] pela ligação entre a privação ou a perda da mãe e o posterior desenvolvimento do indivíduo e do relevo dado por Ainsworth ao conceito de segurança. As investigações iniciais sobre vinculação centraram-se, quase todas, nos processos de vinculação durante a infância[6] procurando testar as duas hipóteses centrais da Teoria da Vinculação: o determinante mais importante da qualidade da vinculação estabelecida radicaria na adequação da resposta da mãe aos sinais da criança; existiriam correlações positivas entre o estabelecimento de relações de vinculação seguras e diversas facetas do desenvolvimento da criança.

As relações de vinculação funcionariam de acordo com os princípios da teoria sistémica. O sistema de vinculação seria activado sempre que fosse necessário alcançar o objectivo em causa, ou seja "*os comportamentos de vinculação seriam iniciados quando a criança percebe que não consegue alcançar facilmente a figura de vinculação, ou quando se sente ameaçada ou receosa (e.g. chamar, chorar, tocar) (...) uma vez a proximidade alcançada a criança altera os seus comportamentos para manter a proximidade (e.g. sorrir)*" (Berman & Sperling, 1994, p.6). Assim, as *relações de vinculação*, posteriormente incluindo o conceito de vinculação do adulto, promovem a proximidade ou contacto com uma ou mais figura(s) específica(s) a que o indivíduo está vinculado, distinguindo-se das *relações de dependência* na medida em que a ênfase

[5] Partindo das suas observações de crianças, em Londres, durante e depois da segunda guerra mundial, Bowlby vem a publicar, em 1969, o primeiro volume da sua trilogia (hoje) clássica, atraindo grande interesse pela Teoria da Vinculação. O seu interesse pela etologia e pelas teorias sistémicas bem como a sua visão crítica da perspectiva psicanalítica ortodoxa (segundo a qual os acontecimentos psicologicamente mais significativos da infância ocorreriam intrapsiquicamente), conduziram a que a sua teoria fosse posteriormente aceite por diversas correntes psicológicas, suscitando grande interesse em áreas como a Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social e a Psicologia Clínica.

[6] Os procedimentos de avaliação das relações de vinculação durante a infância apoiaram-se predominantemente na *Situação Estranha* (Ainsworth *et al.*, 1978).

é colocada na promoção da segurança que permite encorajar a independência ou a autonomia (Rutter, 1995)[7].

Tentando contrastar os conceitos de *vinculação* e de *intimidade*, enquanto processos[8], são mais as semelhanças do que as diferenças encontradas, conforme sintetizam Reis e Patrick (1997): ambos envolvem a emoção e descrevem a regulação da emoção através de relações interpessoais; ambos realçam a importância de ter parceiros de interacção responsivos (de modo apropriado e sensível); ambos consideram a influência que relações significativas anteriores possam ter nas crenças, emoções e comportamento da relação actual (através de representações ou *working models* que determinam como os indivíduos se aproximam ou evitam relações e como reagem ao que vai acontecendo na relação); ambos são fundamentalmente relacionais pelo que a unidade básica conceptual é a relação; ambos estão intrinsecamente ligados ao bem-estar do ser humano (a satisfação destas necessidades está ligada à saúde mental e física enquanto a sua não satisfação pode ter consequências muito dolorosas).

No que diz respeito à distinção das *relações de vinculação* com formas de intimidade, como são o *amor romântico* e o *amor conjugal*, esta torna-se mais difícil sobretudo devido a dois factores. Em primeiro lugar, o pressuposto característico da cultura Ocidental de que a união entre dois indivíduos e, posteriormente, o casamento constitui fonte de segurança[9] (West & Sheldon-Keller, 1994). Em segundo lugar, o facto de investigadores como Hazan e Shaver (1987) e Kobak e Hazan (1991), nos seus estudos, descurarem aquela distinção, referindo até a evolução em paralelo dos dois conceitos na idade adulta. Outros autores (e.g. Berman & Sperling, 1994) procuram

---

[7] Com base nas reflexões de Ainsworth, (1978), West e Sheldon-Keller (1994) resumiram outros aspectos em que relações de vinculação e relações de dependência são diferentes:
- especificidade – as relações de vinculação são diádicas, enquanto as de dependência são generalizadas, habitualmente, a um número superior de pessoas;
- duração – as primeiras são geralmente duradoiras por oposição às relações de dependência que são mais transitórias;
- nível de maturidade – enquanto as relações de vinculação são desejáveis e positivas em todas as idades, as de dependência supõem imaturidade;
- implicações afectivas – as relações de vinculação implicam afectos fortes como o amor, e as relações de dependência não implicam necessariamente aspectos afectivos, antes instrumentais;
- procura de proximidade – é dirigida a uma figura específica nas relações de vinculação, sendo mais generalizada no outro tipo de relações;
- aprendizagem – é requerida aprendizagem, sobretudo discriminativa, nas relações de vinculação.

[8] "*Processo enquanto sequência de pensamentos, sentimentos, e comportamentos, cada um dos quais sendo influenciado por condições antecedentes e consequências antecipadas*" (Reis & Patrick, 1997, p.524). Sendo assim, vinculação e intimidade seriam dinâmicos, motivados, interpessoais e situados contextualmente.

[9] Bases para esta comparação residem em conclusões de estudos empíricos, como o que foi estabelecido por Ainsworth *et al.* (1978), de que a qualidade das primeiras relações de vinculação dependia do modo como cada criança tinha conseguido perceber a figura de vinculação como fonte de segurança.

fazer a distinção (e.g. no que se refere à relação segura, a disponibilidade emocional que é uma constante numa relação de vinculação, no amor romântico está mais sujeita às oscilações resultantes de outros aspectos das relações), apesar de reconhecerem que aspectos característicos das relações de vinculação possam estar bastante presentes nas relações íntimas entre adultos. Esta questão, com mais ênfase se coloca nas relações de conjugalidade. O pressuposto de que relações conjugais são relações de vinculação entre adultos poderá ter surgido de "leituras apressadas" de estudos como os de Kirkpatrick e Davis (1994) os quais encontraram, consistentemente, relações de vinculação de tipo *seguro* associados a níveis mais elevados de satisfação conjugal. Mas, se embora com frequência, as relações de conjugalidade cumprem funções de vinculação, não só isso pode não acontecer, como aquelas têm uma especificidade que lhes é própria.

Em síntese, *vinculação* e *intimidade* surgem de preocupações e objectivos que são motivados, são afectados pela história relacional dos participantes bem como pela história e futuro esperados dessa relação particular, dependem da comunicação e da influência entre os participantes, reflectem a conjunção de preferências e disposições individuais numa entidade conceptualizada como diádica.

Apesar de algumas relações interpessoais poderem ser importantes para uma pessoa sem isso implicar ligações/relações afectivas, em geral, ou vinculação em particular, existe fundamento para considerar que as relações interpessoais que possuem características de relações/ligações afectivas são as mais determinantes do desenvolvimento humano (Ainsworth, 1994; Takahashi, 1990; Weiss, 1986).

3. Relações de Vinculação

3.1 Representação das Relações Afectivas: os conceitos de *working model* e de esquema interpessoal

"To be useful (...) working models must be kept up to date. As a rule this requires only a continuous feeding in of small modifications, usually a process so gradual that is it hardly noticeable. Occasionally, however, some major change in environment or organism occurs: we get married...At those times, radical changes of models are called for". (Bowlby, 1969, p.82)

Perspectivar o desenvolvimento ao longo do ciclo de vida implica pensar que, em qualquer relação interpessoal, cada indivíduo traz consigo memórias de relações

passadas e expectativas sobre relações futuras. E, frequentemente, as experiências passadas têm efeitos nas presentes, quer no sentido da continuidade quer no sentido da mudança (Rutter, 1995). Sendo assim, é natural que existam estruturas cognitivas responsáveis pela representação das relações interpessoais. As designações mais citadas na literatura para nomear este tipo de estruturas são a de *modelo interno dinâmico, representacional* ou *modelo de funcionamento interno (internal working model)* (Bowlby, 1982) e de esquema interpessoal (Guidano, 1991).

Bowlby (1973, p.203) definiu aqueles modelos como representações mentais, conscientes e inconscientes, "*do mundo e de si próprio, que ajudam o indivíduo a percepcionar os acontecimentos, antever o futuro e arquitectar planos*". Estes *modelos de funcionamento* ou representações internas teriam uma importância crescente na vida do indivíduo em termos de estilo de interacção social e de regulação emocional, dado que ajudariam a avaliar as situações sociais e a manter uma visão coerente de si próprio e do mundo. Este constructo definido por Bowlby está ligado ao conceito de esquema[10], o qual se refere a uma forma de organização da informação. Os *modelos de funcionamento* seriam uma classe especial de esquemas, dado que se referem à organização das relações interpessoais e têm, como o nome indica, um papel activo no estabelecimento de relações futuras. Os *modelos de funcionamento* poderiam ser equiparados a esquemas interpessoais que permitem predizer interacções futuras (Segal, 1988). Estes modelos mentais ou estruturas de conhecimento, mais do que crenças estáticas, são representações dinâmicas que podem ser alteradas em função de nova informação e 'correr' mentalmente para simular o provável resultado de certas interacções ou planos (Bowlby, 1982), "*recriando aspectos dos sistemas de relações previamente experimentados*" (Sroufe & Fleeson, 1986, p.53). Assim, guiam o nosso comportamento ao permitir-nos prever as acções dos outros de modo a planear ou preparar determinados resultados. Também ajudam a interpretar e explicar o

[10] Nos vários campos da Psicologia, diversas designações têm sido dadas às estruturas existentes na mente que representam o *self*, o outro, relações e modelos do mundo. Bowlby e seguidores propuseram o termo '*internal working model*'. Segal (1988, p.147), por sua vez, define esquema como um conjunto "*de elementos organizados sobre experiências passadas, que formam um corpo de conhecimento relativamente coeso e persistente, capaz de orientar percepções, de estabelecer objectivos e acções subsequentes*". Na psicologia cognitiva domina o conceito de *schemata*, enfatizado por Piaget e Inhelder para descrever os modelos mentais dos objectos e do mundo. Também Werner e Kaplan (1963/1984) utilizam *schema* como sinónimo de modelo interno ou de padrões internalizados e definem *cognitive schemata* como "*estruturas psicológicas persistentes a longo prazo, modos de processamento e de organização da informação, os quais incluem os afectos e proporcionam modelos que guiam e dirigem interacções individuais no mundo interpessoal e impessoal*" (p.7). Baldwin (1992) refere-se ao conceito de 'esquema relacional' e, Fitzpatrick (1988), ao conceito de 'esquemas conjugais'.

comportamento dos outros, conduzindo a uma melhor compreensão do mundo social. Assim se compreende que as qualidades dos *modelos internos dinâmicos*, relativamente à vinculação, possam ser associadas a modos de funcionar em relações adultas íntimas, como é o caso do casamento.

No que se refere à forma de aparecimento e de diferenciação das representações cognitivas das relações, de acordo com Bowlby (1973) e com todos aqueles que posteriormente subscreveram a sua perspectiva de vinculação, o material inicial na formação de modelos de si próprio, dos outros e de si próprio em relação com outros, residiria nas experiências de vinculação à mãe ou, como viria a considerar mais tarde, a outras figuras de vinculação. Seria este modelo que permitiria ao indivíduo formar expectativas sobre a relação com os outros. Actualmente, há cada vez mais famílias em que, devido às mudanças verificadas na distribuição de papéis profissionais aos homens e às mulheres, as mães já não ocupam o lugar central como figuras fornecedoras de cuidados aos filhos recém-nascidos deixando espaço aos pais para que o façam, constituindo-se também como importantes figuras de vinculação (Ainsworth, 1994). Outros autores consideram ainda que o papel de outras figuras de vinculação não deve ser subestimado, preferindo o conceito de expectativas sociais sobre as diferentes relações de suporte para explicar a mudança e a estabilidade no desenvolvimento das relações (Levitt, 1994) ou salientando que, na rede social dos indivíduos, as figuras estão interligadas de forma não aditiva (Lewis, 1988), pelo que o desenvolvimento individual seria profundamente afectado pelo contexto global das relações familiares e pelas relações com outros pares sociais.

Esta noção de diferenciação progressiva dos *modelos de funcionamento*, apesar de implícita nas obras de Ainsworth (1978) de Bowlby (1973), aparece expressamente na obra de autores como West e Sheldon-Keller (1994). Nesta nova proposta, baseada em recentes teorias da neurobiologia, os *modelos de funcionamento* seriam "*categorias afectivas, dinâmicas e associativas, com o potencial para ser activadas e modificadas em novas situações*" (p.64). Ou seja, em vez de unidades discretas mantidas na memória, os *modelos internos dinâmicos*, teriam potencial para reclassificar ou recategorizar as experiências de novas relações, dado que "*os afectos, mais do que fazendo parte do conteúdo do working-model, seriam os mecanismos para reactivar no presente as categorias estabelecidas no passado*" (Canavarro, 1999, p.82). Acresce ainda o facto de que as experiências que se vão tendo no contexto de relações próximas são particularmente influentes na própria organização da memória, subjacente aos

modelos. Ou seja, a memória de experiências emocionais é influenciada por mecanismos de defesa pessoais os quais, actuando antes da codificação da informação ou, depois, na sua recuperação, afectariam o funcionamento desses mesmos *modelos*, tornando inacessíveis certas memórias relacionadas com a vinculação (Fraley, Davis, & Shaver, 1998; Fraley, Garner, Shaver, 2000). Apesar de muitos investigadores caracterizarem estes modelos mentais em termos cognitivos (i.e. crenças sobre si e sobre os outros), Reis e Patrick (1997) consideram-no como um conceito mais rico, dado que é organizado e regulado por processos afectivos. Tal como outros modelos sócio-cognitivos, ajudam os indivíduos a processar a informação social de uma forma eficiente e também auto-protectora (Fiske & Taylor, 1991, *cit. in* Reis & Patrick, 1997).

Uma outra questão importante relativa a estes *modelos* diz respeito, já não tanto à questão da sua continuidade ou mudança ao longo do desenvolvimento, uma vez que a maior parte dos autores viabiliza ambas nos seus modelos (Bowlby, 1973, Main, 1996, Weiss, 1986), mas à extensão – menor (e.g. Bowlby, 1973) ou maior (e.g. Rutter, 1995) - em que é possível os *working-models* modificarem-se (Skolnick[11], 1987).

3.2 O Conceito de Vinculação do Adulto

"Aquele foi, lembro-me, o momento mais maravilhoso da minha vida. Passaram-se já quarenta anos e ainda me lembro de tudo o que aconteceu naquele dia. Posso estar mais velho e sensato, posso ter vivido outra vida desde então, mas sei que quando finalmente chegar a minha vez, as recordações desse dia serão as imagens finais que flutuarão pela minha mente. Ainda a amo e nunca deixarei de usar a minha aliança." (N. Sparks, *Um Momento Inesquecível*, 1998)

Até metade da década dos anos 80, os estudos empíricos sobre vinculação restringiam-se quase exclusivamente ao estudo da infância, na sequência dos trabalhos

[11] Este autor, baseando-se na constatação de que nem o indivíduo nem o meio são estáticos, defende que a influência das experiências prévias no desenvolvimento ulterior está dependente da medida em que os acontecimentos posteriores mantêm, amplificam ou reduzem essa influência.
A par desta questão, os *working models* surgem como os mecanismos mais responsáveis pelas diversas formas que a continuidade pode assumir (seguidos das *semelhanças ambientais*, *expectativas de eficácia pessoal*). Estes modelos mentais que influenciam, automaticamente, pensamentos, emoções e comportamentos seriam os mecanismos responsáveis pela manutenção de um estilo de vinculação (ou modo típico de responder em situações de vinculação) ao longo do tempo. Por sua vez, constituem mecanismos explicativos de mudanças no desenvolvimento, as *mudanças estruturais* (Rutter, 1995), o *confronto com experiências desconfirmatórias* (Watchel, 1970, 1977, *cit.in* Skolnick, 1987) e a *integração de experiências em situação de activação emocional* (Main, 1996).

de Bowlby (1982) e Ainsworth (1978)[12]. Dos estudos destes autores tinham resultado as noções de *working model* ou de modelos mentais de vinculação, construídos pelas crianças em desenvolvimento, relativamente: a) à extensão em que as figuras de vinculação estariam acessíveis e responsivas (modelo sobre os outros) e b) a se a criança seria o tipo de pessoa a quem os outros gostariam de responder (modelo de si próprio).

O alargamento do estudo deste tema a todo o ciclo de vida, em grande parte realizado por psicólogos sociais e do desenvolvimento, está directamente ligado ao aparecimento de estratégias de avaliação das relações de vinculação noutras idades, nomeadamente em adolescentes e adultos, ou entre pais-filhos e em relações amorosas (Bartholomew, 1990; Collins & Read, 1990; Hazan & Shaver, 1987; Main, 1996). O pressuposto principal deste trabalho de alargamento reside no facto das emoções e dos padrões de comportamento relacional dos adultos, tal como os das crianças, serem guiados por modelos internos (*working models)* ou esquemas, de si e das relações com os outros, construídos a partir das primeiras experiências de relação. Um outro pressuposto baseia-se no facto destes esquemas modelarem as crenças de cada indivíduo relativamente a ser susceptível de amor e a confiar nos outros como fonte de amor e apoio e, também, no facto de influenciarem os tipos de interacções que os indivíduos têm uns com os outros e as suas interpretações dessas interacções (Bartholomew, 1990; Collins & Read, 1990; Hartup & Rubin, 1986; Hazan & Shaver, 1987; Hinde, 1979; Hinde & Stevenson-Hinde, 1986; Main, 1996; Shaver, Hazan, & Bradshaw, 1988; Weiss, 1986)[13].

A aplicação da teoria da vinculação às relações amorosas entre adultos teve o seu primeiro grande desenvolvimento após a publicação do pioneiro artigo científico de Hazan e Shaver (1987) intitulado "*O amor romântico conceptualizado como um processo de vinculação*".

[12] Numa publicação mais tardia, em 1989, Ainsworth também avança a possibilidade de que os pais, os pares, irmãos e 'parceiros sexuais' possam funcionar como figuras de vinculação, ao longo do ciclo de vida.

[13] Com a preocupação de evitar caracterizar qualquer tipo de relação interpessoal próxima como vinculação do adulto, West e Sheldon-Keller (1994) estabeleceram três condições prévias: semelhança de dinâmicas entre vinculação durante a idade adulta e vinculação durante a infância, respectivas diferenças e distinção entre as relações de vinculação e outro tipo de relações interpessoais. Hazan e Shaver (1987) bem como West e Sheldon-Keller (1994) estão entre os autores que têm citado R.S. Weiss nos seguintes argumentos favoráveis à congruência entre vinculação na infância e na idade adulta: similaridade de características emocionais; generalização da experiência, ligação temporal (e.g. à medida que os progenitores vão perdendo o seu lugar de figuras primárias de vinculação, vão-se formando relações de vinculação na idade adulta).

O conceito de vinculação do adulto (enquanto relações de vinculação que o adulto estabelece com os seus pares na idade adulta), começou, pois, a ganhar contornos e características que, sendo semelhantes no que à vinculação diz respeito, são diferentes no facto de se verificarem na idade adulta. Weiss (1982, *cit. in* Canavarro, 1999), sintetiza três características diferenciadoras da vinculação do adulto relativamente à que ocorre na infância: o facto das relações de vinculação nos adultos serem habitualmente estabelecidas entre pares e não entre quem recebe cuidados (criança) e quem os oferece (pais); o facto de não se destacarem tanto de outros sistemas comportamentais, dada a menor responsabilidade implicada; o facto de, frequentemente, incluírem relações de natureza sexual. Poder-se-ia afirmar que, durante a idade adulta e ao contrário do que se passa na infância, as relações de vinculação comportam habitualmente relações de reciprocidade com um par ou, dito de outro modo, a complementaridade não acontece sempre na mesma direcção[14] (Hinde e Stevenson-Hinde, 1986; Berman, Marcus e Berman, 1994).

De entre as várias definições de vinculação do adulto destaca-se a de Berman e Sperling (1994, p.8) "*tendência estável do indivíduo para manter a proximidade e o contacto com uma ou algumas figuras específicas, percepcionadas como potenciais fontes de segurança física e/ou psicológica*". Depreende-se da definição que as relações de vinculação do adulto não são seguras em si mesmas, no sentido de absolutas, nem percepcionadas como tal (são antes potenciais fontes de segurança). Já West e Sheldon-Keller (1994, p.19) referem-se à reciprocidade inerente ao conceito de vinculação do adulto como "*relações diádicas, nas quais a proximidade a uma figura, considerada especial e preferida a outras, é mantida com o objectivo de sensação de segurança*".

De entre as três formas mais comuns de conceptualização da vinculação do adulto (Berman & Sperling, 1994) – como estado[15], como processo ou interacção, como traço – as duas últimas, têm sido alvo de mais investigações.

Conceptualizar a vinculação como traço traduz-se em considerar e contrastar as diferenças individuais estáveis designando-as por 'estilos', 'protótipos'[16] ou 'padrões'

[14] Neste sentido, a vinculação do adulto deveria integrar o sistema de vinculação (originalmente caracterizado por procura de cuidados e proximidade) com o sistema de oferta de cuidados (caregiving system).

[15] Conceptualizar a vinculação como estado, implica estudar as respostas comuns da criança face à sua separação das figuras de vinculação. No caso dos adultos consiste em estudar as reacções a diversas perdas (e.g. separação conjugal, morte do cônjuge) como mudanças normativas ao longo do ciclo de vida.

[16] O conceito de 'protótipo' proposto por Rosch (1973, *cit. in* Matos, 2002) define um conjunto de características que representam o exemplo mais típico de uma categoria.

de vinculação. Os padrões de vinculação são, pois, modelos de funcionamento específicos que determinam o comportamento dos indivíduos na relação com as figuras de vinculação. Considera-se que os padrões de vinculação revelam consistência ao longo do tempo, persistência de relação para relação e, para alguns investigadores, as suas origens estão nas primeiras experiências de vinculação. Isto não significa, no entanto, como Bowlby (1982) referiu, que a interacção com novas figuras de vinculação (pessoas preferidas cúja proximidade é uma potencial fonte de segurança ou acontecimentos significativos relativos a figuras de vinculação) não permita a mudança dos modelos de funcionamento interno. Os diferentes momentos de transição no ciclo de vida podem ser fonte de mudança, criando condições para a reconstrução dos modelos de funcionamento interno. É o caso das transições associadas à adolescência e das experiências dos adultos em acontecimentos de vida normativos e não normativos, como o casamento, o nascimento dos filhos, o desaparecimento de alguém próximo. Estudos como os de Davila, Karney e Bradbury (1999) e West e Sheldon-Keller (1994) são ilustrativos da influência do casamento nos padrões de vinculação, ao constatarem que os cônjuges tendiam a sentir-se mais confortáveis com a dependência mútua e menos ansiosos relativamente ao abandono, ou seja, mais *seguros* na relação. Apesar da investigação longitudinal realizada (e.g. Davila, Burge, & Hammen, 1997; Kirkpatrick & Davis, 1994) constatar níveis elevados de estabilidade na vinculação auto-relatada, cerca de 30% das pessoas mudam o seu estilo de vinculação ao longo do tempo[17]. E aqui começamos já entrar no domínio da vinculação como processo. Conceptualizar a vinculação como processo traduz-se em relacionar a vinculação com interacções e ou acontecimentos que ocorrem em relações de intimidade entre adultos (e.g. as correlações significativas entre vinculação *segura* e a qualidade positiva da relação conjugal).

Em síntese, enquanto "*o modelo do traço esclarece como as pessoas pensam sobre as relações próximas e explica porque é que reagem, de formas diferentes apesar de estáveis, à ameaça ou perda, o modelo interaccional pode ser mais útil ao explorar como a vinculação se manifesta em relações próximas específicas, e porque é que os*

[17] Existem quatro modelos de mudança da vinculação: o modelo contextual (Bowlby, 1969/1982), o modelo de cognição social (Baldwin *et al.*, 1996) o modelo das diferenças individuais associadas a factores de vulnerabilidade (Davila *et al.*, 1997) e um modelo integrador segundo o qual as mudanças nas representações da vinculação dar-se-iam por acção de múltiplos factores intra e inter-pessoais (Davila, Karney, & Bradbury, 1999).

indivíduos respondem diferentemente dependendo das características dos parceiros" (Berman & Sperling, 1994, p.3).

3.3 Tipologias de Relações de Vinculação do Adulto

"*Mas infelizmente não somos seres suspensos em bolas de sabão, que vagueiam felizes pelos ares; nas nossas vidas há um antes e um depois, e esse antes e esse depois são uma ratoeira para os nossos destinos pousam-se sobre nós como uma rede se pousa sobre a presa*". (Susanna Tamaro, 1995)

São diversos os modelos e tipologias das relações de vinculação em adultos. Destacam-se os modelos conceptualizados por Hazan e Shaver (1987) e por Bartholomew (1990), respectivamente considerando três e quatro padrões de vinculação.

O modelo tricategorial (Hazan & Shaver, 1987), construído com base no primeiro instrumento de avaliação da vinculação de adultos, no âmbito de relações românticas, tinha como objectivo prolongar a tipologia definida por Ainsworth e colaboradores (1978) para a infância até à fase adulta. Daí o ter considerado os estilos *seguro*, *inseguro evitante* e *inseguro ansioso/ambivalente*. Estes eram avaliados, respectivamente, por três itens – instrumento categorial – tendo cada indivíduo inquirido de escolher aquela que melhor o descrevesse. Os adultos com um estilo de vinculação *seguro* sentem-se confortáveis a depender de outros, confiam neles e consideram fácil estar próximos destes. Aqueles que têm um estilo de vinculação *evitante* não se sentem confortáveis com a proximidade relativamente a outros, considerando difícil confiar neles. Os adultos com um estilo de vinculação *ansioso* desejam envolver-se com os outros mas percepcionam-nos como estando relutantes em aproximar-se e como não se importando verdadeiramente com eles. As percentagens encontradas para cada um dos estilos de vinculação, com amostras de adultos dos E.U.A., foram muito semelhantes às que tinham sido encontradas por Ainsworth (1978) com crianças, a partir da *Situação Estranha*: 56% (*seguro*); 25% (*evitante*); 19% (*ansioso/ambivalente*).

Cindy Hazan e Philip Shaver (1987; Shaver *et al.*, 1988) propunham que, não só as relações de vinculação na infância tinham impacto nas relações de amor dos adultos, como o próprio amor romântico em si consistia num processo de vinculação com muitas semelhanças com o que ocorre na infância. Concluem, então, que pessoas com

diferentes estilos de vinculação se distinguem nas descrições que fazem das relações românticas, nas crenças que possuem sobre si próprias e sobre as relações sociais e nas memórias que têm do relacionamento com os pais, durante a infância. Por exemplo, as pessoas com estilo de vinculação *evitante* e *ansioso*, comparadas com as pessoas com estilo de vinculação *segura*, relatavam mais crenças e experiências negativas sobre o amor (e.g. ciúmes, preocupação obsessiva com o parceiro), tinham histórias de curtas relações românticas e faziam descrições menos favoráveis das suas relações de infância com os pais.

Outros estudos confirmam que as pessoas que se descrevem nestas três formas diferentes de se relacionar, diferem também numa série de dimensões: personalidade (e.g. Carver, 1997; Shaver & Brennan, 1992; Shaver *et al.*, 1996); auto-estima (e.g. Collins & Read, 1990; Feeney & Noller, 1990); funcionamento cognitivo (Mikulincer & Arad, 1999); adaptação individual em resposta ao stress (e.g. Carnelley, Pietromonaco, & Jaffe, 1994; Mikulincer, Florian, & Weller, 1993; Westmaas & Silver, 2001); psicopatologia (Mickelson, Kessler, & Shaver, 1997; Canavarro, 1999); modo de conceptualização e de experiência das relações amorosas (e.g. Collins & Read, 1990; Hendrick & Hendrick, 1989; Kirkpatrick & Davis, 1994; Levy & Davis, 1988; Simpson, 1990; Simpson *et al.*, 1992); confiança e tipo de estratégias para lidar com a desconfiança em relações próximas (Mikulincer, 1998); comportamento social observável (e.g. Mikulincer & Nachshon, 1991), crenças e comportamento religiosos (e.g. Kirkpatrick & Shaver, 1992). Também foram encontradas associações entre os diferentes estilos de vinculação e os modos de estar no trabalho – pessoas com vinculação *segura* mostravam maior confiança no trabalho realizado, eram menos afectadas pelo receio de fracassar e não permitiam interferências do trabalho nas suas relações íntimas (ao contrário das pessoas com vinculação *ansiosa-ambivalente* que o permitiam); por sua vez, os indivíduos com vinculação *evitante*, revelavam tendência para encarar o trabalho como meio de evitar as relações sociais (Hazan & Shaver, 1990). Parece, pois, evidente que diferenças na vinculação adulta estão relacionadas com *modelos de funcionamento* de si próprio, dos outros e das relações sociais em geral.

Por sua vez, Pistole (1989), num estudo que realizou, concluiu que os diferentes estilos de vinculação eram bons preditores do grau de satisfação em relações de amor romântico bem como de diferentes estratégias de resolução de conflitos. Mais recentemente, diversos autores (Rholes *et al.*, 2001) verificaram que a transição para a parentalidade afectava a satisfação conjugal e o funcionamento entre os cônjuges com

diferentes padrões de vinculação. Sobretudo se as mulheres com estilo de vinculação *ambivalente* vivessem a transição para a parentalidade percebendo pouco apoio dos maridos, experimentavam um grande declínio na satisfação conjugal. Rholes e colaboradores (2001, p.433) concluem, então, que "*percepções de apoio inadequado das figuras de vinculação durante momentos da vida com muito stress, parecem moderar e mediar as relações entre a ambivalência e efeitos relacionais importantes*" como a satisfação conjugal.

A abordagem de Hazan e Shaver (1987) não está, no entanto, isenta de críticas. Os próprios autores colocam dúvidas relativamente à formulação das categorias e à utilização de categorias para avaliar a vinculação. Nessa linha, vão surgir outros instrumentos - a *Adult Attachment Scale*[18] (Collins & Read, 1990); *Adult Attachment Questionnaire* (AAQ) (Simpson *et al.*, 1996).

Levy e Davis (1988), por sua vez, constataram que as classificações *seguro* e *evitante* estavam mais negativamente correlacionadas uma com a outra do que as classificações *seguro* e *ansioso-ambivalente*, o que sugeria uma estrutura bidimensional subjacente. Kim Bartholomew (1990), na mesma linha, criticou essencialmente o modo como o estilo de vinculação *evitante* era definido. Em seu entender, uma única categoria de vinculação *evitante* poderia mascarar tipos diferentes de vinculação que na realidade existem e são distintos. Propõe, antes, a consideração de dois padrões de vinculação evitante: o *evitante desligado*[19] e o *evitante amedrontado*. Esta conceptualização, que considera estes quatro padrões, estaria mais consonante com a tese das primeiras relações de vinculação (Bowlby, 1973) serem interiorizadas sob a forma de modelos de funcionamento interno (sobre si próprio e sobre os outros).

Bartholomew (1990) propõe, então, um modelo que, considerando as duas variáveis - modelo de si próprio e modelo dos outros - nas vertentes positiva e negativa, dá origem a quatro categorias ou padrões. Ou seja, (cf. Fig.1.1), quando modelos de funcionamento interno de si próprio se cruzam com modelos de funcionamento interno do outro, surgem quatro padrões de vinculação: *seguro*, *preocupado*, *evitante desligado* e *evitante amedrontado*.

[18] Existe uma versão portuguesa deste instrumento, adaptada por Canavarro (1999), a qual recebeu a designação de *Escala de Vinculação do Adulto (EVA)*.

[19] Tratar-se-ia de um padrão indicador de vinculação insegura e correspondendo a uma auto-confiança compulsiva característica dos indivíduos que se consideram como auto-suficientes e desvalorizam a importância das relações afectivas.

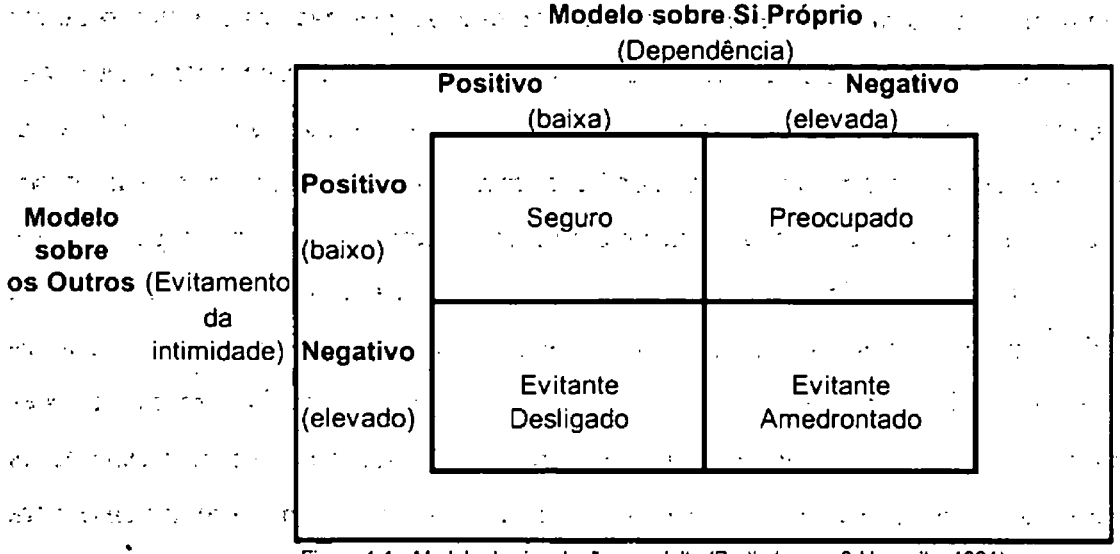


Figura 1.1 - Modelo de vinculação no adulto (Bartholomew & Horowitz, 1991)

Os adultos com um padrão de vinculação *seguro* têm uma percepção de si próprios como merecedores e dignos dos cuidados dos outros e expectativas de que os outros estão habitualmente acessíveis e que respondem de forma adequada às suas necessidades. São adultos confortáveis com a intimidade, com a dependência e com a autonomia. Este padrão corresponde ao padrão que foi designado pelo mesmo nome por Ainsworth e colaboradores (1978) e por Hazan e Shaver (1987).

Os adultos que se percepcionam a si próprios como não merecedores dos cuidados dos outros, apesar de fazerem uma avaliação positiva destes, são ambivalentes, têm um padrão de vinculação que Bartholomew (1990) designou, à semelhança de Main e colaboradores (1978), por *preocupado*. Trata-se, aliás, do estilo de vinculação mais próximo do que Hazan e Shaver (1987) nomearam de *inseguro ansioso/ambivalente*.

Existem ainda os padrões de vinculação *evitantes*, os quais têm em comum uma percepção negativa dos outros como pessoas em quem não se pode confiar, diferindo na forma como se percepcionam a si próprios – o *evitante desligado* percepciona-se como merecedor de cuidados dos outros ao contrário do *evitante amedrontado* o qual, dada a percepção negativa que tem de si próprio e o medo da intimidade, se considera "não merecedor de amor e apoio dos outros" (Bartholomew, 1990, p.147).

Como se depreende da figura 1.1, as dimensões também podem ser conceptualizadas em termos de *dependência*, no eixo horizontal, e de *evitamento da intimidade*, no eixo vertical. A dependência pode variar de baixa (uma auto-percepção positiva é estabelecida internamente não requerendo validação externa) a elevada (uma auto-percepção positiva só pode ser mantida pela aceitação por parte dos outros). O

evitamento da intimidade reflecte o grau em que as pessoas evitam um contacto próximo com outros como resultado das suas expectativas de consequências negativas. Os padrões *evitante desligado* e *evitante amedrontado* são semelhantes na medida em que reflectem o evitamento da intimidade, diferindo, no entanto, na necessidade por parte da pessoa da aceitação dos outros para manter uma auto-percepção positiva. De modo paralelo, os padrões *preocupado* e *evitante amedrontado* são semelhantes na medida em que ambos exibem uma forte dependência dos outros para manter uma auto-percepção positiva, mas diferem na sua prontidão para se envolverem em relações próximas – enquanto os *preocupados* se aproximam dos outros para preencher as necessidades de dependência, os *evitantes amedrontados* evitam a proximidade para minimizar eventuais desapontamentos.

Estes quatro estilos ou padrões de vinculação podem ser avaliados através de quatro instrumentos desenvolvidos por Bartholomew e Horowitz (1991). Dois são entrevistas semi-estruturadas, com as designações de *Family Attachment Interview* e *Peer Attachment Interview*[20], sobre as memórias e avaliações do indivíduo no que se refere, respectivamente, à sua experiência de crescimento na família de origem, à sua experiência de relação com amigos e de relações amorosas (e.g. descrição da qualidade das relações, designadamente situações de aceitação e de rejeição, experiências de dar e receber apoio, reacções ao conflito e à ameaça de separação). Por sua vez, o *Relationship Scales Questionnaire* (RSQ)[21] e o *Relationship Questionnaire* (RQ)[22] são instrumento de auto-relato. O RQ consiste em quatro parágrafos descritivos, correspondentes aos quatro padrões de vinculação do modelo relativamente aos quais os inquiridos fazem uma escolha do padrão que melhor os caracteriza em relações íntimas e elegem, numa escala de sete pontos, de tipo *Likert*, o grau em que sentem que cada uma das descrições apresentadas corresponde à própria maneira de ser. Isto porque se verifica que, apesar de cada indivíduo se poder situar preferencialmente num dos padrões, poderá apresentar características dos outros (Bartholomew, 1990;

[20] Existe uma versão portuguesa destes instrumentos, adaptada por Matos, Barbosa e Costa (1998), os quais receberam a designação de *Entrevista de avaliação da vinculação à família* e *Entrevista de avaliação da vinculação aos pares*.

[21] O RSQ reúne 30 itens retirados dos parágrafos de Hazan e Shaver (1987), da *Adult Attachment Scale* (Collins & Read, 1990) e do RQ, solicitando aos participantes uma resposta numa escala de 5 pontos.

[22] A descrição deste instrumento, uma vez que foi utilizado no estudo empírico do presente trabalho, encontra-se no capítulo da Metodologia.

Bartholomew & Horowitz, 1991; Griffin & Bartholomew, 1994; Kirkpatrick & Davis, 1994)[23].

As investigações posteriores conduzidas por Bartholomew e Horowitz (1991) vieram dar suporte empírico ao modelo de Bartholomew (1990). Com efeito, foi possível constatar que os adultos classificados como *evitantes amedrontados* ou *preocupados* (com percepção negativa de si próprio) evidenciavam, significativamente, auto-conceitos mais baixos e menor auto-confiança do que aqueles classificados como *seguros* ou *evitantes desligados*. Paralelamente, os adultos com modelos positivos dos outros (ou seja, classificados como *seguros* ou como *preocupados*) eram os que apresentavam índices mais elevados de sociabilidade. Utilizando, simultaneamente, o instrumento de Hazan e Shaver (1987), verificou-se que os resultados revelavam correlações entre a tipologia dos dois modelos, com a mais-valia do modelo de Bartholomew (1990, 1991) apresentar alguma sensibilidade à variável sexo – um número significativamente superior de homens, por comparação com as mulheres, preferiu o padrão *evitante desligado*, verificando-se o inverso para o padrão *preocupado* (Bartholomew & Horowitz, 1991; Brennan, Shaver, & Tobey, 1991; Levy, Blatt & Shaver, 1998; Shaver *et al.*, 1996). Em investigações posteriores, Duggan e Brennan (1994) confirmaram que os dois tipos de *evitantes* diferiam significativamente. Embora parecessem ambos socialmente evitantes, era diferente o motivo de evitamento - enquanto os *desligados* não eram sociáveis, os *amedrontados* receavam a rejeição.

Emerge deste modelo uma questão teórica com bastante interesse. Os estudos de Bartholomew e Horowitz (1991) de validação deste modelo, confirmam a existência de padrões de vinculação que, ao contrário do que a investigação anterior postulava (uma relação positiva entre a auto-aceitação e aceitação dos outros), evidenciam valências diferentes dos modelos de si próprio e dos outros. Trata-se do estilo *preocupado* que atribui as culpas a si próprio pelas rejeições percebidas dos outros e, portanto, mantém uma visão positiva dos outros; trata-se, também, do estilo *evitante desligado* que, desdenhando a importância daqueles de quem experimentou rejeição, consegue manter uma elevada auto-estima. Deduz-se que os indivíduos com estes padrões de vinculação, ao manifestarem diferentes estratégias para lidar com informação social indesejável,

[23] A abordagem de Bartholomew, ao tentar conciliar avaliações categoriais e dimensionais da vinculação, possibilitando por exemplo, que um indivíduo deixe de ser classificado como exclusivamente *seguro*, para ser classificado como predominantemente *seguro* e com características de *preocupado* e/ou de *evitante*, "*reconhece a heterogeneidade das pessoas bem como a natureza probabilística das categorizações*" (Matos, 2002, p. 101).

tornam evidente a possibilidade dos "*modelos de si próprio e dos outros se poderem complementar e mutuamente confirmar sem serem congruentes*" (Bartholomew & Horowitz, 1991, p.241).

Trabalhos posteriores (Carver, 1997), usando diferentes medidas de auto-avaliação da vinculação, vieram confirmar que os modelos sobre si próprio e sobre os outros constituem a base estrutural para os quatro protótipos de vinculação definidos por Bartholomew e Horowitz (1991). Mais ainda, Griffin e Bartholomew (1994) bem como Brennan e colaboradores (1998) e Fraley e colaboradores (2000) associaram aquelas duas dimensões com outras duas dimensões básicas de vinculação subjacentes à maior parte das medidas de vinculação: *evitamento da proximidade* nas relações (ou inversamente, conforto com a proximidade) e *ansiedade* com as relações. A dimensão da ansiedade avalia o grau em que cada pessoa se percepciona a si própria como merecedora ou não de amor, bem como o grau de preocupação de cada pessoa em ser rejeitado pelos outros. Reflecte, portanto, a variabilidade no receio de abandono e a sensibilidade a aspectos relacionados com a rejeição e a perda. A vinculação *ansiosa* seria orientada por estratégias que reagem ao mal-estar e às figuras de vinculação de um modo hipervigilante que inibe o desenvolvimento da autonomia e da auto-confiança. Por sua vez, a dimensão do evitamento reflecte a variabilidade no conforto que as pessoas possam ter ou não com a intimidade, proximidade e dependência. Constituem regras inerentes a este tipo de vinculação as que restringem o reconhecimento do mal-estar, bem como quaisquer tentativas para procurar apoio e conforto por parte dos outros. Assim, os indivíduos *seguros* evidenciariam reduzida ansiedade e evitamento, ao contrário dos indivíduos *evitantes amedrontados* com graus elevados nestas dimensões. Por sua vez, os indivíduos *preocupados* revelariam reduzido evitamento e elevada ansiedade, invertendo-se estas tendências no caso dos indivíduos *evitantes desligados* (Brennan, Clark, & Shaver, 1998).

Outros estudos (Brennan & Bosson, 1998; Brennan & Morris, 1997) encontraram relação entre as diferenças nos estilos de vinculação e o modo como os adultos valorizavam e reagiam ao *feedback* do seu par enquanto mecanismo de manutenção da auto-estima. Os adultos *seguros* e os *evitantes desligados*, apesar de ambos positivos no que se refere ao modelo de si próprio, baseiam-se de modo muito diferente nos outros como fonte de auto-estima, atendendo a que os respectivos modelos sobre os outros são opostos. Enquanto a auto-estima dos indivíduos *seguros* assenta nas relações positivas e calorosas que estabelece com os outros, a auto-estima dos

indivíduos *evitantes desligados*, dado o modelo negativo que tem dos outros, baseia-se sobretudo no conhecimento dos atributos e capacidades pessoais. Daí que os indivíduos *evitantes desligados*, ao contrário dos *seguros*, não usem o *feedback* fornecido pelos seus pares como fonte da sua elevada auto-estima. Para além disso, os adultos com modelo negativo dos outros (os *evitantes desligados* e os *evitantes amedrontados*) parecem reagir mais aversivamente ao *feedback*, enquanto os adultos com modelo negativo de si próprio (os *evitantes amedrontados* e os *preocupados*) parecem mais perturbados em resposta ao *feedback*. Muito provavelmente os sentimentos sobre o *feedback* reflectem e perpetuam os *modelos de funcionamento*[24].

Muito interessantes são as diferenças entre homens e mulheres encontradas por Brennan e Bosson (1998) – as mulheres reconheciam e valorizavam mais o *feedback* positivo que recebiam dos seus pares como fonte de auto-estima – as quais confirmam a conclusão de Josephs (1992) de que, comparativamente com os homens, as mulheres dão mais importância ao contributo das relações para a sua auto-estima.

Com estes estudos exploratórios das bases relacionais da auto-estima aumenta o conhecimento de que o "*feedback ambiental é crucial para compreender o desenvolvimento e a mudança nos modelos de funcionamento*" (Brennan & Bosson, 1998, p.711). *Feedback* negativo consistente proveniente dos outros, ao longo do desenvolvimento, provavelmente resultará em aversão ou indiferença em relação ao *feedback* e à tendência para escolher, como base de auto-estima, a competência em tarefas. Pelo contrário, a experiência de *feedback* positivo consistente ao longo do desenvolvimento, provavelmente conduzirá a uma abertura ao *feedback* e à valorização das relações como fonte de auto-estima. Apesar destes padrões já se encontrarem bem enraizados na altura em que as pessoas se envolvem romanticamente, esse mesmo tipo de relação traz consigo sempre uma possibilidade de mudança, uma abertura à revisão dos modelos de funcionamento (Matos, 2002).

[24] Não foram estes os primeiros estudos sobre a relação entre as diferenças nos estilos de vinculação e as reacções ao *feedback* do parceiro. Com efeito Gaines e colaboradores (1994) (*cit.in* Brennan & Bosson, 1998), considerando a tipologia de Hazan e Shaver (1987), estudaram as reacções a *feedback* negativo dado por parceiros românticos. Verificaram que a vinculação *segura* estava associada ao que Rusbult e Zembrodt (1983) designam por respostas 'voice' (discutir construtivamente a dificuldade ou o problema), e a vinculação *evitante* bem como a *ansiosa-ambivalente* estavam associadas a respostas 'exit' (terminar a relação) e 'neglect' (fuga passiva).

3.4 Modelos Múltiplos e a Vinculação como Processo

"Quantas horas perdi foi por ti que as perdi
vai o meu coração repetir a lição
quantas horas perdi foi por ti que as ganhei..."
(Sebastião da Gama)

A maior parte dos estudos por nós revistos até ao momento considera a vinculação como se os indivíduos tivessem um só padrão de vinculação ao classificá-los de acordo com o seu estilo predominante. No entanto, não só há estudos que demonstram que o estilo de vinculação de um indivíduo com um dos pais não permite prever o estilo de vinculação com o outro pai nem o estilo de vinculação com o par romântico (Baldwin *et al.*, 1996; Cook, 2000; Cozzarelli *et al.*, 2000; Matos, 2002), como é de esperar que os adultos tenham diferentes *modelos de funcionamento* para cada um dos papéis que desempenham – filho(a), marido/mulher, pai/mãe, amigo – (Bartholomew & Horowitz,1991), o que o recente estudo da equipa de La Guardia (2000) veio realçar.

Numa investigação em que considerou separadamente os modelos (sobre si próprio e sobre os outros) no contexto de relações específicas (e.g. relação romântica) e para as pessoas em geral, Cozzarelli e colaboradores (2000) constataram que a correlação existente entre os modelos gerais e específicos não era muito robusta. Acresce que, em geral, os modelos mentais específicos, ao contrário dos gerais, estavam relacionados com variáveis como satisfação relacional e sentimentos de amor romântico. Por sua vez, os modelos mentais gerais estavam mais fortemente associados com medidas de ajustamento psicológico geral como, por exemplo, bem-estar psicológico ou depressão. Muito provavelmente os modelos mentais gerais reflectem uma avaliação média de si próprio e dos outros nas relações, enquanto que os modelos específicos de relações sobre si próprio e o parceiro representam unicamente uma parte dessa avaliação geral. Segundo Cozzarelli *et al.* (2000), os modelos mentais gerais de vinculação não decorreriam da soma dos modelos mentais de relações específicas, resultando antes de uma integração e da tendência que cada um tem para se ver a si próprio e aos outros de uma forma positiva ou negativa[25].

[25] A conclusão idêntica (de que o todo é diferente da soma das partes) chegaram Davis e colaboradores (1998) relativamente às percepções globais de apoio social, as quais também não resultariam da soma das percepções individuais de apoio provenientes das relações específicas.

O resultado destas investigações sugere que os estilos de vinculação, em vez de variáveis estáveis e com pouca variabilidade em função das relações, devem ser conceptualizados como modelos mentais particulares que, tornando-se acessíveis ou activados numa dada situação (Baldwin *et al.*, 1996; Cozzarelli *et al.*, 2000, Davila, Karney, & Bradbury, 1999; La Guardia *et al.*, 2000), como tal devem ser estudados. Assim, a vinculação seria um processo em que a vinculação de um indivíduo especificamente em relação a um outro seria função, não só do seu *modelo de funcionamento* geral, como também da sua experiência com esse indivíduo, num momento particular. Para alguns autores (e.g. Baldwin *et al.*, 1996), então, mais do que variáveis da pessoa, as orientações de vinculação deveriam ser consideradas variáveis da relação. O modelo de Fletcher (2002), que iremos expor de seguida, contempla precisamente esta possibilidade ao considerar teorias gerais de vinculação (*modelos de funcionamento*) que, actuando de um modo geral, abstracto e hipotético, orientariam as relações locais, específicas; e teorias locais de vinculação aplicáveis em função da particularidade das classes de relações mais comuns - pais e família; amigos; cônjuge. Apesar da pouca investigação empírica de suporte é possível supor que as teorias de vinculação correspondentes a cada uma destas classes de relações possam co-existir com alguma independência, sendo actualizadas quando necessário. O exemplo que se segue pretende ilustrar estas hipóteses – se uma mulher deixa subitamente o marido por causa de uma relação extra-conjugal com alguém que o marido nunca conheceu, o nível de confiança do marido relativamente às mulheres bem como a sua teoria de vinculação amorosa sofrerão um desvio grande no sentido evitante, mantendo-se intacta a sua teoria de vinculação da amizade; mas, se a pessoa com quem a mulher tem uma relação extra-conjugal é o melhor amigo do marido, então as duas teorias particulares de vinculação – amorosa e de amizade – sofrerão uma grande alteração (Fletcher, 2002).

4. Relações de Intimidade – um modelo de cognição da relação íntima

"Retrospectivamente, parece inevitável – não podia ter sido de nenhuma outra forma - um acaso do que eu chamo alta probabilidade do improvável (...): sensações que reordenam o espaço molecular entre macho e fêmea, independentemente das espécies. As gerações passam, mas as sensações sussurram apenas essa exigência única, nada mais. O poder é infinito, o desígnio supremamente elegante. As sensações são inabaláveis e os seus objectivos claros. E são simples, nós é que os tornamos

complicados. F. pressentia tudo isto sem saber que o pressentia; sentia-o fisicamente. E aqui começou aquilo que a mudaria para sempre. (...) 'A análise destrói os conjuntos. Algumas coisas, mágicas, foram feitas para permanecerem inteiras. Se as observarmos por partes, desaparecem'. Tinham sido estas as suas palavras". (Waller, R.J, *The Bridges of Madison County*, 1992)

O primeiro tratado académico sobre relações íntimas, de que há registo, é de Platão, e data de há mais de 2000 anos. Trata-se de uma alegoria relatada por Aristófanes para explicar como cada indivíduo procura e se sente completo quando encontra o par e experimenta a intimidade através da relação estabelecida.

Com efeito, a necessidade de ser aceite, apreciado, acarinhado e de retribuir essas atitudes e comportamentos – no fundo, de amar e de ser amado – é parte fundamental da motivação humana ao longo do ciclo de vida, conforme demonstra a revisão de literatura efectuada por Baumeister e Leary (1995)[26]. Isto é especialmente verdade relativamente a encontrar um par sexual, o que pode variar desde um encontro amoroso fugaz a procurar um(a) companheiro(a) para toda a vida. Com efeito, para a maioria das pessoas, o objectivo de formar uma ligação permanente com outro ser humano é um ponto fundamental na vida.

Do vasto campo das relações interpessoais, vamos abordar as relações íntimas[27] e, destas, vamos centrar-nos nas relações heterossexuais que tenham um componente romântico e sexual. Vamos, pois, considerar, relações íntimas compostas por homem e mulher, um casal.

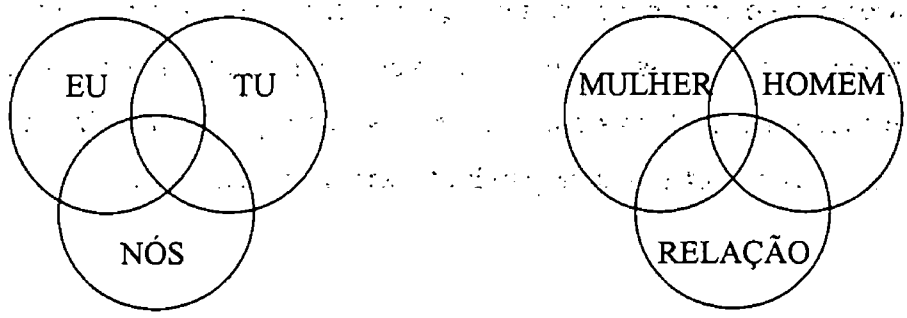


Figura 1.2 – Relação Íntima entre Homem e Mulher

[26] Por sua vez, aquelas relações afectivas vão-se constituindo como importantes influências em áreas do desenvolvimento individual: desenvolvimento emocional (Bersheid, 1986), desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento da personalidade (Hinde & Stevenson-Hinde, 1986), desenvolvimento da psicopatologia (Main, 1996; Rutter, 1995) e desenvolvimento relacional (Ainsworth, 1994; Weiss, 1986).

[27] As relações íntimas podem assumir muitas formas. Muitas existem nas famílias - entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre irmãos, entre membros da família extensa (e.g. avós, tios, tias, primos). Cada uma destas relações elicita um conjunto específico de papéis de género, os quais mudam ao longo do ciclo de vida da família e com desafios históricos e culturais.

Por uma questão de método vamos centrar-nos, inicialmente, num só dos indivíduos (ele ou ela) da díade e na sua 'mente/consciência da relação'[28] (Fig.1.3). O modelo de relação íntima de que vamos partir resulta de uma síntese realizada por Fletcher (2002) dos conhecimentos provenientes de investigação realizada no âmbito da psicologia social e cognitiva.

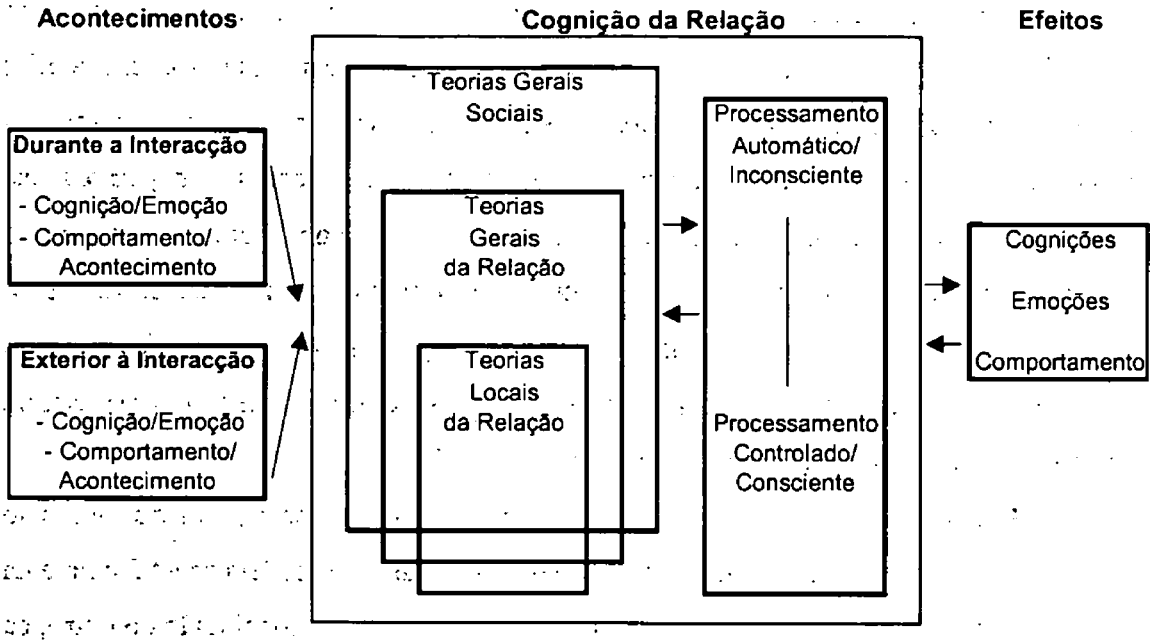


Figura 1.3 - Modelo da Cognição da Relação Íntima
(Fonte: G. Fletcher, 2002)

Cada indivíduo possui teorias de vários tipos sobre as relações ou estruturas de conhecimento da relação[29]. Essas teorias desempenham um papel preponderante no funcionamento da 'mente relacional'. Principiando pelas *teorias sociais gerais* (as quais compreendem as regras e crenças relativamente às relações interpessoais, em geral) estas vão especificar quando e como atribuir crenças, atitudes, intenções, traços de personalidade nas diversas relações interpessoais. Um exemplo constitui a teoria da atribuição relativa ao modo como as pessoas explicam o seu comportamento e o dos outros. Sabemos, através dos resultados de diversas investigações sintetizadas por Fincham (2001), que as atribuições funcionam, na cultura ocidental, para manter os níveis existentes de satisfação/insatisfação da relação, independentemente do

[28] Mente relacional (*relationship mind*) é um termo utilizado por Fletcher (2002) para caracterizar a representação cognitiva que cada pessoa faz de uma determinada relação.
[29] Estas estruturas de conhecimento da relação são equivalentes, segundo Fletcher (2002) ao que Bowlby designou por *working models* (modelos cognitivos de funcionamento – expectativas, crenças, atitudes, reacções emocionais).

comportamento do par. Isto prende-se com um dos pressupostos das teorias da atribuição definido por Heider (1958) – a necessidade básica das pessoas manterem os julgamentos das propriedades estáveis do mundo. Ou seja, as atribuições constituem um meio poderoso através do qual pode ser mantida a permanência relativa de atitudes e crenças pré-existentes, designadamente teorias sobre a relação e o par[30].

As *teorias gerais da relação* compreendem conceitos (e emoções relacionadas) tais como amor, crenças, expectativas e padrões ideais relativamente a relações hipotéticas ou crenças sobre relações íntimas, em geral. Distinguem-se das teorias sociais porque se referem, particularmente, às relações íntimas e estão mais carregadas de conteúdo. As teorias gerais da relação são, habitualmente, comuns às pessoas que vivem na mesma cultura. Investigação actual realizada com homens e mulheres ocidentais revelou semelhança de conceitos e de compreensão no que se refere ao significado do amor e compromisso (Fehr, 1999), aos factores subjacentes ao sucesso/insucesso das relações, aos critérios utilizados na procura de um par (Fletcher, Simpson, Thomas, & Giles,1999; Fletcher *et al.*, 2000).

Por sua vez, as *teorias locais da relação* desenvolvem-se a partir do momento em que conhecemos o nosso par e começamos a construir um modelo mental dele e da relação, no qual vamos integrando juízos (e.g. juízos sobre a personalidade do outro, da relação) e interacções, sobre categorias diversas (e.g. satisfação geral, proximidade, paixão, amor, compromisso, confiança). À medida que as teorias locais da relação se vão desenvolvendo, vão-se entrelaçando com teorias sobre si próprio, conforme o demonstraram Aron, Aron e Norman (2001). No programa de investigação que conduziram com casais verificaram que, à medida que os cônjuges se tornavam mais íntimos, construíam uma teoria da relação que representava a sobreposição entre si próprio e o outro, como se fossem uma unidade tanto em termos cognitivos como comportamentais (e.g. nos casais com 40 anos ou mais de relação, era frequente um dos cônjuges responder às perguntas, quando eram dirigidas ao outro, ou completarem rotineiramente as frases um do outro).

Estas teorias que as pessoas comuns (não cientistas) têm sobre as relações funcionam como uma 'bagagem mental' que transportam para as suas relações específicas. No entanto, quando um indivíduo, homem ou mulher, põe em acção cada

[30] A noção de atribuição encontra-se desenvolvida no sub-capítulo referente aos processos cognitivos, no Capítulo III. O modo como estes processos cognitivos funcionam nas relações ajuda a explicar porque é

um destes três tipos de teorias (teorias sociais, teorias gerais das relações e teorias locais das relações), em separado ou articulando, pretende alcançar objectivos muito próximos dos de qualquer ciência. Segundo Heider (1958), pretende explicar (ou compreender), prever e controlar (ou regular) comportamentos numa determinada relação e, para tal, utiliza os mesmos princípios de causalidade e lógica que os cientistas utilizam para compreender o mundo. Pretendendo avaliar se a relação íntima em que está é positiva ou negativa, o que cada indivíduo, habitualmente faz, é comparar a sua percepção da relação com crenças, padrões, ideais e expectativas do que constitui uma relação positiva ou negativa. Por outras palavras, integra e compara as suas teorias locais da relação com as suas teorias gerais da relação.

O pensamento do indivíduo (homem ou mulher) sobre a relação íntima pode ser desencadeado, conforme esquema da Fig.1.3, por qualquer acontecimento (cognição, emoção ou comportamento) dentro ou fora da interacção. Esse acontecimento que desencadeia o pensamento fá-lo, muito provavelmente, por evocação de material (constructos relevantes para a relação íntima e provenientes de qualquer um dos três tipos de teorias considerados) que está armazenado na memória[31] da pessoa. Irá decorrer, então, o pensamento ou cognição sobre a relação íntima.

---

tão difícil mudar as relações conjugais que se degradaram, mesmo quando o casal está muito motivado para tal.

[31] Pessoas com padrão de vinculação muito *evitante* evocam menos memórias emocionais quando se lhes pede para recordarem experiências da infância (Mikulincer & Orbach, 1995). Se o facto das memórias relacionadas com a vinculação serem inacessíveis é motivado (e.g. defensivo na sua natureza), é importante perceber os mecanismos cognitivos subjacentes. Nessa linha de investigação, Fraley *et al.* (2000) não só confirmam estes dados, como avançam com a constatação de que os adultos *evitantes* parecem menos atentos aos acontecimentos emocionais, codificando consequentemente menos a informação que estaria disponível, ou seja, as estratégias de defesa usadas seriam sobretudo anteriores à codificação da informação (e.g. desde escolher não se envolver em relações próximas como desviar conversas associadas a temas e sentimentos desconfortáveis) Existem outras estratégias de defesa cujo objectivo consiste em desactivar ou desinibir pensamentos já codificados (e.g. após uma ruptura relacional suprimir pensamentos e memórias do anterior parceiro para prevenir sentimentos de vulnerabilidade, emoções negativas) (Gross & Levenson, 1993), ficando-se, no entanto sujeito aos efeitos não desejados ou paradoxais destas estratégias. Estas estratégias de defesa, embora com consequências graves na vinculação dos indivíduos, são mais eficazes na regulação da emoção e da cognição (Fraley *et al.*, 2000, p.817). Um indivíduo com poucas memórias relacionadas com a vinculação terá menos probabilidade de reconhecer as implicações emocionais dos acontecimentos interpessoais e, portanto, de reagir a eles.

Convirá, então, relacionar este tipo de estratégias com os dois tipos de vinculação *evitante* consideradas pelos modelos bidimensionais contemporâneos (Brennan *et al.*, 1998; Fraley *et al.*, 2000; Griffin e Bartholomew, 1994) sobre as diferenças individuais na vinculação. Assim, os adultos *evitantes amedrontados* (com valores elevados em evitamento e em ansiedade ou, com modelos negativos de si próprio e dos outros) e apesar de menos atentos a informação emocional, dificilmente usarão com eficácia este tipo de defesas dada a sua extrema sensibilidade a questões emocionais envolvendo terceiros. De facto, investigação anterior (Fraley & Shaver, 1997) demonstrou que enquanto os indivíduos muito *evitantes* eram capazes de desactivar emoções negativas, indivíduos muito *ansiosos* dificilmente o conseguiam. Já os indivíduos *evitantes desligados* (com valores elevados de evitamento e reduzidos de ansiedade, ou modelo positivo de si próprio e negativo dos outros), ao afirmarem não desejar estar

De acordo com os resultados da extensa investigação proveniente da psicologia social e cognitiva (Wegner & Bargh, 1998), o modelo também prevê duas formas de actividade cognitiva – automática/inconsciente e controlada/consciente[32]. A primeira é mais rápida, ocorre sem grande esforço cognitivo, não sendo logo susceptível de ser verbalizada; já o processamento cognitivo consciente e controlado é mais lento, mais ligado ao uso da linguagem e mais exigente do ponto de vista cognitivo. Enquanto vários processos cognitivos inconscientes podem ocorrer ao mesmo tempo em paralelo, nos processos conscientes, há mais probabilidade de que ocorra, um de cada vez, em série. Fletcher (2002) refere que grande parte do que acontece em termos de 'mente da relação íntima' recorre a uma mistura dos dois tipos de processamento cognitivo[33] e depende da fase da relação, das diferenças de personalidade individual e do contexto da relação.

Sendo verdade que as necessidades de explicação, previsão e controlo existem sempre nos indivíduos, também se constata que numa relação íntima de longa duração, as interacções tornam-se mais estereotipadas, requerendo menos pensamento e atenção conscientes. Mas, mesmo nas relações mais reguladas e previsíveis, há dois tipos de acontecimentos que obrigam os indivíduos a uma análise consciente e regulada: os acontecimentos negativos e os acontecimentos inesperados. O esquecimento do aniversário do cônjuge ou a dádiva de um presente sem um motivo, por exemplo, desencadeiam processos cognitivos tanto conscientes como automáticos, os quais são guiados pelas diferentes categorias de teorias consideradas (cf. esquema da Fig. 1.3). Ou seja, ao mesmo tempo que um dos membros do casal procura compreender com atenção o comportamento do outro, continua também a ser influenciado inconscientemente pelas diferentes teorias ou estruturas de conhecimento armazenadas (e.g. as teorias gerais da relação como expectativas, crenças ou ideais continuam a influenciar os julgamentos

---

emocionalmente próximos de outros e, também explicitamente, ao não se preocuparem com a rejeição ou o abandono, parecem ser mais eficazes com o uso daquelas estratégias (Fraley & Shaver, 1997). Para além disso, não ficavam especialmente perturbados com as rupturas relacionais (Sprecher, Felmlee, Metts, Fehr, & Vanni, 1998), evidenciando níveis elevados de auto-estima (Bartholomew & Horowitz, 1991; Shaver *et.al.*, 1996) e deixando os seus pares de relação desconfortáveis ou insatisfeitos (Fraley *et al.*, 1998).

[32] Existem, na literatura científica sobre o tema, muitas designações para estas duas formas de cognição: associativa *versus* baseada em regras, heurística *versus* analítica, tácita ou implícita *versus* explícita, interaccional ou intuitiva *versus* analítica, experiencial *versus* racional, automática *versus* controlada (Fletcher, 2002).

[33] Trata-se de um modelo híbrido, na medida em que, para além de considerar o modelo clássico de processamento de informação, também contempla o modelo conexionista o qual privilegia o processamento cognitivo em série ou por estádios e a existência de redes de conexão a processar em simultâneo (Smith, 1998).

que se estão a processar relativamente à relação e ao par específicos) (Fletcher, Rosanowski, & Fitness, 1994).

Num esforço para integrar e compreender as diferentes abordagens em termos dos processos causais envolvidos nas relações de intimidade - como evidência de que as diferentes teorias e abordagens podem ser complementares em vez de contraditórias[34] -, Fletcher (2002) completa, então, o modelo anterior, considerando outras variáveis. O modelo vem representado por dois esquemas (Figuras 1.4 e 1.5) em que é clara a consideração das propriedades dos sistemas envolvidos (totalidade, circularidade, equifinalidade).

Evidentemente que seria possível cingirmo-nos unicamente ao processo próximo à relação íntima – estratégia adoptada em grande parte das investigações pela psicologia das relações nas últimas décadas - sem ter em atenção as origens evolutivas e as influências culturais dos comportamentos relacionais entre seres humanos. A natureza das influências entre evolução, genes e cultura está longe de ser plenamente conhecida, mas a sua consideração impõe-se quando o que está em estudo é a relação íntima entre homem e mulher. Com efeito, muitas das diferenças de género (masculino e feminino) que se observam (e.g. papéis de género, estereótipos de género) variam, em qualidade e quantidade, em função do ambiente local e cultural em que a relação íntima mulher/homem ocorre. Para além disso, a nossa herança genética não deixa de ter uma grande influência em todas as práticas culturais humanas. Ou seja, mesmo sendo produto da cultura, a divisão do trabalho e a regulação das actividades sexuais estão enraizadas[35] no facto de os seres humanos existirem em dois géneros biológicos e se reproduzirem sexualmente (Eagly & Wood, 1999), como teremos oportunidade de aprofundar nos dois capítulos que se seguem.

---

[34] A este respeito o autor estabelece uma analogia com a seguinte parábola indiana "*A alguns homens cegos foram apresentadas diferentes partes do elefante para que sentissem. Quando lhes foi perguntado de que ser se tratava, a pessoa que tinha sentido a presa (dentes) disse que era como uma lança, o indivíduo que sentiu a tromba disse que era como uma goiva, o que sentiu a cauda pensou que era como um pilão; o homem que sentiu a pata sentiu que era como um pilar, e por aí em diante. Continuaram a discordar e a discutir, cada um insistindo que tinha o modelo correcto do elefante, e eventualmente começaram a lutar*".

[35] Não há, no entanto, contradição entre reconhecer que todo o comportamento humano é causado e, simultaneamente, reconhecer que existe liberdade humana, livre vontade. Como observa Fletcher (2002) - citando Dawkins (1999) *The extendend phenotype: the long reach of the gene*, Oxford University Press – nem mesmo os teóricos da Psicologia Evolutiva, defendem que os genotipos humanos determinam o

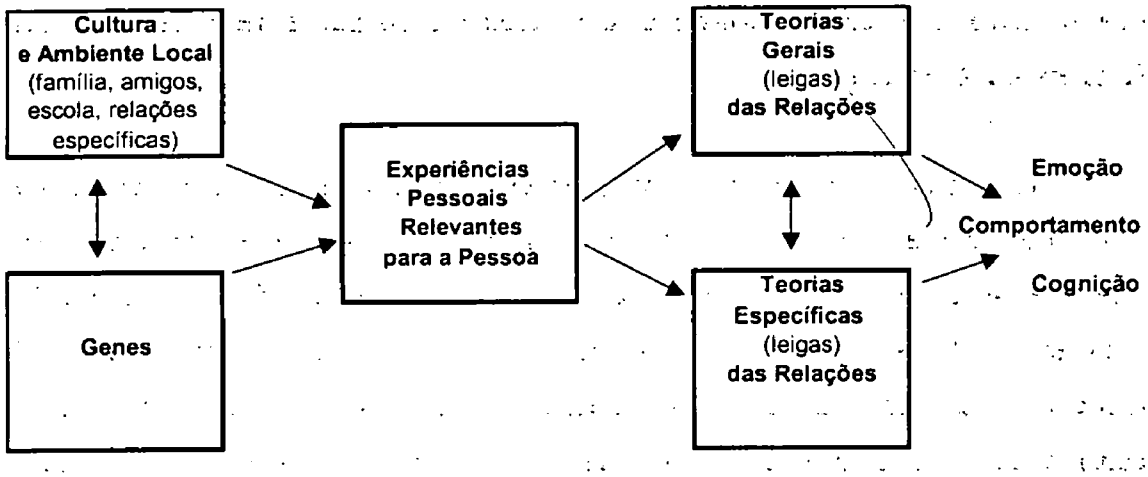


Figura 1.4 - Um modelo das causas e efeitos da mente relacional íntima (Fletcher, 2002)

O modelo propõe que o ambiente local e cultural e a herança genética funcionam em conjunto constituindo as experiências pessoais do indivíduo que são relevantes para a relação. Estas, por sua vez, influenciam o desenvolvimento, no indivíduo comum, de duas estruturas de conhecimento a que já fizemos referência – as *teorias gerais das relações* e as *teorias locais da relação*. O funcionamento destas teorias é evidente nas emoções, comportamentos e cognições os quais, por meio de mecanismos de *feed-back*, irão influenciar os componentes antecedentes e assim sucessivamente.

Sem dúvida que as interacções constituem uma dimensão fundamental nas relações de intimidade. É através das interacções que a criança, activamente, se vai desenvolvendo em adulto, num processo em que herança genética e ambiente local e cultural se inter-influenciam resultando no 'ser homem' e no 'ser mulher'. É também através da interacção que um processo fundamental na intimidade – a vinculação – pode, apesar da sua estabilidade, mudar de relação para relação e ao longo do tempo[36].

produto adulto final, o fenótipo, de uma forma directa. Ou seja, a forma como os genes são expressos é flexível, em função da interacção do ser humano (homem ou mulher) com o ambiente.

[36] Alguns exemplos referidos por Fletcher (2002) podem ajudar a antecipar a importância da interacção no desenvolvimento dos padrões de vinculação. Centrando-nos nas raparigas adolescentes, consideremos duas situações diferentes: numa, a rapariga desenvolveu-se num ambiente parental de vinculação ambivalente ou frio tendo interagido com diferentes homens com os quais não tinha relação genética (e.g. namorados da mãe); na outra, a rapariga desenvolveu-se numa ambiente parental confiante e caloroso tendo interagido com os seus pais. Há grande probabilidade de que, na primeira situação a rapariga desenvolva um estilo de vinculação *insegura* e uma estratégia de acasalamento em que o investimento parental é diminuto e que, na segunda situação, a rapariga desenvolva um estilo *seguro* de vinculação e uma estratégia de acasalamento orientada para uma relação de longo termo com um par leal e caloroso e com considerável investimento parental. No entanto, estas tendências podem alterar-se, e mesmo inverter-se, consoante a relação de intimidade que qualquer uma delas estabeleça com o seu par, o qual também tem uma história própria de interacção entre herança genética e ambiente local e cultural (que se constituiu em experiências pessoais relevantes para a relação as quais, por influência das *teorias gerais e específicas das relações*, se traduzem em emoção, cognição e comportamento específicos).

Por fim, a interacção principal para o tema que estamos a tratar – a interacção entre uma mulher e um homem cuja relação é de intimidade.

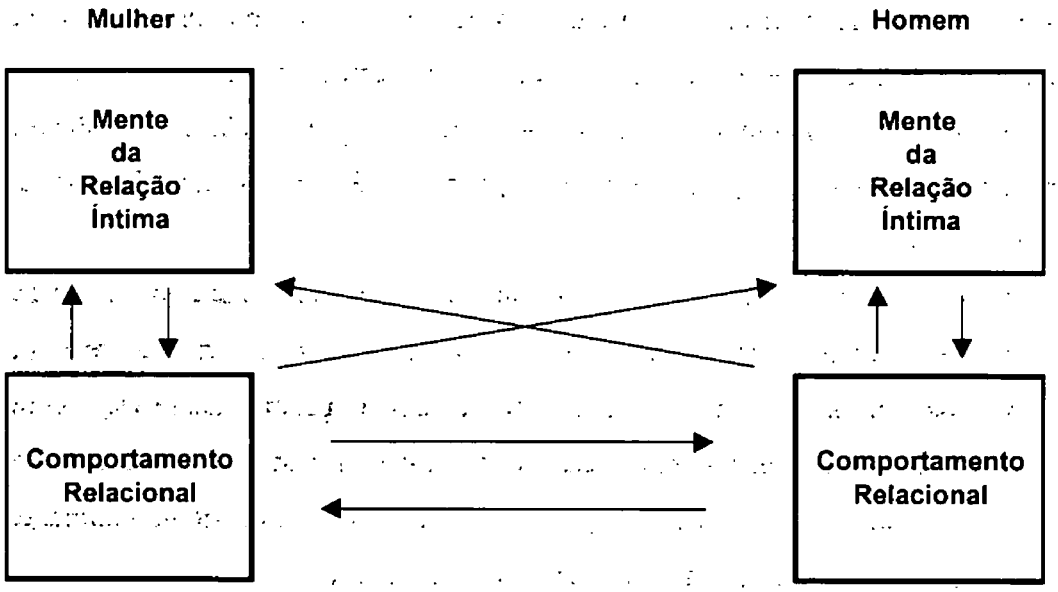


Figura 1.5 – Um modelo simples de interacção relacional (Fletcher, 2002)

No esquema da figura 1.5 consideramos não só a influência entre a 'mente da relação íntima' de mulher e homem (e.g. expectativas e ideais de relação) e o respectivo comportamento relacional, bem como a interacção entre a 'mente relacional' de cada um (e.g. percepção e juízo) e o comportamento relacional do outro e a relação íntima propriamente dita. Se a percepção da realidade da relação corresponde às expectativas e ideais de relação, há mais probabilidade de satisfação e compromisso na relação, conforme teremos oportunidade de aprofundar ao longo deste trabalho.

Em síntese, e nas palavras de Fletcher (2002), "*os seres humanos possuem teorias sobre as relações íntimas maravilhosamente sofisticadas, pelas mesmas razões que os cientistas têm teorias – para explicar, avaliar, prever e controlar as suas relações. Mas estes objectivos, e o modo como são alcançados, variará dependendo das circunstâncias*" (p.261). Exemplificando, se um marido faz algo negativo e inesperado (e.g. esquecer-se do aniversário da mulher), a mulher será impelida a um processo consciente e fatigante de atribuições e tentará explicar e, porventura, controlar o comportamento do marido. Mas, por outro lado, se este mesmo marido repete um comportamento negativo que é esperado, como por exemplo, deitar a roupa suja para o chão, a mulher muito provavelmente não fará nada nem cognitiva nem

comportamentalmente, excepto, talvez inconscientemente, atribuir o acontecimento à sua bem fundada crença de que o marido é desmazelado.

Torna-se claro, através deste modelo, como a intimidade, apesar de ser essencialmente uma qualidade das relações e um processo dinâmico ao longo do tempo, também depende, para o seu desenvolvimento, de uma estrutura, das capacidades e experiências pessoais do homem e da mulher – sentimentos/motivações, capacidades, comportamentos (Costa, 2000; Hatfield & Rapson, 1993; Laurenceau, Barrett & Pietromonaco, 1998).

Como processo interaccional que é, a intimidade surge quando um dos membros do casal expressa sentimentos ou pensamentos interiores (e.g. esperanças, receios, desejos, motivos, ideias) face aos quais o outro responde positivamente (e.g. com compreensão, apoio, interesse, respeito), desenvolvendo-se um clima de auto-revelação e partilha [37] (Cutrona, 1996; Laurenceau, Barrett & Pietromonaco, 1998; Rampage, 1994; Reis, 1990, 1998). A intimidade vai gerando a intimidade[38].

Evidentemente que as emoções desempenham um papel central na compreensão das relações íntimas (cf. Fig.1.2). No modelo que temos vindo a expor, a experiência e expressão das emoções nas relações íntimas seriam fenómenos de primeira ordem, constituindo as teorias que cada indivíduo possui sobre as relações – sociais, gerais e locais – fenómenos de segunda ordem. Essas teorias (de senso comum), por muito pouco fundamento que tenham, são importantes porque influenciam os processos psicológicos e o comportamento (e.g. teorias que explicam o que são as emoções, como sabemos que as estamos a sentir, como são habitualmente expressas). Por outras palavras, a percepção e expressão das emoções envolvem a cognição.

Aliás, a distinção temporal entre emoção, cognição e comportamento, e com maior razão nas relações de intimidade, é artificial, uma vez que todos decorrem em simultâneo, numa dinâmica de influências mútuas. Não são processos estanques. A sua consideração em separado pretende unicamente facilitar a compreensão – como o casal 'pensa' (cognições) está relacionado como o modo como experimenta as emoções (afectos) e como actua (comportamentos) (Baucom & Epstein, 1990). Os trabalhos de Damásio (1994, 1999) e de Goleman (1997) são disso testemunho – as emoções, não só

[37] Assim se percebe como as respostas (verbais e/ou não verbais, explícita ou implícitas, intencionais ou não) que demonstram desinteresse, falta de apoio/empatia ou de respeito, incompreensão, inibem ou mesmo anulam o desenvolvimento da intimidade (Gottman & Silver, 1999; Rampage, 1994).

[38] A intimidade no âmbito das relações de conjugalidade encontra-se desenvolvida no capítulo III deste trabalho.

atraem a nossa atenção e fornecem informação como são indispensáveis para motivar as pessoas a tomar decisões racionais e a comportar-se racionalmente. As investigações neuro-fisiológicas recentes, referidas por Damásio (1994, 1999) são consistentes com um modelo sócio-cognitivo, no qual as cognições interagem com experiências afectivas para produzir o produto final de emoções e auto-atribuições associadas. Daí que as teorias de segunda ordem (sociais, gerais e locais) definidas por Fletcher, possam desempenhar um papel crítico, ao determinar que processos neuropsicológicos e hormonais associados a emoções particulares irão ocorrer.

Em síntese, a cognição, longe de ser um processo essencialmente racional, é condicionada pelos processos afectivos. Ao ser atribuído um significado às emoções que nos marcaram, essas emoções, por sua vez e em retorno, podem dar um sentido à nossa vida, orientá-la (e.g. adesão a uma causa de direitos humanos, defesa de uma tradição familiar, realização de um ideal político, desenvolvimento espiritual). O sentido de vida, para cada indivíduo, passa habitualmente pelo investimento noutro ser humano, ou seja, o que designamos frequentemente por amor. E o sentido atribuído conjuntamente à relação cria uma harmonia que também dá sentido à vida dos dois indivíduos – há uma relação essencial entre o investimento passional (afectivo) e a representação (cognitiva) do mundo que organiza as nossas acções e define as nossas prioridades (comportamento). Aprofundemos, então, o amor. Antes, porém, vamos estabelecer um último contraste entre os processos de vinculação e de intimidade.

4.1. Vinculação e Intimidade

"A segunda saudade é a de ver e ouvir, de perto, de se estar ao pé um do outro, de haver olhos que se olham, caras que se vêem, risos deslumbrados que se têm, palavras que se dizem ou é como se fossem ditas, gestos que se fazem ou apenas se esboçam, e de sentir que nisso se é inteiramente intencional nos recados que se dão por cada um desses meios, como se é naturalmente capaz de adivinhar e de decifrar tudo o que realmente se quer dizer".

(V. Graça Moura, *Meu amor, era de noite*, 2001)

Verificamos que intimidade e vinculação são dois processos bastante relacionados, quer na forma como são experimentados quer nos respectivos componentes. Com efeito, a intimidade é precisamente o que é evitado pelos indivíduos cujo 'modelo sobre os outros' é negativo (padrões de vinculação *evitante amedrontado*

e *evitante desligado*); e o que é procurado pelos indivíduos cujo modelo sobre os outros é positivo (padrões de vinculação *seguro* e *preocupado*) (Bartholomew, 1990).

Vinculação e intimidade, apesar de serem processos fundamentais para o bem-estar físico e psicológico e a funcionalidade do ser humano podem, também, constituir importantes elementos de perturbação, sofrimento físico e psicológico e de disfuncionalidade nos mais diversos campos. É precisamente por estarem tão implicados nos desejos e preocupações das pessoas que estes processos têm o potencial de serem recompensadores quando alcançados ou punitivos quando distorcidos. Constituem exemplos de implicações negativas destes processos os seguintes: revelar-se ao outro aumenta a vulnerabilidade à exploração e ao abandono; os conflitos que ocorrem no contexto de relações íntimas estão entre os factores conhecidos mais perniciosos contra a saúde física e mental; o medo da intimidade frequentemente desperta efeitos negativos antecipados de proximidade emocional, incluindo emaranhamento, perda de individualidade, dependência e possível abandono; experiências de traição e abuso podem reforçar ou mesmo desencadear modelos de funcionamento interno de vinculação insegura. Como referem Reis e Patrick (1997, p.555) "*lutar, abandonar emocionalmente, ou separar-se causa sofrimento precisamente porque ocorre em relações que foram, são ou deseja-se que sejam próximas, com amor e confiança (...) as relações íntimas podem fornecer um contexto interpessoal em que acontecem coisas más, mas estas eventualidades deveriam ser percepcionadas como defeitos na realização do processo, ou como resultado de outros processos cujo impacto é exacerbado por laços emocionais próximos e conhecimento pessoal profundo*".

Apesar das 'pontes' que ligam vinculação e intimidade, os dois conceitos não são sinónimos, diferindo os autores nas relações que estabelecem entre eles. Para Wynne e Wynne (1986), a vinculação seria necessária mas não suficiente para o desenvolvimento da intimidade, já que esta se refere a uma experiência relacional mais complexa envolvendo a confiança, a comunicação aberta, a mutualidade. McAdams (1992, *cit. in* Reis & Patrick, 1997) defende que as relações de vinculação, ao contrário das de intimidade, seriam sempre assimétricas e não recíprocas. Por sua vez, Reis e Patrick (1997), conforme já referimos, consideram que vinculação e intimidade são dois processos compatíveis.

Também é possível relacionar os padrões de vinculação que cada pessoa possui, com as três funções de *explicação*, *previsão* e *controlo* dos comportamentos a propósito

do modelo de cognição da relação íntima (Fletcher, 2002). As *explicações* que os indivíduos com estilos de vinculação *seguro* e *ambivalente* dão para comportamentos negativos dos seus pares (e.g. não ser confortado quando se está deprimido) são completamente diferentes – enquanto as pessoas com vinculação *segura* fazem atribuições que vão no sentido da positividade da relação (e.g. o outro não confortou porque estava com dores de cabeça), os *ambivalentes* evidenciam um padrão negativo para a relação ao atribuir esse comportamento à indiferença ou à falta de compromisso do seu par. No que se refere à *previsão*, enquanto os indivíduos *seguros* adoptam uma visão geral optimista, os *evitantes* esperam não poder confiar no par, e os *ambivalentes/ansiosos* prevêem problemas em arranjar alguém que se comprometa completamente e aceite a intensa forma de intimidade que, desesperadamente, querem alcançar. Por fim, os padrões de vinculação têm a função de *controlo* ao guiar e regular os comportamentos dos dois membros da relação.

O estudo de Simpson e colaboradores (1992) sobre o papel dos estilos de vinculação em situações ansiogénicas (induzidas experimentalmente) é ilustrativo da função de *controlo*: quanto maior o *stress* em que cada pessoa se encontrava, mais o estilo de vinculação respectivo (previamente avaliado) parecia influenciar o comportamento. Assim, enquanto as mulheres *seguras* procuravam apoio no par, as mulheres *evitantes* procuravam não o fazer, chegando mesmo a evidenciar irritação se ele oferecia ajuda; em função da maior ansiedade das respectivas mulheres, os homens *seguros* ofereciam mais apoio emocional e físico e os homens *evitantes* mostravam-se mais inúteis e expressavam irritação[39]. Por sua vez, num grupo de controlo em que nenhum dos elementos tinha sido sujeito a manipulação do *stress*, não havia indicação de que o estilo de vinculação se reflectisse nos comportamentos. Parece, pois, que a activação de ameaça de relação faz com que automaticamente e imediatamente os *modelos de funcionamento* da vinculação actuem nas diversas dimensões: emocional, cognitiva e comportamental. Segundo Fletcher (2002), as estruturas de conhecimento armazenadas na mente da relação íntima (e.g. traços, teorias da relação, expectativas) não são expressas comportamentalmente de uma forma directa e simples, mas antes em função (em termos de acessibilidade e de disponibilidade) do ambiente físico e social.

[39] Não é pois de estranhar que níveis elevados de estilo de vinculação *evitante* possam prever a ruptura relacional conforme hipotetiza Fletcher (2002).

Trata-se, portanto, de uma nova linha de investigação (Baldwin, 1992) reconhecendo o potencial heurístico da aplicação da teoria actual de cognição social[40] à conceptualização dos *modelos de funcionamento*. Baldwin e colaboradores (1993) constataram que adultos com diferentes estilos de vinculação tinham expectativas interpessoais diferentes relativamente ao seu par romântico – os participantes com estilos de vinculação *evitante*, seguidos dos participantes com estilo de vinculação *ansioso*, esperavam mais reacções negativas dos parceiros relativamente à confiança e proximidade do que os participantes com estilo *seguro* de vinculação. Um outro estudo (Baldwin *et al.*, 1996) verificou que o estilo de vinculação que as pessoas atribuíam a si próprias correspondia à disponibilidade[41] e à acessibilidade dos diferentes tipos de conhecimento da vinculação. Estes autores concluem que se certos padrões de relação estão muito acessíveis, isso poderá ajudar a explicar porque é que as pessoas podem desenvolver tendências crónicas para ver as experiências de vinculação em formas de padrão. Assim, as pessoas teriam uma série de experiências de vinculação, podendo o seu estilo de vinculação representar o maior peso de um tipo de padrão. Nas palavras de Baldwin (1996, p.94) "*os adultos possuiriam esquemas relacionais correspondentes a um conjunto de orientações de vinculação e a relativa acessibilidade e disponibilidade deste conhecimento determinaria o seu pensamento sobre as relações*".

Fica, pois, considerada a hipótese da vinculação com um indivíduo específico poder variar ao longo do tempo, e de cada indivíduo poder ter diferentes estilos de vinculação nas diferentes relações que vai estabelecendo com os outros, em função de factores contextuais e sociais. Sendo assim, os modelos de funcionamento interno não seriam tão internos como conclui Cook (2000, p.286) ao afirmar que "*as características do parceiro são significativas ao determinar a vinculação segura nas relações familiares, o que indica que nem toda a variância na vinculação segura pode ser explicada por fenómenos que ocorrem 'dentro da cabeça' do respondente*". No estudo que realizou, Cook (2000) demonstrou, também, que a reciprocidade da resposta (positiva ou negativa) representava um processo interpessoal pelo qual a vinculação *segura* (ou *insegura*) podia ser transformada no tempo. Tratava-se de uma situação em

[40] A cognição social é a orientação conceptual que surgiu da perspectiva de processamento da informação da psicologia cognitiva. Baseia-se "*na convicção de que os constructos relevantes para o processo e representação cognitiva são fundamentais para compreender todas as respostas humanas, independentemente dessas respostas serem sociais ou não na sua natureza*" (Wyer & Srul, 1994, p.ix).

[41] "*Disponibilidade de conhecimento social refere-se ao facto de um certo esquema, constructo ou exemplar estar presente na memória para potencial uso no processamento da informação (...).*

que as representações psicológicas das relações não deviam ser conceptualmente reduzidas a construções cognitivas, devendo, também, reflectir aspectos objectivos (ou intersubjectivos) do ambiente social. As pessoas *seguras* e as *inseguras* elicitariam comportamentos e expectativas dos outros, os quais seriam semelhantes aos seus, criando assim o tipo de ciclos *de feedbback positivo* que é característico dos sistemas que se auto-perpetuam. Aron, Melinat, Aron, e Bator (1997) sugeriram mesmo, após estudos laboratoriais sobre estas hipóteses, que as experiências relacionais poderiam, pelo menos temporariamente, modificar os estilos de vinculação globais das pessoas (e.g. alterar o modelo sobre os outros mas não o modelo sobre si próprio).

De referir ainda que, como os indivíduos podem ter algum grau de cada dimensão no seu estilo de vinculação global, tem sido sugerido por alguns autores (e.g. La Guardia *et al.*, 2000) que seria preferível utilizar instrumentos que avaliassem os diferentes estilos de vinculação também como variáveis contínuas e não unicamente através de categorias. Outra hipótese seria considerar as diferentes dimensões de vinculação como modelo de si próprio e modelo dos outros (Bartholomew, 1990) ou dimensão da ansiedade e dimensão do evitamento (Brennan, Clark, & Shaver, 1998; Fraley *et al.*, 2000). Com efeito, não só estas últimas dimensões mapeiam as que foram consideradas nos estudos originais de Ainsworth de 1978 (Brennan *et al.*, 1998), como os próprios padrões de vinculação considerados por Bartholomew (1990) podem ser conceptualizados em combinações lineares das duas dimensões, sem perda de precisão conceptual (Fraley *et al.* 2000).

Os benefícios da vinculação *segura* entre os adultos são tão vastos que Mikulincer e Florian (1998) consideram tratar-se do factor mais determinante ao longo do ciclo de vida. Com efeito, independentemente da tipologia de vinculação adoptada ou do método usado, os resultados das diversas investigações realizadas permitem afirmar que quanto maior a segurança na vinculação geral dos indivíduos, maior o bem-estar e a satisfação nas relações. É de esperar, portanto, que as pessoas procurem relacionar-se com 'outros' que sejam 'sensíveis e bons prestadores de cuidados', reagindo com tempo e apropriadamente aos respectivos sinais e necessidades. Na teoria da auto-determinação (Ryan & Deci, 2000), o conceito geral de sensibilidade ou responsividade foi diferenciado relativamente às três necessidades psicológicas de *autonomia*, *competência*, e *relacionamento*. Procurando investigar a relação da

Acessibilidade é a facilidade com que uma dada categoria é usada para codificar um novo estímulo" (Baldwin *et al.*, 1996, p.95).

satisfação destas necessidades com a vinculação segura, La Guardia e colaboradores (2000) verificaram precisamente que, a um nível relacional, a satisfação das necessidades, sobretudo de autonomia e relacionamento, mas também de competência[42], permitia prever a vinculação *segura* geral, o modelo de si próprio e o modelo dos outros. O preenchimento destas necessidades psicológicas parece, pois, andar a par da vinculação *segura*. As análises de regressão realizadas permitiram concluir que a necessidade de *relação* era o preditor mais forte, seguido da *autonomia* e, só depois, da *competência*. Voltamos, pois, aos conceitos centrais de autonomia e relação referidos no início deste capítulo. A realização da necessidade de relação enquanto 'sentir-se ligado e cuidado por outro(s)' (Baumeister & Leary, 1995) revela-se como fundamental. Para além disso, parece que, para um funcionamento satisfeito da relação, cada parceiro deverá apoiar a autonomia do outro. Nestas análises foram encontradas poucas diferenças de género pelo que estas necessidades não se mostraram diferencialmente importantes na previsão da vinculação para os dois sexos. Os autores constatam que as pessoas reconhecem maior segurança de vinculação nas relações em que experimentam satisfação das necessidades, assim como também experimentam maior necessidade de satisfação com pessoas relativamente às quais estão *seguras*, pelo que a relação entre os conceitos surge como bidireccional.

Uma outra hipótese avançada quanto à vinculação, refere-se, mais do que aos padrões ou estilos de vinculação em si, à existência ou não de compatibilidade entre os modelos de vinculação dos cônjuges. Há evidência de semelhança nos casais relativamente aos estilos de vinculação, sendo o resultado mais consistente o que se refere ao estilo de vinculação *seguro*: se um dos elementos tem um estilo *seguro*, então há grandes probabilidades do outro também o evidenciar. É raro encontrar, em relações de longa duração, ambos os cônjuges com um nível elevado de evitamento da intimidade (Morgan & Shaver, 1999, *cit.in* Fletcher, 2002). Nas relações em que ambos os indivíduos são inseguros, o padrão mais habitual é composto por um deles *evitante* (geralmente o homem) e o outro *ansioso/ambivalente* (geralmente a

[42] Para além de não ser de esperar que as pessoas desenvolvam relações próximas com outros que as critiquem com frequência, relativamente ao seu desempenho e competência, a satisfação desta necessidade de competência (sentimentos de desafio, eficácia e curiosidade) pode ser obtida junto de outras fontes (trabalho, escola, tempos livres), que não as relações principais de vinculação, por isso não será tão importante como as de autonomia e de relacionamento.

mulher)[43]. Também se verifica que, após uma ruptura na relação, é frequente as pessoas envolvidas evidenciarem, ainda que temporariamente, um estilo *evitante* – sinal de que estilos de vinculação e experiências de relação se influenciam reciprocamente.

Aprofundemos, finalmente, o amor.

5. O Amor

"Não tenho a certeza de que estejas dentro de mim, ou de que eu esteja dentro de ti, ou de que me pertenças. Pelo menos não é isso que eu quero. Acho que estamos ambos dentro de outro ser que criámos e que se chama "nós". Na verdade, não estamos dentro desse ser. Somos esse ser. Ambos nos perdemos a nós próprios e criámos outra coisa, algo que existe apenas como uma união de nós os dois. Meu Deus, estamos apaixonados. Da maneira mais profunda que é possível conceber-se. (...) Num universo de ambiguidades, este tipo de certezas só existe uma vez, e nunca mais, não importa quantas vidas se vivam." (Waller, R.J., *The Bridges of Madison County*, 1992)

O amor sente-se, o amor pensa-se, o amor manifesta-se. O amor é muito mais do que uma emoção, implicando os diferentes sistemas afectivo, cognitivo e comportamental, os quais podem funcionar independentemente ou em conjunto. E o amor sente-se em relação a um outro e por causa de uma relação com esse outro.

O debate[44] quanto ao facto do amor entre adultos, ser ou não uma emoção básica do ser humano, prende-se com o facto dos sistemas psicológicos a ele subjacentes terem bastante complexidade.

A distinção efectuada por Damásio (1994, 1999) entre emoção, sentimento e consciência traz luz a estes conceitos. Primeiro existe a emoção[45] (o que implica uma

[43] Este padrão coaduna-se com o padrão comunicacional de 'pedido-evitamento' ou 'ataque-retirada' (Christensen & Shenk, 1991) geralmente desempenhado, respectivamente, pela mulher que ansiosamente exige e confronta o marido, e por este que se afasta e evita o conflito.

[44] Há desacordo sobre quais são as emoções primárias ou básicas (com padrões neuro-fisiológicos identificáveis e comportamento não verbal associado). As listas de emoções primárias que foram propostas variam de 5 (zanga, aversão, medo, felicidade e tristeza – Oatley & Johnson-Laird (1987) *cit. in* Fletcher, 2002) a 17 (zanga, aversão, medo, tristeza, desprezo, desagrado, frustração, culpa, esperança, orgulho, lamento, alívio, surpresa, alegria, perturbação, e amor – Roseman (1994), *cit. in* Fletcher, 2002) e muitas não incluem o amor. Na análise de Rougemont (1968) o amor romântico teria sido uma invenção do século XII, mas investigações actuais (e.g. Shaver, Collins, Clark, 1996) sublinharam a antiguidade e universalidade do amor romântico.

[45] A tipologia de emoções (padrões de resposta complexos e estereotipados) – primárias, secundárias ou sociais, e de fundo – considerada por Damásio (1994, 1999) é um pouco diferente da de outros autores. Alegria, tristeza, medo, cólera, surpresa e aversão são emoções caracterizadas por um início e fim rápidos

modificação do estado do corpo); depois o sentimento da emoção (o que se traduz na representação em imagens das modificações emocionais); por fim, existe a consciência (o que significa conhecer o sentimento e permitir que ele não desapareça). As emoções precedem os sentimentos, são dirigidas para o exterior e, por isso habitualmente observáveis; os sentimentos enquanto "experiência mental e privada da emoção" (idem, 1999, p.62) são dirigidos para o interior, não directamente observáveis; a consciência dos sentimentos, por sua vez, vai permitir a intencionalidade e o planeamento de comportamentos adequados ao outro e à relação.

Assim, o amor é muito mais do que emoção, é um conjunto de sentimentos conscientes através dos quais é possível expressar uma vontade – a vontade de amar o outro, a vontade de ser amado pelo outro, a vontade de criar uma relação que seja 'nossa'. É neste sentido que se diz que 'amar é, também, querer amar'. Afectos, cognições e comportamentos surgem no amor de uma forma tão simultânea e complexamente relacionada que não é possível isolá-los. Sem desvalorizarmos os afectos e os sentimentos, o amor, na sua essência, é um acto de vontade.

Shaver, Hazan e Bradshaw (1988) conceptualizaram o amor entre um homem e uma mulher como uma integração dos três sistemas comportamentais nos humanos, definidos na investigação pioneira de Bowlby (1982/1969) – vinculação, prestação de cuidados, sexualidade. Assim, quando um homem ou uma mulher dizem um ao outro "Amo-te", pretendem transmitir um ou todos estes significados (nos quais é, também, evidente o papel das emoções):

→ Amor como vinculação - "Estou emocionalmente dependente de ti para ser feliz, para me sentir a salvo e seguro(a); sinto-me ansioso(a) e sozinho(a) quando te vais embora, aliviado(a) e fortalecido(a) quando estás perto. Quero ser confortado(a), apoiado(a) emocionalmente e cuidado(a) por ti. Parte da minha identidade está baseada na ligação a ti".

mediado por um pico de intensidade – são as emoções primárias. Vergonha, culpa, ciúme, orgulho são exemplos de emoções secundárias dado que é mais evidente o papel desempenhado pela sociedade. A maior novidade de Damásio reside na consideração das emoções de fundo de que são exemplo – bem-estar, mal-estar, estabilidade, instabilidade, harmonia, discórdia, excitação, calma – como sendo aquelas que experimentamos a maior parte das vezes. Estas emoções de fundo apesar de mais dirigidas para o interior do que para o exterior, são observáveis através de sinais muitos deles não verbais (e.g. expressão facial; movimentos oculares, tom de voz, postura corporal).

→ Amor como prestação de cuidados – "Sinto muito prazer em te apoiar, em te acarinhar e cuidar de ti; em te ajudar no teu progresso, saúde, crescimento e felicidade. Parte da minha identidade está baseada no cuidar de ti, e se desapareceres, eu sentir-me-ei triste, vazia(o), com menos valor, e talvez, culpada(o)".

→ Amor como atracção sexual – "Sinto-me sexualmente atraído(a) por ti e não consigo tirar-te da minha cabeça. Excitas-me, fico estonteado(a), fazes sentir-me vivo(a), completo(a) no meu sentido de plenitude. Quero ver-te, tocar-te, unir-me a ti, perder-me em ti" (Shaver, Collins, & Clark, 1996, p.93).

De muito interesse é o facto de investigadores na área da psicologia social e clínica (e.g. Aron & Westbay, 1996), ao estudarem as dimensões subjacentes ao juízo que os indivíduos fazem relativamente ao amor em relações adultas - e sem se basearem no trabalho de Bowlby -, terem chegado, por análise factorial, a um padrão tripartido semelhante: *intimidade* (e.g. vinculação), *compromisso* (e.g. cuidar), e *paixão* (e.g. atracção sexual). De realçar que os componentes básicos do amor adulto – intimidade e compromisso – podem, dada a semelhança evidenciada, ter emergido dos mesmos sistemas que promovem a ligação adulto – criança.

A revisão de literatura científica que efectuámos sobre conceptualizações do amor revela que paixão, intimidade e compromisso são considerados por vários autores como os principais componentes do amor, isto apesar da pouca unanimidade no que se refere à relação entre eles (e.g. enquanto classe ou elemento da classe) e à importância de cada um (Fehr, 1988; Rusbult & Buunk, 1993; Sternberg, 1988, 1998).

Apesar de, na investigação psicológica sobre conjugalidade e terapia familar, os estudos sobre o amor só terem surgido de forma sistemática a partir da década de 70 (Levin, 2000; Willi, 1997), existe actualmente uma proliferação de diversas perspectivas e abordagens ao tema[46]. Destas, vamos referir-nos, especialmente, a três

[46] Adoptando critérios diferentes, têm surgido diversas propostas de classificação destas teorias. Tzeng (1993), por exemplo, considera três grupos – teorias de desenvolvimento e formação do amor; teorias de manutenção do amor e de resolução de conflitos; teorias de dissolução do amor e do casamento – nos quais tenta calssificar, nem sempre com clareza de critérios, trinta teorias sobre o amor. Barnes e Sternberg (1997) por sua vez, realizam uma primeira distinção entre teorias implícitas (numa acepção muito semelhante à de teorias gerais e locais da relação íntima, de Fletcher) e teorias explícitas (provenientes da investigação científica) as quais se subdividem em estruturais e processuais. A proposta mais recente é de Narciso (2001) de classificação das teorias do amor em função de dois grupos (não mutuamente exclusivos): as teorias estruturais (teorias mais estáticas, que têm como objecto de estudo o amor e as pessoas que amam e são amadas) e teorias processuais relacionais (teorias mais dinâmicas cujo objecto de estudo é o processo relacional amoroso).

pela sua pertinência no nosso estudo: Teoria Triangular do Amor (Sternberg, 1986, *cit.in* Sternberg, 1988) e o Amor ao longo da vida (Sternberg, 1998); Estilos/padrões de vinculação[47] (Hazan & Shaver, 1987; Bartholomew, 1991); Amor romântico (Branden, 1988).

Sternberg (1986, *cit.in* Sternberg, 1988) já anteriormente tinha proposto uma teoria para compreender as relações amorosas (amizade e amor). Designou-a por Teoria Triangular do Amor dado estar baseada em três elementos que, em conjunto, podem ser vistos como formando os vértices de um triângulo (cf. Fig. 1.6).

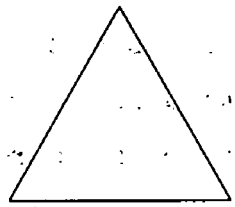


Figura 1.6 – Esquema da Teoria Triangular do Amor (Sternberg, 1988)

Cada um dos componentes refere-se a um aspecto diferente do amor: intimidade (sentimentos de proximidade e laços emocionais, por partilha de sentimentos e de actividades); paixão (atracção sexual e romântica) e compromisso (implica a decisão de que existe amor e de que, a longo prazo, a relação deve continuar). Não existindo nenhum destes componentes, não há relação. Da combinação destes três elementos resultam diversos tipos de relações, dos quais, dois referem-se a amizade – gostar (intimidade sem paixão nem compromisso); amor companheiro (intimidade e compromisso mas sem paixão) – e, os restantes, ao amor - amor romântico (intimidade e paixão); amor vazio (compromisso, sem paixão nem intimidade); amor louco (paixão e compromisso, sem intimidade); amor empolgado (paixão, sem compromisso nem intimidade); amor total (paixão, compromisso e intimidade).

O autor considera, ainda, que a geometria deste triângulo depende de dois factores: da 'quantidade' do amor (quanto maior o amor, maior a área do triângulo) e do

[47] Os Estilos/padrões de vinculação (Hazan & Shaver, 1987; Bartholomew, 1991) já foram anteriormente desenvolvidos.

equilíbrio do amor (e.g. um amor equilibrado relativamente aos três componentes seria representado por um triângulo equilátero). Sendo assim, os tipos de amor nomeados são casos limite, dado que na maior parte das relações amorosas existem todos os componentes, ainda que em diferentes proporções (Barnes & Sternberg, 1997; Sternberg, 1988, 1998). A maior parte das relações evoluiria do amor romântico (paixão e intimidade) para amor companheiro ou para amor total.

A emergência de uma estrutura com estas três dimensões do amor, nos diversos trabalhos de investigação que temos vindo a citar, não significa que as pessoas (leigas, não cientistas) tenham conhecimento desta estrutura tripartida ou que esta faça parte das teorias de segunda ordem a que nos referimos anteriormente. Constata-se, no entanto, por evidência empírica (Baumeister & Bratslavsky, 1999; Narciso, 2001) que o amor entre um homem e uma mulher se expressa de formas muito diferentes de casal para casal e, no mesmo casal, em função do tempo. Diferem pelo modo como paixão, intimidade e compromisso, são vividos de modo conjugado ou independente.

Sternberg (1998) desenvolveu, então, a teoria do amor ao longo da vida para o qual seriam fundamentais: a semelhança, entre os dois membros do casal no que se refere ao valor atribuído ao amor, bem como no que se refere ao padrão relacional (i.e. como deveria ser a relação amorosa); a reciprocidade (evidenciada pelo envolvimento semelhante na relação). No início como na manutenção das relações amorosas, o papel das recompensas seria importante, e isto, de acordo com as seguintes teorias: do reforço (as pessoas gostam de alguém quando a sua presença é recompensadora), da troca social (as pessoas sentem maior atracção e intimidade relativamente àqueles que lhes dão mais recompensas e menos punições) e da equidade (as pessoas são mais felizes em relações em que o que se dá é proporcional ao que se recebe). Relativamente à paixão, intimidade e compromisso, foram dez os aspectos encontrados pelo autor, nos estudos que realizou, como essenciais à manutenção do amor: comunicação/apoio, compreensão/apreço, tolerância/aceitação, flexibilidade/disposição para a mudança, valores/capacidades, família/religião, finanças/tarefas domésticas, atracção física/romance, gostar/amizade, e fidelidade.

As relações amorosas, no seu processo de evolução, sofrem mudanças. Nas relações que se vão desenvolvendo através de diversos encontros, os níveis elevados de paixão vão progressivamente sendo acompanhados do desenvolvimento de intimidade e, posteriormente, do compromisso (como no casamento). Assim, uma relação que começou por ser superficial, partindo de um conhecimento inicial, à medida que se vai

dando a descoberta mútua, vai aumentando em trocas afectivas e interesse mútuo. Assim que a intimidade vai tomando lugar, "*estas trocas afectivas aumentam rapidamente, o falar de si próprio é cada vez mais profundo, assim como a exploração e idealização do outro. Progressivamente, a maior intimidade, a revelação e exploração desmascararam falhas e cada um tenta manipular o outro no sentido de o modificar de acordo com as suas expectativas e desejos. Finalmente, cada um tenta adaptar-se à realidade do outro, estabelece-se como que um contrato, consciente ou não, que permite uma relação permanente. No entanto, a definição deste contrato depende do nível de desenvolvimento dos seus membros e das expectativas e necessidades*" (Costa, 1994, p.36).

Em muitas relações amorosas, os três componentes operam em uníssono e, nas relações que vão amadurecendo ao longo dos anos, por vezes, a componente paixão enfraquece, enquanto a intimidade e o compromisso se mantêm com níveis elevados. Nas relações que não passam de uma noite, a atracção sexual (um dos elementos da paixão) é o que domina, enquanto os níveis dos outros componentes são muito reduzidos ou inexistentes. Também há relações em que, dos três componentes, só resta o compromisso, podendo a relação manter-se assim ou terminar em separação ou divórcio. Também há relações amorosas unicamente mantidas pela intimidade, quando a paixão (atracção sexual e romântica) e o 'ser cuidado por' (um dos elementos do compromisso) desapareceram (e.g. em casos de doença física ou mental de um ou ambos os elementos do casal). Também há relações amorosas de casais com mais de vinte anos em comum, nos quais os níveis de paixão são elevados e explicam muitas das diferenças na satisfação conjugal (Aron & Henkemeyer, 1995).

Diferente é o contributo de Branden (1988) ao defender uma concepção mais unitária (menos tipológica) do amor que designa por amor romântico. O amor seria "*uma apaixonada vinculação espiritual-emocional-sexual entre duas pessoas reflectindo uma elevada estima pelo valor de cada uma*" (idem, p.220). Com base nos estudos que realizou com casais que, ao fim de muitos anos se afirmavam felizes e apaixonados, o autor encontrou um conjunto de comportamentos comuns a todos eles: expressão do amor (física, sexual, verbal); expressão de admiração pelo outro; auto-revelação e apoio mútuos; aceitação de exigências e de imperfeições; tempos exclusivos do casal. Original é o facto de salientar, realisticamente, que o amor romântico não é perfeito. Homem e mulher também trazem para a relação amorosa as suas dúvidas e inseguranças, os seus receios e fragilidades o, que, para além de poder aumentar a

intimidade psicológica, também pode estar associado a desilusões e sofrimento. A este respeito Branden (1988) estabelece a comparação com aspectos como a profissão e os filhos que se têm, os quais sendo, também frequentemente, causa de desencantamento, não são considerados erros ou motivos de desistência. Contrapõe à desilusão, à dificuldade e conflito, a coragem de ser vulnerável e a coragem de permanecer ligado ao amor porque "*...quando um casal perde esta coragem e procura resguardar-se da dor no refúgio do evitamento, como tão frequentemente acontece, não foi o amor romântico que lhes faltou, mas foram eles que faltaram ao amor romântico*" (idem, p.230).

E a conjugalidade no meio disto?

6. A Conjugalidade

"Ama e faz o que quiseres. A medida do amor é amar sem medida"
(Santo Agostinho)

A relação de conjugalidade é, para a maioria dos homens e das mulheres, a relação mais íntima que voluntariamente estabelecem.

Os dados estatísticos relativamente ao casamento e ao divórcio são, para este efeito, bastante reveladores. O Instituto de Estatísticas da União Europeia (2002) revelou que, no espaço europeu, entre 1980 e 2000, a taxa de casamentos diminuiu 15% e a de divórcios aumentou 40% (a taxa de divórcios, por cada mil habitantes, foi mais elevada na Bélgica e mais reduzida na Irlanda e na Itália). Em Portugal, continua a tendência decrescente no número de casamentos iniciada nos anos 80 (em 2001 realizaram-se menos 8,4% de casamentos do que em 2000)[48] e, desde 1975, o divórcio tem-se tornado um fenómeno demográfico cada vez mais frequente, tendo-se verificado, no entanto, em 2001, um ligeiro decréscimo (-1,3%) no número de divórcios decretados - 19044 para 19302 decretados em 2000 (cf. resultados definitivos Censos 2001, INE)[49].

[48] Em Portugal, na década de 70, o número médio de casamentos celebrados por ano atingiu o valor mais elevado desde que há informação estatística sobre o facto (86 595), tendo-se verificado o número máximo em 1975 (103 125). A partir dos anos 80 iniciou-se a tendência decrescente dos casamentos celebrados (INE, 2002a).

[49] Em Portugal, a média dos divórcios dos dois últimos anos continuou a aumentar sendo que, cada vez mais são por mútuo consentimento (86,5%) e, cada vez menos, são litigiosos (13,2%). Em ambos os sexos, entre 1992 e 2001, proporcionalmente há menos pessoas a divorciarem-se com menos de 30 anos. No que se refere à duração do casamento dissolvido por divórcio, a tendência é a de aumento de divórcios em casamentos recentes (dos 0 aos 4 anos) que passaram de 12,2% em 1992 para 18,3% em 2001. Os

Estudos norte-americanos revelam que a probabilidade de que um casamento termine em divórcio é de 50% (Gottman, 1991), aumentando essa percentagem não se tratando do primeiro casamento (Johnson & Lebow, 2000).

A maioria das pessoas continua, no entanto, a querer casar e, o casamento, quando funciona, parece ser o melhor espaço para satisfazer as necessidades de afecto, companhia, lealdade e intimidade emocional e sexual, conforme exaustiva análise de Kiecolt-Glaser (2001). Um estudo longitudinal de sete anos, com 1201 participantes, concluiu que os adultos que permaneciam casados tinham níveis de bem-estar mais elevados do que os que permaneciam solteiros – acresce que os homens casados, não as mulheres, registavam menos depressão; as mulheres casadas, mas não os homens, registavam menos problemas com álcool (Horwitz *et al.*, 1996). Pelo contrário, os casamentos infelizes têm efeitos negativos na família e, nos casos mais graves estão associados a doença (física e mental), abuso e violência (Kiecolt-Glaser, 2001).

O que faz um casamento durar apesar dos conflitos e das desilusões inevitáveis? De onde lhe vem a força de convicção, a evidência de identidade que confere a capacidade de permanecer?

O factor dinâmico não será a componente sexual, como analisámos anteriormente, porque as relações unicamente baseadas na satisfação sexual recíproca, excluindo o projecto de criar um casal duradouro, existem paralelamente à existência do casal, não lhe afectando necessariamente a existência. A sexualidade, no casamento é um componente muito importante, mas não suficiente, "*não prova nada, mas adquire valor validando, confirmando, tornando mais convincente uma outra categoria de experiências, experiências que se jogam num plano mais psicológico que físico, mais afectivo que instintivo, o das emoções*" (Caillé, 2001, p.362).

A 'energia' que mantém o casal teria a sua fonte no aumento de identidade, no reforço da relação 'nós', no amor em todas as suas dimensões. Esta força secreta seria uma narrativa singular no interior da qual duas pessoas têm existência (Bateson, 1987). As particularidades da narrativa, que são a originalidade do casal, também são o que inspira o amor que faz perdurar o casal e que influencia a percepção do quotidiano. E como o casal evolui ao longo do ciclo de vida, vai fazê-lo, precisamente, a partir desta

divórcios de casamentos com 25 anos ou mais anos aumentaram passando de 13% em 1992 para 15,5% em 2001. O grupo dos 5 aos 9 anos de casamento continua maioritário nos divórcios por duração de casamento, mas a sua importância relativa diminuiu de 25,1% (1992) para 23,5% (2001). Nos casais com filhos, a frequência dos divórcios vai diminuindo à medida que o número de filhos vai aumentando (INE, 2002b).

narrativa plena de amor a que Caillé (1991) denominou 'absoluto do casal'[50], uma vez que esta narrativa particular representa quer a razão de existir da relação, quer os seus limites. É que "*estar apaixonado transforma a longo prazo os sistemas conceptuais pessoais.. A anterior visão individual do mundo é atenuada, dando lugar a nova construção e percepção da realidade que é ligada à do par...e juntos criam o seu próprio mundo, com os seus valores, visões e atitudes, normas e regras*" (Willi, 1997, p.181). Se marido e mulher se desinteressam da sua história de casal, se ela já não ocupa espaço na sua experiência do mundo, "*se esta energia não está mais presente sob a forma de uma metamorfose qualquer, nem que seja ódio ou qualquer outra forma de ligação, o fenómeno casal desapareceu tão misteriosamente como tinha aparecido e só restará fazer um trabalho de luto*" (Caillé, 2001, p.367). Sentimento, vontade e cuidar do amor são, pois, necessários. Daí que, para amar de modo duradouro, também seja preciso querer amar.

Actualmente, a base de uma relação conjugal é, na maior parte dos casos do mundo ocidental, o amor. Nem sempre foi assim. Em muitas culturas o casamento era (e ainda é) combinado, tendo como base objectivos económicos e políticos, frequentemente destinado a fortalecer os laços familiares e as linhas de classe social. Nas perspectivas histórica, sociológica e psicológica, diversos estudos sobre a evolução das relações entre homem e mulher ao longo do tempo, dão-nos conta dos diferentes matizes no significado de amor, sexualidade, casamento e família (Attias-Donfut *et al.*, 2002; Badinter, 1986; Duby, 1992; Gottlieb, 1993; Lipovetsky, 1997; Rougemont, 1940/1968; Sarraceno, 1988). Mas, como refere Fisher (1992) "*Tabus, mitos, rituais e uma miríade de invenções culturais impelem os jovens pelo mundo todo para casamentos arranjados. Mas onde esses casamentos podem ser dissolvidos, como na Nova Guiné, ...no Pacífico, em África e Amazónia, as pessoas regularmente divorciam-se e tornam a casar com alguém escolhido por elas*" (p.74). A maioria das relações conjugais, nas diferentes culturas, é monogâmica[51] e, apesar de em muitos países ocidentais (sobretudo naqueles em que não há obstáculos legais nem atitudes sociais negativas relativamente ao divórcio, e igualdade económica e política entre homens e mulheres), cerca de metade dos casamentos terminar em divórcio, a outra

[50] 'Absoluto de casal' enquanto "*reunião de elementos psíquicos num todo estruturado, apresentando qualidades ou valores novos em relação aos elementos de origem*" (Caillé, 1991, p.105).

[51] Predomina a monogamia por oposição à poligamia sendo que, segundo investigação de Fisher (1992), a poliandria é muito rara e a poliginia existente traduz-se em que somente 5 a 10% dos homens nas culturas que a permitem têm, efectivamente, mais do que uma mulher.

metade é constituída por casais que, aparentemente, escolhem passar juntos a sua vida[52]. Ou seja, nas culturas onde o divórcio é relativamente frequente, na maioria das situações, não é substituído por celibato ou promiscuidade, mas por outras relações monogâmicas. Por outro lado, um outro factor que contribui para uma diminuição da taxa de casamentos prende-se com o aumento das uniões de facto.

Pina Prata (1994) propõe quatro etapas percorridas pelos casais e famílias do mundo ocidental, nas últimas décadas, relativamente ao desempenho dos papéis familiares, às atitudes de fundação de uma nova família e às atitudes de convivência familiar. Assim na década de 1960/70 "*...o modelo ideal de convivência que vingou, com o nascimento da família moderna, foi o de um casamento em que se tenta uma* aliança *entre um* padrão institucional *civil e/ou religioso e* uma eleição de conjugalidade afectiva *de mais livre escolha* interpessoal, *não obstante os inúmeros condicionalismos distintos em cada caso*" (p.213). A década seguinte vai caracterizar-se pelo culminar de desagregações familiares, na sequência das percentagens mais rapidamente atingidas de divórcios em toda a Europa, resultando em segundos ou mais casamentos[53], razão pela qual recebe a designação de "*fragmentação de conjugalidades e parentalidades sucessivas*" (idem, p.214). É também característica desta década a instalação da '*convivência-de-coabitação*' como modalidade socialmente aceitável de convívio familiar precedendo, frequentemente, o casamento formalmente instituído. Na década de 80/90, iniciada a tendência para uma *nova reorganização da vida familiar*, vão coexistir essencialmente quatro formas de convivência familiar: as famílias ditas *intactas*, as famílias *monoparentais*, as famílias *confluentes* e as famílias de *coabitação* (idem, 1994). Por último, a partir da década de 90 até aos nossos dias, começa a desenhar-se o que o autor refere por '*perfil de relações de solidariedade afectiva e de amor criador de longa duração*', caracterizado por um contexto de turbulência em que o questionamento das situações de divórcio e de coabitação conduzem a uma "*reapreciação do casamento de aliança, tornando-o compatível com o desejo de realização pessoal e profissional e de abertura a exigências interpessoais mútuas*" (Pina Prata, 1994, p. 215). Esta última etapa é muito semelhante ao 'novo desafio

[52] O que não significa inexistência de relações extra-conjugais...

[53] Pina Prata refere-se-lhes como 'famílias confluentes' enquanto modalidades de convivência familiar, em que "confluem, abruptamente, diferentes linhagens intergeracionais; isto ocasiona um número inesperado e sem nome apelativo de relações inter-famílias, cuja procura de denominação possível, ainda não conseguida para muitas delas, é desnorteante na interconvivência reequilibrada entre seus elementos, denotando um tecido inter-relacional mais em fase destruturante do que de reconstrução de novas modalidades embrionárias de convivência familiar em desenvolvimento" (1994, p.214).

amoroso da conjugalidade actual, a que já nos referimos no início deste capítulo a propósito de Jonckheere (2000).

Constata-se, assim, em cada cultura e entre culturas, uma considerável variabilidade na forma como os seres humanos constróem o amor e a sexualidade nas suas relações íntimas, o que revela a diversidade de estratégias flexíveis de acasalamento em função do contexto e respectivas exigências da situação (Fletcher, 2002). No entanto, verifica-se que na selecção do par, para relações duradouras, os homens, por comparação com as mulheres, tendem a conferir maior importância a características como atracção e vitalidade. Já as mulheres, por comparação com os homens, valorizam sobretudo a lealdade e o romantismo bem como o estatuto e os recursos. Estas tendências, para além de serem replicadas através de diferentes métodos de recolha e análise de dados, verificam-se, também, em diversas culturas (Buss, 1995; Canary & Dindia, 1998; Hamida, Mineka, Bailey, 1998[54]; Sprecher *et al.*, 1994). As relações amorosas parecem ser diferentes segundo as perspectivas do homem e da mulher. Enquanto os homens tendem a apaixonar-se mais rapidamente e em momentos de transição, as mulheres parecem ser mais controladas e cautelosas em relação ao desenvolvimento e consequências das relações de amor (Costa, 1994, 2000).

Considerar o casal e a família como sistemas abertos (Bertalanffy, 1968) implica, entre outros aspectos, considerar as influências da família de origem e da alargada, nas suas diferentes gerações, da comunidade e da cultura numa tentativa de recriar estruturas e processos conjugais e familiares em que haja continuidade. Para além disso, cada casal/família segue um percurso no tempo - o ciclo de vida familiar - definido por um conjunto de acontecimentos nodais os quais, apesar das variações contextuais de tempo e espaço, são universais, sequencialmente previsíveis, indutores de mudança e de adaptação do sistema familiar. É o caso do casamento e da maternidade/paternidade passando a constituir referências de base na construção do projecto de vida de cada indivíduo.

O desenvolvimento da família processa-se, assim, em função das interacções entre os seus membros ao longo do tempo. Os membros da família encontram-se em diferentes níveis de desenvolvimento, com diferentes representações do passado e diferentes expectativas de futuro, gerando relações de diferentes tipos. Cada indivíduo

[54] De acordo com a investigação de Hamida *et al.* (1998), a maior falta de controlo, por parte das mulheres, relativamente aos traços que são valorizados pelos homens, coloca-as numa situação de maior risco de afecto negativo, depressão, baixa auto-estima.

reconstrói e transforma o que lhe foi transmitido na sua família de origem, depois, renegoceia a sua posição no momento da formação do casal face ao seu par, par esse também portador de uma cultura familiar. (Alarcão, 2000; McGoldrick, 1982; Relvas, 1996; Ribeiro, 1991). A articulação dos laços de aliança e de filiação multiplica, de forma exponencial, o cruzamento das transmissões à medida que atravessamos as gerações. "*A tensão entre o 'eu' e o 'nós' exprime-se em vários campos, de forma larvar ou subterrânea, e é claro que as relações familiares são o objecto de tensões e de conflitos mais ou menos vivos*" (Attias-Donfut, Lapierre, Segalen, 2002, p.25). É da relação conjugal – resultante de um querer livre de marido e mulher – que partem todas as outras – paternidade, maternidade, filiação, fraternidade, parentesco.

É aceite, unanimemente, pelos autores sistémicos e cognitivo-comportamentais, que os acontecimentos de vida (normativos e não normativos) têm um impacto diferente nos membros do casal/família – função da idade e da geração e de características idiossincráticas -, provocando *stress* ou mesmo crises nesses momentos de transição, as quais vão exigir reorganizações pessoais e relacionais (Carter & Mc Goldrick, 1989; Costa, 1994; Cowan & Hetherington, 1991; Duvall, 1962; Levinson, 1990; McCubbin & Figley, 1983; Relvas, 1996). O rumo dessas reorganizações vai depender da interacção entre capacidades pessoais, recursos sociais (e.g. apoio social da rede de relações) e contextos de vida (e.g. família, trabalho, escola) (Alarcão, 2000; Julien *et al.*, 1994).

O facto de existir uma história comum da família/casal confere identidade no meio das mudanças e adaptações inerentes a um desenvolvimento individual e conjunto necessário por causa das mudanças dos valores e estruturas sociais, familiares e educacionais. E a manutenção do amor no casal é um processo de descoberta e construção de diferentes formas de amar e ser amado que acompanhem a evolução de cada um dos cônjuges ao longo do seu desenvolvimento.

Previsão de separação e/ou divórcio

Nas diversas investigações com casais realizadas até ao momento, há duas variáveis que se revelam como fortes preditores do divórcio - a percepção da qualidade da relação; o comportamento evidenciado no decurso de discussão de problemas relacionais/conflito (em contexto laboratorial). Estes dois factores revelam mesmo uma elevada correlação como se deduz do estudo (Fletcher & Thomas, 2000) que

acompanhou 56 casais, durante um ano, e que sugere que as percepções da qualidade da relação conjugal e o comportamento de resolução de problemas do casal se influenciam mutuamente, num processo de causalidade circular, em que o papel das 'teorias locais da relação' (Fletcher, 2002) de cada um dos cônjuges é decisivo.

Um outro dado interessante proveniente de revisões de estudos (e.g. Acitelli & Young,1996 ; Cross & Levant, 1997; Kirkpatrick & Davis, 1994) refere-se ao facto de mais mulheres do que homens, decidirem terminar as relações conjugais e desenvolverem explicações mais sofisticadas para o divórcio[55].

Desde que, no início dos anos 70, os psicólogos começaram a observação directa de comportamentos em díades conjugais, destaca-se o trabalho desenvolvido pela equipa de Gottman (1991, 1993, 1999), o qual tornou muito clara a seguinte relação: quanto menor o comportamento interactivo negativo, maior a satisfação e longevidade do casamento (e.g. Levenson, Carstensen & Gottman, 1994).

É um facto que os conflitos, mesmo os mais intensos, não são necessariamente ameaçadores da estabilidade das relações conjugais. No entanto, mesmo que alguns elementos do conflito possam fortalecer as relações, outros são destrutivos e preditores da separação ou do divórcio (Markman *et al.*, 1993). Para Gottman (1991, 1993b) a insatisfação conjugal era um bom preditor da separação e do fenómeno de 'cascata para a ruptura'[56], assim como o nível de reacção fisiológica (e.g. taquicardia, pressão sanguínea, suor) durante uma discussão/conflito. Factores comportamentais como a tendência, por parte das mulheres, para estar sempre de acordo e dos maridos para se afastarem emocionalmente, evitando o contacto visual, mantendo o pescoço rígido e não respondendo durante as discussões[57], também eram bons preditores de separação. Para além disso, nos casais que posteriormente chegaram a situação de ruptura, verificava-se maior defesa nas conversas, as mulheres queixavam-se e criticavam e os maridos discordavam mais do que os casais que permanecem juntos. Expressões faciais como -

[55] Segundo Brannon (1996) esta tendência para serem as mulheres, mais do que os homens, a iniciar as rupturas de relação poderá estar relacionada com o facto destas serem mais vigilantes das relações conjugais detectando mais rapidamente quando a relação começa a deteriorar-se. Assim se compreende melhor a assimetria descrita do seguinte modo: "*women fall out of love more quickly and fall in love more slowly than men*".

[56] A 'cascata para a ruptura' refere-se a uma trajectória específica para a dissolução conjugal em que os casais, de inicialmente satisfeitos com a relação conjugal, passam a considerar a dissolução, separam-se e divorciam-se (Gottman, 1993b). Gottman e Silver (1999) refere-se aos 'quatro cavaleiros do apocalipse' como os elementos negativos mais destrutivos: 1) queixa e/ou crítica que vai ameaçando a auto-estima do cônjuge e fomenta o 2) menosprezo (o oposto do amor e do respeito), o qual é gerador de uma 3) postura defensiva (recusa em assumir a responsabilidade) e conduz ao 4) abandono da interacção (evitamento da expressão de sentimentos e pensamentos e fuga progressiva da relação).

desgosto (nas mulheres) e medo e 'sorriso amarelo ou mesmo miserável' (nos maridos) - também eram constantes naqueles casais.

De acordo com a revisão de Rogge e Bradbury (1999, *cit.in* Fletcher, 2002), a investigação longitudinal, realizada através de medidas quer comportamentais quer de auto-relato (e.g. Kurdek, 1993)[58], consegue prever com sucesso (precisão de 80%) quais os casais que permanecerão casados e quais os que se separarão. No entanto, como alerta Fletcher (2002), um olhar mais atento aos resultados detalhados das investigações revela que se repete a seguinte assimetria: as previsões dos casais que permanecerão juntos são muito mais precisas do que as relativas aos casais que se separarão. Constitui um exemplo ilustrativo a precisão de 96% e 46%, respectivamente para a previsão dos casais que permaneceriam juntos e dos que se divorciariam, no estudo longitudinal efectuado por Carrère e colaboradores (2000), com 95 casais, através do método da entrevista oral da história do casal. Ou seja, verifica-se, neste como noutros estudos (Rogge & Bradbury, *cit. in* Fletcher, 2002), um excesso na previsão de divórcios que acabam por não se concretizar, indiciando a existência de factores que mantêm as relações conjugais e que não seriam avaliados (e.g. crenças e normas sobre a importância do casamento, factores económicos, receio de desaprovação por parte da família e dos amigos). Na mesma linha de raciocínio se compreende, então, porque é que as relações amorosas que não têm apoio institucional, como a coabitação[59], têm mais probabilidade de acabar, do que os casamentos. Nos casos de coabitação e de "casamento à experiência", também são importantes as reduzidas expectativas na relação – o 'vamos ver se a relação dá' traduz-se, frequentemente, no facto das inevitáveis dificuldades e problemas que surgem em todas as relações amorosas suscitarem a confirmação de que a relação não resultou, em vez da motivação para

[57] No original, "*stonewall*" (Gottman, 1993).

[58] Neste estudo foram consideradas as quatro abordagens conceptuais de previsão da dissolução conjugal: abordagem demográfica (idade muito jovem, gravidez antes do casamento, educação reduzida, ordenado baixo, casamentos prévios); abordagem de diferenças individuais (e.g. diferenças de personalidade, de percepções, de atribuições – Baucom & Epstein, 1990; Bradbury & Fincham, 1992); abordagem da interdependência (nível de dependência do outro, grau em que a relação preenche as necessidades, ausência ou não de melhores alternativas – Drigotas & Rusbult, 1992); abordagem da discrepância conjugal (diferenças entre valores relacionais – Christensen & Shenk, 1991). A abordagem comunicacional (e.g. estilos resolução de conflitos – Markman *et al.*, 1993) não foi incluída no estudo.
Um estudo longitudinal de 12 anos, conduzido por Amato (1996), com 1387 pessoas casadas, revelou dados importantes sobre o fenómeno da transmissão intergeracional do divórcio – o divórcio parental estava associado ao aumento de risco dos filhos se divorciarem, sobretudo quando eram as mulheres ou ambos os cônjuges a experimentar a dissolução do casamento dos pais.

[59] Os níveis crescentes de coabitação e divórcio são vistos por Coltrane (1998a) como reflexo do desenvolvimento do individualismo na sociedade ocidental assim como a 'opção de viver só' descrita no recente livro de Alborch (1999) intitulado 'Solas'.

serem enfrentadas e ultrapassadas (Bennett, Blanc & Bloom, 1988; Booth & Johnson, 1988; Brown & Booth, 1996; O'Connor *et al.*, 1999).

O estudo de Riessman (1990) com homens e mulheres divorciados revelou que estes sentiam liberdade por razões diferentes – enquanto as mulheres referiam gostar de ser livres do domínio dos maridos, estes referiam gostar de estar livres das expectativas das mulheres. Ambos reconheciam falhas em alcançar intimidade emocional mas, enquanto as mulheres referiam não ter recebido da parte dos respectivos maridos o que esperavam em termos de diálogo e partilha de sentimentos, os homens, reconhecendo isso da sua parte, queixavam-se de que as respectivas mulheres não lhes tinham dado o apoio emocional de que precisavam – (e.g., o afecto físico). Estas diferenças relacionadas com o género reflectem, precisamente, os diferentes estilos – baseado no diálogo e baseado na acção – de demonstrar apoio, que são típicos de mulheres e homens e que ilustram a importância destas diferenças na dissolução do casamento. Ambos reconheciam que também tinha falhado na relação o aspecto de companhia e de primazia[60] mas por razões diferentes – os maridos consideravam que amigos, família e crianças tinham sido os intrusos na relação; as mulheres consideravam que tinha sido a carreira e as relações de trabalho a contribuir para que a relação conjugal não fosse a relação principal. Relações extra-conjugais também tinham sido, para ambos, factores associados ao divórcio.

O aumento das taxas de divórcio não significaria um desinteresse pelo casamento, até porque muitos voltam a casar-se (e.g. O'Connor, 1999), mas, antes, o insucesso de mulheres e homens em fazer corresponder o casamento às expectativas que tinham.

7. Teorias Psicológicas da Conjugalidade

"We believe in good marriage. We believe that partners usually benefit from living in commited, loving long-term relationships. We also believe that children usually benefit from being raised in a family based around a positive parental relationship. On almost any index of health, well-being or happiness, people in happy marriages are, on average, better off than other groups in society"

(Halford & Markam, 1997, p.1)

[60] Primazia da relação conjugal é a crença de que a relação com o cônjuge constitui a relação principal.

Um grande percurso foi percorrido em investigação psicológica do casamento desde que foram publicados os primeiros estudos em 1929 e 1948, respectivamente por Davis e Hamilton (*cit.in* Fincham & Bradbury, 1990b), em que ambos pretendiam estudar o papel do comportamento sexual na satisfação e sucesso conjugal. Na sequência das tradições de investigação sociológica, comportamental e mediacional, diversas teorias sobre o casamento têm vindo a consolidar-se, convergindo para considerar o casamento como um processo.

Berman, Marcus e Berman (1994) propuseram a seguinte classificação relativamente às teorias psicológicas do casamento: teorias sociais, teorias psicodinâmicas, teoria geral dos sistemas, teoria da vinculação. Qualquer uma destas teorias serve, também, de fundamento a intervenções preventivas e terapêuticas junto dos casais.

Teorias sociais

Sob esta designação incluem-se as teorias que envolvem os princípios da *aprendizagem social* e da *troca social*, desenhadas, respectivamente, nos trabalhos de Bandura (1977) e de Thibaut e Kelley (1959) (*cit.in* Baucom & Epstein, 1990). Qualquer uma destas teorias defende a tese segundo a qual desenvolver-se-ia um processo recíproco de influência mútua entre marido e mulher de tal modo que o comportamento de cada um deles em contexto conjugal podia diferir do comportamento que teriam aprendido a ter com outras pessoas. Estas teorias sociais tratam da formação, manutenção e dissolução das relações através de um modelo quasi-económico de reforços. As recompensas e punições são controladas pelos cônjuges e pela sanção ou aprovação social. Numa relação de intimidade, um indivíduo avalia a qualidade dos reforços fornecidos pela outra pessoa, bem como a disponibilidade desses reforços na relação actual comparada com a disponibilidade em relações alternativas. O indivíduo procura, então, maximizar os reforços, o que determina se (em última análise) ele, ou ela, permanecerá, ou não, na relação (Levinger, 1988).

Baseando-se nos seguintes pressupostos - o comportamento é controlado pelas suas consequências; o comportamento humano (especialmente, os padrões complexos) é aprendido através da imitação de modelos observados; a aprendizagem e o desempenho de comportamentos são habitualmente mediados por processos cognitivos - os investigadores da *aprendizagem social* identificaram diferentes padrões de reforço em

casais satisfeitos *versus* casais não satisfeitos, estes últimos com, significativamente, mais respostas negativas. Em particular, comportamentos negativos como atiçar, lamentar, queixar, afastar-se, estão relacionados com dissolução conjugal (Gottman & Krokoff,1989). Padrões coercivos negativos, como o ciclo pedido/reclamação/exigência - afastamento/retirada, em que um indivíduo inadvertidamente reforça o comportamento negativo e é reforçado pelo afastamento de um estímulo aversivo, são também mais comuns em casais não satisfeitos (Patterson, 1982 *cit.in* Baucom & Epstein, 1990).

Diversos estudos com base na teoria da troca social – aprofundando, designadamente, o conceito de reciprocidade[61] (processo de 'dar em função do que se recebe') - investigaram o grau em que os níveis de satisfação conjugal de cada um dos cônjuges estavam associados com frequências de comportamentos positivos e negativos trocados entre eles nas interacções diárias, tendo encontrado correlações significativas (e.g. Gottman, Markman, & Notarius, 1977; Jacobson, 1984; Margolin, Talovic, & Weisntein, 1983; Margolin & Wampold, 1981; Revenstorf, Hahlweg, Schindler, & Vogel, 1984). A reciprocidade manifestou-se mais em termos de contingências – o comportamento positivo ou negativo de um dos cônjuges aumentava a probabilidade do outro cônjuge responder com um tipo de comportamento semelhante – sendo que a reciprocidade do comportamento negativo era mais característica dos casais insatisfeitos por comparação com os satisfeitos, não se verificando diferenças para a reciprocidade de comportamento positivo.

Estes modelos conduziram à elaboração de intervenções terapêuticas comportamentais para casais não satisfeitos e disfuncionais, centradas sobretudo no aumento de trocas de comportamentos positivos e diminuição de trocas comportamentais negativas (e.g. Weiss, 1978). Assim, após a avaliação do problema, passa-se à especificação dos comportamentos desejáveis e, por último, à definição de estratégias de intervenção que produzam mudança.

Só mais recentemente têm sido estudados, na psicologia académica, os processos cognitivos no casamento (Baucom & Epstein, 1990; Fincham & Bradbury, 1990a). A maior parte da teoria e investigação actual sobre relações conjugais considera o impacto das cognições (percepções, padrões, pressupostos, expectativas e atribuições) sobre si próprio, o cônjuge, e o casamento – o modelo de cognição da relação íntima proposto

[61] A reciprocidade não implicaria simetria ou igualdade nas trocas comportamentais dos casais dado que se tratava mais de equidade – não teria que existir uma troca imediata e igual, mas ao longo do tempo a

por Fletcher (2002) que descrevemos, constitui um dos contributos mais recentes, neste campo, ao considerar a importância das teorias gerais e locais das relações íntimas que as pessoas têm no modo como influenciam as suas relações. Os resultados das investigações indicam que as nossas crenças afectam como respondemos numa dada situação, e que algumas dessas crenças podem conduzir à disfunção no casamento. A incongruência entre os cônjuges é especialmente perturbadora – por exemplo, quando a mulher tem crenças tradicionais sobre o seu papel no casamento, enquanto o marido acredita numa distribuição mais igualitária dos papéis. Acresce que as atribuições para o comportamento influenciam significativamente a satisfação: quanto mais se atribui o comportamento negativo do cônjuge a características estáveis, globais e internas, maior será a insatisfação; em contraste, quanto mais se atribui o comportamento negativo a características instáveis, específicas ou externas, maior a satisfação no casamento (Fincham & Bradbury, 1990a). A insatisfação conjugal estaria relacionada com padrões comportamentais destrutivos (e.g. reciprocidade negativa; escalada do conflito) e cognições enviesadas (e.g. expectativas irrealistas; correlações ilusórias) (Baucom & Epstein, 1990).

Outro conceito importante deste modelo e que inclui processos cognitivos (e.g. expectativas, percepções), é o de *comparação* através do qual, por exemplo, a satisfação do indivíduo com a relação conjugal dependeria do grau em que a relação benefícios/custos seria melhor ou pior do que essa relação em situações alternativas. Foi o reconhecimento da extensão em que as avaliações cognitivas idiossincráticas dos cônjuges influenciam o impacto dos comportamentos um do outro que conduziu à integração das variáveis cognitivas nos modelos teóricos e terapêuticos comportamentais.

Teorias psicodinâmicas

Neste grupo, incluem-se as teorias psicanalíticas e de relações objectais (Kernberg, 1976 ; Dicks, 1967; Meissner, 1978; *cit.in* Berman *et al.*, 1994) e de contrato conjugal (Sager, 1986). Constituem áreas de interesse para estas teorias – a escolha do cônjuge na procura de complementaridade (mulher e homem, consciente ou inconscientemente, escolhem cônjuges que satisfaçam as respectivas necessidades

troca seria suficientemente equilibrada para ser vista como justa por todos (Baucom & Epstein, 1990, p.22).

narcísicas); o desenvolvimento psicossexual dos dois cônjuges (a influência das respectivas famílias de origem e o modo como aspectos das relações primárias de objecto são manifestadas na relação conjugal); o impacto de características psicopatológicas dos cônjuges no desenvolvimento de relações conjugais disfuncionais (e.g. neuroticismo, impulsividade, instabilidade emocional, irritabilidade); a projecção de conflitos inconscientes e de problemas de desenvolvimento no cônjuge.

A teoria de Sager (1986) defende que cada pessoa traz para o casamento um conjunto de expectativas conscientes e inconscientes, crenças e exigências, as quais espera ou acredita que serão preenchidas. Este 'contrato' reflecte não só o que o cônjuge fará, mas também o que o indivíduo fará em troca da concordância do cônjuge.

Como intervenções terapêuticas principais, destacam-se a interpretação, a clarificação e o *insight* em relação à história de desenvolvimento de cada cônjuge, bem como o desenvolvimento de competências de escuta e empatia. Os resultados destas intervenções são bem mais eficazes quando incluem técnicas mais directivas como a modificação de padrões de comunicação disruptivos (Gurman & Kniskern, 1991).

Teoria geral dos sistemas

A extrapolação desta teoria sobre sistemas abertos complexos (Bertalanffy, 1968) teve um considerável impacto nas teorias sobre relações conjugais e familiares, sobretudo na Terapia Familiar, de tal modo que Hoffman (1981) se lhe refere como "uma mudança de paradigma" – a visão da família como um sistema aberto de inter-relações. Antes da emergência do paradigma sistémico, "*o conhecimento do casal e de métodos de intervenção conjugal era extrapolado de teorias abstractas de mudança e adaptação individuais*" (Johnson & Lebow, 2000, p.24).

O princípio básico consiste em que todas as partes componentes do sistema estão interligadas e, portanto, todos os processos conjugais são o produto do sistema total e não resultado único do comportamento de cada cônjuge (cada cônjuge é portador de uma história e de uma família que traz para o casamento e, simultaneamente, faz parte e é produto de uma nova família, num processo inter-influências mútuas). Tal como a teoria da vinculação, a teoria sistémica repousa em princípios da cibernética como a causalidade recíproca, ciclos de *feed back* positivo e negativo (Watzlawick *et al.*, 1974). A perturbação conjugal seria manifestação de um sistema disfuncional cuja tendência organizacional para manter a homeostase resultaria na incapacidade de mudar.

Referimo-nos quer ao "*nível de um determinado subsistema, como o conjugal-parental, o filial ou o da fratria, quer ao nível mais complexo de um variado agrupamento destes, tendo-os sempre em conta na sua totalidade, na circularidade de suas relações peculiares e na sua tendência para uma equifinalidade que lhes permite, por diferentes caminhos ou rodeios, manterem a sua disfuncionalidade sintomática*". (Pina Prata, 1994).

As intervenções (preventivas e terapêuticas) decorrentes da teoria sistémica têm como objectivo principal o de promover o desenvolvimento dos cônjuges no sentido de serem capazes de recriar construtiva e autonomamente a sua relação. Para tal, não só utilizam a análise multigeracional para a compreensão das situações específicas que são colocadas, como também intervêm, se necessário, nos diferentes elementos (avós, pais e filhos), recorrendo a estratégias que variam em função da complexidade e dos valores mais interpretativos/estratégicos no trabalho de cognições, emoções e comportamentos dos cônjuges (Costa, 1994; Pina Prata, 1994).

Teoria da vinculação

O estudo do casamento numa perspectiva da teoria da vinculação começou com o estudo das rupturas da relação conjugal[62] mas, mais recentemente, as perspectivas sobre vinculação do adulto têm sido baseadas no estudo da vinculação em relações conjugais existentes (Berman, Marcus, & Berman, 1994; Cohn, Silver, Cowan, Cowan, & Pearson, 1992; Kobak & Hazan, 1991), em termos de satisfação conjugal, comunicação e resolução de problemas. Estes estudos enfatizaram os aspectos sistémicos da teoria de Bowlby, na qual os modelos de funcionamento interno da vinculação afectam e são modificados pelas relações actuais (Bowlby, 1982; Johnson & Lebow, 2000).

Berman e colaboradores (1994) defendem que os laços conjugais são aqueles que têm mais probabilidade de ser verdadeiras relações de vinculação. Mas, enquanto a dinâmica principal no sistema de vinculação pai/mãe e criança é, sobretudo, unidireccional, (a disponibilidade e responsividade do pai/mãe é que determinam a natureza do modelo de funcionamento interno de vinculação da criança), as relações

[62] A razão de tal baseia-se no facto dos esforços de vinculação estarem particularmente activos em momentos de ameaça, *stress*, indisponibilidade percepcionada como, por exemplo, no divórcio e separação prolongada.

adultas íntimas dos adultos como o casamento, requerem um processo mais recíproco que contemple tanto as funções de procura de cuidados (vinculação) como as de prestação de cuidados. A reciprocidade das funções de vinculação e de prestação de cuidados é essencial para um casamento saudável. Cada membro do casal necessita de formas que sejam protectoras e que forneçam cuidados, e de ser capaz de aceitar a protecção e os cuidados, atribuindo-lhes significados na relação. As relações adultas, nas quais uma pessoa está predominantemente, ou exclusivamente, a servir uma destas funções, seriam invariavelmente problemáticas.

No contexto das relações conjugais, estes autores exploraram, através de investigação experimental e não baseada unicamente em métodos de auto-resposta, o problema da relação entre os *modelos de funcionamento* de vinculação e a natureza da interacção entre os dois membros de um casal. Sugerem uma relação interaccional complexa na qual a natureza do modelo mental de uma pessoa afecta quer o seu próprio comportamento quer o modelo mental e o comportamento do cônjuge. Esta interacção pode dar conta de muitos dos padrões encontrados em casais, incluindo a tendência de alguns casais de "fazer surgir o pior" em cada pessoa, enquanto outros "fazem surgir o melhor".

O objectivo da vinculação do adulto consiste na regulação de um nível óptimo de proximidade-distância, continuada e estável, com o cônjuge. Por sua vez, a regulação da proximidade regula a ansiedade e a segurança.

O modelo de funcionamento interno de vinculação, no contexto das relações conjugais, refere-se a uma representação mental de si próprio e do outro em interacção. Este modelo representacional contribui para as expectativas, crenças e atribuições que cada pessoa tem sobre si e sobre o cônjuge. A teoria cognitiva do casamento coloca precisamente estes processos no centro do ajustamento e da satisfação conjugal (Fincham *et al.*, 1990c). Este modelo estabelece a crença da pessoa na disponibilidade e consistência da figura de vinculação e no próprio valor como receptor da segurança e do conforto (Bowlby, 1982; Kobak & Hazan, 1991) sendo que, no adulto, também estabelece as atitudes e crenças das pessoas sobre a sua disponibilidade para outro (Berman *et al.*, 1994).

Os princípios organizadores no modelo de funcionamento interno de vinculação, tal como em todos os esquemas mentais, são os atributos invariantes da interacção. Estes princípios organizadores são também os activadores e desactivadores do *modelo de funcionamento*. Em geral, isto pode incluir certas características físicas da figura de

vinculação, acções dos intervenientes (e.g. comportamentos de alteração da proximidade) e, mais importante, o afecto que liga a pessoa à figura de vinculação.

Como se depreende nestas teorias, duas forças centrais interagem na natureza do casamento: aspectos da interacção entre os dois cônjuges e aspectos das fantasias, modelos, atribuições, crenças e regras internas da relação por parte de cada pessoa, conhecidas como "modelo de funcionamento interno" ou "representação mental". Uma das distinções mais significativas entre essas teorias é a sua atenção relativamente à interacção actual *versus* representações mentais internas da relação. Os modelos psicanalítico e cognitivo do casamento atendem principalmente aos processos mentais internos enquanto afectam o casamento. Os modelos comportamentais e os modelos da troca social consideram alguns aspectos dos processos cognitivos, tais como a valência de um comportamento particular, mas centram-se mais nos reforços e nos benefícios e custos observáveis. Pensamos que a teoria da vinculação fornece um veículo para explorar a interface entre os aspectos representacionais e interaccionais das relações conjugais. As teorias orientadas sistemicamente dão grande relevo aos processos interaccionais dentro do casal não deixando de considerar os processos mentais envolvidos. A tensão dialéctica entre os processos mentais internos e os comportamentos interaccionais externos apresentam um desafio significativo para os investigadores que desejam uma teoria mais compreensiva do casamento.

Em síntese, como referem Bradbury, Campbell e Fincham (1995), as diferentes teorias diferem no modo como acentuam as seguintes características fundamentais do casamento: mudar ao longo do tempo; ser fundamentalmente interpessoal; implicar um conjunto complexo de processos individuais e interpessoais. Os resultados das investigações revistas e realizadas por aqueles autores permitem concluir da necessidade de considerar processos individuais (e.g. *expressividade* e *instrumentalidade*) e processos relacionais (e.g. comunicação e resolução de conflitos) quando se estuda a conjugalidade.

8. Modelos de Comunicação Conjugal

"Il est possible de mettre sa raison au service de l'amour. La question n'est pas de rendre l'amour raisonnable, mais de donner à l'amour le secours de la raison. Le merveilleux instrument de la raison a été confié à l'homme pour qu'il en fasse le meilleur usage. Quel meilleur usage peut-il en faire que de servir l'absolu de l'amour ?" (Jacques de Bourbon Busset, *L'absolu vécu à deux*, 2002)

A investigação do sucesso/insucesso conjugal, após uma fase inicial de estudo da influência de factores sóciodemográficos (e.g. ordenado, nível de educação, idade no casamento e diferença de idade entre marido e mulher) e de factores como o comportamento sexual, passou a estar centrada, essencialmente, no estudo da comunicação que ocorre entre os cônjuges. Sendo o sucesso/insucesso conjugal medido pelos investigadores através dos conceitos de 'estabilidade conjugal' e de 'satisfação conjugal' (Norton, 1983, Spanier, 1976), diversas questões de ordem teórica e metodológica se colocavam. Foram surgindo diversos modelos de comunicação conjugal com o objectivo de estudar como as mensagens trocadas pelos cônjuges afectavam o casamento, os quais podem ser agrupados da seguinte forma (Fitzpatrick, 1988); *modelos de co-orientação* (e.g. Knudson, Sommers & Golding, 1980) que enfatizam a importância da precisão e acordo entre os cônjuges[63]; *modelos de interacção* (e.g. Jacobson, 1984; Levenson & Gottman, 1983; Markman, 1984; Weiss, 1984) que destacam a estrutura e as sequências na comunicação conjugal[64] e *modelos tipológicos* (Olson, 1981; Snyder & Smith, 1986) que definem diferentes padrões organizacionais recorrentes para classificar os casamentos[65]. A estes três grupos de

[63] Os modelos de co-orientação pretendem avaliar se os cônjuges concordam em diversas áreas do casamento, se há precisão relativamente a esse acordo (designadamente se cada cônjuge tem a capacidade de prever as opiniões do outro), se há capacidade de cada um dos cônjuges interpretar as mensagens do outro como era suposto. O objectivo destes modelos consiste, assim, em analisar como a intersubjectividade é desenvolvida na comunicação conjugal em termos de acordo, precisão e consciência (conhecimento), sendo que nos casamentos mais felizes a precisão é maior quando os cônjuges permanecem no canal (verbal ou não verbal) em que são melhores a descodificar.

[64] São sete os modelos de padrões de interacção conjugal: modelo de troca de comportamentos (Jacobson, 1984); modelo de competência de comportamentos (e.g. expressão de sentimentos, discussões construtivas, formas de lidar com o *stress*) (Markman, 1984); modelo de aprendizagem social (Weiss, 1984); modelo de controlo relacional (e.g. complementaridade, simetria e poder) (Watzlawick *et al.*, 1967, 1974); modelo estrutural de interacção conjugal (Gottman *et al.*, 1977); modelo da interdependência (Bersheid, 1997); modelo fisiológico da interacção conjugal (Gottman & Levenson, 1988).

[65] Os modelos tipológicos pretendem conferir ordem aos fenómenos estudados, através da descrição de uma série de características posteriormente agrupadas em categorias, nas quais são incluídos casamentos que partilham determinados atributos, indo-se, assim, para além da distinção satisfação/insatisfação conjugal. Constituem exemplos: a tipologia de Burgess e Locke (1948, *cit.in* Fitzpatrick, 1988) que estabelece os casamentos institucionais e os casamentos companheiros, cada um com diferentes subtipos;

modelos e investigações respectivas têm sido tecidas algumas críticas, nomeadamente: o facto dos *modelos de co-orientação*, ao isolarem os *inputs* e *outputs* das trocas entre os cônjuges, ignorarem as trocas em si; o facto dos *modelos interaccionais*, ao captarem a complexidade da comunicação humana conjugal, ignorarem a complexidade das relações; o facto das *tipologias* encontradas focarem a complexidade das relações, prestando, no entanto, pouca atenção aos processos de comunicação e respectivos resultados. É neste enquadramento teórico e metodológico que vai surgir o modelo alternativo de Fitzpatrick (1988).

8.1. O Modelo Socio-Cognitivo da Comunicação Conjugal (Fitzpatrick)

"Poderás conversar com esta mulher ou este homem todos os dias da tua vida?"
(Nietzsche)

A proposta de M.A.Fitzpatrick (1988, 1993, 1995) teve como principal objectivo demonstrar que "ser e estar casado" constitui uma opção por tipos de relações que são muito diferentes entre si. E são diferentes conforme as perspectivas que marido e mulher adoptam sobre a vida em geral, sobre o casamento e sobre os papéis que deveriam desempenhar. Isso traduz-se, pois, em adoptar ou não uma *ideologia* convencional, procurar a *autonomia ou a interdependência*, valorizar o confronto ou o evitamento na *resolução dos conflitos*. O casamento não seria, portanto, uma instituição monolítica dado que os processos conjugais diferem de forma sistemática de acordo com o tipo de casamento estabelecido pelos cônjuges, ou seja, as diferentes ideologias conjugais[66] produziriam diferentes padrões de comunicação.

Um segundo objectivo consistiu, pois, em ir para além das teorias e modelos de comunicação conjugal existentes os quais consideravam, como característica principal de identificação dos tipos de casamentos, o grau de satisfação ou insatisfação experimentada pelos cônjuges. Sabe-se que esse critério tende a captar os casais nos fins opostos do *continuum* e a omitir a maioria dos casais que exibem só um nível moderado

a tipologia de cinco tipos de casamentos de Snyder (1986), obtida através da resposta ao *Marital Satisfaction Inventory*; a tipologia de dezasseis tipos de casamentos de Olson (1981), obtida através da resposta ao FACES – *Family Adaptability and Coesion Evaluation Scales*.

[66] Na sociedade moderna ocidental, as diferentes concepções de amor e casamento – em termos de gratificações psicológicas dadas aos indivíduos; em termos de relações comprometidas, estáveis que ligam as pessoas à sociedade – sugerem bases muito diferentes para o casamento. Os casais tanto podem partilhar a mesma orientação ideológica do casamento como podem ter valores opostos, o que poderá provocar *stress*, fonte de conflito ou de criatividade.

de satisfação ou os que discordam sobre o nível de satisfação conjugal. Pretendia-se, assim, demonstrar que a satisfação conjugal, a variável dependente mais estudada neste campo de investigação, diferia entre os tipos conjugais - intuição que clínicos como Lederer & Jackson (1968) já tinham manifestado ao concluir que os casamentos podem existir ao longo de um grande espectro podendo diferentes "arranjos" conjugais ser satisfatórios para os cônjuges. Emergia, pois, como muito importante, o estudo das cognições, nomeadamente a atribuição de significado que as mensagens dos cônjuges podem ter. Daí o concluir-se que a satisfação conjugal seria melhor construída como um resultado dos processos conjugais do que como uma descrição desses processos (e.g. para aqueles que enfatizam a proximidade, a satisfação estava relacionada com níveis elevados de partilha de informação; enquanto que para aqueles que enfatizam a distância e autonomia, a satisfação conjugal estava positivamente relacionada com o evitamento do conflito).

Um terceiro objectivo residiu no ultrapassar de questões metodológicas relativamente ao estudo da satisfação e da estabilidade conjugais, dois constructos essenciais na compreensão do "sucesso conjugal", na medida em que se considerou a possibilidade do desacordo entre os membros do casal e se enquadra teoricamente essa expressão.

Por fim, a tipologia descritiva que Fitzpatrick propõe, pretendeu ultrapassar os limites das anteriormente existentes (Olson, 1981; Snyder & Smith, 1986) dado que, com um forte suporte empírico, obedeceu a procedimentos específicos de classificação chegando à definição de tipos conjugais exaustivos e mutuamente exclusivos, replicáveis e passíveis de estabelecer relações com outros constructos importantes.

A abordagem escolhida por Fitzpatrick (1988) para a classificação dos casamentos incidiu, pois, no modelo empírico o qual assume, quer as inter-relações entre as variáveis usadas para categorizar um fenómeno, quer os valores obtidos nessas variáveis (ao contrário do modelo lógico que assume a ortogonalidade, independência das poucas variáveis, e.g. Levinger, 1965). Esta abordagem empírica baseia-se em dimensões conceptuais que os casais usam para descrever as suas relações – *Ideologia do Tradicionalismo, Ideologia da Incerteza e da Mudança, Partilha, Regularidade Temporal, Espaço Indiferenciado, Autonomia, Assertividade e Evitamento do Conflito.* Para a operacionalização de cada uma destas dimensões, foi desenvolvida uma subescala de auto-avaliação com o nome correspondente à dimensão em causa, sendo o conjunto das oito subescalas designado por *Escala de Dimensões Relacionais*

(*Relational Dimensions Instrument* – RDI). Com base neste instrumento, a autora colocou os casamentos em três categorias ou **definições relacionais** distintas – *Tradicional*, *Independente* e *Separado*[67] – a partir das quais construiu, conjugando as definições relacionais de marido e mulher, os **tipos conjugais**. Como cada cônjuge preenche o questionário separadamente, há uma oportunidade para desacordo. Assim, quando os casais concordam em ambos os valores e descrições conjugais podem ser categorizados em três tipos puros (e.g. marido *tradicional* e mulher *tradicional*); casais que não concordam são classificados como mistos (e.g. marido *independente* e mulher *tradicional*). Parece ser o **tipo conjugal** (relacional), e não a **definição relacional** (individual), que regula a interacção conjugal.

Apresentado em 1988 (Fitzpatrick), o RDI tem sido muito utilizado em investigação conjugal, manifestando-se como indicador válido das dimensões em análise, razão pela qual foi um dos instrumentos por nós utilizados no estudo empírico do presente trabalho. Acresce a relação sistemática encontrada entre os tipos conjugais e o conceito de género - nas atitudes de género sobre os papéis masculino e feminino na sociedade, nas atribuições que maridos e mulheres fazem relativamente ao comportamento e traços de género de si próprio e do cônjuge (e.g. a relação *Tradicional* é aquela em que os cônjuges têm ambos abordagens convencionais dos papéis masculino e feminino, correspondem mais directamente aos estereótipos culturais, revelam maior precisão quando prevêem atributos do cônjuge, bem como maior ajustamento diádico).

A autora sugere duas formas pelas quais a tipologia pode servir como heurística no estudo da comunicação em relações íntimas. Primeiro, as dimensões relacionais que categorizam os casais podem ser usadas para gerar predições teóricas sobre comportamentos de comunicação e resultados específicos. A segunda forma consiste em usar a tipologia como ponto de partida e sugerir, a partir de outras perspectivas teóricas, explicações para as sequências e padrões não cobertos neste trabalho. Isto seria, na opinião da autora, semelhante aos desenvolvimentos conceptuais nas ciências biológicas em que os primeiros métodos taxonómicos usaram características morfológicas para tipificar as espécies e daí partiram para muitas outras teorias explicativas.

[67] Estas categorias ou definições relacionais, assim como a descrição do instrumento, estão desenvolvidas nos capítulos IV e V. No entanto, muito sinteticamente os *tradicionais* têm valores convencionais sobre o casamento e a família, são muito interdependentes no casamento e discutem de boa vontade questões importantes; os *independentes* são mais liberais nos valores, são moderadamente interdependentes no seu

A explicação teórica mais adequada seria a da cognição social dado que, e citando (Fitzpatrick, 1998, p. 255), "*como um movimento inicial para uma teoria social cognitiva da comunicação conjugal, demonstrei que os tipos de casamentos neste programa de investigação são "psicologicamente reais" - ou seja, os indivíduos têm e usam representações de conhecimento sobre casamento que ligam as características descritivas de um casamento às características de comunicação principais exibidas pelos vários tipos de casais. Com base nesta investigação, defendo que os indivíduos têm 'esquemas conjugais', estruturas de conhecimento que representam o mundo exterior do casamento e fornecem guias sobre como interpretar dados. (...) O RDI permite ao investigador extrair subgrupos de indivíduos que têm esquemas conjugais semelhantes. Os esquemas afectam a codificação, a recuperação e processamento das mensagens conjugais*"[68].

O facto dos cônjuges terem esquemas (cognições) que podem ser *tradicional*, *independente* ou *separado*, traduz-se em diferentes processos afectivos e comportamentais (e.g. falam sobre diferentes aspectos, mostram afecto de diferentes formas, reagem diferentemente ao desacordo, utilizam diferentes estratégias de persuasão). Diferenças *no que* se deseja expressar e *no como* se deseja expressar têm, também, implicações importantes para as intervenções (preventivas ou terapêuticas) porque, por exemplo, o comportamento de comunicação apropriado para um tipo conjugal pode não o ser para outro.

De salientar a grande compatibilidade que parece emergir entre o modelo de cognição da relação íntima (Fletcher 2002), que descrevemos anteriormente, e o modelo sócio-cognitivo de relações conjugais (Fitzpatrick, 1988, 1995), constituindo o primeiro um excelente enquadramento teórico relativamente ao segundo que se apresenta, sobretudo, como uma possível concretização tipológica ao nível da conjugalidade.

casamento e estão habituados ao conflito; os *separados* são ambivalentes relativamente aos valores familiares, não muito interdependentes nos seus casamentos e tendem a evitar o conflito conjugal.

[68] Fitzpatrick (1988, p.255) assemelha os esquemas conjugais a estruturas de conhecimento, a modelos internos que cada cônjuge possui e que especificam a natureza e a organização da informação relevante para o cônjuge e para o casamento (Neisser, 1967).

9. Conclusão

A revisão de literatura que realizámos a propósito 'das relações interpessoais às relações de conjugalidade passando pelas de intimidade e de vinculação' permitiu-nos encontrar um fio condutor da condição do ser humano na sua vivência de relações – a necessidade de amor e de intimidade caminha, lado a lado, com o medo da rejeição e a dor pela perda.

Para estudar a conjugalidade, também ficou patente a necessidade de considerar um conjunto complexo de processos individuais - respeitantes ao marido e à mulher -, e interpessoais – relativos às interacções conjugais.

Os modelos que aprofundámos – o primeiro, relativo às relações de intimidade (Fletcher, 2002) e o segundo, relativo às relações de conjugalidade (Fitzpatrick, 1988, 1993) –, ao procurarem articular os processos cognitivos, afectivos e comportamentais inerentes ao funcionamento individual e relacional, constituem 'lentes' importantes na compreensão da conjugalidade. Acresce que podem ser fundamentais na linha do que Noller e Fitzpatrick (1990) sugerem para a próxima década em investigação conjugal: investigação teórica em interacção conjugal (e.g. mecanismos causais); género e poder nas relações de conjugalidade; estudo dos modelos mentais do cônjuge e da relação (e.g. estilo de vinculação; esquemas conjugais) e seu impacto na satisfação conjugal.

Façamos agora uma pausa no que se refere ao casal e às relações de intimidade, para abordarmos uma variável fundamental para o tema em estudo – sexo e género.

"*Nunca o casal esteve tão fragilizado, e portanto a necessidade de casal nunca foi tão forte assim. É que face a um mundo anónimo, a uma sociedade atomizada onde o cálculo e o interesse se estendem a tudo, o casal é intimidade, protecção, cumplicidade, solidariedade.(...) O casal, refúgio privilegiado contra as solidões, os desesperos e as insignificâncias, renasce sem cessar. A família está em crise, o casal está em crise, mas o casal e a família são a resposta a essa crise*". (Morin, 2001, p.159).

Capítulo II – Sexo e Género

"Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher"
(Genesis, 1, 27-28)

1. Introdução

A espécie humana é una e, em certo sentido, dual porque separada e unida pelo masculino e pelo feminino. A esta realidade Morin designa por "*paradoxo do feminino e do masculino: a dualidade mais e menos profunda*" (2001, p.73). Na verdade, a existência de cada ser humano é, desde muito cedo, marcada pela designação do seu sexo, ainda antes do seu nome. E, a partir daí, os caminhos do 'ser feminino' e do 'ser masculino' vão ser diferentes no tempo comum que é a vida humana. Katz (1986) afirma mesmo que, se quiséssemos prever o percurso de vida de uma pessoa com base num único atributo, a melhor escolha incidiria no sexo.

A diferença entre o feminino e o masculino começa por ser genética, anatómica, fisiológica, hormonal e mental (provando-se a predominância - inata ou adquirida - do hemisfério cerebral esquerdo na actividade mental feminina e do hemisfério direito no masculino). Mas, também não há dúvida de que as culturas estabelecem, fixam, mantêm e amplificam uma diferenciação entre homens e mulheres nos seus papéis sociais, especializam-nos nas suas tarefas quotidianas, e sobredeterminam as diferenças psicológicas. Com base na biologia e neurologia modernas, Fukuyama (1998) conclui que "*enquanto alguns papéis se constróem efectivamente a nível social....existem diferenças profundas entre os sexos de origem genética, e não cultural, e que tais diferenças se estendem para além do nível físico até ao reino da mente*" (p.30). Diferença não significa necessariamente que um é superior e o outro inferior, que um é melhor e o outro pior, que um é positivo e o outro negativo. Diferença significa, tão e somente, que não é igual.

No entanto, há unidade na dualidade masculino-feminino. E esta realidade não se refere unicamente à complementaridade subjacente mas, também, segundo Morin (2001), ao facto de o masculino estar no feminino, e de o feminino estar no masculino, nas vertentes genética, anatómica, fisiológica, psicológica e cultural. Referindo, apenas,

alguns exemplos: o feto humano só ao fim da sexta semana de gestação evidencia a diferença geneticamente determinada de ser feminino e de ser masculino[1]; cada sexo traz em si o outro de modo recessivo (e.g. mamilos nos homens e o clitóris nas mulheres); a diversidade de modos de ser que vai das mulheres 'viris' aos homens 'efeminados'; o facto de, na cultura ocidental contemporânea, se acolher com agrado que os homens revelem sentimentos categorizados como femininos e que as mulheres manifestem qualidades de liderança profissional anteriormente consideradas masculinas; o facto de se atribuir ao pai tarefas, até há pouco tempo, consideradas de exclusividade materna. Isto permite a Morin concluir que "*a complexidade da relação masculino-feminino está na dialógica das suas complementaridades e dos seus antagonismos, na unidade da sua dualidade e na dualidade da sua unidade, na profundidade e na ausência de profundidade da diferença*" (2001, p.75).

De todos os aspectos de que, potencialmente, podemos não nos lembrar sobre alguém, quando é que alguma vez nos esquecemos de que sexo era essa pessoa? E isto, mesmo nos encontros mais fugazes. Lembramo-nos porque, quer queiramos quer não, o sexo é significativo e é esse significado que designamos por género (Burr, 1998).

2. Definindo Sexo e Género

"*The heredity and environment of an organism can be completely separated only in analytic thinking, for in actual nature such separation would lead to instant death of the organism, even though the philosopher making the analysis might himself survive*"

(Gesell & Thompson, 1934, *cit.in*, Collins *et al.*, 2000, p.218)

Ao iniciar este capítulo, algumas clarificações se impõem, relativamente aos termos sexo e género. Com efeito, durante muitos anos, a expressão empregue para designar os estudos sobre diferenças entre homens e mulheres, era unicamente a de 'diferenças sexuais', demasiado abrangente e com múltiplos significados. Como referiu

[1] A partir deste momento, se se tratar de um ser masculino (com par de cromossomas XY) será produzida uma forma potente de testosterona e o feto desenvolver-se-á como macho; se se tratar de um ser feminino (com par de cromossomas XX) não será produzida testosterona e o feto desenvolver-se-á como fêmea. Ambos os sexos são construídos inicialmente a partir das mesmas partes e plano corporal e todos os órgãos desenvolvidos especificamente para um sexo estão presentes no outro, de forma rudimentar. Ou seja, ao entrarem no mundo, rapazes e raparigas são mais semelhantes do que nunca. Essa é a única conclusão a retirar do facto de, dos 23 pares de cromossomas que servem o plano da natureza humana, só um par governar o sexo (Canary & Dindia, 1998).

Unger: "*Em vários contextos, sexo pode ser usado para descrever a composição cromossomática dos indivíduos, o aparato reprodutivo e as características secundárias habitualmente associadas a essas diferenças cromossomáticas, as características intra-psíquicas que é suposto homens e mulheres possuírem, e no caso dos papéis sexuais, todos e quaisquer comportamentos diferencialmente esperados e apropriados a pessoas na base da sua pertença a essas categorias sexuais*" (1979, p.1085)[2]. Foi, então, proposto o uso do termo 'género' para descrever as atitudes e comportamentos que são considerados pela cultura como apropriados para mulheres e homens. Com efeito, a biologia não pré-determina as tarefas específicas que é suposto os homens desempenharem, nem dita como as mulheres devem actuar ou o que devem sentir[3]. Como o significado de género muda em resposta a diferentes contextos históricos e culturais é, também, socialmente construído. (Coltrane, 1998a; Doyle & Paludi, 1995). As noções de 'masculinidade' e 'feminilidade' são, portanto, também relacionais, construídas socialmente e sujeitas a mudança.

Adoptando a definição proposta por uma das revistas científicas mais importantes nesta área – *Journal of Social and Personal Relationships* – sexo refere-se às diferenças biológicas, genéticas, entre homens e mulheres, e género às diferenciações culturais, psicológicas e sociais, entre homens e mulheres. Se genética e biologicamente, a identidade sexual não oferece grandes dúvidas uma vez que se refere aos cromossomas XX vs XY ou aos órgãos genitais externos, o mesmo não podemos afirmar relativamente ao seu significado psicológico. Refere-se a três aspectos: a identidade de género (sentimento interior de ser homem ou mulher); papel de género (normas de comportamento que uma dada cultura considera apropriada para cada sexo) e orientação sexual (atracção sexual por outros). Identidade de género, papel de género e orientação sexual são determinantes importantes da existência social de cada ser humano e andam, geralmente, a par. Por outras palavras, a grande maioria dos seres humanos é masculina ou feminina nestes três aspectos, ou seja, a pessoa que se

[2] Já em 1968, R. Stoller em "*Sex and gender: on the developpment of masculinity and femininity*" tinha considerado o termo sexo reservado aos aspectos da diferença macho-fêmea referentes às funções reprodutoras (e.g. ovários vs testículos; vagina vs pénis ou para designar sentimentos, inclinações ou práticas eróticas heterossexuais ou homossexuais) e o termo género reservado aos aspectos sociais e psicológicos de ser visto como um homem ou uma mulher ou de se considerar a si próprio desse modo. Uma coisa é ser macho, outra é ser homem, o mesmo se passando com ser fêmea e ser mulher.

[3] Em diferentes períodos históricos e em diferentes contextos culturais, o género assumiu significados divergentes de tal modo que os traços que afirmam a nossa feminilidade ou a nossa masculinidade num contexto temporal e/ou social, podem eliminá-la noutro contexto (e.g. o vestuário da nobreza masculina do séc. XVII em França seria hoje considerado efeminado).

considera mulher também é assim vista pelos outros e escolhe homens para par sexual, a pessoa que se considera homem também é assim vista pelos outros e escolhe mulheres para par sexual[4].

O género, enquanto manifestação social e psicológica do que acreditamos ser masculino e/ou feminino, poderá, portanto, reflectir ou não o sexo biológico. Desta distinção entre sexo e género, nem sempre pacífica[5] e nem sempre observada pelos investigadores - como referem, Amâncio (2001) Gentile (1998), Unger e Crawford (1998) - derivam muitas outras. É o caso dos conceitos de identidade de papel sexual e identidade de papel de género, os quais se referem ao auto-conceito baseado, respectivamente, em diferenças biológicas (e.g. maternidade) ou em dimensões psicológicas e sociais (e.g. '*nurturing parent*', pai prestador de cuidados).

2.1. O Debate Natureza *versus* Cultura

A distinção entre sexo e género tem subjacente o clássico e sempre actual debate '*nature vs nurture*'. O que é mais importante nas diferenças entre homens e mulheres, os factores constitucionais (natureza, biologia)[6] ou os factores sociais (cultura, sociedade)[7]? Qual a extensão destas diferenças? Por um lado, a resposta pareceria óbvia, dado que homens e mulheres sendo diferentes por natureza, essas diferenças biológicas ditariam a base para os diferentes traços e comportamentos. Por outro lado, os resultados da investigação em Psicologia, Sociologia, Biologia, Medicina e Antropologia permitiram perceber a complexidade da questão (Wade & Tavris, 1998). Para além das diferenças genéticas[8], anatómicas e fisiológicas[9] relacionadas com a

[4] Nas situações de homossexualidade e de bissexualidade – não contempladas no presente trabalho, porque fora do seu âmbito – identidade de género, papel de género e orientação sexual combinam-se de formas diferentes.

[5] Alguns investigadores opõem-se ao uso de diferentes termos para sexo e género defendendo não ser possível qualquer tentativa para distinguir os aspectos biológicos e sociais do sexo, dado que "*os dois factores interagem em qualquer função psicológica que queiramos considerar. Mais ainda, descobrir as conexões biológicas e sociais com o comportamento é um objectivo principal de investigação, não algo para ser assumido no princípio através da escolha da terminologia*" (Maccoby, 1988, p.755).

[6] Para a Psicologia Evolutiva, por exemplo, as diferenças sexuais humanas estão enraizadas no nosso passado evolutivo (Anselmi, 1998, Devor, 1998).

[7] A teoria dos esquemas de género (Bem, 1974, 1994), por exemplo, utiliza as 'lentes' como metáfora de cultura no sentido em que esta modela as percepções e fornece-nos lentes partilhadas para ver a realidade. Desde que nasce, o ser humano vai incorporando na sua visão do mundo uma organização particular de género – os comportamentos, atitudes e características atribuídas a homens e mulheres, bem como a natureza e tipo de relação entre homens e mulheres.

[8] A Sociobiologia explica os comportamentos de maior agressividade e promiscuidade sexual observados nos indivíduos de sexo masculino e os comportamentos de prestação de cuidados nos indivíduos de sexo feminino por programação genética, traduzida em estrutura e funções cerebrais diferentes, bem como

reprodução e com a força e resistência físicas, será que as diferenças psicológicas (e.g. dependência, expressividade emocional, agressividade) são biologicamente fixadas, ou seja, acompanham a anatomia sexual do mesmo modo que a menstruação acompanha o par de cromossomas feminino XX? A diferença não seria sobretudo histórica e cultural, como pretendia Beauvoir (1949/1976) quando se referia ao sexo feminino como alteridade, ao afirmar "*Não se nasce mulher, tornam-nos mulheres*"?[10].

Actualmente é aceite que, quer a biologia, quer o ambiente/cultura interagem de formas complexas que produzem os fenómenos sociais e psicológicos que experimentamos. A biologia predispõe mas não pré-determina as funções dos indivíduos[11]. Continuam, no entanto, plenas de sentido, as palavras de Brannon (1996, p.2), "*não só o género é um puzzle complexo, como há muito desacordo quanto aos tamanhos relativos das peças do puzzle. Ou seja, a investigação conduziu a uma diferente e mais complexa questão : qual a importância dos vários contributos da genética, hormonas, família, cultura e factores individuais nas diferenças sexuais?*".

2.2. O Debate Minimalismo *versus* Maximalismo

A um nível teórico, alguns investigadores presumem que o sexo biológico fornece o conhecimento principal para compreender a interacção social, enquanto outros adoptam uma postura mais céptica ao presumir que não existem diferenças até que haja

---

actividade hormonal diferente para ambos os sexos. Os processos de selecção natural (sobrevivência do mais forte) e de selecção sexual explicariam a reprodução altamente funcional destas diferenças sexuais: os homens mais agressivos seriam mais bem sucedidos na caça e na protecção e, sobrevivendo, passariam os seus genes à geração seguinte; as mulheres que melhor prestassem os cuidados à sua descendência assegurariam a sobrevivência; os homens, cujo investimento no processo de reprodução é mínimo, tentariam engravidar o maior número possível de mulheres de modo a dar aos seus genes mais oportunidades de serem passados para a geração seguinte; as mulheres, cujo investimento na reprodução é grande (ovulação, relação sexual, gravidez, lactação), seriam muito mais selectivas, procurando um parceiro cujos genes dessem aos filhos maior oportunidade de sobreviver, e tivesse mais recursos financeiros e de protecção.

[9] Teorias como a apresentada por Moir e Jessel em *Brain Sex* (1989, *cit. in* Burr, 1998) defendem que as hormonas (mulheres com mais estrogéneo e progesterona e homens com mais testosterona) influenciam o desenvolvimento dos cérebros produzindo diferenças na especialização do cérebro. Assim, por exemplo, a exposição do cérebro fetal às hormonas masculinas produziria um grau superior de especialização no cérebro masculino. Nos homens, o hemisfério direito (que controla as actividades visuais e espaciais) seria o dominante, enquanto nas mulheres seria o hemisfério esquerdo (que controla as capacidades verbais). Por causa da maior especialização do seu cérebro, os centros verbal e emocional dos homens não estariam ligados um ao outro, tornando-se-lhes mais difícil falar sobre os sentimentos, o que explicaria uma diferença de género frequentemente encontrada.

[10] Para Beauvoir não existe uma essência feminina e uma essência masculina, seria a existência que moldaria a essência.

demonstração empírica das mesmas. Hare-Mustin e Marecek (1988, p. 457) observaram que os investigadores que presumem as diferenças de sexo no comportamento sofrem de enviesamento 'alfa' ou 'exagero das diferenças' (e.g. perspectivas de Freud e Parsons; feminismo cultural). Por outro lado, os investigadores que adoptam um enviesamento 'beta' presumem que não existem diferenças importantes entre homens e mulheres no comportamento (e.g. os teóricos dos sistemas familiares que valorizam a idade relativamente ao sexo). Estas duas posições também são descritas como maximalista - os dois sexos têm diferenças fundamentais e essenciais - e minimalista - as diferenças das mulheres entre si, e dos homens entre si, são mais latas que as diferenças observadas entre mulheres e homens (Anselmi & Law, 1998; Epstein, 1988, *cit. in* Brannon, 1996).

Estas posições opostas[12] encontram diversos adeptos no âmbito da Psicologia actual conforme ficou patente na revista científica *American Psychologist* de 1995, inteiramente dedicada ao tema. Nesta, Eagly (1995) defende que, apesar dos tamanhos do efeito 'diferença sexual' variarem de pequeno a moderado, contribuem mais para a variância do que qualquer outro constructo psicológico. Hyde e Plant (1995), pelo contrário, defendem que existem mais semelhanças que diferenças entre homens e mulheres, dado que 25% das investigações registava um efeito devido ao sexo próximo do zero, 35% um efeito pequeno, 27% um efeito moderado e, somente em 13%, um efeito elevado. O debate está longe de ter terminado.

Livros de grande divulgação junto do público (e.g. *You Just Don't Understand*, de D. Tannen e os livros de J.Gray) apresentam homem e mulher como se viessem de culturas diferentes, exagerando as diferenças existentes. No entanto, a investigação empírica sugere que homens e mulheres são muito mais semelhantes do que diferentes. É o caso do trabalho de revisão de 15 meta-análises[13] (representando, algumas, 1200 estudos), realizado por Canary e Hause (*cit. in*, Canary & Emmers-Sommer, 1997),

[11] Conforme observa Burr (1998), na sociedade ocidental contemporânea, o 'natural' tem, não só um valor estético positivo mas também um valor moral na medida em que o que é natural é o que está certo e, se homens e mulheres são naturalmente diferentes, todas as diferenças devem estar certas.

[12] E, entre as investigadoras feministas, tanto encontramos a posição minimalista (e.g. Badinter, 1989) como a maximalista (Chodorow, 1982; Gilligan, 1982/1997; Halpern, 1998a).

[13] A meta-análise permite estimar a magnitude de uma diferença sexual num conjunto de investigações sobre o mesmo tópico. O procedimento toma em consideração o número de participantes em cada estudo, o resultado médio dos grupos masculino e feminino, e a variabilidade dentro de cada grupo. O resultado é uma estatística conhecida como *d*, a qual pode ser calculada em todos os estudos para produzir uma estimativa geral conhecida como *tamanho do efeito*. Esta análise técnica permite aos investigadores combinar, simultaneamente, os resultados de muitos estudos, com o objectivo de determinar a grandeza total do efeito de uma variável de interesse.

relativamente a diferenças sexuais no comportamento social, o qual revelou que unicamente 1% da variância no comportamento social derivava das diferenças de sexo. Portanto, se homens e mulheres são originários de diferentes culturas, pelo menos falam a mesma linguagem cerca de 99% das vezes (e.g. ambos comem comidas semelhantes com idênticos instrumentos, dormem em posições semelhantes, como referem, com ironia, Canary e Dindia, 1998).

Esta disparidade de visões ilustra como a opinião popular é frequentemente sujeita a pensamento estereotipado. Com efeito, a investigação sobre género aparece, frequentemente, nos *media*. Estas referências populares reflectem, por vezes, de uma forma simplificada, descobertas de investigação científica que são complexas, o que pode perpetuar mal-entendidos porque promove o pensamento estereotipado (Benderly, 1989, Halpern, 1998b)[14].

C. Travis (1992) é uma das investigadoras que explica a tendência para pensar em termos de opostos quando só existem dois exemplos, como é caso do sexo (feminino e masculino). Pensamos nele como opostos[15]. Para manter categorias opostas, é necessário exagerar as diferenças, resultando em estereótipos que não correspondem às mulheres e aos homens reais. Estes estereótipos, mesmo não sendo realistas, têm muito poder, dado que afectam a forma como mulheres e homens pensam sobre si próprios e sobre o outro sexo. É assim que, na nossa cultura, se espera que o homem seja mais agressivo e duro, mais reservado emocionalmente e mais interessado em coisas do que em pessoas e que a mulher seja mais conciliadora, mais expressiva emocionalmente e mais interessada em pessoas do que em coisas.

2.3. O Debate Essencialismo *versus* Construccionismo Social

Mas será que estas manifestações psicológicas decorrem do sexo biológico? Ou decorrem unicamente de influências culturais? Será que as diferenças de género revelam

[14] Num artigo intitulado "*Don't believe everything you read*", Benderly (1989) manifesta a sua preocupação relativamente à deturpação de notícias através dos media, ao constatar que as histórias/estudos sobre diferenças de género recebem uma cobertura proeminente, por comparação com as histórias/estudos que não mostram essas diferenças. Mais ainda "se *elaboramos um estudo/experiência e não houver diferenças para mostrar, ainda pensam que houve algo que não fizemos bem*" (idem, p.69).

[15] Historicamente, quando os investigadores comparavam o comportamento de mulheres e homens, era frequente o pressuposto de que os sexos eram opostos e, portanto, não possuíam atributos e capacidades sobreponíveis. Assim, não só muitas diferenças eram implicitamente ou explicitamente atribuídas ao sexo biológico como diferenças em magnitude eram frequentemente interpretadas como diferenças em tipo (Gilbert, 1993).

diferenças sexuais fundamentais ou, pelo contrário, são o produto de classificações sociais? Entramos, assim, noutro debate (Anselmi & Law, 1998). O debate sobre a localização do género – dentro do indivíduo (essencialismo) ou nas classificações sociais (construccionismo social) – acompanha o debate *nature vs nurture* sobre as causas do género.

O essencialismo[16] procura entidades ou estruturas dentro da pessoa para explicar o seu comportamento. Assim, existiria uma natureza masculina e uma natureza feminina expressa em diferenças de personalidade, preferências profissionais, desejos de parentalidade. O construccionismo social defende que as diferenças globais na personalidade e no comportamento entre homens e mulheres, são aprendidas através de repetidas interacções com outras pessoas que partilham visões semelhantes sobre género. A maior parte destas aprendizagens decorre na família, nomeadamente através de rituais familiares e de socialização, e as diferenças de género que se desenvolvem aparecem tão entroncadas na personalidade que parecem naturais, como instintos (e.g. 'intuição feminina'[17] e 'instinto maternal'). No entanto, estariam sujeitas a modificação como inúmeras experiências de psicologia social e outros estudos têm demonstrado (e.g. Bem, 1994; Howard & Hollander, 1997).

Para a posição essencialista, as semelhanças trans-culturais que se observam, apoiariam a noção de que há características essenciais ligadas ao sexo. Para a posição construccionista social interessaria determinar as condições em que uma diferença tem maior ou menor probabilidade de ocorrer, as crenças dos indivíduos relativamente a estereótipos de papel sexual, dando-se a variação trans-cultural[18] como evidência de que o género é socialmente construído.

---

[16] Mary Deal (1979/1984, *cit.in* Burr, 1998), uma feminista radical argumenta que as mulheres têm uma feminilidade essencial, uma forma de olhar e de viver num mundo que é melhor do que a dos homens.

[17] Snodgrass (1985) investigou a hipótese da maior sensibilidade interpessoal (intuição) das mulheres se ter desenvolvido associado ao estatuto subordinado que, habitualmente, ocupam na sociedade. Assim, estudou díades interactivas (mulheres, homens, e mulher-homem) examinando especificamente os efeitos do sexo e do papel de líder/subordinado na sensibilidade interpessoal. Os resultados demonstraram que enquanto os subordinados, por comparação com os líderes, eram mais sensíveis aos sentimentos do outro, as mulheres não eram mais sensíveis do que os homens. No entanto, era nas díades mistas (homem-mulher) que as mulheres revelavam maior sensibilidade. Os resultados sugerem que a sensibilidade é um processo interactivo, influenciado pelos papéis respectivos dos intervenientes.

[18] O estudo de Maria Lepowsky intitulado "*Women, men, and agression in an egalitarian society*" (1998) em Vanitinai, Nova Guiné, constitui um desafio à tese de que os homens são universalmente mais agressivos do que as mulheres e ao pressuposto subjacente de que a agressão é uma característica essencial enraizada em diferenças biológicas entre homens e mulheres (Anselmi & Law, 1998). Se as diferenças de personalidade e as diferenças entre homens e mulheres na sua participação na sociedade (papéis de género) fossem, simplesmente, um resultado de predisposições biológicas, esperaríamos encontrar as mesmas diferenças de género e divisões de trabalho em todas as sociedades humanas.

As três dicotomias relativas às raízes das diferenças de género – significância das diferenças de género (maximalismo vs minimalismo); causas do género (natureza vs cultura) e localização do género (essencialismo vs construccionismo social) – ajudam a situar a complexidade teórica, mas não nos esclarecem sobre os processos envolvidos.

Sexo e género parecem emergir de uma interacção complexa de factores biológicos e culturais. Mais do que procurar e definir o contributo específico de *nature* e *nurture*, estabelecendo nexos de causalidade, ou determinar a localização do género, metas claramente fora do âmbito deste trabalho, interessam-nos os processos interactivos entre masculino e feminino num conteúdo estritamente conjugal.

3. Investigação e Questões Metodológicas

"O erro resulta da interpretação dos factos, não nos factos em si". Teria respondido o meu pai, se ouvisse os meus desabafos. 'Mas há factos errados. Não os factos naturais e sim os que resultam das construções humanas'. 'Factos errados? Não compreendidos queres tu dizer. Vejo-te muito mudada... Tem cuidado com a falta de rigor. Ensinei-te o rigor e tu aprendeste-o. O passado não se anula, está presente nos mapas cognitivos que construímos. São eles que condicionam o comportamento. Vê lá não te percas no labirinto das tuas emoções". (Luisa Beltrão, *Todos Vulneráveis*, 1999)

3.1. Génese e Desenvolvimento da Investigação de Género

O género tornou-se um tópico principal de investigação em Psicologia nos últimos 30 anos, apesar de sempre ter existido na relação entre seres humanos e de se encontrarem referências ao tema desde o início da Psicologia como ciência (Denmark, 1994). Mudanças políticas e ideológicas nas sociedades parecem estar na origem deste crescente, e relativamente recente, interesse pelo estudo do género.

Começando por Wundt, considerado o fundador da Psicologia moderna, com o desenvolvimento da escola estruturalista, verificamos que, em 1879, este ainda não considerava importante o estudo das diferenças sexuais, ao incluir unicamente homens nas amostras para os seus estudos de introspecção. O estudo sistemático das diferenças de género começou com a escola funcionalista, nos E.U.A., com Thorndike entre outros, na procura de uma base biológica para as diferenças entre homens e mulheres no que se refere a capacidades e personalidade. A crença numa natural inferioridade do sexo

feminino repercutia-se na análise das diferenças entre os sexos, por parte dos investigadores. No cérebro, nas hormonas ou nos instintos[19], procuravam-se os fundamentos de uma 'psicologia feminina' que justificasse e legitimasse uma certa ordem social que parecia natural. Sob influência da teoria evolucionista, os estudos concluíam inevitavelmente que as mulheres eram menos inteligentes do que os homens, beneficiavam menos da educação; e tinham instintos maternais fortes[20] - cérebro e útero eram incompatíveis.

Pensava-se e procedia-se como se estivéssemos face, não a uma única espécie – a humana –, mas a duas – a feminina e a masculina.

Quando a Psicologia e a Sociologia começaram a apresentar estudos reveladores da importância do ambiente e da cultura na determinação dos comportamentos, o determinismo biológico tornou-se uma visão menos proeminente. No entanto, enquanto a escola behaviorista dominou a Psicologia e investigou sobretudo as áreas da aprendizagem e da memória, pouco se avançou no estudo das diferenças de sexo. Daí a expressão de Crawford e Marecek (1989, *cit. in* Deaux, 1999) de uma '*Psicologia sem mulheres*' a qual, nas investigações que realizava, ou não as incluía nas amostras, ou falhava na análise dos factores relacionados com o género quando homens e mulheres eram efectivamente participantes. Frequentemente, generalizavam-se ao sexo feminino os resultados obtidos com indivíduos do sexo masculino[21] (Hurtig & Pichevin, 1985).

Naquela época, os teóricos que evidenciaram maior interesse pelas diferenças de sexo tinham uma orientação psicodinâmica. O pensamento de Freud é claramente androcêntrico, o que se veio a reflectir na criação de alguns mitos sobre a 'psicologia

[19] Desde considerar o tamanho inferior da cabeça das mulheres, a relação superfície do cérebro/superfície do corpo, até à 'evidente' importância das zonas cerebrais mais desenvolvidas nos homens, tudo servia como indicador seguro da inferioridade intelectual das mulheres. Por sua vez, a relação peso do cérebro/peso do corpo deixou de ser considerada porque beneficiava as mulheres (Shields, 1975). Quando a medida passou a ser a avaliação do QI, não se chegou a resultados conclusivos porque a variação entre os indivíduos do mesmo sexo era maior do que a variação entre os sexos.
O funcionamento hormonal dos dois sexos ajudava a explicar a instabilidade emocional feminina e a agressividade masculina. Por sua vez, a programação biológica para a maternidade justificava a afectividade e a passividade da 'psicologia feminina' – um exemplo de como a etologia pode ser colocada ao serviço dos preconceitos dos investigadores (Soczka, 1980).

[20] É neste sentido que L. Hollingworth, antiga discípula de Thorndike, defendendo uma posição contra a visão funcionalista das mulheres, vai argumentar que o potencial das mulheres nunca será conhecido até que estas tenham a oportunidade de escolher a maternidade, a carreira profissional ou ambas (Shields, 1975).

[21] Kohlberg, já na segunda metade do século XX, desenvolveu uma teoria de estádios de desenvolvimento moral humano com base numa investigação em que estudou unicamente amostras masculinas.

feminina'[22]. As diferenças de género principais estariam enraizadas na biologia, pelo que "*anatomia é o destino*".

E assim, a lógica das duas espécies biológicas – a masculina e a feminina – era confirmada com a lógica das duas personalidades – a masculina e a feminina.

Por sua vez, a necessidade de diferenças nos perfis de personalidade masculina e feminina e as vantagens dos respectivos padrões comportamentais, vão encontrar algum fundamento em teorias sociológicas da época.

Com efeito, uma importante escola sobre género, bem documentada pelos trabalhos de Parsons e Bales (1955), emergiu da sociologia funcional. Com base nos estudos de Bales sobre a interacção em pequenos grupos, que concluem da importância da diferenciação funcional do líder instrumental e do líder expressivo no desempenho do grupo e na manutenção de um clima positivo dentro do grupo, Parsons vai estabelecer o paralelismo com a família. E, assim, aquelas funções de liderança seriam desempenhadas pela figura masculina (paterna) – que assegura a subsistência da família através do trabalho no exterior da família – e pela figura feminina (materna) – que assegura o bem-estar da família através do trabalho no interior da família. Desta distinção dos papéis sexuais - que, embora complementares na família, são quantitativa e qualitativamente assimétricos[23] – dependeria o desenvolvimento de personalidades saudáveis, a manutenção de uma estrutura familiar e de uma sociedade equilibradas.

A partir dos anos 60, a investigação das diferenças sexuais, foi sendo realizada sobretudo no âmbito da psicologia social - num esforço de aprofundamento do modelo da socialização e da diferenciação dos papéis sexuais -, e da psicometria - num esforço de encontrar diferenças sexuais relativamente a capacidades intelectuais, características temperamentais e desempenho. Nem sempre muito coordenadas, estas áreas de investigação ganhariam um novo impulso e sistematização com a publicação da revisão

---

[22] Freud defendia que as meninas quando percebiam que tinham vagina em vez de pénis, culpavam a sua mãe por esta diferença anatómica. Desenvolviam então 'inveja do pénis' e, consequentemente, um sentido básico de inferioridade. Freud considerava que as mulheres tinham menos sentido de moralidade do que os homens e eram mais influenciadas pelas emoções do que pelo raciocínio lógico. Isto, porque o processo de identificação das raparigas não era tão forte como o dos rapazes e, como resultado, as suas consciências eram menos desenvolvidas tornando-se as mulheres passivas, emotivas, masoquistas e narcisistas. Rapidamente apropriada pelo senso comum, a visão psicanalítica da feminilidade e da masculinidade foi muito influente na sociedade ocidental. A dimensão de actividade *versus* passividade, que diferencia a identidade psicossexual de homens e mulheres, transposta para a análise do seu comportamento social, vai também servir para fundamentar o modelo da dualidade dos seres masculinos e femininos numa dimensão de 'agenticidade' *versus* 'comunalidade' (Bakan, 1966).

[23] Esta divisão de papéis sexuais é quantitativa e qualitativamente assimétrica porque, não só se verifica uma diversidade de papéis inerentes à personalidade masculina por comparação com a esfera restrita do

de literatura sobre o tema realizada por Maccoby e Jacklin (1974, *cit. in* Deaux, 1999). Trata-se de um trabalho enciclopédico em que foram organizados em tópicos mais de 2000 estudos, com o objectivo de analisar as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres. Dele se concluiu que havia suficiente evidência para apoiar o argumento de que mulheres e homens eram diferentes tipos de pessoas em quatro áreas: - capacidade verbal (superioridade do sexo feminino); capacidade visual e espacial, capacidade matemática, agressividade (superioridade do sexo masculino). Nestas áreas encontraram poucas mas sistemáticas evidências referindo que as diferenças sexuais têm sido sistematicamente exageradas e as semelhanças minimizadas. Não se confirmaram as crenças de que as mulheres seriam mais sociáveis e influenciáveis, menos motivadas para um bom desempenho e com auto-conceito reduzido. Timidez, ansiedade e submissão no sexo feminino e dominância no sexo masculino só se tornam diferenças consistentes a partir dos 11 anos de idade – sinal evidente, para Maccoby e Jacklin (idem), do papel da socialização na estimulação ou inibição de certas capacidades à medida que o sexo se vai tornando evidente. Em geral, concluem, havia uma grande sobreposição nos resultados obtidos por mulheres e homens nas dimensões estudadas, com a possibilidade de que as diferenças entre mulheres ou entre homens pudessem ser tão grandes como entre sexos. Em Portugal muita da investigação realizada também vai neste sentido, designadamente a investigação realizada por Fontaine (1991) com alunos do ensino secundário no qual as diferenças encontradas espelhavam os estereótipos sociais (superioridade feminina nos domínios verbal e da honestidade/fiabilidade; superioridade masculina na competência física e na estabilidade emocional) excepto na competência matemática, em que não se encontraram diferenças.

Já no fim dos anos 60, a equipa de Janet Spence tinha desafiado a validade das concepções de género baseadas biologicamente que atribuíam as diferenças de género a capacidades cognitivas e qualidades temperamentais básicas. E desde a publicação, em 1972, de *"Who likes competente women?"*, por Spence e Helmreich, o campo da investigação de género tem crescido notavelmente, tornando-se muito difícil fazer uma síntese da investigação psicológica das últimas três décadas. Deaux (1999, p. 13) propõe quatro temas organizadores da investigação sobre género desde esta época até à actualidade:

a) 'homens e mulheres são diferentes, não são?';

papel familiar atribuído à personalidade feminina, como o papel ocupacional masculino é considerado o mais importante na vida adulta comum, conferindo-lhe possivelmente mais poder.

b) 'as pessoas pensam que homens e mulheres são diferentes, não pensam?';

c) 'tudo isto parece mais complicado do que pensávamos';

d) 'os psicólogos não estão sozinhos'.

Os dois primeiros temas correspondem a duas questões-chave, colocadas no início da investigação sobre género mas que continuam a suscitar, na actualidade, investigação muito significativa (Deaux, 1984, 1999). Os outros dois temas reconhecem a complexidade envolvida e a necessidade de alargar a rede conceptual para outras ciências além da Psicologia.

3.1.1. 'Homens e Mulheres São Diferentes, Não São?'

Os primeiros trabalhos desenvolvidos neste tema tinham-se centrado, conforme referimos anteriormente, no teste de ideias herdadas de teorias anteriores. As diferenças entre os sexos eram parte do estudo das diferenças individuais, seguindo a ênfase tradicional da psicologia no indivíduo. Numa abordagem com estas características, o género era considerado como uma variável individual ou de sujeito.

O foco no estudo das diferenças entre homens e mulheres continuou, mas de uma forma diferente. De uma base biológica da diferença passou a incluir uma base psicológica da diferença. Começaram, então, a surgir diversos trabalhos relativos a masculinidade e a feminilidade. As primeiras medidas tinham como pressuposto que a masculinidade e a feminilidade compreendiam dois pólos de uma dimensão única. Isto implicava que, quer na teoria quer na prática, ser masculino significava necessariamente ser não-feminino e vice-versa. A masculinidade de um homem era conceptualizada em termos de distância da feminilidade e seria teoricamente impossível, por exemplo, uma mulher tornar-se mais masculina sem perder alguma da sua feminilidade. Subjacente a estas medidas, existia o pressuposto de que masculinidade e feminilidade estavam relacionadas com orientação sexual e patologia. O trabalho crítico de Constantinople (1973) a este respeito foi decisivo para o aparecimento do conceito de androginia[24] psicológica, um misto de traços masculinos e femininos. São desta altura as publicações dos trabalhos de Bem (1974), Spence e Helmreich (1978, 1979), Spence, Helmreich e Stapp (1975) divulgando novos instrumentos psicológicos de avaliação do género, os

[24] Androginia é uma designação composta por duas palavras antigas gregas – *andro* (macho) e *gyn* (fêmea). A androginia implica a integração de traços de personalidade (positivos) masculinos e femininos num só indivíduo.

quais dariam origem a muitas investigações. O conceito de androginia começou por suscitar muito interesse, considerado por muitos como capaz de predizer todas as facetas do comportamento relacionado com o género e, por outros, com alguma reserva atendendo às suas eventuais limitações (e.g. Helmreich, Spence, & Holahan, 1979).

Os estudos experimentais sobre diferenças entre homens e mulheres, realizados em laboratórios de Psicologia em que os factores situacionais são muito controlados, revelaram que as diferenças eram bastante limitadas e não estáveis, i.é, mudavam se se alteravam as situações e as experiências (Deaux, 1998). Uma excepção a este padrão de diferenças sexuais reduzidas verificava-se quando as medidas aplicadas eram de auto-resposta ou de auto-descrição (e.g. Eisenberg & Lennon, 1983). Neste caso, as diferenças sexuais eram até mais acentuadas do que era evidenciado quando se utilizavam outras medidas de desempenho. Muito provavelmente, homens e mulheres reflectiriam o conhecimento dos estereótipos de género dominantes em vez de estarem a avaliar o seu próprio comportamento. Ou então, há também a hipótese de explicação colocada por Deaux (1998) segundo a qual, homens e mulheres, ao responderem, estariam a sintetizar uma série de experiências mais abrangentes do que o que é perguntado nas medidas de auto-resposta, reflectindo aspectos como diferenças de escolhas e não de capacidades propriamente ditas.

Para Deaux (1999), foram razões de ordem **metodológica, teórica** e **meta-teórica,** que conduziram a um renovado interesse pelo estudo das diferenças entre homens e mulheres.

Metodologicamente foi muito importante o desenvolvimento de técnicas de meta-análise (Eagly, 1998), a que anteriormente fizemos referência, as quais permitiram testar de forma mais fiável as diferenças ou semelhanças (e.g. Major *et al.*, 1999; Wood, 1987)[25].

No que se refere a **formulações teóricas** que tenham contribuído para um renovado interesse pelas diferenças entre homens e mulheres, destacam-se os desenvolvimentos da Psicologia Evolutiva e propostas de modelos alternativos, integrando a especificidade feminina, como o de uma nova Psicologia Feminina (Miller, 1976, *cit.in* Amâncio, 1994) ou de uma moralidade feminina (Gilligan, 1982/1997). Em

[25] Mantém-se, no entanto, um considerável desacordo quanto à significância dos tamanhos do efeito. Debates sobre questões como "Qual o valor da diferença estatística para ser significativa em termos práticos?" e "Quão latas são as diferenças de sexo comparadas com outros efeitos psicológicos? " estão subjacentes a estes trabalhos de investigação (Halpern, 1998b). *"A meta-análise pode rearranjar o*

relação à Psicologia Evolutiva, tratava-se de encontrar diferenças sexuais que fossem consistentes com os postulados da teoria evolucionista. Os diferentes problemas adaptativos enfrentados por homens e mulheres ao longo da sua história evolutiva, designadamente no que se refere à reprodução e consequentes diferenças na certeza da maternidade e da paternidade, permitiriam explicar os diferentes comportamentos como o ciúme, as atitudes relativamente a sexo casual, a infidelidade, a importância conferida à aparência física (Buss, 1995). Geary (1998) é um dos investigadores que considera que a teoria da selecção sexual pode ajudar a compreender muitas das diferenças sexuais na sociedade actual (e.g. o predomínio de comportamentos agressivos e competitivos nos homens e o predomínio de comportamentos de ansiedade, depressão e distúrbios alimentares nas mulheres). Parece-nos que a confirmação ou desconfirmação destas noções essencialistas não será fácil e as controvérsias prometem continuar.

Em termos **meta-teóricos**, as questões sobre diferenças sexuais podem colocar-se num contexto de pontos de vista na medida em que a pertença do investigador a uma parte do mundo afecta inevitavelmente a sua experiência, perspectiva e valores. E assim, mais do que procurar leis universais, referem alguns autores (Gilligan, 1982/1997), importaria estar consciente das vantagens dos diferentes pontos de vista. Várias investigações surgiram, no âmbito do feminismo (Gilligan, 1982/1997) em que, apesar da metodologia não testar diferenças, explorando antes pontos de vista [26](neste caso, feminista), invocava frequentemente comparações entre homens e mulheres para interpretar os resultados.

A tradição das diferenças de sexo irá, seguramente, continuar na investigação de género. Não só a nossa cultura está imbuída de pressupostos de diferença, como estes são transmitidos regularmente nas conversas e nos *media*. E isto porque, efectivamente, mulheres e homens diferem, em algumas dimensões de género, em algumas circunstâncias e tempo. No entanto, os resultados da investigação conduzida ao longo das últimas três décadas permitem retirar algumas conclusões. As diferenças de média, por exemplo, são frequentemente pequenas relativamente à variabilidade geral, e os comportamentos e atributos de género por si, são melhores preditores de outros atributos e comportamentos do que é o sexo. E, se por um lado, não se pode ignorar a

jardim, torná-lo mais ordenado e mais estético, mas não pode em si criar uma nova variedade de flores" (Deaux, 1999, p.16).

[26] Daí a pertinente observação de Crawford (1989, p.128, *cit in* Brannon, 1996) "*Se os valores masculinos eliminaram a validade da investigação do passado sobre diferenças sexuais, será que os valores*

significância das diferenças de média entre grupos de homens e de mulheres simplesmente porque estas são pequenas, por outro lado, há que dar a devida importância às implicações das diferenças individuais dentro de cada género (Brannon, 1996; Maccoby, 1990/1998).

A diferenciação baseada no sexo parece fazer-se associando, ao dimorfismo sexual, um conjunto de características de personalidade e de orientações do comportamento organizados em modos de 'ser homem' e de 'ser mulher', como se pudéssemos, com precisão, prever o comportamento de alguém pelo facto de sabermos simplesmente o seu sexo. Trata-se do clássico triângulo sexo-traço-papel. Deduzimos, pois, que enquanto se continuou a procurar as explicações unicamente nos indivíduos e a pressupor as diferenças como se fossem um dado objectivo, a passagem do biológico ao psicológico não se traduziu num grande progresso do conhecimento sobre género.

3.1.2. 'As Pessoas Pensam que as Mulheres e os Homens são Diferentes, não Pensam?'

Outro tipo de investigação começou a ganhar contornos ao definir o género como categoria social (Deaux, 1984, 1999). Em vez de ser considerado como diferenças individuais (dentro da pessoa), o género é um tipo de informação em que as pessoas baseiam julgamentos e escolhem acções (dentro da situação). Assim, interessa estudar como as pessoas usam informação sobre género, como parte das suas crenças e expectativas sobre o comportamento, e como as pessoas assimilam informação sobre género no seu próprio comportamento. É um facto que, mesmo que a abordagem que estuda o género como variável de sujeito possa revelar inexistência de diferenças entre homens e mulheres num comportamento particular, as pessoas podem acreditar que homens e mulheres diferem e comportam-se de acordo com as diferenças que imaginam. Esta abordagem, ao considerar os estereótipos e as representações sobre as características e papéis de homens e mulheres na sociedade, tem mais probabilidade de incluir o contexto do comportamento e os factores complexos que podem influenciar qualquer situação[27].

---

femininos conduzem a investigação mais válida ou meramente substituem um conjunto diferente de enviesamentos?".

[27] Evidentemente, estas duas abordagens, ao colocarem diferentes questões, estarão orientadas para dar diferentes, mas não necessariamente incompatíveis, tipos de respostas relativamente ao género. Enquanto a abordagem que considera o género como variável de sujeito, se concentra nas diferenças dos comportamentos relacionados com o género, a abordagem que considera o género como categoria social,

O estudo das atitudes relativamente aos homens e às mulheres, de que é exemplo '*The Attitudes Toward Women Scale*', elaborada por Spence e Helmreich nos anos 70, constituiu-se como área importante de investigação. Passados quase 30 anos, Loo e Thorpe (1998) realizaram um estudo com esta escala, cujos resultados revelaram uma maior liberalização nas atitudes em ambos os géneros, excepto em áreas relativas aos papéis vocacionais e aos conjugais. Daí, a publicação de trabalhos recentes sobre contradições nos julgamentos como, por exemplo, 'considerar maravilhosa uma pessoa' e isso coexistir com a sua discriminação, desvalorização e hostilidade (Glick & Fiske, 1996, 1999).

Uma outra área de estudo em crescente expansão foi a dos estereótipos de género. Desenvolvimento, conteúdo, processos e consequências dos estereótipos de género foram sendo analisados em estudos de campo e estudos de laboratório (Bem,1994; Biernat & Kobrynowicz, 1997,1999; Deaux & LaFrance, 1998; Fiske, 1998; Martin, 1999; Swim *et al.*, 1989[28]) de tal modo que são actualmente melhor compreendidos os processos através dos quais as crenças de género influenciam os julgamentos[29], as memórias e os comportamentos, bem como a inter-relação entre género e poder (Fiske, 1993).

No estudo do género, para além da investigação sobre diferenças individuais passou, pois, a existir também a investigação das categorias sociais. Não foi alheio a esta mudança o facto de, durante os anos 60, 70 e 80, as mulheres terem entrado na força de trabalho em grande número, originando mudanças radicais nas vidas das famílias. Especificamente na Psicologia, as mulheres começaram a mudar o campo de investigação ao evidenciar interesse por comportamentos relacionados com o género que diferiam do foco anterior nas diferenças individuais. Foi neste enquadramento

---

examina o contexto social do género e o modo como as pessoas usam essa informação na construção dos seus pontos de vista.

[28] O estudo de Swim e colaboradores apresentava aos participantes no estudo informação sobre duas pessoas – John T.McKay ou Joan T.McKay – as quais seriam, supostamente os autores de uma história; pretendia-se ver se o género do autor influenciava a avaliação da escrita por parte dos participantes, o que efectivamente foi confirmado.

[29] Os estereótipos podem influenciar os juízos através de *assimilação* (os membros do grupo são avaliados consistentemente de acordo com a expectativa do grupo) ou de *contraste* (os alvos são deslocados da expectativa do grupo). De acordo com os modelos de 'mudança de padrões' e de 'características de estatuto', Biernat e Kobrynowicz (1997) verificaram experimentalmente que eram estabelecidos para as mulheres (por comparação com os homens) e para os negros (por comparação com brancos), padrões mínimos de competência com padrões máximos de capacidade – assim, apesar de ser mais fácil para membros de baixo estatuto corresponder aos (baixos) padrões, tinham de trabalhar muito mais para provar que o seu desempenho estava baseado em capacidade (e.g. "*temos de trabalhar o dobro dos outros para sermos considerados bons*"; ou, relativamente a um mesmo desempenho de uma tarefa, o seguinte julgamento - "*para mulher está bem, para homem é muito incompetente*")

social e político que a comunicação proferida pela psicóloga Naomi Weisstein intitulada "*Kinder, Küche, Kirche as scientific law: Psychology constructs the female*"[30] (1968, *cit. in* Brannon, 1996) teve um grande impacto. A autora criticou o facto da investigação, até ao momento, ter sido contaminada por enviesamentos e fantasias dos psicólogos (homens) que a conduziam e por ter negligenciado o contexto dos comportamentos, sem o qual não é possível compreender as mulheres e as pessoas em geral. Revelou-se como importante o movimento feminista[31] ao desenvolver investigação que questionava os papéis e os estereótipos de género, bem como os pressupostos sobre diferenças inatas entre os sexos (Riger, 1998). Este tipo de questionamento veio, posteriormente, a alargar-se aos homens quando estes começaram a investigar como a inflexibilidade dos estereótipos de género também os poderia afectar (e.g. Coltrane, 1998b; Farrell, 1999; Levant, 1992).

Como determinantes das diferenças entre sexos, vão surgir explicações como a orientação aprendida de papel (Maccoby, 1988), e a necessidade de corresponder às expectativas, em termos de normas e características de comportamento consideradas socialmente adequadas à identidade de género (Deaux, 1984).

Ao atribuir a explicação de como homens e mulheres interiorizam as suas identidades de género ao processo de socialização, os psicólogos passaram a conferir-lhe um estatuto explicativo central. Mas, apesar deste facto evidenciar uma mudança importante na investigação sobre género, não deixa de ser limitativo em duas vertentes. Não só considera os indivíduos como receptores passivos do processo de socialização, como também não explica o sentido da diferença das identidades de género. Isto porque os indivíduos já nascem num sistema social que produziu conteúdos simbólicos associados ao sexo, os quais, para além de diferentes, são também valorativamente desiguais, e que os processos de socialização se limitam a reproduzir (Amâncio, 1994).

3.1.3. A Complexidade do Tema

À medida que a compreensão destes fenómenos evoluía, à medida que os processos eram aprofundados, emergia a certeza de que o género não podia ser representado nas poucas células de um desenho de análise da variância. Mulheres e

[30] "Crianças, cozinha, igreja como lei científica: A Psicologia constrói a mulher".
[31] De entre as diversas expressões que o movimento feminista assumiu interessa-nos, especialmente, a perspectiva sobre ciência, a qual se veio posteriormente a constituir em três posições diferentes –

homens podiam ser avaliados e comparados, ou descritos em termos consistentes ou inconsistentes com as expectativas de género. Mas, sendo o género construído pela sociedade de uma forma complexa, as atribuições e manipulações do laboratório estavam dependentes do contexto cultural mais lato. Daí o aviso de Deaux, (1999, p. 20) "*vejo as representações sociais do género como uma vasta rede de crenças e atitudes, das quais os psicólogos, em qualquer estudo, podem extrair e talvez ter consciência de alguns elementos-chave, unicamente*".

A complexidade do tema tornava-se evidente para muitos investigadores. Spence (1993, 1999; Spence & Hall, 1996) está entre os primeiros a referir-se à multidimensionalidade do conceito de género, em particular, na análise dos conceitos de masculinidade e feminilidade. Começando por esclarecer que a maioria das escalas que se propõem medir a masculinidade e feminilidade global são, de facto, medidas mais restritas de agenticidade (*agency*) ou instrumentalidade e comunalidade (*communion*)[32] ou expressividade, a autora propôs-se desenvolver um modelo geral de identidade de género que assumisse a variabilidade e a multidimensionalidade. Nem todas as pessoas partilham os mesmos significados de masculinidade e feminilidade, dado que os vários domínios da vida em que o género se manifesta - traços de personalidade, atributos físicos, interesses recreativos e preferências ocupacionais - têm diferentes histórias de desenvolvimento e interacções complexas. Mais ainda, as pessoas podem seleccionar experiências das suas histórias, assumindo aqueles aspectos da masculinidade e da feminilidade que acham compatíveis com outros valores, e não considerando aqueles atributos que podem ser vistos como centrais por outros. Por outras palavras, confirma Deaux (1999, p.21) "*o rótulo do pacote pode dizer masculino ou feminino, mas um*

---

empiricismo feminista (McHugh, Koeske, & Frieze, 1986; Shields, 1998); teoria do ponto de vista (*stand point)* feminista (Gilligan, 1982); pós-modernismo feminista (Hare-Mustin & Maracek, 1988).

[32] O conceito de comunalidade define o desejo fundamental de união, através do qual a pessoa procura inserir-se socialmente, partilhar com outros e com o meio, e alcançar um sentido alargado de pertença e de participação. Este conceito refere-se a uma dimensão estável da personalidade de interdependência relacional com os outros, em que os temas de dependência, mutualidade e unidade constituem aspectos básicos. Por sua vez, o conceito agenticidade define a linha da individualidade, em que a procura de separação dos outros e a diferenciação de si próprio se referem à dimensão estável da personalidade que enfatiza o desenvolvimento da separação, individuação, o controlo, a definição pessoal e a autonomia, o investimento da individualidade e a expressão das capacidades e interesses pessoais. Kobassa (1979) salienta a importância da combinação da '*communion*' e da '*agency*' , da intimidade e do poder, como centrais ao desenvolvimento do bem-estar psicológico e à resistência da personalidade. Uma identidade madura, para McAdams (1993), é baseada no sentido da singularidade e da continuidade, as quais proporcionam unidade e significado e requerem, quer individuação, quer inter-relação. A maturidade exige uma integração da formação da identidade e da interdependência, uma capacidade de dar continuidade ao passado de cada um, sem deixar de observar a separação necessária ao estabelecimento de novas ligações com o ambiente actual e com o sentido de futuro.

olhar cuidadoso nos conteúdos pode trazer algumas surpresas". Os estudos de Eccles (1994, *cit.in* Eccles, Barber & Jozefowicz, 1999) foram no mesmo sentido, ao proporem um modelo de escolhas relacionadas com realização (*model of achievement-related choices*), que coloca a pessoa num contexto, considerando tanto as preferências individuais como as estruturas de oportunidade, para melhor compreender as escolhas de educação e de ocupação, em função do género.

Trabalhos de Deaux e Major (1987) resultam na proposta de um modelo que explicitaremos posteriormente, o qual considera a influência de outras pessoas, sistemas e circunstâncias no papel que o género desempenha na interacção social. Considerando as múltiplas identidades que as pessoas têm, parece mais apropriado usar o termo 'identidades' de género. Não só há numerosas formas de identidade explicitamente relacionadas com género (e.g. mãe, feminista ou boneca Barbie), como também o género influencia muitas outras identidades, incluindo a etnicidade, classe e ocupação.

Em vez de operar num vacuum, o género está profundamente contextualizado, quer no espaço quer na história/tempo. Reconhecendo a complexidade na formulação do género, havia que pensar os conceitos como multidimensionais, as influências como bidireccionais e os acontecimentos como multideterminados, o que exigia metodologia adequada à complexidade do fenómeno. É neste sentido que pode ser entendida a introdução, no estudo do género, de novos métodos de âmbito mais qualitativo - estudos etnográficos, desenhos longitudinais, análise de narrativas – bem como a triangulação de métodos. A triangulação pode não trazer, necessariamente, consistência, mas, seguramente, enriquecerá a análise e, mais proximamente, fará justiça à complexidade do fenómeno uma vez que, dificilmente, um método sozinho pode ser usado para cobrir todas as facetas de um domínio como o género.

3.1.4. A Necessidade da Interdisciplinaridade

O reconhecimento da complexidade na análise de género conduziu, inevitavelmente, ao reconhecimento da importância do contexto. Por esta razão, uma abordagem estritamente psicológica seria, em certo sentido, demasiado psicológica (Deaux, 1999) se não incluísse variáveis situacionais e contextuais. Nesta linha é considerado como muito importante, o contributo de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, as Ciências da Educação, a História. Spence (1999) vai mais longe ao

acrescentar a importância dos acontecimentos políticos, económicos e históricos para a compreensão do género e para os investigadores se compreenderem a si próprios.

Um contributo importante veio da Psicologia Social. Deve-se sobretudo a Lorenzi-Cioldi (1988) a introdução da abordagem estrutural das identidades masculina e feminina na Psicologia Social, ao demonstrar a semelhança com a dicotomia identidade dominante/identidade dominada e, respectivas consequências em conflitos normativos.

Com efeito, os estudos desenvolvidos no âmbito da psicologia social europeia, sobre modelos de relações intergrupais (Doise, 1976/84; Tajfel, 1981/83), demonstraram que, no processo de categorização social[33] os indivíduos são caracterizados de acordo com a sua categoria de pertença, enquanto se procede à procura de explicações e de comportamentos adequados nos diferentes contextos de interacção. Na mesma linha teórica, Deschamps (1982) e Lorenzi-Cioldi (1988) desenvolveram modelos que permitem analisar a assimetria da diferenciação intergrupos, como no caso das diferenças sexuais, em que o masculino ocupa uma posição dominante enquanto referente universal relativamente ao feminino. Seria esta ideologia que serviria de referência aos indivíduos para orientar as percepções sobre si próprios e sobre os outros e para definir os modos de ser adequados à sua pertença social. Trata-se de uma ideologia de referência que Deschamps (1982; p.88) designa por 'universo simbólico comum de valores' e que serve de referência à posição relativa de todos os grupos[34].

Com base nestes modelos de identidade social e de relações intergrupais, Amâncio (1994), realizou em Portugal, diversas investigações com o objectivo de mostrar que, quer os conteúdos característicos do masculino e do feminino, como as dimensões explicativas do comportamento de homens e mulheres e da posição social

---

[33] Referimo-nos aos modelos desenvolvidos no âmbito de uma escola de psicologia social que ficou conhecida como escola de Genebra. Esta escola procurou integrar e articular alguns modelos como o da categorização social (Tajfel, 1981/1983), o de conflitos intergrupais (Sherif & Sherif, 1979) e o paradigma dos 'grupos mínimos' da escola de Bristol (Turner &Tajfel, 1979 *cit.in* Amâncio, 1993) no modelo da diferenciação categorial. De acordo com este modelo, a categorização consiste num processo psicológico de estruturação do meio, integrado no quadro situacional ou estrutural das relações intergrupos (Doise, 1976/84; Deschamps, 1982).

[34] Deschamps (1982) e Lorenzi-Cioldi (1988) propuseram um modelo de relações de poder simbólico em que se diferenciam a identidade dominada e a identidade dominante. Através de estudos experimentais diversos concluiram que "*...a identidade social pode variar fundamentalmente em função do capital material e simbólico que os indivíduos possuem ...a identidade social dos dominantes será definida em termos de 'sujeitos' e a dos dominados em termos de 'objectos'. Os primeiros não se vêem a si próprios como determinados pelo seu grupo de pertença ou pela sua afiliação social. Vêem-se, acima de tudo, como seres humanos individualizados, singulares, 'sujeitos', actores voluntários, livres e autónomos. O seu grupo é antes de tudo uma colecção de pessoas. Tal não é o caso dos dominados, que são definidos*

dos dois grupos, estão de tal modo interligados que o consenso (e.g. estereótipos sexuais semelhantes em diferentes culturas e sociedades) que envolve esta forma de pensamento social o transforma numa ideologia colectiva. Por outras palavras, a relação entre os sexos constitui um tipo de relações intergrupos onde é evidente o peso do universo simbólico. Com efeito, as diferentes posições e funções sociais dos indivíduos de sexo masculino e de sexo feminino são históricas e não meramente situacionais. Sendo assim, a saliência de uma categorização entre os sexos evoca, a homens e mulheres, diversos conteúdos categoriais sobre os quais se estabeleceram noções de si e noções de comportamentos apropriados.

A autora demonstrou que a construção social da pessoa do sexo masculino e do sexo feminino estabelece uma diferença conceptual entre estes dois seres que é assimétrica (Amâncio, 1992). Em primeiro lugar, é assimétrica porque atribui ao sexo feminino uma dimensão biológica na concepção desse ser que não tem correspondência na concepção do ser do sexo masculino. Deduziu, então, que nesta primeira assimetria outras "*se irão ancorar numa construção unidimensional da pessoa feminina, definida por uma existência física e afectiva orientada para uma função social específica, e que se apresenta sob a forma de um modo de ser colectivo que perde a sua essência fora do meio em que se define. Pelo contrário, a pluridimensionalidade da construção da pessoa masculina define uma existência que se estende a várias instâncias do social, e é a independência deste modo de ser de contextos específicos que lhe confere uma essência individual*" (Amâncio, 1994, p.179). Sendo assim, no caso da relação entre homens e mulheres, que é uma relação intergrupal estrutural (ou seja, não conjuntural), estes dois grupos são entidades subjectivamente construídas num *modo de ser* que está pré-definido num universo simbólico-ideológico e que se repercute nos *modos de estar* de cada um dos grupos.

Retomando a distinção inicial entre sexo e género, enquanto o termo *diferenças sexuais* implica, geralmente, estabilidade e foca a pessoa como agente causal, o género "*é um constructo dinâmico que envolve processos em níveis individuais, interaccionais, grupais, institucionais e culturais*" (Deaux & LaFrance, 1998, p.788), pelo que será também socialmente construído e contextualizado.

como elementos indiferenciados de uma colecção de partículas impessoais e são mais vistos como 'objectos' do que como 'sujeitos'" (Deschamps, 1982, p.90).

3.2. Questões Metodológicas

É bom estar ciente de que nenhum método que os investigadores possam efectivamente aplicar revelará a causa das diferenças de género. Esses estudos seriam experimentais e o género dos participantes é uma variável que não pode ser manipulada num estudo experimental – não se pode escolher um grupo de pessoas que não têm género e fazer delas homem ou mulher (Brannon, 1996). Esta limitação metodológica poderia restringir conclusões sobre a natureza das diferenças de género, mas o que observamos é que essa discussão se mantém. Por vezes, há estudos sobre diferenças relacionadas com o género e que são interpretados como implicando ser o género a causa das diferenças.

Todas as etapas de uma investigação, desde a selecção do problema a investigar, das variáveis em estudo, da formulação de hipóteses até à análise e interpretação dos resultados, passando pela elaboração do plano e a recolha de dados, fornecem ao investigador oportunidades de enviesamento. O sexo do investigador também pode influenciar os resultados da investigação, nomeadamente porque as pessoas respondem diferentemente a homens e a mulheres (Denmark, Russo, Frieze, & Sechzer, 1988). Os problemas surgem quando os investigadores acriticamente, e muitas vezes sem consciência de que o fazem, adoptam os estereótipos como meio de explicar cientificamente e prever as diferenças de sexo e género. Um problema que afecta negativamente o estudo científico de sexo e género é a existência de questões políticas polémicas relacionadas. Eagly (1995) exemplifica com investigadoras feministas – enquanto um grupo gostaria de encontrar ausência de distinções de género como base para promover a igualdade, outro gostaria de enfatizar as diferenças entre homem e mulher como base para justificar práticas equitativas. A inconsistência dos dados encontrados até ao momento não justifica que nos guiemos por aquilo que gostaríamos de encontrar (Allen, 1998).

A nossa expectativa inicial para a diferença ou para a semelhança determina parcialmente como construímos a diferença entre sexo e género e como interpretamos os dados quantitativos e qualitativos sobre diferenças de sexo (Doyle & Paludi, 1995). Mais investigadores parecem ter mais enviesamentos 'alfa' que 'beta', ou seja, a presunção de que existem diferenças até se provar que não existem. Com efeito, os investigadores procuram a confirmação da hipótese de investigação e não a da hipótese nula (Brannon, 1996). Só quando não são descobertas diferenças estatisticamente

significativas, os cientistas tendem a admitir que as semelhanças parecem plausíveis ou, então, demitem-se da investigação (ou de parte dela) como se de uma falha se tratasse. Para além disso, como já tinha constatado Rosenthal (1979), não encontrar diferenças entre sexos diminui a possibilidade de publicar em revistas científicas. Sendo assim, não só o relato da investigação científica como a própria investigação podem apresentar uma imagem enviesada.

A informação sobre género, obtida unicamente por meio de auto-registos, uma vez que permite diversos tipos de enviesamento – conformidade com padrões sociais (e.g. corresponder aos estereótipos masculino e feminino), tendência para se apresentar de modo favorável, discrepância entre as crenças defendidas e o comportamento efectivo – não é tão fiável como a que é obtida também por observação directa ou entrevista (Winstead, Derlega & Rose, 1997).

Investigar sexo e género não se limita a verificar que homens e mulheres são semelhantes ou diferentes. Certamente que há diferenças na fisiologia, psicologia e sociologia – mas não podemos dizer, simplesmente, que homens e mulheres são diferentes, verificando-se que partilham um largo número de características fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Como Allen (1998) reflecte "*o desafio consiste em criar, articular e depois testar uma teoria científica diferenciando a base destas semelhanças e diferenças*".

4. Identidade de Género - as Concepções e Modos de 'Ser Masculino' e de 'Ser Feminino'

"Será verdade que as mulheres são mulheres, os homens são homens, e, depois, todas elas e todos eles são pessoas? Ou a nossa humanidade é una na sua multiplicidade contínua de traços ditos femininos e masculinos?" (Teresa Beleza, *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, Faculdade de Direito de Lisboa, 1990)

4.1. Perspectivas Teóricas

A identidade de género tem sido abordada segundo duas grandes perspectivas: a desenvolvimentista centrada na aquisição inicial do 'ser masculino' e do 'ser feminino';

a da personalidade e da psicologia social, focada na procura dos aspectos concomitantes da auto-definição do adulto, em termos de masculinidade e da feminilidade.

O desenvolvimento da identidade de género implica as componentes cognitiva, afectiva, e social/comportamental – as crianças aprendem a pensar e a actuar de formas que reflectem o seu género e desenvolvem sentimentos fortes sobre si, como pessoas com determinado género. Na tradição da psicologia do desenvolvimento há a destacar diversos modelos - psicanalítico, de aprendizagem social e cognitivo-desenvolvimentista - os quais têm em comum o facto de considerarem que as crianças adquirem desde cedo um sentido de identidade de género que é relativamente estável. São, no entanto, bem diferentes os processos preconizados na referida aquisição.

Para o modelo psicanalítico, masculinidade e feminilidade seriam os resultados inevitáveis dos determinantes biológicos do ser humano. Seriam os acontecimentos ocorridos no período edipiano, após a primeira identificação das crianças com a mãe, que determinariam a identidade de papel sexual (os rapazes experimentariam uma resolução mais completa e traumática do complexo de Édipo do que as raparigas, pelo que teriam uma personalidade e uma moralidade mais fortes). Os autores que surgiram posteriormente na tradição psicanalítica – Karen Horney, Erik Erikson (1968) e Nancy Chodorow (1978, *cit.in* Brannon, 1996)[35] – apesar das alterações introduzidas relativamente à posição freudiana, designadamente o não desvalorizar o feminino e a preocupação com o teste empírico de hipóteses, continuaram a postular a importância dos determinantes biológicos bem como a estabilidade da identidade de género.

Os factores do ambiente, em vez dos biológicos, são considerados determinantes da identidade de género, para os defensores do modelo de aprendizagem social (e.g. Bandura; Mischel). A identificação da criança com o pai do mesmo sexo é o principal processo de definição da identidade de género, constituindo a aprendizagem por observação (imitação ou modelagem do comportamento demonstrado pelos modelos do

[35] Chodorow coloca a maior ênfase na maternidade, ao defender que a relação precoce estabelecida entre a mãe e os filhos produz um *imprinting* permanente no desenvolvimento da personalidade, o qual difere para rapazes e para raparigas. As diferenças de género começariam quando as crianças procuram separar-se da sua mãe e formar uma identidade separada. Esta separação seria mais fácil, mas não tão completa, para as raparigas uma vez que são do mesmo sexo. Aliás esta semelhança de sexo é que formaria a base para a identificação das raparigas com as mães. Por sua vez, as mães teriam que tratar de forma diferente os filhos, sendo que o sucesso destes em formar uma identidade separada, masculina, passaria por negar tudo o que é feminino. As raparigas desenvolveriam a personalidade por conexão e os rapazes por separação, diferença essa respeitante à relação com a mãe.
Influenciada pela teoria de Chodorow, Gilligan (1982/1997) vai preconizar que as mulheres têm mais probabilidade de tomar decisões morais baseadas no cuidado das relações do que em princípios abstractos de justiça.

mesmo sexo), e o reforço directo (presença ou ausência de recompensas para comportamento de género apropriado e punição para comportamento de género inapropriado) os dois mecanismos de aquisição de comportamentos adequados ao género. A aprendizagem social é um processo importante uma vez que as crianças são constantemente testemunhas das divisões de género na sociedade, desde os tipos de trabalho que mulheres e homens têm, o tipo de características que, quer um, quer outro retratam, bem como os tipos de interesses e de actividades de que gostam. Os defensores deste modelo consideram, ainda, que a identidade de género é estável e formada relativamente cedo na vida de cada pessoa. O ponto mais fraco neste modelo reside em considerar as crianças como recipientes passivos e invariantes das influências sociais, pelo que não consegue explicar a razão da considerável variação relativamente ao grau em que rapazes e raparigas se conformam com os estereótipos de papel de género.

O modelo cognitivo-desenvolvimentista (e.g. Kohlberg), postula uma sequência invariante e universal no desenvolvimento da identidade de género cuja estabilidade seria atingida cerca dos 5-6 anos da criança (perto dos 2 anos usam designações de género para si e para os outros; com cerca de 3 anos já percebem que o género não muda com o tempo; pelos 5-6 anos a maioria das crianças já adquiriu a constância de género, reconhecendo que este é permanente e determinado pelos órgãos genitais e não pela roupa, estilo do cabelo ou actividades). Em primeiro lugar, a criança faria a sua categorização enquanto rapaz ou rapariga e, só depois, estruturaria a sua experiência para ser consistente com a sua categorização. Segundo este modelo, e em oposição ao modelo psicanalítico, a identificação com o pai do mesmo sexo seria uma consequência e não a causa da identidade de género, ou seja, os comportamentos relacionados com o género proviriam da adopção cognitiva de uma identidade de género. A adopção de um comportamento de papel de género, por parte de cada criança, está relacionada com a compreensão do género como categoria social.

A teoria do esquema género (Bem, 1974, 1994) vai procurar integrar as perspectivas de aprendizagem social e de desenvolvimento cognitivo. Nem uma nem outra explicam, sozinhas, a razão pela qual o sexo tem primazia, relativamente a outras categorias, na organização da informação. Para Bem (1994), o género torna-se o catalisador da organização cognitiva das experiências das crianças, desenvolvendo-se uma estrutura cognitiva chamada *esquema*, ou seja, uma rede de associações mentais que funciona para seleccionar e simplificar a vasta quantidade de informação sobre

género que está disponível para as crianças. Estas começam a categorizar actividades, objectos, experiências e mesmo a si próprios e aos outros em termos de género, tornando-se toda esta informação parte do esquema género. Como a nossa cultura fornece informação, não só sobre as diferenças sexuais, mas também sobre todas as características associadas de masculinidade e feminilidade, as crianças rapidamente aprendem que atributos estão relacionados com o seu sexo. A identidade de género da perspectiva desenvolvimentista, e os papéis e estereótipos de género da perspectiva psico-social, influenciam o nosso modo de actuação relacionado com o género, modo esse que é diferente de pessoa para pessoa. Para Bem (1994) o que é importante para o desenvolvimento é que as crianças podem adquirir esquemas de género que variam no grau, desde pouco a muito esquemáticas, consoante os esquemas são mais ou menos estereotipados. Na versão mais recente da sua teoria, Bem (1994, 1998) elaborou a relação entre as cognições individuais (esquemas de género) e a construção cultural do género. Foca três forças culturais – as 'lentes culturais' - que modelam e mantêm as noções de género - essencialismo biológico, androcentrismo[36] e polarização de género[37]. Propõe, em alternativa, outros esquemas – esquema das diferenças individuais (as diferenças relacionadas com o género são menores em comparação com a variabilidade entre as pessoas); esquema do relativismo cultural (diferentes grupos de pessoas têm diferentes crenças relativamente ao género).

Os resultados da investigação sugerem que na idade adulta, sobretudo a partir da meia-idade, se verifica uma convergência nos papéis de género, com os homens mais orientados para as relações e as mulheres mais assertivas e independentes (Philpott, Brooks, Lusterman & Nutt, 1997). Já anteriormente, um estudo de Urberg (1979) tinha revelado que a relação entre idade e estereotipia de género era curvilinear: reduzida nas

[36] O androcentrismo é o pressuposto de que o homem é normal e melhor do que a mulher. Um exemplo retirado da literatura (psicológica e sociológica) sobre papéis adultos e seu efeito na saúde mental, ilustra o que Bem pensa sobre o androcentrismo. Os papéis próprios para adultos incluem: conjugalidade, parentalidade, trabalho. Para os homens, estes três papéis (marido, pai e trabalhador) formam a imagem do homem maduro bem sucedido. Mas, para as mulheres a imagem é diferente – não experimentará a mulher que tenta ser casada, mãe e trabalhadora conflito ou tensão de papel? No entanto, a investigação realizada sobre os múltiplos papéis das mulheres concluíram repetidamente que as mulheres que trabalham fora de casa, mesmo casadas e com filhos, são mais felizes e menos deprimidas do que as mulheres sem todos estes papéis para desempenhar (e.g. Warr & Parry, 1982, Winstead *et al.*, 1997).

[37] A polarização de género refere-se à ênfase colocada nas diferenças de género, a crença de que qualquer pessoa que se desvie do seu papel de género apropriado não está certa. Exemplos de imposição desta crença começam logo com o código de cores ao nascimento (cor-de-rosa para as meninas e azul para os meninos) e continuam com a aprendizagem de quem somos, e do modo como nos comportamos a condizer com as regras da cultura de ser mulher ou homem para evitar o risco de sermos percebidos como do 'sexo oposto'. Há meio século atrás seria muito embaraçoso ter a risca do cabelo no lado 'errado' da cabeça e o lado de abotoar as camisas e os casacos ainda é oposto para ambos os sexos.

idades mais novas, antes do género se tornar um factor importante para lidar com os outros; mais elevado quando namorar e escolher carreiras se torna importante; e, de novo, reduzida quando os adultos aceitam uma maior flexibilidade para comportamentos relacionados com o género. À medida que mais mulheres combinam o trabalho remunerado com a parentalidade e, os homens, se envolvem mais activamente na parentalidade, os papéis de género baseados na divisão tradicional do trabalho tendem a diminuir. Este ajustamento pode conduzir a maior flexibilidade nos estereótipos e papéis de género, quer para os homens quer para as mulheres, ao longo do ciclo de vida.

A investigação (e.g. Martin & Halverson, 1981) mostra que as crianças são participantes activos na construção da sua identidade, à medida que vão procurando informação apropriada e experiências para reforçar o sentido de si. Prestam mais atenção aos comportamentos e características que acreditam combinar melhor com o género e, habitualmente, preferem a companhia das crianças do seu sexo. A par disto, os pais (e.g. Lytton & Romney, 1991; Maccoby, 1990/1998), professores e os próprios pares das crianças (e.g. Bailey, 1998; Maccoby, 1988, 1998) reagem ao comportamento respectivo de forma diferenciada em função do género, reforçando os estereótipos de género[38]. Os próprios *media* (e.g. livros, revistas, rádio, televisão, filmes e música), a família de origem e a religião são importantes agentes de socialização de género, na medida em que é tema recorrente neles, o modo como homens e mulheres se devem comportar (Philpott *et al.*,1997). Neste sentido, a identidade de género é sobredeterminada (Fagot, 1998), na medida em que tantas forças contribuem para o desenvolvimento da identidade de género. A identidade de género tem significado emocional, expresso nas interacções com os outros, na compreensão do comportamento, nas escolhas e oportunidades ao longo da vida e no significado dado às relações de intimidade.

Sem deixar de considerar a perspectiva desenvolvimentista, interessa-nos especialmente, dado o tema da presente tese, a investigação decorrente da perspectiva da psicologia da personalidade e da psicologia social referente à identidade de género,

[38] Constituem exemplos os chamados brinquedos 'masculinos' tais como carros e bolas, os quais promovem actividades independentes ou competitivas e requerem pouca interacção verbal; e os brinquedos 'femininos' tais como as bonecas que encorajam interacção calma, prestação de cuidados, proximidade física e comunicação verbal. Os pais também interagem diferentemente e atribuem diferentes tarefas domésticas consoante sejam filhos ou filhas (Coltrane, 1998). Os pais e outros adultos criam diferentes ambientes de aprendizagem para rapazes e raparigas e fazem-lhes pedidos diferentes, o que perpetua esferas separadas para homens e mulheres.

considerando especialmente os estereótipos e os papéis de género. É na tradição dessa perspectiva que o presente trabalho se insere, conforme tentaremos explicitar nos pontos que se seguem.

4.2 Definindo Identidade de Género

Para Ashmore, DelBoca e Wohlers (1986), a identidade de género é um dos componentes de um modelo múltiplo de identidade, uma vez que, na realidade, somos também conhecidos e conhecemo-nos por outras categorias sociais tais como a raça, a classe social, o grupo étnico, a religião ou a idade (Collins, 1998). No entanto, género destaca-se como a categoria mais saliente face às restantes mencionadas (Fiske, Haslam, & Fiske, 1991; Stangor, Lynch, Duan, & Glass (1992).

Interessa-nos, precisamente, no presente trabalho, o conceito de identidade de género. Identidade de género enquanto experiência do indivíduo como 'ser masculino' ou como 'ser feminino'; e do que implica ser membro de um desses grupos – masculino ou feminino (Katz, 1986). Reina, no entanto, alguma confusão teórica relativamente a este conceito. De facto, são vários os conceitos que – com significado distinto ou sobreposto – são empregues, indiferenciadamente, como 'identidade de género'. Referimo-nos a conceitos como 'papel de género', 'preferências de papel de género', 'comportamento de papel de género', 'esquemas de género', 'atitudes de género', 'tipificação de género'. Estando todos relacionados, têm, no entanto, significados diferentes que urge especificar e integrar, no princípio de que a pessoa (masculina ou feminina) transcende todos os papéis.

Começando pela tentativa de definir 'identidade de género', duas questões importantes se colocam. A primeira prende-se com o facto da identidade de género ser uma entidade essencialmente consciente, ou então, conforme o defendem as correntes psicanalíticas, conter componentes inconscientes significativos. A segunda refere-se à relação da identidade de género com outros aspectos do auto-conceito do indivíduo. Dos vários autores que procuraram investigar esta relação, destaca-se o trabalho de Markus, Crane, Bernstein & Sikadi (1982), o qual concluiu que a saliência da masculinidade/feminilidade, relativamente ao auto-conceito geral, permitia diferenciar os indivíduos, e que aqueles que tinham identidades sexualmente tipificadas processavam a informação de uma forma diferente da dos restantes indivíduos.

Definir, com precisão, o conceito de identidade de género revela-se difícil, à semelhança do que acontece com muitos outros conceitos psicológicos, dado que só é possível avaliar a experiência interior de outra pessoa inferindo do seu comportamento observável. Acresce que os comportamentos a partir dos quais inferimos a identidade de género correspondem aos conceitos, eventualmente sobreponíveis, a que nos referimos anteriormente (e.g. papel de género, preferências de género). Para além disso, é possível referirmo-nos a identidade de género quer como variável independente[39] quer como variável dependente[40].

Tendo em conta estas questões prévias, o modelo que nos parece mais claro quanto a este conceito, é o que é proposto por Katz (1986), o qual prevê um processo interactivo entre a auto-conceptualização de género e os respectivos comportamentos, em todos os níveis de desenvolvimento, a partir do momento em que se sabe o sexo da pessoa (ver Fig.2.1).

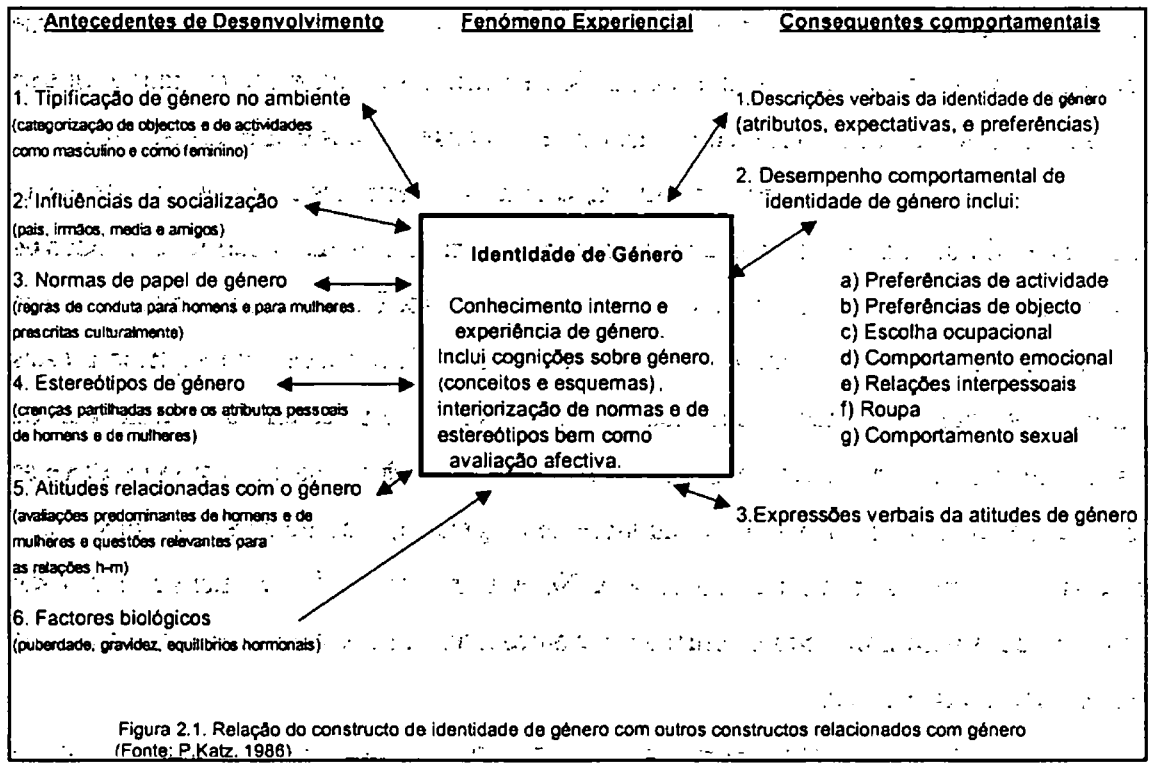


Figura 2.1. Relação do constructo de identidade de género com outros constructos relacionados com género (Fonte: P.Katz, 1986)

[39] Identidade de género é considerada variável independente quando, por exemplo, nos centramos no adulto e partimos do princípio de que os comportamentos relacionados com o género que observamos são indicativos do sentido geral de identidade de género desse adulto (e.g. se sente feminino, as preferências que manifestará e as tarefas em que se envolverá, serão aquelas prescritas culturalmente como femininas).

[40] Identidade de género é considerada como variável dependente quando, ao observarmos comportamentos de crianças, entendemos aqueles mesmos comportamentos como contribuindo para o desenvolvimento do sentido de identidade de género (e.g. as meninas, ao brincarem com bonecas, desenvolvem o gosto pelo cuidar dos outros; os meninos, ao brincarem com carros, desenvolvem a autonomia).

Segundo este autor, a definição de identidade de género enquanto constructo interno, tem subjacente a influência de parte de outros conceitos internos como esquemas, atitudes e estereótipos de género. Estes conceitos de género são aplicáveis, em diferentes graus, tanto aos outros como ao próprio, mas só a parte que é relevante para si próprio é que é incluída na identidade de género. Exemplificando, se se acreditar que as mulheres são, em geral, mais carinhosas do que os homens (i.e. um estereótipo), este facto pode traduzir-se, para determinado homem, na sua identidade de género, de formas muito diferentes: "sou menos carinhoso do que as mulheres" ou "não sou como a maioria dos homens e, portanto, esta comparação não é relevante para mim". Enquanto, no primeiro caso, o estereótipo afectaria a identidade de género do próprio, no segundo caso isso não aconteceria. Este modelo também estabelece que após, a transição do indivíduo para a parentalidade, torna-se mais marcante o movimento representado pela seta que parte da identidade de género para cada um dos seis aspectos designados como antecedentes de desenvolvimento. Por outras palavras, a identidade de género de cada indivíduo desenvolvida até àquele ponto, afectará o modo como esse indivíduo irá socializar a sua descendência. De salientar a permanente interacção que se pressupõe existir entre a identidade de género e os consequentes comportamentais.

A identidade de género incluiria, assim, os elementos biológicos de sexo, crenças e atitudes sobre homens e mulheres, papéis para homens e mulheres e todos os aspectos relacionados com a construção social do género. Percebemos, portanto, que os papéis de género, interiorizados como um aspecto da identidade, são sujeitos a estas influências múltiplas, não sendo elementos estáveis e imutáveis da identidade. Os papéis de género são, talvez, melhor representados por uma relação recíproca entre as crenças e valores dos indivíduos relativamente ao género, o contexto social imediato, e a construção cultural mais lata do género. No entanto, os papéis de género, como são interiorizados pelo indivíduo e actuados por outros, têm uma estabilidade subjectiva nas experiências das pessoas.

O modelo de identidade de género anteriormente descrito, não só confere ordem aos diferentes conceitos de género associados, definindo-os e esboçando as relações entre eles, como torna evidente a relevância interdisciplinar da identidade de género. De notar que o conceito de identidade de género se alicerça no conceito de género, o qual o precede em termos de desenvolvimento. Com efeito, em cada ser humano, a partir do momento em que se sabe o sexo, tem início o processo de categorização dicotómica de género e, durante o primeiro ano de vida, antes de ter consciência da sua identidade de

género, já tem um género (Katz, 1986). Para a maioria[41] dos indivíduos, há consonância entre sexo biológico, categorização de género e identidade de género.

4.3. Medindo a Identidade de Género

As tentativas da Psicologia para compreender e medir a masculinidade e a feminilidade, apesar da sua longa história, não têm sido muito bem sucedidas, concluiu Constantinople (1973), após revisão de estudos desde o aparecimento, em 1936, do primeiro instrumento – *Attitude Interest Analyis Survey* (Terman & Miles) e, em 1940, da escala MF do MMPI – *Minnesota Multiphasic Pesonality Inventory*.

Há poucos instrumentos psicológicos (e.g. *Sex-Role Identity Scale*, Storms, 1979) que se propõem medir directamente a identidade de género. Já no que se refere aos outros conceitos de género – atitudes, estereótipos, papéis – existe uma variedade considerável de medidas (e.g. a recolha feita por Beere, em 1979, *cit.in* Katz, 1986, incluía 235 instrumentos).

Para Ashmore e colaboradores (1986), o período de investigação de género que vai de 1930 a 1970, foi caracterizado pelo recurso a medidas que traduziam uma visão de 'masculinidade' e de feminilidade' enquanto traços opostos de personalidade – conceitos bipolares que podiam ser representados numa única dimensão (Constantinople, 1973). Inerente a esta visão estava a crença de que 'masculinidade' era o que os homens fazem e, 'feminilidade', o que fazem as mulheres[42]. Para além disso, a confusão entre masculinidade-feminilidade e orientação sexual é, ainda, característica desta época, com os investigadores mais preocupados em detectar tendências homossexuais nos homens, do que em estudar masculinidade e feminilidade em heterossexuais.

A partir de 1974, surgiram dois instrumentos que se propunham medir a 'masculinidade' e a 'feminilidade' e que passaram a ser os mais utilizados neste campo

[41] Não estão aqui incluídas as diversas situações existentes de alteração dos caracteres sexuais primários e secundários (e.g. hermafroditismo e pseudo-hermafroditismo), bem como os casos de transexualismo em que a identidade de género é diferente do género atribuído (os indivíduos sentindo como se 'estivessem no corpo errado'). Estes casos, assim como outras variações de intersexos, constituem para alguns autores (e.g. Fausto-Sterling, 1998) a evidência de que sexo e género seriam melhor entendidos num *continuum* em vez de variável dicotómica.

[42] Tal crença conduziu a que se considerassem como indicadores válidos da 'masculinidade' e da 'feminilidade' determinados itens com base unicamente na diferente frequência com que eram adoptados por homens e mulheres, sem se atender aos próprios limites culturais de tal definição (e.g. Deaux, 1998, refere criticamente o exemplo da preferência pelo duche ou pelo banho como indicadores, respectivamente, de 'masculinidade' e de 'feminilidade').

– *Bem Sex-Role Inventory* (BSRI) (Bem, 1974); o *Personal Attributes Questionnnaire* (PAQ) (Spence & Helmreich, 1974/1978). Em ambos os instrumentos, são propostas duas escalas ortogonais, ambas constituídas por adjectivos, permitindo às pessoas obter uma classificação elevada ou reduzida em cada uma das escalas. O primeiro decorria do modelo de androginia (Bem, 1974) e, o segundo, do modelo de identidade de género (Spence & Helmreich, 1978). Em comum, e como alternativa às críticas referentes às medidas de género da época, tinham os seguintes pressupostos:

- 'masculinidade' e 'feminilidade' seriam características separadas e independentes, em vez de extremos opostos de um *continuum*, cada indivíduo passou a poder ser avaliado, quer em masculinidade quer em feminilidade.

- a 'saúde psicológica' não estaria necessariamente relacionada com 'tipificação sexual';

- 'masculinidade' e 'feminilidade' seriam melhor definidas em referência a normas culturais sobre papéis de género (Anselmi & Law, 1998).

Apesar dos atributos específicos que compreendem masculinidade e feminilidade variarem de acordo com os instrumentos considerados, parece haver alguma consistência no que está incluído em cada um destes conceitos. A masculinidade habitualmente, inclui uma orientação instrumental, para a tarefa, para a realização (as pessoas 'masculinas' teriam habitualmente um nível elevado de ambição e de impulso, são assertivas e líderes). A feminilidade inclui uma atenção aos aspectos expressivos e emocionais da vida, incluindo uma ênfase nas relações interpessoais (as pessoas 'femininas' seriam tipicamente responsivas). Com base nestas duas dimensões, a identidade de papel sexual de cada pessoa pode ser vista como uma conjunção dos seus níveis de masculinidade e de feminilidade. Deste modo, podemos encontrar pessoas cujos níveis de masculinidade e de feminilidade são ambos elevados (designação de *andrógino*) ou ambos reduzidos (designação de *indiferenciado*) ou correspondendo aos estereótipos sexuais da *identidade tipicamente feminina* (nível elevado em feminilidade e reduzido em masculinidade) ou da *identidade tipicamente masculina* (nível elevado em masculinidade e reduzido em feminilidade).

A medida da masculinidade, da feminilidade e da androginia constituiu, como já anteriormente referimos, uma das grandes áreas de investigação dos anos 80. O conceito de androginia, ao combinar características masculinas e femininas, sugeria maior flexibilidade e criatividade bem como melhor ajustamento. Esse facto, aliado ao

interesse pelos papéis sexuais e à facilidade de aplicação dos instrumentos de auto-avaliação poderá explicar, pelo menos em parte, a proliferação de estudos sobre esta área que foi crescendo de uma forma pouco integrada teoricamente. Esta área de investigação não está, por isso, isenta de críticas, destacando-se:

- o facto da visão do papel de género como personalidade simplificar os múltiplos e mutantes significados de género, e não associar os papéis de género ao comportamento actual (Ashmore, 1990, *cit.in* Anselmi & Law, 1998).

- para Bem (1974), os itens da escala pareciam estar relacionados com ideais culturais sobre masculinidade e feminilidade (os itens eram identificados como características desejáveis tanto para homens como para mulheres, ou ambos); para Spence e Helmreich (1978), os itens da escala que, supostamente deveriam medir a masculinidade e a feminilidade, medem afinal estereótipos de papéis de género (os itens eram julgados como mais típicos de um sexo do que do outro) em vez de características de personalidade (Anselmi & Law, 1998; Brannon, 1996).

- a maioria das medidas utilizadas para, supostamente, avaliar feminilidade e masculinidade, centra-se nas características de *expressividade* e de *instrumentalidade* (Taylor & Hall, 1982); o que é útil, sobretudo para estudar a identidade de papel de género (Deaux, 1984).

- a necessidade de um relato adequado da masculinidade/feminilidade ter que, em primeiro lugar, explicar claramente a relação entre os elementos que associam masculinidade/feminilidade e o comportamento actual, e em segundo lugar, ter que considerar que as situações exercem influência substancial na exibição individual de comportamentos de género (Deaux,1998).

- Na sequência de mais investigações, Spence (1993, 1999) concluiu que o instrumento que desenvolveu - *Personal Attributes Questionnnaire*[43] (Spence & Helmreich, 1974/1978) – não mede os constructos globais de masculinidade e feminilidade mas antes as dimensões de *instrumentalidade* (ou agenticidade) e de *expressividade* (ou comunalidade), as quais teriam uma ligação forte a comportamentos consequentes (Helgeson, 1994).

[43] A descrição deste instrumento, dado que por nós foi utilizado no estudo empírico do presente trabalho, encontra-se nos capítulos de Metodologia e de Adaptação de Instrumentos.

4.4. Concepções e Modos de 'Ser Masculino' e de 'Ser Feminino'

Não só há diferentes concepções sobre o que devem ser os seres masculino e feminino (estereótipos), como há diferentes expectativas acerca do que ambos devem fazer (papéis). Ou seja, enquanto os estereótipos de género são crenças associadas à masculinidade e à feminilidade, os papéis de género são definidos pelos comportamentos. Quando se associa um padrão de comportamento a homens ou a mulheres, podem ultrapassar-se as variações individuais e as excepções, e acreditar que o comportamento está inevitavelmente associado a um e não a outro género. Sendo assim, os papéis de género não constituem uma realidade independente dos estereótipos de género. Enquanto normas do comportamento masculino e do comportamento feminino, os papéis de género constituem uma dimensão da estruturação do 'ser masculino' e do 'ser feminino', respectivamente.

Algumas teorias sugerem que os papéis de género conduzem aos estereótipos (Brannon, 1996) enquanto outras defendem o contrário: são os estereótipos que estão na base dos papéis de género (Amâncio, 1994; Eagly, 1987; Lorenzi-Cioldi, 1988). Os dados das investigações empíricas, até ao momento, não permitem concluir qual delas causa qual. Em suma, o que se sabe é que os papéis e os estereótipos de género exercem entre si uma influência mútua, não sendo possível compreender um sem considerar o outro (Anselmi & Law, 1998).

4.4.1. Estereótipos de Género

"O homem deve cheirar a pólvora e a mulher a incenso"

(Provérbio)

O estudo da percepção dos indivíduos a partir da sua categoria social de pertença e da concepção subjectiva dos modos de ser associados às categorias sociais está, portanto, ligado ao conceito de estereótipo. Foi Walter Lippman (*cit.in* Amâncio, 1994), nos anos 20, quem primeiro se referiu aos estereótipos enquanto imagem interposta entre o indivíduo e a realidade. A formação dos estereótipos resultaria dos sistemas de valores dos indivíduos e permitiria conferir ordem e significado à realidade, o que lhes facilitaria a orientação e adaptação – resistindo à mudança e rejeitando a informação incongruente com o estereótipo. De salientar, também, o carácter subjectivo e pessoal

do estereótipo atendendo à sua natureza psicológica. Para Tajfel (1981), os estereótipos consistiriam na atribuição de características psicológicas gerais a grandes grupos humanos[44]. Como vivemos num mundo complexo, procuramos estabelecer semelhanças e diferenças entre pessoas e comportamentos, no sentido de nos adaptarmos. Como consequência deste processo de categorização, acabamos por associar certos padrões comportamentais e traços de personalidade com certas categorias ou grupos de pessoas, desenvolvendo estereótipos.

Mais especificamente no que se refere à já longa história da investigação sobre estereótipos de género, diferentes abordagens teóricas têm surgido (Ashmore *et al.*, 1986). Começando pelas primeiras a aparecer, temos a abordagem sócio-cultural - a qual enfatiza o desenvolvimento de um sistema partilhado de crenças – e a abordagem motivacional – a qual considera sobretudo a relação entre estereótipos e preconceitos, procurando estudar a avaliação de homens e mulheres e a discriminação sexual e de género. Mais recentemente surgiu uma terceira abordagem teórica, que domina a investigação contemporânea sobre estereótipos de género, e que propôs a introdução de factores cognitivos na teoria socio-cultural. De acordo com esta perspectiva de cognição social, os estereótipos surgiriam na sequência do processamento de informação, podendo o seu conteúdo e significado variar de acordo com o contexto cultural e social. O estereótipo, nesta abordagem teórica, é visto em termos neutros, como uma categorização que partilha muitas características com outras categorias cognitivas.

Os estereótipos sobre homens e mulheres constituem um tipo particular de crenças em que a divisão dos grupos se faz em função do sexo biológico – machos e

[44] A concepção de estereótipo foi mudando, à medida que se avançava na investigação em psicologia social. Lippman considerava os estereótipos como generalizações falsas e perigosas, unicamente susceptíveis de mudança se se educassem as pessoas a reconhecer a ausência de fundamento dos seus juízos. O desenvolvimento e uso de estereótipos tinham raízes motivacionais, sendo a sua função 'servir as necessidades inconscientes' da pessoa. Para outros psicólogos, os estereótipos resultariam de mecanismos defeituosos de raciocínio (Brigham, 1971). Uma terceira concepção era a de que, independentemente dos estereótipos terem uma função psicológica e/ou serem generalizações abusivas e ilógicas, existiria um 'fundo de verdade' subjacente à caracterização do estereótipo em relação a um dado grupo social. A investigação mais recente parece indicar que este tipo de percepção de grupos sociais pode acontecer simplesmente como uma consequência do nosso funcionamento cognitivo normal, o que põe em causa as concepções acima referidas. Erros ou enviesamentos nos juízos perceptivos deixam de ser vistos como fenómenos de âmbito patológico e são integrados no âmbito dos processos sócio-cognitivos. Uma outra perspectiva centrou-se na análise dos determinantes contextuais dos estereótipos (e.g. Sherif & Sherif, 1979).
Durante os anos 70 não só se procurou articular os processos cognitivos e as variáveis de contexto, como se procurou investigar empiricamente os estereótipos sexuais. Esta tendência fez-se sentir sobretudo na psicologia social americana conforme o demonstra a análise dos *Psychological Abstracts* realizada por Ashmore e DelBoca (1981). No entanto, o conceito de estereótipo social (semelhante ao de representação social, desenvolvido pela psicologia social europeia) nunca foi integrado num modelo explicativo da discriminação social (Amâncio, 1994).

fêmeas. Tradicionalmente, os estereótipos de género definem-se em função da presença ou ausência de traços específicos de personalidade denominados como *expressivos* – se mais característicos das mulheres - e *instrumentais* – se mais característicos dos homens (Broverman *et al.*, 1972; Spence & Helmreich, 1978). Os estereótipos de género são muito influentes, afectando as conceptualizações de mulheres e de homens e estabelecendo categorias sociais para o género. Mais ainda, as pessoas têm tendência para criar constructos bipolares, extremando as características 'masculinas' e 'femininas'. Assim, especificando, de acordo com os estereótipos, o homem seria instrumental, assertivo, competitivo, dinâmico e competente nas tarefas e, a mulher, seria terna, boa prestadora de cuidados, sensível, orientada para as relações e expressiva. A 'doutrina das duas esferas'[45] constitui um bom exemplo do que acabámos de afirmar, ao estabelecer a crença de que os interesses dos homens e das mulheres divergem, tendo ambos áreas de influência separadas – para as mulheres, a casa e as crianças; para os homens, o trabalho e o mundo exterior. As mulheres seriam, então, passivas, dependentes, delicadas, frágeis; os homens seriam activos, independentes, rudes e fortes.

É um dado da investigação actual que género, apesar do nosso uso diário da expressão 'sexo oposto', não constitui uma categoria mental em que masculino e feminino sejam opostos e mutuamente exclusivos. Com efeito, há sobreposição frequente nas fronteiras entre os atributos que definem 'masculinidade' e 'feminilidade'. Os próprios resultados da investigação demonstram que as pessoas reconhecem que atributos como competitivo, independente não são exclusivamente masculinos, assim como emotivo, gentil e sensível não são atributos exclusivamente femininos. Podemos esperar que uma pessoa descrita como competitiva ou independente seja um homem, mas não será sempre o caso, é uma probabilidade. Assim, os estereótipos de género funcionam como probabilidades, ou seja, "*as pessoas usam estas probabilidades para*

[45] A 'doutrina das duas esferas' surgiu durante o séc. XIX, a era vitoriana, e reflecte crenças sobre a divergência de interesses e de áreas de influência para homens e mulheres, sendo considerada por diversos autores (Lewin, 1984 *cit in* Brannon, 1996) como estando na base dos estereótipos de género. A Revolução Industrial modificou a vida da maioria das pessoas no mundo ocidental, estabelecendo os homens fora de casa para sustentar a família e as mulheres em casa a cuidar dos filhos e da casa. Esta separação teria sido sem precedentes na História e teria suscitado novos padrões de comportamento. Duas esferas diferentes, com pouca sobreposição formando fins opostos de uma dimensão – o público e o privado. No entanto, apesar desta crença comum de que as mulheres necessitam mais das relações do que os homens, há estudos (e.g. Knudson-Martin, 2000) que demonstram que a saúde psicológica dos homens estava tão ou mais relacionada do que a das mulheres, com a percepção que tinham da competência/qualidade das suas famílias.

estimar a probabilidade de homens e mulheres actuarem de determinada forma ou possuírem características particulares" (Anselmi & Law, 1998, p. 198).

Conteúdos dos estereótipos de género

Os conteúdos dos estereótipos de género, ou componentes que as pessoas usam para diferenciar os homens das mulheres, são quatro: traços de personalidade (e.g. independente, emotivo); papéis/comportamentos (e.g. gestão financeira, cuidar dos filhos), características físicas (e.g. forte, gracioso) e ocupações (e.g. engenheiro, professor) (Deaux & Lewis, 1984). Em cada um destes componentes existe um conjunto de características considerado como mais típico de cada um dos sexos.

A investigação demonstra que, na base do conhecimento de um destes componentes, as pessoas frequentemente estendem julgamentos para os outros três (Anselmi, 1998). Outros estudos demonstram, ainda, que saber que uma dada pessoa possui um dos componentes em grau elevado, conduz a alguma convergência de julgamentos, sobretudo se a informação vai contra as expectativas para determinado indivíduo (e.g. relativamente a uma mulher descrita como independente e assertiva, há mais probabilidade de considerar que tenha não só características físicas másculas, como se envolva em comportamentos de papel tradicionalmente considerados como masculinos) (Deaux & Lewis, 1984). Um outro dado com interesse diz respeito à preponderância da informação referente à aparência física relativamente aos outros componentes, actuando frequentemente como ponto inicial de inferência. Neste estudo também se verificou a possibilidade da mulher poder ter algumas características mais típicas dos homens e, do homem poder ter algumas características mais típicas das mulheres – ou seja, as pessoas não viam os estereótipos para mulheres e para homens como separadas e dicotómicas, mas antes como categorias de probabilidade e sobreponíveis.

Facilmente se deduz que 'masculinidade' e 'feminilidade' não são conceitos unidimensionais. Revelam-se, antes, como multidimensionais, como categorias que contêm, com diferentes graus de probabilidade, uma variedade de características e de associações. Acresce a percepção tendencial de que se tratam de conceitos opostos – a presença de um conjunto de características implica a ausência do outro conjunto de características (Deaux, 1998; Deaux & Lewis, 1984; Major, Carnevale, & Deaux, 1981).

O estudo comparativo de investigações realizadas em diversos países relativamente aos estereótipos de género torna patente que, apesar de existirem algumas variações em características específicas, a dimensão expressividade/instrumentalidade subjacente, permanece constante (e.g. Williams & Best, 1990, *cit. in* Deaux, 1998). Os atributos relacionados com papéis/comportamentos são os que variam mais, reflectindo o contexto do sistema social e cultural em que surgem, como causa e consequência da distribuição de mulheres e de homens em papéis sociais específicos (Eagly, 1987; Eagly & Steffen, 1984). A título de exemplo, o trabalho de Hoffman e Hurst (1990), revela que as pessoas se sentem melhor com o facto de serem as mulheres a cuidar das crianças ou a cuidar da casa, se acreditam que algum elemento da personalidade das mulheres se ajusta a que façam aquele trabalho. Mais, se é assim, então os homens não devem sequer realizar esses trabalhos. Este processamento cognitivo oferece racionalizações para situações existentes e permite às pessoas evitar pensar sobre as complexidades do género.

Investigação sobre estereótipos de género

Os primeiros estudos comparativos sobre as imagens do masculino e do feminino foram realizados nos anos 60 por investigadores europeus (Chombart de Lauwe, 1964; Rocheblave-Spenlé, 1964, *cit.in* Amâncio, 1994) e por investigadores americanos (Rosenkrantz *et al.*, 1968). Há a destacar o largo consenso intercultural e intersexos observado nestes estudos, no que se refere aos conteúdos dos estereótipos feminino e masculino, bem como às respectivas conotações valorativas. Com efeito, nos estudos europeus, o estereótipo masculino incluía traços de estabilidade emocional, dinamismo, agressividade e auto-afirmação e o estereótipo feminino compreendia os traços (praticamente opostos) de instabilidade emocional, passividade, submissão e orientação interpessoal. Nos estudos americanos, os autores designam o conjunto dos traços associados ao estereótipo masculino por agrupamento (*cluster*) da competência (independência, racionalidade, auto-afirmação) e, ao estereótipo feminino, o agrupamento (*cluster*) da expressividade afectiva bem como os pólos negativos do agrupamento definido para o estereótipo masculino (dependência, emotividade, submissão). Em termos valorativos também se verificava consenso intersexos - o estereótipo masculino reunia mais qualidades do que defeitos, ao contrário do feminino – ou seja , enquanto o sexo masculino fazia uma avaliação positiva da sua categoria de

pertença, isso não se verificava com o sexo feminino (Broverman *et al.* 1972). Estes mesmos autores, ao alargarem estes estudos a outras populações, constataram que o consenso sobre os estereótipos era independente da idade, do estado civil, da religião e do nível de instrução. Também se verificou uma relação entre as características de instrumentalidade e o ajustamento/saúde mental (Orlofsky & O'Heron, 1987), relação essa que seria posta em causa quando o resultado de investigações demonstrou a importância da expressividade no funcionamento diádico ajustado e duradouro (e.g. Aube *et al.*, 1995).

Um estudo de Hort, Fagot e Leinbach (1990) constatou que, apesar de tanto as mulheres como os homens poderem ter as suas imagens deturpadas através de estereótipos, os homens eram vistos – tanto pelas mulheres como pelos próprios homens – em termos mais estereotipados do que as mulheres. A par disto, eram também os homens os que aplicavam estereótipos mais rigorosos e eram mais negativos do que as mulheres relativamente a ambos os sexos (Parish & Powell, 1980). Os homens que eram classificados como mais estereotipados também viam as mulheres em termos mais estereotipados, e os homens que eram classificados como andróginos tinham mais probabilidade de percepcionar, também nas mulheres, características andróginas (Hudak, 1993).

A investigação de Williams e Best (1990), abrangendo vinte e cinco países de quatro continentes, com dois momentos de recolha de dados (1972 e 1981), confirmou o extenso consenso intersexos e interculturas, bem como a estabilidade relativamente aos seguintes estereótipos masculino (independência, afirmação e dominância) e feminino (orientação para os outros, expressividade e submissão). Um estudo realizado em Portugal, por Vala (1986), com jovens de ambos os sexos, chegou aos mesmos estereótipos diferenciadores da mulher e do homem adultos. Estes dois estudos, ao contrário dos restantes que referimos, não utilizaram escalas bipolares, as quais, no entender de alguns autores (Constantinople, 1973; Lorenzi-Cioldi, 1988), induzem respostas diferenciadoras.

O comportamento humano, não sendo infinitamente variável, tende a surgir em padrões, com algumas semelhanças em todas as culturas. Estes padrões podem ser limitados pelas características biológicas da espécie humana ou pelos problemas que todos os grupos têm que resolver (e.g. reproduzir-se – a cargo das mulheres dar à luz e cuidar dos filhos - e sobreviver – arranjar sustento fora de casa a cargo dos homens

porque mais fortes e disponíveis). As divisões de actividades formam a base para os papéis de género e fornecem o potencial para estereotipar géneros.

Investigações conduzidas por Amâncio (1994), em Portugal, sobre estereótipos masculinos e femininos, permitiram testar hipóteses relativamente à definição dos modos de 'ser masculino' (pela diversidade e desejabilidade social das suas características e em consonância com o seu grupo de pertença) e de 'ser feminino' (pela especificidade tanto das características como da sua valorização, e em conflito com a definição do seu grupo de pertença). Num primeiro estudo, e utilizando técnicas de associação livre de palavras, a autora recolheu características associadas a homens e a mulheres, junto de jovens e de adultos trabalhadores, de ambos os sexos, a quem solicitou que se descrevessem a si próprios, a uma pessoa do mesmo sexo e a uma pessoa do sexo oposto. Os dados foram analisados de acordo com as seguintes três dimensões :

- instrumentalidade/expressividade (orientações dos papéis masculino e feminino);
- dominância/submissão (necessidade de exercer influência sobre os outros *versus* passividade relativamente a essa influência);
- sociabilidade positiva/negativa (simpatia *versus* antipatia nas relações).

No que se refere aos resultados, para além da importância da categorização baseada no sexo biológico (como factor estruturante de imagens de pessoas claramente diferenciadas a partir de um universo comum de características psicológicas e orientações comportamentais), foram encontradas duas associações globais do masculino com dominância e *instrumentalidade*; do feminino com submissão e *expressividade*. Comparando os universos semânticos de homens e mulheres, estudantes e trabalhadores, a dimensão que se revelou mais independente das características dos participantes foi a de sociabilidade. Muito reveladores foram os resultados relativos ao universo semântico dos trabalhadores: "*a associação da dimensão da instrumentalidade com a dominância e a ética do trabalho revela uma percepção de si próprio e dos outros, orientada pela autonomia e pelo desempenho de papéis na vida adulta, que se traduz para os homens numa semelhança, ou mesmo coincidência, entre a imagem de si próprios, do seu grupo de pertença e os valores do trabalho e do mundo adulto e, para as mulheres, numa oscilação entre o mundo do trabalho e o da família que se repercute*

não só na diferenciação em relação ao grupo de pertença, como numa auto-imagem insegura e difusa" (Amâncio, 1994, p. 61)[46].

Num segundo estudo, a autora apresentou uma lista de 94 traços para serem classificados de formas diferentes – a um grupo solicitou uma classificação em termos masculinos e femininos; a outro pediu uma classificação enquanto qualidade ou defeito. Segue-se o conjunto das características consideradas típicas do masculino e do feminino, acompanhados da respectiva classificação em defeito ou qualidade, no adulto (idem, p.63).

Estereótipo Feminino	Estereótipo Masculino
Afectuosa +	Ambicioso
Bonita+	Audacioso+
Carinhosa+	Autoritário
Dependente-	Aventureiro
Elegante+	Corajoso+
Emotiva	Desinibido+
Feminina	Desorganizado-
Frágil-	Dominador-
Maternal	Empreendedor+
Meiga+	Forte+
Romântica	Independente+
Sensível+	Machista
Sentimental	Paternalista
Submissa-	Rigido
	Sério+
	Superior
	Viril

Dois aspectos frequentemente evidenciados nos estudos sobre estereótipos sexuais foram confirmados: o maior número de traços do estereótipo masculino e o maior número de traços positivamente valorizados. Além disso, confirmando também a noção de que os grupos dominados são definidos pela sua categoria (Deschamps, 1982), encontramos o traço "feminina" no respectivo estereótipo. A classificação em qualidade-defeito no adulto reuniu consenso num grande número de traços, ao contrário da classificação em masculino-feminino, definindo como características positivas do adulto as que estão ligadas à instrumentalidade, à ética do trabalho e à sociabilidade.

Amâncio (1994, p. 68) deduz, então, que "*a análise dos significados sociais associados às categorias sexuais mostra que a diferenciação entre elas não se resume a um fenómeno meramente perceptivo, mas exprime uma hierarquização entre os sexos em relação ao universo simbólico comum de pessoa adulta que coloca o sexo masculino*

[46] Esta divisão de trabalho e família entre os sexos dá origem, no âmbito dos trabalhadores, a uma divisão da imagem feminina entre a mulher-mãe e a mulher-trabalhadora, à qual os homens associam alguns traços de instrumentalidade, colocando-a numa posição colaborante no mundo do trabalho, e as mulheres associam sobretudo traços de dominância, colocando-a numa posição de poder nesse mesmo contexto.

numa posição dominante e o feminino numa posição dominada. A definição social da categoria masculina reúne competências no contexto trabalho, no domínio sobre os outros e sobre as situações e constitui-se em modelo referencial, pelas comunalidades que apresenta em relação às qualidades socialmente desejáveis na pessoa adulta. Pelo contrário, a definição da categoria feminina apresenta um âmbito de competência social que se limita ao contexto privado das relações afectivas. Da multiplicidade de competências e de esferas de intervenção, incluídas no estereótipo masculino, resulta um modelo subjectivo de pessoa autónoma e internamente determinada, porque independente de qualquer função ou contexto específicos, enquanto que o estereótipo feminino traduz um modelo de pessoa condicionada às fronteiras de uma função social específica e orientada para contextos de interdependência afectiva ou sexual". As mulheres teriam, então, para esta autora, que escolher entre uma identidade adulta, a que corresponde a perda da feminilidade, ou a manutenção de uma identidade feminina, a que corresponde a perda de competências no contexto do trabalho.

Em suma, os estereótipos de género fornecem um sistema de classificação que funciona como um padrão ao longo da vida das pessoas, influenciando as suas expectativas de si e dos outros, bem como os julgamentos das pessoas, baseados nos seus comportamentos e características relacionadas com o género.

Consequências dos estereótipos: simplificar mas, também, discriminar

Há dados de investigação (Eagly, 1987) que indicam que, os adolescentes e os adultos conseguem estabelecer facilmente excepções aos estereótipos de género, tanto para si como para os outros. Então, se a tendência para entender os estereótipos de género como prescrições inflexíveis do comportamento vai diminuindo com a idade, porque se mantém uma regra com tantas excepções (Brannon, 1996)?

Uma resposta possível (e que desenvolveremos posteriormente no ponto 4.4.3) prende-se com o facto dos estereótipos possuírem um "fundo de verdade" (Martin, 1987), ou seja, a existência de papéis de género e de comportamentos desempenhados mais frequentemente por homens e por mulheres estar na base dos estereótipos de género. A imprecisão dos estereótipos proviria do seu exagero, tornando-os muito mais inclusivos do que as diferenças de género efectivamente registadas.

Assim, para os homens, a imagem da mulher no mundo do trabalho é colaborante, mas para as mulheres, a imagem da mulher trabalhadora aparece como masculinizada.

Se, por um lado, o estereótipo de género facilita o processo cognitivo - dado que, ao omitir detalhes individuais, permite às pessoas pensar de forma simplificada sobre categorias de indivíduos, o que ajuda, designadamente as crianças, a viver num mundo complexo – por outro lado, pode cumprir outras funções – conveniência, racionalização das divisões existentes relacionadas com o género ou manutenção das diferenças de poder entre homem e mulher.

Os estereótipos podem ser usados para julgar os outros (e.g. a mulher que repara computadores ou conduz comboios não seria 'feminina'; o homem que é educador de infância não seria 'muito homem') ou para "prescrever" comportamentos. É, precisamente, quando os estereótipos não representam os grupos ou prescrevem comportamentos aos indivíduos que pode ocorrer discriminação. Ou seja, por causa de crenças e de expectativas sobre género, pode haver um tratamento injusto de homens e mulheres. Uma situação ilustrativa deste fenómeno refere-se às oportunidades de emprego, às disparidades de promoções no trabalho e de acesso a cargos de responsabilidade e chefia, em que parece ocorrer um 'tecto de vidro' para as mulheres e um 'elevador de vidro' para os homens (Fiske & Stevens, 1998).

Estes estereótipos são caracterizados por diferenças de poder nos papéis sociais dos homens e das mulheres. Evidentemente, que algumas mulheres, ao terem acesso a posições de poder e de influência vão evidenciando comportamentos de 'agenticidade'. Pode, então, colocar-se outro tipo de obstáculo semelhante ao que Fiske, Bersoff, Borgida, Deaux e Heilman (1991) analisam num dos casos – *Price Waterhouse* - em que uma mulher (Hopkins), ao evidenciar qualidades de agenticidade, tinha violado as expectativas de papel social e não tinha sido admitida como sócia por 'ser pouco feminina'. Trata-se de uma situação paradoxal que Eagly, Makhijani e Klonsky (1992) também investigaram – quando as mulheres, ao procurarem corresponder às exigências do cargo, usam os mesmos comportamentos que os homens para exercer o poder desenvolvendo, nomeadamente, competência e agressividade, são frequentemente percebidas como comportando-se inapropriadamente e, penalizadas, por apresentarem um comportamento considerado antítese do seu estereótipo[47].). Isto porque, apesar de

[47] Todos estes resultados são consistentes com a teoria dos papéis sociais de Eagly, a qual defende que os comportamentos inerentes à liderança emergem das oportunidades de se envolver em actividades agênticas. Uma vida de trabalho em que nos preparamos para assumir a liderança conduzirá ao desenvolvimento de qualidades agênticas, quer em homens quer em mulheres. A *teoria dos papéis* (Eagly, 1987) e a *teoria micro-estrutural* (Risman, 1986; 1987) enfatizam a importância das oportunidades e constrangimentos em determinar as diferenças de género nos comportamentos de relação. Se os homens são escolhidos para ser líderes, os homens serão mais autoritários do que as mulheres. Se as

um estilo mais assertivo e autoritário de gestão ser comum nos homens, é esperado que as mulheres sejam mais 'orientadas para as pessoas' e sensíveis às relações interpessoais. Sendo assim, como é que as mulheres poderão ganhar poder no trabalho? Os estudos de mulheres executivas bem sucedidas demonstraram que elas tendiam a acumular poder por serem 'peritas' no desempenho dos seus trabalhos e que este poder era especialmente importante logo no início das suas carreiras. Alcançada esta base de poder, só então tinham probabilidade de ganhar poder através de capacidades interpessoais e de influência (Ragins & Sundstrom, 1989)[48].

Fiske e Stevens (1998) defendem que os aspectos prescritivos dos estereótipos são mais centrais nos estereótipos de género do que noutros estereótipos por diversas razões: tendo as pessoas mais experiência com membros de cada categoria de género do que com membros de outras categorias, isso permitir-lhes-ia desenvolver muitas prescrições complexas para o género; as prescrições seriam robustas porque as pessoas começam desde muito cedo a aprendê-las; a categoria género é mais saliente do que qualquer outra das categorias sociais (Canary & Dindia, 1998; Fiske, Haslam, & Fiske, 1991; Stangor, Lynch, Duan, & Glass (1992).

Para Fiske (1993) é, propriamente, o diferencial de poder que está na base dos estereótipos. Os que têm menos poder estão muito atentos aos que têm mais poder, com o objectivo de compreender os seus motivos e predizer o seu comportamento. Esta atenção promove a formação de percepções complexas em vez de estereótipos. Por sua vez, os que têm poder, não têm necessidade de prestar aquela atenção porque não se sentem controlados, o que conduz, rapidamente, à formação e utilização de estereótipos. Utilizar estereótipos permite exercer controlo, manter e justificar o *status quo*, pelo que poder e estereótipo reforçam-se mutuamente (idem, p.621). Os estereótipos de género seriam consequência dos diferenciais de poder que existem entre homens e mulheres em muitas sociedades. As diferenças de poder entre homens e mulheres estão, sobretudo, baseadas no estatuto relativo de cada um, na competência

mulheres são escolhidas para tomarem notas na reunião, elas serão mais ouvintes atentas do que os homens. Muito provavelmente, à medida que os diferenciais de poder entre homens e mulheres forem mudando, é de esperar que os estereótipos sobre mulheres como líderes diminuirão e aceitar-se-á a realidade de que a liderança não é um produto do sexo.

[48] Os estudos laboratoriais conduzidos por Dovidio, Ellyson, Keating, Heltman & Brown (1988) também demostraram como o poder de 'perito' podia ser determinante no domínio social – quando as mulheres tinham este tipo de poder, comportavam-se de uma forma dominante e reconhecida pelos homens; não possuindo este tipo de poder, a natureza das interacções masculino-feminino entrava em padrões mais estereotipados de género com os homens a evidenciar sinais de domínio social e as mulheres de submissão social.

esperada para cada um, nos papéis, nos números relativos de cada um no local de trabalho e na força física de cada um.

Por outro lado, bastante complexidade deriva das numerosas relações em comum entre homens e mulheres, dado que coexistem duas dimensões que podem originar alguma ambivalência – a intimidade e a diferença de poder – aspectos que abordaremos no próximo capítulo.

Comparando os estereótipos de género com outros estereótipos sociais (e.g. raça, etnia) destacam-se diversos elementos diferenciadores:

- o facto de serem muito prescritivos - sendo adquiridos na família, e muito antes de outras categorias sociais, há mais tempo para se desenvolverem;

- o facto de estarem baseados em diferenças consideráveis de poder - não só fisicamente os homens são mais fortes, como controlam uma série de áreas valorizadas na nossa sociedade;

- o facto de homens e mulheres partilharem relações íntimas, de alguma complexidade, um com um o outro – na família, no local de trabalho, na educação, e em relações sexuais íntimas – e portanto, os papéis e os estereótipos de género serem um constante 'pano de fundo' nas interacções humanas, facilitando o aparecimento de vários subtipos[49];

- o facto dos estereótipos de papel de género possuírem facetas biológicas e sexuais que os outros não possuem;

- o facto dos estereótipos de género mudarem em função da cultura e dos avanços científicos (Fiske & Stevens, 1998).

[49] "Subtipos são subcategorias desenvolvidas em resposta a casos isolados que desconfirmam um estereótipo" (Fiske & Stevens, 1998, p.239) Por exemplo, um homem pode ter uma amiga que é uma neurologista muito agressiva e competente. Ela não se adequa ao estereótipo feminino que ele possui. Então ele pode desenvolver um subtipo: as médicas. Este subtipo dá-lhe mais informação relativamente à sua amiga do que o estereótipo geral (Stangor *et al.*, 1992). Mas separar as pessoas que desconfirmam um estereótipo para um subtipo (e.g. as intelectuais, as donas de casa, as 'barbies', as mulheres de

4.4.2. Papéis de Género

"Do homem a praça, da mulher a casa"

"Mulher à vela, marido ao leme"

(Provérbios)

Papel refere-se ao conjunto dos comportamentos, deveres e expectativas associados a determinada posição social. Papel sexual (ou de género) compreende as actividades e comportamentos associados aos homens e às mulheres; são padrões de comportamento esperados e socialmente encorajados a serem exibidos pelos indivíduos em situações específicas. Referimo-nos, pois, a expectativas relativamente ao comportamento de homens e mulheres no trabalho, na sociedade e na família (e.g. gestão e desempenho doméstico; desempenho da parentalidade pelos pais e pelas mães). Anselmi e Law referem-se aos papéis de género enquanto prescrições para a identidade – "*prescrições definidas social e culturalmente sobre o comportamento e as emoções de homens e de mulheres*" (1998, p.195). Mas papel também tem um elemento interaccional e implica reciprocidade. Não desempenhamos o nosso papel de 'professor' se não houver outros que desempenhem o papel de 'alunos'. Assim sendo, os papéis de género têm inerente o modo como os guiões comportamentais para homens e mulheres são desempenhados com respeito um ao outro.

Os papéis de género são observáveis em todas as facetas da vida social. A iniciação num destes papéis dá-se com a resposta à pergunta "É rapaz ou rapariga?". A partir daí, o processo de tipificação sexual principia e o bebé é iniciado num de dois caminhos sociais diferentes. Este processo de mapear comportamentos particulares e atitudes em crianças com base no seu sexo biológico é referido como aquisição de papéis de género.

A **teoria dos papéis sociais,** proposta por Eagly (1987), é um dos modelos mais influentes da relação entre estereótipos de género e papéis de género. Segundo este modelo, as pessoas são o que fazem e o que os outros esperam que façam. Tanto a experiência individual como a social, contribuem para as diferenças de género. Ou seja, os papéis de género (e.g. dona de casa, fornecedora de serviços *versus* gestor, chefe de família) causariam as diferenças de género no comportamento e os estereótipos,

negócios) significa considerar que se trata de um caso atípico, o que não afectará o estereótipo global dado que o estereótipo descreve pessoas que são membros típicos de uma categoria.

sintetizados nas dimensões 'comunalidade' e 'agenticidade', reflectiriam esse processo. O papel comunal, com mais probabilidade de ser associado às mulheres, inclui os seguintes elementos: prestação de cuidados, afectividade, sensibilidade interpessoal, preocupação com o bem-estar dos outros; expressividade emocional. Já o papel agêntico, com mais probabilidade de ser associado aos homens, inclui: assertividade, controlo, força, independência, liderança, ambição e dominância (Helgeson, 1994).

Tal como os estereótipos não dividem, nitidamente, homens e mulheres em categorias separadas, os papéis de género representam grupos em que há sobreposição e considerável variação individual, quer em termos de preferências comportamentais, quer na identidade de papel de género. Enquanto os estereótipos representariam sobregeneralizações sobre as pessoas, os papéis de género seriam prescrições ligadas a visões e imagens culturais de homens e de mulheres. Em que condições é que as pessoas endossam os estereótipos e em que condições as pessoas se conformam com as prescrições de papel de género? Para aquele autor, a constatação de que homens e mulheres mostram uma considerável conformidade com os estereótipos de género, leva-o a considerar que são os estereótipos que formam a base dos papéis de género. Estes tornar-se-iam normas para o comportamento de homens e de mulheres e seriam considerados como prescritivos. As pessoas seriam julgadas de acordo com o grau em que se conformassem com os papéis de género prescritos, e homens e mulheres interiorizariam os papéis de género como elementos significativos da sua identidade. As normas de papel de género têm grande probabilidade de exercer uma forte influência no comportamento quando há um vasto acordo no estereótipo particular (e.g. homens são líderes) e quando há uma expectativa cultural forte do comportamento de papel de género (e.g. são as mulheres quem cuida dos filhos).

Para Eagly (1987, 1995) a divisão sexual de trabalho é, portanto, fundamental para se compreender a construção social do género. Apesar de, actualmente, homens e mulheres estarem ambos envolvidos nas esferas pública (trabalho) e privada (família) da vida, o que é determinante para o autor é a análise de como o poder e a responsabilidade estão distribuídos por cada um, em cada uma das esferas, e como a identidade individual é construída à volta dos papéis sociais. Consonantes com esta teoria são os resultados obtidos por Moskowitz, Suh e Desaulniers (1994)[50], por Conway, Pizzamiglio e Mount (1996)[51] e Snodgrass (1985).

[50] Neste estudo verificou-se que o estatuto, ao contrário do género, influenciava o comportamento de agenticidade (os indivíduos eram mais e menos agênticos, respectivamente, com um subordinado e com

Uma abordagem, semelhante à de Eagly, é conhecida por **teoria microestrutural** (Risman, 1986) segundo a qual homens e mulheres comportar-se-iam do mesmo modo se lhes fossem dadas, na sociedade, posições e expectativas idênticas. Apesar de reconhecer que mulheres e homens desempenham os papéis com histórias biológicas e de socialização, considera que as oportunidades e constrangimentos modelam mais os comportamentos do que, propriamente, factores de índole individual, o que explicaria como os homens que têm que desempenhar o 'papel de mãe' (i.e. prestando os cuidados principais aos filhos) adquirem as características necessárias para fazer esse trabalho[52].

Diversos estudos empíricos evidenciam uma diferenciação clara entre homens e mulheres relativamente aos papéis sociais que desempenham, diferenciação essa que persiste mesmo após as mudanças sociais e culturais nos papéis dos dois sexos despoletadas pela entrada, em larga escala, das mulheres em actividades públicas (Amâncio, 1994; Poeschl & Serôdio, 1998; Spence, Deaux & Helmreich, 1985). Com efeito, os ajustamentos dos papéis de género verificaram-se mais na esfera pública do que na privada, onde continua a não existir uma partilha generalizada das tarefas domésticas e do cuidado das crianças (Scott, & Alwin, 1989). Seria, precisamente, esta extensão dos papéis de género a várias esferas da actividade social que explicaria o facto de, ao contrário do que previa o modelo de diferenciação categorial (Doise, 1976/1984), uma mudança numa delas não ter implicado uma mudança generalizada nos comportamentos associados às outras esferas.

Encontramos, no âmbito da psicologia social americana, modelos que tratam os papéis como factos sociais objectivos, diferindo nos conteúdos e nos contextos que lhes são apropriados de forma simétrica e funcional, sobre os quais os indivíduos elaboram estereótipos, expectativas e teorias implícitas (Deaux, 1984). Por sua vez, Amâncio (1994), no âmbito dos modelos da psicologia social europeia a que nos referimos anteriormente, elaborou estudos experimentais no sentido de demonstrar a assimetria dos papéis de género na continuidade da assimetria dos estereótipos de género. Estudou

um supervisor) e que o género influenciava os comportamentos de comunalidade (as mulheres eram mais comunais independentemente do seu estatuto social, eram especialmente comunais com outras mulheres, comparadas com homens entre si) o que é consistente com a importância da segregação sexual nas relações interpessoais.

[51] Neste estudo, constatou-se como a percepção social é influenciada pelas diferenças de estatuto – os indivíduos de estatuto mais reduzido, comparados com os de estatuto mais elevado, eram construídos como mais comunais do que agênticos.

[52] Esta teoria microestrutural será mais aprofundada no capítulo seguinte, a propósito dos papéis de parentalidade.

unicamente papéis relativos à esfera laboral e concluiu que essa assimetria se verificava sobretudo a dois níveis: extensão das orientações comportamentais masculinas a um maior número de comportamentos; menor normatividade dos papéis para os indivíduos do sexo masculino. Os papéis de género aparecem, portanto, como uma dimensão da construção social do género onde se traduz "*a assimetria generalizada deste processo, visto que a sua função normativa só é evidente para o grupo dominado*" (idem, p.88). As investigações referidas por Amâncio (1994) não consideraram uma esfera importante nas relações entre homens e mulheres – a da família e a das relações afectivas. Já Poeschl investigou, precisamente esta esfera familiar, tendo concluído, através de diversos estudos (Poeschl & Serôdio, 1998; Poeschl & Silva, 2001), da importância das crenças nas diferenças entre os sexos, como factor explicativo das resistências à mudança nos papéis familiares. Num estudo quasi-experimental, com 418 docentes de ambos os sexos, constatou que, apesar de, aparentemente, se verificar consenso relativamente a um ideal de organização familiar igualitária, "*as crenças nas diferenças entre os sexos levam a considerar como mais ideal que os cônjuges desempenhem os seus papéis tradicionais e como menos ideal que o homem assuma papel igualitário*"(ibidem, p.93).

De considerável interesse são, também, as investigações que relacionam as atribuições que homens e mulheres fazem relativamente ao sucesso e insucesso no desempenho de papéis e tarefas típicas de género. Os homens tendem a explicar o seu sucesso em tarefas típicas do seu género em função de factores internos (e.g. capacidade, esforço) e a sua falha em função de factores externos (e.g. dificuldade da tarefa, azar). As mulheres mostravam um padrão semelhante para as tarefas típicas do seu género, tirando crédito pessoal pelo sucesso e atribuindo falha a factores externos. Quer homens quer mulheres tendiam a usar diferentes atribuições para o seu desempenho na tarefa típica do género oposto, explicando o sucesso ou falha em termos menos pessoais e atribuindo o resultado, positivo ou negativo, mais a factores externos, tais como sorte ou dificuldade (Rosenfield & Stephan, 1978).

4.4.3. A Distinção entre 'Ser Capaz' e 'Escolher Comportamentos' na Compreensão dos Estereótipos e dos Papéis de Género

A investigação de diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, em termos de variação/estabilidade, no que se refere ao tempo (em diferentes períodos da história)

e ao espaço (em diferentes culturas e sociedades), pode indicar se os estereótipos percebidos se reflectem na realidade ou se são, sobretudo, produto do funcionamento cognitivo das pessoas em função das condições sócio-culturais envolventes. Estão, de novo, subjacentes, as dicotomias natureza *versus* cultura, essencialismo *versus* construccionismo social, minimalismo *versus* maximalismo a que já nos referimos no início deste capítulo. E uma resposta simples e objectiva não existe.

Que homens e mulheres são diferentes é um facto. Que as pessoas pensam que existem diferenças entre homens e mulheres, e que diferenças são essas é, também, um facto com largo consenso intersexos e interculturas. Que as diferenças atribuídas a homens e mulheres foram mudando ao longo do tempo, também é um facto. E se é certo que há estereótipos que são distorções grandes sem nenhuma relação com a realidade, não será que muitos estereótipos são generalizações que correspondem à realidade? Por outras palavras (Martin, 1987), não será que têm alguma validade assim como alguma imprecisão?

A par destas questões, os resultados de investigações sobre diferenças entre homens e mulheres, já anteriormente referidos, sobretudo as meta-análises (e.g. Canary e Hause 1997; Hyde & Plant, 1995; Maccoby & Jacklin, 1976), estudos longitudinais de registo diário (e.g. Porter & Stone, 1995)[53] e os estudos laboratoriais mostram que a variação intra-sexos é mais significativa que a variação entre sexos. Ou seja, as diferenças nos comportamentos de homens e de mulheres são menos evidentes do que os estereótipos deixariam supor. Não será que estamos perante uma situação em que se avalia o que as mulheres e os homens fazem, e não o que são capazes de fazer? Um aspecto é o comportamento evidenciado, outro é o potencial de comportamentos a evidenciar. Controlados os factores contextuais, como é o caso dos estudos laboratoriais, são mínimas as diferenças entre homens e mulheres (com excepção das diferenças físicas, evidentemente). Mas, olhando à nossa volta, o mundo social mostra uma diferenciação considerável no comportamento de homens e mulheres, desde diferenças claras nas ocupações até às próprias práticas de cuidado dos filhos. E são

[53] Porter e Stone (1995) realizaram uma investigação em que pediram a 156 homens e mulheres que registassem diariamente problemas com que se tivessem deparado e respondessem a questões relacionadas com a respectiva gravidade, cronicidade, controlo, *stress* provocado e estratégias para lidar com. As mulheres registaram mais problemas centrados nelas próprias, problemas de parentalidade e com outras pessoas; os homens registaram mais problemas relacionados com o trabalho e com assuntos diversos. As mulheres avaliavam os seus problemas como mais crónicos do que os homens, e estes usavam acção mais directa do que as mulheres para lidar com problemas de trabalho. Os resultados, no geral, contrariavam a popular noção de que os homens usam estratégias mais instrumentais e as mulheres mais estratégias baseadas na emoção e no apoio social.

estas situações, não o laboratório experimental, que formam a base experiencial para o desenvolvimento de um sistema de crenças de género.

Na mesma linha teórica, Hoffman e Hurst (1990) investigaram a discrepância entre as diferenças de género observadas e os estereótipos de género exagerados e concluíram que os estereótipos de género não eram nelas baseados, dada a respectiva insignificância estatística. Os autores avançam, então com a hipótese de que os estereótipos de género são racionalizações para a distribuição de homens e mulheres em diferentes papéis sociais. Isto porque, quando especificavam uma actividade habitual, constatavam que as pessoas deduziam um traço de personalidade subjacente que explicaria o porquê dessa diferença existir. Concluem, então, que "*não são necessárias diferenças sexuais objectivas na personalidade para a formação dos estereótipos de género; o facto de existir uma distribuição de papel desigual é suficiente...Este resultado apoia fortemente a ideia de que estereótipos como estes baseados no género constituem, em parte, crenças sobre tendências intrínsecas ou predisposições...*" (idem, p.206).

A precisão dos estereótipos de género também foi avaliada num estudo de Swim (1994) e concluiu-se que as pessoas não sobrestimavam nem subestimavam de forma consistente as diferenças de género. E, tanto se verificava que as percepções das mulheres e dos homens se desviavam da precisão (e não, necessariamente, numa direcção estereotipada), como havia, frequentemente, percepções de género que eram precisas. Este estudo demonstra que estereotipar o género não é inevitável (Brannon, 1996).

É assim, que para Deaux "*os conceitos de masculinidade e de feminilidade têm que considerar estes dois tipos de evidência – as capacidades inerentes e as escolhas comportamentais – e a distinção entre os dois tem que ser reconhecida em qualquer conceptualização*" (1998, p.210). Há evidência crescente, sobretudo da investigação empírica em psicologia social, que as pessoas escolhem conscientemente mostrar diferentes aspectos de si próprias dependendo das influências situacionais (e.g. Lawrence *et al.*, 1996)[54]. Ou seja, 'masculinidade' e 'feminilidade' podem ser seleccionadas, sendo exibidas em certas situações e estando ausentes noutras. Por outras

[54] Nesta investigação, com 94 homens e 95 mulheres, verificou-se que os homens eram mais 'expressivos' em situações de índole sexual, do que o eram globalmente, porque percebiam os atributos que reflectiam a 'expressividade' como ideal para um homem numa situação sexual. As mulheres, por sua vez, eram menos 'instrumentais' em situações sexuais do que globalmente. Apesar da convergência de

palavras, não são nem conceitos estáveis, nem imunes à influência exterior. É assim que Deaux (1998) afirma que as concepções tradicionais de 'masculinidade' e de 'feminilidade' simplificaram excessivamente o que é complexo, consideraram unidimensional o que era multidimensional e atribuíram estabilidade e permanência ao que era flexível.

É assim, também, que regressamos ao 'ser e aos modos de ser masculino e feminino', subjacentes aos termos masculinidade e feminilidade. Para além dos diferentes significados e usos em diversas áreas, interessa perceber que, em psicologia, estes termos têm sido empregues em três vertentes relacionadas entre si: estereótipos de homens e mulheres; estudos de semelhanças e diferenças sexuais em capacidades cognitivas, traços de personalidade e comportamentos sociais; identidade de género e auto-descrição de características de masculinidade e de feminilidade. Por parte dos autores que trabalham estes conceitos, nem sempre é claro, a qual das vertentes se estão a referir. Torna-se, pois, necessário distinguir entre os conceitos teóricos de 'masculinidade' e de 'feminilidade' e as atitudes e comportamentos específicos relacionados com o género. Para além disso, é importante estudar quais as situações e ambientes que encorajam ou desencorajam a exibição de comportamentos de género bem como as funções que esses comportamentos podem servir.

4.4.4. Mudança de Papéis e de Estereótipos de Género

Qual a melhor maneira de desconfirmar e, subsequentemente, mudar um estereótipo que tem propensão para se fragmentar em subtipos? Os comportamentos desconfirmatórios alteram os estereótipos se estiverem associados com pessoas que sejam membros típicos do grupo porque, assim, a categoria geral é activada e é mais difícil realizar subtipos (e.g. a mulher que é piloto de aviões de caça e que também tem marido, dois filhos e uma grande cozinha, provavelmente fará mais para contrariar o estereótipo, do que a mulher solteira, piloto de aviões de caça que detesta cozinhar). A mudança de estereótipos também é promovida se o comportamento desconfirmatório, exibido por outros membros típicos do grupo, ocorre, repetidamente, em diferentes locais. Isto reduz a oportunidade de que o comportamento desconfirmatório seja atribuído a condições ambientais. Resultados de investigações demonstram que

atributos em situações sexuais, as prescrições de papel tradicional de género continuavam a guiar o comportamento dos homens e das mulheres.

informação inconsistente dispersa promove mais mudança de estereótipos do que informação inconsistente concentrada (Johnston & Hewstone, 1992).

Com todas as experiências partilhadas entre os membros dos dois géneros poderíamos pensar que os estereótipos iriam mudar – com a entrada das mulheres na força de trabalho algumas crenças estereotipadas sobre mulheres foram desconfirmadas. No entanto, os principais conteúdos do estereótipo feminino não mudaram significativamente (Eagly & Mladinic, 1989). "*Em primeiro lugar, os 'peritos' podem simplesmente recusar aceitar que os seus estereótipos não são precisos. Em segundo lugar, o grupo que acredita ser perito sobre o outro grupo pode ter um sentido de estatuto superior e muitos estudos sobre contacto intergrupo indicaram que os estereótipos não mudarão, provavelmente, a não ser que os dois grupos experimentem contacto um com o outro em condições de igual estatuto*" (Fiske & Stevens, 1998, p.240). A mudança nos estereótipos de género parece mais difícil do que noutras categorias, porque as pessoas têm muitos subtipos para as categorias de género que necessitariam de ser integrados para que pudesse ocorrer mudança.

De um contexto histórico em que homens e mulheres eram percepcionados como sexos opostos, mudou-se para um outro em que homens e mulheres se sobrepõem em múltiplas dimensões e os estereótipos são fragmentados em diversos subtipos. Apesar de existirem índices que apontam para uma diminuição da frequência de estereótipos clássicos, femininos e masculinos, e da sua utilização na discriminação das pessoas, também se constata que estamos perante um fenómeno de maior complexidade em que os subtipos de estereótipos desempenham um papel importante.

Não encontramos propriamente um efeito geral de todas as mulheres serem universalmente desvalorizadas; em vez disso, certas mulheres são desvalorizadas quando os subtipos baseados no género interagem com as características de, por exemplo, um determinado ambiente de trabalho. É ilustrativa a conclusão a que Eagly, Makhijani, e Klonsky (1992, p.3) chegam, após uma meta-análise realizada sobre género e liderança – "*As mulheres em posições de liderança eram desvalorizadas relativamente aos correspondentes masculinos quando a liderança era assumida em estilos estereotipadamente masculinos, particularmente quando o estilo era autocrático ou directivo. Para além disso, a desvalorização das mulheres era maior quando os líderes ocupavam papéis dominados pelos homens e quando os avaliadores eram homens*". As pessoas que não correspondem aos estereótipos descritivos provocam, nos que os rodeiam, algum desconforto ao violarem as nossas noções de como as pessoas se

devem comportar, sendo consideradas, por isso, pessoas "difíceis" (Fiske & Stevens, 1998). De realçar o peso que exerce o facto de, hoje em dia, o sexismo, à semelhança do que aconteceu com o racismo, ser considerado inaceitável.

Os estereótipos sobre os grupos sociais podem, portanto, ser dinâmicos ou estáticos. Diekman e Eagly (2000) realizaram cinco estudos em que analisaram as percepções dos papéis e os atributos físicos, cognitivos e de personalidade de homens e mulheres relativamente ao passado (1950), ao presente (2000) e ao futuro (2050). Os resultados revelaram que os participantes "*acreditavam que as mulheres do presente eram mais masculinas do que as do passado e que as mulheres do futuro serão mais masculinas do que as do presente, especialmente em características de personalidade*" (idem, p.1183). Este dinamismo dos estereótipos sobre as mulheres devia-se sobretudo aos novos papéis sociais que estas tinham passado a desempenhar, sendo que esta mudança não se referia unicamente às qualidades masculinas, incluindo também as que são desfavoravelmente avaliadas (e.g. não só estavam mais assertivas, independentes, racionais, 'matemáticas' como também mais ditatoriais e egocêntricas). Relativamente aos estereótipos referentes aos homens não se verificou um tão acentuado dinamismo.

4.5. Uma Perspectiva Psico-Sociológica sobre Género

"...esta máxima dos índios da América 'Antes de julgares uma pessoa, caminha durante três luas com os seus mocassins'... vistas de fora há muitas vidas que parecem falhadas, irracionais, loucas. Enquanto se está de fora, é fácil compreender mal as pessoas, as suas relações. Só de dentro, só caminhando durante três luas com os seus mocassins é que se pode compreender as motivações, os sentimentos, aquilo que faz agir uma pessoa de uma forma e não de outra. A compreensão nasce da humildade, não do orgulho de saber". ...(Susanna Tamaro, 1995)

A revisão de literatura efectuada permite concluir que existem duas grandes contradições nos resultados das investigações: a primeira, entre as (poucas) diferenças entre homens e mulheres encontradas em meio laboratorial controlando as condições de influência social, e as diferenças (geralmente inconsistentes e instáveis) encontradas nos contextos de vida real; a segunda, entre as observações comportamentais das diferenças entre homens e mulheres e as crenças das pessoas sobre essas diferenças (como anteriormente analisámos, a influência dos estereótipos é importante para a elaboração dessas crenças, quer sob a forma de normas de papel quer de expectativas culturais).

Tem vindo a tornar-se evidente que, para compreender o género, há que compreender o contexto. A perspectiva da psicologia social, com o especial contributo da cognição social (designadamente, através do aprofundamento de conceitos como os de esquema, estereótipos e papéis de género) propõe que o estudo se centre nos comportamentos exibidos relacionados com o género e nos factores imediatos que influenciam a ocorrência desses comportamentos, incluindo o contexto e a compreensão e interpretação dos acontecimentos, por parte do indivíduo. O modelo proposto por Deaux e Major (1987/1998) sobre género e comportamento social, que passaremos a descrever, parece-nos bastante integrador e completo na explicação da diversidade e complexidade de resultados a que se tem chegado nas diversas investigações sobre género. Acresce a possibilidade de, a partir deste modelo que foca preferencialmente as interacções diádicas, prever o comportamento dos indivíduos em contextos sociais específicos.

Reflectindo sobre a investigação em psicologia e sobre a tendência de desenvolver um conceito, inventar uma forma de o medir e, depois, assumir que se trata da realidade – reificação essa que permite a crença de que as pessoas são dependentes ou agressivas, desde que os resultados da medição assim o indiquem –, Deaux e Major aplicam esse raciocínio à investigação realizada, até ao momento, sobre os conceitos de 'masculinidade' e de 'feminilidade'. Era suposto que estes conceitos representassem a essência psicológica de 'ser homem' e de 'ser mulher' e fossem capazes de prever os comportamentos que tendem a ser associados ao género. Facilmente se instala, então, nestes conceitos de 'masculinidade' e de 'feminilidade', a generalização a todas as situações, a respectiva estabilidade no tempo, e as relações de causalidade. Ora, o máximo que estas categorias diagnósticas permitem é avaliar potencialidades e estimar probabilidades. Cientes destes limites, Deaux e Major (1987/1998) propõem um modelo que reconheça a estabilidade/mudança e a semelhança/diferença inerentes ao conceito de género em contexto social. A ênfase não é nas constantes estruturais que programam o comportamento, mas nas condições que permitem a variabilidade e a mudança. Não interessa tanto focar se as diferenças de género existem ou não, mas antes, identificar as variáveis que exageram ou atenuam essas diferenças.

O modelo toma como ponto de partida a interacção diádica de mulheres e homens, a qual pode envolver muitas formas de comportamento – influência, escolhas morais, cooperação, competição. Sem negar as regularidades do comportamento masculino e feminino decorrentes da propensão biológica ou da experiência de

socialização, os autores pressupõem que o comportamento relacionado com o género é marcado pela flexibilidade, fluidez e variabilidade – o que implica reconhecer a respectiva complexidade. Constitui também um pressuposto deste modelo o facto dos homens e das mulheres fazerem escolhas nas suas acções. O determinismo passivo de outras perspectivas psicológicas é substituído pelo reconhecimento de que os homens e as mulheres, individualmente considerados, fazem escolhas dos seus comportamentos – em diversas ocasiões e com diversos graus de auto-consciência – num processo de construção individual e relacional. Estas escolhas não são feitas no vazio, sendo antes modeladas por factores transitórios, como outras pessoas envolvidas ou as normas sociais prevalecentes, num processo de interacção social. Para a compreensão destes processos, são importantes os conhecimentos provenientes da investigação em psicologia social sobre confirmação de expectativas (profecias auto-confirmatórias)[55] e motivação na auto-apresentação[56], os quais evidenciam as circunstâncias que rodeiam a liberdade de escolha para seleccionar facetas de si próprio, de entre um número de alternativas possíveis. Este modelo contempla, portanto, a variabilidade entre as pessoas e a variabilidade na pessoa, em função das situações e do tempo.

Neste modelo, dois indivíduos trazem crenças e identidades específicas, (expressas em comportamentos) para a interacção que decorre num contexto social específico que é dinâmico, com influências mútuas. Isto não significa que o género esteja sempre saliente nas interacções, sendo que um dos objectivos deste modelo consiste, mesmo, em especificar e prever quando o género modela mais ou menos o curso de uma interacção. São três as influências: o indivíduo (homem ou mulher), o(s) outro(s) indivíduo(s) com quem a pessoa interage, o contexto da interacção. (ver Fig.2.2).

[55] De acordo com as profecias auto-confirmatórias, os indivíduos actuam de acordo com as suas crenças e essas acções vão influenciar o comportamento dos outros, o que acaba por conduzir à confirmação da crença inicial (Darley & Fazio, 1980). No que se refere ao género, um homem comportar-se-ia de acordo com o estereótipo masculino de independência, confirmando a crença de que os homens são independentes.

[56] Refere-se aos factores que motivam um indivíduo a alterar o modo como se apresenta aos outros. Por um lado, preocupações de 'auto-verificação' podem levar a que enfatize as características e crenças subjacentes que definem uma identidade estável ; por outro lado, pressões externas podem encorajar a escolha de estratégias de auto-apresentação que aumentem a probabilidade de reacções positivas por parte dos outros.

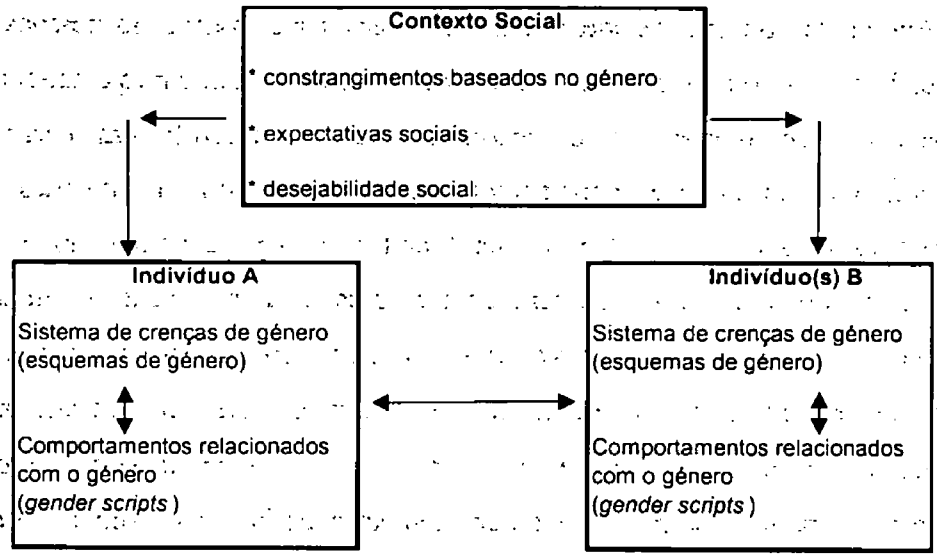


Figura 2.2 : Esquema adaptado do modelo de Deaux & Major (1987/1998)

Cada sistema de crenças de género tem, portanto, um componente para representar cognições (pensamentos ou crenças sobre papéis de género) e um componente comportamental, por vezes designado como guiões de género (*gender scripts)*, que representa padrões típicos de comportamentos sob várias circunstâncias. O modelo também considera as variações no contexto social e como essas variações influenciam a probabilidade de diferenças sexuais. O contexto inclui aspectos como espaço (e.g. escola, família, relações íntimas, trabalho, hospital), as normas culturais para o comportamento, as estruturas sociais (e.g. poder, intimidade, hierarquia laboral) que determinam a relação entre os indivíduos.

Passaremos, de seguida, a explicitar melhor cada um dos elementos influentes envolvidos neste modelo: a) a identidade de género; b) a influência do(s) outro(s); c) o contexto.

Identidade de género e acção baseada no género

Identidade de género consiste no "*sentido existencial, fundamental, da nossa masculinidade ou feminilidade, uma aceitação do nosso género como construção psico-sociológica paralela à aceitação do nosso sexo biológico*" (Spence, 1984 *cit.in* Deaux & Major, 1987/1998). Spence considera, assim, que o género é um dos primeiros componentes e mais centrais do auto-conceito, como princípio organizador através do qual muitas experiências e percepções de si e dos outros são filtradas.

Apesar do conceito de identidade de género ser universal, as pessoas diferem substancialmente a dois níveis: no grau em que o género é um aspecto saliente da sua identidade (e não outros, como negro, católico, professor); nas características particulares que as pessoas consideram associadas a essas identidades (e.g. as características associadas ao 'ser homem' podem variar de homem para homem). Evidentemente que a influência do género na interacção social depende do grau em que as associações com o género são invocadas, consciente ou inconscientemente. Trata-se do grau de *acessibilidade* da identidade de género o qual pode variar, para cada indivíduo, em função da fase do seu ciclo de vida (e.g. provavelmente o género modela mais a experiência de uma mulher e de um homem quando têm o primeiro filho) e em função da situação específica em que se encontra (e.g. quando, numa situação de grupo, os elementos do seu sexo são a minoria) (Cota & Dion, 1986).

Por outro lado, a consciência do género não dita automaticamente a acção. Há uma escolha da pessoa relativamente à forma como se vai apresentar, que comportamentos vai evidenciar. Essas escolhas, reflectindo motivações variadas, podem traduzir-se em acções consistentes com a definição prévia de si – auto-verificação – e/ou com o significado social das condutas (e.g. assegurando recompensas sociais) – auto-apresentação.

A influência do(s) outro(s)

Em qualquer interacção social, diádica ou mais abrangente, os indivíduos são conhecedores do que é esperado, prescrito ou típico em diversas situações. Estas expectativas podem modelar a interacção de modo a constituir-se em 'profecias auto-confirmatórias', ou seja, impelir os indivíduos a comportar-se de um modo que acaba por confirmar as crenças existentes. Conhecendo, designadamente através da revisão de literatura anteriormente efectuada, que os estereótipos de género são muitíssimo penetrantes (e.g. Amâncio, 1994; Deaux & Lewis, 1984; Rosenkrantz *et al.*, 1968; Williams & Best, 1990), que frequentemente surgem fragmentados em subtipos (e.g. Fiske & Stevens, 1998; Stangor *et al.*, 1992), e que levam as pessoas a emitir julgamentos sobre a relativa probabilidade de homens e mulheres exibirem características (físicas, de personalidade, de papel, de ocupação) muito diferentes (Deaux & LaFrance, 1998), facilmente se compreende que se constituam como fortes antecipadores de comportamentos. Evidentemente, isto não significa que, na realidade,

não exista base para estas crenças. A investigação indica que, em média, os homens tinham resultados mais elevados nas medidas de 'instrumentalidade' e, as mulheres, nas de 'expressividade'. Mas estas diferenças observadas tendem a ser relativamente mais pequenas do que as crenças avaliadas sobre as diferenças.

Diferindo os indivíduos no grau em que adoptam estas crenças e nos atributos que associam às categorias de género, também se vão comportar de forma diferente enquanto observadores dos outros, numa interacção (e.g. uma mulher de avental ou com uma pasta de negócios; um homem amável ou ríspido, activam diferentes estereótipos num observador). Uma análise destas crenças é importante por causa das consequências (e.g. Abbey (1982) verificou que os homens tinham mais probabilidade do que as mulheres de presumir intenções sexuais no comportamento amigável das mulheres). Assim, numa interacção, ambas as partes podem influenciar a probabilidade dos esquemas de género serem ou não activados. A sequência de confirmação de expectativas descreve processos que ligam crenças a acções (cf. Fig.2.2) [57].

Situação e Contexto

Por contexto entende-se desde as estruturas sociais e normas culturais às circunstâncias mais imediatas de uma interacção, todas elas modelando, modificando ou mesmo limitando os comportamentos dos indivíduos.

Como um microcosmo da sociedade, as famílias situam as pessoas dentro de uma estrutura social e fornecem uma primeira exposição à cultura e a um conjunto de experiências de socialização (e.g. onde vivem, o que comem, o que vestem, como falam, tipos de trabalho, o que é aceitável/inaceitável...), as quais determinam, em parte, as condições e oportunidades de vida à medida que vão crescendo. O que as pessoas fazem, como se sentem relativamente a si próprios, aquilo em que se tornam é influenciado pela organização de género na família e na sociedade mais lata.

Para além disso, há claramente ambientes (e.g. infantário ou oficina de reparação de automóveis) e situações que tornam o género saliente, aumentando a probabilidade de cada um dos participantes exibir comportamentos relacionados com o género. A par

[57] e.g. A directora de um hospital que desconfia da aptidão do enfermeiro (homem) para a sala dos bébes pode controlá-lo com tal minúcia (persecutória) no seu trabalho que ele, mais tarde ou mais cedo, falhará em algum cuidado, falha essa que confirmará a crença inicial da directora. O supervisor que pensa que uma mulher não tem capacidades de liderança pode atribuir-lhe um papel tão subordinado que ela nunca terá oportunidades de exibir qualquer qualidade de liderança, o que confirmará a crença do supervisor.

disto, as normas estabelecidas podem tornar o género mais ou menos apropriado como princípio organizador.

Segundo Deaux e Major (1987/1998) para prever se as diferenças entre homens e mulheres serão a regra ou a excepção, é necessário analisar o conjunto dos factores influentes – "*o comportamento actual de mulheres e homens numa situação depende do peso relativo dos três elementos: as auto-definições e objectivos de cada um dos participantes, as crenças e expectativas do outro, o contexto em que a interacção tem lugar. Por esta análise, as diferenças de género, ou seja, as diferenças observadas nas acções de mulheres e homens, são um dos resultados possíveis. Na maioria dos casos, este resultado pode ser alterado com relativa facilidade se um ou mais elementos forem mudados*" (idem, p.372).

O modelo prevê a maximização das diferenças sexuais no comportamento nas seguintes condições: homens e mulheres têm diferentes expectativas para si próprios; outros participantes numa interacção social têm elevadas crenças estereotipadas de género; o contexto é altamente prescrito com expectativas de género. Já quando homens e mulheres partilham expectativas ou crenças semelhantes, quando poucos estereótipos se aplicam à situação, ou quando o contexto é neutro relativamente ao género, a previsão das diferenças sexuais vai no sentido da sua minimização (Anselmi & Law, 1998).

Na realidade, os casos não são tão extremos nem tão exclusivos no conjunto de influências. É mais provável encontrar situações mistas em que as fontes de influência são contraditórias – umas, pressionando para a diferença, outras para a semelhança (e.g. mulheres e homens cujas identidades e aspirações se acertam entre si, mas que se encontram em situações que pressionam a diferenciação). Deaux e Major (idem) são muito claros ao afirmar que, para lidar com a complexidade das mensagens e pressões frequentemente em conflito, é necessário fazer a análise a um nível micro do processo psico-sociológico envolvido na interacção, em vez de declarações gerais sobre semelhanças ou diferenças de género. Com efeito, relativamente a cada um dos elementos influentes, as alternativas são muitas. Por exemplo, relativamente ao seu sistema de crenças, as pessoas podem variar na importância que atribuem a agradar aos outros ou a verificar as suas verdades internas. Se agradar aos outros é mais importante, então os factores situacionais devem ser mais influentes. Aspectos como expectativas e desejabilidade e quem é o outro a quem se procura corresponder são fundamentais. Há mais probabilidade de confirmar as expectativas dos que têm mais poder, dos que são

mais semelhantes, dos que controlam recompensas e resultados do que daqueles cujos recursos são mais limitados. Acresce que é mais comum confirmar as expectativas de outra pessoa em situações públicas do que em privadas, em situações novas em vez de situações já familiares. O desempenho do género é um fenómeno dinâmico, não estático (Deaux & Major, 1987/1998).

5. Conclusão

Deixou de existir uma ideia monolítica de género que permaneça nos conceitos unipolares de masculinidade e feminilidade. Actualmente, o género é considerado um sistema dinâmico, multifacetado e complexo (Martin, 1999).

Os conhecimentos actuais permitem afirmar que a definição das características psicológicas não se faz unicamente pela natureza dos seres; a explicação é mais relacional – é, também, a natureza do tecido das relações em que mulheres e homens participam que modela a maneira como se comportam uns em relação aos outros, como se representam reciprocamente e como vão construindo uma identidade própria. Torna-se, pois, claro que uma mesma pessoa pode reflectir facetas diversas da sua identidade de acordo com as relações sociais em que está inserida. Não devemos, pois, assumir a estabilidade dos papéis de género ou dos comportamentos porque a norma é a variabilidade. As diferenças sexuais biológicas criam tendências comportamentais, não determinam o nosso comportamento individual, ou seja, têm impacto no comportamento social, apesar de não explicarem compreensivamente as dinâmicas do género em relações interpessoais (Canary & Dindia, 1998).

Esta mudança de perspectiva deve-se, em grande parte, a uma transformação nas relações sociais, de procura de igualdade entre homens e mulheres em todos os sectores da vida social. Para tal, os contributos de várias áreas científicas revelaram-se fundamentais. Designadamente a psicologia social, ao fazer o balanço das concepções ideológicas ou estereótipos do masculino e do feminino e, mostrando, nomeadamente através de estudos experimentais que os determinismos sociais podem ser atenuados ou invertidos no curto período de duração de uma intervenção experimental que modifique as relações entre o(a)s representantes dos grupos de sexo.

As perspectivas teóricas que fomos introduzindo ao longo deste capítulo têm significados políticos e sociais dos quais é necessário ter consciência. Defender que o sexo determina o género implica que a mudança social nas relações de género pode ser impossível, não desejável porque não natural. Defender que o género é, também, socialmente construído, implica considerar como inevitáveis as mudanças nas relações de género no contexto de mudança de condições económicas, culturais, sociais ou históricas.

Convém ter presente que cada sociedade deve ser suficientemente conservadora e flexível para acomodar mudanças que venham a ocorrer. Numa sociedade é, habitualmente, na sequência de acontecimentos sociais e políticos, que tornam os esquemas sociais menos funcionais e difíceis de manter, que se verificam desafios revolucionários às ideologias e regras vigentes. Estes desafios só serão bem sucedidos na medida em que tragam mudanças nos sistemas de valores e nas práticas consonantes com a realidade. Esforços para ir além do que a maioria das pessoas é capaz de acomodar ou aceitar têm elevada probabilidade de falhar. A um nível individual, se a maioria dos homens e das mulheres quiser mudar, a história diz-nos que as instituições, eventualmente, corresponderão a essa vontade.

Podemos aprender a apreciar as diferenças e a valorizar o carácter único dos indivíduos, sem negar o facto de que homens e mulheres são diferentes e semelhantes de muitas formas, incluindo aspectos da natureza, da cultura e da sua interacção. Não sabemos o que se passará no futuro com as novas gerações de rapazes e de raparigas nascidas em sociedades mais livres e permissivas, onde lentamente a 'igualdade real' se vai aproximado da 'igualdade' legal, para as quais parece não haver espaços nem caminhos vedados.

Como refere Matláry (1999/2002) "*os homens e as mulheres são diferentes, fundamentalmente e por natureza, e no entanto iguais como pessoas na sua dignidade e nos direitos individuais*"(p.32). Quando mencionamos igualdade, não nos referimos à ideia de abolir as diferenças entre homem e mulher que impulsionou os movimentos feministas dos anos 70, traduzidos frequentemente na procura de imitação do homem – não havia campo ou domínio masculino que não pudesse em princípio ser conquistado pela mulher. O principal problema residiu, em nosso entender, na falta de uma visão antropológica baseada no reconhecimento das diferenças entre os sexos. Referimo-nos, antes, à igualdade no respeito pelas diferenças reconhecidas e valorizadas entre homem e mulher – diferenças que não sejam motivo para a dominação de um sobre o outro mas,

antes, base de uma relação consciente e recíproca. Trata-se de uma missão comum, não unilateral, e partilhada entre mulher e homem, integrando as mutações que se têm verificado e redescobrindo novas formas de viver e de se desenvolver em conjunto, na certeza de que a vida não é uma luta mas a busca da felicidade.

A revisão de estudos que efectuámos tornou evidente o facto de muitos dos conteúdos (psicológicos e sociais) que definiam a diferença entre o 'ser homem' e 'ser mulher' já não se verificarem. Outros planos de diferença irão revelar-se, certamente, dando conteúdo a uma diferença constitutiva que existe entre homem e mulher mas que é difícil de objectivar. Referimo-nos ao significado do 'feminino' e do 'masculino' que se vai revelando e que vamos aprendendo através da experiência, designadamente da conjugalidade, como analisaremos no capítulo seguinte.

Capítulo III – O Feminino e o Masculino na Conjugalidade

"Quand le mâle et la femelle s'unissent, quand l'ovule et le sperme se rencontrent, il y a conception. Quelque chose naît. Quand le masculin et le féminin oeuvrent ensemble en parfaite harmonie, quelque chose naît également. Si se qui naît est, par exemple, un mouvement dans une danse, un poème ou une perception de l'univers, l'instant de cette naissance est mystérieux» (Richard Moss, 1998, p. 73).

1. Introdução

Uma questão central no casamento diz respeito ao modo como é interpretado e vivido o significado de *masculinidade* e de *feminilidade*. Com efeito, tal como vivemos num mundo de género, também vivemos num mundo de relações que assumem diversas formas. Desde o momento do nosso nascimento, género e relações são factores constantes nas nossas vidas (Winstead, Derlega, & Rose, 1997).

Ser mulher ou homem cria as nossas experiências de relação, quer através da forma como estimula outros a comportarem-se relativamente a nós, quer como influencia o nosso próprio comportamento relativamente a outros. Ou seja, a conexão entre o individual e a relação é, também, circular. Este processo tem, na base, as expectativas de género, ou seja, o facto de, apesar das grandes mudanças verificadas, continuarmos a esperar certas características de personalidade e de comportamento e certos papéis mais frequentemente associados a um género do que a outro (Eagly, 1995), conforme já analisámos em capítulos anteriores. O desvio destas expectativas de género gera conflito e desconforto. A pressão para se conformar com expectativas de género rígidas resulta na formação de duas culturas que, por vezes, estão em conflito. Daí que diversos autores observem que as relações heterossexuais, designadamente, os casamentos, parecem formados por duas pessoas que vêm de diferentes mundos, cada um trazendo expectativas e características comportamentais muito diferentes para a relação, o que torna difícil, por vezes, alcançar a intimidade emocional que provém da auto-revelação e da compreensão mútuas (Philpot *et al.*, 1997).

Historicamente, sabemos que, aos homens, tem sido conferido maior estatuto e poder socio-político e, às mulheres, maior competência nas questões relacionais. O estereótipo sustenta que os homens teriam dificuldade em formar relações íntimas, ao contrário das mulheres que seriam peritas na intimidade; os homens teriam, sobretudo,

camaradas ou companheiros[1] e, as mulheres, teriam amigos com quem partilham sentimentos íntimos e emoções. Agora, precisamente, como homens e mulheres diferem nas suas relações pessoais, permanece quase um mistério. Cancian (1987) é uma das autoras que considera que a definição corrente de amor, incluindo amizade, tem sido feita em termos femininos, uma vez que o amor significa partilha emocional e auto-revelação, e não tanto partilha de actividades ou fornecimento de ajuda. Daí que as mulheres sejam consideradas como mais capazes de estabelecer relações de intimidade, como 'peritas em relações', por comparação com os homens. A análise, que a autora faz das histórias das relações de amor, leva-a a concluir que os papéis que homens e mulheres desempenham encorajam a independência e o auto-desenvolvimento para os homens e a emoção e a intimidade para as mulheres.

São diversos os autores que concluem, após revisões das investigações sobre o tema, que as semelhanças entre homens e mulheres são maiores que as diferenças entre eles, pelo que conhecer o sexo da pessoa não permite prever com eficácia como a pessoa se comportará em diversas situações (Aries, 1998, Canary & Emmers-Sommer, 1997). Por exemplo, Fitzpatrick (1988) mostrou que as diferenças de género parecem mais marcadas nos casais 'tradicionais' do que nos 'independentes', o que indica que a compreensão do casamento emerge das famílias de origem e dos contactos sociais, sob a forma de *'esquemas'*.

As pessoas desenvolvem o seu género nas diversas actividades uns com os outros. Especialmente em relações próximas como as conjugais, onde as expectativas normativas dão lugar a expectativas relacionais que são implicitamente ou explicitamente combinadas entre os cônjuges, estes criam o género (Canary & Emmers-Sommer, 1997). Muito provavelmente, homens e mulheres partilham áreas com fronteiras permeáveis e que são co-criadas, através da comunicação. É o caso de áreas de comportamento emocional como intimidade e controlo/poder, ou de áreas como a divisão do trabalho doméstico ou relação trabalho/família. Género é um constructo relacional que, no caso da conjugalidade, marido e mulher desenvolvem através da interacção um com o outro. Daí que, apesar dos estereótipos fornecerem informação sobre a natureza e função das categorias sociais, não consideremos que constituam um

[1] Os homens teriam dificuldade em formar amizades, não só devido à competição que frequentemente existe entre eles como, também, devido à homofobia, ou seja, o receio de que a proximidade com outro homem possa ser interpretada como de índole sexual em vez de como amizade. Já os constrangimentos no comportamento das mulheres não são fortes, sendo que o seu estilo de intimidade emocional com outras mulheres não tem tanta conotação homossexual.

forte preditor da interacção em relações próximas como as conjugais (Canary & Emmers-Sommer, 1997).

Neste capítulo, propomo-nos abordar o género na conjugalidade considerando, em primeiro lugar, variáveis de índole mais estrutural – os papéis de género – e, em segundo lugar, variáveis de índole mais processual – os processos cognitivos, afectivos e comportamentais.

2. Família e Trabalho – Para uma Redefinição dos Papéis de Género

"Pela primeira vez na história, os sexos têm a oportunidade de redefinir o amor, de criar não um movimento de mulheres a culpar os homens, ou um movimento de homens a culpar as mulheres, mas um movimento de mudança de género" (W. Farrell, *Women can't hear what men don't say*, 1999, p. 322)

Em tempos, homens e mulheres sabiam o que esperar um do outro: os homens iam trabalhar e as mulheres ficavam em casa a cuidar da família. A revolução do género dos últimos 40 anos abalou estes pressupostos. Apesar destas mudanças terem trazido muitos benefícios para ambos, também deixaram muitos homens e mulheres incompreendidos e insatisfeitos nas relações de casal.

É um facto que os nomes nos definem, tornam públicas as nossas relações, comunicam quem é, e quem não é, parte da nossa família e, frequentemente, marcam-nos como quem somos enquanto homem e mulher. Dentro da família, os nomes carregam significado, não só sobre quem somos na relação com outros mas, também, sobre os papéis que desempenhamos – marido, mulher, mãe, pai, filha, filho – e estes nomes, frequentemente, influenciam o comportamento e as crenças sobre o que é apropriado para cada membro da família. Os papéis dentro da família estão profundamente carregados com significado sobre género. Para Eagly (1987), os papéis de género são originados na divisão do trabalho dentro da família e da sociedade. O papel comunal (tipicamente feminino) deriva das actividades e relações em casa, enquanto que o papel agêntico (tipicamente masculino) deriva de actividades e de relações na comunidade mais lata fora de casa. Os papéis sociais funcionam como prescrições sobre como nos devemos comportar e sentir sobre nós próprios.

As crenças sobre os papéis dentro da família, a estrutura da família e a organização da vida familiar atravessam a nossa cultura e modelam muitos debates

públicos e políticos. Examinando a relação complexa entre género e família, é possível ganhar uma nova perspectiva sobre o significado de conjugalidade e sobre os debates relativos à natureza e funções da família (Coltrane, 1998 a).

Em primeiro lugar temos que considerar o significado de família (Levin & Trost, 1992; Settles, 1987). A família natural funda-se sobre a união heterossexual do homem e da mulher, que é conhecida em todas as culturas e religiões e da qual podem ou não nascer os filhos. E "*o facto das crianças virem ao mundo em resultado desta união é um facto natural, um dado adquirido. Não há, portanto, nenhuma dúvida de que a família natural é uma instituição prévia e alheia à política*" (Matláry, 1999/2002, p.64). Mas uma visão complementar a esta perspectiva evolutiva considera a família como um conjunto socialmente construído de relações que varia ao longo das culturas e de papéis individuais que mudam de significado ao longo do ciclo de vida. Há uma grande diversidade, ao longo da história e das culturas, no que se refere à formação e manutenção das famílias. As formas familiares desenvolvem as relações de parentesco de várias formas que nem sempre são baseadas no grau de relação biológica. O casamento varia desde ser esperado durar uma vida, ser monogâmico para um ou todos os parceiros, e se ocorre num contexto patriarcal ou matriarcal. A definição de paternidade e maternidade pode variar de cultura em cultura, em termos de responsabilidades e obrigações para com crianças biológicas ou não.

A família, ao oferecer uma interdependência económica, ao fornecer segurança, ao estabelecer intimidade e vinculação emocional, ao partilhar recursos e capacidades, serve muitas necessidades. A visão da família como instituição social, cultural e psicológica reflecte a relação entre género e família de uma forma diferente.

A evidência mostra que não só esta diversidade de formas familiares existe, como as variações que representam nos dizem algo importante sobre género. Para Coltrane (1998a), usar uma lente de género permite-nos ver mais claramente o que os membros da família fazem, o porquê de o fazerem e o impacto do género nas pessoas em diferentes tempos e espaços. Permite-nos, também, compreender algum do *stress* dos casais e famílias de hoje e antecipar como serão no futuro.

Apesar do termo casal e família, em psicologia da família, se poder referir a diferentes formas familiares, no presente trabalho, quando o designamos, referimo-nos a dois adultos de sexo diferente, envolvidos numa relação estável, com ou sem filhos (e.g. Gable, Belsky & Crnic, 1992).

Philpot e Howze (1994, *cit.in* Philpot *et.al.*, 1997) realizaram uma investigação com 30 homens e mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 46 anos, acerca das expectativas sobre o casamento. Por ordem de preferência, enquanto os homens indicaram - ter no cônjuge o melhor amigo, desejo de intimidade física e emocional, aceitação total, apoio e lealdade, segurança emocional para sempre – as mulheres referiram - profunda intimidade emocional, boa comunicação, igual partilha de problemas, parentalidade e trabalho doméstico, alguém com quem fazer coisas. De salientar que 'comunicação' e 'igual partilha de papéis', tais como parentalidade e trabalho doméstico, foram só mencionados pelas mulheres. Por outro lado, vários participantes masculinos (e nenhum feminino) declararam que o casamento seria uma responsabilidade financeira adicional que provocaria sacrifício e perda de "liberdade e divertimento". Homens e mulheres declararam, com igual frequência, que o receio de abandono ou o receio de ficarem presos numa relação má ou maçadora eram as suas expectativas mais ameaçadoras do casamento. Ambos receavam, também, uma mudança de personalidade após o casamento. Independentemente do conjunto de circunstâncias únicas que cada homem e cada mulher traz para o casamento, as suas experiências e expectativas são modeladas pela cultura mais lata em que estão inseridos[2].

Para Philpot e colaboradores (1997), quando maridos e mulheres conseguem manter um equilíbrio nos aspectos tradicionalmente masculinos e femininos das suas personalidades, compreendem que o que parece contraditório, não o é - "*não é uma preposição 'ou/ou' mas, antes uma situação 'ambas/e'*" (p.134) (e.g. um homem pode ser forte e independente mas gostar de ser acarinhado e uma mulher pode gostar de acarinhar, ser protegida e continuar independente).

As expectativas de género entram em choque por três ordens de razões (Philpot *et al.* 1997). Primeiro que tudo, porque a maioria dos homens e das mulheres não está consciente dos aspectos em que é diferente e semelhante e de como foi diferentemente socializada. Em segundo lugar, mulheres e homens não têm, muitas vezes, consciência do poder emocional das regras antigas e tabus relativamente a papéis e comportamentos de género, mesmo quando intelectualmente discordam delas. E, por definição, homens e mulheres não estão conscientes das dinâmicas subjacentes pelas quais passaram através da influência da família de origem (e.g. processos de projecção familiar, de transmissão

[2] Nesse sentido, aqueles autores destacam as seguintes expectativas: para as mulheres - amor romântico e homem como protector e sustento; para os homens - amor sexual e mulher carinhosa e dona de casa.

multigeracional). Em terceiro lugar, mesmo quando têm conhecimento do que querem da sua relação e do seu cônjuge, os casais muito raramente falam sobre esses assuntos (e.g. sexo, religião, dinheiro, família extensa, amigos, uso do tempo, lazer, manutenção da casa, trabalho e filhos) antes do casamento. Irrealísticamente, pensam que, desde que se amem um ao outro, encontrarão soluções para os problemas. Geralmente, este tipo de soluções resulta em um deles ceder para não haver lutas, o que acaba por conduzir a ressentimentos e a eventual corrosão dos sentimentos amorosos.

Os choques de género nos casamentos modernos não envolvem um sentido de traição, como aqueles em que um membro de um casamento tradicional decidia mudar as regras de atribuição de papéis. "*Os choques de género nos casamentos modernos são mais um processo de evolução na medida em que ambos, marido e mulher, estão a fazer um esforço para encontrar novas formas de se relacionar em resposta à revolução de género e não têm um mapa de estradas para o fazer*" (Philpot, 1997, p.150), podendo envolver-se em vários conflitos. O facto de um casal se manter unido contra um sistema que não apoia, habitualmente, a família relativamente aos interesses laborais, pode ajudar os cônjuges a não se culparem mutuamente quando os conflitos ocorrem.

2.1. Família e Trabalho

"I hope we shall see more and more women combining marriage and a carreer. Prejudice against this dual role is not confined to men. Far too often, I regret to say, it comes from our own sex...The idea that the family suffers is, I believe, quite mistaken. To carry on with a career stimulates the mind, provides a refreshing contact with the world outside – and so means that a wife can be a much better companion at home...I should like to see EVERY woman trying to overcome ignorance of day-to-day affairs, and EVERY woman taking an active part in local life. And, above all, I should like to see more and more women at Westminster, and in the highest places, too"

(Margaret Tatcher, Sunday Graphic, 1952)

Qualquer explicação de género e conjugalidade deve ter em linha de conta as muitas formas nas quais o trabalho profissional intersecta com a vida familiar. Decisões sobre projectos de vida, cuidado dos filhos, cuidados de saúde, trabalhos domésticos são todas influenciadas pelo trabalho de homens e mulheres e respectivos papéis familiares.

A expectativa de que o dever do homem é o de ser o sustento financeiro da família e, o da mulher, o de sustento emocional, faz parte de um ideal mais lato de esferas separadas – pública e privada - a que já fizemos referência no capítulo anterior, a

respeito dos papéis e estereótipos de género. Com efeito, uma das formas de distinção dos papéis de género é a sua esfera de influência ou áreas em que se é supostamente perito. Tradicionalmente, o papel de género masculino é desempenhado em público, principalmente em locais de trabalho, enquanto que o papel de género feminino é reservado para a vida privada da família.

Mudanças sócio-económicas relativamente recentes, no entanto, resultaram no facto da maioria das mulheres estar empregada fora de casa durante a maior parte da idade adulta. A novidade mais significativa está no facto de mulheres casadas e mães trabalharem fora de casa e a tempo inteiro. Muitas destas mulheres e mães trabalham por realização pessoal, motivação da carreira, para melhorar o nível de vida e, muitas, porque cada vez mais são necessários dois ordenados para sustentar uma família[3].

O ideal das esferas separadas de trabalho e família desenvolveu-se em resposta a circunstâncias históricas específicas (Bernard, 1983; Hood, 1986) e foi sempre "*mais importante como um símbolo cultural do que como um código actual de conduta*" (Coltrane, 1998a, p. 164)[4]. No entanto, forneceu um sistema de crenças e um conjunto de práticas rituais que não ajudam as mulheres no mercado de trabalho e que justificam que os homens realizem pouco trabalho de família. Com efeito, diversos estudos demonstram que a inserção das mulheres no mundo do trabalho não só, não está necessariamente associada à melhoria do seu estatuto, como também não corresponde necessariamente a mudanças nos papéis de género na família (Anselmi, 1998; Liñares, 1988; Poeschl & Serôdio, 1998; Steil, 1997). As condições económicas e sociais que inicialmente promoveram o ideal das esferas separadas efectivamente mudaram, mas as nossas ideias sobre a natural predisposição dos homens e das mulheres mudam mais lentamente (Zuo, 1997). Constatamos, assim, que as mudanças sócio-estruturais mais salientes nem sempre são seguidas de mudanças ao nível dos processos psicológicos relativos ao género. Estas circunstâncias causam dificuldades porque "*os ideais antigos de género tendem a governar os sentimentos e pensamentos das pessoas, mas as novas realidades sociais e económicas tendem a governar as acções das pessoas. Isso faz com*

[3] Portugal é o único país da OCDE em que a percentagem de mães a trabalhar a tempo inteiro (92%) é superior à das mulheres sem filhos, especialmente aquelas que detém baixa qualificação (*Employment Outlook* 2002, OCDE).

[4] Como refere a prémio Nobel da literatura de 1928 – Sigrid Undset – em *Postskrift* "*Desde sempre, as mulheres foram capazes de desempenhar as tarefas dos homens, mesmo a de dar uso às armas (...). Ao longo da história, milhares de mulheres geriram explorações agrícolas e propriedades, por morte ou incapacidade dos maridos*".

que este tempo seja bastante excitante de viver, mas também significa que muitas famílias e indivíduos estão a ter um tempo difícil a adaptar-se" (Coltrane, 1998a, p.67).

Apesar das mulheres estarem empregadas fora de casa, o trabalho dos homens ainda tem precedência na maior parte das decisões familiares. Os trabalhos dos maridos são, geralmente, melhor pagos e têm um estatuto mais elevado do que os trabalhos das mulheres e, consequentemente, as escolhas sobre onde viver e como organizar o trabalho doméstico são feitas em função do trabalho dos maridos. Para além disso, as pressões da socialização encorajam os casais a colocar um valor diferencial nas responsabilidades familiares e de trabalho para homens e para mulheres (Anselmi, 1998; Coltrane, 1998a; Liñares, 1988; Zuo, 1997).

Dion e Dion (1993) caracterizaram a nossa cultura como individualista[5] ao dar ênfase à independência e realização pessoais. Uma consequência desta orientação é que as expectativas de intimidade no casamento podem entrar em conflito com uma visão psicológica de si como autónoma e uma ênfase cultural na realização e sucesso económicos. Isto pode traduzir-se em insatisfação por causa da relação não corresponder às necessidades de intimidade de um ou de ambos os cônjuges.

Sobrecarga e conflito de papéis

"*Amamentar o nosso filho enquanto se 'usa a cabeça' é uma coisa inteiramente natural e muito prática*"

(Matláry, *Para um novo feminismo*, 1999/2002, p.104)

As pessoas não desempenham os papéis isoladamente mas em constelações, havendo tanto a hipótese de ocorrer tensão na junção dos papéis como no seio de cada papel (Aneshensel & Pearlin, 1987). As tarefas de um papel podem tornar-se excessivamente exigentes somente quando associadas às tarefas inerentes aos outros papéis. Por outro lado, a participação em certos papéis pode atenuar o efeito de *stress* noutros papéis. Trabalho gratificante e bem pago aumenta o bem-estar tanto dos homens

[5] Individualismo e colectivismo são constructos importantes para compreender o desenvolvimento de relações próximas, designadamente no que se refere às noções de amor e de intimidade:
– o amor romântico tem mais probabilidade de ser considerado uma base importante para o casamento em sociedades em que o individualismo, contrastado com o colectivismo, é um valor cultural dominante;
– a intimidade psicológica numa relação conjugal é mais importante para a satisfação conjugal e bem-estar pessoal para os adultos em sociedades individualistas do que para os das sociedades colectivas;
- apesar do individualismo encorajar a valorização do amor romântico como base para o casamento, certos aspectos (ou tipos de) de individualismo ao nível psicológico tornam o desenvolvimento da intimidade problemática. (Dion & Dion, 1998).

como das mulheres, a não ser quando se pensa que não se devia estar a trabalhar tanto (Aneshensel & Pearlin,, 1987; Baruch & Barnett, 1986; Thompson & Walker, 1989, Steil, 1997). Daí o facto de serem maiores as diferenças dos papéis sociais entre homens e mulheres quando se comparam casados com solteiros. Por causa da doutrina das esferas separadas, é mais fácil para os homens sentirem que, com o seu trabalho de sustento financeiro estão a corresponder aos compromissos familiares, do que para as mulheres que, entre outros aspectos, têm que provar que ter um trabalho fora de casa não faz delas más mães (Larson, Richards, & Perry–Jenkins, 1994). Daí que Pleck (1984, *cit.in* Coltrane, 1998a) conclua que as fronteiras entre os papéis laborais e os papéis familiares são permeáveis assimetricamente – enquanto os homens conseguem que os compromissos familiares não se intrometam no seu tempo de trabalho, sendo capazes de usar as exigências do trabalho para limitar o tempo do trabalho em casa, as mulheres têm muita dificuldade em que as duas esferas não interfiram uma na outra (Coltrane, 1998b). Quando os homens desempenham o trabalho de família rotineiro que as mulheres/mães tradicionalmente fazem, verifica-se que, não só ficam mais comprometidos com a família – não separando tanto as esferas -, como desenvolvem capacidades de cuidado e atenção que, supostamente, seriam pertença exclusiva das mulheres (Beitel & Parke, 1998; Deater-Deckard & Scarr, 1996).

A sobrecarga de papel é mais saliente para as mulheres que tentam combinar a carreira e a família. Estudos revelam que as mulheres que têm uma actividade profissional evidenciam uma auto-estima mais elevada e ficam menos deprimidas do que as donas de casa mas, comparadas com os seus maridos, estão mais exaustas (Philpott, Brooks, Lusterman, & Nutt, 1997). Estes mesmos autores também consideram que, nelas, o conflito de papéis é mais intenso na medida em que "*o ambiente de trabalho exige uma supressão da emoção, um olhar crítico face aos erros, uma estratégia de resolução de problemas focada nas soluções, uma atitude competitiva, uma auto-promoção agressiva. Por sua vez, a atmosfera da vida familiar requer um ouvir atento e apoiante, o uso do elogio, a expressão da emoção, comunicação aberta e cooperação*" (p.75). Com efeito, as atitudes e competências exigidas no local de trabalho são, frequentemente, diametralmente opostos às que são exigidas como mulher e mãe. Paralelamente, como refere Philpot (1990), as atitudes e competências de que os homens necessitam para ser bem sucedidos no trabalho estão em oposição directa às que fazem deles "*bons amantes, pais e maridos*" (p.256).

Não deixa, no entanto, de ser curioso, como observam Winstead, Derlega e Rose (1997), que para os homens, estes três papéis (marido, pai e profissional) correspondam à imagem de uma pessoa madura e bem sucedida; e, para as mulheres, a acumulação dos mesmos três papéis suscite a questão do conflito de papel.

Wade e Travis (1998) defendem que as mudanças históricas na divisão do trabalho estão relacionadas com mudanças nos papéis de género. As mudanças sócio-culturais também exigem dos homens, novos comportamentos de papel, tanto no trabalho como na família. A própria natureza do trabalho também mudou, dado que a economia mudou de industrial para baseada em serviços, o que exige aos homens o desenvolvimento de capacidades de comunicação interpessoal necessárias no mercado de trabalho. Em termos de família, as mudanças também têm sido muitas, alguns homens considerando-se pais 'a tempo inteiro' - pai que esteve presente no nascimento do(s) filho(s), está emocional e fisicamente envolvido com eles em todas as idades, participa activamente no trabalho do dia a dia de cuidado deles, brinca tanto com os filhos como com as filhas. Daí que algumas investigações (e.g. Barnett *et al.*, 1992; Blanchard-Fields *et al.*, 1997) evidenciem para os maridos/pais empregados, por comparação com as mulheres/mães empregadas, um maior conflito de papéis entre a vida profissional, pessoal e conjugal. Para além disso, as mulheres não experimentavam mais conflito de papéis envolvendo os papéis parentais do que os respectivos maridos, sendo que o pico de conflito entre os papéis profissional, conjugal e parental coincidia, para homens e mulheres, com as etapas do ciclo de vida em que a tarefa de educação dos filhos era mais saliente (Aneshensel & Pearlin, 1987; Blanchard-Fields *et al.*, 1997). A esta constatação não será alheio o facto de, em geral, a '*instrumentalidade*' (traço mais saliente nos homens) estar associada a maior conflito de papel, e a '*expressividade*' (traço mais saliente nas mulheres) estar associada a menor conflito de papel, conforme investigação empírica (e.g. Blanchard-Fields *et al.*, 1997; Sharpe *et al.*, 1995).

Esperaríamos que a dinâmica do poder no casamento se alterasse durante um tempo como este, de considerável mudança social, no qual os indivíduos expressam desejo por maior igualdade nas suas relações. Isto é apoiado por diversos investigadores ao constatarem que famílias em que os dois ganham estão não só a aumentar, mas a trabalhar para combinar com sucesso, emprego e família de uma forma menos tradicional e mais igualitária (Barnett & Rivers, 1996; Steil, 1997).

2.1.1. Maternidade e Paternidade

"Durante as quatro horas seguintes, cada um deles (filhos) contou-me quanto nós os dois tínhamos significado para eles durante o crescimento. Um por um, contaram histórias acerca das coisas que há muito tinha esquecido. E para o fim estava eu a chorar porque me apercebi de como nos tínhamos saído bem ao criá-los. Estava tão orgulhoso deles e de ti, e feliz quanto à vida que tínhamos vivido"

(N.Sparks, '*The Note-Book*', 1996)

Quando uma mulher e um homem se amam – quando se ama com o corpo e com a alma – desejar um(a) filho(a) é o que há de mais natural. 'Ser mãe' e 'ser pai' é, para muitos, a experiência existencial mais profunda da sua vida.

Como afirma Matláry (1999/2002) "*Ser mãe é muito mais do que a marcante experiência física de dar à luz e amamentar uma criança – é a chave da tomada de consciência existencial daquilo que somos. Da mesma forma, a paternidade sintetiza o masculino, e existe realmente uma complementaridade dos sexos, sem que com isto pretenda afirmar que os papéis de cada um dos sexos são rigidamente definidos pela natureza*" (p. 21).

Cuidar dos outros significa ser sensível aos desejos, necessidades e sofrimento dos outros e, na medida do possível, corresponder-lhes. Qualquer pessoa, e sobretudo no início e fim da sua vida, necessita de ser cuidado em formas de tal modo essenciais que definam a sua qualidade de vida. Apesar do amor ser mais do que 'prestar cuidados', este é um dos seus componentes centrais do amor (Cancian, 1987; Thompson, 1993). Mesmo sendo as mães quem fornece a maior parte do cuidado e apoio aos membros da família, é um erro equacionar o cuidado familiar unicamente com o cuidado maternal, tal como é um erro assumir que cuidar é só trabalho de mulheres pelo facto de, efectivamente, serem estas quem presta mais cuidados e apoio a amigos e família alargada (Coltrane, 1998a).

O conceito de instinto maternal pressupõe que os comportamentos de "*nurturing*" e "*caregiving*" das mães relativamente aos filhos são determinados por factores biológicos e muito pouco sensíveis aos efeitos da experiência e do ambiente. As óbvias diferenças biológicas entre homens e mulheres – tais como a capacidade de trazer o filho no seu seio durante cerca de nove meses, dar à luz e de o amamentar – têm um forte impacto nos papéis de género, mas de uma forma não tão decisiva como se pensa. Como é sugerido por Howard e Hollander (1997) "*A penetrante crença cultural*

no significado da biologia pode ser tão importante como determinante do comportamento como a própria biologia" (p.156). Passada a idade da amamentação, os pais conseguem fazer quase tudo o que é necessário tão bem como as mães e amadurecem muito quando assumem responsabilidades práticas em relação às crianças (Matláry, 1999/2002). Apesar do declínio do instinto como explicação geral do comportamento, em parte na sequência do desenvolvimento do *behaviorismo*, aquele conceito não desapareceu das explicações psicológicas do comportamento parental[6]. Uma versão mais moderna do instinto maternal sustenta que as mulheres herdam uma predisposição biológica para serem mães e os homens não. O conceito de predisposição torna mais fácil ou provável que se possa aprender um comportamento ou um padrão de comportamentos, enquanto o instinto produz um comportamento ou um padrão de comportamentos sem aprendizagem. Silverstein (1993) investigou áreas tão diferentes como a biologia dos primatas e a política social para avaliar o impacto dos pressupostos relativos à maternidade e à paternidade, e concluiu que estudos mais recentes, e com outras espécies de primatas, evidenciam flexibilidade comportamental de prestação de cuidados em vez da invariabilidade biológica em função dos sexos dos progenitores. Mesmo as conhecidas investigações de Harry Harlow sobre os efeitos da privação materna acabaram por demonstrar que experiências sociais específicas eram necessárias para o desenvolvimento adequado do comportamento maternal e social. Com efeito, os comportamentos inerentes à parentalidade desenvolvem-se, também, por ensaio e erro (Cowan & Cowan, 1992). Outra versão do instinto maternal reside no conceito de laço maternal (*maternal bonding*), a união emocional que se formaria entre as mães e os seus recém-nascidos nas primeiras horas depois do nascimento. Apesar de ser um conceito popular, a respectiva investigação de suporte não é consistente, sendo que a influência do conceito excede a sua credibilidade (Brannon, 1996).

Apesar de alguns pais estarem envolvidos em todos os aspectos dos cuidados das crianças, o papel habitualmente aceite para os pais é o de ajuda, sendo o papel de principal prestador de cuidados atribuído às mães. Thompson e Walker (1989) descrevem assim os papéis de género na parentalidade "*as mães fornecem os 'cuidados*

[6] Os seres humanos não são programados para terem comportamentos fixos como os pássaros ou as abelhas. Com efeito, os traços biológicos ligados ao sexo nos seres humanos, como os cromossomas X ou Y, não determinam a amabilidade ou o apoio que as pessoas darão, assim como não determinam, como analisámos anteriormente no capítulo sobre género, como são os indivíduos masculinos e femininos. Apesar de não ser a norma, alguns homens são mais sensíveis e cuidadosos do que a maioria das mulheres e algumas mulheres mais independentes e assertivas do que a maioria dos homens (Coltrane, 1998; Howard & Hollander, 1997).

continuados' de que os bebés necessitam e os pais são os companheiros preferidos, envolvidos, excitantes, físicos e imprevisíveis para as crianças" (p.861). Estes autores concluem, também, que o tempo e esforço dispendido pelas mães no cuidado dos filhos conduzia a sentimentos tanto de satisfação (pela experiência de envolvimento e sentimentos do valor social de cuidar de crianças), como de insatisfação (pela perda de liberdade e pelo cansaço). As mães tendem a encontrar mais prazer no cuidado das crianças do que os pais, a não ser que estes estejam tão envolvidos nisso como elas. Ou seja, os homens que cuidam das crianças são tão carinhosos e responsivos como as mulheres que desempenham essas tarefas. No mesmo sentido, vai o estudo de Risman (1986) com 141 pais singulares, os quais estavam muito satisfeitos com as suas vidas e profundamente comprometidos nos seus papéis como pais. Isto contradiz a noção de que há papéis essenciais para homens e mulheres dentro da família. Comparados estes pais com os de famílias tradicionais e de 'dupla-carreira', verificou-se que tinham resultados mais elevados no que se referia à intimidade que estabeleciam com os filhos, muito próximos dos resultados obtidos pelas mães de 'dupla-carreira' (Risman, 1987). Se o comportamento potencial de homens e mulheres dentro da família é inerentemente flexível, poderíamos perguntar que forças mantêm a distinção dos papéis de homens e mulheres dentro da família.

Durante muito tempo, a visão da paternidade baseada sobretudo no papel de sustento económico conduziu à negligência do significado emocional do papel de pai e, de acordo com Cohen (1998), às percepções de que a parentalidade era fornecida largamente pelas mães e que, pais a tempo inteiro, eram desviantes. Esta imagem de pai surgia mais dos pressupostos gerais sobre homens e das ideologias dominantes de género do que de evidência empírica. Assumia-se que os homens se identificavam e desenvolviam a sua auto-estima, sobretudo, do desempenho no trabalho, como se a actividade masculina mais significativa ocorresse fora da família (Bernard, 1983). Na mesma linha, os estudos realizados sobre famílias (e.g. casamento e parentalidade) prestavam pouca atenção aos pais e maridos e baseavam-se, quase exclusivamente, em dados provenientes de mulheres e mães. Questões respeitantes à natureza e profundidade da relação pai-filho(s) não eram simplesmente colocadas. Um corolário deste ponto de vista consistia em considerar a vida das mulheres centrada principalmente nas responsabilidades maternais e familiares. Daí que Cohen afirme (1998, p.569) "*Paternidade era percebida culturalmente como maternidade, uma vez que implicava cuidar (nurturance), uma actividade considerada como natural para as*

mulheres, mas estrangeira para os homens". Isto tinha várias implicações como, por exemplo, considerar o emprego materno como um problema social potencialmente sério, na medida em que implicava a ausência das mães e a falta de apoio e carinho aos filhos. O modelo do pai como o "ganha-pão" de casa, também lhe conferia a área da moralidade e da disciplina, mas afastado da família do ponto de vista físico, social e emocional, pela sua concentração no trabalho.

Há, também, outras consequências sociais desta visão de pai e mãe. Na maioria dos casos de divórcio, a custódia é dada às mães e os pais têm ordem do tribunal para dar apoio monetário. No entanto, muitos pais sozinhos conseguem desenvolver relações com os seus filhos que, pela primeira vez, não são mediadas pela mãe.

Nas últimas duas décadas, tem surgido muita investigação sobre parentalidade, havendo indicadores fortes de um grande investimento e envolvimento dos pais na relação com os filhos que ultrapassava largamente o papel económico de sustento (e.g. Beitel & Parke, 1998; Bonney *et al.*, 1999; Cohen, 1998; Cowan & Cowan, 1992; LaRossa, 1988). Com efeito, a consciência da necessidade de participarem na educação dos filhos bem como a percepção de que a paternidade responsável fazia dos homens seres mais completos, constituiu, também uma autêntica revolução nas atitudes masculinas (Firestone & Catlett, 2000). É ilustrativo o estudo de Cohen (1998) com 30 homens sobre a transição do casamento e da parentalidade, por meio de entrevista semi-estruturada. Relativamente à saliência dos papéis, quando lhes foi perguntado qual o mais importante, os pais identificaram que ser pai e marido era mais importante do que o papel profissional. Quando se lhes perguntou o que os fazia sentir mais como pais, só um dos trinta pais se referiu às suas responsabilidades financeiras e trabalho. A maioria dos homens, contrariamente aos estereótipos culturais, mencionou as dimensões expressiva e de prestação de cuidados da paternidade como central para as suas experiências. Para além disso, agradava-lhes o facto das respectivas mulheres trabalharem fora de casa. Portanto, as definições tradicionais centradas no trabalho relativamente ao 'ser pai', eram inadequadas para caracterizar, quer as suas crenças sobre a parentalidade quer o seu comportamento como pais, dado o componente emocional da relação[7].

[7] Cohen (1998) sugere que estes resultados, os quais contradizem a visão tradicional dos pais, ocorrem como resultado do seu uso de métodos qualitativos, os quais permitem uma maior exploração do significado subjectivo do papel de parentalidade. Quando os investigadores limitam o seu estudo de pais a medidas tais como o tempo gasto com crianças ou tempo gasto em várias actividades relacionadas com crianças, não captam o significado emocional deste papel, para os homens.

Numa investigação longitudinal com 66 casais que esperavam o seu primeiro filho, Deutsch, Lussier e Servis (1993) testaram os quatro modelos de envolvimento paternal considerados até ao momento: recurso económico relativo; estrutural; sistemas familiares; atitudes de papéis sexuais[8]. A conclusão mais importante deste estudo resume-se ao facto de reduzidas atitudes sexuais tradicionais dos maridos/pais (implicando que estes consideravam que nem o cuidado dos filhos nem o trabalho doméstico eram 'trabalho de mulheres') se traduzir unicamente em aumento do seu cuidado dos filhos mas não do trabalho doméstico –o que permite levantar a hipótese do critério residir no facto da primeira tarefa ser agradável e recompensadora, ao contrário da segunda. O contributo dos maridos/pais no trabalho doméstico, por seu lado, parecia ser mais função do modelo de recurso económico relativo e do modelo dos sistemas familiares.

É possível, pois, concluir que, se se derem os mesmos tipos de recursos, pressões, exigências e preocupações – circunstância que é rara –, homens/pais e mulheres/mães procedem de forma muito semelhante (Aneshensel & Pearlin, 1987; Beitel & Parke, 1998; Coltrane,1998a; Deater-Deckard & Scarr, 1996; Lorber, 1994). À medida que se vão envolvendo no cuidado dos filhos e nos trabalhos domésticos, os homens vão sentindo a dupla pressão da vida profissional e familiar e dando-se conta que 'ser pai' exige tempo e maturidade e de como este trabalho é importante para os filhos e para a sociedade. Em geral, as mulheres têm tido mais probabilidade de aprender como cuidar de crianças e outros membros da família, por causa das muitas circunstâncias pessoais, culturais e económicas que modelam as suas vidas.

É frequentemente assumido que o papel central da mulher na família é como esposa e mãe e que as raparigas são socializadas para incorporar estes papéis na sua identidade de papel de género feminino. Apesar de sabermos que nem todas as mulheres aspiram a esses papéis, permanece verdade que as mulheres são frequentemente julgadas no grau em que são bem sucedidas como mulheres e mães (Anselmi, 1998). Evidentemente que, quando as mulheres podem ser mães em circunstâncias de mais

[8] O modelo de recurso económico relativo (e.g. Coverman & Sheley, 1986) defende que quanto maior a discrepância nos recursos económicos (ordenado e estatuto) favorecendo o marido relativamente à mulher, menor será o seu trabalho doméstico, incluindo o cuidado dos filhos. Segundo o modelo estrutural (ou modelo de pedido-resposta), os pais colaboram mais quando há mais necessidade em função de – maior número de horas de emprego das mães, número e idade dos filhos (Barnett & Baruch, 1987; Cowan & Cowan, 1992). O modelo dos sistemas familiares elege como mediadores principais do envolvimento paternal a qualidade e dinâmica do casamento (e.g. Belsky, 1990; Cowan & Cowan, 1992). Por último, o modelo de atitudes de papéis sexuais defende que as crenças de homens e mulheres sobre género conduzem à divisão da responsabilidade pelo cuidado dos filhos e pelas tarefas domésticas.

apoio, designadamente com ajuda nas rotinas monótonas do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos, o amor e o carinho que dedicam aos membros da família podem ser intensamente realizadores (Kerig, Cowan, & Cowan, 1993; Thompson, 1993).

Claramente, os pais podiam partilhar com as mães o cuidado dos filhos, tornando-se óbvio que necessitariam dos habituais apoios família-trabalho (e.g. tempo flexível, licenças de assistência à família) geralmente identificados como 'assuntos de mulheres'. Cohen (1998) sugere, então, que estes apoios familiares, aliados a um reforço cultural continuado e alargado do valor do envolvimento dos pais, constituirão o melhor meio para dinamizar estilos de parentalidade mais completos.

A transição para a parentalidade é, simultaneamente, uma fonte de alegria e uma fonte de *stress* dado o impacto que tem nos níveis individual e conjugal (Cowan & Cowan, 1992). Com frequência, alguma distribuição equitativa das tarefas entre marido e mulher que tenha sido alcançada, com o nascimento dos filhos, retorna a padrões mais tradicionais de divisão de papéis de género (Baruch & Barnett, 1986; Hock, Schirtzinger, Lutz, & Widaman, 1995; Ruble *et al.*, 1988), apesar da maioria dos pais participar mais, à medida que os filhos vão crescendo (LaRossa, 1988).

Ser pais também consiste em atender às necessidades emocionais dos filhos, antecipar problemas de comunicação e de auto-estima, estabelecer limites e facultar-lhes um bom ambiente de aprendizagem. Alguns estudos mostram que, actualmente, ainda são as mães quem mais se responsabiliza por estes apoios psicológicos bem como pela vida social deles (Hochschild, 1989 *cit.in* Coltrane, 1998a). O trabalho de educação dos filhos não pode ser relegado para último plano, depois de tudo o resto ter sido feito.

Diversos estudos sobre os efeitos do trabalho das mulheres no desenvolvimento dos filhos têm sido realizados. Os estudos concluíram que o desempenho de filhos de mães empregadas não era diferente dos filhos de mães não empregadas em medidas de realização escolar, QI ou de desenvolvimento emocional e social (Hoffman, 1989; Scarr *et al.*, 1989). Verificavam-se, no entanto, diferenças relativamente às filhas, sendo que as de mães empregadas evidenciavam mais independência, auto-confiança no planeamento da sua carreira e estereótipos de género menos rígidos (Helms-Erikson *et al.*, 2000; Hoffman, 1989; Spitze, 1988). Para além disso, os filhos e filhas de mães empregadas revelavam atitudes de papel sexual mais igualitárias (Spitze, 1988).

No que se refere aos estilos de parentalidade, alguns estudos revelam que há mais probabilidade de observar os pais, em vez das mães, envolvidos em brincadeiras barulhentas, a tratar rapazes e raparigas diferentemente e a ser mais directivos nas suas

interacções (Beitel & Parke, 1998). Uma outra diferença entre pais e mães é que estas, geralmente, estavam com os filhos em casa e, em simultâneo, a realizar múltiplas tarefas domésticas, enquanto os pais saíam mais com os filhos e cuidavam deles como actividade isolada (Thompson & Walker, 1989).

2.1.2. Trabalho Doméstico

"Os homens devem ser bem sucedidos, trabalhar bastante, ser ricos, ter poder mas ser sensíveis, emocionalmente expressivos, cooperantes na manutenção da casa, capazes de cozinhar, cuidar da própria roupa e tomar conta dos filhos. Estamos a pedir-lhes para fazerem e terem tudo – não mais do que era esperado da super-mulher ..." (Philpot, 1990)

Muito pragmaticamente, dois empregos fora de casa mais um doméstico somam três empregos. A divisão do terceiro - o trabalho dentro da família - é uma área contenciosa, relacionada com a mudança de valores familiares e com a igualdade dentro das relações. As mudanças no trabalho remunerado para as mulheres deveriam ter trazido uma mudança concomitante na divisão do trabalho doméstico mas, em vez disso, poucas mudanças ocorreram. As mulheres não só trabalham fora de casa como são responsáveis pela maioria das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos o que, frequentemente, resulta numa situação em que muitas mulheres trabalham um número de horas muito superior ao dos homens (Burr, 1998; Ferree, 1991; Hochschild,[9] 1989 *cit.in* Brannon, 1996; Poeschl e Silva, 2001; Stohs, 1995; Thompson & Walker, 1989; Vicente, 1998, Wille, 1995) – ou a ter que desempenhar 'o primeiro e o segundo turnos' (Matláry, 1999/2002).

O tipo de tarefas domésticas que homens e mulheres desempenham também segue, habitualmente as linhas estereotipadas de género: as mulheres limpam, planeiam e preparam refeições, fazem as compras, cuidam dos filhos, tratam da roupa; os homens fazem algumas compras, fazem as reparações em casa, deitam fora o lixo. Thompson e Walker (1989) observam que esta divisão, para além de estereotipada, atribui às mulheres tarefas que são repetitivas, rotineiras, com horas determinadas e nunca dadas por finalizadas e, aos homens, tarefas que são mais irregulares, que podem realizar de acordo com a sua conveniência e recorrendo a ajuda de outros. Daí que não se encontre

[9] Hochschild, A. (1989). *The second shift: Working parents and the revolution at home.* New York: Viking.

relação entre a quantidade de trabalho familiar que os homens realizam e os seus níveis de depressão (idem).

As mulheres que decidem ser donas de casa a tempo inteiro revelam em diversos estudos (Steil, 1997) que dois grandes atractivos desta opção – o cuidado próximo dos filhos e a autonomia, ou seja, a liberdade para organizar o dia – minimizam os aspectos mais negativos deste trabalho já anteriormente referidos.

De acordo com Barnett e Rivers (1996), a relação entre *stress* e trabalhos repetitivos é neutra em termos de género e não é mitigada pela qualidade do casamento, estatuto parental, duração do casamento ou ideologia do papel de género (e.g. se os participantes acreditam que os trabalhos deveriam ser divididos por linhas de género). Um elemento importante que reduz o *stress* e apoia a felicidade conjugal é o controlo percebido e a flexibilidade nas actividades do dia-a-dia, os quais, provavelmente, resultam de relações que são mais igualitárias e menos dependentes de estereótipos culturais. Mas na maioria das famílias, os maridos notam menos o que é necessário fazer, esperam um pedido para desempenharem várias tarefas e, frequentemente, necessitam de uma orientação para que a realização das tarefas seja bem sucedida. Para além de que o seu trabalho em casa, mais do que dever, é uma ajuda que prestam (Coltrane, 1998a; Thompson & Walker, 1989) e, ajudar, é bastante diferente de partilhar igualmente a responsabilidade.

Diversos autores (Burr, 1998; Felmlee, 1994) explicam as desigualdades na divisão de trabalho doméstico relativamente ao género, em termos de desigualdades de poder na família. Aos homens é permitido escolher fazer ou não as tarefas e, quando escolhem, optam pelas menos exigentes e menos desagradáveis. A responsabilidade por estas tarefas é das mulheres e a contribuição dos homens é construída como ajuda e, portanto, opcional.

Curiosamente, no entanto, diversos estudos revelam que o desequilíbrio entre maridos e mulheres geralmente não é articulado por ambos como tal, nem é necessariamente representado como problemático. Tanto uns como outros não só referem igualdade na tomada de decisões como consideram a organização adoptada como justa e equitativa (Baxter & Western, 1998).

Backett (1987) refere que as vinculações emocionais entre maridos e mulheres conduzem a que invistam psicologicamente em aspectos da desigualdade que não ameaçam a relação. Na sua investigação, a autora descobriu que, quando os casais tomavam consciência de que havia uma discrepância entre as suas crenças de que

tinham uma divisão justa do trabalho e os seus efectivos contributos para o cuidado dos filhos, adoptavam vários mecanismos de ajustamento. Nas entrevistas conjuntas, por exemplo, os cônjuges, frequentemente, reasseguravam-se um ao outro de que estavam a adoptar a solução mais justa, nas circunstâncias que estavam a viver. Estas crenças eram, depois, apoiadas, enfatizando que o pai a) desejava fazer coisas para as crianças, quando necessário, b) era capaz de as fazer para elas, se necessário e c) já tinha demonstrado esse voluntarismo e capacidade em ocasiões anteriores. Este ponto final era de crucial importância, uma vez que "uma prova prática" dessas não necessita de ser demonstrada regularmente, ou alcançar os mesmos padrões que os da mãe, para ser julgado adequado pelo casal (Backett, 1987; Hawkins *et al.*, 1998).

Croghan (1991) entrevistou mães sobre a pouca participação dos maridos no cuidado dos filhos. As mulheres sentiam que era responsabilidade primeira delas, podendo os maridos optar. Justificavam os maridos por causa dos compromissos profissionais de tal modo exigentes que não seria justo pedir-lhes mais trabalho à noite. Também era explicado em termos de diferenças na personalidade e nas capacidades entre sexos. Há também que considerar o facto de que, para algumas mulheres, a única área onde têm poder e deferência, por parte dos membros da família, é a doméstica e, por isso, não é inteiramente do seu interesse que os maridos assumam essa responsabilidade (Larson *et al.*, 1994).

Mais do que o emprego, o poder económico das mulheres e/ou o número de horas de trabalho, são factores a considerar – quanto mais ganham (Blair & Lichter, 1991; Ferree, 1991) e/ou mais horas de trabalho têm (Almeida, Maggs, & Galambos, 1993; Bonney *et al.*, 1999) menos trabalho fazem em casa e mais os maridos colaboram nos trabalhos domésticos e no cuidado dos filhos. No entanto, esse aumento não era proporcional dado que algumas tarefas eram desempenhadas pelos filhos e outras não eram de todo feitas (idem). A classe social também é um factor relevante (e.g. os homens das classes trabalhadoras não têm atitudes mais igualitárias do que os outros homens, mas se as contribuições salariais das respectivas mulheres forem importantes para a subsistência familiar – facto que lhes confere, a elas, mais poder na relação conjugal –, isso poderá resultar numa maior partilha do trabalho doméstico).

Outro factor que muda, habitualmente, esta divisão do trabalho doméstico próximo dos moldes tradicionais, é o estatuto de carreiras das mulheres, ou seja, nas chamadas famílias de 'dupla-carreira', os maridos, em proporção, trabalham mais em casa e recorre-se mais a empregadas (Bernardo, Shehan, & Leslie, 1987). Mesmo assim,

num estudo com 139 casais em que a mulher era uma executiva de negócios ou professora universitária, Biernat e Wortman (1991) verificaram que, apesar da igualdade em termos de envolvimento na carreira, era pouco equitativa a distribuição de tarefas relativas ao cuidado dos filhos e à responsabilidade geral pelo planeamento e realização das tarefas.

Apesar da divisão do trabalho doméstico não ser equitativa e, as mulheres a acharem injusta, muitas não se queixam e aceitam. Para alguns autores, a explicação reside no facto de homens e mulheres poderem ter noções diferentes de justiça (Gilligan, 1982/1997) ou no facto de desigualdade não significar necessariamente injustiça, aproximando-se da noção de mutualidade (Steil, 1997) que abordaremos no final deste capítulo. Thompson e Walker (1989) verificaram que, se as mulheres realizavam, de facto, mais trabalho em casa, os maridos tendiam a ser mais felizes no casamento e colocam a hipótese de as mulheres acharem que o trabalho doméstico extra pode ser um 'preço aceitável a pagar' para ter um marido mais feliz. Thompson (1991)[10] sugere que as mulheres fazem comparações entre a sua situação e a de outros e se, por exemplo, vêem que os seus maridos fazem mais do que os das outras ou do que os seus próprios pais faziam, ficam mais satisfeitas.

O ressentimento de parte a parte, relativamente à divisão dos trabalhos domésticos, tem efeitos para marido e mulher na sua relação. Sentem muita sobrecarga e registam menos satisfação com o casamento, as mulheres que pretendiam uma participação igual no trabalho doméstico e verificam que o fazem muito mais que os maridos ou, então, os maridos que tendo crenças tradicionais relativamente a esta área mas que, no entanto, partilham igualmente as tarefas (McHale & Crouter, 1992). Diversos estudos demonstram que as mulheres estão mais satisfeitas quando os maridos partilham o trabalho de família (Aneshensel & Pearlin, 1987; Barnett & Baruch, 1987; Hochschild, 1989) e trabalham menos horas fora de casa (Kluwer *et al.*, 1996). Frequentemente, é a percepção de justiça na divisão de trabalho que parece ter impacto na satisfação conjugal das mulheres (Blair & Johnson, 1992; Perry-Jenkins & Folk, 1994). A investigação conduzida por Voydanoff e Donnely (1999), com 1900 cônjuges, avança um pouco mais, ao chegar a resultados em que a percepção de injustiça (tempo

[10] De referir o *modelo de justiça distributiva* de Thompson (1991), segundo qual a percepção que as mulheres têm da justiça da divisão do trabalho doméstico será função de três factores principais: resultados (quantidade e qualidade do trabalho doméstico, apreciação demonstrada; comparações; justificações (e.g. ideologia de trabalho familiar e de papel sexual). Percepções de injustiça ou de

gasto em actividades de papel): estava positivamente relacionada com mal-estar psicológico para as mães e negativamente relacionada com a satisfação conjugal para mães e pais.

No entanto, mesmo o desejo mútuo de partilhar o trabalho doméstico pode não permitir a maridos e mulheres negociar o problema, como o demonstram os resultados do estudo realizado por Benin e Angostinelli (1988). Estes autores verificaram que os participantes expressavam maior satisfação quando a divisão das tarefas era quase equitativa (com as mulheres a fazerem mais do que os maridos), e tanto maridos como mulheres estavam insatisfeitos quando assim não era. No entanto, os maridos pretendiam tanto uma divisão equitativa como um número reduzido de horas a realizar trabalho doméstico, enquanto as mulheres queriam uma divisão equitativa e, ainda, ajuda dos maridos. Assim, os objectivos mútuos de partilha equitativa não eram compatíveis com os objectivos secundários para maridos e mulheres.

Os casais podem aspirar a um objectivo de equidade, mas os papéis de género tradicionais podem entrar em conflito com esse objectivo e, ao trabalhar decisões sobre a distribuição do trabalho doméstico, os casais podem acabar por regressar aos padrões tradicionais, e isso é tanto mais verdade quando se tornam pais (Belsky, 1990; Cowan & Cowan, 1992; Larson *et al.*, 1994; Steil, 1997). Matláry vai mais longe ao sugerir que *"só se pode encontrar um equilíbrio estável se se levar o trabalho familiar muito à sério: é preciso planeá-lo, contratar pessoas que nos ajudem a desempenhar algumas tarefas, renunciar a muitas coisas que não indispensáveis, criar em casa um ambiente metódico e organizado, onde as próprias crianças tenham tarefas atribuídas"* (1999/2002, p.49).

Homens e mulheres podem proteger-se a si próprios do *stress* e melhorar a satisfação conjugal partilhando actividades domésticas mais agradáveis e minimizando o grau em que o outro é responsável pelas tarefas mais maçadoras. Este claro benefício de relações igualitárias pode ser obtido por qualquer casal desejando renegociar os seus papéis e questionar os estereótipos tradicionais (Bonney *et al.*, 1999). No entanto, conforme estudo realizado por Greenstein (1996) com 2719 casais, a ideologia de género do marido só está relacionada com a divisão do trabalho doméstico para os homens casados com mulheres com ideologia igualitária em-vez de tradicional, ou seja,

inequidade baseiam-se na falta de resultados desejados, comparações desfavoráveis com outros e justificações não aceitáveis para ser privado do resultado desejado.

os maridos fazem muito pouco trabalho doméstico a não ser que eles e suas mulheres sejam relativamente igualitários nas suas crenças sobre papéis conjugais e de género.

2.1.3. Trabalho e Carreiras

"Só se possui verdadeiramente o que somos capazes de dar. De outro modo, não somos os possuidores, somos possuídos" (Abbé Pierre)

Apesar da motivação de carreira ser semelhante para homens e mulheres, as expectativas sociais condicionam a mulher a dar maior prioridade à família do que à carreira. As investigações indicam que as mulheres licenciadas esperam combinar ambas, mas as estatísticas de emprego mostram que as mulheres têm menos oportunidade de carreira do que os homens. As mulheres têm mais probabilidade de ter um emprego temporário ou um trabalho a tempo parcial, do que os homens (Brannon, 1996).

As limitações nas carreiras das mulheres decorrem das suas escolhas de carreira, de interrupções nos seus empregos e de discriminação na contratação e promoção.

Em Portugal, os dados estatísticos mais recentes (censos 2001) confirmam a tendência já anteriormente verificada (Silva, 1983) de que, apesar de ser crescente o número de mulheres que exerce uma actividade profissional e do seu crescente nível de qualificação, continua a verificar-se uma desigual distribuição de homens e mulheres por actividades profissionais e níveis hierárquicos, ocupando maioritariamente estes os lugares de chefia e prestígio social[11]. Para além disso, no que se refere às expectativas e escolhas relativas ao futuro profissional, continua a tendência, por parte das raparigas, de escolher profissões orientadas pelo critério da utilidade social, ao contrário dos rapazes cujos critérios de escolha dominantes são o salário e a criatividade[12].

As diferentes organizações a que pertencemos exercem influência no nosso comportamento, estabelecem normas e expectativas, perpetuam ideologias, e estruturam o tempo e as actividades. De certo modo, as instituições sociais também são influenciadas pelo género - ou seja, homens e mulheres têm experiências diferentes na mesma instituição (Lorber, 1994; Worrell, 1993). Um dos factores mais importantes

[11] Somente 0,6% das mulheres portuguesas desempenham funções de direcção na administração pública, de gestoras de topo e de quadros médios (OCDE – *Employment Outlook 2002*).

para esta diferença de experiências prende-se com a segregação de género nas instituições. Não só há profissões consideradas masculinas (e.g. mecânicos, engenheiros, bombeiros) e outras femininas (secretárias, enfermeiras, educadoras de infância), como também muitos trabalhos e carreiras se diferenciam em função do género se o trabalho, em si, tiver qualidades masculinas ou femininas (e.g. a nossa crença de que as professoras de crianças devem ser carinhosas, maternais e os polícias devem ser fortes reflecte a interligação do trabalho com os estereótipos de género nas definições de competências relacionadas com o trabalho). Também se verificam disparidades de salário entre homens e mulheres mesmo em trabalhos com requisitos semelhantes em termos de educação e experiência (Coltrane, 1998a; Doyle & Parludi, 1995). Trata-se de uma divisão de género no trabalho que, no dizer de Burr (1998), opera tanto verticalmente (desigualdade no estatuto e pagamento a homens e mulheres) como horizontalmente (modo como as profissões e carreiras estão influenciadas pelo género).

De acordo com Lorber (1994/1998), a segregação de género e as crenças sobre liderança e autoridade que caracterizam as instituições sociais em termos tradicionalmente masculinos, mantêm a organização do local de trabalho em formas que são desvantajosas para as mulheres. Fenómenos como o 'telhado de vidro'[13], as redes informais de comunicação e os grupos homossociais[14], "*mommy track*"[15], factos Salieri[16], assédio sexual, são de tal modo subtis que os trabalhadores de uma instituição

[12] As mulheres estão sobre-representadas em cerca de 30% nos trabalhos administrativos e nos serviços de saúde, ensino, pessoais e de apoio doméstico, sendo que nestas categorias profissionias, os homens só representam 5% do total de trabalhadores (OCDE).

[13] 'Telhado de vidro' é a expressão utilizada para designar "*as barreiras artificiais baseadas em enviesamentos atitudinais ou organizacionais que evitam indivíduos qualificados de avançar na organização para níveis de posições de gestão*" (Martin, 1991, *cit. in* Lorber, 1994). No caso do género, as mulheres teriam a motivação, a ambição e a capacidade para posições de poder e de prestígio, mas barreiras invisíveis impedi-las-íam de alcançar os lugares de topo nas organizações.

[14] Grupos informais formados por indivíduos da mesma raça, religião, sexo e classe social e que estão na base de relações de negócios, profissionais, políticos, de confiança e lealdade. (Lipman-Blumen, 1976, *cit. in* Lorber, 1994)

[15] "*Mommy track*" designa o fenómeno pelo qual as mulheres casadas e, sobretudo, com filhos são preteridas para empregos por comparação com outros indivíduos, incluindo mulheres solteiras. Sendo actualmente, ilegal proceder dessa forma, o que as instituições fazem é oferecer-lhes horas flexíveis de trabalho e licenças de maternidade mais ou menos prolongadas, o que acaba por ter como efeito prático uma sua penalização, dado que a sua motivação para posições profissionais de nível mais elevado, é posta em causa (Lorber, 1994).

[16] Trata-se de uma alusão à sabotagem que, alegadamente, o compositor Salieri fez relativamente à carreira de Mozart, como analogia do comportamento das instituições face a mulheres que, não podendo ser despedidas e não tendo desistido da carreira, se mantêm nas instituições, sendo o seu trabalho boicotado das mais diversas formas.

podem esquecer-se dos aspectos relacionados com o local de trabalho que são dissemelhantes para mulheres e homens (Lorber, 1994/1998).

Para além disso, os homens mostram relutância em utilizar benefícios de empregado por responsabilidades familiares (Coltrane,1998), preferindo usar estratégias informais (e.g. dias de férias, ausências por doença, ou tempo compensatório) para estar em casa com os filhos. Anselmi e colaboradores (1998) atribuem este comportamento a diversos factores, incluindo perda de pagamento e percepções negativas entre os trabalhadores e supervisores de que uma falta parental do pai, não é masculina. Apesar dos factores estruturais terem alterado as políticas dos locais de trabalho, é um facto que estas novas políticas interagem com os estereótipos existentes e a cultura do local de trabalho é, provavelmente, mais importante do que a alteração das políticas formais.

Trabalho/família e bem-estar psicológico

"A família é o viveiro da cidade"
(Santo Agostinho)

Durante os anos 70 e 80 foram conduzidos diversos estudos para avaliar a extensão em que as diferenças de bem-estar entre os cônjuges poderiam ser explicadas pela dinâmica trabalho/família. Maridos e mulheres empregados (com ou sem filhos) e mulheres domésticas a tempo inteiro (com ou sem filhos) foram comparadas num número de medidas de bem-estar, incluindo sentimentos de solidão, ansiedade e depressão. Em todos estes estudos, e de uma forma consistente, os maridos empregados tinham melhor bem-estar, mostravam os níveis mais baixos de sintomatologia, quer ou não as mulheres fossem empregadas ou tivessem ou não filhos. As mulheres domésticas não empregadas frequentemente registavam a incidência mais elevada de depressão, seguidas das mulheres empregadas que pressupunham que o emprego da mãe tem efeitos negativos nos filhos (Steil, 1997). Uma outra diferença de género diz respeito à influência do emprego na estabilidade e satisfação conjugais: enquanto o dos maridos tinha efeitos positivos no casamento (estabilidade e satisfação), para maridos e para mulheres, o emprego das mulheres tinha um efeito negativo na estabilidade conjugal (Aneshensel & Pearlin, 1987). A satisfação conjugal sofre quando o salário da mulher se torna superior ao do marido, uma condição que também aumenta a probabilidade de divórcio (Trent & South, 1989).

A revisão de estudos revelou que os resultados relativos aos efeitos do papel parental eram mais complexos. 'Ser pai' não tinha efeitos negativos no bem-estar dos maridos empregados, ao contrário do que acontecia com o 'ser mãe' nas mulheres empregadas. Em alguns estudos, o *stress* associado à presença de filhos pequenos em casa parecia eliminar os benefícios do emprego de tal modo que mães empregadas não evidenciavam melhor bem-estar do que as mães em casa a tempo inteiro (Barnett & Baruch, 1987; Steil, 1997). No entanto, a investigação longitudinal realizada por Hyde, DeLamater e Hewitt (1998) com 500 casais, não evidenciou diferenças significativas em mulheres donas de casa, mulheres empregadas a tempo parcial e tempo inteiro, em medidas de frequência de relação sexual, satisfação sexual e desejo sexual. A questão dos papéis múltiplos (ser casada, mãe e profissional)[17] não se afirmou como significativa no funcionamento sexual. Mais do que a quantidade dos papéis ou a quantidade de horas gastas, interessavam a qualidade dos papéis e o efeito de fadiga (Aneshensel & Pearlin, 1987).

A revisão de estudos também revelou que as mulheres cujos maridos apoiam os seus trabalhos quer através de comportamentos, partilhando as responsabilidades da casa e dos filhos, quer através de atitudes, respeitando a importância do seu trabalho, apresentavam menos sinais de depressão e melhor bem-estar do que as mulheres cujos maridos as não apoiam (Aneshensel & Pearlin, 1987; Beitel & Parke, 1998; Steil, 1997). Por sua vez, a investigação longitudinal realizada por Hock e colaboradores (1995), com 142 casais que iam ser pais pela primeira vez, revelou que tanto a reduzida satisfação conjugal como atitudes tradicionais relativamente à divisão de papéis de género no casal, eram factores de risco de sintomas depressivos depois do nascimento dos filhos.

Na mesma linha teórica, a investigação de Strazdins, Galligan e Scannell (1997), para além dos papéis instrumentais (profissão, trabalho doméstico e cuidado dos filhos) incluiu, também, o papel expressivo referente ao que designam por 'trabalho emocional' – "*cuidar de e compreender as necessidades emocionais dos outros membros da família, bem como monitorar e manter a qualidade das interacções interpessoais dentro da família*" (p.222). Com uma amostra de 102 casais com pelo menos um filho, os autores procuraram estudar o impacto da divisão do trabalho referente aos papéis

[17] Relativamente à situação de papéis múltiplos existem duas hipóteses contrárias – a hipótese da escassez, segundo a qual cada papel adicional aumentaria as exigências em termos de tempo e energia, provocaria conflito e sobrecarga de papéis; a hipótese do enriquecimento, segundo a qual os papéis múltiplos enriqueceriam o funcionamento psicológico fornecendo recursos adicionais para lidar com as exigências e o *stress* (Wethington *et al.*, 1987).

instrumentais e expressivos em sintomas depressivos dos cônjuges. Relativamente à divisão do trabalho, foram avaliadas três variáveis cognitivas – *expectativas* violadas; *controlo* relativamente à mudança na divisão de trabalho; *conflito percebido* entre a divisão de trabalho que serviria o próprio, *versus* divisão do trabalho que seria melhor para a família. Verificaram que os sintomas depressivos das mulheres eram previsíveis pelo trabalho emocional, bem como pela avaliação do conflito relativamente à divisão do trabalho. Nos homens, os sintomas depressivos eram previsíveis pelo desacordo do cônjuge com a estimativa de quanto trabalho em casa desempenhavam. Quer para os maridos como para as mulheres, os sintomas depressivos estavam associados a discrepâncias entre expectativas pré-conjugais e a actual divisão do trabalho. Também se constatou que, com filhos pequenos, quem trabalhava mais emocionalmente eram as mulheres, e isso independentemente de terem ou não trabalho remunerado. A este respeito, Steil (1997) observa que o trabalho emocional, em vez de ser entendido como algo que a mulher *faz*, é visto como parte do que a mulher *é*, e os homens para quem este trabalho é visto como menos natural, seriam livres de o fazer menos, mas desproporcionadamente apreciados quando o faziam.

Se as mulheres gostam do seu trabalho, tendem a ser pelo menos tão boas na maternidade como as donas de casa a tempo inteiro (Aneshensel & Pearlin, 1987). Num estudo de Hyde, DeLamater e Hewitt (1998) também foi a qualidade do papel laboral das mulheres/mães, por comparação com as horas de emprego, o melhor preditor dos resultados relativos a satisfação sexual. Por sua vez, num estudo com 134 famílias em que mãe e pai tinham trabalho remunerado era a qualidade do papel laboral (e.g. estatuto) e o facto de se percepcionar como igualmente responsável pelo sustento da família (por oposição a contribuir menos ou contribuir de forma ambivalente) que tinha implicações na satisfação individual das mulheres bem como na satisfação conjugal (Helms-Erikson *et al.*, 2000). Isto poderá dever-se ao facto do trabalho melhorar o bem-estar psicológico das mulheres e ao facto do equilíbrio do poder no casamento ser mais igual (Coltrane, 1998).

É provável que os padrões do 'dar e receber' de mulheres e homens se aproximem mais um do outro, à medida que for existindo maior semelhança no equilíbrio entre família e trabalho/carreira de ambos. Para Coltrane (1998a) continuar-se-á a esperar mais das famílias e das relações próximas do que no passado porque "*A família é a nossa instituição mais altamente valorizada e porque nós continuaremos a depender dela em termos de identidade e de segurança*" (p.106).

3. Os Processos Cognitivos, Afectivos e Comportamentais Envolvidos na Conjugalidade

"O importante não é o que acontece, mas o que acontece em nós desse acontecer"

(Vergílio Ferreira)

De uma análise 'macro' – centrada nos diferentes papéis de género intervenientes na conjugalidade e respectiva inter-influência – iremos passar para uma análise 'micro' – centrada nos processos cognitivos, afectivos e comportamentais envolvidos nas interacções conjugais entre marido e mulher, conforme modelo (Fletcher, 2002) apresentado no primeiro capítulo. Apesar de ser completamente artificial separar os processos cognitivos, afectivos e comportamentais dado que, em qualquer interacção, co-existem e se influenciam mutuamente, vamos fazê-lo, por uma questão de metodologia na exposição, não obstante referirmos a sua inter-relação, sempre que adequado.

3.1. Os Processos Cognitivos - o Conhecimento da Relação Conjugal através de Pressupostos, Padrões, Percepções, Atribuições e Expectativas

"...os momentos mais importantes que se vivem, passeios e paisagens, deambulações, coisas que se contam, confidências repentinamente tornadas necessárias, sonhos e palpites, expressões que se surpreendem, efeitos de luz, flores, ruídos do campo e do mar, músicas tantas vezes ouvidas quando se atravessa a noite, cores e sabores, emoções em que o íntimo e o de fora se combinam de um modo único e partilhado como não se pode acreditar que a mais ninguém tenha acontecido, em que o que já se passou continua a estar presente e é cada vez mais intenso e activo."

(V. Graça Moura, '*Meu amor, era de noite*', 2001)

As cognições constituem um factor importante no modo como o casamento é vivido porque permitem, a cada um dos cônjuges, conhecer e compreender os acontecimentos do passado, do presente e do futuro relativamente aos seus comportamentos na relação (Baucom & Epstein, 1990). Isto não significa considerar que marido e mulher sejam totalmente racionais e conscientes nas suas relações conforme já analisámos no primeiro capítulo a propósito das inter-relações dos

processos cognitivos e afectivos no comportamento, e do modelo de cognição da relação íntima (Flether, 2002): Basta recordar um fenómeno descrito por Weiss (1978) – invasão afectiva ('*sentiment override*') – segundo o qual a percepção individual da qualidade negativa ou positiva das mensagens do par depende dos sentimentos gerais negativos ou positivos sobre ele(a) e a relação. É como se houvesse um quadro global cognitivo sobre o cônjuge e a relação – como descrevemos a propósito do modelo de cognição da relação íntima (Fletcher, 2002) -, o qual mediatizaria as percepções dos comportamentos e influenciaria as respostas subsequentes.

Baucom, Epstein, Sayers, e Sher (1989) propuseram uma tipologia de cinco categorias de cognições[18] que foi adoptada pelos investigadores deste tema:

- **percepções** – sobre *que* acontecimentos ocorrem;
- **atribuições** – sobre o *porquê* dos acontecimentos ocorrerem;
- **expectativas** – *previsão* do que se espera venha a ocorrer;
- **pressupostos** – sobre a *natureza* do mundo e as correlações entre os acontecimentos;
- **padrões ou crenças** – sobre o que '*deveria ser*'.

Estes cinco tipos de cognições são aspectos do processamento de informação que estão em inter-relação num processo de influência mútua. Geralmente são adaptativos, na medida em que permitem ao indivíduo compreender o que o rodeia e acontece, prever e controlar os acontecimentos relacionais, de forma válida e razoável. Estes cinco tipos de cognições também são susceptíveis de distorção, passando a ser representações inadequadas ou extremas da realidade (e.g. padrões irrealistas) (Baucom & Epstein, 1990).

3.1.1. Pressupostos e Padrões

"A ideia surgia e a estética precipitava-se a embelezá-la, a gramática a corrigi-la, a moral a censurá-la, o estilo a moldá-la, a opinião dos outros a influenciá-la, o sonho a dourá-la! E o que acontecia é que quando, segundos depois de brotar, a ideia que chegava ao papel, já não era a mesma, estava irreconhecível e apenas levemente parente da que lhe dera origem!"

(Rita Ferro, '*O Nó na Garganta*', 1992)

[18] Estas variáveis cognitivas que se tornaram fulcrais na terapia cognitivo-comportamental e sistémica no âmbito da conjugalidade, têm as suas raízes nos modelos cognitivos da psicopatologia individual (e.g. Beck e Ellis) e nos modelos da psicologia social de cognição social (e.g. Fiske e Taylor).

Tanto os pressupostos como os padrões ou crenças são cognições que aparecem com designações diferentes consoante os investigadores - 'estruturas cognitivas', 'estruturas de conhecimento', '*schemata*', 'representação interna' (Baucom & Epstein, 1990), 'teorias implícitas' (Knee, 1998; Fletcher, 2002), 'modelos de funcionamento interno' (Fitzpatrick, Fey, Segrin, & Schiff,1993) ou 'filosofia de vida' (Hojjat, 1997) – servindo como ponto de referência para compreender objectos e situações e guiando as percepções e comportamentos do indivíduo nas diferentes situações. A sua função principal consiste em facultar um sentido de ordem no mundo. Enquanto os *pressupostos* se referem à concepção pessoal das características de objectos e acontecimentos *que existem*, os *padrões* dizem respeito à concepção pessoal das características *que deveriam existir* (Baucom, Epstein, Rankin,& Burnett, 1996b,1999).

Diversos autores (Baucom *et al.*, 1989; Kurdek, 1992) enfatizaram a diferença conceptual e empírica entre pressupostos e padrões e a importância de avaliar cada um destes tipos de esquemas cognitivos ou estruturas de conhecimento que é suposto desenvolverem-se na base das experiências de vida individual e tornarem-se progressivamente componentes estáveis da nossa visão do mundo. Por um lado, os pressupostos envolvem crenças sobre características de objectos e inter-relações (e.g. pressupostos sobre traços típicos de homens e mulheres e sobre conflitos típicos nas relações homem-mulher). Por outro lado, os padrões incluem um aspecto avaliativo em que o indivíduo põe limites aceitáveis nas características das pessoas e das relações (e.g. quanto tempo os cônjuges devem passar juntos).

Pressupostos

Os pressupostos ou suposições são "*crenças sobre a forma como as coisas realmente são*" (Baucom *et al.*, 1996b) (e.g. natureza do casamento, os dois géneros, o cônjuge), com base em experiências do passado. No que se refere à conjugalidade, homem e mulher desenvolvem pressupostos básicos sobre as características de uma pessoa que tenha o papel de 'marido' bem como pressupostos sobre o modo como essa pessoa se relaciona com outra que desempenha o papel de 'mulher'. A categoria de 'membro de casal de dupla carreira', por exemplo, pressupõe certos traços de personalidade, comportamentos diários e atitudes sobre papéis sexuais. Ou seja, "*os pressupostos são estruturas cognitivas relativamente estáveis que formam as bases das*

inferências momento a momento que compreendem as atribuições e expectativas que os cônjuges fazem sobre o comportamento um do outro" (Baucom & Epstein, 1990, p.52).

Como função principal, os pressupostos permitem extrair a informação significativa do vasto conjunto de estímulos de cada situação (e.g. se um dos cônjuges chegar a casa, aborrecido com um problema de trabalho, a percepção do outro cônjuge acerca da forma mais adequada de reagir – oferecer ajuda, ser afectuoso, deixar em paz – foi modelada por pressupostos relevantes para esta situação – sobre o papel dos cônjuges e sobre o que pessoas que têm aquele tipo de problemas acham útil).

Nisbett e Ross (1980, *cit.in* Baucom & Epstein, 1990) consideraram dois tipos de pressupostos que designaram, respectivamente, por esquema de acontecimentos (*script*) – estruturas cognitivas que incluem sequências de acontecimentos entre objectos sociais em que o indivíduo é actor ou observador – e esquema de pessoas (*personae*) – estruturas cognitivas que incluem as características e comportamentos típicos de certos tipos de pessoas. Tanto um como outro são pressupostos que podem variar desde serem idiossincráticos a amplamente partilhados na cultura[19]. A partir do pressuposto é comum surgirem inferências relativamente às causas (características e motivos não observados) - as atribuições - e, relativamente ao que irá acontecer no futuro – as expectativas.

O desenvolvimento de pressupostos sobre pessoas e relações pode ser enviesado em diversas situações: Primeiro, quando se é exposto a modelos que não são representativos da população mais lata - modelos familiares disfuncionais, pessoas significativas cujos pressupostos estão errados, cinemas, romances – (e.g. se uma pessoa cresce numa família em que de cada vez que existe um forte desentendimento entre os pais, o pai sai de casa por uns dias, desenvolve o pressuposto de que o desacordo é destrutivo para a relação). Em segundo lugar, com base em percepções imprecisas de acontecimentos que ocorreram durante a vida (atenção selectiva para determinadas informações ou para determinados modelos). Por último, as correlações ilusórias (Chapman & Chapman, 1969) ou seja, enviesamentos cognitivos que se manifestam no processamento de informação, em que a correlação entre duas características ou entre dois acontecimentos é baseada na associação semântica que essas características têm para o observador, em vez de na sua correlação actual objectiva.

[19] Um *script* partilhado na cultura pode ser o modo como um casal passa um feriado religioso principal com a sua família e um *script* idiossincrático poderá ser o modo como um casal pretende equilibrar as actividades partilhadas e o tempo privado independente, de modo a que cada cônjuge se sinta confortável na relação. Um *personae* comum à cultura poderá ser o pressuposto de marido machista; um *personae*

Uma medida de auto-registo que avalia crenças irrealistas - o *Relationship Belief Inventory* (RBI) (Eidelson & Epstein, 1982) - não distingue pressupostos e padrões de casais. Estudos com este instrumento demonstraram que pressupostos e padrões irrealistas estavam relacionados com a discórdia conjugal (Bradbury & Fincham, 1993; Eidelson & Epstein, 1982), e o RBI mostrou ser um índice sensível da mudança terapêutica em terapia conjugal cognitivo-comportamental (Baucom, Epstein, Sayers & Sher, 1989). No entanto, é uma medida limitada pelo seu foco - só avalia três pressupostos específicos sobre o casamento ('os cônjuges não podem mudar', 'as diferenças de género inatas contribuem para os problemas conjugais', e 'o desacordo é destrutivo') e dois padrões conjugais ('os cônjuges devem ser capazes de adivinhar o que o outro quer e está a pensar'; 'os encontros sexuais devem ser sempre maravilhosos') - e não diferencia pressupostos e padrões.

Poeschl e Serôdio (1998) com uma amostra de adultos casados encontraram diferenças nas crenças de homens e mulheres relativamente a diferentes papéis de género examinados: os participantes masculinos, mais do que os femininos, consideravam importante para os homens possuírem traços tipicamente masculinos e, para as mulheres, possuírem traços tipicamente femininos, assim como devendo assumir o seu papel tradicional na família; as participantes femininas, a par de defenderem ideais mais igualitários, também se mostravam mais inclinadas a acreditar que as mulheres possuíam competências particulares que justificavam uma separação de papéis de género; uns e outros, não se distinguiam no que se referia ao papel familiar tradicional masculino, que consideravam inadequado e indesejável. A ideologia de género, tanto do marido como da mulher, revelam-se, pois, como muito importantes nos comportamentos familiares (Poeschl & Silva, 2001), como parte das 'teorias locais e gerais da relação íntima' que Fletcher (2002), refere.

Padrões

Os padrões são "*crenças sobre o que relações (e.g. o casamento) e cônjuges deveriam ser*" (Baucom *et al.*, 1996a) podendo ser, portanto, individuais ou relacionais. Os *padrões* estão habitualmente associados aos *pressupostos*, ou seja, se marido ou mulher tem um *pressuposto* de que quanto mais um casal passa tempo junto, mais feliz

idiossincrático poderá ser a concepção individual do que é ser casado com uma mulher que tem uma carreira. Os *personae* também se designam por estereótipos.

será, então pode desenvolver o *padrão* de que os casais deveriam passar juntos, o máximo tempo possível, de modo a poderem ter um bom casamento.

Pode existir insatisfação conjugal quando os padrões que se têm, não são completamente atingidos na relação; pode existir disfuncionalidade quando os padrões são inflexíveis, inatingíveis ou tão extremos que se tornam impossíveis e a pessoa faz avaliações extremas quando o casamento não atinge os padrões (Baucom & Epstein, 1990). A pessoa que tem o padrão irrealista de que numa 'boa relação', os cônjuges devem ser capazes de adivinhar os sentimentos e necessidades um do outro, muito provavelmente irá ter desapontamentos vários quando isso não se verificar, ou seja, isso é experimentado como negativo e a sua satisfação conjugal irá diminuir. A forma como fará a avaliação deste facto (atribuindo muita ou pouca importância, avaliando muito negativamente ou não) é que está mais relacionada com o aparecimento de disfunção conjugal (Baucom *et al.*, 1996ab; Noller, Beach & Osgarby, 1997). Ou seja, é o grau em que os padrões de um cônjuge não são alcançados, assim como a avaliação feita quando o padrão não é alcançado, desde razoável (e.g. "*Não estou satisfeito(a) com a situação*") a extrema ("*Não consigo suportar mais esta situação*"), que mais influencia a deterioração da qualidade conjugal – da insatisfação rapidamente se passa à perturbação com emoções e comportamentos disfuncionais. Com efeito, o facto das pessoas ficarem ou não perturbadas perante a não realização dos padrões pode também depender de pressupostos gerais sobre a vida, relativizando (e.g. a vida raramente é como se pensa que deveria ser e, portanto, apesar de investirem muito na relação não se perturbam com o não alcance dos padrões) ou investindo muito pouco na relação. Assim, talvez a resposta emocional em si não seja a variável crítica, mas antes como se lida com as emoções e o que a resposta emocional representa.

Apesar dos padrões habitualmente desenvolverem no indivíduo um sentido de ordem e de segurança na medida em que fica definido como as coisas deveriam ser, também podem provocar a diminuição da auto-estima e segurança do indivíduo quando o padrão não é alcançado.

Mas identificar os padrões relacionais adoptados por cada cônjuge, separadamente, nem sempre fornece o quadro completo do papel que estes padrões têm num problema conjugal. Várias situações problemáticas podem ocorrer. Primeiro, um padrão irrealista particular pode ser especialmente potente porque ambos os cônjuges aderem a ele e reforçam mutuamente a crença de cada um. Uma segunda situação ocorre quando os padrões dos dois cônjuges são diferentes mas complementares (e.g.

muito pouca comunicação aberta ocorrerá numa relação em que o marido acredite que duas pessoas apaixonadas devem focar os aspectos positivos na sua relação, não se criticando; e a mulher acredite que numa relação assim próxima, os cônjuges deveriam ser capazes de adivinhar as necessidades e desejos um do outro). Uma terceira situação problemática pode ocorrer mesmo na ausência de padrões extremos ou irrealistas, se os dois cônjuges têm padrões que são razoáveis mas incompatíveis entre si (e.g. ter preferências opostas relativamente à quantidade de expressão emocional na relação ou valorizar diferentemente o papel da religião na vida familiar).

Com o objectivo de desenvolver um instrumento psicológico que considerasse todos os aspectos que temos vindo a especificar relativamente aos padrões relacionais, Baucom, Epstein, Rankin, e Burnett (1993, 1996a e 1999), desenvolveram o *Inventory of Specific Relationships Standards* (ISRS), cuja versão portuguesa recebeu a designação de *Inventário de Padrões Relacionais Específicos* (IPRE) e que desenvolveremos posteriormente dado que foi um dos instrumentos utilizados na parte empírica deste trabalho[20].

Das diversas investigações realizadas com este instrumento, destacam-se os seguintes resultados:

- os padrões actuais dos cônjuges estavam significativamente correlacionados com o nível do ajustamento conjugal, enquanto as discrepâncias nos padrões entre os cônjuges estavam negativamente correlacionadas, sendo que o tamanho destas correlações era pequeno (Baucom *et al.*, 1996a);
- as correlações entre padrões extremos e ajustamento conjugal foram positivas, indicando que os cônjuges com padrões mais extremos tinham níveis elevados de ajustamento conjugal. Uma explicação possível é a de que eles tenham padrões para o que acreditam que as suas relações deveriam ser, mas efectivamente se comportem diferentemente, reconhecendo que os seus padrões não são práticos ou realistas nas suas próprias relações (Baucom *et al*, 1996a);
- ter padrões focados nas relações estava positivamente correlacionado com numerosos índices de funcionamento conjugal (e.g. pedidos para mudança de comportamento, padrões de comunicação, ajustamento conjugal geral). Estes resultados são consistentes com aqueles de outras investigações que demonstraram que casais focados nas relações

[20] A descrição do instrumento encontra-se nos capítulos da Metodologia e de Adaptação de Instrumentos, a análise dos resultados no capítulo de Estudos Empíricos Preliminares.

com níveis elevados de partilha física e psicológica relatam níveis elevados de satisfação conjugal (e.g., Fitzpatrick, 1988).

- o número de padrões não realizados e o nível de perturbação emocional daí decorrente estavam fortemente associados a atribuições de problemas ao cônjuge e à relação (mas não ao próprio ou a causas externas), a atribuições de problemas a causas globais e estáveis; a atribuições de problemas a questões de fronteiras, de poder, de investimento expressivo e instrumental (Baucom *et al.*, 1996b);

- as mulheres, por comparação com os maridos, evidenciavam um grau superior de perturbação, face ao não alcance dos padrões, provavelmente por causa da maior importância que lhes conferem ou então por causa das diferentes formas que têm de reagir emocionalmente (Baucom *et al.* 1996ab; Rankin-Esquer *et al.*, 1997).

No estudo que realizaram com o objectivo de analisar de que modo a interacção entre comunicação e padrões relacionais influenciava o ajustamento conjugal, Gordon e colaboradores (1999) verificaram que tal interacção era preditora do ajustamento conjugal das mulheres mas não dos maridos. A explicação avançada para tal prende-se com o facto das mulheres parecerem ser mais sensíveis aos comportamentos relacionais e, portanto, mais conscientes das inconsistências entre comunicação e padrões, o que se traduz na percepção de ajustamento conjugal.

Um outro aspecto importante, e que é consonante com os resultados encontrados por Baucom e colaboradores (1996a), diz respeito ao facto de se ter padrões focados ou não nas relações – a correlação entre comunicação e ajustamento conjugal era mais elevada em mulheres cujos padrões eram marcadamente relacionais. Para além disso, nos casais cujos padrões não estão muito focados nas relações, a associação entre comunicação e ajustamento conjugal era fraca (e.g. evitar discussão de problemas e fraca partilha de sentimentos não tinham um grande efeito na satisfação conjugal, dado que isso permitia a realização de padrões mais individuais como a importância do espaço emocional e a tomada de decisão) apesar de significativa (e.g. em situações de conflito, a comunicação construtiva era mais eficaz).

3.1.2. Percepções, Atribuições e Expectativas

"Um facto é a casca dura que envolve um significado, e um significado é a polpa viva que se esconde dentro do facto". (Fynn)

A investigação e teoria em cognição social evidenciam uma clara ligação entre todas as estruturas cognitivas de tal modo que, por exemplo, pressupostos e padrões desempenham um papel importante na forma como as pessoas processam a informação que está disponível diariamente: o que notam nas situações que encontram (percepções); as inferências que fazem sobre as causas dos acontecimentos (atribuições); e as suas previsões relativamente a uma característica ou acontecimento a partir do conhecimento sobre outra característica ou acontecimento (expectativas) (Nisbett & Ross, 1980 *cit. in* Baucom & Epstein, 1990).

A investigação realizada sobre estas cinco categorias de cognição no âmbito da conjugalidade permite concluir o seguinte: as percepções, atribuições e expectativas podem contribuir para problemas relacionais mesmo quando os cônjuges não evidenciam padrões irracionais ou irrealistas sobre como os cônjuges ou a relação deveriam ser; as percepções, atribuições e expectativas têm grande probabilidade de estar ligadas a pressupostos relativamente ao cônjuge e à relação.

Percepções

As percepções são os acontecimentos da relação e do comportamento de cada um dos cônjuges a que se presta atenção (selectiva) e se enquadra em categorias significativas. No entanto, frequentemente, as percepções dos cônjuges relativamente a vários aspectos da sua relação conjugal, não coincidem (com níveis de acordo não superiores a 50%) e, também se constatam baixos níveis de acordo entre os cônjuges e observadores externos, sendo que as discrepâncias se devem sobretudo a enviesamentos provenientes dos cônjuges (e.g. Acitelli, 1996; Baucom & Epstein, 1990; Elwood & Jacobson, 1982). Isto deve-se ao facto da percepção ser um processo activo de organização da informação que é vulnerável à atenção selectiva devida a factores como estados emocionais (e.g. zanga ou ansiedade), fadiga e estruturas cognitivas disponíveis para classificar a informação.

No que se refere aos estados emocionais, verifica-se que um estado de humor positivo conduzirá à identificação de características positivas e desejáveis no outro, enquanto um estado emocional negativo será favorável à percepção limitada dos acontecimentos e comportamentos que sejam consonantes com a negatividade do estado emocional (Baucom & Epstein, 1990; Fincham & Bradbury, 1990c).

Relativamente às estruturas cognitivas, os aspectos que marido e mulher percepcionam sobre a sua relação podem ser filtrados pelos *pressupostos* que cada um tem relativamente ao casamento, bem como pelos *padrões* sobre como maridos e mulheres e casamentos deveriam ser. Exemplificando, Baucom e Epstein (1990) notam que o cônjuge que tem o pressuposto de que as relações íntimas são muito frágeis, provavelmente envolver-se-á em *abstracção selectiva*, reparando em sinais do mais pequeno conflito na sua relação e ignorando os sinais de harmonia que a maioria das pessoas consideraria significativa.

Os enviesamentos perceptivos podem ter uma considerável influência na qualidade da relação porque os indivíduos não estão, frequentemente, conscientes de que a informação que percepcionam é unicamente uma parte de toda a informação disponível na situação. E experimentar a realidade, neste caso a relação conjugal, de um modo negativo, pode contribuir para a deterioração progressiva da satisfação conjugal. Verifica-se, no entanto, que os níveis de concordância são mais elevados junto dos casais mais satisfeitos do que nos insatisfeitos, o que é indiciador do facto destes parecerem ter uma atenção selectiva mais diferenciada (Baucom, Epstein, Sayers & Sher, 1989; Noller, Beach, & Osgarby, 1997). Para Acitelli (1996), por exemplo, a semelhança de percepções relativas à relação entre os cônjuges é considerada a dimensão mais importante no ajustamento e satisfação conjugal.

No que se refere a diferenças de género, estudos de Acitelli (1992) e de Acitelli e colaboradores (1999) evidenciaram que as mulheres não só pensavam mais sobre a relação como também o faziam mais positivamente do que os homens. Para além disso, as mulheres pareciam considerar as relações como parte da sua identidade - pensavam sobre elas próprias em termos mais relacionais do que os homens – reflectindo-se isso nas suas cognições, emoções e comportamentos.

A percepção da relação conjugal faz-se também através de comparações de diversa ordem, designadamente com outros casais. Buunk e Van Eijnden, (1997) verificaram que, sobretudo os casais satisfeitos ao compararem a sua relação[21] com a dos outros, percepcionavam-na como superior em diversos aspectos: mais equitativa, com crenças mais positivas sobre a relação, menos vulneráveis ao divórcio, avaliando

[21] A comparação faz-se através de processos cognitivos como: memória selectiva diferenciada (negativa para os outros e positiva para a própria relação) atribuição diferenciada de problemas (a características estáveis nas outras relações, a factores temporários na própria relação), saliência da intimidade na própria relação (Buunk & van Eijnden, 1997). Isto não impedia que os casais com maior satisfação na sua

mais positivamente o seu cônjuge, designadamente tendo orgulho nele(a). Esta percepção de 'superioridade relacional' acabava por ter uma função de motivação, contribuindo para um aumento da coesão e da identidade social positiva do casal. Consonantes com estas conclusões são, também, os resultados da investigação longitudinal conduzida por Gottman e Levenson (1999a) segundo a qual baixos níveis de utilização do 'nós' no discurso dos cônjuges eram fortes preditores do divórcio. Poder-se-ia, pois, afirmar que a percepção condiciona a expressão de sentimentos positivos e negativos sobre o cônjuge, os quais, por sua vez, influenciam, respectivamente, a satisfação ou a insatisfação conjugal.

Atribuições

As atribuições são "*explicações dadas para acontecimentos conjugais e para o comportamento de cônjuges*" (Baucom *et al.*, 1996a). Mas, como o processo atribucional implica observar um acontecimento, designadamente o comportamento do cônjuge, e fazer inferências sobre as suas possíveis causas, há grande possibilidade de ocorrer distorção cognitiva no processo.

As atribuições desempenham diversas funções tais como: aumentar a compreensão e intimidade com o cônjuge; facultar a cada um dos cônjuges um sentido de controlo relativamente à sua vida (na medida em que sabendo as causas do comportamento do cônjuge, é possível planear formas de tentar mudar os comportamentos negativos ou manter os positivos); proteger e aumentar a auto-estima de cada um dos cônjuges (e.g. como muito bem descrevem Watzlawick e colaboradores, 1967, nas relações insatisfeitas e/ou disfuncionais é frequente os cônjuges culparem-se um ao outro pelos problemas conjugais, justificando assim os seus próprios comportamentos negativos - esquecendo-se que se trata de um processo circular, pontuam a sequência de interacções de modo a que o seu comportamento pareça ter sido causado pelos comportamentos do outro – "*eu discuto porque tu me estás sempre a evitar*" e "*eu evito-te porque tu estás sempre a discutir*"); fortalecer a imagem que se tem do cônjuge e/ou do casamento (e.g. quando o cônjuge e/ou o casamento não se coadunam com o que se desejava, podem fazer-se atribuições distorcidas – 'está

relação, por comparação com os não satisfeitos, também avaliassem como mais feliz a relação dos outros - como se a sua satisfação se projectasse nos outros.

cansado' ou 'tem muitos problemas profissionais' - relativamente aos acontecimentos problemáticos, tornando a situação menos desoladora).

Em síntese, as atribuições adaptativas ajudam a manter a satisfação conjugal apesar de acontecimentos negativos específicos (Karney & Bradbury, 2000), exemplificando, o impacto positivo de uma chegada tardia a casa por parte de um dos cônjuges depende da atribuição causal feita para esse comportamento – como sinal de preocupação pela família se se pensa que o objectivo foi o de ganhar mais dinheiro para todos, ou como sinal de desinteresse ou de evitamento da família.

O processo atribucional – referente a atribuições de causalidade[22], de responsabilidade[23] ou de culpa[24] (Baucom & Epstein, 1990; Bradbury & Fincham, 1992) - é desencadeado, habitualmente, em reacção a comportamentos inesperados, a novos e/ou significativos comportamentos, e a comportamentos negativos (Fincham, Bradbury & Scott, 1990c; Fletcher, Fincham, Cramer, & Heron, 1987), visando encontrar explicações para esses mesmos comportamentos. Mais especificamente, o modelo de vínculo de atribuições proposto por Fincham e Bradbury (1987) postula que os julgamentos da causalidade conduzem aos julgamentos de responsabilidade, o que por sua vez determina os julgamentos de culpa.

Enquanto estes autores não encontraram diferenças de género relativamente ao processamento deste modelo, Lussier, Sabourin e Wright (1993) numa investigação com 206 casais, em que utilizaram modelos de equações estruturais na análise, não só confirmaram aquele modelo atribucional como encontraram uma ligeira diferença de género – as mulheres iam automaticamente de atribuições de causalidade para as de culpa, o que condiz com o facto de serem consideradas frequentemente "*o barómetro da relação*"(p.329). Na mesma linha teórica, e confirmando os resultados da meta-análise realizada por Fincham (2001), também a investigação de Davey, Beach, Brody e Fincham (2001), encontrou uma relação mais consistente entre as atribuições de responsabilidade e o conflito, para as mulheres por comparação com os homens. Por sua

[22] As atribuições de causalidade referem-se a um ou mais antecedentes que tenham desencadeado a ocorrência de determinado acontecimento, e podem classificar-se consoante: a dimensão interna/externa (a causa é o actor ou as circunstâncias); a dimensão estável/instável (causa permanente ou transitória e mutável); a dimensão global ou específica (causa circunscrita a alguns *versus* a muitos aspectos da relação) (Fincham, Bradbury, & Scott, 1990).

[23] As atribuições de responsabilidade implicam uma avaliação moral do(s) comportamento(s) face a critérios normativos em termos de: ser censurável/ louvável; ser intencional ou não; ter subjacente uma intenção positiva/negativa; corresponder ou não a uma motivação egoísta; ser ou não voluntária.

[24] As atribuições de culpa verificam-se se a pessoa considera que a acção foi intencional e rejeita a justificação dada pelo outro - o que pressupõe atribuições de responsabilidade, as quais por sua vez pressupõem atribuições de causalidade (Bradbury & Fincham, 1992; Noller & Osgarby, 1997).

vez, os estudos de Baucom (*et al*,1996a) já tinham indiciado que as atribuições de responsabilidade, por comparação com as atribuições de causalidade, pareciam ser preditores mais fortes de ausência de satisfação.

Assim, no que se refere à satisfação conjugal, verifica-se que os cônjuges satisfeitos tendem a fazer atribuições que são construtivas ou fortalecem a relação (e.g. atribuem os comportamentos positivos do cônjuge a causas internas, estáveis, globais, voluntárias e intencionais e os comportamentos negativos a causas externas, instáveis, específicas, involuntárias, sem intenção) enquanto os cônjuges não satisfeitos tendem a fazer atribuições que mantêm essa insatisfação e são destrutivos (e.g. atribuem os comportamentos negativos do cônjuge a causas internas, estáveis, globais, voluntárias e intencionais, e os comportamentos positivos aos pólos opostos das dimensões opostas referidas) (Baucom *et al.*, 1996a; Christensen & Walczynsky, 1997; Fincham *et al.*, 1987; Gottman, 1998; Hojjat, 1997; Horneffer & Fincham, 1996; Karney & Bradbury, 2000).

No estudo de Baucom e colaboradores (1996a) verificou-se também que quanto maior o número de atribuições focadas na relação conjugal (sobretudo a atribuição de problemas a padrões relacionais não realizados nas dimensões das fronteiras, do poder e do investimento na relação), maior era a insatisfação conjugal. De realçar que a associação entre atribuições e satisfação surge como das associações mais fortes (em cerca de 70% dos estudos) na literatura sobre o tema (Fincham, Harold & Gano-Philips, 2000), designadamente permitindo prever a insatisfação conjugal e o fenómeno da 'cascata para a ruptura' (Gottman, 1993b; Gottman & Levenson,1999a; Gottman & Silver, 2000; Lebow, 1999).

Relativamente às diferenças de género, enquanto nas mulheres o processo atribucional é mais independente da satisfação conjugal, nos homens passa-se o oposto (Gottman, 1998). Já no que se refere à relação das atribuições com o comportamento dos cônjuges verificou-se que esta parecia diferir em casamentos satisfeitos ou insatisfeitos, de modo que, por exemplo, no que se refere ao comportamento hostil e crítico, este era mais previsível a partir das atribuições em mulheres não satisfeitas do que em mulheres satisfeitas (Bradbury & Fincham, 1992; Noller, Beach & Osgarby, 1997). Aliás, de um modo geral, a associação entre atribuições e comportamento era mais saliente nas mulheres do que nos homens (Bradbury & Fincham, 1992; Miller & Bradbury, 1995) o que é consonante com o facto das mulheres, comparativamente com os maridos, evidenciarem mais atenção relativamente aos acontecimentos e

circunstâncias do casamento e terem concepções mais diferenciadas e complexas das relações (Carels & Baucom, 1999), ao contrário dos homens, mais sujeitos ao fenómeno de 'invasão afectiva'(Weiss, 1978) anteriormente descrito.

O contributo mais recente neste campo consiste em ver os processos atribucionais numa perspectiva diádica em vez de analisar, como até ao momento, os processos a um nível intra-pessoal. Com efeito, formando os cônjuges uma unidade interdependente, supõe-se que as atribuições relativamente a acontecimentos conjugais tenham uma influência que vá para além de si próprio – a influência das atribuições de um dos cônjuges no seu próprio comportamento, o qual, por sua vez tem impacto no outro cônjuge e no conflito que é evidenciado. Assim, a investigação de Davey, Beach, Brody e Fincham (2001) não só forneceu apoio empírico para o modelo que liga atribuições causais, de responsabilidade e de culpa como alertou para a necessidade de uma abordagem diádica[25] (e.g. quando os cônjuges vêem a causa do comportamento negativo do cônjuge como interna, estável e global, isso tem efeitos negativos no conflito somente na medida em que promove atribuições de responsabilidade com valência mais negativa, as quais estão mais próximas da percepção do conflito).

Expectativas

As expectativas são "*as previsões sobre o futuro da relação em áreas específicas do funcionamento conjugal*" (Baucom *et al.*, 1996[a]), ou seja, são representações cognitivas que compreendem as probabilidades de ocorrência de determinados acontecimentos na sequência de situações particulares de vida.

Assim, cada cônjuge comportar-se-á em função das expectativas (específicas e situacionais ou mais globais e estáveis) sobre os resultados decorrentes de determinados comportamentos, bem como do valor que atribui a tais resultados – aspectos esses adquiridos por aprendizagem social, e que permitem antecipar consequências prováveis dos comportamentos e alterar o comportamento de modo a desencadear ou a evitar determinadas consequências (Baucom & Epstein, 1990).

Não é raro os cônjuges criarem o que se designa por 'profecias auto-confirmatórias' (Watzlawick *et al.*, 1967), as quais podem ser positivas ou negativas, e

[25] Esta necessidade também se reflecte na abordagem terapêutica a casais em conflito não só redireccionando o foco nas atribuições de responsabilidade como meio mais eficaz de redução do conflito, como reafirmando a importância de tratar casais, em vez de indivíduos (Davey *et al.*, 2001).

agirem de acordo com as suas expectativas, elicitando as consequências antecipadas por parte do outro (e.g. o cônjuge que antecipe ser magoado pelo par, pode actuar de modo defensivo o que irá provocar no outro precisamente a rejeição que receava).

As interacções conjugais têm subjacente a extensa rede de expectativas subjectivas sobre os comportamentos que cada um dos cônjuges foi desenvolvendo, em função da relação ou da sua história pessoal. Desempenham uma função importante que é a de conferirem aos cônjuges a percepção de que conseguem compreender, prever e controlar os acontecimentos nas suas vidas, o que designadamente pode auxiliar o processo de tomada de decisões. Se as expectativas não estiverem baseadas em dados falsos e/ou não forem aplicadas de modo ilógico, podem constituir um processo bastante adaptativo facilitando a interacção eficaz nas relações humanas.

Bandura (1977, *cit.in* Baucom & Epstein, 1990) distingue as expectativas de resultado (estimativa de que uma acção particular conduzirá a consequências particulares numa dada situação) das de eficácia (estimativa da probabilidade de que a pessoa será capaz de desempenhar a acção que produzirá essas consequências).

As expectativas de resultados assumem, geralmente, a forma condicional do "se....então" as quais, nas relações conjugais podem referir-se às reacções do cônjuge (e.g. "*Se eu fizer x na situação A, é de esperar que ele(a) faça y*"); às reacções do próprio (e.g. "*Se ele(a) fizer x na situação A, eu farei y*"); aos resultados de um acontecimento conjunto (e.g. "*Se o meu cônjuge e eu fizermos x na situação A, acontecerá y*"). Por sua vez, as expectativas de eficácia parecem ser muito importantes na resolução de conflitos conjugais e familiares, evidenciando correlação positiva com a satisfação conjugal (Baucom & Epstein, 1990; Noller, Beach & Osgarby, 1997).

Com efeito, há mais probabilidade de ocorrerem respostas de resignação aprendida ('*learned helplessness*') - em que os cônjuges desistem de resolver os problemas ou de procurar e utilizar nova informação, evitam activamente as áreas problemáticas e diminuem o seu grau de investimento na relação - se as expectativas dos cônjuges quanto às suas capacidades de resolução de problemas conjugais forem baixas, e/ou se tiverem desenvolvido a percepção de que a escalada de conflito não tem controlo (Baucom & Epstein, 1990). Também o estudo longitudinal conduzido por Gottman e Levenson (1999) demonstrou a influência das expectativas na satisfação versus deterioração conjugal – um nível elevado de activação fisiológica antes de uma interacção conjugal traduz a expectativa de *stress* e de um estado aversivo e permite prever uma trajectória do casal para a ruptura.

3.1.3. A Semelhança versus Diferença entre Cônjuges no Processo de Conhecimento da Relação

"Também é bom amar: porque amar é difícil. Um ser humano amar outro ser humano - esta é talvez a mais difícil tarefa que nos foi confiada, a derradeira tarefa, a prova e o teste finais, o trabalho para o qual todo o outro trabalho é meramente preparação." (Rainer Maria Rilke, 1908/1984)

Há duas forças motivacionais centrais que caracterizam as pessoas em relação – a manutenção da estima (procurando, assim, corresponder aos ideais estabelecidos); a procura da verdade (procurando, portanto, a precisão nos juízos realizados). Assim, quando os casais avaliam a sua relação de intimidade, como é que estas forças motivacionais se articulam? Por vezes entram em conflito, outras vezes não. Qual das duas motivações será determinante vai depender, segundo Fletcher (2002), de factores como os seguintes[26]:

- O estilo cognitivo (mais ou menos científico) de cada um dos membros do casal.

- As características das interacções relacionais – as que são mais ameaçadoras da relação terão mais probabilidade de aumentar a acessibilidade e poder dos objectivos de manutenção da estima, e de diminuir os que pretendem produzir atribuições precisas sobre a relação.

- Dos estádios da relação – quando o que está em causa é a tomada de decisões importantes sobre a relação (e.g. ter ou não um filho), em que o grau de compromisso da relação é fundamental, é provável que a meta da precisão dos juízos domine; pelo contrário, se os casais se encontram num estádio da sua relação que é de manutenção, é provável que prevaleça a motivação de manutenção da estima sobre a relação, ou seja, uma percepção confortável da realidade.

- Do grau de amor/paixão característico da relação – nas relações em que esse nível é elevado, é provável que as decisões e juízos sejam dominados por processos afectivos (e.g. manutenção da estima pela relação) e não por processos que visam a precisão de juízos e a procura da verdade. Com efeito, quanto mais as pessoas estão comprometidas e apaixonadas, mais enviesam sistematicamente os seus julgamentos sobre o cônjuge e a relação numa direcção positiva. É o que se passa quando exageram a extensão em que são semelhantes em inteligência, segurança emocional, empatia e sensibilidade

emocional e isto por causa de uma crença comum, quer em termos de senso comum quer de psicologia, segundo a qual a crescente semelhança entre os cônjuges se traduz em níveis mais elevados de felicidade e sucesso relacional (Murray & Holmes, 1993).

Thomas, Fletcher e Lange (1997), através de uma engenhosa investigação[27], procuraram estudar a precisão na 'leitura da mente' em relações conjugais. De entre as diversas conclusões destaca-se o facto de, em média, cada cônjuge conseguir avaliar, com uma precisão de 50%, o que o cônjuge respectivo estava a pensar e sentir. Para além disso, quanto mais tempo tinham de casamento, mais confiantes estavam na avaliação, mas pior era o desempenho dos cônjuges na 'leitura da mente'. No entanto, quanto maior a atenção prestada ao comportamento um do outro, maior a precisão do juízo (a razão pela qual os cônjuges casados há mais tempo tinham pior desempenho na precisão, prender-se-ia com a menor atenção que prestavam um ao outro durante as interacções). Acresce alguns factores individuais que emergiram: evidenciavam melhor precisão em leitura da mente, os cônjuges com nível de educação superior, com nível mais elevado de 'inteligência social', e os de sexo feminino.

Outras investigações (e.g. Acitelli & Young, 1996 ; Cross & Levant, 1997) também concluíram que as mulheres eram melhores do que os homens na 'leitura de mente' em contexto relacional. No entanto, essas diferenças são relativas. Fletcher (2002) dá o exemplo ilustrativo das mulheres (70%) terem melhor desempenho em 'leitura da mente', nas relações de intimidade, do que os homens (30%). Isto significa que 70% das mulheres evidencia capacidade superior de 'leitura da mente' relativamente ao homem médio, mas que 30% das mulheres terão desempenho inferior relativamente ao homem médio. Por sua vez, 70% dos homens possui uma capacidade de 'leitura da mente' que é inferior à capacidade da mulher média, mas 30% evidencia capacidade superior à da mulher média. Por outras palavras, em 70% dos casais, a

[26] Trata-se, unicamente, de uma hipótese avançada por Fletcher (2002) extrapolando, para um contexto relacional, os resultados a que chegaram Taylor e Gollwitzer (1995) sobre como operam as motivações de busca de verdade e de manutenção da estima.

[27] A técnica de avaliação da precisão de 'leitura mental' consistia no seguinte: os casais discutiam durante 10 minutos problemas importantes da sua relação; das discussões video-gravadas eram feitas duas cópias sendo que cada um dos cônjuges, em separado, revia a gravação e interrompia-a sempre que se recordasse de algum pensamento ou emoção que tivesse experimentado aquando da discussão e registava isso por escrito (o que, em média, aconteceu cerca de 12 vezes para cada cônjuge); de seguida cada cônjuge retomava a video-gravação, desta vez com o objectivo de adivinhar o que o seu cônjuge estaria a pensar ou sentir, precisamente nos pontos da discussão que já tinham sido previamente sinalizados da primeira vez. Através de uma fórmula de cotação por diversos juízes era possível chegar a um índice de precisão para cada cônjuge.

mulher será superior ao marido em 'leitura da mente', enquanto o marido será superior à mulher em 30% dos casais.

Nas relações íntimas não é clara a relação entre a precisão dos julgamentos e a avaliação (e.g. em termos de satisfação) dessas relações. Há duas posições contraditórias, ambas com investigação empírica de suporte: os casais que estão em relações com maior sucesso e satisfação seriam mais precisos no modo como percepcionariam os pensamentos e personalidades um do outro porque isso melhoraria a comunicação (e.g. Noller & Ruzzene, 1991, *cit.in* Fletcher, 2002); quanto mais satisfeitos e bem sucedidos os casais, mais sofrerão de ilusões de percepção e, portanto, menos precisos serão nos seus julgamentos (e.g. Murray & Holmes, 1993). Estas posições tornam-se menos contraditórias se considerarmos, para além dos diferentes contextos em que possam ter lugar as interacções, as motivações subjacentes anteriormente referidas: procurar a verdade ou manter a positividade da relação.

Em síntese, os dados actuais relativamente ao processo de conhecimento da relação conjugal são os seguintes:

- os casais têm, a maior parte das vezes, avaliações semelhantes (correlações entre os elementos do casal variam de .40 a .60) da sua relação (Campbell, Simpson, Kashy, & Fletcher, 2001; Fletcher & Thomas, 2000).
- as avaliações positivas da relação estão altamente correlacionadas com o comportamento positivo evidenciado durante interacções de resolução de conflito (observadas e medidas por observadores externos) (Fletcher & Thomas, 2000).
- as avaliações negativas da relação permitem prever a ruptura da relação, às vezes com anos de antecedência (Rogge & Bradbury, 1999, *cit.in* Fletcher, 2002).
- quando ocorrem acontecimentos importantes e inesperados nas relações íntimas das pessoas, estas reagem de um modo muito próximo do cientista – recolhem mais dados falando com outros, testam hipóteses através da alteração da sua interacção no casal, pensam no comportamento passado em termos de pistas, desenvolvem explicações que resolvam as contradições (Planalp & Rivers, 1996). Murray e Holmes (1993) são alguns dos autores que demonstraram que as pessoas, com alguma frequência, tentam livrar-se das dúvidas que possam destruir os níveis de compromisso e confiança, reestruturando ou re-escrevendo as suas teorias sobre relações íntimas (p.108). Por outras palavras, as pessoas re-escrevem as suas teorias locais para corresponderem ao estereótipo da "boa relação". Tentam, assim, equilibrar as teorias locais da relação com as crenças relacionais gerais, o que é um procedimento científico e racional.

As semelhanças entre os cônjuges, especialmente no que diz respeito às suas crenças e princípios sobre o mundo e o modo de estar no mundo, ou seja, a 'filosofia de vida' (Hojjat, 1997), podem facilitar a compreensão mútua, dado que condicionam o modo como as pessoas sentem e percepcionam a sua própria relação. Na filosofia de vida incluem-se as teorias explícitas e implícitas – crenças, qualidades desejáveis na relação e no par respectivo - que homens e mulheres têm relativamente às relações de intimidade e que estão contempladas no modelo de Fletcher (2002) já exposto.

Um estudo conduzido por Attias-Donfut, Lapierre e Segalen (2002), em França, com base em entrevistas qualitativas conduzidas no âmbito de um inquérito que abarcou três gerações, revelou resultados muito interessantes no que se refere às narrativas dos homens e das mulheres sobre a respectiva geração. Enquanto as mulheres se implicavam na narrativa, deixando transparecer as suas emoções quando evocavam os acontecimentos vividos, os homens conformavam-se a uma atitude mais distanciada. Segundo estes autores, poder-se-ia falar em memórias femininas e em memórias masculinas no que se refere a conteúdos e territórios contemplados nas narrativas. Enquanto as mulheres davam muito relevo aos sentimentos e relações interpessoais evidenciando profundidade na memória genealógica, os homens revelavam um maior investimento no universo extra-familiar e profissional. Uma outra distinção, reflectindo a divisão dos papéis sociais traduz-se no facto das mulheres reterem mais frequentemente da sua época os problemas de sociedade e os homens os grandes acontecimentos políticos. O estudo também revelou que as relações inter-geracionais têm, mais do que nunca, um papel essencial na transmissão da história conjugal e familiar, trabalhando para o equilíbrio entre continuidade de laços familiares e autonomia de cada um.

Os casais satisfeitos, por comparação com os não satisfeitos, tendem a evidenciar maior semelhança e a percepcionar mais semelhanças entre si (Bersheid & Lopes, 1997; Hojjat, 1997; Kenny & Acitelli, 1994). Mais ainda, as semelhanças parecem ser tão importantes que, frequentemente, os cônjuges distorcem as opiniões um do outro de modo a aumentar o consenso. Deduz-se, pois, que as semelhanças percebidas se relacionam mais com a satisfação conjugal do que, propriamente, as semelhanças reais (Acitelli, 1996; Acitelli, Douvan, & Veroff, 1993; Heller & Wood, 1998; Hojjat, 1997).

As investigações de Heller e Wood (1998) demonstram que uma relação não é íntima quando os cônjuges não partilham sentimentos semelhantes de intimidade. Ou seja, os casais sentiam-se tanto mais íntimos quanto maior o conhecimento mútuo, o que

é consonante com a ideia de que a intimidade se baseia também na compreensão mútua. Passemos, então, à análise dos processos afectivos na conjugalidade.

3.2. Os Processos Afectivos - Emoção, Intimidade, Sexualidade e Compromisso

"...mãos que se apertam e percorrem, afagos que se aventuram, bocas que se encontram, sensações que se sabem de cor e se querem inesgotáveis, corpos à beira de explodir ansiosos, tanta fome e tanta sede, liberdade e pudor, impaciência e timidez, contenção e promessa, tudo a renovar-se e a tornar-se ilimitado a cada momento, repassado de uma doçura que nenhumas palavras conseguem descrever..." (V. Graça Moura, *'Meu amor, era de noite'*, 2001, p.110)

3.2.1. Emoção

"Ao longo dos anos tornara-se pouco atreita a manifestações sentimentais, as paixões nada tinham a ver com a ternura que considerava fraqueza pueril e perigosa. Agora, sentia blocos de gelo fundirem-se por dentro...os diques que se abatem, as defesas que se quebram..."

(Luísa Beltrão, 'Os Mal-Amados', 1997)

A nossa compreensão da emoção é confundida pelo facto da *experiência* emocional ser inerentemente privada, enquanto a *expressão* emocional é pública. Com efeito, a experiência emocional é interna e o comportamento não é uma consequência inevitável dessa experiência. Assim, a falta de correspondência entre emoção e comportamento resulta da capacidade para disfarçar ou encobrir a emoção. As normas de género regulam a expressão pública da emoção e podem, também, influenciar a interpretação privada dos indivíduos sobre os seus sentimentos (Shields, 1998). São as chamadas regras de exibição (*display rules*) a que Ekman (1984 *cit. in* Brannon, 1996) se refere como *"hábitos aprendidos sobre quem pode mostrar que emoção a quem e quando"* (p.320). Estas regras permitem experimentar uma emoção e expor outra, ou mesmo, não exibir nenhuma reacção emocional apesar de experimentar fortes emoções.

Os papéis, bem como os estereótipos de género, parecem importantes na experiência e expressão das emoções, atendendo aos seguintes factos reunidos por Goleman (1997):

- em circunstâncias semelhantes, mulheres e homens manifestam diferentes emoções seguindo os estereótipos – enquanto os homens tendem a suprimir ou negar as suas emoções, as mulheres têm mais probabilidade de expressar os seus sentimentos;
- os tipos de emoção que cada um exibe e que cada um suprime, tendem a aderir a estereótipos – nos homens, há mais probabilidade de suprimir emoções como a tristeza e a simpatia; enquanto nas mulheres, a probabilidade de suprimir a cólera e a sexualidade é maior;
- verifica-se semelhança de género na experiência da emoção, dado que quando se mediam as respostas fisiológicas que acompanham a emoção, mulheres e homens pareciam experimentar reacções semelhantes.

Até há bem pouco tempo, era frequente associar a racionalidade e a emocionalidade com as diferentes naturezas do homem e da mulher, sendo a racionalidade muito importante para o trabalho produtivo e a emocionalidade para todo o trabalho emocional inerente à prestação de cuidado na família. Este duplo padrão emocional conduzia a que as mulheres eram mais emotivas do que os homens, mas só numa área restrita de emoções – felicidade, tristeza, aversão, medo e surpresa. A cólera estava ausente da lista de emoções associadas às mulheres, assim como a tristeza e medo estavam ausentes da lista dos homens (Brannon, 1996; Shields, 1987).

Segundo o modelo de Deaux e Major (1987/1998), é o contexto das interacções familiares aquele que levará mais as mulheres a mostrar emoção, enquanto para os homens, será o local de trabalho. As diferenças sexuais serão mínimas em situações neutras relativamente a expectativas de género para emoção (e.g. humor, frustração e amor). A exibição de emoções fortes para as mulheres incluirá chorar e para os homens uma explosão de zanga (Shields, 1998). No entanto, as mulheres experimentam cólera[28] tão fortemente como os homens, e quando se sentem justificadas (e anónimas), as mulheres têm igual probabilidade de agredir fisicamente (Anselmi & Law, 1998).

Os resultados obtidos com diversas medidas de emocionalidade (auto-registos, comportamento observado e reacção física) indiciam que as diferenças de género na emoção são mais função das circunstâncias e da aprendizagem social das 'regras de exibição' do que de diferenças determinadas biologicamente (Brannon, 1996)[29]. A

[28] No entanto, corresponder aos estereótipos de género - mulheres inibem cólera e homens expressam-na - pode ter consequências importantes tais como o facto de ser muito mais provável encontrar depressão nas mulheres e violência física nos homens.

[29] Em geral, as mulheres são encorajadas a sacrificarem-se e os homens a ser corajosos/heróicos. Duas características do contexto social influenciam a ocorrência de diferenças sexuais. Primeiro, os homens

avaliação das respostas emocionais é bastante difícil, não só atendendo ao que anteriormente foi referido, como também ao facto das expectativas poderem enviesar essa avaliação. O estudo de Grossman & Wood (1993) demonstrou que as mulheres que endossavam papéis de género estereotipados também registavam maior intensidade emocional que os homens. Estes investigadores descobriram que se manipulassem a expectativa social de uma resposta podiam eliminar as diferenças de género no que se refere ao registo da emoção. Bastava dizer aos participantes que a investigação anterior tinha evidenciado uma relação quer positiva quer negativa com a emocionalidade, e as diferenças relacionadas com o género desapareciam. Deste modo, a maior intensidade emocional das mulheres podia ser atribuível à sua expectativa destas experiências.

No entanto, uma investigação recente com sete amostras que totalizaram 1200 participantes, evidenciou que as mulheres se distinguiam claramente dos homens, no que se referia à facilidade com que exibiam o que sabiam sobre emoções e como representavam as suas próprias experiências em pensamento consciente (Barrett *et al.*, 2000). Estes resultados podem efectivamente reflectir uma diferença sexual no que se refere à disponibilidade e/ou acessibilidade ao conhecimento emocional e/ou à motivação para o usar (idem, p.1034). Um outro estudo (Canli, 2002) demonstrou que o cérebro feminino estava melhor organizado para perceber e recordar emoções[30].

3.2.2. Intimidade

"*'Para mim, viver a dois é partilhar tudo'. 'Não se pode partilhar tudo'. 'Mas pode-se tentar. É isso a intimidade. Ver no outro uma parte de nós'*" (Luísa Beltrão, '*Todos Vulneráveis*', 1999, p.165)

têm mais probabilidade de se comportar altruisticamente em contextos públicos com uma audiência, enquanto o altruísmo das mulheres tem mais probabilidade de ocorrer em contextos privados no âmbito de uma relação. Segundo, mulheres e homens são diferentemente sensíveis a características particulares da oportunidade de ser útil. Os homens têm mais probabilidade de assumir riscos enquanto as mulheres têm mais probabilidade de responder a pedidos de ajuda. Estas circunstâncias predizem diferenças sexuais, mas a ausência destas características, ou a sua ocorrência menor, está relacionada com diferenças sexuais mínimas ou nenhumas na probabilidade de ajudar (Eagly, 1998).

[30] Através de ressonância magnética para visualizar os participantes à medida que eram expostos a imagens, os investigadores concluíram que as respostas neurológicas das mulheres às imagens emocionais eram muito mais activas do que as dos homens, para além de que, passadas três semanas, as recordações femininas eram 10 a 15% mais precisas.

A intimidade é um processo (afectivo, cognitivo e comportamental)[31] construído pelo homem e pela mulher, que passa por diferentes fases dando progressivamente forma e conteúdo ao 'nós' da relação de casal. Narciso (2001) propõe a imagem de "*um tecido relacional entretecido por dois fios nucleares – partilha e auto-revelação –, os quais se ligam a outros fios – apoio emocional, confiança, mutualidade, interdependência e sexualidade*" (p.92).

Pela **auto-revelação** dão-se a conhecer e conhecem o outro (de uma informação inicialmente mais factual para uma informação mais emocional e íntima, vão-se revelando mutuamente em características pessoais como história de vida, personalidade, valores, idiossincrasias, medos e sonhos...) (Aron, Aron, & Norman, 2001; Fitzpatrick, 1988; Hatfield & Rapson, 1993; Heller & Wood, 1998; Laurenceau *et al.*, 1998; Sternberg, 1998).

Pela **partilha** dão-se um ao outro e aos seus bens (participam, comunicando, dos pensamentos e sentimentos um do outro; repartem bens, cuidados e actividades com um considerável grau de empatia) (Fitzpatrick, 1988; Sternberg, 1998).

Pelo **apoio emocional** sentem-se estimados (tendo como pano de fundo o afecto positivo e a empatia – a qual implica para além do auto-conhecimento e da auto-estima, a capacidade de descentração e de escuta activa –, sentem-se alvo de atenção, de preocupação e de cuidados, sentem-se compreendidos, valorizados, respeitados e protegidos) (Carels & Baucom, 1999; Cutrona, 1996; Josselson, 1996; Kunkel & Burleson, 1998; Levenson & Ruef, 1992; Reis, 1990, 1998)[32].

Pela **confiança** acreditam um no outro e têm expectativas relativamente ao futuro (desenvolvem a crença de que os pensamentos, sentimentos e comportamentos um do outro são verdadeiros, consistentes e duradouros, pelo que a vulnerabilidade em que ficam por se revelarem mutuamente é sustentável, na relação de confiança) (Wieselquist, Rusbult, Foster, & Agnew, 1999).

Pela **mutualidade** vão tecendo o envolvimento comum numa história de vida partilhada (o que é realizado em função das semelhanças e diferenças entre os cônjuges

[31] Apesar da intimidade se tratar de um processo marcadamente influenciado por factores pessoais, designá-lo-emos, o mais das vezes, por processos relacionais, dado que o foco de análise é, neste trabalho, a relação conjugal.

[32] Nas suas investigações, Gottman e Silver (1999) demostram como o afecto positivo e a validação mútua desempenham um papel fundamental na resolução de conflitos em casais satisfeitos, o que não acontece em casais insatisfeitos onde predomina o afecto negativo nas trocas interaccionais. Daí que apliquem a metáfora da 'conta bancária', segundo a qual os cônjuges satisfeitos acumulariam experiências emocionais positivas mútuas, as quais diminuiriam ou eliminariam o impacto dos comportamentos negativos.

e em função da igualdade e da equidade na relação uma vez que as questões de poder são indissociáveis da intimidade)[33] (Acitelli, 1996; Genero, Miller, Surrey, & Baldwin, 1992; Larson, Hammond, & Harper, 1998; Rampage, 1994; Sprecher & Felmlee, 1997).

Pela **interdependência** vão equilibrando a pertença e a autonomia (desenvolvem uma dependência mútua relativamente a apoio e compreensão, recursos e acções, em movimentos de proximidade e distância – a **interindependência** (Pina Prata, 1980) - necessários ao ajustamento conjugal) (Rankin-Esquer, Burnett, Baucom & Epstein, 1997).

A mutualidade e a interdependência podem assumir vertentes mais negativas, como sejam o domínio de um dos cônjuges relativamente ao outro e a competição entre os cônjuges, o que se traduz nos padrões interaccionais de complementaridade rígida e de escalada simétrica encontrados por Watzlawick e colaboradores (1967) e aos quais nos referiremos posteriormente.

Maridos e mulheres têm diferentes visões de intimidade e as diferenças na socialização feminina e masculina estão na origem de um conflito conjugal comum: as mulheres querem mais proximidade, enquanto os homens não só querem mais autonomia (Kenny & Acitelli, 1994) como a encorajam (Rankin-Esquer *et al.*, 1997). Os maridos estabeleceriam os limites da intimidade num nível mais baixo do que aquele que as respectivas mulheres desejariam, enquanto receberiam, simultaneamente, mais apoio íntimo do que aquele que facultam (Steil, 1997). Estas diferenças relativamente à proximidade-distância têm implicações na satisfação conjugal. Com efeito, num estudo de Feeney (1999), constatou-se que, quando as mulheres desejavam mais proximidade do que os homens, verificava-se uma correlação negativa com a satisfação dos maridos, mas se fossem estes a desejar mais proximidade do que as mulheres, já não se encontravam correlações com a satisfação nem de uns nem de outros. Na mesma linha estão os resultados obtidos por Heavey, Christensen e Malamuth (1995), referentes ao padrão de comunicação 'proximidade – evitamento' (Christensen & Shenk, 1991) em contexto de resolução de conflitos, permitindo avançar com a hipótese de que os comportamentos de aproximação dos maridos sejam interpretados pelas mulheres como um sinal de interesse e de envolvimento na relação.

O próprio significado de intimidade parece não ser o mesmo para homens e para mulheres – enquanto os homens a associam a proximidade, partilha de actividades,

[33] Os conceitos de igualdade e de equidade encontram-se desenvolvidos no sub-capítulo referente ao poder e influência.

resolução prática de situações e sexualidade, para as mulheres, intimidade significa revelação de sentimentos e de pensamentos, partilha pelo diálogo e afecto, compreensão recíproca (Heller & Wood, 1998; Larson, Hammond, & Harper, 1998; Philpott & Brooks, 1995; Rampage, 1994; Reis, 1998; Talmadge & Dabbs, 1990). As diferenças de género encontram-se, sobretudo, na expressão emocional da intimidade – com as mulheres a serem mais expressivas (níveis mais elevados de auto-revelação e de sensibilidade, comunicados verbalmente e através de expressão facial); e os homens mais instrumentais (expressão através de acções) e com maior capacidade de controlo das emoções (Dindia & Allen, 1992; Fitzpatrick, 1988; Goleman, 1997; Hatfield & Rapson, 1993; Kunkel & Burleson, 1998; Lipovetsky, 1997; Reis, 1998). Daí o encontrarmos queixas diferentes relativamente à intimidade – "*Ele não ouve o que eu sinto*" e "*Eu não sei o que é que ela quer que eu faça*" – ilustrativos, respectivamente, do 'ser juntamente' das mulheres, e do 'fazer juntamente' dos homens. Estas diferenças são menos acentuadas em relações heterossexuais de grande intimidade, mais igualitárias (Canary & Emmers-Sommer, 1997).

3.2.2.1. Intimidade e Vinculação

"Tenho esperança que um dia as pessoas se amem assim, como nós nos amamos: com a consciência de uma fraternidade que se manifeste pelos afectos, pelos cuidados que tens por mim, com isto que sinto de sermos um só sem nos apoderarmos um do outro. Tu ensinaste-me que o amor entre as pessoas é uma obra de arte. Um quadro sem cópias."

(Alçada Baptista, '*O Tecido de Outono*', 1999, p.138)

O modo como as pessoas estabelecem e mantêm a relação emocional principal da vida adulta é um tema central no estudo das relações de vinculação na vida adulta e, especificamente, nas relações conjugais que constituem o tema da presente tese. Os estudos de Kobak e Hazan (1991) sobre vinculação no casamento são muito claros quanto à possibilidade de alteração dos modelos de funcionamento interno (de si próprio e dos outros) pela interacção recíproca dos cônjuges. Na mesma linha de investigação Berman e colaboradores (1994) propõem que a teoria da vinculação constitua um meio para explorar a interface entre os aspectos representacionais e os interaccionais das relações conjugais.

Estudos que relacionam padrões de vinculação do adulto com a qualidade das relações amorosas.

Collins e Read (1990) verificaram, tal como Simpson (1990), que o estilo de vinculação do par era preditivo da própria avaliação da relação. A satisfação com a relação era menor para os dois elementos da relação quando, considerando par a par, o homem era *evitante* e a mulher *ansiosa/ambivalente*. Atribuem estes resultados à existência de conflitos elevados pelo facto de comportamentos próprios da mulher *ansiosa/ambivalente*, como a exigência de intimidade e posse, serem percepcionados pelo homem *evitante*, como uma ameaça à autonomia e independência que tanto preserva. Apesar da insatisfação, trata-se de uma relação com bastante estabilidade. E a explicação avançada para tal reside no seguinte: as mulheres *ansiosas*, ao terem como preocupações centrais o abandono e a perda da relação, vão acomodar-se mais e esforçar-se por manter a relação; os homens *evitantes*, dadas as baixas expectativas relativamente à mulher e à relação, vão preferir o não envolvimento em conflitos. A satisfação com a relação, por parte de homem e mulher era maior quando ambos evidenciavam um estilo *seguro*. Já os níveis mais elevados de ruptura verificavam-se nos pares em que o homem era *ansioso* e a mulher *evitante*. Verificando-se que, nas relações amorosas, são as mulheres quem mais procura manter as relações como quem mais as termina (Kirkpatrick & Davis, 1994), é de esperar que as mulheres *evitantes*, comparativamente com os outros estilos de vinculação, não só estejam menos motivadas como tenham menos competências para manter essas relações[34].

O estudo conduzido por Collins e Read (1990) revelou que o padrão de vinculação permitia prever a qualidade da relação, diferindo, no entanto, em função do sexo: enquanto nas mulheres era a vinculação *ansiosa* que estava relacionada com experiências negativas e menor satisfação geral do parceiro, nos homens, o conforto com a proximidade e intimidade estava associado a relato de experiências positivas e maior satisfação geral por parte das mulheres. Estas diferenças de sexo são consistentes com os estereótipos tradicionais podendo ser devidos à diferente socialização. As mulheres são socializadas para procurar a proximidade emocional, enquanto os homens são socializados para desenvolver uma identidade independente e para manter a sua

[34] Shaver *et al.* (1996) realizou investigações que demonstram associações significativas entre a orientação dos papéis sexuais e os estilos de vinculação, estando em aberto o estudo sobre o impacto que possam ter, em conjunto, nas relações de conjugalidade.

liberdade pessoal. Como resultado, as mulheres podem ser particularmente sensíveis às capacidades de auto-revelação e de escuta e à vontade de intimidade por parte dos homens. Por sua vez, os homens podem ser particularmente sensíveis à dependência e às tentativas de restrição de liberdade por parte das mulheres.

Neste mesmo estudo, os indivíduos tendiam a relacionar-se amorosamente com outros que partilhavam sentimentos e crenças semelhantes relativamente à proximidade e à intimidade e dependência e, portanto, tinham um padrão semelhante de vinculação. Isto verificou-se, sobretudo, com os indivíduos *seguros*. Outras escolhas ocorriam, no entanto, quando homens ou mulheres *ansiosos*, em vez de procurarem pares que partilhassem das suas preocupações de abandono ou de não ser amado (típicas dos indivíduos com vinculação ansiosa), preferiam parceiros que se sentissem desconfortáveis com a proximidade, acabando por confirmar as suas expectativas. Assim, tal como sugere Weiss (1986), as pessoas podem procurar outras relativamente às quais o seu sistema de vinculação já está preparado para responder. De entre os indivíduos inseguros na vinculação, os que tinham um padrão *preocupado* eram preferidos aos *evitantes*. Os resultados sugerem que os diferentes padrões de vinculação influenciam a escolha do parceiro(a) ao organizarem os comportamentos, percepções e expectativas relativamente às relações de namoro (Kirkpatrick & Davis, 1994).

Diversos estudos (Collins & Read, 1990; Feeney & Noller, 1990; Hindy e Schwarz 1994) demonstraram que as relações amorosas eram afectadas pela história de vinculação dos indivíduos. A rejeição ou hostilidade por parte dos pais predispunha os indivíduos, tanto os homens como as mulheres, para relações amorosas com ansiedade elevada (padrões de vinculação *preocupado* e evitante *amedrontado*).

Collins e Read (1990) também examinaram a relação entre os padrões de vinculação do adulto e a percepção que esse adulto tem da vinculação com os pais. Os resultados sugerem que os pais (sobretudo o de sexo oposto) são habitualmente considerados como modelo de como as relações heterossexuais são ou deveriam ser e, também, do que se deve esperar de um parceiro romântico. Com efeito, tanto para os homens como para as mulheres, as descrições do pai de sexo oposto permitiam prever as dimensões de vinculação do parceiro. No entanto, o componente de vinculação que era possível prever era diferente para homens e para mulheres. Para os homens, a classificação das mães respectivas permitia prever se o parceiro seria *ansioso*; para as mulheres, as classificações relativas ao pai permitiam prever se o seu parceiro se sentia confortável com a proximidade e sentia que podia depender dos outros. Isto está de

acordo com a perspectiva de Bowlby, confirmada por Sroufe & Fleeson (1986), segundo a qual os indivíduos seleccionam e criam os seus ambientes sociais de modos que confirmam os seus *working models* e, portanto, ou promovem a continuidade nos padrões de vinculação ao longo do ciclo de vida ou a descontinuidade (Costa, 2000).

Kobak e Hazan (1991) demonstraram que a vinculação *segura* estava relacionada com as seguintes características de comunicação: validação, aceitação e revelação. Outros estudos (Scharfe & Bartholomew, 1995) verificaram que os indivíduos *seguros* tinham mais probabilidade do que os *inseguros* de reagir construtivamente a conflitos relacionais.[35] A vinculação *preocupada* parecia marcada por maior ansiedade, preocupação excessiva com a dependência emocional, hipervigilância e reduzida confiança. À vinculação *evitante desligada* estavam associados níveis reduzidos de proximidade, envolvimento, intimidade, compromisso e confiança.

No que diz respeito às diversas associações de padrões de vinculação pelo facto de estarmos centrados no estudo dos casais, os resultados divergem relativamente ao nível de funcionalidade, interacção positiva e conflito. Assim, os casais em que ambos os cônjuges têm um padrão predominante *seguro* são os que evidenciam o nível mais elevado de funcionalidade, níveis moderados de interacção positiva e pouco conflito. No caso em que ambos os cônjuges são inseguros apresentam níveis reduzidos de funcionalidade, níveis mínimos de interacção positiva e muito conflito. Os casais seguro-inseguro caracterizam-se por funcionalidade razoável, nível elevado de interacções positivas e pouco conflito (Coble, Gantt & Mallinckrodt, 1996).

Um estudo longitudinal durante quatro anos com casais, conduzido por Davila e Bradbury (2001), revelou que os cônjuges com casamentos estáveis mas não satisfeitos, comparados com os cônjuges de casamentos satisfeitos e com os cônjuges divorciados, evidenciavam os níveis mais elevados de insegurança na vinculação bem como de sintomas depressivos, e isto tanto no início do estudo como ao longo dos quatro anos que o estudo durou. A satisfação conjugal destes cônjuges estáveis e infelizes era ainda inferior à registada pelos cônjuges divorciados. A insegurança na vinculação, (manifestada por ansiedade elevada relativamente a abandono e, para os maridos, desconforto pelo facto de depender de outros) em vez da satisfação, parecia ser o factor

[35] As reacções destrutivas aos conflitos relacionais, mais prováveis nos indivíduos com vinculação insegura, podem predispô-los para mal-estar conjugal. Isto porque o afecto negativo e a tendência para

responsável pela estabilidade do casamento. Parece, pois, haver factores de diferença individual (e.g. vulnerabilidades duradouras como a insegurança da vinculação) que, em conjunto com factores comportamentais, ajudariam a explicar o percurso dos casamentos (Karney & Bradbury, 1995). A forma como cada um dos cônjuges pensa e sente sobre o seu próprio valor e sobre o compromisso do outro para com eles, pode afectar o percurso do casamento. Para além disso, a decisão de permanecer ou de sair da relação conjugal apoia-se, tal como no estudo de Drigotas e Rusbult (1992), no nível de dependência da relação, ou seja, se as necessidades de dependência estiverem a ser preenchidas pela relação, os cônjuges, mesmo insatisfeitos, permanecerão no casamento.

Num estudo, com 179 homens e 198 mulheres, sobre o papel do estilo de vinculação e do grau de envolvimento público com a relação (i.e. estatuto de casamento ou não) na percepção do par, permitiu chegar às seguintes conclusões: homens ou mulheres com vinculação *segura* avaliavam positivamente os pares respectivos independentemente do estatuto conjugal, sugerindo que a vinculação *segura* dispensa indicadores concretos de compromisso na vivência de sentimentos positivos; já a percepção do par, por parte de homens ou mulheres com vinculação *insegura*, dependia do grau de compromisso público bem como do sexo e estilo de vinculação do par que estava a ser avaliado (Young & Acitelli, 1998).

No que se refere à revisão de estudos efectuada a propósito da qualidade das relações conjugais, é possível concluir que a vinculação *segura* se distingue de um modo global pela funcionalidade e pela satisfação conjugal (Berman *et al.*, 1994; Kobak & Hazan, 1991; Narciso, 2001; Senchak & Leonard, 1992).

Estudos que relacionam os padrões de vinculação do adulto e a prestação de cuidados

A prestação de cuidados é uma componente-chave nas relações íntimas dos adultos, tal como o é nas relações da criança e do adulto que cuida dela. No entanto, no caso das relações entre adultos, a prestação de cuidados tem características evidentes de reciprocidade (apesar destas não terem que se verificar necessariamente ao mesmo tempo). Nos casais, o cônjuge é, frequentemente, a fonte mais importante de apoio e de

responder com crescente afecto negativo, prediz a insatisfação conjugal e o divórcio (Gottman & Levenson, 1999a).

quem se espera que preste cuidados como ajuda, assistência, conforto e confiança e uma base de segurança que favoreça a autonomia (Feeney & Collins, 2001).

A investigação realizada indica que o apoio social e a prestação de cuidados são essenciais não só para a saúde e bem-estar da pessoa como para o desenvolvimento e manutenção de relações íntimas saudáveis e satisfatórias (Acitelli, 1996; Collins & Feeney, 2000; Cutrona, 1996; Julien *et al.*, 1994; Julien & Markman, 1991; Pasch & Bradbury, 1998), sendo esta relação, em casais idosos, mais evidente para as mulheres do que para os maridos (Acitelli & Antonucci, 1994).

Só na década de noventa começaram a ser realizados estudos com o objectivo de investigar a relação entre os padrões de vinculação e os padrões de prestação de cuidados em relações íntimas entre adultos. Uma vez que os padrões de vinculação são construídos na interacção e que traduzem visões de si próprio e dos outros (ambos os pólos da relação vinculação-prestação de cuidados), havia uma grande probabilidade de existirem ligações entre os modelos de funcionamento dos dois sistemas (o de vinculação/procura de cuidados e o de prestação de cuidados). Os poucos estudos realizados (cf. Reis & Patrick, 1997) revelam que os indivíduos com estilo de vinculação *segura* evidenciavam maior proximidade, sensibilidade e cooperação que os indivíduos com estilo de vinculação insegura (os *evitantes* com reduzida proximidade e sensibilidade; os *preocupados* com elevada prestação compulsiva de cuidados). A explicação avançada para tais resultados reside no impacto dos *modelos de funcionamento* nos processos de comunicação. Ou seja, como os modelos *seguros* são abertos e flexíveis, permitem comportamentos responsivos como tomada de perspectiva do outro, expressão directa de objectivos e expectativas e desenvolvimento da cooperação. Pelo contrário, os modelos *inseguros*, ao favorecerem distorções defensivas da posição do parceiro, escalada de críticas, preocupação com as próprias necessidades ou negando o afecto, violam as regras de cooperação não favorecendo o desenvolvimento da intimidade. Estes comportamentos acabam por contribuir para um ciclo de 'profecias auto-confirmatórias' nas quais as experiências de interacção reforçam os modelos de vinculação insegura.

A recente investigação realizada por Feeney e Collins (2001), com base em metodologia de auto-resposta e metodologia experimental, veio confirmar resultados de estudos anteriores ao concluir que os padrões de vinculação eram preditores significativos do apoio social e dos comportamentos de prestação de cuidados em relações íntimas de adultos. No geral, a vinculação *segura* (indicada por níveis

reduzidos de ansiedade e evitamento) estava associada a formas responsivas e efectivas de prestação de cuidados. Por sua vez, a vinculação *insegura* estava associada a padrões de prestação de cuidados ineficazes. A vinculação *evitante* estava associada a formas não responsivas e controladoras de prestação de cuidados, sendo que os indivíduos com padrão de vinculação *evitante* eram os que forneciam menor apoio precisamente quando o parceiro necessitava mais desse seu apoio. Estes dados confirmam conclusões de estudos anteriores, segundo os quais os indivíduos *evitantes* desligam-se ou desvalorizam as necessidades de vinculação ou expressões de mal-estar do parceiro (Fraley, Davis, & Shaver, 1998; Fraley, Garner, & Shaver, 2000; Simpson *et al.*, 1992). Já os indivíduos *ansiosos*, apesar de não rejeitarem, sendo até responsivos relativamente às necessidades do seu par, revelavam-se ineficazes na prestação de cuidados na medida em que tendiam a ser intrusivos e super-envolvidos.

Este estudo realizado por Feeney e Collins (2001), utilizando modelos de equações estruturais, permitiu identificar os mecanismos que podem ajudar a explicar estes padrões. Foram encontradas como variáveis mediadoras o conhecimento de apoio social, a orientação pro-social, a interdependência e a confiança, as quais ajudariam a compreender porque é que pessoas com diferentes estilos de vinculação cuidam de formas particulares o par respectivo.

Assim, os adultos *evitantes* seriam não responsivos e controladores na prestação de cuidados porque lhes faltaria conhecimento sobre como ajudar e apoiar outros (emocionalmente e instrumentalmente), não teriam orientação pro-social (empatia e orientação comunal), não conseguiriam desenvolver o sentido profundo de uma relação próxima, de compromisso e confiança os quais são críticos para a motivação de prestação de cuidados (Rusbult & Buunk, 1993). Em suma, faltar-lhes-ia quer a motivação quer os meios necessários para serem bons prestadores de cuidados. Não surpreende o facto destes adultos terem um repertório de estratégias de prestação de cuidados mais limitado, dada a respectiva história de experiências negativas (e.g. rejeição) de vinculação (Collins & Read, 1990;Hazan & Shaver,1987). Acresce o facto de diversos estudos (Fraley *et al.*, 1998; Fraley & Shaver, 1997) terem revelado que os adultos *evitantes* estão motivados para suprimir qualquer activação do seu sistema de vinculação e, consequentemente, do seu sistema de prestação de cuidados.

No que diz respeito aos adultos *ansiosos*, não seriam nem a falta de meios nem a falta de motivos altruístas, os factores responsáveis pela sua inadequação na prestação de cuidados, mas antes o predomínio de motivos 'egoístas' (Feeney & Collins, 2001,

p.990). Estas motivações de sinal contrário entrariam em conflito resultando nos comportamentos inconsistentes, compulsivos e controladores característicos do sistema de prestação de cuidados destes adultos (e.g. invadir o seu par de apoio e cuidados não desejados com o objectivo de que permaneça próximo e comprometido na relação).

Os autores avançam ainda com outras explicações para a existência das diferenças verificadas na prestação de cuidados por parte dos adultos com diferentes estilos de vinculação. Os mecanismos que envolvem os sentimentos de aceitação condicional (Baldwin & Sinclair, 1996) ajudariam a explicar que os indivíduos *ansiosos* actuassem de acordo com a crença de que o amor e aceitação por parte do par só existiria em troca de prestação de cuidados. Os mecanismos de julgamento social como, por exemplo, usar-se a si próprio como padrão, tem como consequência acreditar erradamente que o par pensa e sente do mesmo modo que o próprio (Dunning & Hayes, 1996). Sabendo que os adultos *evitantes*, em situações de *stress*, se comportam com indiferença aos sinais de mal-estar e não pedem apoio aos outros (Ognibene & Collins, 1998), poderão negligenciar os cuidados prestados pelo seu par, por causa do enviesamento consensual a que nos referimos.

Em síntese, a grande conclusão dos estudos referidos aponta para a relevância da orientação pró-social - enquanto capacidade de responder às necessidades e desejos do outro, capacidade de tomar a perspectiva do outro, e empatia – e da relação de interdependência - enquanto medida de proximidade e de compromisso com o par - como preditores do sistema de prestação de cuidados em relações conjugais.

3.2.3. Sexualidade

"...e todas as vezes depois de satisfeita a paixão e renovado o amor, dormimos muito juntinhos sem querer saber onde começa um e acaba o outro, nem de quem são estas mãos ou estes pés, numa tão perfeita cumplicidade que nos encontramos nos sonhos e no dia seguinte não sabemos quem sonhou com quem, e quando nos movemos entre os lençóis o outro preenche os ângulos e as curvas, e quando um suspira o outro suspira, e quando um acorda o outro acorda também..." (Isabel Allende, *Paula*, 1994, p.128)

A sexualidade revela-se como fundamental para a manutenção das relações amorosas sendo que, conforme investigação empírica, as dificuldades e problemas de sexualidade são cada vez mais problemas relacionais referentes a intimidade e a amor (Hendrick & Hendrick, 1997; Sternberg, 1988). Com efeito, "*como qualquer pessoa que*

já amou sabe (homem ou mulher), a actividade sexual pode ser elevada a uma mais intensa e exaltada expressão quando integrada com níveis elevados de compromisso e intimidade. O acto de proporcionar prazer sexual, por exemplo, pode tornar-se tão importante como recebê-lo." (Fletcher, 2002, p.215).

Existe o estereótipo de que os homens querem ter relações sexuais pelo prazer físico – com mais probabilidade de usar o erotismo na excitação e sendo pouco adeptos da monogamia – e, as mulheres pelo amor e intimidade – com mais probabilidade de desejar a monogamia. No entanto, a investigação actual demonstra que existem diferenças de género na motivação sexual, mas nem sempre no sentido dos estereótipos e variando com a evolução ao longo do ciclo de vida.

Assim, enquanto as mulheres referem sentir mais satisfação sexual com comportamentos afectivos que antecedem a relação sexual (e.g. ambiente romântico e íntimo, falar sobre emoções e sobre a relação, estimulação não necessariamente genital), os homens destacam o acto sexual em si mesmo (Hatfield & Rapson, 1993; McGuirl & Wiederman, 2000; Philpot & Brooks, 1995). Para além disso, enquanto os homens desempenham mais o papel de encorajamento da intimidade e de iniciativa sexual, expressando directamente o seu desejo sexual e sendo mais instrumentais, as mulheres tendem a definir os limites da intimidade, expressam mais indirectamente o seu desejo e tendem a centrar-se na 'intimidade emocional e sexual' (Canary & Emmers-Sommer, 1997; Costa, 1994, 2000; Lipovetsky, 1997). Os estudos de Talmadge e Dabbs (1990) sugerem que os homens, mais do que as mulheres, necessitam da intimidade sexual para aumentar a intimidade emocional, enquanto as mulheres, mais do que os homens, necessitam da intimidade emocional para desenvolverem a intimidade sexual.

Karney e Bradbury (1995) verificaram que, em estudos longitudinais de satisfação e estabilidade conjugal, a satisfação sexual era um preditor positivo, tanto para as mulheres como para os homens, apesar de serem os homens a referi-lo explicitamente quando se referiam a intimidade.

Os homens mais do que as mulheres parecem ser capazes de manter o componente sexual separado do compromisso e da intimidade. Os trabalhos de Buunk, Angleitner, Oubaid & Buss (1996) revelam que as diferenças de género no que se refere à intimidade sexual - os homens com atitude mais centrada nas gónadas; as mulheres com atitude mais focalizada nas relações – se reflectem no modo como o ciúme é vivido. Com efeito, as mulheres referiam sentir mais ciúme face à possibilidade do marido se apaixonar por outra mulher do que, propriamente, pela possibilidade de ele

ter actividade sexual fora do casamento. Já os homens, por comparação com as mulheres, relatavam mais ciúme relativamente à ideia da mulher poder ter relações sexuais com outro homem, do que propriamente face à possibilidade de terem um envolvimento emocional. Por outras palavras, o ciúme estaria baseado nos estereótipos sobre diferenças de género – os homens têm actividade sexual sem amor, enquanto na mulher, habitualmente, actividade sexual e amor andam juntos – por isso, para os homens, seria sinal de ameaça para a relação, o envolvimento sexual da mulher, porque isso significaria também envolvimento amoroso.

Mas o que é o ciúme e qual a ligação com a intimidade, a sexualidade e o compromisso inerentes à conjugalidade? O ciúme é uma reacção emocional aversiva a uma relação (real ou imaginada), entre um dos cônjuges e uma terceira pessoa, num tempo qualquer (presente, passado ou futuro). Trata-se de uma das emoções potencialmente mais destrutivas das relações de intimidade, com componentes cognitivas (e.g. pensamentos obsessivos) e de comportamento variado, e pode ser considerada como sinal de desequilíbrio entre autonomia e pertença (interdependência) na relação conjugal (Baucom & Epstein, 1990; Buunk, Angleitner, Oubaid, & Buss, 1996; Hatfield & Rapson, 1993). Sendo potenciado por factores pessoais (e.g. padrões inseguros de vinculação) e por factores relacionais (e.g. grau de dependência emocional), o ciúme parece diminuir proporcionalmente ao aumento do tempo de casamento – como se o tempo a passar fosse uma garantia maior do envolvimento do cônjuge e do seu desejo de continuidade.

Relativamente ao ciúme, para além da diferença de género que analisámos, outras foram encontradas (Hatfield & Rapson, 1993): enquanto os maridos tendiam a negar os sentimentos de ciúme e/ou a expressá-lo através da raiva, violência e desespero, atribuindo as causas sem ser a si próprios e procurando competir com terceiros, as mulheres tendiam a interiorizar a causa do ciúme, atribuindo-se a si próprias a culpa e assumindo uma atitude mais possessiva em relação ao cônjuge e de enriquecimento da relação (e.g. procurando falar sobre e aprender com a situação, tornar-se mais atraente). Qualquer uma destas reacções de ciúme, apesar de pretender punir o cônjuge e de procurar a confirmação da relação amorosa tem, frequentemente, o efeito contrário - ambivalência de comportamentos, escalada do ciúme e diminuição da intimidade e da satisfação conjugal.

Os resultados relativos a diferenças de género no ciúme são, no entanto, contraditórios. Pines e Friedman (1998), em quatro estudos que realizaram, não

encontraram diferenças entre homens e mulheres, no que se refere à probabilidade, frequência, duração ou intensidade do ciúme. No entanto, no que se refere à experiência do ciúme, as mulheres evidenciavam mais sintomas físicos e emocionais do mal-estar (tristeza, vulnerabilidade e dor). Para além disso, enquanto o ciúme das mulheres estava correlacionado com variáveis relacionais como insegurança e dificuldade com separação, o ciúme dos homens evidenciava correlações com atracção física e frequência de conflitos. Tanto a teoria socio-cultural como a evolutiva ajudam a explicar estas diferenças.

Existe uma outra área relacionada com intimidade, sexualidade e compromisso conjugais na qual a variável género se tem revelado importante. Referimo-nos à infidelidade sexual. A revisão de estudos encontra os seguintes factores socio-demográficos relacionados: idade, nível educacional, divórcio anterior, religiosidade, tempo de casamento e género. A recente investigação realizada por Atkins, Baucom e Jacobson (2001), com uma amostra americana de âmbito nacional, constatou que existia maior probabilidade de infidelidade em função daquelas variáveis bem como de duas variáveis de 'oportunidade': o ordenado elevado e o estatuto profissional (o facto de trabalhar fora de casa não só faculta contactos alternativos como aumenta rendimento económico). Também se revelaram como significativas as seguintes interacções: entre idade e sexo (apesar de existir, no geral, uma maior percentagem de homens a revelar infidelidade sexual, essa percentagem era idêntica entre homens e mulheres nas faixas etárias inferiores a 45 anos); entre satisfação conjugal e comportamento religioso (apesar de quanto mais satisfeitos e/ou de quanto maior o índice de religiosidade menor a probabilidade de infidelidade, a religião parece ser factor significativo sobretudo no grupo dos cônjuges que estão satisfeitos com a relação).

3.2.4 Compromisso, Satisfação e Estabilidade da Relação Conjugal

"É que, vês tu, cada dia te amo mais. Hoje mais do que ontem e muito menos do que amanhã."
Rosemonde Gérard

Actualmente, no mundo ocidental, a continuidade de qualquer relação conjugal depende da vontade e/ou decisão de cada um dos cônjuges relativamente à manutenção da relação, o que está relacionado com o compromisso com a relação (Adams & Jones, 1997; Costa, 2000; Fehr, 1999; Hendrick *et al.*, 1988; Sternberg, 1998). Costa (2000) especifica que, no compromisso, para além da existência do 'querer estar' – decisão de

manter a relação – também existe, frequentemente, a vertente do 'desejar ser'- investimento pessoal na manutenção dessa relação. Estas duas vertentes do compromisso ligam-se com a noção de relação conjugal bem sucedida a qual é, geralmente, definida de duas formas : a extensão em que a relação sobrevive – **estabilidade** -, e as percepções da qualidade da relação – **satisfação** - pelos cônjuges.

As relações nas quais há estabilidade, mas nem sempre satisfação, são explicadas por diversos modelos[36] decorrentes da precursora teoria da interdependência (Thibaut & Kelley, 1959, *cit. in* Bersheid & Lopes, 1997). A tese defendida por esta teoria baseia-se no conceito de *dependência* – a decisão voluntária de cada um dos cônjuges de manter ou não a relação seria função do grau de dependência da relação (em termos de necessidade e/ou bem estar) – e nos níveis de *comparação* com eventuais relações anteriores e com relações de outras pessoas semelhantes (através dos quais avaliam, por um lado, o grau de satisfação da relação e, por outro, possibilidades alternativas e disponíveis de relação). Assim, a dependência seria maior quando a maior parte das necessidades não é satisfeita por nenhuma outra relação que não a conjugal, facto pelo qual qualquer um dos membros do casal pode manter uma relação conjugal que é insatisfatória porque, comparando, a melhor das alternativas é ainda pior que a situação que se tem (Bersheid & Lopes, 1997; Drigotas & Rusbult, 1992; Levinger, 1988; Rusbult, 1983; Rusbult & Buunk, 1993). Se o cônjuge está satisfeito com a relação, não tem alternativas aceitáveis, investiu fortemente na relação, então estará fortemente comprometido com a relação e resistente à sua quebra (Floyd & Wasner, 1994; Rusbult *et.al.*, 1991). Um estudo longitudinal de 15 anos, com 167 casais, testou, através de modelos de equações estruturais, o modelo de Investimento de Rusbult o qual revelou uma boa adequação aos dados, sendo a associação entre variáveis semelhante para homens e mulheres (Bui, Peplau, Hill, & 1996).

O modelo do Compromisso proposto por Stanley e Markman (1992), elaborado em sintonia com a validação do Inventário de Compromisso (*The Commitment Inventory*) contempla de uma forma mais explícita as dimensões da satisfação e da estabilidade, ao destacar a *dedicação pessoal* – grau em que se pretende continuar a

[36] O modelo de Dependência (Drigotas & Rusbult, 1992) defende que a dependência da relação conjugal para a satisfação de necessidades é fundamental para compreender a continuidade *vs* ruptura nas relações. O modelo de Coesão (Levinger, 1988) refere uma tensão entre forças de atracção para a relação, forças de atracção alternativas e 'barreiras' à ruptura (emocionais, sociais e financeiras). O modelo de Investimento (Rusbult, 1983) defende que, na decisão de continuidade ou ruptura da relação, se verifica que quanto maior satisfação conjugal, menor a consideração de alternativas e maior o investimento na relação (em termos de tempo, dinheiro, actividades) por parte dos cônjuges.

relação; grau de primazia da relação; valor da identidade de casal; altruísmo; consideração de alternativas; grau de compromisso para com os compromissos – e o *compromisso forçado* (*constraint commitment*) – baseado em investimentos materiais e económicos feitos, na pressão familiar e social, nas dificuldades inerentes a um processo de ruptura, alternativas de vida pouco atractivas, condenação moral do divórcio, os quais impelem a pessoa a continuar na relação independentemente da sua dedicação pessoal. A interdependência entre dois factores – *dedicação pessoal* e *compromisso forçado* – revela-se no facto dos factores inerentes ao compromisso (e.g. investimentos materiais, filhos, envolvimento na rede social e familiar) só serem considerados negativos pelos casais em situação de reduzida satisfação e dedicação pessoais. Caso contrário, os casais realçam até o facto daqueles 'constrangimentos' (alguns dos quais são sinal de dedicação pessoal) os ajudarem a tentar enfrentar e ultrapassar os conflitos quotidianos numa perspectiva de relação duradoura.

Investigação realizada em casais nos quais há estabilidade e satisfação, encontra uma correlação positiva entre níveis elevados de compromisso e de satisfação (Broderick & O'Leary, 1986), constituindo as mudanças no compromisso, por comparação com as mudanças na satisfação, um melhor preditor da ruptura conjugal (Adams & Jones , 1997; Lydon, Pierce & O'Regan, 1997). Isto prende-se com uma perspectiva dialéctica da satisfação conjugal (Erbert & Duck, 1997; Narciso, 2001), segundo a qual é comum coexistirem momentos de afectividade positiva e negativa na vivência conjugal, ao longo do ciclo de vida.

Numa revisão de 115 estudos longitudinais sobre qualidade e estabilidade conjugal (representando cerca de 45000 casamentos, sobretudo dos E.U.A), através de meta-análise, Karney e Bradbury (1995) verificaram que os seguintes factores previam estabilidade e/ou satisfação da relação: expressividade, rectidão, comportamento positivo; semelhança de personalidades, atitudes e valores; ser mais velho e ter mais educação. Estes autores encontraram, também, poucas diferenças de género nos factores que prevêem a estabilidade ou satisfação conjugal, quando todos os efeitos são tomados em linha de conta. Uma excepção à falta de diferenças de género verificou-se relativamente ao comportamento positivo: o do marido previa mais satisfação conjugal ao longo do tempo ($r = +.54$); enquanto o comportamento positivo das mulheres previa menos satisfação conjugal ao longo do tempo ($r = -.43$). Como já foi, anteriormente, discutido, pode ser que as mulheres aumentem os seus comportamentos positivos num esforço para salvar uma relação em declínio.

A semelhança entre os cônjuges pode ser, portanto, não só um factor de atracção conforme analisámos anteriormente, como um factor de estabilidade da relação. A semelhança também se estende à orientação dos papéis de género, dado que havia mais satisfação conjugal se ambos os cônjuges fossem *expressivos* – carinhosos, gentis, compreensivos - em vez de *instrumentais* – assertivos, dominantes, individualistas e ambiciosos - nas suas características (Antill, 1983; Baucom & Aiken, 1984; Brannon, 1996; Peterson, Baucom, Elliot & Farr, 1989). As investigações conduzidas por Bradbury e colaboradores (1995) para além de replicarem estes resultados ainda acrescentam que, para as mulheres, as características *instrumentais* dos maridos, desde que desejáveis, também permitiam prever a satisfação conjugal.

Ickes (1993) apresentou um paradoxo com o qual muitos dos casais se debatem nos tempos de hoje. Apesar de podermos estar inicialmente atraídos (cultural e geneticamente) por mulheres ou homens com comportamentos e papéis tradicionais de género dado corresponderem às expectativas (Buss, 1995; Hendrick & Hendrick, 1989; Orlofsky & O'Heron, 1987), podemos não nos sentir bem, à medida que as relações vão prosseguindo (e.g. com menor satisfação conjugal numa relação duradoura) porque tanto uns como outros escondem, frequentemente, as suas vidas privadas um do outro, põem 'máscaras de género', como observam Philpot e Brooks (1995). 'Homens masculinos' e 'mulheres femininas' podem corresponder ao nosso ideal romântico mas, ao lidarmos com o *stress* de todos os dias e com as exigências não evitáveis e os conflitos das relações íntimas, os homens que podem ser cuidadosos e sensíveis bem como 'masculinos' e as mulheres que podem ser autónomas e assertivas assim como 'femininas', podem tornar-se, efectivamente, melhores companheiros de vida (Antill, 1983; Aube *et al.*, 1995; Baucom & Aiken, 1984; Bradbury & Fincham, 1988; Peterson, Baucom, Elliot, & Farr, 1989[37]; Rusbult *et al.*, 1991; Taylor & Hall, 1982). Resultados semelhantes foram encontrados por Green e Kenrick (1994) numa investigação em que tanto os homens como as mulheres, expressavam a preferência por pares de sexo oposto que exibissem simultaneamente características de *instrumentalidade* e de *expressividade* (androginia), à medida que o nível de compromisso com a relação aumentava.

Uma conclusão consistente e bem replicada é a de que quanto mais os casais se percepcionam a si próprios como semelhantes, mais satisfeitos se declaram com a sua

[37] Neste estudo, de entre os casais cujo funcionamento conjugal era ajustado, o padrão mais frequente de casal era aquele em que marido e mulher eram de tipo andrógino (níveis elevados de expressividade e de

relação (Acitelli *et al.*, 1993; Hammond & Fletcher, 1991, *cit. in* Fletcher, 2002; White, 1985).

Uma fonte de expectativas sobre as relações reside, como já tivemos oportunidade de rever, nos estereótipos de género: mulheres orientadas para as relações, preocupando-se em as cuidar e manter; os homens mais independentes e relutantes em comprometer-se. E, efectivamente, o resultado de diversas investigações permite concluir que as mulheres assumiam mais do que os homens a responsabilidade de manutenção da relação (e.g.Acitelli & Young, 1996; Cross & Madson, 1997; Hendrick, 1981; Philpot *et al.*, 1997; Rusbult, 1987; Winstead, Derlega, & Rose, 1997). São, pois, muito interessantes, os resultados obtidos por Kirkpatrick e Davis (1994) num estudo longitudinal, sobre a estabilidade das relações, em que os indivíduos tinham diferentes estilos de vinculação: *seguro*, *ansioso* ou *evitante*. As mulheres ansiosas e os homens *evitantes*, ou seja, os que correspondiam aos estereótipos de género, tinham surpreendentemente uma maior estabilidade de relação. As mulheres *evitantes* e os homens *ansiosos* - aqueles com estilos de relação contra-estereótipo - tinham os níveis mais baixos de estabilidade de relação. Talvez os cônjuges dos homens *evitantes* e das mulheres *ansiosas* achem os comportamentos dos seus pares aceitáveis, apesar de não ideais, mas os pares de mulheres *evitantes* ou de homens *ansiosos* devem considerar esse comportamento como sendo peculiar e/ou inaceitável.

No modelo de Sternberg (1988), que anteriormente descrevemos, o componente compromisso é o mais importante para a estabilidade da relação dado que "*ao ignorar o compromisso ou ao separá-lo do amor, podemos estar a perder precisamente aquele componente das relações amorosas que nos capacita para ultrapassar tempos difíceis e regressar a melhores tempos*" (p.123). Para Agnew, Van Lange, Rusbult, & Langston (1998), é precisamente o desenvolvimento do compromisso na relação conjugal que permite que cada cônjuge vá incluindo, na sua identidade pessoal, uma identidade orientada para a relação – vendo o cônjuge como parte de si e vendo-se a si como parte de uma unidade colectiva que é a relação – o 'nós' (Caillé ; 1991, 2001). Esta representação mental do casal em que há um 'eu', um 'tu' e um 'nós' em inter-relação recebe designações diferentes mas muito semelhantes entre si – 'interdependência cognitiva' (Agnew *et al.*, 1998) ; 'absoluto relacional do casal'(Caillé, 1991, 2001);

instrumentalidade); de entre os casais que procuram terapia conjugal, o padrão *indiferenciado-indiferenciado* (níveis de expressividade e de instrumentalidade reduzidos) era o mais frequente.

'mente relacional íntima' (Fletcher, 2002) – todas elas associadas a um aumento do compromisso ao longo do tempo.

Numa tentativa de aprofundar a relação entre compromisso, estabilidade e satisfação, Adams e Jones (1997) analisaram extensamente a literatura sobre compromisso e realizaram estudos empíricos com um instrumento elaborado para o efeito – o *Inventário de Dimensões de Compromisso*. Estes autores encontraram três dimensões no significado de compromisso conjugal - compromisso com o cônjuge devido a satisfação e dedicação a ele(a); compromisso com o casamento "*devido à sua crença na santidade do casamento como instituição sagrada, bem como ao seu sentido de obrigação de honrar os votos de casamento*" (p.117); compromisso com os factores externos que dificultam a ruptura (e.g. penalizações financeiras ou sociais) - equivalentes, respectivamente, às noções de *compromisso pessoal*, *compromisso moral* e de *compromisso estrutural* previamente definidas por Johnson (1991, *cit.in* Adams & Jones, 1997; Drigotas & Rusbult, 1992).

Finalmente, numa investigação qualitativa realizada com casais portugueses (Narciso, 2001), os resultados encontrados são semelhantes - a *intimidade* e o *compromisso* são pontos nodais nos processos de *estabilidade* e *satisfação* conjugal.

3.3. Os Processos Comportamentais – Comunicação, Gestão do Conflito, Poder e Influência

"*... um esteja sempre a falar com o outro a fazer parte dele, a respirar nele e a existir nele, veia a veia, fibra a fibra, tecido a tecido, músculo a músculo, a ter de dizer-lhe sempre do seu amor das maneiras mais variadas e a propósito das situações mais diversas, com efeitos de luz e de sombra, veemência e desvario, ansiedade e contentamento, sem nunca querer ou ser capaz de distinguir esse amor da própria vida e a só conseguir ser feliz assim*" (V. Graça Moura, '*Meu amor, era de noite*', 2001)

3.3.1. Comunicação

"*Ele quer ficar sozinho, e ela quer atenção; assim, ele deixa-a sozinha, e ela dá-lhe atenção*"
(D.Tannen)

A comunicação, troca de símbolos entre as pessoas, fornece o mecanismo principal através do qual as relações se desenvolvem ou deterioram (Baucom & Epstein, 1990; Feeney, Noller, & Ward, 1997; Fitzpatrick, 1988; Hinde, 1979; Maccoby, 1998).

Faz, aliás, parte de muitas teorias gerais sobre relações íntimas, a ligação entre 'boa comunicação' e 'relação bem sucedida', em termos de estabilidade e satisfação, (Christensen & Walczynsky, 1997; Gottman & Silver, 1999[38]; Halford, Kelly & Markman, 1997), sendo indicados os problemas de comunicação[39] como a maior fonte de problemas interpessoais, designadamente os conjugais (Christensen & Shenk, 1991; Cutrona, 1996).

E o que podemos entender por 'boa comunicação'? Se nos guiarmos pela percepção que o casal tem sobre a qualidade da sua comunicação, a maioria dos resultados de investigações empíricas vai no sentido de uma elevada correlação (.40 a .60) entre declarar-se satisfeito com a sua relação e avaliar como positiva e efectiva a respectiva comunicação (e.g. Noller, Feeney, Bonnell & Callan, 1994). Mas estes resultados não serão muito informativos, podendo reflectir a crença generalizada de que a boa comunicação se traduz em satisfação conjugal e vice versa.

Da parte dos investigadores, também se revela difícil chegar a um acordo, relativamente a critérios objectivos do que é 'boa comunicação' (e.g. 'Mentir quanto ao gosto por uma determinada peça de roupa do cônjuge' pode ser considerado 'boa comunicação' – sinal de respeito e amabilidade por evitar magoar os sentimentos do outro – ou, o inverso – sinal de desonestidade e falta de sinceridade; 'Ir dar um passeio como meio de interrupção de um conflito e para se acalmar' pode ser indicador de boa comunicação, na medida em que há controlo da cólera, ou o inverso, se interpretado como meio de fuga e de não resolução do problema). A par disto, o que poderá ser 'boa comunicação' para um casal num determinado momento, poderá já não o ser noutro momento, ou não o ser, de todo, para outro casal.

Apesar destas reservas é pacífico, entre os diversos autores, considerar relativamente à comunicação os seguintes critérios: a correcta ou incorrecta codificação e descodificação da informação; a proporção de comportamentos positivos *versus* negativos na comunicação[40]; a existência de comunicação destrutiva *versus* construtiva.

---

[38] Daí a expressão metafórica de 'depósito na conta bancária' já anteriormente referida para a positividade da comunicação que funcionaria como crédito da 'conta relacional' e explicaria os níveis mais reduzidos de reciprocidade negativa da comunicação que se encontram nos casais satisfeitos (Gottman & Silver, 1999).

[39] Os problemas de comunicação - quer se trate de défices na quantidade de comunicação como de formas destrutivas de comunicação, ou ainda de dificuldades na codificação e/ou descodificação das mensagens (e.g. a mensagem recebida não foi a mensagem enviada), ou de metacomunicação – parecem ser determinantes da diminuição da qualidade das relações conjugais.

[40] Os diversos estudos realizados sobre satisfação conjugal e qualidade da comunicação permitem concluir que os comportamentos negativos (e.g. comportamentos desagradáveis, críticas, desqualificações), dado o forte impacto que têm na satisfação conjugal, discriminam melhor que os

Segundo Gulotta (1985), partindo da base de que todas as mensagens estão estruturadas do seguinte modo – "eu (cônjuge A) comunico (o conteúdo da mensagem) contigo (cônjuge B) em dada situação (contexto)" – a desqualificação de qualquer um destes elementos, ou a inadequação entre eles, pode estar na origem da comunicação disfuncional ou destrutiva das relações[41]. Também há acordo entre os diversos autores quanto à disfuncionalidade das mensagens paradoxais. Destas, destacam-se as injunções paradoxais que são pedidos ou ordens que não podem ser cumpridos, dado exigirem um comportamento específico que, pela sua própria natureza, só pode ser espontâneo. Mensagens como '*Não sejas tão obediente*', '*Tens de amar-me*', '*Mostras demasiada fraqueza: relativamente a mim, preferia ser dominado(a)*' colocam qualquer pessoa numa situação insustentável visto que, para corresponder, teria que ser espontâneo num contexto de não espontaneidade (Gulotta, 1985; Watzlawick *et al.*,1967). As próprias mudanças ocorridas relativamente ao papel das mulheres na sociedade geram um certo paradoxo ao nível da definição das relações. Muitas mulheres desejam igualdade relativamente aos homens procurando simetria nas relações, mas pretendem maridos que as protejam e lhes façam a corte, como se a situação fosse complementar.

A comunicação construtiva, por sua vez, baseia-se na positividade, na empatia, no humor, na escuta activa, na auto-revelação, na validação dos pontos de vista do

---

positivos (e.g. afecto positivo, validação, apreço, respeito) entre casais satisfeitos e não satisfeitos (Cutrona, 1996; Griffin, 1993; Murray & Holmes, 1993). Para além disso, a reciprocidade de comportamento negativo parece ser mais característica de casais insatisfeitos do que de casais satisfeitos, pelo que naqueles é mais comum um padrão de escalada de problemas, em que, de uma forma alternada, um dos cônjuges refere um problema para o qual a resposta é um comportamento negativo do outro cônjuge (Baucom & Epstein, 1990; Gottman, 1998; Gottman & Silver, 1999; Griffin, 1993; Halford *et al.*, 1997; Talmadge & Dabbs, 1990).

Gottman, especificamente, tem realizado diversos estudos para analisar o afecto negativo do ponto de vista fisiológico. Encontrou um índice de reciprocidade negativa – o 'laço fisiologico' (a activação fisiológica elevada de um dos cônjuges provoca e faz aumentar a do outro cônjuge)– o qual reflecte as expectativas negativas dos cônjuges e consequentes predisposições para se envolverem em interacções negativas, características das relações insatisfeitas. Para além disso, os estudos longitudinais que realizou permitiram concluir que as reacções fisiológicas dos cônjuges permitiam prever a satisfação conjugal três anos depois (Gottman, 1991, 1998; Gottman & Levenson, 1999a; Gottman & Silver, 1999).

[41] A comunicação destrutiva manifesta-se através de padrões comunicacionais disfuncionais os quais são preditores de insatisfação conjugal (Baucom & Epstein, 1990; Gulotta, 1993; Hatfield & Rapson, 1993; Watzlawick *et al.*, 1967) dos quais se destacam: generalizações excessivas (sempre, nunca, todos, ninguém); acusações mútuas em busca de um culpado (quando o que está em causa é o todo, a relação, e não as partes, o(s) cônjuge(s)); leitura do pensamento e do sentimento (e.g. presumir, antecipar intenções, julgar sensações); não escuta; ter 'agendas secretas' (não dizer explicitamente o que se pensa, sente ou pretende); tentar mudar a posição do outro em vez de tentar compreender; discutir a solução sem ter previamente discutido o problema; queixa-evitamento; os 'quatro cavaleiros do apocalipse' – padrão disfuncional identificado por Gottman *et al.* (1999) que culmina na ruptura conjugal – 1) queixa e/ou crítica que vai ameaçando a auto-estima do cônjuge e fomenta o 2) menosprezo (o oposto do amor e do respeito), o qual é gerador de uma 3) postura defensiva (recusa em assumir a responsabilidade) e conduz ao 4) abandono da interacção (evitamento da expressão de sentimentos e pensamentos e fuga progressiva da relação).

cônjuge. Este tipo de comunicação está relacionado com a satisfação conjugal, desempenhando um papel importante na prevenção da escalada emocional em situações de conflito (Baucom & Epstein, 1990; Cutrona, 1996; Gottman, 1998).

As principais funções da comunicação no casamento podem ser sintetizadas em duas: expressão de sentimentos de amor (paixão, intimidade física e psicológica, compromisso); resolução das dificuldades e problemas decorrentes da vida comum (Larson, Hammond & Harper, 1998).

Encontramos diferenças de género relativamente ao modo como estas funções são realizadas. Assim, num estudo de Helgeson, Shaver e Dyer (1987) sobre descrições de momentos de intimidade, 'ter sentimentos positivos' sobre o outro foi mencionado igualmente por homens e mulheres mas, no entanto, 'expressar esses sentimentos positivos' foi significativamente mais mencionado pelas mulheres do que pelos homens. Na sequência do que já analisámos a propósito das diferenças de género relativamente ao significado de intimidade e respectivas formas de expressão, verifica-se que as mulheres criam intimidade emocional através da fala e da auto-revelação (Acitelli, 1992; Canary & Dindia, 1998), enquanto os homens o fazem através da actividade, designadamente a actividade sexual (Brannon, 1996; Karney & Bradbury, 1995). É como se as mulheres comunicassem falando e os homens comunicassem fazendo. Com efeito, as mulheres valorizam mais do que os maridos falar sobre os sentimentos, mas os maridos sentem-se frequentemente ameaçados com isso, como se "*falar sobre a relação como ela quer, fará com que ele se sinta num teste elaborado por ela no qual falhará*" (Cancian, 1987, p.93).

Na raiz dos estilos de comunicação dissimilares usados por homens e mulheres parece estar o processo de socialização que faz com que os diferentes géneros estabeleçam diferentes prioridades nos seus sistemas de valores. Os padrões de comunicação reflectem estes diferentes sistemas de valores e podem ser fonte potencial de conflito no casamento. Enquanto a comunicação das mulheres é mais orientada para a intimidade, o apoio e estabelecimento de 'pontes' com outros, a dos homens está mais orientada para a hierarquia, a independência e para a demonstração de determinado estatuto (Philpott & Brooks, 1995; Tannen, 1990 *cit.in* Brannon, 1996). Esta diferença de estilos pode conduzir a que homens e mulheres não compreendam correctamente as mensagens trocadas (e.g. marido que não tinha dito à mulher sobre uma dor que andava a sentir num braço e quando ela descobriu ficou muito aborrecida por lhe ter sido escondida a informação, sentindo-se excluída da vida do marido, quando o objectivo

dele tinha sido, unicamente, o de não a preocupar). O resultado deste processo de socialização também pode ser um padrão de comunicação complementar que deixa as mulheres, frequentemente, numa posição inferior. Em casos extremos, homens e mulheres podem sentir-se frustados, incompreendidos e desamparados. Uma investigação (Robey, Canary & Burggraff, 1998) sobre comportamentos de manutenção das conversas entre marido e mulher revelou que, apesar das mulheres continuarem a ter, nesta área, um papel de destaque, os tipos conjugais (*tradicional*, *independente* ou *separado*) encontrados por Fitzpatrick (1988), constituíam uma variável moderadora.

Muito importante para a compreensão da comunicação conjugal foi a investigação linguística conduzida por Tannen (1990). A autora observou que as mulheres, no seu discurso, recorriam a estratégias indirectas e por tentativas, colocavam interrogações para encorajar mais a discussão, qualificavam as suas declarações (depreciando-as, por vezes), tendiam a apoiar as posições dos outros, a ouvir empaticamente e raramente interrompiam e, na tomada de decisões, preferiam o consenso ao uso do poder hierárquico. Todas estas estratégias de comunicação permitem transmitir compreensão e apoio, elogiar, validar experiências, ilustrar com experiência pessoal e ligar-se aos outros emocionalmente, o que encoraja a partilha de experiências íntimas, incluindo os problemas pessoais. Segundo Tannen, este modo de comunicar reflecte o desejo que as mulheres têm de unir, apoiar e não ofender outros, bem como o seu baixo estatuto na sociedade.

Nesta investigação, os homens, por sua vez, usavam a linguagem para dar conselhos, fornecer soluções, partilhar informação e impressionar os outros com as suas realizações, ideias e projectos. Utilizavam estratégias de comunicação directas e assertivas e o conflito verbal era visto como um concurso pelo que era natural, desafiar e criticar a posição do outro, interromper, mudar de tema, competir pelo território. Por vezes, classificavam certos problemas como não importantes e desviavam a conversa para não falar de assuntos pessoais que pudessem mostrar fraqueza. Estes padrões de comunicação reflectem, para a autora, o valor que muitos homens colocam no papel social de protecção, na hierarquia e no poder.

Um outro estudo de 30 investigações empíricas sobre o estilo linguístico de homens e mulheres revelou padrões consistentes para os homens - directo, sucinto, pessoal e instrumental, e para as mulheres - indirecto, elaborado e afectivo (Mulac, 1998).

Um estilo masculino de comunicação como o que foi descrito, traz vantagens no domínio público mas não no privado, em termos de relações interpessoais. Isto porque não favorece a auto-revelação, o apoio emocional, nem serve de veículo de intimidade emocional. Assim, não é raro observar os homens a preferirem calar-se, evitando comunicação íntima, o que pode provocar zanga ainda maior no cônjuge que já se sentia isolado. É, pois, necessário o esforço de ambos os cônjuges para também utilizarem o estilo do outro, o que facilitará um maior potencial de intimidade na relação. Homens e mulheres devem, no entanto, estar preparados para lidar de forma construtiva com os sentimentos negativos que surgem quando o seu cônjuge começa a comunicar de uma maneira "inapropriada para o género". Com efeito, os homens foram ensinados que não é suposto transmitir os seus pensamentos e sentimentos mais íntimos por receio de que as mulheres os possam ver como fracos, rejeitando-os ou não os compreendendo. As mulheres, por vezes, assumem que os homens percepcionam o mundo da mesma forma que elas, e ficam surpreendidas e ofendidas ao descobrir que não é esse o caso, sobretudo porque tendem a pensar que a sua é 'a maneira certa'.

No que se refere à comunicação não verbal, as mulheres, geralmente, expressam e descodificam melhor mensagens não verbais (Doyle & Paludi, 1995) sorriem mais e evidenciam maior sensibilidade a aspectos não verbais, conforme revisões meta-analíticas (Hall, 1998). Assim, homens e mulheres frequentemente escondem as suas vidas privadas um do outro, dadas as restrições de papel de género. Esse processo só é problemático quando as normas do mundo de um género são guardadas em segredo relativamente ao outro e quando isso evita a autenticidade e auto-revelação. Uma compreensão dos estilos de comunicação do outro género, pelo menos, reduzirá más interpretações e diminuirá a escalada de comportamentos distanciadores.

O trabalho de Watzlawick e colaboradores (1967) sobre o modo como as diferenças de poder são desenvolvidas na comunicação interpessoal permitiu distinguir a comunicação entre iguais (interacções simétricas) e comunicação entre não-iguais (interacções complementares). As relações saudáveis seriam aquelas em que os participantes eram capazes de se movimentar livremente entre interacções complementares e simétricas, dependendo das exigências da situação (e.g. cada cônjuge deveria ser capaz de apoiar o outro durante os tempos de adversidade mas, também, quando ocorressem diferenças legítimas de interesse, cada cônjuge deveria sentir-se confortável para entrar em negociações com o outro, num conflito que seria saudável). Nos casos de desequilíbrios de poder - como é a divisão tradicional dos homens com

mais poder físico, sócio-económico e político e, as mulheres com mais poder nas relações – há mais probabilidade de surgirem problemas de comunicação (e.g. a mulher que receie qualquer tipo de retaliação, evitará interacções simétricas optando, antes, por estratégias indirectas; os homens socializados de modo a considerarem a liderança masculina como um direito, dificilmente aceitarão interacção simétrica das mulheres, podendo reagir agressivamente).

O maior poder relacional, por parte das mulheres, também pode despoletar problemas de comunicação. Trata-se dos casos em que os homens declinam completamente nas mulheres, tarefas que exigem estratégias de comunicação interpessoal (e.g. cuidar de crianças, lidar com família extensa e com amigos), declarando-se incapazes para tal. Também podem sentir-se ameaçados, em questões de manutenção da relação conjugal, face à capacidade e gosto das mulheres para identificar e falar de estados afectivos. Acresce que comunicar sobre os problemas da relação, se para as mulheres favorece a proximidade conjugal e o crescimento da relação, para os homens tende a aumentar-lhes a ansiedade dado que é ameaçadora e indicativa de problemas na relação (Feeney, Noller & Ward, 1997).

No entanto, aprender o estilo conversacional do outro – treinos de sensibilidade para homens e de assertividade para mulheres - não é a solução para todos os problemas de comunicação. Apesar de haver benefícios na flexibilidade de estilos de comunicação, segundo Tannen (idem), homens e mulheres gostam da sua forma de comunicar.

3.3.2. Conflitos/problemas: reacção e resolução

"Qualquer um pode zangar-se – isso é fácil. Mas zangar-se com a pessoa certa, na justa medida, no momento certo, pela razão certa e da maneira certa- isso não é fácil." Aristóteles, Ética a Nicómano.

Apesar dos conflitos serem comuns e inevitáveis no desenvolvimento e manutenção das relações, o modo como os casais lidam com eles implicará se o conflito é construtivo ou destrutivo para a relação (Markman *et al.*, 1993). Ou seja, mais do que o conteúdo dos conflitos e problemas que surgem nas relações, a forma de reagir e de os resolver, e o modo como os pensamentos e sentimentos subsequentes são comunicados um ao outro, constituem elementos críticos na determinação do sucesso das relações de conjugalidade (Fletcher, Thomas, & Durrant, 1999; Gottman & Silver, 1999; Kurdek, 1995). As estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos casais satisfeitos são, na

generalidade, diferentes das dos casais insatisfeitos, respectivamente, mais positivas e mais aversivas (Halford, Kelly & Markman, 1997). As situações de conflito podem, assim, ser construtivas se incluírem afectos positivos tais como empatia, escuta activa, aceitação, acordo e humor (Gottman, 1991). Apesar disso, em diversos estudos (Baucom & Epstein, 1990; Cutrona, 1996; Fletcher *et al.*, 1999; Storaasli & Markman, 1990), a gravidade dos conflitos evidencia uma correlação positiva com menor satisfação conjugal.

3.3.2.1. Factores desencadeadores dos conflitos e modelos de reacção ao conflito

"Cada potencial relação tem o seu conjunto inescapável de problemas recorrentes. É bom, quando se escolhe um par de longa duração, perceber que estamos a escolher inevitavelmente um conjunto particular de problemas irresolúveis aos quais estaremos agarrados nos próximos dez, vinte ou cinquenta anos" (Wile, 1998, p.12)

Os principais aspectos que parecem desencadear os conflitos dizem respeito a ambientes de crítica, de injustiça e de mal-estar acumulado (Storaasli & Markman, 1990), associados a diversas categorias de discordância conjugal: discordância de objectivos de vida; discordância de valores; discordância cognitiva e de atribuição de tarefas (diferenças de pressupostos sobre os papéis de maridos e mulheres na relação, como é que os casais devem dividir os trabalhos em casa e com os filhos, quanta autonomia deverão ter para além da relação); discordância de meios; discordância comunicacional (Gulotta, 1985).

Face a um conflito, a primeira reacção consiste em evitá-lo ou enfrentá-lo. Por sua vez, enfrentar o conflito pode traduzir-se numa tentativa para a sua resolução ou, pelo contrário, numa sua intensificação, em declarada competição (Fitzpatrick, 1988). O processo de resolução de conflitos e/ou problemas que se revela eficaz implica uma identificação clara e concreta do problema e uma procura criativa, empática e flexível de soluções as quais podem passar por: *cedência* de um dos cônjuges (e.g. 'porque não é assim tão importante como isso', 'como expressão de amor') sendo importante que a cedência não seja pressionada e que haja reciprocidade ou alternância na cedência; *solução de compromisso, de colaboração ou de integração* (que contenha simultaneamente as preferências de ambos os cônjuges, os quais serão ambos vencedores dado que, por negociação, vão explorar opções que maximizem os

benefícios e minimizem os custos de uma determinada solução para cada um deles) (Baucom & Epstein, 1990); *aceitação do desacordo* e do direito do outro a ser diferente (as diferenças podem referir-se a valores que não são negociáveis).

O poder também afecta o conflito e a sua resolução. Verificou-se uma tendência para que poder igual nas relações de conjugalidade fizesse aumentar o conflito, ao contrário da desigualdade, em que se verificava menos conflito. O conflito seria, portanto, um dos custos da igualdade no casamento (Brannon, 1996). No entanto, outros estudos (Thompson & Walker, 1989) mostraram que as desigualdades de poder promoviam conflitos violentos nos casais, colocando ambos os cônjuges em risco acrescido, designadamente de relações abusivas que são um caso extremo de conflito nas relações amorosas.

A escalada do conflito entre marido e mulher pode ser vista como cismogénese (Bateson, 1935 *cit.in* Watzlawick *et al.*, 1967), ou seja, uma polarização nas questões entre os sexos, em que cada um dos lados fica tão investido em converter o outro "à forma certa" que qualquer esperança de resolução fica comprometida. Marido e mulher são tão negativamente afectados pela rígida socialização de género que necessitam de uma mudança de 2ªordem[42] para libertar o casal das suas posições e enriquecer os seus mapas cognitivos o suficiente para uma abordagem em que os dois beneficiem (Philpot *et al.*; 1997).

Por vezes, as mulheres tendem ou a evitar o conflito ou a utilizar a emoção para resolver o conflito – duas tácticas características dos que possuem um estatuto subordinado (Thompson & Walker, 1989). Cancian (1987) acrescenta, também, que a maior ansiedade das mulheres, por comparação com os maridos, em evitar o conflito e preservar a relação conjugal, deve-se ao facto destas se sentirem responsáveis por manter a relação. No entanto, as mulheres também levantam bastante os problemas, provavelmente numa tentativa de os corrigir como responsáveis que se sentem pela manutenção da relação conjugal (Hendrick, 1981).

Apoiando esta interpretação, estão os resultados da investigação de Rusbult (1987; Rusbult, Verette, Whitney, Slovik, & Lipkus, 1991; Rusbult, Yovetich &

[42] Uma mudança de 2ª ordem pode constituir a psicoterapia sensível ao género (Philpott *et al.*, 1997). A divisão da Psicologia da Família da *American Psychological Association* desenvolveu um conjunto de requisitos que os terapeutas devem respeitar se querem fazer terapia sensível ao género (Philpot & Brooks, 1995) e que se podem sintetizar na aceitação das diferenças de género na sociedade e no respeito pela liberdade de quebrar as regras rígidas da socialização de género. São seis os conceitos trabalhados neste tipo de psicoterapia: ecossistema de género, processo de socialização de género, androginia, conhecimento empático, co-evolução de género e percurso de papel de género.

Verette, 1996). Este autor desenvolveu um modelo – o modelo da acomodação[43] – em que considerava quatro respostas básicas relativamente ao conflito de relação: *lealdade* (permanecer comprometido sem fazer activamente nada para resolver o conflito, esperar com optimismo); *voz* (encorajar, activamente, a resolução do conflito de forma positiva, sugerindo soluções, pedindo ajuda, incentivando a mudança em si próprio e no cônjuge); *negligência* (evitar o conflito, esperando que o problema se resolva, ou permitir passivamente que a situação se deteriore, ignorar ou criticar o cônjuge por questões irrelevantes, queixar-se sem apresentar soluções, envolver-se com terceiros) e *saída* (destruir activamente a relação, gritar, abusar, ameaçar sair da relação ou mesmo abandoná-la). Verificou que, relativamente a problemas de relação, nas mulheres havia mais probabilidade de ocorrerem respostas de 'lealdade' ou de 'voz' e, nos homens, respostas de 'negligência' ou 'saída'. Também se constatou que, em situações de insatisfação conjugal e com pessoas egocêntricas, a acomodação era mais reduzida; a acomodação mais elevada estava associada a satisfação conjugal, a elevado compromisso/investimento, a preocupação com o bem-estar pessoal e a pessoas orientadas para a relação (com características psicológicas ditas femininas) (Attridge, Berscheid & Simpson, 1995; Rusbut *et al.*, 1991).

Neste último estudo, o compromisso revelou-se como o determinante mais directo e imediato da acomodação - aspectos de nível individual (e.g. a expressividade) interagem com processos relacionais (e.g. a centralidade e os investimentos), os quais influenciam o compromisso global o que, por sua vez, medeia directamente a vontade de acomodar – salientando a importância da mutualidade na acomodação.

Os conflitos podem ocorrer sobre como comunicar quando os casais tentam lidar com os desacordos (e.g. um pode preferir falar sobre a dificuldade, enquanto o outro quer evitar falar; um pode expressar sentimentos de zanga, enquanto o outro quer falar com calma e racionalidade). O estereótipo de género relativamente à resolução de problemas é o seguinte: os homens, uma vez que foram socializados no sentido de não mostrar inseguranças e dúvidas, tenderão a pensar sozinhos nos problemas até terem encontrado uma solução; as mulheres, por sua vez, tenderão a discutir os problemas procurando alguém que compreenda e apoie emocionalmente, procurando chegar a um

[43] Acomodação significa a tendência para reagir a comportamentos potencialmente destrutivos com comportamentos construtivos, inibindo os impulsos destrutivos. Os comportamentos de reacção ao conflito diferem ao longo de duas dimensões: construtivo *versus* destrutivo (em função do impacto que a resposta tem na relação); activo *versus* passivo (em função do impacto que a resposta tem no problema)

consenso sobre a melhor forma de lidar com a situação, podendo fazê-lo ou não. O sentimento de terem sido ouvidas e compreendidas é o suficiente, para muitas mulheres, para lidarem com a situação, quer isso implique ou não agir (Philpot, 1997). Na mesma linha encontra-se o estudo conduzido por Buss (1991), segundo o qual, a queixa mais frequente das mulheres era a de que os maridos não as consideravam, e a queixa mais frequente dos maridos era o mau humor das mulheres.

Existe controvérsia na literatura sobre a importância do género relativamente à forma como homens e mulheres lidam com o conflito (Canary & Dindia, 1998). As expectativas ligadas ao género sobre como alguém reage a um conflito pode afectar o comportamento relativamente ao outro, de modo que essas crenças são subsequentemente confirmadas pelo comportamento do outro (Markman *et al.*,1993). Nos estudos conduzidos por Bradbury, Campbell e Fincham (1995) verificou-se, por exemplo, que níveis elevados de *instrumentalidade* nas mulheres aumentavam a probabilidade de conflito conjugal, enquanto níveis elevados de *instrumentalidade* nos maridos diminuíam a probabilidade de conflito conjugal. Já um estudo de Sayers e Baucom (1991) tinha concluído que os casais em que o marido tinha resultados elevados de *expressividade*, tanto o marido como a mulher não só exibiam menor frequência de comunicações negativas, como as sequências negativas eram mais curtas e menos frequentes. Para além disso, quanto mais *expressiva* fosse a mulher, menos probabilidade havia de que terminasse uma sequência comunicacional negativa.

Não são raros, efectivamente, os desencontros entre marido e mulher na resolução de problemas (e.g. uma mulher partilha as suas dificuldades com o seu marido por diversas razões a mais importante das quais consiste em estabelecer uma ligação emocional com ele. Pretende o seu apoio e validação. Por sua vez, o marido costuma resolver problemas de maneira diferente, procura informação, examina criticamente a forma como ela lida com a situação e fornece uma solução. Ela sente que ele pensa que ela é estúpida, inadequada e com necessidade de alguém que cuide dela. Não se sente apoiada ou emocionalmente ligada. Fica zangada e não segue o conselho dele. Ele, por sua vez, sente-se ultrapassado e traído. Se ela não queria o seu conselho, então porque é que lhe contou os seus problemas? Fez isso simplesmente para que ele se sentisse inadequado? Se o seu conselho não é bom e ele não a pode fazer feliz, ele não está a ser um bom marido!!!) (Bradbury *et al.*, 1995).

(Rusbult *et al.*, 1991). A acomodação pode ser elevada ou reduzida, consoante a frequência de respostas construtivas seja elevada ou reduzida.

Também se verificam diferenças nas atribuições relacionadas com os conflitos. Num estudo de Lavin (1987), os maridos tendiam a atribuir os seus comportamentos positivos ou negativos a traços internos e estáveis e os das mulheres a forças internas instáveis. Por sua vez, as mulheres não explicavam de forma diferente os comportamentos dos maridos e os delas. Sendo assim, os maridos podiam resistir aos pedidos das suas mulheres para mudar porque o seu comportamento reflectiria traços de personalidade imutáveis, mas as mulheres deveriam mudar em resposta aos pedidos dos maridos, dado que o seu comportamento era não só mutável como submetido a controlo pessoal. Estas crenças dos maridos sobre resolução dos conflitos conferir-lhes-iam mais poder na relação, dado que podiam exigir mudanças e não podiam, razoavelmente, ser instados a mudar.

Um padrão de interacção frequente nos conflitos conjugais é conhecido por pedido-evitamento ou ataque-retirada e consiste na situação em que um dos cônjuges "*pressiona o outro com pedidos, queixas, e críticas, enquanto o (outro) se retira com defesas e interacção passiva*" (Christensen & Shenk, 1991, p.458). Este padrão pode tornar-se num ciclo vicioso porque face ao evitamento, o outro cônjuge sente ainda mais necessidade de falar e pode pressionar a discussão; por sua vez, o aumento do pedido pode levar a que o evitante sinta ainda maior preocupação com os riscos da discussão e aumente a sua necessidade de fuga. Há mais probabilidade de serem as mulheres que pedem/atacam e os homens os que evitam/retiram quando discutem os seus problemas relacionais, avaliados com medidas de auto-avaliação (Acitelli & Young, 1996; Christensen & Shenk, 1991; Cross & Levant, 1997) ou de observação (Christensen & Heavey, 1990; Heavey, Christensen & Malamuth, 1995).

Uma investigação conduzida por Heavey, Christensen e Malamuth (1995) revelou que os casais em que o marido evita ou se retira quando uma mulher pede mudança relativamente a um problema ou a uma questão colocada por ela, têm muitas probabilidades de ter problemas de longo termo (e.g., é maior o declínio na satisfação da mulher com a relação, depois de dois anos e meio). Curiosamente, no padrão de ser o homem a pedir mudança e a mulher a evitar, era possível prever um aumento de longo termo na satisfação com a relação, para as mulheres. Uma explicação possível reside no facto de um homem que participa activamente numa discussão de resolução de problema (mesmo quando se comporta negativamente, no sentido de culpar e pressioná-la à mudança) pode estar a demonstrar vontade de resolver problemas, o que pode fazer prever satisfação a longo termo. Infelizmente, o padrão de homem que pede /mulher que

evita também ocorre entre casais em que o marido é fisicamente abusivo, sugerindo que este padrão pode estar associado com tensões e poder violento (Babcock, Waltz, Jacobson, & Gottman, 1993).

Turgeon, Julien & Dion (1998) elaboraram estudos com o objectivo de aprofundar a associação entre o padrão comportamental pedido/prossecução do conflito – evitamento e os afectos de maridos e mulheres. Constataram que, conforme se previa, as mulheres apresentavam níveis mais elevados de prossecução do conflito e os homens de abandono do mesmo. Enquanto o comportamento de envolvimento no conflito, por parte das mulheres, parecia instigar os comportamentos de evitamento do conflito; nos homens, o oposto não se verificava. Os maridos insatisfeitos, por comparação com os satisfeitos, reagiam diferentemente aos comportamentos de prossecução do conflito, por parte das respectivas mulheres: não aceitavam automaticamente as críticas ou exigências, opunham-se justificando o seu ponto de vista, ou seja, envolviam-se no conflito, tendo mais probabilidade de o resolver do que se se tivessem retirado.

Diversos estudos têm demonstrado como em situações de conflito, sobretudo de casais insatisfeitos os seguintes resultados são replicáveis: os homens lidam com menos competência com a situação, são menos negativos, procuram reduzir o conflito ou abandonar a interacção conflituosa ; as mulheres lidam melhor com os conflitos apesar de mais hostis e negativas, procurando o envolvimento e prossecução dos conflitos (Griffin, 1993; Levenson, Carstensen, Gottman, 1994; Turgeon, Julien & Dion, 1998). Os homens tenderiam a retirar-se de situações de elevado conflito, com vista a diminuir a ansiedade provocada pelos comportamentos de hostilidade e envolvimento no conflito das mulheres. Com efeito, os homens são mais susceptíveis a imediata e duradoura activação fisiológica (e.g. pressão sanguínea, taquicardia, suor) durante essas situações de conflito, considerando-as mais desagradáveis (Gottman & Levenson, 1988, 1999a; Griffin, 1993). O comportamento de retirada dos homens afirma-se como um factor preditor da insatisfação conjugal, sobretudo por parte das mulheres, ao longo do tempo (Turgeon, Julien & Dion, 1998).

As respostas de homens e mulheres ao conflito também podem depender do estado da relação no momento (Griffin, 1993). Gottman, Markman e Notarius (1977) avaliaram casais numa discussão de resolução de problemas. No geral, estes resultados sugeriram que, nos casais satisfeitos, eram as mulheres quem interrompia trocas negativas; nos casais não satisfeitos, as mulheres não inseriam comentários positivos numa troca comunicacional negativa. Por sua vez, Walsh, Baucom, Tyler e Sayers

(1993) também verificaram, através de uma metodologia de análise sequencial aplicada à comunicação de resolução de problemas em 56 casais, que nas situações de insatisfação conjugal, as mulheres eram mais negativas na sua comunicação do que os maridos, quer no que se refere à frequência de comunicação negativa quer na probabilidade de reciprocidade negativa. Arellano e Markman (1995) chegaram a resultados semelhantes através da aplicação a casais de uma medida de auto-registo sobre gestão do conflito – '*The Managing Affect and Differences Scale*'.

No entanto, um estudo longitudinal de 4 anos (Gottman & Levenson, 1999b), da interacção de casais relativa a discussão de problemas conjugais, revelou, no geral, estabilidade na expressão da afectividade (positiva e negativa). As diferenças de género verificadas iam no sentido das mulheres evidenciarem maior estabilidade na expressão geral dos afectos do que os maridos - já em termos mais específicos, os homens eram mais estáveis do que as mulheres em disputa, desprezo e tensão; e, as mulheres mais estáveis do que os homens, nas queixas. Parece, pois, que ao longo do tempo, marido e mulher tendem a ser recorrentes no mesmo tipo de problemas conjugais e fazem-no de forma semelhante. O aspecto mais importante "*não é o grau de resolução do problema mas a natureza da interacção afectiva à volta da qual a maioria dos casais não resolve os seus perpétuos problemas*" (idem, p.164).

Estudos que relacionam os padrões de vinculação do adulto e a resolução de conflitos

O sistema de vinculação é habitualmente activado em três situações as quais orientam diferentemente o comportamento de vinculação do adulto: Em situações que provocam medo e em situações de desafio, as quais têm sido muito investigadas, as pessoas estão motivadas para procurar a segurança junto de outros significativos. Já em situações de conflito a motivação vai no sentido de manter relações de cooperação. Apesar da sua importância na manutenção de relações de cooperação, as interacções conflituosas têm sido consideravelmente menos investigadas. Especificamente nas relações amorosas, fazer planos conjuntos, trabalhar para objectivos mútuos e de longo termo exige que os elementos do par sejam capazes de adoptar a perspectiva do outro e apresentar algum grau de flexibilidade e acomodação na resolução dos conflitos. Nas poucas investigações realizadas, os adultos com padrão de vinculação *segura* distinguem-se sempre dos restantes, evidenciando mais estratégias de integração e de

compromisso (Pistole, 1989), maior flexibilidade e reciprocidade na auto-revelação (Mikulincer & Nachshon, 1991), mais contacto físico e comentários de apoio e maior procura e dádiva de apoio emocional (Simpson, Rholes, & Nelligan, 1992), regulação das emoções de uma forma construtiva durante a resolução de conflitos (Kobak & Hazan, 1991).

Simpson, Rholes e Philips (1996) realizaram um estudo com o objectivo de investigar se havia mudança de percepções do parceiro e da relação depois de pessoas com diferentes padrões de vinculação terem tentado resolver um problema na sua relação. Confirmando o que estava previsto com base na teoria da motivação, os adultos (mulheres e homens) com uma orientação mais *ansiosa/ambivalente* foram os que percepcionaram mais negativamente o seu parceiro e a relação de ambos, distinguindo-se ainda mais as mulheres pelo seu envolvimento em comportamentos negativos na ansiedade para lidar com o conflito. Os autores avançam com a explicação de ser grande a preocupação relativamente à disponibilidade da figura de vinculação e ao compromisso de longo termo da relação. Os homens com orientação mais *evitante* distinguiram-se de todos os outros adultos (inclusivé das mulheres com vinculação *evitante*) pelo seu comportamento frio, distante e pouco apoiante especialmente na discussão de grandes problemas. Trata-se, segundo os autores, da opção por uma distância emocional relativamente ao problema, na tentativa de minimizar o seu envolvimento na interacção (e.g. subestimando a importância do assunto, ignorando os sentimentos do outro)[44]. No que se refere aos adultos com vinculação *segura*, não só os comportamentos descritos para os outros padrões de vinculação sucediam em menor grau, como tendiam a reagir a acontecimentos potencialmente negativos situando-os no contexto positivo mais lato da história da relação. Desta forma protegiam e fortaleciam o que mais valorizam na relação - a segurança permanente. Trata-se de estratégias muito semelhantes às encontradas por Murray e Holmes (1993), quando verificaram que adultos com visões positivas dos seus pares de relação tendiam a reinterpretar aspectos negativos ou faltas deles transformando-as em virtudes.

[44] Na resolução de conflitos parecem, portanto, existir diferenças de género no modo como homens e mulheres *evitantes* se comportam. Muito provavelmente as orientações de papel sexual (como se sabe, os papéis de género tradicionais femininos encorajam a expressão de apoio, a sensibilidade interpessoal nas relações, a responsabilidade de manter e reatar relações) sobrepõem-se ao estilo de interacção habitualmente associado a níveis elevados de evitamento, sobretudo nas mulheres com vinculação evitante que enfrentam situações que colocam a relação em causa.

3.3.2.2.Modelos de 'boa comunicação' e de 'boa gestão de conflitos' e tipologias conjugais

"F. reage frequentemente explodindo como as tempestades tropicais que vêm e vão sem aviso prévio. A violência surge de repente e desaparece sem deixar sequelas, na condição de não ser contrariado no momento crítico. De princípio estes arrebatamentos provocavam-me um incómodo desagradável, misto de mágoa e de indignação, travando qualquer hipótese de argumento. O grave é que o conflito de opiniões se transformava numa briga de carácter puramente emocional, impedindo um acordo que satisfizesse ambas as partes e acumulando ressentimentos perigosos. Consciente disso obriguei-me a assistir imperturbável às suas fúrias, adiando para mais tarde as discussões. É uma boa estratégia, ele cai em si e desdobra-se em desculpas" (Luísa Beltrão, '*Todos Vulneráveis*', 1999)

Perante os conflitos que, inevitavelmente, existem em todas as relações, as emoções e cognições daí decorrentes vão traduzir-se em comportamentos de reacção e de resolução de conflitos. Fletcher (2002) refere que se podem resumir a dois os modelos quanto à articulação entre emoções, cognições e comportamentos. Cada um destes modelos basear-se-ia, respectivamente, em três pressupostos, tendo ambos os modelos investigação empírica de suporte.

O modelo da 'boa comunicação' postula que, em primeiro lugar, os membros do casal devem expressar, com franqueza e diplomacia, os seus pensamentos e sentimentos negativos (Gottman & Krokoff, 1989; Karney & Bradbury, 1995). Devem lidar abertamente com o conflito em vez de reagir com indiferença ou retirada (Gottman, 1998) e, por último, tentar resolver honestamente os problemas. Procedendo desta forma os casais estarão a construir relações conjugais satisfeitas e duradouras, caso contrário, os conflitos acabarão por reaparecer, porventura com efeitos mais corrosivos, minando a relação. Para além das investigações empíricas de suporte aos diferentes postulados, já referidas, há também uma investigação com 56 casais (Fletcher, Thomas, & Durrant, 1999), que concluiu que, tanto os maridos como as mulheres, satisfeitos conjugalmente, expressavam os seus pensamentos e sentimentos negativos mais frequentemente do que os outros casais, em discussões de resolução de problemas.

O modelo da 'boa gestão dos conflitos', por sua vez, parte de outros postulados e, também possui apoio de investigação empírica. Em primeiro lugar, a expressão aberta e regular dos pensamentos e sentimentos negativos prejudicaria as relações conjugais. Comunicar correctamente passaria por acomodar-se ao comportamento do outro, eventualmente estabelecendo soluções de compromisso (e.g. ignorando ou respondendo

positivamente ao comportamento negativo do outro em vez de exibir os desacordos). Por último, seria importante que os cônjuges percebessem que, uma vez que todas as relações têm problemas que não podem ser resolvidos, haverá que integrar isso na vida, e não tentar obsessivamente resolver toda e qualquer questão (Rusbult *et al.*, 2000).

Aparentemente, estes dois modelos são contraditórios mas, se tivermos em consideração que o modo como as pessoas avaliam, interpretam e atribuem significado aos acontecimentos negativos tem um grande impacto nas emoções, cognições e comportamentos subsequentes, percebemos que os dois modelos podem coexistir. Se, por exemplo, face a um mesmo comportamento negativo da mulher, observarmos um homem a gritar zangado com a insensibilidade dela ou a oferecer-se calmamente para lhe fazer um chá, poderemos, se não considerarmos qual a 'teoria local da relação' do homem, considerar que as duas formas de reagir seguiram modelos diferentes – a primeira, de acordo com o modelo de 'boa comunicação' e, a segunda, de acordo com o modelo de 'boa gestão dos conflitos'. Estes comportamentos ganham outra compreensão se atendermos às 'teorias locais da relação' do homem. Supondo que, no primeiro caso, a sua teoria é a de desilusão com a relação e, no segundo caso, a teoria é de bem-estar com a relação, a diferença de reacções já se compreende melhor. Acresce que tanto numa situação como noutra, a reacção do homem é consonante com os seus pensamentos e sentimentos, pelo que estará a comunicar, de uma forma aberta e precisa, o seu estado mental[45] (modelo da 'boa comunicação').

Também se deverá considerar uma distinção operada por Fletcher e colaboradores (1999) relativamente à *acomodação* que poderá ser cognitiva - se relativa à interpretação e justificação dos comportamentos do par -, ou comportamental - se relativa à expressão das emoções e cognições. Geralmente uma elevada acomodação cognitiva (em que a interpretação dos comportamentos negativos do cônjuge provoca cognições e emoções positivas) potencia uma acomodação comportamental também mais elevada, dado que atenua o comportamento negativo do cônjuge. Se a percepção que se tem da relação é positiva e os níveis de atribuição de culpa são baixos, está criado o clima psicológico que encoraja a expressão - em interacções de resolução de problemas - do que realmente se sente e pensa, mesmo que seja negativo.

[45] Daí a importância de, ao avaliar o modo de reacção e de resolução de conflitos, ir para além do comportamento observável e considerar as teorias locais da relação íntima de cada um dos membros do casal.

Verifica-se uma diferença de género, que tem sido replicada em diversas investigações (Acitelli & Young, 1996; Cross & Levant, 1997; Fletcher *et al.*, 1999; Gottman *et al.*, 1998) e que é consonante com os estereótipos de género sobre relações de intimidade : os maridos estão mais felizes se as respectivas mulheres seguem o modelo de 'boa gestão do conflito'; as mulheres estão mais felizes se os seus maridos seguem o modelo de 'boa comunicação'.

A articulação entre os dois modelos também se pode fazer, segundo Fletcher (2002) por moderação, por equilíbrio, dado que não seria saudável, para nenhuma das partes, reagir ao conflito sempre de acordo com um só dos modelos. Ou seja, pode tornar-se muito problemático, reagir sempre ao conflito, com abertura e sinceridade de sentimentos (mas com pouca atenção ao estado da relação ou aos sentimentos do cônjuge) ou, então, reagir ao conflito, ocultando os sentimentos e pensamentos negativos (sacrifício que, a breve prazo, deixará de ser valorizado pelo cônjuge)[46].

Uma outra hipótese avançada quanto aos modos de reagir e resolver os conflitos, refere-se, mais do que aos estilos de comunicação, à existência ou não de compatibilidade entre os modelos dos cônjuges. Teriam relações mais estáveis e satisfeitas os cônjuges que adoptassem o mesmo modelo – o de comunicação aberta ou de 'boa gestão' do conflito – o que é consonante com as investigações já referidas sobre o impacto negativo do padrão de pedido/evitamento ou ataque/retirada nas relações conjugais (Christensen & Heavey, 1990; Heavey *et al.*, 1995), em que marido e mulher reagem segundo modelos opostos.

Na continuidade da importância conferida à compatibilidade/incompatibilidade dos modelos de marido e mulher existem as tipologias conjugais desenvolvidas pelos diferentes investigadores como Gottman, Fitzpatrick e Fletcher. A tipologia proposta por Fletcher (2002), apesar de combinar os dois esquemas definidos por Gottman (1993a)[47] e Fitzpatrick (1988)[48], centra-se especificamente, na comunicação e considera três tipos de relações:

---

[46] De referir o paralelismo que se pode estabelecer com a vantagem de alternar e/ou articular os dois tipos de interacção referidos por Watzlawick e colaboradores (1967), simetria e complementaridade, para evitar quer a escalada simétrica quer a complementaridade rígida, tão disfuncionais nas relações conjugais.

[47] Este autor sugeriu a existência de três tipos de casais 'estáveis' (e com maior proporção de experiências positivas) de acordo com o modo como maridos e mulheres se baseiam em diferentes estilos de comunicação para lidar com o conflito : os *casais evitantes do conflito* tendem a minimizar o conflito; os *casais voláteis* são emocionalmente expressivos, desejando envolver-se em conflito e mudar as opiniões do cônjuge; os *casais validantes* tentam evitar o conflito mas discutem sobre questões importantes na sua relação. Gottman (1993a) também encontrou dois tipos de casais 'instáveis' em que os cônjuges tendem a ser ambos negativos nas suas interacções: os *casais hostis*, em que crítica directa e defesa dominam; os

Relação da 'boa comunicação' – os homens e as mulheres que adoptam este tipo de relação dão um grande relevo à comunicação:

- pensam conscientemente na sua relação, gostam de reflectir falar sobre ela (e.g. fazer o ponto da situação e avaliar se a relação os ajuda a crescer como indivíduos e a preservar a sua liberdade) e preocupam-se em cuidar dela, expressando frequentemente o seu amor e admiração um pelo outro;

- abordam os conflitos discutindo os problemas de uma forma aberta e sincera;

- têm visões liberais e possuem, em geral, um bom nível educacional.

Relação de 'boa gestão' – os indivíduos que adoptam este tipo de relação vivem numa estrutura relacional algo rígida e tradicional:

- não comunicam muito um com o outro sobre a relação (designadamente, não considerando que ela exija muito trabalho ou grande avaliação), e aceitam a proximidade e dependência mútua sem ficarem preocupados com a falta de individualidade;

- evitam o conflito, são afectivos e calorosos um com o outro;

- são felizes ao estabelecer interacções previsíveis e estereotipadas.

Relação volátil – os homens e as mulheres incluídos neste grupo não se adequam a nenhum dos tipos definidos anteriormente:

- são assertivos, dizendo o que pensam no momento imediato, implicam e discutem frequentemente sobre aspectos aparentemente insignificantes;

- têm mais probabilidade do que os outros dois grupos de manifestar violência física;

- expressam o amor e afecto de forma desinibida e a sua relação raramente é maçadora.

O facto de existirem tantos tipos conjugais diferentes e, aparentemente, satisfeitos, leva-nos a deduzir que o modelo que é, na generalidade, indicado para a resolução dos conflitos – o modelo da 'boa comunicação – só se adequa a determinado tipo de casais. A questão, no que se refere a relações bem sucedidas, diz respeito ao modo e momento de controlar o processo de expressão de pensamentos e emoções negativas. Em contextos de discussão e resolução de problemas relacionais, os casais

casais desligados/hostis, estando emocionalmente desligados e distantes, envolvem-se esporadicamente em episódios de crítica e defesa mútua.

[48] A tipologia de casais desenvolvida por Fitzpatrick (1988) é muito mais do que uma tipologia baseada na reacção dos cônjuges ao conflito – mais precisamente, essa é, unicamente, uma das dimensões

mais satisfeitos eram os que tinham mais probabilidade de expressar os seus pensamentos e emoções negativas, nomeadamente a expressão de zanga e irritação. Estas conclusões não serão provavelmente as mesmas para outros contextos relacionais (e.g. contextos em que um dos membros do casal necessite de especial apoio e cuidado; contextos de programação conjunta de tarefas).

O que parece, portanto, estar em causa é a capacidade de ajustar estratégias e comportamentos de comunicação de acordo com as exigências do contexto. Como o que estamos a considerar são relações de intimidade que implicam duas pessoas – uma mulher e um homem – revela-se como decisivo para o sucesso da relação, o modo como cada casal combina e harmoniza os seus estilos de comunicação individual.

3.3.3. Poder e Influência

"Também é possível encontrar casais felizes, homens que amam realmente a sua mulher, que não sentem a virilidade em perigo, que se alegram com as mudanças ocorridas e que, inclusivamente, sabem que precisam de fazer um esforço para as acompanhar, pois que também são importantes para eles. A diferença, logicamente, está nas pessoas." (Alborch, '*Solas*', 1999, p.141)

O poder é uma dimensão importante na interacção humana e uma característica das relações de género. Tem sido definido como "*a capacidade de influenciar decisões importantes e levar os outros a fazer o que de outra forma não fariam*" (Blumstein & Schwartz, 1983, *cit.in* Steil, 1997). As questões de poder são indissociáveis das relações de intimidade entre homem e mulher, dado que, sem equitatividade e aceitação, é difícil a intimidade (Larson, Hammond & Harper, 1998; Rampage, 1994) como bem o expressa a afirmação de Guitton " *o desequilíbrio insinua-se no casal quando um deles mostra um espírito de dominação sem concessão*" (Guitton & Antier, 1998, p.41).

Nas últimas duas décadas, muitos estudos têm sido realizados sobre a forma como o poder está distribuído e como a influência é exercida em relações íntimas como as conjugais. Alguns investigadores estudaram as diferenças de género no uso de estratégias de influência. De entre os que estudaram a extensão em que o poder era igualmente partilhado, alguns investigadores centraram-se nos benefícios de relação associados à igualdade (e.g. Sprecher & Felmlee, 1997), e outros focaram os custos psicológicos para os cônjuges quando as relações não eram iguais (e.g. Whisman &

---

consideradas nos três tipos (*tradicional, independente e separado*) que encontrou nas investigações

Jacobson, 1990). Para além disso, alguns investigadores pensaram nestas questões numa perspectiva de teoria de *troca* ou justiça social (considerando não só a *igualdade* mas a *equidade* e a *necessidade* como princípios nos quais as relações íntimas deverão ser baseadas) e outros mais numa perspectiva teórica de *mutualidade*. Para Steil (1997) neste conjunto tão diversificado de investigações, o conceito de igualdade por vezes permanece indefinido. Isto porque "*enquanto a igualdade no local de trabalho pode ser medida por critérios organizacionais específicos, definir a igualdade em relações emocionais complexas, nas quais as necessidades e expectativas são frequentemente implícitas em vez de explícitas, revelou-se de grande dificuldade*" (idem, p.44).

Doyle e Paludi (1995), bem como Rampage (1994), aludem à distinção entre 'poder sobre', o qual expressa uma relação (e.g. um cônjuge tem poder sobre o outro se consegue que ele faça o que, de outro modo, não faria) e 'poder para', o qual expressa uma capacidade para alcançar algum objectivo. Josselson (1996), por sua vez, distinguiu entre 'poder sobre' e 'poder com' para distinguir competição e cooperação nas relações, tendencialmente encontrados em, respectivamente, homens e mulheres.

3.3.3.1. O Poder com Base nos Estereótipos de Género

"Devíamos aprender a conciliar a autonomia que antigamente era atribuída só aos homens, com a compaixão que as mulheres cultivaram ao longo da história." (Alborch, 1999)

Os próprios estereótipos de género têm, inerentes, grandes diferenças de poder, como já se analisou no capítulo anterior. Com efeito, se definirmos poder como controlo assimétrico sobre os comportamentos de outras pessoas, então, dado que os homens controlam um conjunto desproporcionado de resultados valorizados na sociedade (ou, pelo menos, no local de trabalho), são eles quem tem mais poder. As mulheres raramente ocupam posições de topo e, proporcionalmente, ganham menos. Segundo as teorias de estatuto, as expectativas estabelecem a teoria, ou seja, percebida uma competência e esperado um desempenho, classificamos as pessoas de acordo com os contributos mais válidos que possam dar. A estes, que estão melhor classificados (e.g. homens, brancos, etc) são-lhes dadas oportunidades e são tratados com deferência (Fiske & Stevens, 1998). Assim, o estatuto mais elevado dos homens conduz a expectativas de que serão, em geral, mais competentes do que as mulheres. Mas, mais

empíricas realizadas.

especificamente, as diferenças de estatuto e de poder contribuem para a valorização diferencial dos traços estereotipados masculinos (o *cluster* da competência) e para a desvalorização dos traços estereotipados femininos (*cluster* socio-emocional) pelo menos, no contexto de tarefas. Assim, o poder em si, pode capacitar as pessoas que o têm, ao definir que traços são mais válidos. Como os homens têm mais estatuto e poder, os seus traços estereotipados são vistos como merecendo mais respeito. Qual deles começou não é claro mas, pelo menos, alguma da variância é devida à sequência poder-respeito. (Fiske & Stevens, 1998) assim como a factores culturais.

A assimetria de poder e prestígio também pode explicar a prescrição de que as mulheres, em termos de estereótipo, são o grupo menos competente, devendo limitar-se aos seus estereotipados domínios de competência. E isto explicaria porque é que os homens, tradicionalmente, não aspiram a possuir traços 'femininos', a alternativa desvalorizada.

3.3.3.2. Diferenças de Género no Uso das Várias Bases de Poder

"É preciso ter cada vez mais confiança em si à medida que se desenvolve um amor partilhado, já que dois seres só se tornam um quando se mantêm dois." (Andreas-Salomé, 1990, p.72)

O poder está relacionado com o acesso de cada pessoa a diferentes recursos. E, de certa forma, o poder associado a cada recurso é subjectivo, uma vez que os recursos (e.g. amor, compromisso, prestígio, dinheiro) deverão ter algum valor para quem queremos influenciar. Os recursos ou bases de poder mais frequentemente estudados estão incluídos na clássica tipologia de French e Raven (1959, *cit.in* Steil, 1997) – *recompensa, coercivo, legítimo, perito,* referente e *informacional*[49] – e podem relacionar-se todos com o género. Destas seis bases de poder, entre os casais, o poder

[49] Uma pessoa possui poder de *recompensa* quando tem algo de valor ou um dos vários tipos de recursos (concretos ou pessoais) percebido pelo(s) outro(s) como desejável. Já o poder *coercivo* baseia-se na capacidade de administrar efeitos (e.g. ameaçar, retirar uma recompensa ou punir) que são percebidos como negativos. Uma pessoa que é admirada, respeitada ou de quem se gosta tem poder de *referente* sobre os outros, por vezes nem tendo consciência disso. O poder *legítimo* baseia-se no reconhecimento mútuo de um dos parceiros dever exercer autoridade associada à sua posição ou papel social (e.g. no casos dos cônjuges, diferentes direitos e responsabilidades estariam associados ao papel de sustento e ao papel de prestador de cuidados), e do outro a aceitar. O poder de *perito* é exercido por alguém que tem conhecimento ou capacidade numa determinada área. A pessoa que tem acesso a alguma informação que outros gostariam de ter ou que consideram válida, tem poder *informacional* – a única base de poder percepcionada como independente da pessoa por quem é exercida.

coercivo é o que está associado aos resultados mais negativos e, o poder de *referente*, aos resultados mais positivos (Gray-Little & Burks, 1983).

No geral, os homens são vistos como recorrendo a um maior número de bases de poder do que as mulheres, se bem que nas últimas décadas este panorama se tenha alterado. O uso de poder *legítimo* é mais frequente nos homens por causa do acesso mais fácil que têm a uma variedade de posições que sancionam a sua autoridade relativamente a outros (especialmente a mulheres e crianças). Tradicionalmente, também se considera que os homens têm usado mais poder de *recompensa* e poder *coercivo*, enquanto as mulheres estão mais centradas no poder de *referência*. Também, algumas vezes, por causa das posições que ocupam, têm mais acesso a poder de perito do que as mulheres, bem como mais acesso a *informação* (Doyle & Paludi, 1995; Steil, 1997). Ter um trabalho com salário é, também um factor a considerar. Thompson e Walker (1989) descobriram uma relação curvilinear entre o ordenado das mulheres e o seu poder no casamento – as mulheres que não ganhavam tinham menos poder; as que ganhavam mais dinheiro tinham um poder crescente até chegar ao ponto de ordenados iguais; quando as mulheres ganhavam mais do que os maridos, tinham (ou exerciam) menos poder do que os cônjuges. A maioria dos casais ficava desconfortável se a mulher ganhava mais dinheiro do que o marido (Coltrane, 1998a; Trent & South, 1989; Helms-Erikson *et al.*, 2000).

Apesar da disparidade relativamente ao número de bases de poder, as mulheres não têm falta de poder – mas falta de autoridade em muitas áreas - dado que conseguem influenciar os homens de modo a ir de encontro ao que desejam. Trata-se do exercício do poder através de estratégias de influência.

3.3.3.3. Poder como Uso de Estratégias de Influência

"Enquanto houver tempo, existe oportunidade, mas quando a oportunidade surge, já não há muito tempo." (Hipócrates)

O poder também é definido como a capacidade de influenciar outros e de resistir à sua influência em nós próprios. Também notámos que o poder está baseado no acesso aos recursos. O número e tipo de recursos valorizados, ao qual cada um de nós tem acesso, está associado à forma como a influência é exercida. As pessoas que são auto-confiantes e que têm acesso a recursos concretos e mais universalmente valorizados

(e.g. estatuto, dinheiro e conhecimento, força[50]) usam modos de influência directos e interactivos (ou bilaterais). Têm mais probabilidade de expor os seus desejos, de escutar activamente e de usar a razão, a lógica, a validação, a empatia e a conversa mútua para influenciar outros. Aqueles que são menos auto-confiantes e que não têm acesso a recursos concretos e muito valorizados têm mais probabilidade de contar com recursos pessoais (e.g. atracção, ligação, palavras agradáveis, afecto), e a usar modos de influência indirectos e não interactivos (ou unilaterais) (Instone, Major, & Bunker, 1983). Aqueles com pouco acesso a recursos têm mais probabilidade de usar estratégias tais como insinuar, chorar, evidenciar desamparo, afastar-se ou intimidar para influenciar outros. Com recursos pessoais, a relação é central. Com recursos concretos, a relação é menos essencial como componente principal para assegurar o que se pretende (e.g. a pessoa que tem dinheiro não necessita de ser amável, nem que gostem dela, de modo a ter outros sob a sua ordem).

Apesar de qualquer modo de influência poder ser efectivo a curto prazo, a longo prazo há diferenças significativas nos resultados associados com o uso de diferentes estratégias. Com as pessoas que usam modos de influência pessoais e indirectos, há mais probabilidade de consequências negativas em termos de dependência, baixa auto-estima e posição subordinada (Johnson, 1978 *cit.in* Doyle & Paludi, 1995).

A revisão de literatura mostra que, independentemente do tipo relação, o uso de estratégias directas-bilaterais está associado a níveis elevados de intimidade relacional e satisfação, e o uso de estratégias unilaterais, manipulativas e indirectas está associado a níveis baixos de intimidade de relação e maior insatisfação (Aida & Falbo, 1991; Steil, 1997).

Influência, tomada de decisões e distribuição de responsabilidades

No que se refere à influência, verifica-se que as mulheres parecem ser muito mais facilmente influenciadas do que os homens, muito provavelmente por causa dos

[50] Uma fonte de diferenças de poder resulta do tamanho físico relativo de homens e mulheres, estando elas mais sujeitas a vários tipos de violência, quer no contexto de relações íntimas, quer no contexto mais vasto da sociedade. Para além disso, os actos de violência de homens relativamente às mulheres provocam, habitualmente, mais danos físicos do que os mesmos actos infligidos das mulheres para os homens. Investigação diversa revela que níveis elevados de violência masculina estão, também, associados a elevada violência feminina (Magdol *et al.*, 1997), a níveis superiores de conflito, a níveis reduzidos de qualidade conjugal percebida e a desequilíbrios de estatuto na relação (níveis superiores femininos de estatuto socio-económico ou de poder de tomada de decisão) (Babcock *et al.*, 1993).

papéis subordinados que elas habitualmente ocupam na relação com os homens (Eagly, 1987, 1998).

Uma revisão de literatura sobre poder familiar e bem-estar realizada por Steil (1983), revelou que, em geral, os maridos empregados tinham mais poder na tomada de decisão, nos seus casamentos, bem como resultados mais elevados em medidas de bem-estar. As mulheres sem trabalho fora de casa tinham a mais reduzida palavra na tomada de decisão nos seus casamentos e, nas medidas de bem-estar, tinham os resultados mais reduzidos. Já as mulheres empregadas ocupavam uma posição intermédia entre os dois grupos nas duas variáveis. Acresce que a influência da mulher parecia ser maior quando havia poucos ou nenhuns filhos, quando o fosso entre o seu ordenado e o do marido era proporcionalmente pequeno, quando ela prosseguia uma carreira a tempo inteiro que tinha sido iniciada antes do casamento. As mulheres nestas condições eram também as que pareciam experimentar os níveis mais elevados de bem-estar físico e psicológico.

Afirmar que os casais mostram um equilíbrio igual de poder não significa que ambos tenham igual palavra em todas as decisões (Sprecher & Felmlee, 1997). Esse poder pode ser exercido de acordo com as linhas tradicionais - com os homens a tomar decisões financeiras e as mulheres decisões domésticas – e, nesse caso, pode reflectir o poder diminuto das mulheres uma vez que tomam decisões sobre assuntos que os homens consideram demasiado triviais para a sua atenção (e.g. as mulheres decidem qual é o jantar e que produtos comprar, por comparação com a decisão de investir dinheiro ou comprar uma casa, por parte dos homens).

Daí que Gray-Little e Burks (1983) considerem dois tipos de casamento igualitário: *sincrático* e *autonómico*. A relação sincrática descreve um padrão conjugal em que ambos, marido e mulher, exercem o poder e tomam decisões conjuntamente em todas as áreas. Já na relação autonómica, os cônjuges exercem o poder e controlam áreas separadas. Nesse estudo, em que também realizaram uma revisão de literatura sobre poder e satisfação conjugal, os autores constataram que, nas relações em que a mulher evidenciava mais poder do que o homem, se registava maior insatisfação conjugal do que nas relações em que havia partilha do poder ou naquelas em que era o marido quem tinha mais poder. Avançam com a explicação de que estes dois últimos padrões de casamento têm maior aprovação social, o que justificaria que os casais se sentissem mais positivos sobre as suas relações e indicassem maior satisfação. No entanto, num casamento em que a mulher é dominante, não há aprovação cultural

podendo os cônjuges sentir-se insatisfeitos numa relação que os outros vêem como afastada da norma.

Revelou-se como muito importante um estudo com 815 casais '*dual-earner*' sobre a relação entre poder conjugal e o bem-estar psicológico (Steil & Tretsky, 1987, *cit.in* Steil, 1997). O poder conjugal foi avaliado através de uma escala tipo *Likert* que avaliava o modo como era atribuída a responsabilidade nas seguintes áreas: tomada de decisões, desempenho de tarefas domésticas e cuidado dos filhos. Apesar dos cônjuges concordarem sobre quem fazia mais em quê - as mulheres tinham mais responsabilidade do que os maridos nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos; os maridos tinham mais responsabilidade nas outras tomadas de decisão – não concordavam sobre quanto mais – as mulheres achavam que faziam mais do que o que os maridos diziam delas e os maridos pensavam que faziam mais do que aquilo que as mulheres diziam deles. O valor do ordenado relativamente ao do cônjuge era um preditor importante do poder conjugal para as mulheres sem filhos, mas não estava relacionado com o poder das mulheres que eram mães. Quando se consideravam os efeitos de todos os factores, o melhor preditor da influência conjugal não era nenhuma das variáveis relacionadas com o rendimento económico mas, antes, as percepções tanto dos maridos como das mulheres, da importância das suas próprias carreiras relativamente às dos cônjuges. Também para as mães, quanto mais valorizavam os seus trabalhos relativamente aos trabalhos dos maridos, maior a sua palavra na tomada de decisão e menos responsabilidade tinham nas tarefas domésticas. Já relativamente aos filhos e, independentemente das condições, era sempre às mães que cabia a responsabilidade principal.

Parecia, pois, ser importante considerar não só quanto marido e mulher faziam mas como o que faziam era percepcionado. Sabendo que as crenças de género são determinantes das percepções interessava considerar, também, as ideologias de papel de género de maridos e mulheres. Perceber em que extensão a identidade da mulher é ou não definida pelo seu papel de dona de casa e de mãe; e a identidade do marido definida pela sua capacidade de sustento. Será que estas identidades de género determinam as formas pelas quais o trabalho doméstico dos homens é percebido - como participação de vontade em responsabilidades partilhadas? Ou como ameaçadoras tanto para maridos como para mulheres? Para alguns maridos a participação crescente em casa pode desafiar a sua identidade masculina e a sua capacidade de corresponder às exigências de

carreira. Para algumas mulheres, a maior participação dos maridos pode ameaçar a sua visão de si próprias como donas de casa adequadas e mães.

3.3.3.4. Igualdade, Equidade, Necessidade e Mutualidade na Relação Conjugal – Diferentes Como?

"O meu direito à igualdade é poder ser diferente de ti. O meu direito à diferença é dever ser igual a ti." (A. Bagão Félix, '*Do lado de cá, ao deus-dará*', 2002)

Caillé (2001, p.368) refere-se ao amor no casal como "*aceitação recíproca do valor do outro como tão ou mais importante que o seu valor próprio*". Com efeito, há diversas investigações que evidenciam os benefícios (satisfação mútua, maior compromisso pessoal e intimidade e estabilidade) de relações de intimidade em que há igualdade de partilha do poder (Gottman & Silver, 1999/2000[51]; Haddock, Zimmerman & MacPhee, 2000; Hatfield & Rapson, 1993; Knudson-Martin & Mahoney, 1999; Larson, Hammond & Harper, 1998; Rampage, 1994; Steil, 1997). Outros estudos salientam os custos psicológicos para os cônjuges quando as relações não são iguais – o processo contínuo de auto-negação e de diminuição da auto-estima quando se privilegiam as necessidades e experiências do outro cônjuge (Rampage, 1994); a zanga, hostilidade e depressão no cônjuge que se sente prejudicado, a par da culpa no cônjuge que é beneficiado (Cutrona, 1996; Floyd & Wasner, 1994; Larson, Hammond & Harper, 1998).

Podemos considerar duas perspectivas teóricas, relativamente à igualdade em relações íntimas : a *perspectiva da troca* e a *perspectiva da mutualidade*.

Na perspectiva da troca, a igualdade relativa de uma relação conjugal é feita em função dos contributos de cada um dos cônjuges num conjunto de áreas: características pessoais (e.g. atracção, sociabilidade, inteligência); preocupações emocionais (e.g. amor, compreensão, compromisso); trocas do dia a dia (e.g. ganhar dinheiro, manter a casa, relação com amigos e familiares); oportunidades ganhas e perdidas (e.g. ter filhos, a oportunidade de casar com outro). A *igualdade* significa resultados iguais independentemente dos contributos de cada um (equidade ou igualdade qualitativa). As

[51] A extensa e sofisticada investigação conduzida por Gottman e Silver (1999/2000) concluiu que a partilha do poder era um dos sete princípios essenciais de um casamento bem sucedido. Diversos guias de orientação para terapias que trabalhem questões relativas ao género e ao poder têm sido desenvolvidas (e.g. Haddock *et al*, 2000; Knudson-Martin & Mahoney, 1999; Roberts, 1991).

relações são definidas como *equitativas* (igualdade quantitativa) quando cada um recebe os resultados proporcionais ao cônjuge, relativamente ao que cada um contribuiu. Por sua vez, as relações baseadas na *necessidade* são aquelas nas quais as pessoas têm direito àquilo de que necessitam independentemente daquilo com que contribuíram. Os defensores da perspectiva teórica da troca consideram a igualdade equitativa, como a base apropriada para uma relação íntima (Walster, Walster & Berscheid, 1978, *cit. in* Steil, 1997).

A igualdade, no sentido de equidade envolve a percepção de um mútuo dar e receber de longo termo em vez de uma comparação imediata dos resultados específicos. Estaria mais proximamente relacionada com necessidade. A necessidade, particularmente a necessidade recíproca, é percebida como estando muito chegada à igualdade porque ambas partilham uma orientação para a reciprocidade a longo termo e ambas são governadas pelas normas das relações comunais (i.e. família) em vez da troca (i.e.negócio) (Williamson & Clark, 1989).

A *perspectiva da mutualidade* rejeita a orientação da troca pelo facto desta não considerar o processo. As relações iguais são aquelas em que dois indivíduos participam em troca mútua e mútuo reconhecimento. Existe uma abertura à influência e à disponibilidade emocional num respeito mútuo. Cada um responde ao outro, de uma forma que torna significativos os sentimentos, intenções e acções do outro. Ambos os cônjuges põem atenção e energia em cuidar não só do bem-estar do outro mas, também, da relação em si. Em oposição aos teóricos da troca, a mutualidade envolve um sentido partilhado da relação que transcende a troca imediata e recíproca de benefícios. Nesta perspectiva, para Steil (1997) a igualdade traria muitas vantagens para a relação – maior enriquecimento, mais estabilidade, menos conflito, menos dependência e ressentimento. – e, também, algumas desvantagens como, por exemplo, o requerer mais negociações diárias. Num dos poucos estudos a testar directamente estas ideias, a mutualidade estava associada a maior satisfação da relação e coesão e menos depressão para homens e mulheres (Genero, Miller, Surrey & Baldwin, 1992). A esta perspectiva da mutualidade parecem estar associadas algumas reacções construtivas de cônjuges que, possuindo uma orientação a longo prazo, pretendem preservar as suas relações: estar disposto a acomodar-se (reagir construtivamente aos comportamentos destrutivos do cônjuge), a sacrificar-se pelo outro (conferindo maior importância ao bem-estar do cônjuge ou da

relação do que aos seus interesses pessoais), a reconciliar-se e a perdoar[52] (Van Lange, Drigotas, Rusbult, Arriaga, Witcher & Cox, 1997). Huston e Burgess (1979, *cit.in* Talmadge & Ruback, 1985) já anteriormente se tinham referido ao facto de que, à medida que a interdependência progredia, o que era recompensante para um dos cônjuges era-o também frequentemente para o outro, pelo que os cônjuges passavam a pensar na sua relação muito mais como comunhão do que como troca.

Para Steil (1997), existiria igualdade na relação conjugal, num contexto de poder igual (não alcançável no contexto de papéis de género separados), no qual se valorizariam igualmente as aspirações e capacidades de cada um, as preocupações e necessidades de cada um, os trabalhos de ambos. A igualdade seria um processo envolvendo cognições, afectos e comportamentos, os quais se traduziriam em – participação igual nas responsabilidades de casa, igual compromisso na responsabilidade de sustento, 'voz' igual no estabelecimento de prioridades, igual compromisso e investimento na relação. A maior parte dos estudos avalia quase exclusivamente as dimensões do tempo gasto e da tarefa esquecendo o significado ou o valor simbólico dos comportamentos. Hoschschild (1989) já se tinha referido à 'economia conjugal da gratuidade' – o que é visto como oferta e o que é recebido com gosto é função do significado que as pessoas dão aos comportamentos, designadamente os trabalhos domésticos, conforme ficou demonstrado no estudo de Hawkins, Marshall e Allen (1998) com 622 mulheres '*dual-earner*', para quem existiam importantes resultados pessoais, interpessoais e familiares dos seus trabalhos familiares tais como 'o sentir-se apreciada'. Para além disso revela-se como importante o valor percebido, por parte de cada um dos cônjuges relativamente a si próprio e ao outro, de cada um dos contributos para a relação (e.g. ordenado, trabalho doméstico, estatuto social, atracção física, expressividade, sociabilidade)[53].

Clark e Mills (1979, *cit.in* Talmadge & Ruback, 1985), destacam o facto da distinção entre *relações de troca* (ou da reciprocidade ou da economia/poder) e *relações*

---

[52] São promissoras (em termos de sofisticação teórica e análise estatística) as investigações e instrumentos que se começam a desenvolver para estudar o perdão no contexto das motivações de evitamento e/ou de vingança que ocorrem em relações interpessoais (e.g. McGullough *et al.*, 1998). São também promissores os programas de reconciliação, perdão e reconstrução da confiança que se começam a trabalhar com os casais (e.g. Worthington & Drinkard, 2000), designadamente inverter a 'cascata para a ruptura' que Gottman (1993, 1999) tinha identificado.

[53] Um estudo de Regan e Sprecher (1995) com 212 homens e 348 mulheres não casados, revelou que as relações igualitárias nas quais cada parceiro contribui com a mesma quantidade e tipo de recurso, podem não ser necessariamente vistas como equitativas devido ao género e outras diferenças individuais no modo como os contributos de cada um são valorizados.

comunais residir nas regras que governam as trocas e não no conteúdo das mesmas. Enquanto nas primeiras as obrigações existem e deixam de existir muito proximamente uma da outra, nas últimas, cada um dos elementos da relação está preocupado com o bem-estar do outro o que envolve uma expectativa de relação de longo termo (não necessariamente presente nas relações de troca) e de confiança (Zak *et al.*, 1998). Para estes autores, é claro que o modelo da troca prejudica as relações íntimas e que só vai dominando à medida que a relação comunal se deteriora. É neste sentido que se pode compreender que, num casamento, a intimidade não se desenvolve sem a resolução de questões mais básicas como a confiança e a justiça – "*A intimidade é como o topo de uma pirâmide. Para a maioria das pessoas, o fundamento é a confiança de que o cônjuge esteja comprometido e de que seja justo quando existir um conflito de interesses*"(Doherty & Colangelo *cit.in* Larson, *et al*, 1998, p. 489).

3.3.3.5. Tipologias de Relações Conjugais em função do Poder

"Ainda estamos a sentir o impacto desta mudança profunda, que abriu às mulheres o mundo do trabalho e do poder, aos homens o mundo dos afectos, e ambos a nova aventura da intimidade."

(I. Pedrosa, *20 Mulheres para o Séc. XX*, 2000, p.13)

Com base nos conceitos de poder e de especialização de papel de acordo com o género, Gilbert (1993) considerou uma tipologia de casais semelhante à que já tinha sido esboçada por Peplau (1983, *cit.in* Gilbert, 1993): *tradicionais* ou convencionais; *modernos* ou participantes; *igualitários* ou com partilha de papéis. Nos casais *tradicionais* verifica-se que os homens têm mais poder e há especialização de responsabilidades de acordo com o género (e.g. a responsabilidade doméstica pertence à mulher); nos casais *participantes* ambos os cônjuges trabalham fora de casa e, embora os papéis parentais sejam partilhados é a mulher quem tem a responsabilidade das tarefas domésticas; nos casais *igualitários*, ambos os cônjuges estão empregados e partilham as responsabilidades parentais e domésticas.

Para Gilbert, os cônjuges devem procurar uma partilha igual do poder, o que dificilmente conseguirão se fizerem uma divisão das responsabilidades domésticas e económicas na base do género.

Os investigadores podem caracterizar as famílias como igualitárias ou tradicionais, mas na realidade, as famílias variam consideravelmente no modo como

expressam os papéis de género tradicionais na organização e vida familiar. As famílias dos estudos de Barnett e Rivers (1996) tinham, todas, filhos e estavam comprometidas com o seu trabalho e família, e em geral, trabalhavam em colaboração para integrar todas estas responsabilidades. Podiam não pensar em si próprios como igualitários e podiam não ter organizado a sua vida familiar à volta da ideologia, mas ambos os cônjuges mostravam um elevado grau de coordenação de responsabilidades. Os autores concluíram que um conjunto de factores relacionados fornecia as maiores recompensas no casamento – ligação emocional muito próxima entre cônjuges, satisfação na vida sexual e de intimidade, partilha de responsabilidades financeiras, e ser parte de uma família extensa – e quando estes factores co-ocorriam, ambos homens e mulheres ficavam contentes e satisfeitos com os seus casamentos e as suas vidas. Não só eram mais felizes como evidenciavam mais saúde mental de tal modo que os autores consideram "*estes factores como uma descrição perfeita de uma família igualitária na qual as necessidades expressivas são alcançadas por ambos os cônjuges criando uma ligação emocional e as necessidades agênticas são partilhadas através de uma distribuição equitativa do trabalho familiar e das responsabilidades financeiras*".

4. Conclusão

Ao longo deste capítulo procurámos, à medida que aprofundávamos diversas áreas das relações de conjugalidade, referir as diferenças e semelhanças de género relevantes naquelas áreas que tivessem sido documentadas com precisão na cultura ocidental (e, em alguns casos, noutras culturas). Assim, procurou-se explicar as diferenças de sexo/género na conjugalidade, não descurando a compreensão das muitas semelhanças existentes.

O conjunto das diferenças de género – avaliadas com precisão e encontradas recorrentemente na investigação científica – traça um quadro em que as mulheres, em geral, se revelam como peritas nas relações de intimidade (mais motivadas e atentas para ir fazendo o diagnóstico e análise da relação e, consequentemente, mais orientadas para a manutenção e sucesso da relação). Este facto não impede que, de certa forma paradoxalmente, sejam as mulheres a ficar mais desiludidas com a relação e,

frequentemente, a ter a iniciativa de a terminar. O conjunto destas diferenças varia de reduzido (apesar de estatisticamente significativo) a moderadamente lato.

Outra diferença de género encontrada prende-se com as atitudes relativamente à escolha do par e com a sexualidade. Os homens, por comparação com as mulheres, tendem conferir maior importância a características de atracção e a evidenciar mais ciúme relativamente a possíveis ou efectivas infidelidades sexuais, a reagir violentamente, e a evidenciar uma maior energia sexual (e.g. ligações sexuais de curta duração, mais iniciativa na actividade sexual, mais fantasias sexuais). Por sua vez, as mulheres, por comparação com os homens, tendem a centrar-se mais no nível de investimento das relações de intimidade (e.g. na selecção de um par preocupam-se menos com a atracção física e mais com a lealdade e romantismo; bem como com o estatuto e recursos do par). Os dados de investigação apontam para a tendência dos homens em se apaixonarem mais rapidamente e em momentos de transição e, para as mulheres, serem mais cautelosas e controladas em relação ao desenvolvimento e consequências das relações amorosas.

A revisão de estudos que fomos realizando ao longo do capítulo permite concluir que as diferenças em cada género, nas relações, são geralmente muito maiores do que as diferenças entre géneros. Assim, é mais correcto pensar as diferenças de género (padronizadas) como tendências, não as traduzindo em estereótipos rígidos que se aplicam a todos os homens e a todas as mulheres. Centrando-nos nos casais, há muitas situações em que maridos e mulheres exibem características emocionais, cognitivas e comportamentais próprias do protótipo do género oposto. Acresce a indicação proveniente de resultados replicados de investigação de que, se as características desejáveis associadas à 'instrumentalidade' são importantes para um funcionamento adulto ajustado, evidenciar, também, as características desejáveis de 'expressividade' revela-se como fundamental em relações conjugais que se querem satisfeitas e duradouras.

É de salientar, também, que encontramos semelhanças entre os dois géneros nas dimensões afectiva, cognitiva e comportamental das suas relações de intimidade (e.g. ambos têm estilos de vinculação idênticos, procuram qualidades semelhantes no seu par, são igualmente românticos nas relações, têm experiências semelhantes quando se apaixonam). Muito provavelmente o que acontece é que, mesmo as diferentes predisposições genéticas, podem ser ou exageradas ou minimizadas, consoante as

necessidades de adaptação. Daí que a extensão e significado das diferenças de género correspondentes variem, em muitos casos, de cultura para cultura.

Podemos, apesar de tudo o que foi reflectido, resumir quatro diferenças de género que afectam as relações conjugais:

- a interiorização e expressão da relação (o homem em termos mais abstractos e a mulher em termos mas afectivos e de união);
- o processo de individuação/socialização (o homem por separação e distanciamento emocional - partilhar é um risco; e a mulher por conexão e atitudes interpessoais – partilhar é a essência da relação);
- a definição do ser (o homem sobretudo pela acção, pelo fazer; a mulher pelo ser em relação com outro(s));
- histórias diferentes do desenvolvimento da sexualidade (no homem – mais tangível, visível, urgente e localizado nos órgãos genitais; na mulher – mais privado, interno, flexível e localizado nas emoções) (Josselson, 1996).

Ao longo deste capítulo, também procurámos articular as abordagens mais centradas na realidade social com as que estão mais centradas na representação psicológica dessa realidade e, fizemo-lo, tanto considerando indivíduos (homem e mulher), díades (casal) como grupos e categorias sociais (masculino e feminino).

Mulheres e homens mudam em interacção com as forças sociais que os envolvem e que favorecem ou restrigem a mudança. Apesar de homens e mulheres influenciarem os tempos em que vivem, as forças sociais que surgem das várias instituições sociais desempenham um papel decisivo na criação de situações onde os indivíduos podem escolher actuar. Assim, é possível ajudá-los a redefinirem-se um ao outro como pessoas com múltiplas possibilidades, sem ficarem restringidos ao que está definido socialmente como masculino e como feminino, o que torna a relação mais enriquecida (Philpott *et al.*, 1997). Se, por um lado, as mulheres possuem – por natureza e por socialização – as qualidades que lhes facilitam colaborar e tratar os outros de maneira diferente, desenvolver uma inteligência social no relacionamento interpessoal; os homens possuem – também por natureza e socialização – qualidades que lhes facilitam competir, proteger, desenvolver a autonomia. A proposta sistémica de Philpot (1990, 1997) consiste em compreensão simétrica, empatia e apoio, bem como soluções criativas para corresponder às necessidades numa partilha flexível de responsabilidades e papéis – uma abordagem em que os dois ganhem.

As relações de intimidade como funcionam na realidade são "*fascinantemente complexas – demasiado complexas para serem captadas em termos de alcançar uma relação utópica em cinco passos*" como parece pela psicologia popular e livros de auto-ajuda (Fletcher, 2002). E, tanto os casais como as famílias contemporâneas, estando inscritos numa dimensão fundamentalmente afectiva – "*se nem sempre dizemos que nos amamos, dizemo-nos muito ligados ou muito próximos*" (Attias-Donfut, Lapierre, Segalen, 2002, p.276) – deparam-se com o desafio específico de construir a continuidade dos laços familiares ao mesmo tempo que gerem a autonomia de cada um.

Às diferenças de género existentes devemos justapor a variabilidade existente dentro de cada género (masculino ou feminino). Daí a importância de considerar os 'tipos' de relações conjugais, bem como a necessidade de aprofundar as estruturas e processos (cognitivos, afectivos e comportamentais) do homem e da mulher que vivem uma relação de conjugalidade. É esse estudo que nos propomos realizar na investigação que delineámos para a parte empírica desta tese, e que constitui o nosso contributo mais pessoal para o tema em estudo, o qual procurámos tornar explícito no capítulo da Metodologia que se segue.

Capítulo IV – Metodologia

"A realidade é sempre uma forma de relação"
(Pina Prata, 1987)

1. Introdução

Delineada a realidade, o 'território' que se pretende conhecer, estamos numa encruzilhada, vários caminhos são possíveis. E a certeza que temos é a de chegarmos a uma determinada teoria, a um 'mapa' sobre essa realidade que pretendemos conhecer. O caminho que escolhermos (método) é decisivo nessa procura de realidade e terá consequências em termos de mudanças. Estamos a referir-nos ao processo inerente a qualquer metodologia (Fig. 4.1), de interacção com a teoria e com a realidade.

Enquadramento do Método no Processo Epistemológico (Pina Prata, 1987)

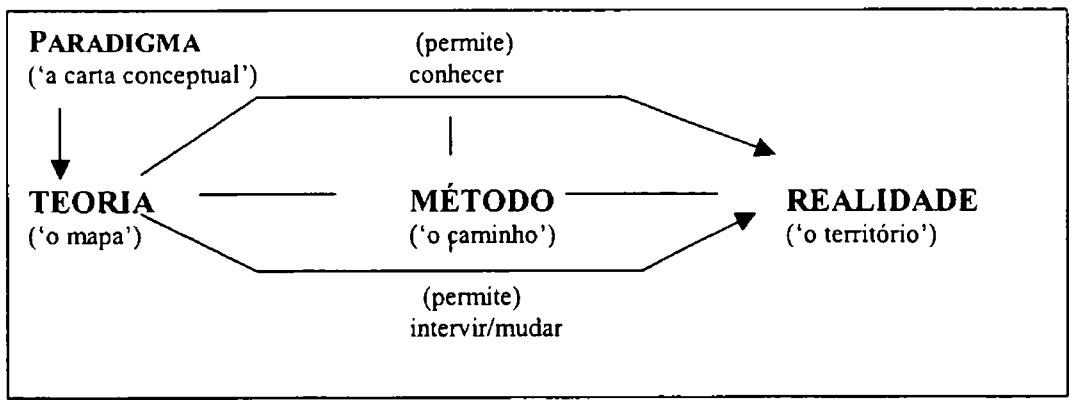


Figura 4.1 – O Método no Processo Epistemológico (Pina Prata, 1987)

A primeira grande opção de um investigador, ao delinear o 'caminho' a que nos referíamos, é a do paradigma ou carta conceptual. Referimo-nos à acepção de paradigma de Guba e Lincoln (1994, p.105) *"através do qual se define o sistema básico de valores e pressupostos que guiam o investigador, não somente na escolha do método, mas nos caminhos ontológicos e epistemológicos fundamentais"*. São as crenças, valores e pressupostos que representam uma determinada imagem do mundo, correspondentes ao nível da experiência existencial (Pina Prata, 1990), e que definem uma determinada natureza do mundo bem como a posição e relação do indivíduo com ele[1].

[1] Segundo Pina Prata (1990), este nível de experiência existencial existe numa relação de causalidade circular evolutiva com o nível de experiência vivida.

Cada paradigma ou carta conceptual responde de forma diferente às questões de ordem **ontológica** (Qual a natureza e a forma da realidade e o que é que pode ser conhecido sobre ela?), **epistemológica** (Qual a natureza da relação entre o conhecedor e o conhecido?) e **metodológica** (Como é que o conhecedor pode ter acesso ao que considera poder ser conhecido?) (Guba e Lincoln, 1994).

De entre os quatro paradigmas científicos[2], considerados em função das respostas que encontram para aquelas questões,[3] – Positivista, Pós-Positivista, Teoria Crítica e Construtivista – pensamos que a presente investigação se insere no segundo, o paradigma Pós-Positivista, decorrente de uma perspectiva empírica. Com efeito, no que se refere à questão **ontológica**, consideramos que existe uma realidade 'real' mas somente susceptível de ser apreendida de modo imperfeito e probabilístico (realismo crítico), dada a natureza complexa do objecto de estudo e as características específicas do investigador. **Epistemológicamente** defende-se a objectividade, mas não o dualismo, admitindo a hipótese de chegar a resultados provavelmente verdadeiros mas unicamente aproximados da realidade. Em termos **metodológicos** as características experimentais e manipulativas existem mas modificadas, e a abordagem qualitativa é considerada pertinente[4]. Assim, na presente investigação, pelo facto de se considerar que a teoria não é a realidade, mas uma percepção da realidade, uma sua representação flexível (Morse, 1997), adoptou-se o paradigma Pós-Positivista. Estas posições – ontológica, epistemológica e metodológica – são, pois, as condicionantes principais do desenho da investigação (mapa mental) a partir do qual construímos este processo de investigação.

Procurámos nortear o 'caminho' desta investigação tendo presentes os pensamentos de Popper e Lorenz, (1990, p.46) - "*O 'saber' científico é tão só saber*

[2] Para além desta classificação de paradigmas (Guba & Lincoln, 1994) que adoptámos pela clareza de critérios e rigor conceptual, existem outras classificações como as de Bogdan e Bilken (1992) (que, na investigação qualitativa, distinguem a abordagem fenomenológica, o interaccionismo simbólico, a etnografia, a etnometodologia e os estudos da cultura) e de Denzin e Lincoln (1994) (que consideram o paradigma positivista/pós-positivista, o constructivista, o feminista, o étnico, o marxista e o de estudos culturais).

[3] O paradigma positivista - decorrente de uma perspectiva racionalista cuja posição ontológica é designada por "realismo ingénuo" (dado que pretende captar a realidade "real" guiada por leis imutáveis), a posição epistemológica como dualista e objectivista e a posição metodológica como experimental e manipulativa – é o único a adoptar preferencialmente a abordagem quantitativa. Os restantes três paradigmas privilegiam a abordagem qualitativa, o que evidencia a inexistência de uma unidade de pressupostos e de métodos na abordagem qualitativa, nesta reacção à visão positivista. Se na investigação em ciências sociais, o paradigma positivista foi o dominante, nas últimas décadas essa posição passou, claramente, para o paradigma pós-positivista (Guba & Lincoln, 1994).

[4] Apesar da abordagem qualitativa em investigação existir há mais de um século, o seu maior desenvolvimento nas ciências sociais corresponde, de facto, à introdução deste paradigma pós-positivista.

conjectural" – mas também os de Huberman e Miles (1994, p.429) – "*Os fenómenos sociais não existem apenas na mente, mas no mundo objectivo, e existem relações legítimas e estáveis entre eles que podem ser descobertas. A legitimidade advém das sequências e regularidades que ligam os fenómenos; é a partir destas que derivamos os constructos que explicam a vida social e individual*".

Constitui, pois, principal objectivo desde capítulo, após fundamentar o enquadramento qualitativo da investigação, explicitar a finalidade e os objectivos do desenho da investigação, o quadro de referência conceptual e respectivas questões de investigação e hipóteses. Segue-se a explicitação da estratégia metodológica da investigação, apresentando e justificando os diversos procedimentos de medida adoptados. Serão descritos os diversos métodos de recolha de dados utilizados, desde as escalas às entrevistas, os quais contêm as variáveis observadas que serão utilizadas para chegar aos constructos que se pretendem estudar. Também se fará referência aos métodos de amostragem, ao procedimento bem como aos principais métodos de análise dos dados recolhidos, desde as análises estatísticas às análises qualitativas realizadas. Por último, será apresentada uma síntese gráfica das principais etapas de investigação procurando integrar as questões de investigação e as relações entre as variáveis consideradas.

2. O Enquadramento Qualitativo da Investigação

Considerando que a primeira grande opção numa investigação é a do paradigma, deixa de fazer sentido a impossibilidade de utilizar numa mesma investigação diferentes abordagens – quantitativas ou qualitativas (Gehart *et al.*, 2001). A questão importante está em não misturar paradigmas com concepções antagónicas (Leininger, 1994, p.101). Este posicionamento vai, então, permitir-nos combinar estes dois tipos de abordagens, particularmente ao nível dos instrumentos de recolha e análise de dados (Strauss, Bucher, Enrlich, Schatzman & Sabshin, 1964, *cit in* Strauss & Corbin, 1990, p.18).

Esta questão relativa à compatibilidade das abordagens quantitativa e qualitativa tem particular relevância, dado que ambas têm as suas potencialidades e os seus pontos mais fracos, sendo muito proveitoso combiná-las nos respectivos pontos fortes.

As abordagens quantitativas são caracterizadas por um raciocínio hipotético-dedutivo que, procurando respeitar a objectividade, pretende estabelecer factos, demonstrar relações entre variáveis, verificar teorias e dados, generalizar e prever fenómenos, a partir da recolha planeada e estruturada dos dados e do respectivo tratamento quantitativo (Guba & Lincoln, 1994), sendo que a respectiva análise decorre, geralmente, no final da recolha dos mesmos (Bogdan & Biklen, 1992). No entanto, estas abordagens enfrentavam alguns problemas, que Guba e Lincoln (1994) sintetizaram da seguinte forma – a ênfase no controlo da aleatoriedade das variáveis não considerava outras variáveis importantes, designadamente do contexto, e que podem exercer a sua influência; o facto de não se considerarem os significados e intenções dados pelos indivíduos às suas acções quando se estuda o comportamento humano; o facto de se partir para o campo com hipóteses, pretendendo a sua verificação, poderia inibir o processo de descoberta e criatividade e de pensamento divergente.

As abordagens qualitativas vão desenvolver-se no sentido de colmatar muitas destas lacunas, como se depreende da afirmação de Strauss e Corbin (1990, p.17) para quem a investigação qualitativa "*é a pesquisa que produz resultados não alcançados pelos procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação*". Pretende-se conhecer a realidade a partir dos dados, tendo em conta os significados e intenções dados pelos indivíduos aos acontecimentos, enquadrando-os nos contextos grupais, sócio-culturais e temporais, estabelecendo relações com outros fenómenos situados a níveis diferentes de abstracção e considerando, como elementos da investigação, a introdução das descobertas que vão sendo feitas. E, de facto, só assim poderia ser quando, segundo Cook (1983), se pretende estudar fenómenos como o da conjugalidade, em que há mudança espontânea e maturação ao longo de largos períodos de tempo e em que o significado dos fenómenos está intimamente ligado ao contexto.

As abordagens qualitativas consideram, de um modo particular, os processos e significações, procurando aceder a eles através dos participantes da investigação, recorrendo a uma visão holística, na busca do "*padrão que liga*" (Bateson, 1987), considerando o contexto, num espaço e tempo específicos (Lessard-Hérbert, Goyette & Boutin, 1994). Por outro lado, numa investigação com estas características, supõe-se que o investigador não está desligado do conhecimento que vai construindo, ou seja, não terá que ser neutro ou objectivo, antes deverá ter uma posição vigilante e crítica sobre o seu papel no processo de investigação (Mason, 1998).

São muitos os autores (Bogdan & Biklen, 1992; Bray, 1995; Morse, 1994; Patton, 1980; Richards & Richards, 1994; Strauss & Corbin, 1990) que advogam a utilização simultânea ou sequencial de métodos quantitativos na investigação qualitativa – triangulação de métodos – na medida em que as respectivas potencialidades se adequem aos objectivos da investigação. A este propósito citamos Pina Prata (1990, p.18) ao comparar as visões atomística e holística dos fenómenos. A primeira "*...não obstante os resultados espectaculares obtidos nas 'ciências naturais', no quadro do positivismo empírico, é manifestamente insuficiente, mesmo para a explicação estrita dos modos científicos modernos. Mas a visão holística de que tudo está em tudo, do 'padrão que tudo conecta' (Bateson, 1987) suscita a réplica do camponês que foi a Poitiers e que não viu a cidade por causa das casas...A confusão teórica, tomada por complexidade, de uma visão global, é impeditiva também de ver a realidade complexa*". Trata-se de procurar realizar o que Patton (1980, p.20) designa por 'paradigma de escolhas'[5] reconhecendo que diferentes métodos são apropriados para diferentes situações, o que é prática actual comum, conforme recente revisão metodológica de investigações no âmbito da Psicologia da Família e da Terapia Familiar e Conjugal (Gehart *et al.*, 2001).

2.1. Justificação da Opção pela Investigação Qualitativa

Constitui finalidade principal desta tese o estudo científico do conceito de género nas relações de conjugalidade. Conjugalidade e género são conceitos que, em si próprios, surgem na confluência de disciplinas como a Psicologia e a Sociologia e, como quaisquer conceitos no âmbito destas disciplinas, consistem em abstracções construídas a partir da observação de determinados comportamentos das pessoas. Não os observamos directamente, inferimo-los, poder-lhes-íamos chamar *factores* ou *variáveis latentes*[6]. Adoptando a distinção estabelecida por Kerlinger (1986), passamos a designá-los preferencialmente por *constructos* dado que são conceitos que "*foram*

[5] É neste contexto de paradigma de escolhas que surgem, plenas de significado, as noções de níveis de experiências e de níveis de adequação epistemológica (Pina Prata, 1990, p.1-10) as quais nos permitem, respeitando os diferentes níveis de abstracção implicados, estabelecer relações entre conceitos e factos, nas dimensões quantitativa e qualitativa das metodologias.

[6] Uma variável latente, não podendo ser observada nem medida directamente, é definida por um conjunto de outras variáveis – variáveis componentes (possíveis de serem observadas ou medidas) –as quais podem ser medidas, nomeadamente, a partir de perguntas de um questionário (itens) ou de uma entrevista (Hill & Hill, 2000, p.135).

deliberadamente e conscientemente inventados ou adoptados com um objectivo científico específico". (p.27).

Estes constructos de conjugalidade e de género, sendo abstracções ou variáveis hipotéticas necessitam, para serem medidos, de ser definidos operacionalmente. Ou seja, não os podendo medir directamente, vamos basear-nos em inferências a partir das respostas dadas por adultos dos dois sexos a itens de diversa natureza. Estas respostas serão, então, as variáveis observadas, medidas ou os indicadores empíricos em que nos vamos apoiar para chegar, embora sempre imperfeitamente, aos constructos que pretendemos estudar cientificamente.

Nos capítulos anteriores procurou-se apresentar a teia conceptual inerente aos modelos que se pretendem estudar sobre género e conjugalidade, no âmbito da perspectiva teórica sistémica que orienta este estudo. Considerar o contexto, a multiplicidade de perspectivas e singularidade dos casos, a causalidade circular e a complexidade, as diferenças individuais, e uma visão holística e processual dos fenómenos - tudo características caras a uma perspectiva teórica sistémica - parece ser melhor alcançado pelas abordagens qualitativas de investigação, integrando métodos quantitativos. Com efeito, os métodos qualitativos são, por excelência, geradores de dados flexíveis, detalhados e sensíveis ao contexto de modo a permitir análises e explicações sobretudo holísticas (Mason, 1998). Proceder-se-á, no entanto, também, à utilização simultânea de métodos quantitativos de recolha e análise de dados, procurando complementá-los sempre que possível e útil (Bottorff, 1997) com os métodos qualitativos. Trata-se de uma das formas mistas previstas por Patton (1980, p.111-120) à qual demos bastante relevo, uma vez que, apesar da investigação ser qualitativa, existiu um forte componente quantitativo nas etapas exploratórias iniciais.

Contudo, se, nesta investigação, é evidente um forte componente quantitativo, não temos qualquer pretensão de verificação de teorias, de generalização e previsão de fenómenos – objectivos que caracterizam particularmente as investigações quantitativas. Os métodos quantitativos de recolha e análise que utilizamos têm, nesta investigação, uma função primordial de "des-coberta" de padrões gerais (pela relação entre quantidades), o que nos permitirá, numa fase posterior, através de métodos qualitativos, alcançar a nossa finalidade última, a qual exige a investigação de processos e perspectivas, enfatizando, como já referimos, o carácter da complexidade sistémica dos fenómenos em estudo. Assim, a utilização mista de métodos qualitativos e quantitativos assume aqui um carácter que podemos denominar de "complementaridade dialogante".

Note-se, aliás, que, tal como refere Bateson (1987), uma relação entre duas quantidades é já o início de um padrão, apontando, pois, para uma dimensão qualitativa.

2.2. Validade e Generalização em Investigação Qualitativa

A opção pela investigação qualitativa levanta imediatamente questões relativas à validade e ao grau de generalização (validade externa) dos resultados. Surge como inadequado, de um ponto de vista epistemológico, transpor os critérios desenvolvidos no âmbito da investigação quantitativa (e.g. se o mesmo método conduz sempre aos mesmos resultados, ou se os resultados se mantém estáveis ao longo do tempo) quando o que está em causa é, precisamente, o estudo de fenómenos e de processos que mudam, que não são estáticos. No entanto, como referem Strauss e Corbin (1990, p.250), "*os cânones usuais da 'boa ciência' podem ser retidos, mas exigem uma redefinição para que sejam adequados às realidades da investigação qualitativa, e às complexidades do fenómeno social que pretende compreender*".

Assim, no que diz respeito à validade, não estaria tanto em causa verificar se recolhas repetidas de dados conduzem ou não aos mesmos resultados (Flick, 1998), mas antes verificar se se está realmente a 'medir' ou a explicar o que é suposto estar a medir ou a explicar, em última análise, verificar se as teorias que vão emergindo têm fundamento empírico e são perceptíveis para a comunidade científica. Deste modo, a *validade de constructo*[7], na pesquisa qualitativa poderia ser assegurada através da utilização dos quatro tipos de triangulação, assim classificados por autores como Denzin (1989, *cit.in* Flick, 1998) e Patton (1980). A triangulação em relação às *fontes dos dados* acontece quando estudamos o fenómeno em diferentes momentos e locais e em diferentes pessoas. Considerar diferentes *investigadores*/observadores – outro tipo de triangulação - permite diminuir os enviesamentos resultantes do investigador enquanto pessoa . A triangulação de *teorias*, por sua vez, faz apelo à utilidade e poder de várias perspectivas sobre o fenómeno em estudo. A triangulação de *métodos* revela-se de uma grande riqueza – e a ela recorremos frequentemente na presente tese - uma vez que um determinado dado ganha validade, permitindo a expansão do conhecimento, quando foi obtido por mais do que uma técnica de recolha e/ou análise de dados. Este tipo de

[7] Na *validade de constructo* avalia-se em que medida se consegue estabelecer medidas operacionais correctas para os conceitos em estudo o que implica poder usar diferentes medidas para recolher informação sobre um determinado conceito, obtendo o mesmo resultado.

triangulação pode ocorrer no seio do próprio método (e.g. analisando resultados quantitativos a partir de um método qualitativo) ou entre métodos (e.g. utilizando observação, questionários, escalas e entrevistas). Na presente investigação, procurámos fazer esta triangulação de métodos, utilizando os métodos quantitativos para adaptar instrumentos e delinear os padrões gerais dos fenómenos que pretendíamos estudar, e os métodos qualitativos para estudar processos, aprofundar perspectivas e encontrar explicações para os padrões ou relações encontradas[8].

A *validade de conteúdo*[9] implica, na investigação qualitativa, uma revisão aos conteúdos da pesquisa - das questões de investigação, guiões de entrevista, códigos de análise, exame de literatura consonante ou dissonante com as hipóteses e teorias emergentes (Eisenhardt, 1989). Torna-se, também, crucial apresentar todos os passos dados no decurso do processo de investigação e o recurso à base de dados sempre que necessário - elementos também importantes para a *garantia* e *precisão* da investigação.

No que se refere à *generalização* ou validade externa (Yin, 1989), apesar da forma mais comum em ciência implicar o recurso a amostras estatisticamente representativas da população em estudo – e assim o fizemos, na presente investigação, aquando do processo de adaptação de instrumentos – tivemos de recorrer a outros procedimentos. Com efeito, existindo descrições e análise das várias partes do sistema e das respectivas características, é possível generalizar de uma forma adequada a partir de um número reduzido de casos (Gummesson, 1991). Trata-se da *generalização à teoria* através da análise dos dados – generalização analítica (Flick, 1998; Mason; 1998; Yin, 1989). Adquirem, assim, importância crucial o processo de selecção da amostra, a comparação sistemática dos dados recolhidos (processo circular intra e inter-casos) e o confronto com dados consonantes e dissonantes da literatura científica.

Quando se desenvolve uma investigação qualitativa existe um confronto sistemático entre os dados e a teoria que vai emergindo, por comparação contínua e indução analítica (Denzin & Lincoln, 1994; Eisenhardt, 1989; Flick, 1998; Mason, 1998; Yin, 1989). Este facto não só facilita o desenho da investigação e os processos de

[8] A *validade concorrente*, referente à comparação dos resultados obtidos com aqueles que foram alcançados com outros métodos estandardizados, não tem aplicação imediata numa investigação qualitativa dado que nesta existe o pressuposto da impossibilidade de fazer medições '*standards*' (padronizadas) e 'neutras'. A validade *preditiva* poderá ser considerada com algumas restrições. Com efeito, procurando-se, na investigação qualitativa, abarcar a complexidade dos fenómenos na qual inevitavelmente está incluída a dimensão temporal, a especificidade de cada situação torna difícil a previsão de resultados futuros. Somente nas pesquisas longitudinais ou nos estudos de casos será possível prever o comportamento de algumas variáveis e respectivas relações.

recolha e análise de dados como, também, posteriormente, o processo de generalização dos resultados da investigação (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

3. O Desenho da Investigação

Inserindo-se esta investigação numa abordagem qualitativa, a teoria que vai emergindo é construída a partir da recolha e análise dos dados empíricos num processo dialéctico e dialógico em que, frequentemente, a busca de respostas para as questões estudadas, gera novas interrogações. Apesar das suas características de índole exploratória, a investigação não prescinde de um desenho de investigação elaborado com rigor (Miles & Huberman, 1984), ao qual deve vir aliada a flexibilidade, dado que os planos iniciais vão sendo modificados e completados à medida que a investigação avança (Bogdan & Biklen, 1992) como é próprio da abordagem qualitativa.

Trata-se de uma investigação que seguiu um desenho descritivo (Miller, 1986, p.31), em oposição ao desenho experimental, na nomenclatura de Fink (1995a). A investigação descritiva "*produz informação em grupos e fenómenos que já existem*" (ibidem, p.23) tal como se poderá constatar nos estudos descritos nos capítulos V e VI, em que foram utilizados questionários de autorelato, cujos resultados, apurados quantitativamente, foram fundamentais para delinear o estudo de casos que se lhe seguiu. Por sua vez, o estudo descrito no último capítulo - estudos de caso correspondentes a 30 casais - constitui uma particularidade nesta classificação, dado que foi constituído *a posteriori* em função dos resultados obtidos nos estudos prévios, de entre os casais que tendo filhos, exerciam ambos uma profissão. Nestes estudos de caso foram analisadas variáveis, recorrendo a entrevista semi-estruturada e questionários.

O desenho da investigação deve incluir a questão inicial, o quadro de referência ou mapa conceptual (referindo constructos ou variáveis chave), as questões de investigação e objectivos, bem como a estratégia metodológica de investigação relativamente à recolha (selecção da amostra, instrumentos e procedimentos) e à análise dos dados (Mason, 1998).

[9] A *validade de conteúdo* refere-se ao grau de apropriação das medidas realizadas sobre o fenómeno em estudo.

3.1. A Questão Inicial

A interrogação primeira, a questão inicial lançou as sementes desta investigação. Como todas as sementes continha, já em si, algumas informações-chave de resposta, bem como indicações quanto ao processo de descoberta[10].

Assim, o fio condutor desta investigação pode traduzir-se na seguinte questão:

"Como é que a relação conjugal e familiar é influenciada pelo género e como é que os casais re-criam o significado de género?"

Dito de outra forma, actualmente não há um modelo único de conjugalidade e de parentalidade. Cada casal constrói a sua identidade de casal e de pais, fazendo a gestão das diferenças de género, ou seja ajustando, o que se espera de *um homem* e de *uma mulher*, de um pai e de uma mãe, em casal, com o que *aquele homem* e *aquela mulher* específicos pretendem ser enquanto indivíduos, casal e família.

A partir desta interrogação primeira decorreu toda a etapa exploratória. Nela inclui-se a revisão de literatura, a realização de estudos psicométricos na adaptação de instrumentos, estudos quantitativos exploratórios, pesquisa de programas informáticos de apoio, consulta de especialistas nas áreas em estudo e entrevistas exploratórias a casais.

3.2. O Quadro de Referência da Investigação

Uma revisão de literatura sobre a nossa temática de estudo precedeu o processo de recolha de dados, o que nos permitiu possuir um primeiro conjunto articulado de proposições teóricas que constituíram guias, quer na determinação das primeiras decisões de amostragem e no processo de recolha dos primeiros dados, quer na realização das primeiras análises de dados. Este conjunto articulado de proposições, que procurámos explicitar ao longo dos três primeiros capítulos, permitiu-nos visualizar um conjunto de factores ou variáveis e as presumíveis relações entre elas, isto é, desenhar o nosso quadro de referência inicial. Partindo, assim, da questão inicial que formulámos, chegámos ao seguinte quadro de referência (Fig. 4.2.):

[10] Como num processo de causalidade circular evolutiva (Pina Prata, 1980, 1987) em que princípio e fim se cruzam.

Quadro de Referência Conceptual

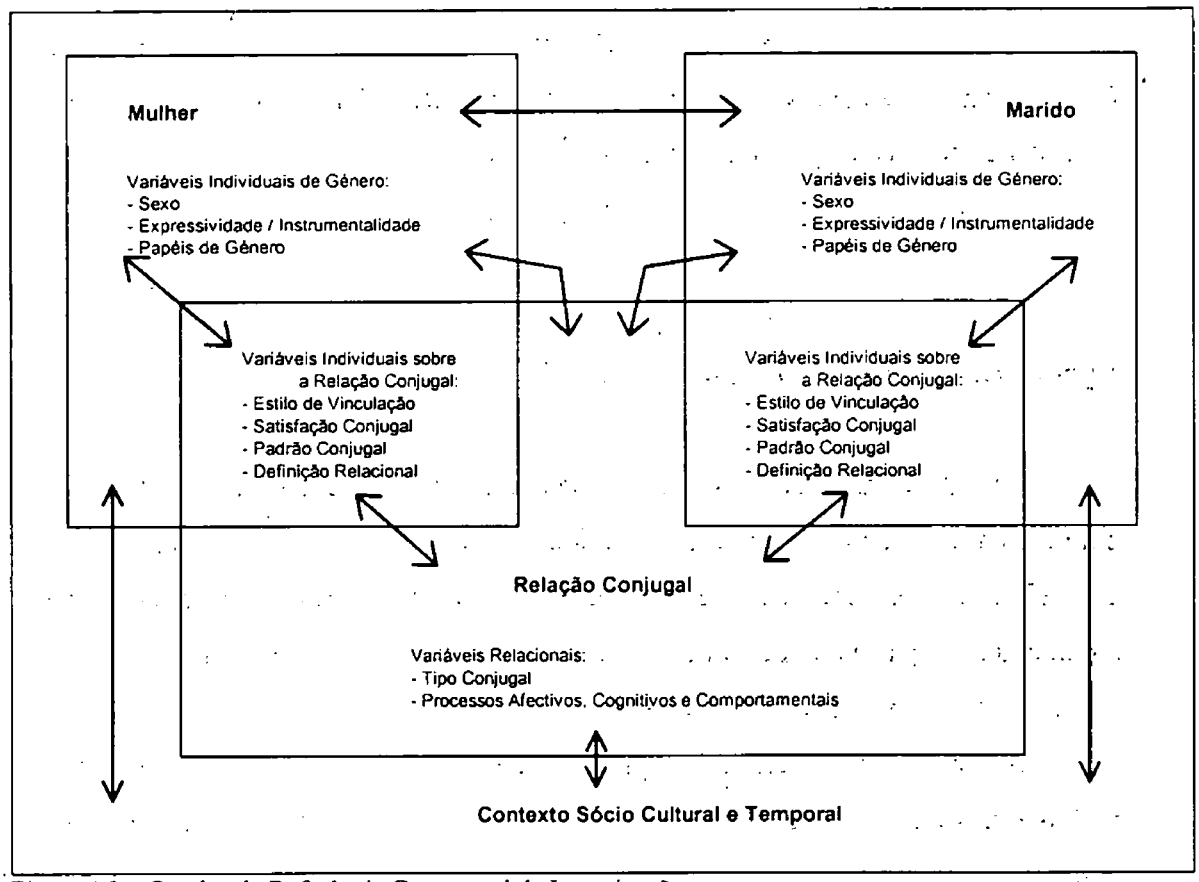


Figura 4.2 – Quadro de Referência Conceptual da Investigação

Considerámos, tanto para a mulher como para o marido, variáveis individuais de género (sexo, as características de *expressividade* e de *instrumentalidade* e papéis de género) e variáveis individuais sobre a relação conjugal (estilo de vinculação, satisfação conjugal, padrão conjugal e definição relacional). No que se refere à relação conjugal propriamente dita, destacámos as variáveis relacionais do 'tipo conjugal' (Fitzpatrick,1988) e os processos cognitivos (e.g. crenças), afectivos (intimidade, compromisso) e comportamentais (poder, reacção e resolução de conflitos). Considerámos, ainda, a inter-influência entre estas variáveis, bem como o contexto sócio-cultural e temporal, do qual são importantes, para as relações de conjugalidade, variáveis como tempo de casamento, nível socio-económico e religião.

Este quadro de referência foi sendo revisto à medida que se processava a recolha de dados e respectiva análise, adquirindo maior precisão, considerando relações mais significativas e, por sua vez, reformulando a própria recolha de dados.

3.3. Os Objectivos e as Questões de Investigação

Sendo finalidade principal deste trabalho contribuir para o conhecimento da conjugalidade - especificamente no que se refere à relação com o género, nas suas diversas vertentes - e para o enriquecimento da investigação e da intervenção com casais e famílias, definimos dois objectivos gerais, um mais teórico, outro mais metodológico:

1) Compreender a relação complexa (não linear) entre conjugalidade e género.

A partir deste objectivo geral, considerámos os seguintes objectivos específicos:

- investigar, em adultos casados, a relação entre as variáveis sexo, expressividade/instrumentalidade e estilo de vinculação;

- investigar, em casais, a relação entre as variáveis referidas e o padrão conjugal (orientado ou não para a relação), de maridos e mulheres;

- investigar, em casais, a existência e incidência de diferentes 'tipos' conjugais e respectiva relação com as variáveis sexo, expressividade/instrumentalidade e estilo de vinculação;

- investigar, em casais satisfeitos e de diferentes 'tipos conjugais', possíveis configurações de relação com expressividade/instrumentalidade, papéis de género e processos cognitivos (e.g. ideologia de género), afectivos (e.g. intimidade, autonomia, compromisso, vinculação) e comportamentais (e.g. poder, tomada de decisão), considerando semelhanças e diferenças entre maridos e mulheres.

2) Avaliar a convergência/divergência dos métodos de avaliação utilizados, designadamente verificando em que medida os índices de conjugalidade obtidos por entrevista se articulam com as características dos tipos conjugais avaliados por outros instrumentos. Propor um conjunto de instrumentos de avaliação e de orientações sensíveis ao género, para a intervenção preventiva e terapêutica com casais que conciliam papéis conjugais, parentais e profissionais.

Definidos os objectivos, a formulação de questões de investigação permitiu-nos operacionalizar o quadro de referência dado que, conforme referem Huberman e Miles (1994, p.33-34), estas permitem tornar mais explícitas as proposições teóricas, orientar as decisões de amostragem, orientar a escolha de instrumentos de recolha e análise de

dados. As questões de investigação não têm que ser necessariamente hipóteses, dado que as abordagens qualitativas formulam mais questões a serem exploradas e desenvolvidas no processo de investigação, do que hipóteses a serem testadas (Guba & Lincoln, 1994; Huberman & Miles, 1994; Mason, 1998). No entanto, na presente investigação e, para alguns estudos empíricos quantitativos, levantámos hipóteses específicas. A razão principal desta opção reside no facto do tema em estudo não existir num vazio teórico e de investigação sendo impossível desligarmo-nos do que esperamos encontrar teoricamente (Popper & Lorenz, 1990), com o cuidado de que isso não seja limitativo do processo de descoberta inerente a qualquer abordagem qualitativa.

Questões de Investigação e Hipóteses

- A *expressividade* (E) e a *instrumentalidade* (I) estão significativamente relacionadas com o sexo.
- Os *estilos de vinculação* não estão significativamente relacionados com o sexo.
- O estilo de vinculação *seguro* está positivamente associado a expressividade e instrumentalidade elevadas.
- O estilo de vinculação *evitante desligado* está positivamente associado a instrumentalidade.
- O estilo de vinculação *preocupado* está positivamente associado a expressividade.

Estudo 1

- Qual a incidência dos *padrões conjugais* orientados ou não para a relação?
- Será que os *padrões conjugais* se diferenciam entre si relativamente ao sexo e à E/I dos cônjuges?
- Será que os *padrões conjugais* se diferenciam entre si relativamente aos estilos de vinculação dos cônjuges?
- Qual o impacto da semelhança/diferença de *padrões conjugais*, entre os cônjuges, na satisfação com o padrão?

Estudo 2

- Qual a incidência e tipos de *definições relacionais* dos cônjuges?
- Quais as diferenças entre as *definições relacionais* relativamente a características socio-demográficas e a satisfação conjugal?
- Será que as *definições relacionais* se diferenciam entre si relativamente à E/I dos cônjuges?
- Será que as *definições relacionais* se diferenciam entre si relativamente aos estilos de vinculação?
- Quais as variáveis que melhor predizem a *definição relacional* dos cônjuges: E/I ou estilos de vinculação?
- Quais as diferenças entre os *tipos conjugais* face a variáveis socio-demográficas e satisfação conjugal?
- Qual a relação entre os *tipos conjugais*, a E/I e a vinculação, conjugadas por casal?

Estudo 3

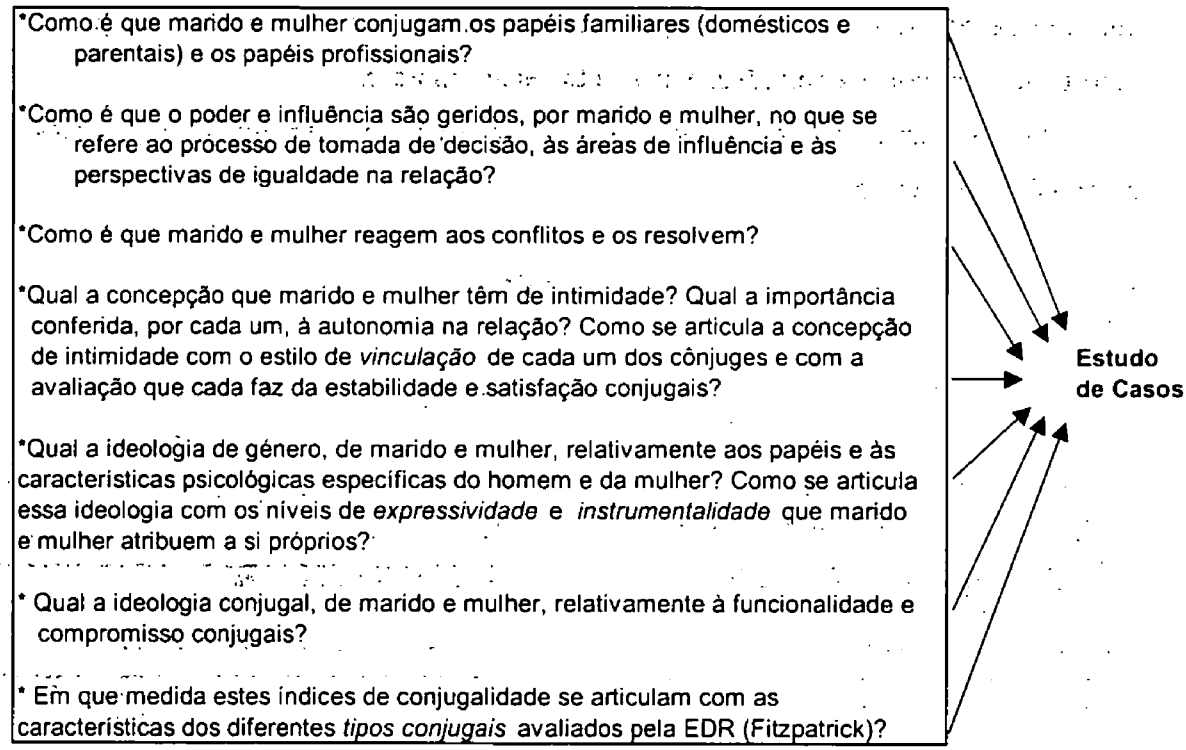


Figura 4.3 – Questões de Investigação

4. Estratégia Metodológica de Investigação

Na introdução deste capítulo, situámos a nossa investigação no paradigma pós-positivista, fundamentámos a nossa opção pela abordagem qualitativa e referimos que utilizaríamos sucessiva e/ou simultaneamente os métodos quantitativos e os métodos qualitativos, na recolha e análise dos dados. Com efeito, utilizámos os métodos quantitativos sobretudo para adaptar instrumentos e delinear os padrões gerais dos fenómenos que pretendíamos estudar, e os métodos qualitativos para estudar processos, aprofundar perspectivas e encontrar explicações para os padrões ou relações encontradas.

Como se depreende, procurámos fazer a triangulação de dados, na medida em que se usou uma variedade de fontes de dados no estudo, e a triangulação metodológica ao cruzar métodos múltiplos para estudar uma mesma área de investigação. Assim, procurámos minimizar as fraquezas dos métodos e maximizar as suas potencialidades com o objectivo de respeitar a validade, a confiança e a precisão dos resultados (Eisenhardt, 1989). Na sua globalidade, a estratégia delineada com este desenho segue

uma abordagem sobretudo indutiva, na medida em que pretende descobrir questões importantes, processos e relações, e não tanto testar hipóteses.

No esquema que se segue (Fig.4.4), procurámos representar a estratégia metodológica utilizada.

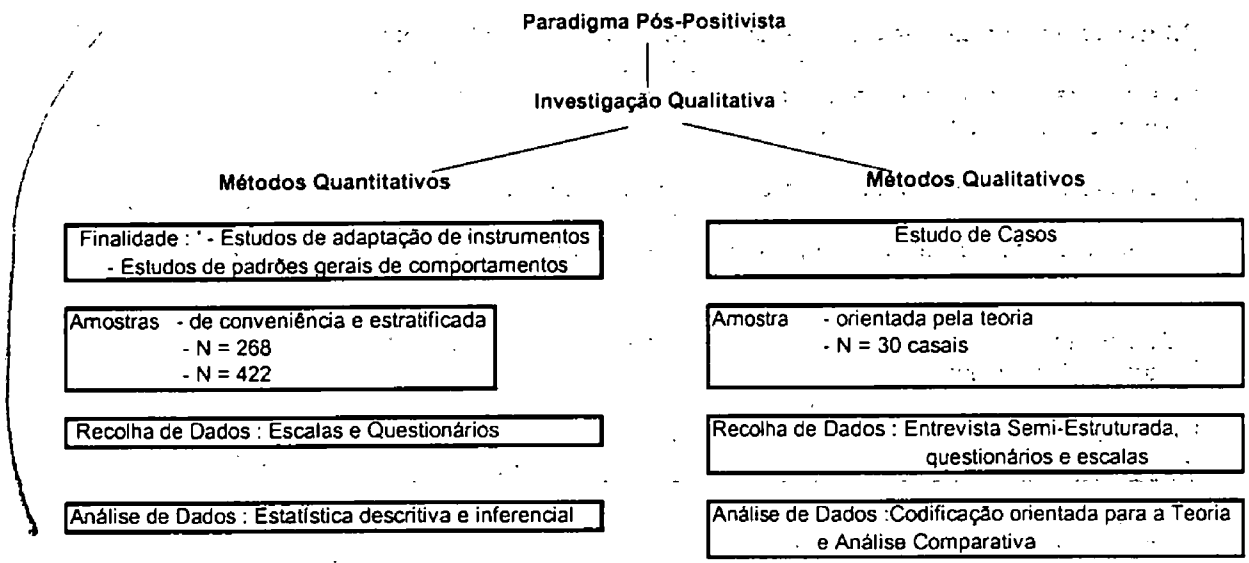


Figura 4.4 – Estratégia Metodológica

A estratégia metodológica assim esquematizada foi concretizada em momentos diferentes. Durante a etapa exploratória, com duas amostras independentes (N = 268 e N = 422, respectivamente) de adultos casados, recorremos sobretudo a métodos quantitativos na adaptação de instrumentos e estudos exploratórios de padrões de comportamento. Na etapa seguinte, dominou o recurso a métodos qualitativos, ao realizarmos um estudo de casos com 30 casais. É precisamente por esta ordem que faremos a descrição correspondente à estratégia metodológica de investigação que adoptámos.

Começamos, na secção 4.1., por referir o processo de selecção das amostras e por descrever os instrumentos que, originários de outros países, necessitaram ser traduzidos e adaptados para uso na nossa população, atendendo a aspectos de estrutura, conteúdo, cotação, qualidades psicométricas e características normativas junto de populações estudadas (as qualidades psicométricas destes instrumentos na amostra portuguesa serão descritas posteriormente no capítulo seguinte intitulado *Estudos de Adaptação de Instrumentos*). Segue-se a descrição do procedimento de recolha de dados e das análises estatísticas realizadas com destaque para as análises factoriais exploratória e confirmatória realizadas.

Apresentamos depois, na secção 4.2., no âmbito do estudo de casos que desenvolvemos, o instrumento que foi criado para esta investigação, a entrevista semi-estruturada a casais, descrevendo o guião na suas diferentes partes e respectivos objectivos. Também descrevemos o processo de selecção da amostra, o procedimento de recolha de dados, bem como os métodos de análise de dados que adoptámos, referindo o processo de codificação e a utilização do computador na análise qualitativa.

Todos os instrumentos se encontram no apêndice do trabalho.

4.1. Estudos Empíricos Quantitativos

4.1.1. O Processo de Selecção das Amostras

Pretende-se, nesta parte do capítulo, não só caracterizar globalmente[11] as amostras nas quais foram recolhidos os dados de observação nas diversas variáveis em causa, como indicar e justificar as técnicas de amostragem utilizadas nos diversos estudos empíricos constituintes da etapa exploratória desta tese.

Atendendo aos objectivos e/ou hipóteses que orientam os diversos estudos empíricos, a nossa população alvo consistiu em casais heterossexuais casados. No que se refere à zona geográfica de residência, todos os casais pertenciam ao meio urbano. Para a concretização dos estudos empíricos de adaptação de instrumentos e de teste inicial de hipóteses foram constituídas duas amostras independentes. A primeira, com um N de 268, foi recolhida entre Julho e Outubro de 1999; por sua vez, a recolha de dados relativa à segunda amostra, com um N de 422, ocorreu de Novembro de 1999 a Março de 2000.

Tivemos em consideração variáveis sócio-demográficas como o sexo, o nível de escolaridade, rendimento económico, situação profissional, o número de filhos, o tempo de casamento, a opção religiosa. Para além disso, só foram considerados adultos sem significativos défices sensoriais, perturbação psicológica e/ou comportamental.

As amostras independentes que conseguimos apresentam níveis de escolaridade acima do nível escolar médio dos adultos portugueses. Este facto deve-se, essencialmente, a duas ordens de razão. A primeira referente à nossa preocupação em nos assegurarmos quanto à compreensão, por parte dos participantes, do conteúdo de

todos os itens componentes dos diferentes instrumentos utilizados na investigação. A segunda prende-se com a dificuldade de recolha de amostras no nosso país, dado que não estão ainda desenvolvidos nem hábitos nem mecanismos de colaboração de sujeitos para fins de investigação. Acresce o tema "delicado" (íntimo) objecto desta investigação, traduzido em muitos dos itens dos instrumentos utilizados, e o facto de ser necessária a participação dos dois elementos do casal (pelo menos em alguns dos instrumentos). Assim, a obtenção de amostras adequadas constituiu uma tarefa extremamente morosa e dependente de condições algo fortuitas.

As técnicas de amostragem a que recorremos são habitualmente referidas na literatura como pertencendo ao grupo das técnicas de amostragem não probabilísticas (Fink, 1995b; Pedhazur & Schmelkin, 1991) ou métodos de amostragem dirigida ou não casual (Hill & Hill, 2000). Este tipo de técnicas baseia-se em julgamentos relativamente a características da população alvo e às necessidades da investigação. A técnica principal que utilizámos designa-se por amostragem de conveniência (*convenience sampling*) (Fink, 1995b, p.23) e consiste no recurso a indivíduos (neste caso, maridos e mulheres) que, preenchendo as condições de inclusão na amostra, voluntariamente[12] se dispõem a participar na investigação. Trata-se de uma técnica muito comum no âmbito da investigação psicossociológica apesar da sua limitação no que concerne à generalização das conclusões para a população[13]. Em certas situações também se utilizou a técnica de bola de neve (*snowball*) (ibidem) segundo a qual começa-se por uma unidade de amostragem e pede-se-lhe que ponha em contacto com outras que correspondam ao perfil desenhado (Mason, 1998). Nesta investigação, os elementos do casal participantes na investigação indicaram outros casais como potenciais participantes. Esta técnica é especialmente indicada quando a amostra a recolher é difícil de obter, o que aconteceu nesta investigação dado o carácter delicado e íntimo do tema em estudo e a necessidade de que os dois membros do casal colaborassem. Evidentemente que os riscos de enviesamento são maiores, mas tentou-se, sempre que possível, encontrar participantes representando proporcionalmente os diferentes

[11] A descrição específica e pormenorizada de cada amostra será realizada em articulação com o(s) estudos(s) concreto(s) que, em última análise, justificam a sua constituição e se encontram referidos nos capítulos V e VI.

[12] Uma questão importante prende-se com o tipo de casais que se voluntaria para participar num estudo desta natureza. A maioria dos investigadores reconhece implícita ou explicitamente que os casais insatisfeitos no seu casamento são difíceis de recrutar, bem como os casais pertencentes às classes sociais mais elevadas.

subgrupos (*quota sampling*) (Hill & Hill, 2000; Mason, 1998) em função das variáveis sócio-demográficas anteriormente mencionadas[14].

No que se refere à dimensão das amostras, a qual está relacionada com o problema da *precisão* das estimativas (Pedhazur & Schmelkin, 1991), tivemos em consideração critérios como os objectivos dos estudos empíricos, o número de variáveis, as características das análises estatísticas e o tamanho das amostras usadas em estudos similares (Nunally & Bernstein, 1994). Os estudos preliminares pretendiam investigar as propriedades psicométricas dos resultados das adaptações portuguesas de diversos instrumentos e, sendo a dimensão mínima da amostra recomendada de 5:1 (relação nº de sujeitos/nº de itens do instrumento) (Hill & Hill, 2000, p.54), chegámos a duas amostras independentes, respectivamente com N=268 e N=422, e ambas com relação sujeito/variáveis acima do que é preconizado e realizado para estudos similares (Gorsuch, 1983). Os estudos 2 e 3 que constam do capítulo VI incluem amostras só de casais (num total de 342 casais).

Ao longo dos capítulos referentes aos estudos empíricos por nós realizados, faremos, sempre que julgado pertinente, referência aos resultados obtidos com as amostras em que originalmente os instrumentos foram desenvolvidos (amostras norte-americanas, na generalidade). Trata-se unicamente de referências, já que a composição das amostras em termos sócio-demográficos é diferente, mas que nos parecem úteis, dado que se procura avaliar a sensibilidade das medidas que estão a ser testadas no sentido de saber se reflectem estruturas e/ou resultados semelhantes às que surgem com a versão original do instrumento.

4.1.2. A Escolha e a Descrição dos Instrumentos

Nesta secção, pretende-se descrever o modo como se procedeu à selecção dos indicadores empíricos (ou variáveis manifestas) que utilizámos para operacionalizar os constructos (ou variáveis latentes) os quais, não sendo observáveis directamente estão, supostamente, subjacentes à determinadas manifestações comportamentais. É, pois, determinante para a validade das nossas inferências, o laço que possa existir entre os

[14] Alguns casais foram contactados com recurso a organizações médicas e religiosas, outros foram indicados por alunos e colegas da Universidade. Para aumentar a diversidade da amostra, não aceitámos mais do que dez casais de cada referente.

constructos e às expressões comportamentais que os revelam. Os modelos de medida dos constructos são, pois, decisivos neste processo de investigação.

De seguida, descrevemos os instrumentos psicológicos de onde foram retirados os indicadores empíricos ou variáveis manifestas (factores, na linguagem da análise factorial) que utilizamos para medir os constructos nos diferentes estudos realizados.

A pesquisa bibliográfica efectuada revelou alguns instrumentos que permitiam avaliar as variáveis em estudo. Tendo em conta a finalidade e os objectivos pretendidos nesta tese, pareceu-nos mais adequado optar por escalas de avaliação (*rating scales*) (Kerlinger, 1986; Pedhazur & Schmelkin, 1991)[15].

Estudadas as respectivas características psicométricas, ponderadas as finalidades da sua aplicação, realizados os contactos pessoais com alguns dos seus autores e obtidas as respectivas autorizações escritas para a sua utilização, foi feita a opção pelos instrumentos de avaliação que passam a descrever-se. A escolha de alguns instrumentos já construídos em vez do desenvolvimento de escalas de avaliação próprias deveu-se a diferentes razões. Em primeiro lugar, uma razão de índole mais pessoal, dado que adaptar um instrumento com o qual já há tradição de investigação e resultados promissores confere, à partida, mais confiança e segurança na realização dos projectos de pesquisa. Para além disso, ao não contribuir para a proliferação de medidas, orienta o trabalho na linha da síntese e da integração de conceitos. O facto de facilitar estudos comparativos com grupos de outros países e culturas e o facto de permitir poupar tempo, foram também aspectos ponderados nesta decisão. cultura

Para avaliar os *esquemas conjugais*, o instrumento mais indicado pareceu ser o *Relational Dimension Instrument* (RDI; M.A. Fitzpatrick, 1988), tendo a versão portuguesa desta escala recebido a designação de *Escala de Dimensões Relacionais*.

Para avaliar o *padrão conjugal*, optámos pelo *Inventory of Specific Relationship Standards* (ISRS-III; D.Baucom, N.Epstein, L. Rankin, C.Burnett, 1993). A versão

[14] Evidentemente que se trata de uma primeira fase de adaptação destes instrumentos a amostras portuguesas cujo objectivo principal, longe de ser a construção de normas, consistia tão somente em avaliar a validade dos constructos por eles medidos e a precisão da sua mensuração.

[15] No âmbito da investigação psicológica, as escalas de avaliação com vários itens ou escalas aditivas (*summated rating scales*, vd., Spector, 1992) são dos procedimentos de medida mais utilizados. Também designadas por escalas de tipo Likert, por referência a Rensis Likert (1932), o primeiro autor a propor este método de construção de escalas, apresentam as seguintes características sintetizadas por Spector (1992, pp.1-2): contêm diversos itens cujos resultados (*ratings*) são somados ou combinados de modo a obter-se um valor global para a escala; cada um dos itens deve medir um único atributo que é suposto assentar num *continuum* de medida quantitativo; cada item aparece sob a forma de uma declaração/afirmação relativamente à qual os participantes se posicionam, não existindo respostas correctas ou incorrectas. O que se pretende é que os participantes avaliem as alternativas de resposta para cada item e façam uma escolha.

portuguesa desta escala recebeu a designação de *Inventário de Padrões Relacionais Específicos*.

Para avaliar a identificação com atributos de *expressividade* e de *instrumentalidade*, escolhemos o *Personal Attributes Questionnaire* (PAQ; J.Spence & R. Helmreich, 1978). A versão portuguesa desta escala recebeu a designação de *Questionário de Atributos Pessoais*.

Para avaliar os padrões de *vinculação* do adulto, optámos pelo *Relationships Questionnaire* (RQ) de Bartholomew & Horowitz (1991), *Questionário de Relações*, na versão portuguesa.

A satisfação com a relação conjugal foi avaliada por uma escala de índice único.

4.1.2.1. A Escala de Dimensões Relacionais

Objectivos, fundamentos teóricos e metodológicos

O modelo teórico subjacente à tipologia de relações conjugais proposto por M.A.Fitzpatrick (1988) e a construção do conjunto de escalas (RDI) que o operacionalizam (Fitzpatrick, 1988) constituiu uma importante inovação no campo da investigação conjugal e das teorias sobre casamento.

O desenvolvimento do *Relational Dimension Instrument* (RDI) surgiu no âmbito de um debate teórico-prático em investigação conjugal iniciado na década de 80 (cf. Capítulo I). Surgia a evidência de que maridos e mulheres com sucesso ou insucesso conjugal tinham diferentes visões na atribuição de significado aos acontecimentos (e.g. o critério do que constituia um casamento satisfeito variava consoante o *tipo conjugal*). Ou seja, os processos conjugais diferiam de forma sistemática de acordo com o tipo de casamento que os cônjuges definiam como sendo o seu ou com as cognições da relação que eram manifestadas.

Partindo do princípio que os indivíduos têm 'esquemas conjugais' ou estruturas de conhecimento que representam o mundo exterior do casamento e guiam a interpretação dos dados bem como o comportamento, Fitzpatrick (1988) tinha como principal objectivo desenvolver e validar uma tipologia de relações com base num questionário de auto-avaliação (RDI) que interpelasse os cônjuges em duas grandes áreas: os ideais pessoais para as relações (crença em papéis específicos e convencionais de género, valor da espontaneidade e da mudança); e a descrição do seu actual

casamento (padrões de interdependência/autonomia e de resolução de conflitos). Esta tipologia pretendia constituir-se numa descrição do casamento derivada empiricamente, que fosse exaustiva e mutuamente exclusiva nos tipos definidos, e relacionada com constructos importantes, designadamente, os comportamentos de interacção conjugal.

Apresentado em 1988 (Fitzpatrick, 1988), o RDI tem sido muito utilizado em investigação conjugal, manifestando-se como indicador válido das dimensões em análise.

Tanto os objectivos como os fundamentos teóricos do modelo já foram descritos no Capítulo I (8.1.), dado o relevo que lhe é conferido nesta tese, pelo que passamos à apresentação de cada uma das subescalas, da fundamentação teórica e objectivos de avaliação específicos de cada uma delas.

Caracterização das subescalas

Com o objectivo de medir as dimensões básicas da vida relacional, Fitzpatrick elaborou um questionário que incluía inicialmente 200 itens. Estes itens basearam-se numa análise de conteúdo dos principais estudos sobre casamento e família (Fitzpatrick, 1976, *cit in* Fitzpatrick, 1988)[16].

Estes 200 itens foram reduzidos a 184, após eliminação de itens redundantes e pouco claros. O questionário de 184 itens foi, então, respondido por 1448 indivíduos casados e as análises estatísticas das respostas permitiram reduzi-lo para 77 itens. A análise factorial identificou oito factores ou subescalas: *Partilha* (23 itens: 2,3,4,5,7,8,9,11,12,13,15,16,20,22,23,25,32,38,48,49,51,59,71), *Ideologia do Tradicionalismo* (12 itens: 14,52,55,56,57,58,61,62,63,64,65,69), *Ideologia da Incerteza e da Mudança* (8 itens: 47,53,54,66,67,68,75,76), *Assertividade* (6 itens: 10,19,21,26,28,37), *Regularidade Temporal* (5 itens: 24,33,39,45,46), *Evitamento do Conflito* (9 itens: 31,35,43,44,50,72,73,74,77), *Espaço Indiferenciado* (8 itens: 1,17,18,29,34,40,41,42), *Autonomia* (6 itens: 6,27,30,36,60,70).

O factor I compreende itens cujo padrão afectivo sugere uma troca contínua e mútua de pensamentos entre os membros da relação conjugal. Um resultado elevado

[16] Destacam-se o estudo qualitativo de Kantor e Lehr (1975) - segundo o qual os casais estabelecem padrões de interacção através das formas como usam o seu espaço, tempo e energia (*access dimensions*) para realizar os objectivos básicos do casamento como afecto, poder e significado (*target dimensions*); o estudo de Reiss (1981) com o conceito de paradigma que cada família desenvolve (conjunto dos constructos e expectativas sobre o mundo social partilhadas pela família); o estudo de Kelley *et al.*, 1983, *cit. in* Fitzpatrick, 1988) sobre os constructos de autonomia e interdependência nas relações; os estudos de Minuchin (1974) e Olson (1981) sobre proximidade e distância nas relações.

neste factor sugere uma partilha aberta de amor e cuidados, e a tendência para comunicar uma vasta extensão e intensidade de sentimentos. Há uma partilha quer de tarefas quer de actividades de lazer, bem como um considerável grau de empatia. Estes cônjuges relacionais não só visitam os amigos como procuram novos amigos e experiências. Dada a elevada frequência de interacção entre o casal e do casal com o mundo exterior, este factor recebeu a designação de *Partilha*.

O factor II contém itens que sugerem um forte compromisso com a tradição e com as instituições e valores convencionais e designa-se por *Ideologia do Tradicionalismo*. Este factor enfatiza costumes tradicionais nomeadamente o facto de uma mulher dever adoptar o nome do marido, a infidelidade ser sempre imperdoável, a cerimónia do casamento ser muito importante. Aqueles que têm um resultado elevado neste factor parecem ter certezas sobre o significado e objectivo da vida, em geral, bem como sobre as regras relativas à educação das crianças e ao comportamento familiar.

Os oito itens que se correlacionam com o factor III também reflectem predominantemente a dimensão de ideologia, mas em contraste com o segundo factor dado que enfatizam uma abertura à incerteza. De facto, a relação ideal, neste ponto de vista, é marcada pela novidade, a espontaneidade ou o humor. Os indivíduos que têm uma pontuação elevada neste factor parecem abertos à mudança. Acreditam que cada pessoa deveria desenvolver o seu próprio potencial e que as relações não deveriam constranger um indivíduo de nenhuma forma. É a *Ideologia da Incerteza e da Mudança*.

O factor IV recebe a designação de *Assertividade* e inclui seis itens que foram originalmente construídos para reflectir a dimensão poder de uma relação. Quatro destes itens abarcam aspectos como a persuasão interpessoal, a indução ou a combatividade de uma relação. No entanto, os outros dois itens centram-se em comportamentos como o discutir perante amigos ou em público.

O factor V compreende cinco itens que estão claramente associados com a dimensão tempo. Estes itens sugerem um horário estrito dos acontecimentos domésticos e constituem o factor da *Regularidade Temporal*.

Os nove itens que constituem o factor VI reflectem a dimensão afecto. Estes itens sugerem o evitamento de discussões e de disputas entre cônjuges, bem como a importância de partilhar os bons sentimentos, mas não os negativos. Daí a designação de *Evitamento do Conflito* para este factor.

Os oito itens que correlacionam com o factor VII foram originalmente concebidos como itens relacionados com a dimensão espaço. Estes itens parecem

indicar poucos constrangimentos às fronteiras territoriais. Os cônjuges sentem-se livres para abrir a correspondência um do outro, para se interromperem um ao outro quando estão concentrados, e para partilharem muitos dos pertences pessoais. As pessoas com resultado elevado neste factor acham que os convidados se devem sentir à vontade para entrar num quarto qualquer da casa. Também acham que as visitas podem ser trazidas para casa sem pedir a permissão ao cônjuge. A liberdade espacial daqueles que têm um resultado elevado neste factor surge à custa da privacidade pelo que o factor recebe o nome de *Espaço Indiferenciado*.

O factor VIII compreende seis itens que estão também relacionados com o espaço, só que em contraste com a fusão espacial do sétimo factor. Os cônjuges têm férias separados e o espaço privado é muito valorizado por aqueles que concordam com esses itens o que sugere o nome de *Autonomia* para este factor.

Os valores dos índices de consistência interna (*alpha* de Cronbach), obtidos com o instrumento final, foram de .88 para a subescala da *Partilha*, .80 para a de *Ideologia do Tradicionalismo*, .60 para a de *Ideologia da Incerteza e da Mudança*, .65 para a de *Assertividade*, .82 para a de *Regularidade Temporal*, .60 para de *Evitamento do Conflito*, .52 para a de *Espaço Indiferenciado* e de .64 para a de *Autonomia*.

Uma análise factorial de segunda ordem[17] indicou que estes oito factores ou subescalas representam três grandes dimensões conceptuais da vida relacional: a ideologia, a interdependência e o conflito.

A dimensão da *ideologia*, que poderá ser convencional ou não convencional, refere-se às crenças, padrões e valores que os cônjuges têm relativamente à sua relação e família. Por um lado, podem conceber o amor e o casamento como um meio de alcançar relações comprometidas e estáveis que facilitam a ligação à sociedade mais lata; por outro lado, podem ver o amor e o casamento sobretudo em termos de gratificações psicológicas dadas aos cônjuges. Os casais tanto podem partilhar a mesma orientação ideológica relativamente ao casamento como podem ter valores opostos o que pode originar tensão, *stress* e, por vezes, criatividade na relação conjugal. Esta dimensão diz respeito ao significado e objectivos que se têm para a vida, o que é semelhante ao que Reiss (1981) designou por paradigma familiar. A ideologia é um factor importante guiando, não só interacções com o cônjuge, mas também os

[17] Na análise factorial de segunda ordem, as duas medidas de ideologia saturaram no primeiro factor; as subescalas de partilha, regularidade temporal, espaço indiferenciado e autonomia saturaram no segundo factor e os restantes factores - evitamento do conflito e assertividade - saturaram no terceiro.

julgamentos que se fazem sobre essas interacções e seus resultados. Nesta dimensão, os cônjuges podem, pois, valorizar a estabilidade e a previsibilidade ou a mudança e a incerteza.

A dimensão da *interdependência* é a característica central no âmbito do casamento e das relações e refere-se ao grau de união, sendo que, quanto mais próxima uma relação mais interdependente se torna (Kelley *et al.*, 1983). Os cônjuges negoceiam implicita ou explicitamente a frequência, a força, a diversidade e duração do seu impacto um no outro em diversas áreas do casamento. Está em causa um equilíbrio entre estas duas forças: um grau de interdependência e um sentido de união *versus* um grau de independência e um sentido de autonomia pessoal. As teorias de desenvolvimento conjugal e familiar dão largo relevo a esta dimensão definindo como saudável o facto de se conseguir um equilíbrio de coesão na família, enquanto se mantêm fronteiras claras entre os indivíduos, como tão bem sintetiza Fontaine (1985). Situações extremas como separação demasiada, desligamento e pouca ligação emocional são tão problemáticas como união demasiada, envolvimento excessivo e fusão emocional entre os elementos de uma família (Bowen, 1978; McGoldrick, 1982; Minuchin, 1974; Olson, 1981). Assim cada um dos membros do casal vai procurar relacionar-se de uma forma que satisfaça as necessidades do ser "eu, tu, e nós" como claramente refere Caillé (1991). Quanto mais interdependente o casal, mais organiza o tempo e o espaço de modo a promover a interacção, o estar junto e a partilha.

O *conflito*, nas suas vertentes de envolvimento ou de evitamento, constitui a terceira dimensão. Refere-se à forma como os membros do casal resolvem as suas diferenças, os seus desacordos, desde os que evitam o conflito, são pouco assertivos, até àqueles que são mais assertivos um com o outro e se envolvem mais facilmente nos conflitos.

As oito subescalas que constituem o RDI são aplicadas conjuntamente e apresentadas como um inventário de auto-avaliação único que resulta de uma mistura dos itens de cada uma das subescalas. Os primeiros 46 itens são constituídos por afirmações de carácter descritivo e a modalidade de resposta é de tipo *Likert*, com sete categorias de resposta referentes à frequência com que determinado comportamento ou actividade ocorre na relação conjugal, ordenadas do seguinte modo: 1 – Sempre; 2 – Habitualmente; 3 – Muitas vezes; 4 – Ocasionalmente; 5 – Poucas vezes; 6 – Raramente; 7 – Nunca. Os restantes itens são constituídos por afirmações cuja modalidade de resposta é, também, de tipo *Likert*, com sete categorias de resposta

referentes ao grau de acordo ou de desacordo, ordenadas do seguinte modo: 1 – Concordo totalmente; 2 – Concordo em grande parte; 3 – Concordo parcialmente; 4 – Não concordo nem discordo; 5 – Discordo parcialmente; 6 – Discordo em grande parte; 7 – Discordo totalmente.

Com o objectivo de que um resultado elevado indique acordo com a dimensão relacional avaliada em cada subescala, todos os itens - com excepção de 12, 15, 31, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 73, 74 e 77 que já estão formulados de forma contrária - terão de ser cotados com uma pontuação em escala inversa (pontuação reordenada de 7 a 1). Para cada uma das oito subescalas é, então, obtido um valor que consiste na média aritmética das escolhas feitas para os itens pertencentes a cada subescala.

Definições relacionais (ou esquemas conjugais)

O RDI permite classificar cada indivíduo, com base no conjunto dos resultados obtidos nas oito subescalas, numa de três definições relacionais (ou forma de descrever a relação conjugal) – *tradicional*, *independente* e *separado*[18].

Os oito valores médios (Quadro 4.1) encontrados para cada uma das três definições relacionais foram encontrados com cinco amostras que totalizaram 1672 indivíduos, o que confere estabilidade para os resultados obtidos por investigadores que trabalham com amostras mais pequenas.

[18] Com efeito, através de uma *linear typal analysis*, e após exame de uma variedade de soluções diferentes que fornecessem a melhor adequação para o número de definições relacionais, Fitzpatrick (1988) optou por uma solução de três *clusters*. Não só a solução de três *clusters* explicava melhor os dados como atribuía aos indivíduos as definições relacionais de forma não ambígua. Para verificar a classificação dos indivíduos nos *clusters* também foi usada uma análise discriminante para atribuir os indivíduos aos *clusters*. As duas classificações foram comparadas e, em diversas amostras, nunca menos

Quadro 4.1

Médias obtidas no RDI em 5 amostras, N = 1672

	Definição Relacional		
	Tradicional	Independente	Separado
Ideologia			
Ideologia do Tradicionalismo	4.97a	3.93b	4.88a
Ideologia da Incerteza/Mudança	3.52a	4.35b	4.19b
Autonomia/Interdependência			
Partilha	5.01a	4.73b	4.07c
Autonomia	3.20b	4.39a	4.40a
Espaço Indiferenciado	4.44a	4.41a	3.88b
Regularidade Temporal	4.71a	3.23b	4.41a
Conflito			
Evitamento do Conflito	3.94b	3.60b	4.54a
Assertividade	2.80b	3.54a	3.27a

Nota: As médias com diferentes letras indicam uma diferença de .10 pelo método Scheffé (Fitzpatrick, 1988, p.75)

Posteriormente, Fitzpatrick (1993, p.105) vai designar estas definições relacionais ou modelos mentais das relações por esquemas conjugais (*marital schemata*). Seriam modelos de funcionamento interno (*internal working models*), estruturas de conhecimento que representam o mundo exterior do casamento e fornecem orientações para interpretar as mensagens em termos que podem ser *tradicional*, *independente* ou *separado*.

A definição relacional ou esquema *tradicional* é adoptada pelos cônjuges que defendem valores ideológicos convencionais sobre o casamento e a vida familiar, os quais colocam maior ênfase na estabilidade da relação do que na sua espontaneidade. No que se refere à interdependência, esta é marcada por um elevado grau de partilha e de companheirismo no casamento, reforçados nomeadamente pelo uso tradicional do tempo e do espaço com horário diário regular e pouco espaço físico autónomo. Não se consideram assertivos e tendem a restringir os conflitos abertos aos assuntos sérios.

Os cônjuges que se definem relacionalmente como *independentes* sustentam valores não convencionais sobre a vida relacional e familiar defendendo que as relações não devem constranger a liberdade do indivíduo de nenhuma forma. Relativamente à dimensão interdependência, apesar dos níveis elevados de partilha e de companheirismo, estes são alcançados de forma diferente dos cônjuges tradicionais: tentam estar psicologicamente próximos do cônjuge mas têm espaços físicos separados de acesso controlado, manifestam dificuldade em cumprir um horário diário regular. Valorizam a autonomia. Como não têm pressupostos sobre os papéis que mulheres e homens devem desempenhar, têm alguma dificuldade em negociar um esquema de

de 94% dos casos eram atribuídos a grupo idêntico por ambos os procedimentos, pelo que a solução de três *clusters* foi confirmada.

tempo diário. Revelam alguma assertividade nas relações conjugais e tendem a não evitar conflitos com o cônjuge, tanto nos desacordos maiores como nos menores.

Os cônjuges que se incluem na definição relacional ou esquema *separado* parecem ter, simultaneamente, visões ideológicas opostas sobre as relações, o que sugere ambivalência sobre os valores relacionais. Se, por um lado, um indivíduo separado é tão convencional nas questões familiares e conjugais como um tradicional, por outro, apoia os valores defendidos por independentes e enfatiza a liberdade individual relativamente à manutenção da relação. Podem, por exemplo, defender um conjunto de valores publicamente, enquanto acreditam noutro em privado. Têm significativamente menos partilha e companheirismo no seu casamento, tentando manter alguma autonomia através do uso do espaço e de alguma distância psicológica na sua relação com o cônjuge, pelo que a forma principal de indicar interdependência no casamento é mantendo um horário diário regular. Apesar de registarem algumas tentativas de persuasão e de assertividade relativamente ao cônjuge, indicam que evitam conflitos conjugais abertos.

Tipos conjugais

O passo seguinte no desenvolvimento desta tipologia conjugal consistiu na comparação das definições relacionais de maridos e mulheres. Das três definições relacionais (*tradicional*, *independente* e *separado*) decorre a possibilidade lógica de nove *tipos* relacionais - três *tipos* designados *puros* (marido e mulher concordam, independentemente, sobre uma definição da sua relação[19]); seis *tipos* considerados *mistos* (marido e mulher descrevem a sua relação diferentemente, ou seja, divergem no seu modelo mental de casamento). Com o cuidado explícito de que os questionários do marido e da mulher sejam respondidos em separado, há a certeza de que, caso sejam classificados em diferentes *clusters* (e.g. um marido *separado* casado com uma mulher *tradicional*), isso significa mesmo que discordam em dimensões importantes no casamento.

[19] Os casais que são classificados no mesmo *cluster* são aqueles em que ambos os cônjuges partilham as mesmas visões ideológicas das relações, experimentam o mesmo nível de autonomia e de interdependência no seu casamento e partilham a mesma visão da expressão do conflito.

Dos 700 casais que completaram o RDI nas primeiras fases de investigação[20], 60% dos maridos e das mulheres concordava nas definições básicas do seu casamento, portanto, era classificado num dos três tipos puros; em 40% dos casais, o casamento "dele" era significativamente diferente do "dela", pelo que pertenciam a um dos seis tipos mistos (Quadro 4.2). Na amostra total, nenhum tipo misto ocorria com uma maior frequência que os outros, nem se verificava nenhuma relação privilegiada entre alguma das definições relacionais e o sexo dos cônjuges.

Quadro 4.2
Proporções dos Tipos Conjugais Puros e Mistos

	Tipo Conjugal da Mulher		
Tipo Conjugal do Marido	Tradicional	Independente	Separado
Tradicional	.20	.07	.07
Independente	.06	.22	.09
Separado	.07	.06	.17

Nota: As amostras, com um N=700casais, a partir das quais o quadro foi elaborado, estão descritas nos trabalhos de Fitzpatrick (1976 e 1988), Fitzpatrick & Indvik (1982).

Estudos de validade

A autora procurou demonstrar que *ideologia*, *interdependência* e *conflito* são dimensões importantes do casamento, que os casamentos podem ser classificados numa de três formas básicas, que maridos e mulheres podem ser comparados relativamente a como categorizam as suas relações, e que estas classificações não são manifestações meramente psicológicas de diferenças demográficas. Estes factos seriam de pouca utilidade a não ser que o *esquema* permitisse aos investigadores relacionar estes tipos conjugais com diferentes atributos das relações, pelo que esse foi o passo seguinte.

M.A.Fitzpatrick e J. Indvik (1982) realizaram um estudo de validade convergente e discriminante, a partir de análises univariadas (correlacionais) e

[20] Na selecção destes 700 casais foram utilizadas quatro estratégias diferentes de amostragem. A primeira (Fitzpatrick, 1976; 1977; Fitzpatrick & Best, 1979, *cit in* Fitzpatrick, 1988) teve como objectivo isolar os padrões principais e construir uma escala com precisão pelo que consistiu numa amostragem de conveniência, tendo sido os questionários distribuídos em grupos sociais e políticos representativos, em hospitais, escolas, fábricas e escritórios. A segunda estratégia de amostragem foi a estratificada, de acordo com sete critérios demográficos, tendo sido avaliados 224 casais (Fitzpatrick & Indvik, 1982) considerados representativos da área metropolitana. Não se verificaram diferenças significativas entre os tipos conjugais em nenhum dos indicadores demográficos usados na investigação. Os tipos conjugais não diferiram no tempo de casamento, no facto da mulher ou do marido ter sido casado antes, no número de filhos, na religião de cada cônjuge, no nível de escolaridade, emprego ou ordenado. Não se verificaram relações significativas entre este conjunto de variáveis demográficas e o tipo de casamento em que os cônjuges eram classificados, pelo que a variância no tipo conjugal não pode ser explicada pelo lugar que o casal ocupa na estrutura social. A terceira amostra foi seleccionada ao acaso a partir de listas fornecidas

multivariadas (factoriais) de um conjunto de medidas habitualmente utilizadas como indicadores de dimensões do género. Assim, para além das oito subescalas do RDI foram consideradas uma escala de atitudes de género (*Sex Role Orientation Questionnaire* – Brogan & Kutner, 1976) e uma escala de atributos de género (Bem Sex-Role Inventory – Bem , 1974)[21]. Demonstrou-se que as atitudes de género sobre os papéis masculino e feminino na sociedade, que as atribuições que maridos e mulheres fazem relativamente aos seus próprios comportamentos e traços de género, e a precisão das atribuições de género que os cônjuges fazem um sobre o outro estão sistematicamente relacionados com o tipo de casamento (Fitzpatrick, 1988).

Também foi estudada a relação entre a tipologia conjugal proposta e a satisfação conjugal e conceitos relacionados como o ajustamento diádico[22]. Fitzpatrick (1988) concluiu que esta tipologia constituía uma alternativa à definição dos casais pelo nível de satisfação conjugal ou ajustamento diádico, permitindo, por exemplo, a casais do tipo *Independente*, os quais têm abertura para lidar com as dificuldades da relação e não fogem aos conflitos, serem considerados como potencialmente tão bem ajustados como os casais do tipo *Tradicional*.

Num estudo com 162 casais (Fitzpatrick et.al., 1993), foram aplicados o RDI (*Relational Dimensions Instrument*), o *Attachment Inventory* (Feeney & Noller, 1990), e o *Communication Patterns Questionnaire* (Christensen, 1988). Verificou-se que os casais classificados em diferentes *tipos* de casamento referiam diferentes padrões de

por organizações tais como grupos políticos, igrejas, universidades (Fitzpatrick & Dindia, 1986 *cit in* Fitzpatrick, 1988) e a quarta por anúncio de jornal (Fitzpatrick & Noller, 1987 *cit in* Fitzpatrick, 1988).

[21] O estudo foi realizado com uma amostra estratificada de 224 casais, considerando o tipo conjugal (por comparação dos resultados obtidos individualmente por cada membro do casal no RDI) como variável independente e as três atitudes de género (*orientação convencional, igualdade feminina e orientação pessoal*) como variáveis dependentes. A análise de variância multivariada (MANOVA), *group centroids* (médias multivariadas), e funções discriminantes indicaram que os tipos conjugais *Tradicionais, Separados, Separados/Tradicionais* e *Tradicionais /Separados* concordavam com as orientações convencionais e rejeitavam as atitudes que sugeriam que os indivíduos deveriam seguir as preferências pessoais ao decidir que atitudes de género adoptar. Os *Independentes* foram claramente discriminados de todos os outros tipos conjugais na medida em que eram os que concordavam menos com a orientação convencional e mais com a igualdade homem-mulher e a orientação pessoal dos papéis de género.
No que se refere às auto-atribuições sobre género (em função das respostas ao *Bem Sex-Role Inventory* - Bem , 1974), o *tipo* conjugal mostrou estar mais relacionado com o modo como a mulher se vê a si própria do que com as atribuições do marido.

[22] Sessenta casais completaram o RDI e a escala mais conhecida sobre ajustamento conjugal (*Dyadic Adjustment Scale* – Spanier, 1976) a qual considera as dimensões de Consenso, Coesão, Afecto e Satisfação. Foram calculadas análises de variância univariadas considerando o *tipo conjugal* como variável independente e cada uma das quatro dimensões como variáveis dependentes. O estudo revelou que os *tipos conjugais* diferiam nos seus níveis de ajustamento conjugal, de tal modo que em todas as escalas excepto na de Afecto, ambos os cônjuges no casamento Tradicional experimentavam um grau mais elevado de ajustamento diádico do que os casais dos outros tipos. Foram calculadas análises

comunicação durante o conflito – os *Separados* evitavam completamente os conflitos, rapidamente se reconciliavam ou se retiravam de interacções negativas com o cônjuge (isto é válido para os homens e não para as mulheres, as quais viam poucas diferenças nos seus padrões de comunicação, nos vários *tipos* de casamento), os *Tradicionais* concordavam um com o outro sobre como a sua comunicação funciona durante o conflito, enquanto os *Separados* tinham relatos completamente opostos sobre a comunicação durante o conflito. Também se constatou que os cônjuges classificados no *tipo Tradicional* eram os que tinham o estilo de vinculação mais *seguro*, os de *tipo Separado* e de *tipo Independente* apresentavam um estilo de vinculação *evitante*. O estilo de vinculação *evitante* mostrou-se como o mais discriminante, com diferenças estatisticamente significativas entre *Tradicionais, Independentes e Separados*. As subescalas da *Ideologia do Tradicionalismo* e da *Partilha* do RDI mostraram-se as mais fortes em discernir as relações com as orientações de vinculação. Como seria de esperar, *Tradicionalismo* e *Partilha* correlacionaram positivamente com o estilo de vinculação *segura* e negativamente com os estilos de vinculação *evitante* e *ambivalente*.

A tipologia conjugal parece, pois, validada através de um conjunto de índices de funcionamento conjugal.

Conclusão

Fitzpatrick (1988, 1995) realiza o balanço do seu modelo tendo em conta os objectivos principais de uma ciência de relações, os quais se podem resumir em descrever, predizer e explicar. A tipologia conjugal descreve bem a cultura privada do casamento, categorizando casais com base em dimensões conceptualmente importantes das relações. Os registos dos casais sobre a sua interdependência, as suas visões ideológicas sobre a natureza das relações interpessoais e os seus níveis de conflito e expressividade descrevem, com algum detalhe, a diversidade dos sistemas conjugais. Para além disso, os estudos realizados com este instrumento permitem afirmar que a tipologia conjugal consegue prever tanto as auto-avaliações como os comportamentos de comunicação e sequências de interacção dos casais nos vários *tipos*, sendo menos útil em explicar a natureza do casamento.

discriminantes cujos resultados indicaram que os tipos conjugais podiam ser separados em três dimensões (Satisfação, Consenso, Coesão).

4.1.2.2. O Questionário de Atributos Pessoais (PAQ)

Objectivos, fundamentos teóricos e metodológicos

O desenvolvimento do *Personal Attributes Questionnaire* - PAQ (Spence & Helmreich, 1978) surgiu no seio de um debate teórico sobre género nas décadas de 70 e 80 (cf. capítulo II) como expressão de uma teoria diferente sobre a organização das características relacionadas com o género, considerando este constructo como fenómeno multifactorial.

As distinções fundamentais entre homens e mulheres são frequentemente, e de um modo directo ou indirecto, ligadas a dois conjuntos de atributos de personalidade habitualmente designados por *instrumentalidade* masculina e *expressividade* feminina. Enquanto *instrumentalidade* se refere a traços de assertividade e de auto-promoção presumivelmente característicos dos homens, a *expressividade* alude a traços orientados para as relações interpessoais, de auto-revelação e de altruísmo presumivelmente característicos das mulheres[23].

O PAQ pretende medir os traços de *instrumentalidade* e de *expressividade* e não os conceitos de género mais latos de masculinidade e de feminilidade.

Este questionário foi desenvolvido em vários estádios (Spence & Helmreich, 1978; Spence *et al.*, 1975) pressupondo, inicialmente, a adopção de uma abordagem dualista da masculinidade e da feminilidade, enquanto aspectos separados da personalidade que variavam mais ou menos independentemente.

A versão inicial do PAQ continha 55 itens bipolares retirados de um conjunto de 130 itens nomeados por estudantes universitários como constituindo características diferenciadoras de homens e de mulheres. Estes 55 itens seleccionados foram aqueles nos quais ambos os sexos exibiam um estereótipo consistente sobre diferenças sexuais. Ou seja, eram itens descrevendo características que não só diferenciavam significativamente os sexos, como relativamente aos quais, mulheres e homens se

[23] Estas distinções radicam em trabalhos de Parsons e Bales (1955) que distinguiam entre papéis instrumentais e expressivos atribuídos a maridos e mulheres. Havia vários pressupostos, conforme referimos em anteriores capítulos, que dominavam o pensamento tradicional sobre género : instrumentalidade e expressividade eram consideradas incompatíveis dado que a posse de um tipo de traços tendia a excluir o outro; instrumentalidade e expressividade contribuíam para um factor bipolar simples e a presença ou ausência de uma dada característica masculina ou feminina era preditiva da presença ou ausência de outras características masculinas e femininas.; masculinidade e feminilidade seriam os "*pontos finais de um hipotético continuum bipolar*" (Spence, 1999, p.265) e os homens e as

descreviam como diferindo (Spence & Helmreich, 1978). A maioria dos itens descrevia atributos expressivos e instrumentais. Spence *et al.* (1975) posteriormente administraram estes itens a novas amostras para as quais obtiveram, quer o estereótipo, quer auto-classificações, juntamente com respostas a outras escalas incluindo uma medida de auto-estima global e de competência social. As classificações ideais nestes 55 itens também foram na direcção do estereótipo – ou seja, para cada item a classificação média da mulher típica e o do homem típico situava-se no mesmo lado do meio da escala como classificação média do membro típico desse sexo, apesar de frequentemente mais próximo do polo extremo. Destes dados pôde ser inferido que as características estereotipadas no PAQ eram vistas favoravelmente, como atributos socialmente desejáveis. Com base nestes dados (Spence & Helmreich, 1975), os itens foram divididos em três subescalas designadas por M (Masculinidade), F (Feminilidade) e M-F (Masculinidade-Feminilidade). As correlações de cada um dos itens com a subescala à qual tinham sido atribuídos eram claramente mais elevadas do que as correlações com as outras duas subescalas. Para além disso, a justificação conceptual para a divisão dos itens nas três escalas também era perceptível através de análise de conteúdo dos itens. Os itens da escala M referiam-se a características instrumentais, interventoras, enquanto os da subescala F a atributos expressivos e comunais. Ou seja, segundo Spence (1999), os itens eram socialmente desejáveis em algum grau para ambos os sexos mas, num caso, eram mais característicos de homens do que de mulheres e, no outro, mais característicos de mulheres que de homens. O conteúdo dos itens da subescala M-F era misto, contendo itens que poderiam ser classificados como interventores, como comunais ou como uma combinação dos dois.

Sendo os atributos das referidas subescalas características socialmente desejáveis, havia a possibilidade de enviesamentos nos resultados. Foram, então, analisadas possíveis correlações entre os resultados das escalas do PAQ e um índice de desiderabilidade social[24] (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale*), numa amostra de estudantes dos dois sexos, tendo sido encontrados valores que oscilavam entre .08 e .36 (Spence, Helmreich, & Stapp 1975). Este estudo e outros que se seguiram (Spence & Helmreich, 1978) evidenciaram que as diferenças individuais nos resultados das

mulheres que exibiam atributos associados ao outro género ou que não aceitavam os papéis que a sociedade lhes atribuía eram sinal de desvio sexual ou de alguma forma de psicopatologia.

[24] A designação de desiderabilidade social refere-se à tendência das pessoas para, em casos de avaliação, atribuírem a si próprios características de personalidade com valor socialmente desejável e rejeitarem aquelas com valor oposto (Edwards, 1957, *cit in* Pasquali, 1996).

subescalas do PAQ não eram significativamente contaminadas por este tipo de enviesamento de resposta.

O questionário utilizado na maior parte dos estudos seguintes passou a ser a forma abreviada do PAQ (*Personal Attributes Questionnaire*), constituída por 24 itens bipolares, tendo sido escolhidos 8 itens de cada subescala original com base na magnitude da correlação parte-todo entre o item e a subescala a que pertence, correlações de .93, .93 e .91 para M, F e M-F, respectivamente (Spence & Helmreich, 1978). Para além disso, a consistência interna das subescalas revelou-se elevada com valores do coeficiente *alpha* de Crohnbach de .85, .82 e .78 para M, F e M-F, respectivamente (Spence & Helmreich, 1978). Todos os itens demonstraram ser estereótipos de género.

Estudos subsequentes com o PAQ, conduzidos por Spence & Helmreich (1978), com uma amostra de 715 estudantes universitários de ambos os sexos, replicaram os resultados obtidos anteriormente. Assim, os homens obtiveram resultados significativamente superiores aos das mulheres na subescala M e significativamente inferiores na subescala F. Para além disso, as inter-relações entre os resultados das subescalas M e F confirmaram o modelo dualista – uma relação fraca mas significativamente positiva entre as subescalas, em ambos os sexos.

Por causa do significado teórico atribuído aos dois conjuntos de características – *instrumentalidade* e *expressividade* – os autores do PAQ passaram a utilizar unicamente as duas subescalas unifactoriais, com 8 itens cada, que incluíam somente características de *expressividade* (E) e de *instrumentalidade* (I), recomendando aquela nova designação para as subescalas (Spence, 1993).

Quer na forma longa original quer na versão reduzida, agora forma oficial do PAQ, os auto-registos de homens e mulheres diferiam significativamente nas subescalas de *Expressividade* (E) e de *Instrumentalidade* (I), fornecendo assim alguma verificação dos estereótipos descritivos e justificando o tratamento do questionário como medida de dois conjuntos de atributos relacionados com o género, um masculino e um feminino.

Caracterização das subescalas

O PAQ trata-se, pois, de um instrumento de auto-avaliação num formato de tipo Likert cujos itens se agrupam em duas subescalas unifactoriais com oito itens cada, com as designações de *Expressividade* (E), *Instrumentalidade* (I). Os 16 itens (8 itens de

cada uma das duas subescalas) descrevem características pessoais relativamente às quais os indivíduos se situam numa escala de cinco pontos. Cada item, escalonado de (0) a (4), descreve uma característica estereotipada que é suposta diferenciar os sexos. Assim, a subescala de *Instrumentalidade* contém itens que representam características consideradas desejáveis socialmente para ambos os sexos mas que é esperado que ocorram nos homens em maior grau do que nas mulheres. Inversamente, a subescala da *Expressividade* inclui itens que descrevem características consideradas socialmente desejáveis em ambos os sexos mas em que é suposto serem as mulheres a possuírem-nas em grau superior aos homens. O conteúdo das subescalas I e E apoiam os nossos estereótipos; incluindo a primeira, características instrumentais e interventoras e a segunda, características expressivas e comunais. Os resultados totais são obtidos em cada escala somando as pontuações individuais nos oito itens de cada escala, podendo oscilar de (0) a (32).

É possível classificar os indivíduos em função dos resultados obtidos nas subescalas de *Instrumentalidade* e de *Expressividade*. Após determinar para a amostra total (homens e mulheres) ou para um grupo normativo, os resultados da mediana nas escalas I e E, classificam-se os indivíduos de acordo com sua posição acima ou abaixo da mediana nas duas escalas. (ou cf. Shaver *et al.*, 1996 – determinando o resultado mediano para cada escala, dentro de cada grupo, e depois calculando a média das medianas de homens e de mulheres em cada escala). Chega-se, assim, a um esquema com quatro células conforme quadro 4.3.

		Instrumentalidade (Intervenção)	
		Igual ou superior à mediana	Inferior à mediana
Expressividade (Comunhão)	Igual ou superior à mediana	**Andrógino**	**Feminino**
	Inferior à mediana	**Masculino**	**Indiferenciado**

Quadro 4.3 Tipologia PAQ.

Os autores estabeleceram conjuntos de valores normativos para a classificação dos indivíduos de acordo com esta forma reduzida do PAQ numa amostra de 756 homens e 1013 mulheres – 20 para a subescala I, 23 para a subescala E (podendo os resultados individuais oscilar entre 0 e 32 em cada uma das subescalas). Apesar da comparação entre amostras poder ficar comprometida pelo uso de normas diferentes, os

autores aconselham um cálculo de valores para a amostra que está ser estudada como forma de melhor compreender as relações com essa população.

Estudos de validade

Os estudos efectuados com as subescalas I e E do PAQ têm demonstrado que estas são distintas factorialmente (Helmreich, Spence, & Wilhelm, 1981) – de facto, essencialmente ortogonais – e que têm uma adequada consistência interna (*alphas* de Cronbach variando de .71 a .85) e resultados de precisão teste-reteste oscilando de .65 a .91, em períodos de meses (Lenney, 1991). As subescalas I e E continuam a diferenciar claramente os géneros como o demonstram estudos mais recentes (Spence, 1993).

Num estudo efectuado por Shaver *et al.* (1996), com uma amostra de universitáros (89 mulheres e 90 homens) a quem foi aplicado o PAQ, os *alphas* de Chronbach encontrados para as mulheres foram .73 (I) e .74 (E) e, para os homens, .77(I) e .81(E). Os resultados encontrados são semelhantes aos que foram encontrados originalmente por Spence & Helmreich (1978) – no tipo masculino encontravam-se 77,4% dos homens e 22, 6% das mulheres; no tipo feminino encontravam-se 36,8% dos homens e 63,2% das mulheres; no tipo indiferenciado, 47,4% de homens e 52,6% de mulheres; no tipo andrógino, 50% de homens e 50% de mulheres. Análises de variância (ANOVA) indicaram que as mulheres (M=23.81; SD=4.11) tiveram resultados superiores aos dos homens (M=21,89, SD=4.51) na subescala de Expressividade, $F(1, 174)=8.71$, $p<.01$ e que os homens (M=21.91, SD=4.53) tiveram resultados superiores aos das mulheres (M=20.18, SD=4.48) na subescala da Instrumentalidade, $F(1, 174)=6.47$, $p<.05$.

Para Spence (1999), o facto destas duas dimensões - *Expressividade*, medida pela subescala E, e *Instrumentalidade*, medida pela subescala I - se revelarem independentes, ou seja não relacionadas significativamente (nem sequer correlacionadas negativamente como algumas correntes teóricas esperariam), trouxe implicações revolucionárias para a época (anos 70/80) em que este instrumento começou a ser estudado. Esta descoberta implicava que, pelo menos, no que se referia às suas auto-imagens, as pessoas podiam considerar-se "andróginas", ou seja, com características "instrumentais" e com características "expressivas", em graus diferentes. A reforçar esta descoberta, estava também o facto destes resultados obtidos com o PAQ não se restringirem a estudantes universitários, de cor branca, classe média e nacionalidade

americana, mas também se verificarem com indivíduos de todas as idades e grupos étnicos dos Estados Unidos da América e com homens e mulheres de outros países (e.g. Diaz-Loving, Diaz-Guerrero, Helmreich & Spence, 1981; Runge, Frey, Gillwitzer, Helmreich& Spence, 1981; Spence & Helmreich, 1978). Resultados semelhantes foram também encontrados por Sandra Bem (1974) com o BSRI (*Bem Sex Role Inventory*). Centenas de estudos têm sido realizados com o PAQ e com o BSRI – mas, de acordo com Spence (1999), muitos desses estudos partem de uma suposição incorrecta – a de que as escalas do PAQ e do BSRI mediriam os conceitos globais de masculinidade e de feminilidade e não meramente conjuntos limitados de traços desejáveis de personalidade ou orientações de papel sexual (conforme designação de Shaver *et al.*, 1996).

Uma hipótese recentemente estudada, e que adopta uma perspectiva teórica próxima do construccionismo social (as diferenças de género dever-se-iam ao tratamento diferencial de homens e de mulheres e à influência de expectativas relacionadas com os papéis de género), averiguou a possibilidade das mudanças nos comportamentos e atitudes de papel de género ocorridas nas últimas décadas ter aproximado as percepções de homens e mulheres relativamente às suas características de personalidade. Nesse sentido, Twenge (1997; *cit.in* Swann *et al.*, 1999) determinou a correlação entre as médias obtidas por homens e mulheres nas escalas do PAQ e do BSRI e o ano em que os diversos estudos têm sido publicados. Não se verificaram mudanças significativas nas médias das subescalas de *Expressividade* mas foram encontrados efeitos temporais significativos para as subescalas da *Instrumentalidade* no sentido dos resultados médios das mulheres se aproximarem dos dos homens. Spence & Buchner (in press) confirmam estas tendências com os resultados obtidos com o PAQ e BSRI em duas amostras de estudantes da mesma universidade onde tinham decorrido os primeiros estudos de Spence e Helmreich : as mulheres parecem ter desenvolvido mais as qualidades de instrumentalidade e assertividade, mas sem atenuar as suas características expressivas e de orientação interpessoal. Outro dado com muito interesse é o de que, neste mesmo estudo, quando se pediu que classificassem o homem e a mulher típicos, emergiram uniformemente estereótipos significativos para todos os itens do PAQ e as médias em cada um destes itens eram comparáveis em cada sexo com aqueles que tinham sido obtidos há duas décadas. Parece que a mudança nos comportamentos e atitudes de papel de género não é, também, acompanhada de uma mudança nos estereótipos.

Conclusão

O PAQ é das escalas de atributos relacionados com o género mais conhecidas e frequentemente utilizada pelos investigadores. Isto deve-se às suas qualidades de fidelidade e validade, amplamente documentadas e à sua facilidade de utilização. Para além disso, os resultados encontrados por seu intermédio têm tido um enorme impacto na investigação sobre o tema. Uma característica interessante reside na sua manutenção, com sucessivas revisões e melhoramentos desde a data de aparecimento (1975/1978) até aos nossos dias (e.g. Shaver *et al.*, 1996; Spence, 1993, 1999; Swan *et al.*, 1999).

Apesar de alguns aspectos teóricos susceptíveis de crítica, continua a ser um dos instrumentos mais traduzidos e adaptados pelos investigadores de vários países, o que confirma não só que é considerado como uma medida central na operacionalização do constructo de género, como a actualidade do tema.

4.1.2.3. O Inventário de Padrões Relacionais Específicos

Objectivos, fundamentos teóricos e metodológicos

O *Inventory of Specific Relationship Standards* foi construído por D.H.Baucom, N.B.Epstein, L.A.Rankin e C.K.Burnett (1993/1999) com o objectivo de avaliar a importância dos padrões de relação no funcionamento conjugal. Trata-se, pois, de avaliar um tipo de cognições[25] – os *padrões* – as crenças sobre o que as relações conjugais e os cônjuges *deveriam ser*.

A elaboração deste instrumento pretende colmatar uma lacuna que se verificava no campo das medidas de variáveis cognitivas em relações íntimas. Com efeito, em termos teóricos, assistia-se desde os finais dos anos 60 a uma mudança no foco de estudo dos comportamentos conjugais para o das cognições conjugais, mudança essa que não era acompanhada em termos do desenvolvimento de instrumentos estandardizados correspondentes. O objectivo principal na construção do ISRS consistiu, pois, em encontrar uma medida que permitisse, quer a avaliação clínica, quer testes empíricos de modelos cognitivo-comportamentais e sistémicos do funcionamento

[25] De acordo com a tipologia proposta por Baucom, Epstein, Sayers & Sher (1989) de cinco categorias de cognições elaboradas pelos casais: atenção selectiva, atribuições, expectativas, pressupostos e padrões.

das relações conjugais, especificamente dos *padrões conjugais*. A decisão de focar os *padrões conjugais* radica em investigação anterior a qual demonstrou, claramente, o seu papel no desenvolvimento e manutenção de disfunções relacionais[26] (e.g. Bradbury & Fincham, 1993; Eidelson & Epstein, 1982; Weeks & Treat, 1992).

O ISRS é, então, um inventário de auto-avaliação sobre *padrões conjugais* que pretende avaliar as três dimensões principais do funcionamento conjugal - *fronteiras*, *poder/controlo* e *investimento (expressivo e instrumental)* – as quais são sempre referidas, implícita ou explicitamente, pelos casais. A escolha destas três dimensões deve-se, não só ao facto de se terem revelado centrais aquando da revisão teórica, clínica e empírica sobre casamento, como também à sua potencial aplicabilidade numa variedade de abordagens teóricas que visam compreender e tratar problemas em relações íntimas (Baucom, Epstein, Rankin, & Burnett, 1996b, p.74). Assim, um dos objectivos consistiu em desenvolver um instrumento susceptível de diagnosticar os padrões de cada cônjuge que possam ser alvo de modificação por meio de intervenção terapêutica.

As *Fronteiras* que os cônjuges consideram adequadas entre si constituem a primeira dimensão a ser considerada. Trata-se de avaliar o grau de funcionamento independente *versus* a partilha que os dois cônjuges *deveriam ter* (e.g. a quantidade de tempo passado junto, o grau de auto-revelação, a extensão de interesses e actividades partilhadas). Fronteiras mais rígidas favorecem um funcionamento mais independente em diversas esferas da vida diária, enquanto fronteiras mais difusas favorecem a interdependência. A associação entre problemas de fronteiras e relações disfuncionais tem sido descrita por autores de formação teórica muito diversa (Boss, 1983; Minuchin, 1974; Roberto; 1991), bem como o facto de níveis elevados de ajustamento relacional estarem associados a maior coesão entre os cônjuges (Argyle & Furnham, 1983; Eidelson, 1980; Fitzpatrick, 1988).

A segunda dimensão diz respeito ao *Poder/Controlo* que os cônjuges julgam *dever ser* exercido por cada um na sua relação. Trata-se de avaliar o grau em que as decisões deveriam reflectir ou não um compromisso de parte a parte *versus* o domínio da posição de um dos cônjuges relativamente à posição do outro. A dimensão do poder nas relações conjugais tem sido muito estudada teoricamente (e.g. Blumberg &

[26] Exemplificando, cônjuges que tenham o mesmo padrão de que o conflito deve ser evitado podem proteger-se um ao outro de lidar directamente com o conflito o que pode acabar por ter um efeito negativo na intimidade e na satisfação conjugal.

Coleman, 1989; Tenenbaum, 1998; Watzlawick *et al.*, 1967); objecto de vasta investigação empírica (e.g. Fitzpatrick, 1988; Gray-Little & Burks, 1983) e, consequentemente, uma das dimensões mais trabalhadas clinicamente tanto em terapia familiar estratégica (e.g. Haley, 1978; Madanes, 1991) como em terapia familiar estrutural (e.g. Colapinto, 1991; Minuchin, 1974, 1981).

O grau de *Investimento* na relação que cada cônjuge julga *dever ser* demonstrado é a terceira dimensão a ser considerada. Trata-se dos contributos que cada um deveria fazer para a relação, no sentido de melhorar a qualidade do casamento, contributos que podem ser de natureza mais expressiva (e.g. afectos positivos como carinho, cuidado e preocupação, partilha de pensamentos e sentimentos negativos) ou mais instrumental (e.g. desempenho de comportamentos mais orientados para tarefas como demonstração de envolvimento na relação) (Baucom & Epstein, 1990, Ruble, Fleming, Hackel, & Stangor, 1988; Rusbult, Zembrodt, & Gunn, 1982).

Os autores do ISRS (Baucom, Epstein, Rankin & Burnett 1996b, p. 75), fundamentam do seguinte modo a opção pelas três dimensões "*todos os casais funcionam enquanto unidade e enquanto indivíduos; portanto são importantes padrões para fronteiras e partilha entre os cônjuges; (...) todos os casais têm que tomar numerosas decisões, e sempre que duas ou mais pessoas estão envolvidas em decisões, os seus papéis na tomada de decisão têm que ser atribuídos; daí o ser importante avaliar os padrões relativamente ao poder. Finalmente, os membros de cada casal devem decidir como (e quanto) investir e dar à relação e ao cônjuge, tanto instrumentalmente como expressivamente, portanto, os padrões de investimento podem ser importantes para determinar se os cônjuges estão satisfeitos com o que estão a receber um do outro*".

A primeira versão do ISRS (Baucom *et al*, 1996) era constituída por 60 itens que se agrupavam em cinco dimensões do funcionamento conjugal: fronteiras, processo de controlo, controlo/poder, investimento instrumental e investimento expressivo. Estudos subsequentes de validação da escala (Baucom, Epstein, Daiuto, Carels, Rankin, & Burnett, 1996; Baucom, Epstein, Rankin, & Burnett, 1999) revelam a não consideração da subescala de processo de controlo por causa da dificuldade em encontrar níveis adequados de consistência interna.

Caracterização das subescalas

A versão actual (terceira revisão) do ISRS é composta por 48 itens referentes às dimensões principais de conteúdo dos padrões conjugais : *fronteiras, poder/controlo e investimento*. A avaliação do *Investimento* é feita através de duas subescalas – *Investimento Instrumental e Investimento Expressivo*. Consequentemente, os 48 itens dividem-se em grupos de 12 itens em cada uma destas quatro subescalas (4x12=48). Deste modo, em cada uma das subescalas são avaliadas as 12 áreas de funcionamento conjugal mais comuns[27]: finanças, afectividade, tarefas domésticas, relações com a família de origem, relações com amigos, religião, interacção sexual, carreira, parentalidade, comunicação de pensamentos e sentimentos negativos, comunicação de pensamentos e sentimentos positivos e lazer.

Para cada um dos 48 itens, cada cônjuge responde a três perguntas. Primeiro, o *padrão actual* (a crença individual sobre a frequência que determinado comportamento ou característica *deveria ter* na relação) medido numa escala de tipo Likert, de 5 pontos, que vai desde "Nunca = 1" até "Sempre = 5". Em segundo lugar, responde "sim" ou "não" à questão da *satisfação* com a forma pela qual o padrão está a ser alcançado na relação. Por último, há uma resposta emocional que é avaliada por uma questão relativamente ao *grau de incómodo/perturbação* provocado quando o padrão não é alcançado, podendo a resposta oscilar de "Nada=1" até "Muito= 3.

O item 14, pertencente à subescala de *Investimento Instrumental*, constitui um dos exemplos ilustrativos da estrutura do ISRS : "*O nosso tempo de lazer e divertimento juntos deveria ser uma grande prioridade na nossa relação.*" ; "*Está satisfeito(a) com o modo como este padrão está a ser alcançado na sua relação?*"; "*Quão perturbador é para si quando este padrão não é alcançado?*".

Assim, para além de quatro resultados individuais sobre o padrão actual – padrão de fronteiras, de controlo/poder, de investimento expressivo e investimento instrumental – obtém-se, ainda, quatro valores de satisfação para cada uma destas dimensões bem como quatro graus de incómodo/perturbação relativamente a padrões não alcançados em cada uma das dimensões – fronteiras, controlo/poder, investimento expressivo e investimento instrumental.

[27] As doze áreas foram seleccionadas após vasta revisão de literatura e consulta de diversos inventários psicológicos que avaliam os vários aspectos do funcionamento conjugal (Baucom *et al*, 1996).

A resposta ao ISRS permite, em primeiro lugar, perceber quais os padrões actuais de cada um dos membros do casal, se são ou não padrões extremos (valores médios próximos do 1 ou do 5), se são ou não padrões compatíveis entre si. Mas como esses dados poderiam não ser suficientes para clarificar como os *padrões* operam no casamento, Baucom *et al.* (1996) decidiram explorar outros aspectos como saber o grau de satisfação de cada um dos cônjuges relativamente à forma como o padrão estava a ser alcançado na relação, o que fornece informação relativamente a uma possível discrepância entre os padrões que se têm e o modo como funcionam na realidade. Para além disso, os padrões podem não ter um impacto emocional igual no caso de não serem alcançados e daí o terceiro aspecto investigado.

Para obter os resultados referentes a cada subescala basta somar as pontuações obtidas nos itens correspondentes – *Fronteiras* (itens #7, 22,23,24,25,39,40,41; 42,43,44,45); *Controlo/poder* (itens # 1, 3, 9,13,17,26, 27,28,29,46,47,48); *Investimento instrumental* (itens #6,11,12,14,16,18,20,30,31,32,33,34); *Investimento expressivo* (itens #2,4,5,8,10,15,19,21,35,36,37,38) – e fazer a média pelo número de itens respondido o qual será de 12, caso a totalidade da subescala tenha sido preenchida. Todos os itens são cotados na mesma direcção, pelo que não há necessidade de reverter nenhum valor para obter os totais de cada subescala.

O modo de concepção do ISRS permite apreender os quatro padrões das dimensões numa perspectiva mais abrangente de "*padrões focalizados ou não nas relações*", na medida em que, nas suas respostas, cada indivíduo pode ter padrões que acentuam a relação conjugal ou padrões que a desvalorizam. Assim, tem significado psicológico e é justificável psicometricamente obter um resultado global de padrões focalizados nas relações (Baucom *et al*, 1999), através do cálculo do valor médio obtido nas quatro subescalas. Teriam padrões focalizados nas relações, os casais que "*manifestassem muita partilha ou poucas fronteiras; papéis igualitários na tomada de decisões; níveis elevados de investimento expressivo e instrumental*" (Baucom *et. al*, 1996, p.76).

Também tem significado obter este mesmo índice global para a questão da satisfação em todos os itens bem como para a questão da perturbação emocional. Os autores referem que estes três índices globais de padrões, de satisfação e de perturbação emocional fornecem informação psicológica diferente e que têm pouca correlação entre si, sendo muito útil olhar para o contributo informativo de cada um dos padrões individuais. Os *rs* entre quaisquer duas das três questões oscilaram entre .01 e .21 com

valor mediano de r de .10 para os maridos, e entre .03 e .29 com valor mediano de .10 para as mulheres (ibidem, p.80). O instrumento deve ser respondido em separado pelos membros do casal e requer cerca de 15 a 20 minutos para ser preenchido.

Estudos de validade

O ISRS foi desenvolvido de acordo com um modelo que podemos classificar como misto (i.e., racional e empírico). O conjunto dos itens foi redigido com base numa revisão compreensiva da literatura e no relato directo de casais entrevistados em contextos de investigação e clínicos.

Nos estudos iniciais de validação, a consistência interna das diversas subescalas revelou-se adequada (com coeficientes *alpha de* Cronbach entre .65 e .87 para as mulheres e entre .69 e .85 para os homens).

Evidências acerca da validade convergente do ISRS foram apresentadas por Baucom, Epstein, Rankin & Burnett (1996b, p.80) e Rankin-Esquer, Burnett, Baucom & Epstein (1997, p.184) no contexto de equações de regressão que usaram comparações de modelos. Os resultados confirmaram que os padrões relacionais evidenciavam correlações adequadas com outros índices do funcionamento conjugal – A-C (*Areas of Change Questionnaire*, Weiss, Hops & Patterson, 1973), RBI (*Relationship Belief Inventory*, Eidelson & Epstein, 1982), CPQ (*Communication Patterns Questionnaire*, Christensen & Sullaway, 1984), DAS (*Dyadic Adjustment Scale*, Spanier, 1976), ARI (*Autonomy and Relatedness Inventory*, Schaefer *et al.*, 1991) – na direcção prevista. Dito de outra forma, conhecer os padrões actuais dos cônjuges permitia prever vários índices de funcionamento conjugal, nomeadamente ter padrões focalizados nas relações estava associado a níveis elevados de partilha física e psicológica e de satisfação conjugal. O mesmo método permitiu confirmar a especificidade de cada um dos padrões relacionais (*Fronteiras, Controlo, Investimento Instrumental* e *Investimento Expressivo*) para além do padrão global. Por outro lado, as diferenças nos padrões entre os cônjuges estavam, de um modo geral, negativamente correlacionadas com os índices de ajustamento conjugal.

Um outro estudo (Baucom, Epstein, Daiuto, Carels, Rankin, Burnett, 1996a) sobre a relação entre padrões e atribuições (*Relationship Attribution Questionnaire*, Carels *et al.*, 1995) demonstrou que o grau em que os padrões não eram alcançados, bem como a tendência para ficar incomodado/perturbado quando aqueles não eram

cumpridos, estava correlacionado com respostas emocionais negativas e atribuições causais negativas dos problemas conjugais. Assim, mais importantes que os padrões actuais que cada cônjuge declara na predição de disfunção relacional, emergiram os aspectos avaliativos relativos à violação desses mesmos padrões e as respostas emocionais quando os padrões não são cumpridos.

Conclusão

O ISRS parece-nos ser uma medida promissora de diferentes facetas do constructo de padrão relacional. As subescalas possuem uma sólida fundamentação na literatura da conjugalidade e simultaneamente revelam qualidades psicométricas adequadas no que se refere à consistência interna e à validade convergente e preditiva.

No entanto, como os próprios autores do inventário reconhecem, o ISRS ainda se encontra no estádio inicial de desenvolvimento pelo que será necessário recolher muito mais informação a seu respeito. Em especial, é precisa mais investigação sobre a sua estrutura interna e sobre a capacidade preditiva das subescalas.

Uma nota mais, desta vez referente ao constructo de *padrão relacional* o qual começou por ser proposto como uma variável cognitiva individual (Baucom *et al*, 1996). No entanto, se atendermos ao facto dos padrões relacionais se desenvolverem em função da própria relação conjugal, podemos colocar a hipótese da sua construção enquanto variável da relação e, portanto, da sua evolução com o tempo, perceptível num enquadramento teórico sistémico mais amplo.

4.1.2.4. O Questionário de Relações

Objectivos, fundamentos teóricos e metodológicos

O *Relationship Questionnaire* (RQ) operacionaliza o modelo de quatro dimensões de vinculação do adulto formulado por Bartholomew (1990). Este modelo surge no âmbito dos estudos empíricos que, no final dos anos 80, começaram a ser realizados com o objectivo de alargar o estudo da vinculação na infância até à idade adulta.

Bartholomew propôs, então, um modelo com quatro dimensões, que recupera a formulação inicial de Bowlby relativamente aos *modelos de funcionamento interno*,

com base em duas variáveis - modelo de si próprio e modelo dos outros – cada uma dicotomizada (em positivo e negativo). Modelos positivos de si próprio, por oposição aos negativos, significam um auto-conceito positivo e a percepção de si próprio como merecedor de amor e atenção; modelos positivos dos outros, por oposição aos negativos, consideram os outros como confiáveis, disponíveis e susceptíveis de serem amados. Quando *working-models* de si próprio se cruzam com *working-models* dos outros, emergem quatro estilos ou padrões de vinculação do adulto: *seguro*, *preocupado*, *evitante-desligado* e *evitante amedrontado* (cf. Fig.1.1). Um estilo de vinculação *seguro* encontra-se num adulto que se sente confortável quer com a intimidade quer com a autonomia, quer dependendo de outros quer tendo outros a depender dele próprio. O estilo *preocupado* caracteriza-se por ser bastante dependente dos outros dado que o seu bem estar pessoal depende da aceitação dos outros, está preocupado com as relações, evidenciando ambivalência nos seus investimentos e compromissos. O estilo *evitante desligado* manifesta-se muito pouco dependente dos outros, "*desvaloriza a importância das relações de intimidade pela repressão de emoções, pela ênfase na independência e na auto-determinação e pela falta de clareza e coerência na discussão das relações, isto é, não é capaz de investimentos mas faz compromissos ainda que aparentes*" (Costa, 1996, p.8). Por último, o *evitante amedrontado* revela-se como receoso de intimidade e socialmente evitante, por medo de ser rejeitado e por desconfiança dos outros.

Cada um dos quatro padrões ou estilos representam ideais teóricos ou protótipos. Como as imagens que temos de nós próprios e dos outros surgem de diversas experiências heterogéneas ao longo da vida da pessoa, é de esperar que as experiências actuais das pessoas não correspondam uniformemente a um único protótipo. Não se espera, portanto, que todos os indivíduos exibam um único estilo de vinculação, mas antes que se identifiquem com uma ou outra característica dos outros estilos de vinculação. Quando, na análise final, um indivíduo é descrito como evidenciando um determinado estilo de vinculação, isso só significa que as experiências tidas conduziram geralmente a resultados que o aproximam mais de um estilo do que dos outros três. Um modelo com esta flexibilidade permite, segundo a autora, respeitar a complexidade esperada quando se tentam descrever os estilos de vinculação dos adultos.

Caracterização do instrumento

Os quatro padrões referidos por Bartholomew (1990) podem ser avaliados através do instrumento desenvolvido por Bartholomew e Horowitz (1991). Trata-se de um questionário de auto-avaliação composto por quatro itens (A, B, C e D) expostos sob a forma de quatro parágrafos, correspondentes às descrições dos tipos de vinculação descritos. Os participantes começam por escolher dos quatro itens, aquele que melhor descreve a sua situação – avaliação categorial. Devem, posteriormente, eleger numa escala de 7 pontos, de tipo Likert, o grau em que sentem que cada uma das descrições apresentadas (A, B, C e D) corresponde à sua maneira de se relacionar, desde 1 (Inteiramente falso) até 7 (Inteiramente verdade) (cf. anexo). Assim, para além de uma escolha categorial, qualitativa, obtêm-se para cada participante, quatro valores numéricos correspondentes aos graus de identificação com cada uma das descrições dos quatro estilos de vinculação.

Nos estudos empíricos desenvolvidos pelos autores, a maioria dos inquiridos foi classificada mostrando elementos de duas, três e ocasionalmente quatro classificações dos quatro estilos de vinculação; assim, alguma da variabilidade individual era perdida quando as quatro classificações numéricas eram sintetizadas numa única classificação de quatro categorias. No entanto, as duas abordagens produziram padrões quase idênticos dos resultados. Assim, estes estudos não mostraram, a este nível global, nenhuma vantagem convincente das classificações numéricas de vinculação relativamente às categoriais. As classificações numéricas permitem, no entanto, avaliar com mais precisão as diferenças individuais. Os autores do instrumento (ibidem, p.241) exemplificam até que duas pessoas classificadas da mesma maneira podem diferir na intensidade do valor mais elevado ou na padronização dos valores secundários, podendo essas diferenças ser significativas, designadamente em estudos clínicos.

A avaliação da vinculação nos adultos continua a ser realizada frequentemente com recurso a este instrumento, usando, por vezes, a informação categorial e outras, combinando-a com a informação numérica respectiva (e.g. Feeney & Noller, 2001; Westmaas & Silver, 2001).

Estudos de validade

Bartholomew e Horowitz (1991) realizaram outras investigações cujos resultados permitiram, não só reforçar este modelo que postula os conceitos de "si próprio" e "dos outros" como determinantes dos estilos de vinculação, como conferir-lhe mais suporte empírico. Com efeito, num primeiro estudo desenvolveram uma entrevista que permitia classificações numéricas e categoriais e verificaram que as intercorrelações das classificações da vinculação eram consistentes com o modelo proposto e validadas por medidas de auto-avaliação (de auto-conceito e de funcionamento interpessoal). Os dados também mostraram convergência entre as classificações por parte da família e por parte dos pares, e entre as classificações provenientes da entrevista, das auto-avaliações e das avaliações dos amigos.

Verificaram que os resultados dos indivíduos *seguros* e dos indivíduos *evitantes amedrontados* estavam negativamente correlacionados ($r = -.65$, $p<.001$) bem como os resultados dos indivíduos *preocupados* como os *evitantes desligados* ($r = -.37$, $p<.001$). Por sua vez, os estilos em posições adjacentes evidenciaram correlações não significativas ou negativas entre si.

No que se refere à validade convergente, aqueles autores verificaram que os indivíduos com percepção negativa de si próprios – os *evitantes com medo* e os *preocupados* – apresentavam auto-conceitos significativamente mais baixos do que os indivíduos classificados como *seguros* ou *evitantes desligados*. Por sua vez, os adultos com representações positivas dos outros – os *seguros* ou os *preocupados* – apresentam índices mais elevados de sociabilidade. Cada estilo de vinculação apareceu, por sua vez, associado a um perfil distinto de problemas interpessoais. Também se encontraram correlações significativas entre a tipologia de Hazan e Shaver (1987) e a de Bartholomew (1990): com a mais valia desta última tipologia se revelar sensível à variável sexo dos inquiridos – um maior número de homens do que mulheres escolheu o padrão *evitante desligado*, passando-se o inverso para os estilos *preocupado* e *evitante amedrontado*.

Brennan, Shaver e Tobey (1991) compararam o modelo das quatro categorias (medido através do RQ) e o modelo tradicional das três categorias (através da medida que Hazan e Shaver usaram em 1987) encontrando fundamento para o modelo proposto por Bartholomew. Griffin e Bartholomew (1994) conduziram diversos estudos com amostras independentes, aplicando cinco estratégias diferentes de avaliação da

vinculação do adulto, cujos resultados demonstraram que as dimensões – percepção de si próprio e percepção dos outros – estavam subjacentes a todas essas medidas.

Os autores consideraram também a possibilidade de, em trabalhos futuros, se medirem os padrões de vinculação em termos de duas dimensões em vez de quatro protótipos, nomeadamente através da ajuda dos modelos de equações estruturais. (Griffin & Bartholomew, 1991, *cit in* Bartholomew & Horowitz, 1991). Com efeito, em 1994, Griffin & Bartholomew publicam um trabalho em que mostram a ligação das duas dimensões - modelo de si próprio e modelo dos outros – com duas dimensões básicas de vinculação que outros investigadores encontraram subjacentes à maioria das medidas de vinculação – evitamento da proximidade nas relações (ou, inversamente, conforto com a proximidade) e ansiedade nas relações. De certa maneira, a negatividade do modelo de si próprio reflectiria a dimensão de vinculação *ansiosa*, enquanto a negatividade do modelo dos outros reflectiria a dimensão de vinculação *evitante* (Brennan, Clark & Shaver, 1998). Os quatro estilos de vinculação poderiam, então ser conceptualizados de acordo com estas duas dimensões: os adultos *seguros* evidenciariam ansiedade e evitamento reduzidos; os adultos *preocupados* teriam ansiedade elevada e reduzido evitamento; nos adultos *evitantes com medo*, ansiedade e evitamento seriam elevados; por último, os adultos *evitantes desligados* teriam reduzida ansiedade mas elevado evitamento da proximidade (Feeney & Noller, 2001).

Conclusão

O RQ é o primeiro instrumento de avaliação da vinculação do adulto a surgir no âmbito de um modelo que apresenta fundamentos teóricos e empíricos para se considerarem quatro padrões de vinculação[28], em vez de três, para além de especificar também as relações esperadas entre os estilos de vinculação. Tem sido aplicado com bons resultados no estudo da vinculação em relações conjugais (Berman, Marcus & Berman, 1994; Kobac & Hazan, 1991; Sharfe & Bartholomew, 1995) tendo sido com esse objectivo que foi utilizado na presente investigação. Com efeito, tem-se revelado como um meio adequado para explorar a interface entre os aspectos representacionais e

[28] Trata-se também do primeiro modelo a ser construído tendo como base as representações das relações familiares e de pares e a usar múltiplos métodos de avaliação (entrevistas, auto-avaliações e avaliações por parte dos amigos).

os interaccionais das relações conjugais, não se limitando nem aos processos mentais internos do indivíduo nem aos processos interaccionais no casal.

Para além do seu extensivo uso em investigação, o RQ revela-se como um instrumento adequado para diagnóstico e trabalho clínico.

4.1.2.5. Escala de Satisfação com a Relação Conjugal

Trata-se de uma escala de índice único, tipo Likert, que pretende avaliar a satisfação conjugal global. Pede-se aos inquiridos que avaliem a sua satisfação com a relação conjugal numa escala com sete categorias de resposta ordenadas do seguinte modo: 1 –Totalmente insatisfeito; 2 – Muito insatisfeito; 3 – Insatisfeito; 4 – Razoavelmente satisfeito; 5 – Satisfeito; 6 –Muito satisfeito; 7 – Totalmente satisfeito.

Apesar de poder ser preferível, para avaliar a satisfação conjugal, um instrumento com mais itens, pareceu-nos que, dados os objectivos da presente investigação, uma escala de índice único seria adequada. Nesta decisão pesou, também, evidência empírica de que uma medida de índice único fornece informação significativa sobre os sentimentos gerais sobre a relação (e.g. Atkins *et al.*, 2001; Goodwin, 1992).

4.1.3. O Procedimento de Recolha de Dados

Os participantes constituintes da primeira amostra, com N = 268, responderam ao conjunto dos seguintes questionários: dados demográficos (cf. Apêndice), ao Inventário de Padrões Relacionais Específicos (IPRE), Questionário de Relações e Questionário de Atributos Pessoais.

A segunda amostra composta por 422 participantes respondeu aos seguintes questionários: Escala de Dimensões Relacionais, Questionário de Relações, Escala de Satisfação com a Relação Conjugal, dados demográficos e Questionário de Atributos Pessoais.

Em qualquer uma das amostras, o conjunto dos questionários era acompanhado de uma folha introdutória (que explicava os objectivos do estudo, assegurava o anonimato dos participantes e referia as instruções de preenchimento dos questionários que se seguiam) e de uma folha conclusiva (em que se agradecia a participação no estudo e se convidava a continuar na segunda fase do estudo que incluía uma entrevista, para tal deixando um contacto telefónico).

A aplicação dos questionários foi feita casal a casal, com a instrução explícita de que os membros do casal respondessem separadamente ao conjunto dos questionários. Terminado o preenchimento dos questionários, estes eram colocados num envelope que era fechado e ao qual era atribuído um código.

4.1.4. Análises Estatísticas Realizadas nos Estudos Empíricos

As características de investigação desta tese exigiram recurso a uma vasta gama de técnicas estatísticas principiando por testes sobre vários pressupostos (e.g. normalidade de distribuição, homogeneidade de variâncias) e pelas estatísticas descritivas (e.g., medidas de tendência central, de variação, coeficientes de correlação), passando por análise de *clusters* (análise de agrupamentos), análise de variância, e avançando para complexos modelos e procedimentos de estatística inferencial (e.g., análises factoriais confirmatórias no âmbito dos modelos matemáticos de equações estruturais).

Para além dos estudos de adaptação de instrumentos, outros estudos empíricos foram realizados. Nestes, a diversidade de natureza das variáveis em estudo, a hipótese de existência de influências mediadas e de interacções entre as variáveis conduziu a análise dos dados seguindo uma lógica de complexidade crescente, utilizando, num primeiro momento, análises estatísticas univariadas e, só posteriormente, procedimentos multivariados. Deste modo, as primeiras análises tiveram como objectivo testar "*os efeitos principais calculados para cada variável independente considerada como se não existissem outras variáveis independentes*" (Pedhazur & Schmelkin, 1991, p.508), só sendo avaliados posteriormente os ajustamentos entre as diversas variáveis independentes, nomeadamente os seus efeitos de interacção.

É nosso objectivo explicitar, seguidamente, os critérios seguidos para analisar e interpretar aos dados recolhidos nos diversos estudos empíricos realizados.

4.1.4.1. Procedimentos na Adaptação de Instrumentos

O processo de adaptação de instrumentos de uma cultura (e de uma língua) para outra exige orientações específicas, a primeira das quais reside numa tradução cuidadosa dos itens por alguém com competências nas duas línguas alvo, com apoio de peritos na área científica em estudo. Realizada a tradução das instruções e dos itens da

língua inglesa para a portuguesa, procedeu-se à respectiva apreciação, a qual ficou a cargo de três psicólogos com bom domínio da língua inglesa e sólidos conhecimentos na área da conjugalidade. Foi, ainda, julgado necessário reformular alguns dos itens em função dos resultados obtidos com os pré-testes realizados a amostras de 30 sujeitos, a todos os instrumentos.

Posteriormente o processo de adaptação deve continuar (Anastasi, 1990; Spector, 1992) com a administração da nova versão a uma amostra de participantes representativa daquela à qual se destina o instrumento, análise estatística dos itens a partir dos resultados dessa amostra e estudos de validação da estrutura factorial dos itens. Por último, pode chegar-se ao estabelecimento de normas para a interpretação dos resultados.

Com a certeza (Anastasi, 1990; Nunnally & Bernstein, 1994) de que uma adequada análise de itens, para além de avaliar a *fidelidade* dos instrumentos, também contribui para a *validade* das inferências que se realizam com base nos resultados globais dos instrumentos, realizámos essencialmente o exame de duas características gerais: a distribuição das respostas nos itens e o poder de discriminação dos itens.

Relativamente à primeira característica foram analisadas as *médias* (tendência central) e os *desvios padrão* (variabilidade/dispersão) das respostas nos itens. Interessava verificar se, por um lado, a média dos resultados em cada item não era demasiado extrema e, por outro lado, se o desvio padrão dos resultados em cada item indicava a presença de suficiente variabilidade. Adoptámos os critérios de aceitabilidade psicométrica propostos por Meir & Gati (1981, p.1014) : o resultado médio de cada item deverá estar compreendido no intervalo de $0.1 \leq i \leq 0.9$ (para $0 \leq i \leq 1$); o valor do desvio padrão do item deverá ser igual ou superior a .15 (para $0 \leq i \leq 1$).

No que se refere ao poder discriminativo dos itens, analisámos todos os itens de acordo com os seguintes critérios (Meir & Gati, 1981, p.1014) : todas as correlações entre cada item(i) e os outros itens(j) da escala(e) a que pertencem não devem ser muito baixas, ou seja, $rij > 0$ (correlação intra-itens ou intra-subescala); a correlação entre cada item (i) e o resultado na sua escala (e) deve ser elevada, ou seja, ris[29] $\geq .30$

[29] De referir que *s* significa o resultado na escala não incluindo o item *i*. A razão de calcular as correlações item-total (correlação de cada item com o valor total *menos o valor para o item*) assenta no facto de cada item dever contribuir para a formação da variável componente que se pretende medir (Hill & Hill, 2000, p.139).

(correlação item-total....)[30]. Estes critérios estão relacionados directamente com o grau de *consistência interna* das respostas na escala. Este valor é-nos dado pelo coeficiente *alpha* (α) de Cronbach (1951, 1990), o qual reflecte o grau de covariância existente entre os itens que constituem uma escala e, portanto, indica-nos a fiabilidade ou fidelidade (precisão ou garantia, do inglês *reliability*) dos resultados dessa escala ou instrumento. Não existindo um valor discriminativo para o *alpha* que seja consensual para os diferentes autores (vd. Pedhazur & Sccmelkin, 1991; Hill & Hill, 2000), considerámos .60 como valor limite relativamente à fidelidade, dado que o que está em causa é o grau em que cada item da escala se intercorrelaciona com os outros itens da mesma escala. É muito importante o exame cuidadoso da fiabilidade do instrumento que pretende medir variáveis latentes através de variáveis componentes, porque não vale a pena tirar conclusões a partir de uma medida que não tem fiabilidade adequada. Para auxiliar na interpretação dos resultados desta medida vamos, também, considerar os valores do *alpha* estandardizado.

Estes critérios foram aplicados sequencialmente na análise a todos os itens pertencentes às diferentes subescalas dos instrumentos estudados.

4.1.4.2. Análise da Estrutura Interna dos Instrumentos: Análise Factorial Exploratória e Confirmatória.

Ao realizar a análise da estrutura interna dos diversos instrumentos adaptados pretende-se determinar de que forma estas medidas hipotéticas dos constructos estão conformes à respectiva definição teórica. Especificando, importa determinar os factores (e.g. variáveis latentes, por vezes, organizadas em variáveis componentes) que estarão subjacentes às respostas nos itens (e.g. variáveis manifestas) dos instrumentos, as relações entre esses factores e as contribuições dos factores para os itens que compõem cada instrumento.

A análise factorial é um método estatístico multivariado que permite avaliar a *validade factorial* dos itens ao investigar até que ponto eles estão ou não a medir os mesmos conceitos ou variáveis. Para além disso, se o número de variáveis for grande, a

[30] A este respeito convém citar o que Fink (1995c; p.36) refere a propósito do significado das dimensões das correlações: "*para algumas disciplinas de ciências sociais, correlações de .26 a .50 são consideradas muito elevadas*".

análise factorial permite, ao determinar como é que as variáveis podem ser reduzidas, dar sentido à complexidade e variedade do comportamento social.

Podemos considerar dois conjuntos de métodos de análise factorial – análise factorial exploratória (AFE) e análise factorial confirmatória (AFC) - e dado que, na presente tese recorremos aos dois, vamos fazer uma breve referência aos seus fundamentos. A análise factorial começou por ser um método estatístico exploratório (AFE), essencialmente descritivo, cujo objectivo principal consistia em descobrir o número de factores necessário para explicar as relações entre um conjunto de indicadores e para estimar as saturações nos factores. Mais recentemente, a partir dos finais dos anos 70, e sobretudo com os trabalhos de Jöreskog, Van Thillo e Sörbom[31], começou a ser possível testar hipóteses com base na análise factorial. Abria-se caminho à análise factorial confirmatória (AFC) cujo objectivo principal consiste na estimação de parâmetros e teste de hipóteses acerca do número de factores subjacentes à relação entre um conjunto de indicadores. Este tipo de análise compara a solução encontrada com a solução que constituía a hipótese inicial. A análise factorial confirmatória pertence aos modelos de equações estruturais [32](*structural equation modeling*, vd. Byrne, 1994) e, apesar de se diferenciar, em termos de atributos estatísticos e mesmo filosóficos, da análise factorial exploratória, apresenta algumas sobreposições (Byrne, 1994). Este facto permite utilizar ambos os métodos em separado ou em interacção, maximizando as potencialidades de cada um conforme os objectivos da investigação. Nos estudos que fazem parte da presente tese, procurámos tirar partido destes dois métodos de análise factorial e da sua conjugação, pelo que se segue uma breve referência às opções e critérios adoptados nesses estudos.

Análise Factorial Exploratória

Neste estudo, pretendia-se determinar de que forma as medidas hipotéticas dos constructos em causa mediam efectivamente o que era pretendido ou, se pelo contrário,

[31] Os três autores são estatísticos que trabalharam durante muitos anos em Psicologia e que conhecem bem os problemas metodológicos, nomeadamente o trabalhar com dados de observação, que se colocam nesta disciplina.

[32] Os modelos estruturais, enquanto formalização matemática traduzindo um certo número de hipóteses relativas aos elementos essenciais dum fenómeno e às leis que o regem, surgem nas correntes de investigação e métodos estatísticos que se desenvolveram nomeadamente em economia, sociologia e psicologia. A sua originalidade consistiu como refere Bacher (1987, p.348) em "*generalizar e integrar a análise factorial, a psicometria clássica, a análise de regressão múltipla, a análise das pistas causais, os modelos de equações múltiplas*".

se destacavam agrupamentos de realidades mais ou menos distintas. Assim, recorreu-se à análise de componentes principais com o objectivo de explorar a estrutura subjacente aos dados recolhidos e de a comparar com a estrutura obtida na literatura.

A análise factorial exploratória pressupõe um conjunto diversificado de opções as quais conduzem a diferentes soluções factoriais e, consequentemente, com diferente influência nos resultados alcançados. Daí a necessidade de indicar com precisão as decisões e critérios seguidos na condução das análises (Nunnally & Bernstein, 1994).

Assim, e após uma análise preliminar da matriz de intercorrelações dos itens[33], determinámos o número de factores a extrair. À selecção do número de factores destacados presidiram, conjuntamente, os critérios estatísticos de Kaiser (*eigenvalue* superior à unidade) (Nunnally & Bernstein, 1994), o critério do "*scree-test*" de Cattell, o total acumulado de variância explicada e o critério do esperado teórica e empiricamente (com base nos estudos previamente realizados, noutros países, com cada um dos instrumentos).

A extracção dos factores foi realizada com base no método de análise em componentes principais (*principal-components*). Trata-se de um dos métodos mais populares de análise factorial o qual se baseia "*no pressuposto de que os p indicadores iniciais são combinações lineares de k vectores estatisticamente não correlacionados – as componentes principais. A quantificação destas componentes, bem como a medida da contribuição de cada uma para a explicação do comportamento dos indicadores iniciais constituem os resultados mais importantes de aplicação do método de análise factorial das componentes principais*" (Reis, 1993, p.2).

Dado que os primeiros factores que se extraem de uma análise são os que explicam a maior parte da variância[34], e como a maior parte dos itens vai ser atribuída ao primeiro factor (embora as suas correlações com ele possam não ser muito altas), submeteu-se a matriz factorial a uma rotação para maximizar as saturações de alguns itens. Deste modo, a transformação (rotação) permite chegar a uma solução de mais fácil interpretação. As duas formas mais frequentemente utilizadas são a rotação ortogonal, a qual produz factores que são independentes uns dos outros, e a rotação

[33] No âmbito das investigações preliminares da base de dados, previamente, procedeu-se à precisão do *input* dos dados, à detecção de valores inexistentes e de casos extremos e verificou-se a assunção de normalidade.

[34] A análise factorial procura descrever a variação ou variância que é partilhada pelos valores dos sujeitos em três ou mais variáveis. Essa variância que é explicada pelos factores designa-se por comunalidade (*communality*) e a relação entre cada item e um factor exprime-se como uma correlação e designa-se por saturação ou peso factorial (*loading*).

oblíqua em que os factores se correlacionam entre si. O método mais comum de rotação das componentes principais é o método *varimax* proposto por Kaiser (1958). Trata-se de um método ortogonal que pretende que "para cada componente principal, existam apenas alguns pesos significativos e todos os outros sejam próximos de zero, isto é, o objectivo é maximizar a variação entre os pesos de cada componente principal, daí o nome de varimax" (Reis, 1993, p.37). A opção pelo tipo de rotação a aplicar fundamentou-se teoricamente e em função de cada instrumento.

Por último, procedeu-se à interpretação dos resultados da análise factorial. A atribuição de significado aos factores tem em consideração o padrão de saturação dos itens nos factores. O critério que adoptámos foi o de não considerar os itens que tivessem correlações menores que 0.30 com um factor dado que são responsáveis por menos que 9% da variância.

Análise Factorial Confirmatória

Os métodos de análise confirmatória impõem uma estrutura *a priori* relativamente aos dados. É necessário formular hipóteses específicas referindo o número de factores a extrair e as variáveis ou itens que se supõem correlacionar com cada factor. Segue-se a execução do teste do grau de aderência ou de 'bondade do ajustamento' (*goodness-of-fit*) entre os dados e o conjunto das hipóteses. Os métodos de análise factorial confirmatória (AFC), por comparação com os de AFE, são mais flexíveis e compreensivos[35] (Pedhazur & Schmelkin, 1991) e constituíram, nos estudos da presente tese, uma alternativa e/ou complemento de análise conforme as diferentes situações e objectivos. Por vezes, a análise factorial confirmatória é usada como *folow-up* dos procedimentos de análise factorial exploratória.

Em termos globais, o modelo matemático (de medida) de AFC é representado por equações de regressão do tipo $x=\Lambda\xi+\delta$ (Jöreskog & Sörbom, 1989, p,97), em que $E(\xi) = 0$ e $E(\delta) = 0$, sendo δ não correlacionado com ξ.

Esta equação também se representa, habitualmente, sob a forma de matrizes sendo os seguintes os componentes :

[35] Por exemplo, enquanto uma análise factorial exploratória oferece uma estimativa de uma variável em todos os factores extraídos, uma análise factorial confirmatória propõe que uma variável reflicta apenas um factor x.

$x = \Lambda x\phi + \Theta\delta$, em que x é a matriz que inclui as variáveis observadas, lambda x (Λx) é a matriz que representa as saturações das variáveis observadas nos factores ou variáveis latentes (ξ), fi (ϕ) é a matriz de variância-covariância dos factores e teta-delta ($\Theta\delta$) é a matriz de variância-covarância dos termos de erro das variáveis observadas.

São duas as etapas principais de implementação de um modelo de análise confirmatória: formulação de hipóteses e especificação de um modelo; estimação e avaliação do modelo.

A especificação do modelo e respectivas hipóteses na linguagem da análise factorial confirmatória exige, conforme sintetiza Silva (1997, p.186), a definição formal e explícita dos seguintes aspectos:

- designação e número dos factores comuns e/ou variáveis latentes;
- designação e número das variáveis medidas e/ou variáveis manifestas;
- as variâncias e covariâncias entre os factores comuns;
- as relações entre as variáveis manifestas e as variáveis latentes;
- as relações entre os termos de erro e as variáveis manifestas;
- as variâncias e as covariâncias entre os factores de erro.

Uma forma clara de especificar os modelos e/ou hipóteses de AFC consiste na apresentação através de diagramas de relações estruturais (*path diagrams*), com símbolos próprios, em vez de através da linguagem matemática da álgebra das matrizes.

Antes de avançar para a estimação e avaliação do modelo e/ou hipóteses, é necessário verificar se o modelo está (sobre)identificado. O problema da identificação diz respeito à existência ou não de uma única solução para os parâmetros estruturais no modelo. Existe um teste na matriz de informação, calculado automaticamente pelos programas LISREL (Jöreskog & Sörbom, 1989, 1999) e SEPATH (Steigler, 1995) que determina se um modelo está ou não identificado.

Segue-se a segunda etapa, a da estimação, ou seja, o cálculo das estimativas dos parâmetros que reproduzem a matriz de variância e covariância das variáveis observadas da amostra. Ao realizar a análise factorial confirmatória, pretende-se estimar o conjunto dos seguintes parâmetros: coeficientes de saturação (λ's, lambas) das variáveis observadas nos factores latentes (ξ's, ksis), as variâncias e/ou covariâncias entre os factores latentes e as variâncias e covariâncias dos factores de erro (δ, delta). Um processo de estimação como este, que implica a resolução simultânea de múltiplas equações lineares, é inteiramente executado por programas informáticos como o

LISREL 8.30 (Linear Structural Relations) ou o SEPATH (Structural Equation Modeling), os quais utilizámos dado que chegando a resultados semelhantes, permite apresentações diferentes no que se refere ao *output* e aos diagramas de relações estruturais.

De entre os possíveis procedimentos estatísticos para realizar a estimação dos modelos, adoptámos o de *máxima verosimilhança* (ML - *Maximum Likelihood*), uma *fitting function* frequentemente utilizada neste tipo de estudos, em que o algoritmo vai proceder à convergência, num processo de melhoramentos progressivos ou de aproximações sucessivas entre as duas matrizes (Σ, teórica e S, observada).

O ponto crucial na AFC, conforme figura 4.5 (Dickes & Kop, 2001), reside em avaliar o grau em que o modelo hipotético, representado pela matriz de covariância Σ, descreve adequadamente os dados da amostra, representado pela matriz de covariância S. O que se procura, então, são os parâmetros teóricos que permitem reproduzir a matriz de covariâncias observadas entre as variáveis.

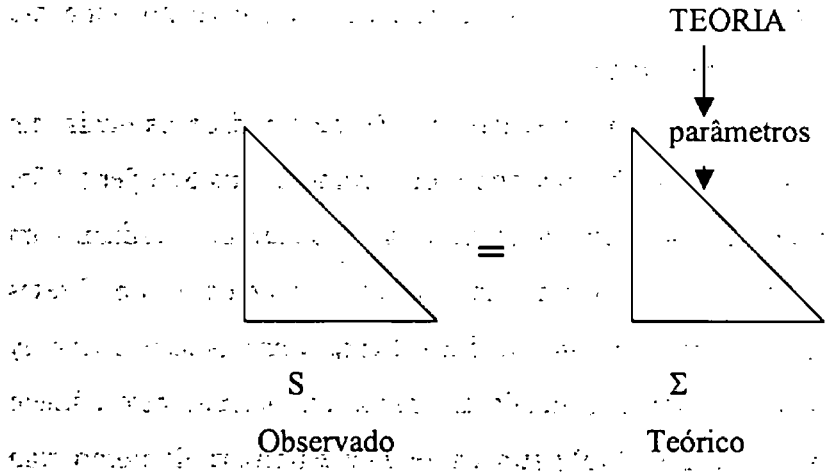


Figura 4.5 – Esquema das matrizes de covariância na AFC

Segue-se o processo de avaliação do grau em que o modelo hipotético descreve adequadamente ou não os dados da amostra, processo esse que se pode dividir em duas partes: avaliação global do grau de *fit* do modelo e avaliação das estimativas (individuais) dos parâmetros.

A avaliação global da adequação (*overall goodness-of-fit*) do modelo é habitualmente realizada com base em diversos critérios . Pode recorrer-se ao teste do *qui-quadrado* ($\chi 2$) para testar a hipótese estatística de que todos os resíduos são zero. Ao contrário da lógica habitual de inferência estatística, o interesse seria o de não obter

um qui-quadrado estatisticamente significativo (com $p<.05$), dado que isso significaria que as restrições introduzidas no modelo eram válidas e representavam adequadamente os dados da amostra. Por outras palavras, as duas matrizes não difeririam significativamente. No entanto, este teste, com esta aplicação na análise factorial confirmatória, tem sido posto em causa dada a sua extrema sensibilidade à dimensão da amostra e, consequentemente, a elevada probabilidade de rejeitar a hipótese nula mesmo quando não existem diferenças substanciais entre os dados e o modelo proposto (Bacher, 1987, p.359; Jöreskog & Sörbom, 1999). Sendo assim, deve recorrer-se (Byrne, 1994; Silva, 1997; Steigler, 1995) à matriz de covariância dos resíduos e analisar a hipótese de que a diferença entre a matriz observada (dados) e a matriz estimada (ou reproduzida) seja mínima através de estatísticas como por exemplo a RMR (*Root Mean Square Residual*, no *output* do LISREL) ou a RMS (*Root Mean Square Residual*, no output do SEPATH). Deste modo, valores médios inferiores a .05 indicam um adequado grau absoluto de correspondência do modelo aos dados, ou seja, o ajustamento será tanto melhor quanto menor for RMR. Esta foi, portanto, uma das estatísticas a que recorremos na presente tese.

Existem, também, os índices de *fit* baseados na não centralidade os quais, em vez de testarem a hipótese geral que o *fit* é perfeito o que, como afirma Steigler (1995, p.3557), joga muitas vezes contra, se a dimensão da amostra é elevada, avaliam, num intervalo de confiança, o grau de fit e a precisão com que foi determinado. Destes índices, o que utilizámos foi o *Steiger-Lind* RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) dado que nos dá uma medida da divergência ponderada pelo número de graus de liberdade (Dickes & Kop, 2001) através de uma estimativa do ponto num intervalo de confiança de 90% . Em geral, os valores do índice RMSEA abaixo de .05 indicam um bom grau de *fit* enquanto os valores até .08 constituem aproximações razoáveis (ibidem).

Posteriormente, interessa avaliar o grau *comparativo de fit*, e são vários os índices que constituem uma medida da covariância total nos dados (Byrne, 1994). Estes índices resultam da comparação do modelo hipotético com um modelo nulo e podem assumir um valor no intervalo entre zero e 1.0, sendo que, no geral, um valor superior a .90 indica um aceitável grau de correspondência do modelo com os dados. Dos índices disponíveis no SEPATH utilizámos os seguintes: GFI (*Joreskog Goodness of Fit Index*), AGFI (*Joreskog Adjusted Goodness of Fit Index*, ou seja, o GFI corrigido pelos graus de liberdade), e o CFI (*Bentler Comparative Fit Index*).

Segue-se a avaliação das estimativas (individuais) dos parâmetros, a qual costuma habitualmente compreender uma avaliação das estimativas (e.g. *loadings*, variâncias e covariâncias) em termos de serem apropriadas (por exemplo, não se verificarem variâncias negativas ou correlações superiores a 1.0) e estatisticamente significantes (por exemplo, se as estimativas nos parâmetros deixados livres foram, de facto, devidamente especificadas e, portanto, são relevantes para o modelo que se construiu).

Concluídas as duas avaliações (global e individual), já é, então, possível saber se o modelo proposto descreve adequadamente os dados ou se o grau de *fit* pode ser melhorado, sendo, então, aconselhado proceder a uma *specification search* (Byrne, 1994) procurando identificar, nessa nova análise, os factores que contribuem para a inadequação do modelo aos dados. Os próprios programas informáticos, como o LISREL 8.3, sugerem índices de modificação no sentido de melhorar o modelo, por exemplo, mostrando que algumas das restrições introduzidas no modelo se revelam desnecessárias dado que não são suportadas empiricamente, ou sugerindo que se manipule a parte dos resíduos que não é explicada pelos factores. O resultado desta análise poderá conduzir a um processo de *reespecificação*, acompanhado de uma nova estimação e avaliação do modelo. Como refere Silva (1997, p.191), "*é importante ter-se consciência de que ao enveredar por um processo de* reespecificação *o investigador abandonou o modelo* confirmatório *e a estratégia* justificacionista *e passa a agir segundo a lógica exploratória ou segundo uma estratégia de descoberta*". Por outro lado, há que ponderar que o melhor modelo estatístico pode não ser necessariamente o melhor modelo teórico. Como referem Dickes e Kop (2001), "*o Modelo das Equações Estruturais não encontra a verdade, pelo que não há um só bom modelo, mas vários que são plausíveis*".

Sabendo que um dos aspectos fundamentais na investigação da validade de um constructo passa pela análise da estrutura interna (ou latente) dos indicadores que hipoteticamente o manifestam, e que estava em causa validar instrumentos desenvolvidos numa cultura diferente, considerámos que seria de aprofundar a análise factorial. Nesse sentido, para cada instrumento, para além da AFE, resolvemos realizar também uma AFC dado que esta permite testar directamente hipóteses acerca da equivalência (ou da não-equivalência) de parâmetros psicométricos relevantes. Só, então, com base na conjugação de informações obtidas nas análises de fidelidade e de

validade (AFE e AFC) dos resultados obtidos com cada instrumento nas amostras portuguesas, é que sentimos alguma legitimidade para propor algumas alterações de adaptação dos instrumentos nomeadamente, a remoção de alguns itens nas diferentes subescalas ou a sua inclusão noutra subescala dos instrumentos.

Não parece razoável esperar que um modelo se adeque perfeitamente aos dados uma vez que, havendo pouca probabilidade do mundo ser linear, um modelo estrutural com relações lineares deverá constituir unicamente uma aproximação. Muitos dos pressupostos estatísticos serão também questionáveis pelo que a verdadeira questão não será tanto relativa à adequação perfeita do modelo mas antes se "*se adequa o suficiente para que constitua uma aproximação útil da realidade e uma explicação razoável dos padrões que observámos nos nossos dados*" (Steiger, 1995).

Evidentemente que constitui um grande avanço o facto de, com os modelos de equações estruturais, se ultrapassar o patamar que consiste em determinar se uma variável independente, tomada isoladamente, tem ou não um efeito sobre uma variável dependente, e passar para o patamar de como se organizam os conjuntos de variáveis e como se articulam os seus efeitos dado que acontecem simultaneamente, e no qual o conceito de *sistema* substitui claramente o de *causa*. Citando Bacher (1987, p.348) "*interessamo-nos tanto pelas relações entre variáveis independentes e variáveis dependentes como pelas relações entre variáveis interdependentes; podemos admitir efeitos recíprocos entre as variáveis que se influenciam mutuamente; também nos podemos interrogar sobre as variações desta rede de relações em indivíduos diferentes ou em situações diferentes*" aproximando-nos das situações reais em que muitas variáveis variam simultaneamente.

Foi plenamente conscientes das virtudes e limites destes modelos matemáticos que procurámos aliar, no "caminho", que constitui a metodologia escolhida para esta tese, de interacção entre a Teoria e a Realidade, métodos com características diferentes e complementares – quantitativos e qualitativos.

Evidentemente que as breves considerações tecidas sobre os procedimentos metodológicos e estatísticos levados a cabo nos estudos empíricos não fazem inteira justiça à respectiva complexidade técnica envolvida. Foram unicamente feitos esboços dos métodos tendo como principal objectivo informar acerca das opções técnicas que adoptámos bem como os critérios e/ou regras de decisão que utilizamos na interpretação dos resultados e na elaboração de conclusões.

4.2. Estudo de Casos

De acordo com a estratégia metodológica de investigação anteriormente explicitada, desenvolvemos um *estudo de casos*, uma vez que parecia o mais adequado para a temática em estudo. Com efeito, conforme indicação de Yin (1989), tratava-se do estudo de acontecimentos contemporâneos que, para serem compreendidos, não podem ser retirados do contexto e cujos comportamentos relevantes dos seus participantes não devem ser manipulados na investigação.

Optámos por estudar simultaneamente vários casos o que tornou possível comparar permanentemente dados e teoria e, portanto, chegar a uma melhor compreensão do tema em estudo.

Esta opção, com o objectivo de maximizar a possibilidade de comparação inter-casos (Miles & Huberman, 1984), implicou uma maior precisão no desenho da investigação, nomeadamente no que se refere à selecção da amostra e dos instrumentos de recolha e de análise de dados.

4.2.1. O Processo de Selecção da Amostra

A selecção da amostra, segue parâmetros diferentes dos da representatividade estatística, sendo antes orientada pela teoria (*theoretical sampling*). Os casos foram escolhidos por razões teóricas, ou seja, "*foram escolhidos com base em conceitos que evidenciaram relevância teórica para a teoria emergente*" (Strauss & Corbin, 1990, p.176). Interessava escolher para a amostra os casais e as situações que nos pudessem dar a oportunidade de recolher os dados mais relevantes sobre o fenómeno que estávamos a investigar e mais consistentes com a teoria que estávamos a construir, permitindo ainda descobrir novas categorias e dimensões a incluir nessa mesma teoria.

Os estudos de caso incidem no fenómeno e no seu contexto, implicando, portanto, um elevado número de variáveis relevantes, o que torna impossível o número de casos se se quisesse seguir os requisitos estatísticos (Yin, 1989, p.55). O número de casos da amostra surge, assim, como irrelevante. Os casos não foram escolhidos para ter acesso ao grau de incidência do fenómeno que estávamos a estudar, mas antes para permitir um conhecimento holístico, o que pressupõe claramente que o todo não é a soma das partes, mas que é necessária alguma variedade nos casos para assegurar a diferenciação no contexto (Mason, 1998; Flick, 1998). Ou seja, o critério não é o

número de casos - o qual é geralmente reduzido, apesar de sem limite (Yin, 1989; Mason, 1998; Flick, 1998) – mas, antes, o "ponto de saturação teórica", quando os dados de novos casos deixam de introduzir nova informação (Mason, 1998, Flick, 1998).

Todos estes pressupostos tornam ainda mais "cirúrgico" o processo de selecção dos casos (Miles e Huberman, 1984). Estes têm que ser típicos do fenómeno em estudo, os que facultam mais oportunidades de aprendizagem e úteis para o desenvolvimento da teoria. Adoptando a terminologia de Morse (1994), a amostra, sobretudo se o método de recolha de dados é a entrevista, deve incluir "bons informantes": com conhecimento e experiência do fenómeno em estudo, capacidade de reflexão, tempo para ser entrevistado e vontade de participar no estudo.

Assim, na presente investigação, chegámos a um número de 30 estudos de caso. Como em qualquer amostra orientada para a teoria, e tendo que preencher determinadas condições, é o próprio investigador que tem de gerar a sua rede de amostragem (Mason, 1998). Estes casos foram seleccionados de entre os casais que, tendo feito parte das amostras dos estudos exploratórios, se disponibilizaram para participar em entrevista posterior, deixando contacto telefónico para o efeito. Assim, de entre os 85 casais nestas condições, constituímos *a posteriori*, entre Junho e Novembro de 2000, uma amostra de 30 casais (60 participantes). Estes casais tinham todos filhos, exerciam uma profissão e foram escolhidos em função de resultados obtidos nos estudos descritos no capítulo VI.

A amostra de 30 casais seguiu uma organização em quatro sub-grupos constituídos em função dos resultados da tipologia conjugal definida por Fitzpatrick (1988, 1995).

Para além de já evidenciarem motivação (daí a disponibilidade manifestada para a entrevista), tornámos explícitas as contrapartidas positivas para a relação do casal pelo facto de participarem no estudo (Bogdan & Bilken, 1992).

4.2.2. Escolha e Descrição dos Métodos de Recolha de Dados

O recurso, nesta etapa da investigação, a métodos de recolha e dados qualitativos (entrevista) e quantitativos (escalas e questionários[36]) foi muito determinado pelas opções anteriormente explicitadas, sobretudo o quadro de referência, o tipo de questões

[36] De entre os instrumentos estudados previamente, optámos pela consideração, neste estudo qualitativo de 30 casais, dos dados obtidos com os seguintes: *Escala de Dimensões Relacionais* (Fitzpatrick, 1988); *Questionário de Atributos Pessoais* (Spence & Helmreich, 1978), *Questionário de Relações* (Bartholomew & Horowitz, 1991), *Escala de Satisfação com a Relação Conjugal*.

de investigação e metodologia escolhida (Yin, 1989, p.17; Strauss & Corbin, 1990, p.36). Isso permitiu-nos planear com antecedência que informação íamos recolher e como o íamos fazer. Ao optarmos pelo estudo de casos, o único modo de comparar a informação recolhida nos diferentes casos foi o de utilizar os mesmos instrumentos (entrevista e escalas) (Miles & Huberman, 1984).

Nas abordagens qualitativas, a entrevista é, sem dúvida, o principal método de recolha de dados e, particularmente, em investigações cujas questões são processuais e relativas a experiências em tempo de mudança (Morse, 1994). O objectivo principal da entrevista consiste em compreender a experiência dos outros, bem como o significado que dão a tais experiências.

De entre os tipos de entrevista, optámos pela semi-estruturada uma vez que o ponto de vista dos entrevistados é assim mais facilmente expresso – sendo possível o acesso a histórias, experiências, significados - do que numa entrevista estandardizada ou num questionário. O guião que elaborámos orientou-nos mas com suficiente latitude e flexibilidade, no sentido de introduzir novos tópicos, caso se justificasse, ou de abandonar os que não se revelassem pertinentes e, também, no sentido de alterar a sequência de questões adaptando-nos à especificidade de cada casal entrevistado. O guião da entrevista permitiu não só uma maior estruturação dos dados e a sua posterior comparação, como a oportunidade de perceber como os entrevistados estruturavam individualmente o assunto (Bogdan & Biklen, 1992; Flick, 1998).

A utilização que fizemos de medidas quantitativas, sobretudo o uso de escalas e questionários, pode ser integrada na investigação qualitativa, o que implica abordar as questões de investigação a partir de diferentes ângulos, explorando-as de modo multi-facetado e integrar informação complementar recíproca (Mason, 1998)[37]. Por vezes, verifica-se que a forma mais eficaz e pertinente de medir variáveis implicadas no nosso quadro de referência é através de métodos quantitativos, havendo posteriormente que integrar os respectivos resultados na teoria construída (Mason, 1994; Strauss & Corbin, 1990). É-nos perfeitmente possível estabelecer uma correspondência entre as variáveis que são parte do nosso quadro de referência, mais especificamente, até, entre as nossas questões de investigação e os temas ou itens dos instrumentos de medida que utilizámos.

[37] Evidentemente que se for adequado aos objectivos da investigação, cada conjunto de dados, proveniente de cada um dos métodos (quantitativo e qualitativo), pode ser usado por si só, não sendo obrigatória a sua integração.

4.2.2.1. A Entrevista Semi-Estruturada

Relativamente à entrevista semi-estruturada, instrumento qualitativo por excelência (Morse, 1994, p.224), tivemos a oportunidade de construir de raiz o respectivo guião, numa fase da investigação em que já tínhamos os resultados dos estudos preliminares com as escalas de avaliação nas amostras portuguesas. Isto permitiu elaborar questões que ajudassem quer a confirmar ou não os primeiros resultados obtidos com as referidas escalas, quer a investigar com maior profundidade novos índices de relação dos constructos em estudo.

O guião elaborado para a entrevista semi-estruturada foi, assim, construído a partir destes dados e das questões base da investigação e encontra-se, na íntegra, no Apêndice do trabalho. Está dividido em cinco partes, cada uma com um conjunto de temas. A primeira parte, relativa à *história da relação*, incluía os seguintes temas: conhecimento, namoro e casamento; factores de atracção mútua; bons e maus momentos do casamento. A segunda parte tinha como tema principal os *papéis* conjugais, parentais, profissionais e domésticos, pedindo-se uma avaliação em termos de importância, satisfação, comparação com respectivas famílias de origem, diferenciação homem/mulher e mudanças desejadas. Seguia-se a terceira parte que focava o *investimento na relação* através de temas como instrumentalidade /expressividade e compromisso/continuidade da relação. *Poder e resolução de conflitos* constituía a quarta parte do guião, incluindo temas como a tomada de decisões, o conflito e respectiva resolução e a reciprocidade da relação. Por último, surgia a parte relativa a questões de *ideologia* composta por temas como crenças de género (homem/mulher) e objectivos/símbolos de casal/família. A entrevista incluía, ainda, uma solicitação relativa a eventuais temas considerados importantes e não questionados, e sugestões para melhorar a entrevista.

Com base na tipologia de questões elaborada por Karl Tomm (1988, p.6) relativamente a entrevistas, procurámos seguir o princípio da circularidade (Palazzoli *et al.*, 1981) na orientação da entrevista. O questionamento circular refere-se ao processo interactivo de colocar questões em ordem a associar-se ao casal num processo co-evolutivo de exploração sistémica[38]. As questões circulares foram formuladas procurando fazer emergir os "*padrões que conectam pessoas, objectos, acções,*

[38] Co-evolução na medida em que o que é observado e investigado é construído pelo investigador através da sua interacção com o casal.

percepções, ideias, sentimentos, acontecimentos, crenças, contextos, etc, em circuitos cibernéticos ou recorrentes" (Tomm, 1988, p.7). São questões que exploram diferenças[39] entre pessoas (*e.g. Semelhanças e diferenças na forma de resolver os conflitos (H/M)*), entre relações, entre tempos (*e.g. factores de atracção mútua no passado e no presente (H/M)*, entre percepções (*e.g. Papéis – mulher/marido; mãe/pai; profissão/casa - o mais importante - (H/M)*, ideias ou crenças, entre acontecimentos - e questões de contexto no sentido de considerar diferentes níveis lógicos de significado (*e.g. Comparação com o "ser casado" dos pais respectivos (H/M)*).

Também foram formuladas questões de tipo linear – quem fez o quê? onde? quando? –, assumindo o entrevistador um papel predominantemente investigador. Já as questões reflexivas (Tomm, 1988, p.6) foram colocadas com o objectivo de abrir novas perspectivas, novas formas de evolução da relação (e.g. *Mudanças desejadas na forma de viver a intimidade (H/M)*).

O conjunto das entrevistas não tinha objectivos, nem de diagnóstico, nem terapêuticos, já que, por um lado, os temas abordados e os instrumentos de observação eram invariantes para todos os participantes e não escolhidos em função das necessidades individuais ou da problemática específica de cada caso ou de cada casal e, por outro, não foram as queixas psicológicas que motivaram a situação de observação. Procurou-se compreender as características psicológicas de cada participante relativamente a facetas da sua experiência e vivências específicas particularmente no que à conjugalidade dizia respeito e, no conjunto, ao seu funcionamento como casal[40].

4.2.3. O Procedimento de Recolha de Dados

Foi julgado pertinente realizar, antes do início da etapa de recolha de dados, algumas entrevistas experimentais a casais de modo a testar a pertinência e adequação do guião e a servir de treino às entrevistadoras[41]. Deste modo, o guião foi reformulado, em termos de conteúdo e da sequência de questões, até chegar à versão final a que fizemos referência.

[39] Exploração de diferenças com base no pressuposto de Bateson de que a "*informação é uma diferença e a diferença é uma relação*".

[40] Houve, evidentemente, a preocupação ética, por parte de quem entrevistou os casais, de que as inevitáveis influências ou mudanças suscitadas pelo facto de se ser entrevistado sobre o funcionamento do próprio casal, fossem benéficas e acentuassem as potencialidades de cada casal.

[41] As entrevistas foram realizadas por uma psicóloga da FPCE da U.L. e pela autora da presente tese.

Depois de assegurada, via telefone (cf. tópicos para telefonema, constantes do Apêndice) a disponibilidade do casal para constituir um dos nossos casos, era marcada a entrevista. A decisão quanto ao local, dia e hora era tomada pelos entrevistados, sendo estes previamente informados do tempo de duração da entrevista entre 1h30m e 2h e das condições da entrevista (e.g. tema, necessidade de gravar a entrevista). A maior parte das entrevistas decorreu no domicílio dos entrevistados (com excepção de dois casais que preferiram na F.P.C.E. da U.L.) e após a hora do jantar (com excepção de seis casais). A todos os casais foi assegurada a alteração dos dados susceptíveis de os identificar, de modo a assegurar a confidencialidade.

As entrevistas foram realizadas conjuntamente aos elementos de cada casal. Ao obter informação através de um único indivíduo, sobre experiências relacionais, não estamos a avaliar interacções mas representações individuais dessas experiências[42]. Quando um dos constructos em estudo – a conjugalidade – nos remete para experiências relacionais, tornava-se importante, aquando das opções metodológicas, tornar central a realização de entrevistas semi-estruturadas aos casais em conjunto.

No decurso destas deslocações ao domicílio dos casais, procurámos seguir algumas das sugestões de Bogdan e Biklen (1992, p.26) "*partir de questões gerais; permanecer empática e curiosa sobre o campo, criar uma boa relação com todos aqueles dos quais precisávamos de informação*". Esta última necessidade obrigou a que permanecesse na casa do casal "*mais tempo do que o estritamente necessário para a pesquisa em curso*" (ibidem).

Procurou-se que a situação de entrevista fosse sentida como uma troca valorizante para cada pessoa, onde a colaboração prestada fosse vivida com algum enriquecimento pessoal e conjugal, nomeadamente ao nível da partilha da experiência relacional. Os pedidos e as expectativas não eram os mesmos da parte de quem solicitou a entrevista e da parte de quem a concedeu, havendo evidentemente uma assimetria de papéis que regulou as interacções estabelecidas.

É de realçar que as ilusões da não-intervenção do psicólogo como garantia da objectividade, são hoje rejeitadas. Não há observadores invisíveis, como a sociologia e a etnologia têm salientado, e a subjectividade mais do que uma variável parasita, é uma

[42] Ranson, Fisher, Philips, Kokes e Weiss (1990), num capítulo intitulado *The logic of measurement in family research*, classificaram este tipo de investigação como válida e importante cientificamente para o estudo da família, mas alertaram para o facto de que "*a discussão dos resultados não deverá ser feita utilizando expressões como "funcionamento conjugal" ou "interacção familiar"*" (p.58) sob pena destes estudos perderem a coerência interna.

componente da observação. Ao adoptarmos o paradigma pós-positivista, admitimos que as expectativas implícitas, os pressupostos e o conhecimento prévios introduzem alguma obliquidade na observação. É evidente a influência do investigador no processo de observação, o que não impede que se tente estabelecer as condições dessa influência.

4.2.4. Os Métodos de Análise de Dados

A análise dos dados é um processo em que se confere ordem e significado ao conjunto aglomerado dos dados recolhidos (Marshall, 1989, p.113). É um processo trabalhoso e criativo de organização dos dados em categorias ou unidades básicas descritivas. Adoptámos um procedimento de análise dos dados designado por codificação orientada para a teoria (*theoretical coding*) (Strauss & Corbin, 1990) que implica uma comparação constante entre conceitos e casos e a consequente formulação de questões.

4.2.4.1. O Processo de Codificação

A codificação começou logo após a primeira entrevista, tendo sido acrescentadas novas categorias nas entrevistas subsequentes. Codificar refere-se "*às operações pelas quais os dados são fragmentados, conceptualizados e de novo associados em formas novas*" (Strauss & Corbin, 1990, p.57).

Cada entrevista começou por ser transcrita, representando assim os dados. Partimos destes dados e fomos desenvolvendo teorias num processo de categorização cada vez mais abstracto, desde a codificação aberta à codificação axial e selectiva.

Na *codificação aberta* principiamos por atribuir códigos ao material empírico, inicialmente com uma ligação tão próxima quanto possível ao texto, os quais são incluídos em conceitos genéricos ou categorias. Mais concretamente, a entrevista, na sua globalidade, é segmentada em partes discretas ou unidades de sentido (palavras ou frases ou parágrafos), as quais são classificadas através da atribuição de conceitos, para que possam ser comparadas em termos de semelhanças e de diferenças, com o objectivo de clarificar questões sobre os fenómenos conforme estão reflectidos nos dados. O passo seguinte consiste em transformar estes códigos em elementos de classes, agrupando-os em categorias de um nível de abstracção superior.

A *codificação axial* consiste em estabelecer relações entre sub-categorias e categorias, seleccionando as mais promissoras, organizando-as no seu contexto, confrontando com os dados e revendo-as, se necessário. Para Strauss e Corbin (1990, p.96), a codificação axial "*envolve condições, contexto, estratégias de acção/interacção e consequências*", num processo interactivo de pensamento indutivo e dedutivo.

Por sua vez, a *codificação selectiva* implica um nível de abstracção mais elevado dado que consiste em "*seleccionar a categoria nuclear, relacionando-a sistematicamente com outras categorias; validando essas relações e chegando a categorias que necessitam de mais refinamento e desenvolvimento*" (Strauss & Corbin, 1990, p.116). Pode chegar-se, então, a uma *matriz condicional*, ou seja a um esquema visual representativo das condições e consequências relacionadas com o fenómeno em estudo (Dugsin, 2001, p.235).

Na elaboração de categorias, temas ou padrões, procurámos que fossem internamente consistentes mas distintos uns dos outros. Não se procurou, conforme orientação de Marshall (1989), que as categorias fossem exaustivas e mutuamente exclusivas, mas antes, uma certa homogeneidade interna e heterogeneidade externa entre elas.

4.2.4.2. A Utilização do Computador na Análise Qualitativa

Proceder à análise dos dados, recorrendo aos processos de codificação orientados pela teoria, anteriormente descritos, tornou-se mais viável através do recurso a *software* específico para análise qualitativa. Com efeito, existem programas de computador que permitem não só testar as proposições teóricas de base que orientaram a recolha de dados, mas também desenvolver teoria a partir dos dados, mantendo aberto o acesso a novas ideias, padrões, categorias e conceitos que possam emergir durante o processo de análise de dados.

Nesta investigação o *software* que utilizámos como suporte[43] na análise qualitativa dos dados foi o QSR Nud'Ist – 4 (*Qualitative Solutions and Research - Non-numerical Unstructured Data Indexing Searching and Theorizing*). Neste

[43] Trata-se, efectivamente, de um suporte, uma vez que qualquer programa de qualquer computador não substitui "*a tarefa criativa e intelectual de criar categorias, ou de decidir que categorias ou tipo de dados são relevantes para o processo que está a ser investigado, ou o que constitui uma comparação significativa, ou de gerar questões e proposições com as quais se interrogam os dados*" própria do investigador (Bryman & Burgess, 1995, p.108).

programa, separam-se os documentos daquilo que se pensa sobre eles, construindo-se duas bases de dados, uma para os documentos, outra para os sistema de indexação. O sistema de documentação (*Document System*) e o sistema de indexação (*Index System*) estão ligados por processos de procura.

O sistema de documentação contém informação sobre cada documento (nesta investigação, sobre cada entrevista transcrita a cada casal). Este sistema permite reunir e organizar documentos, estudá-los e desenvolver ideias sobre eles, editá-los e anotá-los com ideias e teorias emergentes, procurar palavras e frases no documento-texto.

Por sua vez, o sistema de indexação incorpora uma estrutura hierárquica com as relações entre categorias e subcategorias. Trata-se de uma árvore de nódulos (*index tree*) que contém as categorias construídas, o que possibilita organizar os dados, clarificar os conceitos e armazenar a sua relação. Em cada categoria pode ser registada informação tal como o título e definição operacional respectiva, um registo de ideias sobre a categoria e referências às partes dos documentos assim codificadas. Como o sistema permite criar novas categorias, repensar e reordenar as categorias de partida e gravar as ideias emergentes, fomos acrescentando novas subcategorias de partida de acordo com a realidade de cada caso.

Os processos de procura (*Search Procedures*) permitem a ligação entre os dois sistemas, através do acesso ao documento-texto ou à sua codificação nos nódulos para descobrir e explorar padrões, e construir e testar teorias (Richards & Richards, 1996).

Estando os textos correspondentes às entrevistas introduzidos no *software Microsoft Word*, foi necessário prepará-los segmentando-os por unidades codificáveis de modo a estarem aptos a ser importados pelo Nud'Ist para o sistema de documentação. Daí, o sistema de indexação permitia, ao aceder aos documentos, codificá-los (codificação aberta) em função da árvore previamente elaborada (nódulos hierarquicamente organizados, com nomes e números de código atribuídos e respectiva definição operacional) (cf. Apêndice). A codificação dos textos obrigou, frequentemente, à reformulação da árvore hierárquica, alterando as posições dos nódulos, acrescentando uns e eliminando outros.

Uma vez os textos codificados, a respectiva categorização testada por dois juízes independentes, e recorrendo aos processos de procura do Nud'Ist, procedemos à codificação axial e selectiva em busca de relações e padrões entre categorias, por cada caso e entre os casos. Estes tipos de codificação levaram a que fosse necessário criar novas categorias, de um nível superior de abstracção, com nova reformulação da árvore

e respectiva atribuição de códigos, confronto com hipóteses prévias, nova procura de relações e padrões e assim sucessivamente, num processo de circularidade evolutiva.

4.2.4.3. A Análise Qualitativa dos Dados

Na análise de dados que realizámos, a recolha de dados foi estando ligada à construção de hipóteses e à elaboração teórica. Assim, com a recolha de dados começou, em simultâneo, a codificação orientada para a teoria e a comparação com hipóteses prévias existentes.

As análises comparativas que efectuámos decorreram em diversos sentidos. Por um lado, interessava-nos estudar cada caso, por si, integrando a informação dos dois membros do casal, por outro lado, pretendíamos comparar os casos entre si pertencentes a cada subgrupo e, por último, os sub-grupos entre si. Em suma, e na acepção de Pina Prata (1990), pretendíamos estudar holisticamente cada caso (casal) enquanto entidade única (*singularidade* dos casos) e comparativamente com os outros casos (*particularidade* dos casos).

Assim, recolhidos os dados do primeiro caso procedeu-se à comparação proveniente dos dois elementos do casal de modo a chegar à compreensão do caso (casal) como um todo, tendo surgido alguns padrões específicos. Após a análise dos primeiros casos foi emergindo uma estrutura temática (padrões) que foi sendo sucessivamente confrontada com o estudo de novos casos.

A análise de cada caso, as comparações entre estes e as comparações por sub-grupo, permitiram, num processo circular evolutivo, o confronto com as proposições teóricas, a colocação de novas hipóteses e o desenvolvimento de teoria.

Para Patton (1980), o dilema da análise qualitativa é a necessidade de nos estarmos sempre a deslocar entre as descrições e a nossa análise das descrições, entre a complexidade das descrições e as simplificações que delas fazemos, "*entre as circularidades e interdependências da actividade humana e a nossa necessidade de declarações lineares e ordenadas de causa-efeito*".

Como já anteriormente referimos, o que procurámos obter nesta investigação foi uma perspectiva, a qual, não sendo nem arbitrária nem pré-determinada, não é *a verdade*. Há, no entanto, segundo Patton (1980), formas de validar e verificar tal perspectiva, tais como a procura de explicações alternativas, a triangulação de dados qualitativos e quantitativos, a triangulação de múltiplas fontes de dados, a triangulação

através de múltiplos codificadores. Por outro lado, é fundamental o facto de se limitarem as conclusões às situações, períodos de tempo, pessoas e contextos nos quais os dados foram obtidos.

5. Síntese

Constituiu nosso objectivo, neste capítulo, fundamentar as escolhas de ordem metodológica e estatística relacionadas com os estudos empíricos que se seguem nos capítulos V, VI e VII, pelo que terminamos com uma síntese gráfica das principais três etapas da investigação, com a indicação das variáveis estudadas em cada uma delas.

Etapas da Investigação

I – Estudo de Adaptação de Instrumentos

* **EDR**
* **PAQ**
* **ISRS**

II – Estudos Empíricos Preliminares

* Estudo 1 – Sexo, Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

Mulheres
* E/I (PAQ)
* Vinculação (QR)

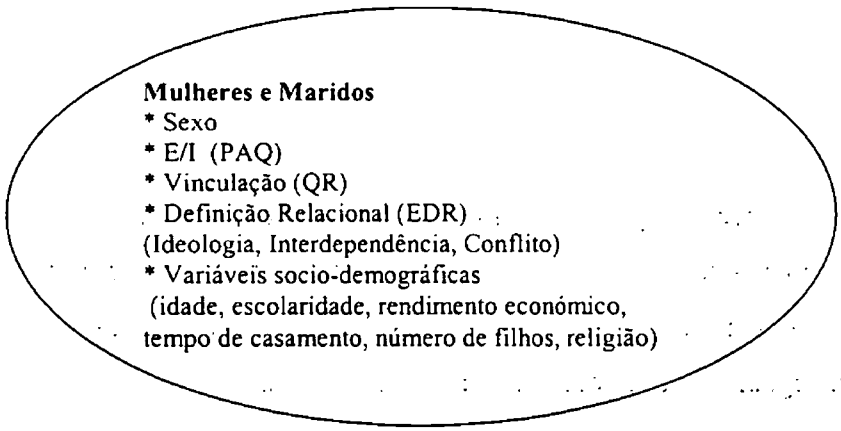
Homens
* E/I (PAQ)
* Vinculação (QR)

* Estudo 2 – Padrão conjugal, Sexo, Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

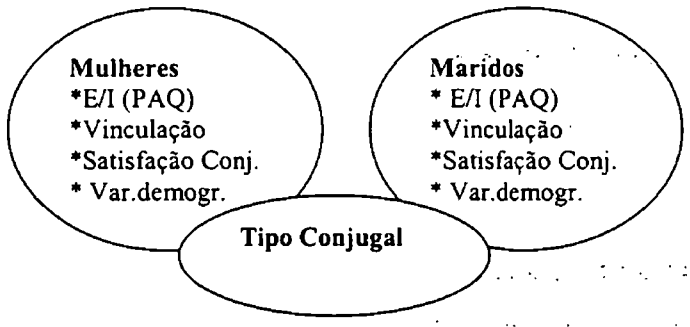
Mulheres e Maridos
* Sexo
* E/I (PAQ)
* Vinculação (QR)
* Padrão conjugal (ISRS)
  - padrão actual (orientado ou não para a relação)
  - satisfação com o padrão conjugal
  - grau de incómodo face a padrão não alcançado
  - semelhança/diferença de padrões nos cônjuges

* Estudo 3 – Esquema conjugal, Sexo, Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

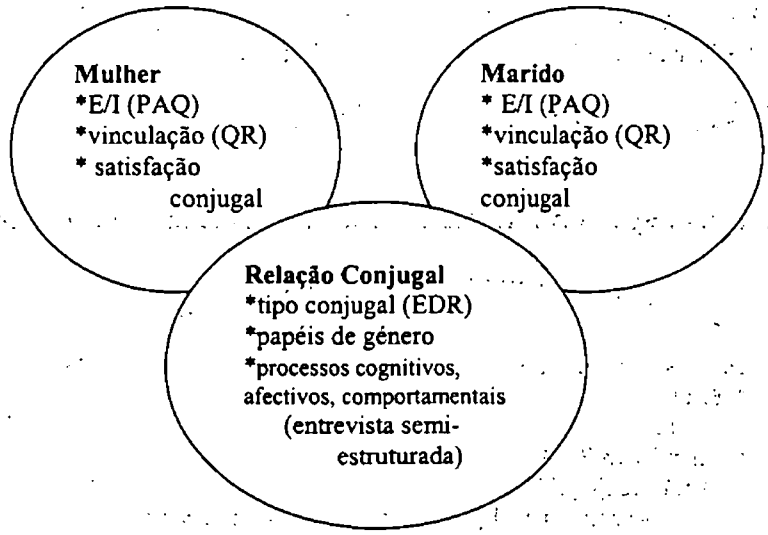
1ª parte



2ª parte



III – Estudo de Casos



Capítulo V - Estudos de Adaptação de Instrumentos

"E mesmo ignorando as barreiras de qualquer código, o facto de a nossa descrição ser em palavras, números ou imagens, enquanto que o que descrevemos é carne, sangue e acção – mesmo ignorando essa barreira da tradução, nunca seremos capazes de reivindicar um conhecimento final de seja o que for". (G. Bateson, Natureza e Espírito", p.33)

1. Introdução

Os estudos empíricos realizados no âmbito da presente tese utilizavam um conjunto de instrumentos que, em nosso conhecimento, nunca tinham sido estudados, do ponto de vista psicométrico, na população portuguesa pelo que era necessário determinar se seriam adequados. O objectivo não foi o de desenvolver um estudo psicométrico aprofundado desses instrumentos, com vista a efectuar a sua adaptação para a população portuguesa, mas antes o de encontrar bases que sugerissem, quer a validade dos constructos por eles medidos, quer a precisão da sua mensuração. Assim, relativamente a cada instrumento, procedeu-se ao estudo da estrutura factorial e da consistência interna. Os estudos foram realizados com amostras de adultos casados provenientes de um meio caracteristicamente urbano (zona da Grande Lisboa).

Na organização deste capítulo, procurámos seguir um modelo uniforme na descrição do processo de adaptação e dos resultados alcançados com cada um dos três instrumentos. Assim, em cada uma das secções, começamos por fazer uma breve[1] descrição do instrumento. Seguidamente descrevemos a amostra bem como a análise dos itens e da fidelidade dos resultados, procurando apurar a consistência interna do instrumento. Apresentamos, então, alguns dados acerca da validade dos resultados das escalas - procedemos ao estudo da estrutura factorial com o objectivo de determinar se as medidas hipotéticas dos constructos em causa mediam efectivamente o que era pretendido ou, se pelo contrário, destacavam agrupamentos de realidades mais ou menos distintas. Também incluímos estudos dos efeitos de variáveis como sexo, idade, tempo de casamento, número de filhos, opção religiosa nas dimensões observadas no instrumento. Na parte final do capítulo fazemos um comentário global do processo de adaptação dos instrumentos, focando os pontos positivos e negativos identificados.

---

[1] Cada um destes instrumentos foi alvo de uma descrição pormenorizada no capítulo referente à Metodologia.

2. Estudo Inicial das Características Psicométricas da Adaptação do *Relational Dimensions Instrument* – Escala de Dimensões Relacionais

2.1. Breve Apresentação do Instrumento

O *Relational Dimensions Instrument* (RDI; Fitzpatrick, 1988) recebeu, na versão portuguesa, a designação de Escala de Dimensões Relacionais (EDR) e pretende avaliar o conceito de *esquema (schemata)* conjugal (Fitzpatrick, 1993). A escala[2] foi apresentada no âmbito de uma abordagem tipológica do casamento, conforme descrito no capítulo I (8.1.), e é composta por 77 itens distribuídos pelas oito subescalas: *Ideologia do Tradicionalismo, Ideologia da Incerteza e da Mudança, Partilha, Autonomia, Espaço Indiferenciado, Regularidade Temporal, Evitamento do Conflito* e *Assertividade*. Os participantes respondem a cada um dos 77 itens recorrendo a uma escala de tipo Likert de sete pontos e as pontuações mais elevadas indicam maior acordo com a dimensão relacional avaliada em cada subescala. O cálculo do valor médio dos resultados obtidos nos itens pertencentes a cada uma das subescalas dá-nos os diferentes índices que vão permitir calcular a definição relacional de cada um dos cônjuges (ou forma de descrever a relação conjugal).

A EDR é uma medida que classifica as pessoas com base em três dimensões conceptuais da vida relacional: *ideologia* (e.g. crenças relacionais, valores e padrões), *interdependência* e *conflito*. Os resultados nestas dimensões, dos cônjuges, obtidos em separado, permitem calcular as definições relacionais, as quais combinadas permitem delinear quatro tipos de casais: *Tradicionais*, *Independentes*, *Separados* e *Mistos*[3].

[2] Actualmente, o termo 'escala' serve também para identificar um conjunto de itens (ou de testes) que avaliam uma determinada dimensão ou característica psicológica. Originalmente, o termo não se referia à extensão do instrumento, mas unicamente à natureza da modalidade de resposta requerida (resposta numa escala por pontos ordenados, tipo Likert).

[3] Quando ambos os cônjuges partilham as mesmas crenças ideológicas, os mesmos níveis de interdependência e semelhantes abordagens ao conflito, são classificados como um dos tipos "puros" de casal (*Tradicional*, *Independente*, ou *Separado*), quando não partilham constituem um dos seis tipos 'mistos' possíveis.

2.2. Amostra e Análises Preliminares

O estudo das características psicométricas das medidas obtidas com a versão portuguesa do *Relational Dimensions Instrument* foi realizado a partir da observação de uma amostra integrando 422 adultos casados, de ambos os sexos, recolhida entre Novembro de 1999 e Março de 2000, cuja composição se descreve no Quadro 5.1.

Quadro 5.1
Características Sócio-Demográficas da Amostra EDR

		Frequência	%			Frequência	%
Sexo	feminino	214	50.7	Tempo de Casamento	2 - 5 anos	130	30.8
	masculino	208	49.3		6 -13 anos	126	29.9
					14 -24anos	88	20.9
Idade	20-29	77	18.2		mais de 25	78	18.5
	30-34	103	24.4				
	35-39	80	18.9				
	40-49	80	18.9	Número de Filhos	0	99	23.5
	50-72	82	19.4		1	123	29.1
					2	118	28
Escolaridade	9º-12ºano	111	26.3		3	82	19.3
	bacharelato	56	13.3				
	licenciatura	210	49.8	Estatuto ocupacional	activo	379	89.8
	mestr./dout.	38	9		dona de casa	19	4.5
					estudante	4	0.9
					reformado	16	3.79
					desempregado	4	0.9
Rendimento	até 100mil/m	17	4	Religião	não	76	18
	100-300mil/m	214	50.7		sim (católica)	126	29.9
	300-500mil/m	116	27.5		sim e praticante	208	49.3
	>500mil/m	45	10.7		outra(não católica)	6	1.4
	s/ dados	30	—		s/ dados	6	—

(N=422)

Esta amostra não tem características que assegurem a representatividade da população portuguesa adulta, embora se encontrem bem representados os diferentes grupos de idade, de opção religiosa, de tempo de casamento e de número de filhos.

O nível de escolaridade é bastante elevado, longe de ser representativo do nível escolar médio dos adultos portugueses. Esta foi uma opção consciente do eventual condicionamento ao nível da generalização dos resultados e que se deveu não só à nossa preocupação quanto à efectiva capacidade de leitura e compreensão verbal por parte dos participantes, como à respectiva disponibilidade de participação efectiva. Esta opção por um nível de escolaridade acima da média repercute-se também ao nível do rendimento económico individual (acima da média) e da situação profissional, a qual,

apesar de tudo, é variada, com representação de diferentes níveis de actividade económica e de diferentes tipos e sectores de actividade profissional.

Antes de realizarmos as análises estatísticas, a base de dados foi cuidadosamente inspeccionada no sentido de averiguar o grau de precisão na introdução dos dados. Não foram detectadas incorrecções, no que se refere a valores além dos limites possíveis ou a médias e desvios-padrão não plausíveis. No que se refere aos valores *missing*, dada a sua reduzida ocorrência bem como a aleatoriedade da sua distribuição, decidimos substituí-los pelo valor da média em cada um dos itens em causa.

2.3. Análise dos Itens da *Escala de Dimensões Relacionais*

As análises dos itens que realizámos seguem de perto os algoritmos e procedimentos habitualmente aplicados a escalas de avaliação de tipo aditivo (e.g., Spector, 1992).

Tendo como objectivo respeitar as características da versão original do instrumento, no processo de adaptação para a Língua Portuguesa, vamos analisar os itens incluídos nas respectivas oito subescalas definidas *a priori* por Fitzpatrick (1988).

2.3.1. Subescala de Ideologia do Tradicionalismo

2.3.1.1. Tendência Central e Variabilidade

O Quadro 5.2. apresenta uma síntese das principais estatísticas descritivas dos itens e resultados totais da subescala *Ideologia do Tradicionalismo* da EDR. As médias aritméticas para os doze itens desta subescala situam-se entre 4.12 (item 69) e 6.22 (item 55), sendo a média das médias dos itens de 5.32 (DP=.77) e a mediana de 5.33. Devemos interpretar estes resultados como traduzindo, por parte dos participantes da amostra, uma clara aproximação aos valores tradicionais das relações conjugais, constructo hipoteticamente avaliado por esta subescala.

No que respeita à dispersão das respostas, analisando o desvio padrão (valores situados entre 1.11 e 2.20) e a amplitude total (em todos os itens foram sempre utilizados todos os intervalos da escala: 1-7, A=6), verificamos que todos os itens apresentam valores de variabilidade razoáveis (com excepção do item 14 que apresenta um desvio padrão de .88 e apresenta uma média aritmética bastante elevada, 6.08). De

qualquer forma, verifica-se uma acumulação desproporcional das respostas num dos extremos da escala de avaliação (facto particularmente evidente nos itens 52, 55, 61).

Quadro 5.2
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de Ideologia do *Tradicionalismo*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha e.	X r
14	6.080		0.881	3	141	.122	.705		
52	5.753		1.651	13	193	.210	.701		
55	6.215		1.388	8	272	.442	.670		
56	4.654		1.800	33	70	.407	.671		
57	5.184		1.638	21	111	.268	.693		
58	4.772		2.204	67	149	.442	.665		
61	6.154		1.108	3	209	.467	.672		
62	4.488		1.779	31	47	.362	.679		
63	5.061		1.728	8	105	.222	.701		
64	5.644		1.389	3	151	.371	.679		
65	5.675		1.237	5	116	.382	.679		
69	4.123		1.956	75	70	.394	.674		
EDR-T	XM=5.315	5.333	XDP=.774				.702	.706	.169

2.3.1.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

Tendo em consideração as correlações dos itens entre si, verificamos que, na matriz de intercorrelações calculada, só dois coeficientes são negativos estando neles envolvidos os itens 14 e 63. Apesar da maioria dos itens manter entre si correlações positivas, a respectiva magnitude é baixa (M=.169).

Por sua vez, as correlações item-total (corrigidas) para os itens da subescala EDR-T variam entre .12 (item 14) e .46 (item 61). Apesar de quatro itens apresentarem correlações inferiores a .30 com o total da escala, apenas o item 14 é nitidamente inadequado. A consistência interna dos resultados, segundo a fórmula *alpha* de Cronbach, para esta subescala é de .70. Contribui negativamente para o nível global de fidelidade sobretudo o item 14, pelo que é de colocar a possibilidade da sua remoção[4] na versão portuguesa deste instrumento.

[4] No que se refere às correlações do item com o total da escala a que pertence, Nunnally & Bernstein (1994) indicam, como possível critério para a exclusão de um item, o valor de .20, abaixo do qual devem ser ponderadas razões de ordem conceptual que justifiquem a sua eventual manutenção na escala.

2.3.2. Subescala de Ideologia da Incerteza e da Mudança

2.3.2.1. Tendência Central e Variabilidade

Verificamos que as médias dos itens não podem considerar-se extremas dado que na sua maioria se localizam próximo do ponto médio "natural" da escala (4.0). A média aritmética das médias dos 8 itens da EDR-IM é de 4.36 (DP=.92) e a mediana de 4.5. No que se refere à dispersão das respostas, constatamos que todos os itens apresentam valores de variabilidade adequados, quer utilizemos como medida o desvio padrão o qual varia entre 1.53 e 1.90, quer a amplitude total (A=6), dado que foram utilizados todos os intervalos da escala: 1-7, em todos os itens.

2.3.2.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

A média aritmética para o conjunto dos coeficientes das correlações inter-itens desta subescala é modesta (M=.18), embora os coeficientes sejam todos positivos.

Os dados sobre as correlações item-total (corrigidas), incluídos no Quadro 5.3 revelam-nos um intervalo de .22 (item 68) a .42 (item 67), verificando-se que os itens 54 e 68 não são medidas inteiramente consistentes do constructo avaliado. O *alpha* de Cronbach para os resultados desta subescala é de .63 e, embora não seja tão elevado quanto seria desejável, é superior ao obtido (α=.60) por Fitzpatrick (1988, p.73).

Quadro 5.3
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Ideologia da Incerteza e da Mudança*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Mín.(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha.e.	X r
47	3.407		1.735	64	11	.296	.606		
53	5.421		1.801	23	154	.371	.586		
54	4.983		1.531	14	63	.226	.623		
66	5.037		1.586	15	74	.344	.594		
67	4.966		1.898	25	115	.418	.570		
68	4.154		1.795	28	42	.224	.627		
75	2.912		1.750	112	12	.320	.600		
76	4.059		1.877	51	35	.397	.577		
EDR-IM	XM=4.367	4.500	XDP=.925				.630	.627	.175

2.3.3. Subescala de Partilha

2.3.3.1. Tendência Central e Variabilidade

As médias para os itens da escala EDR-P, (Quadro 5.4), situam-se no intervalo de 3.81 (item 15) a 6.11 (item 16). Estes valores permitem-nos localizar a maioria das respostas na metade mais positiva do constructo (*Partilha*) hipoteticamente avaliado pela subescala (a média das médias dos itens é 5.08; DP=.72). No que respeita à variabilidade das respostas, se atendermos aos desvios-padrão, esta não nos parece inadequada, embora os itens 16, 38 e 59 (os mesmos que apresentam médias um pouco mais extremas) sejam aqueles que, no conjunto, têm menor dispersão (vejam-se também as colunas do Quadro 5.4 referentes às frequências de respostas aos pontos de ancoragem que definem os extremos da escala de avaliação).

Quadro 5.4

Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Partilha*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha e.	X r
2	4.554		1.494	11	35	.515	.870		
3	4.428		1.710	20	45	.396	.875		
4	5.921		1.210	1	154	.431	.873		
5	4.793		1.326	2	26	.233	.878		
7	5.575		1.288	3	104	.546	.870		
8	4.428		1.590	20	31	.467	.872		
9	5.123		1.415	3	70	.672	.865		
11	5.511		1.610	5	143	.323	.877		
12	4.149		1.514	9	10	.344	.876		
13	5.291		1.474	5	103	.491	.871		
15	3.808		1.281	3	10	.339	.875		
16	6.113		1.184	3	211	.496	.871		
20	5.803		1.264	1	153	.615	.868		
22	5.495		1.247	1	91	.595	.868		
23	4.398		1.469	15	21	.518	.870		
25	3.876		1.386	10	6	.326	.876		
32	5.943		1.385	4	201	.560	.869		
38	5.715		0.954	3	82	.453	.873		
48	4.734		1.441	11	40	.454	.872		
49	5.718		1.343	3	131	.627	.867		
51	4.632		1.465	12	37	.440	.872		
59	6.052		1.030	5	172	.239	.877		
71	4.691		1.373	10	42	.485	.871		
EDR-P	XM=5.076	5.130	XDP=.717				.877	.879	.245

2.3.3.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

Da análise da matriz de intercorrelações dos itens da subescala EDR-P verificamos que estes estão, todos, moderada e positivamente relacionados, exceptuando duas correlações negativas em que o item 5 está envolvido. Todos os itens, conforme Quadro 5.4 apresentam *r*'s item-total (corrigidos) superiores a .30 com excepção dos itens 5 (.23) e 59 (.24). O valor do *alpha* de Cronbach para o conjunto dos 23 itens é de .88, valor igual ao encontrado (α=.88) por Fitzpatrick (1988) com a amostra de desenvolvimento do instrumento, o qual traduz um elevado grau de homogeneidade nas respostas aos itens. Para além disso, verificamos que qualquer um dos itens contribui positivamente para o valor global do *alpha*, pelo que a remoção de qualquer um deles (com ligeira excepção do item 5) teria como consequência a diminuição do nível de consistência interna dos resultados.

Da conjunção dos vários parâmetros, podemos concluir do bom nível de fidelidade (consistência interna) para os resultados desta subescala da *Partilha*.

2.3.4. Subescala de Autonomia

2.3.4.1. Tendência Central e Variabilidade

As estatísticas incluídas no Quadro 5.5 mostram que os itens que compõem esta subescala diferem em termos de tendência central. A média das médias das respostas a estes itens é de 3.23 pontos (DP=1.14). Contudo, as médias nos itens 6 (M=1.80) e 30 (M=1.82) são bem menores do que a apurada para o item 60 (M=5.139). Ambos os itens (6 e 30) em que as médias são menores dizem respeito a "*passar férias sem o cônjuge*" o que é avaliado como pouco frequente. Por sua vez, o item 60, no qual é obtida a média mais elevada, evidencia acordo com o facto de cada um dos cônjuges ter "espaço privado e separado do marido/mulher". Sendo ambos os itens pertencentes à subescala da *Autonomia*, a sua discrepância provavelmente reflecte diferentes influências culturais. Nas medidas de variabilidade, por sua vez, os itens apresentam um comportamento adequado, sendo os menores desvios padrão encontrados também para os itens 6 (DP=1.23) e 30 (DP=1.14).

Quadro 5.5
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Autonomia*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha e.	X r
6	1.803		1.231	225	1	.319	.565		
27	3.646		2.333	126	74	.482	.472		
30	1.815		1.136	216	2	.356	.555		
36	3.734		2.319	118	73	.469	.479		
60	5.139		1.737	25	103	.293	.565		
70	2.516		1.629	151	6	.138	.621		
EDR-A	XM=3.227	3.200	XDP=1.141				.601	.616	.234

2.3.4.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

Relativamente às correlações inter-item verificamos que estas são positivas e o seu valor médio de .23. Por sua vez, os coeficientes de Pearson item-total (corrigidos) são iguais ou superiores a .30, exceptuando o item 70 (.14).

O nível de consistência interna dos resultados é de .60. Da observação dos valores do *alpha* quando excluído o próprio item (Quadro 5.5), verificamos que todos os itens (com excepção do item 70) estão a contribuir positivamente para o nível global do *alpha*. Para o mesmo conjunto de itens, Fitzpatrick (1988) obteve uma estimativa bastante mais reduzida (α=.46) do que aquela obtida neste estudo. O valor ligeiramente superior do *alpha* estandardizado (.62) revela o poder discriminativo de alguns itens.

2.3.5. Subescala de Espaço Indiferenciado

2.3.5.1. Tendência Central e Variabilidade

A média aritmética das médias dos itens da EDR-EI é de 4.7 (DP=.80), valor que pouco se afasta do ponto médio da escala de avaliação das respostas. Da leitura do Quadro 5.6 também verificamos que as médias não podem considerar-se extremas, com excepção dos itens 17 (M=2.54) , 34 (M=6.19) e 40 (M=6.34). Por outro lado, cada um

dos itens desta subescala evidencia um nível aceitável de variabilidade, situando-se os desvios padrão entre 1.1 (item 34) e 2.2 (item 41) e tendo sido 6 o valor da amplitude.

Quadro 5.6
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Espaço Indiferenciado*

						Excluido o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha e.	X r
1	5.646		1.231	1	111	.285	.337		
17	2.545		1.989	202	30	.148	.386		
18	5.225		1.626	7	116	.202	.358		
29	3.898		1.999	46	62	.188	.364		
34	6.199		1.102	2	215	.150	.384		
40	6.341		1.521	20	314	.099	.402		
41	4.677		2.217	70	113	.199	.359		
42	5.004		1.585	5	80	.145	.383		
EDR-EI	XM=4.742	4.714	XDP=.804				.404	.419	.083

2.3.5.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

As correlações de Pearson entre os itens desta subescala são, na maioria dos casos, de baixa magnitude, situando-se entre -.03 e . 36. A fraca covariância entre os itens desta subescala influencia os resultados das correlações item-total, os quais se situam no intervalo de .10 (EDR-EI 40) .29 (EDR-EI 1). Embora quase todos os coeficientes *r* destes itens sejam inferiores ao critério psicométrico (Meir & Gati, 1981) referido no capítulo anterior, verificamos que a sua remoção (com excepção do item 40) iria diminuir o valor *alpha* encontrado (α=.40). Este valor é inferior ao encontrado por Fitzpatrick (1988) para o mesmo conjunto de itens (α= .52).

2.3.6. Subescala de Regularidade Temporal

2.3.6.1. Tendência Central e Variabilidade

As médias para os itens da subescala EDR-RT, conforme se pode ler no Quadro 5.7, situam-se no intervalo de 4.96 (item 46) a 6.02 (item 24), sendo a média das médias

dos itens de 5.39 (DP=.99). Todos os valores de tendência central situam-se acima do ponto médio da escala de avaliação utilizada, o que evidencia uma clara adesão ao constructo da *Regularidade Temporal* supostamente avaliado por esta subescala. Relativamente à variabilidade das respostas, expressa através dos desvios-padrão, esta não nos parece inadequada, embora o item 24 (o mesmo que apresenta a média mais extrema) seja aquele que, no conjunto, tem menor dispersão e maior acumulação de respostas junto ao ponto extremo 7 da escala de avaliação utilizada. No entanto, os valores do desvio padrão demonstram que há um grau aceitável de heterogeneidade nas respostas dadas pelos sujeitos aos itens.

Quadro 5.7

Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Regularidade Temporal*.

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha e.	X r
24	6.026		1.200	3	173	.355	.808		
33	5.296		1.375	9	47	.696	.704		
39	5.329		1.290	12	33	.610	.735		
45	5.319		1.403	8	61	.564	.750		
46	4.964		1.434	7	37	.614	.732		
EDR-RT	XM=5.387	5.600	XDP=.989				.788	.785	.430

2.3.6.2. Correlações Inter-item, Item-Total e Consistência Interna dos Resultados

Relativamente às correlações inter-item, a análise da matriz evidencia-nos a positividade de todos os coeficientes produto-momento com o valor médio de .43. As correlações item-total (corrigidas) são, em todos os casos, psicometricamente adequadas (*r*'s são sempre superiores a .35) e variam entre .35 (item 24) e .69 (item 33).

O coeficiente *alpha* para os resultados desta subescala é de .79, um valor bastante bom atendendo ao pequeno número de itens envolvidos, e bastante próximo do obtido (α=.82) por Fitzpatrick (1988) na versão americana do instrumento. Da análise da coluna respeitante aos valores de *alpha* (Quadro 5.7), verificamos que a remoção do item 24 teria como efeito um incremento (embora reduzido) no valor global do *alpha*.

2.3.7. Subescala de Evitamento do Conflito

2.3.7.1. Tendência Central e Variabilidade

Uma análise das médias para os itens da subescala de *Evitamento do Conflito* evidencia uma tendência nas respostas oposta aquela que foi descrita anteriormente. Conforme leitura do Quadro 5.8, as respostas localizam-se tipicamente afastadas do extremo que representa a vertente positiva do constructo avaliado, ou seja, no geral tendem a não evitar os conflitos. A média das médias dos itens é de 2.86 (DP=.85) situada no intervalo de 2.02 (item 74) a 4.24 (item 50).

Quadro 5.8
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Evitamento do Conflito*

Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(7)	Excluído o próprio item r	alpha	alpha e.	X r
31	2.118		1.171	154	1	.303	.680		
35	3.040		1.702	82	12	.392	.662		
43	3.672		1.729	43	19	.423	.655		
44	2.215		1.058	110	3	.400	.668		
50	4.239		2.057	57	67	.242	.704		
72	2.585		1.653	134	10	.527	.633		
73	3.324		1.840	67	20	.346	.674		
74	2.018		1.270	187	2	.384	.666		
77	2.495		1.403	108	8	.393	.663		
EDR-EC	XM=2.856	2.777	XDP=.847				.695	.710	.216

Quanto aos valores de dispersão nesta subescala, estes situam-se entre 1.06 e 2.06 e a amplitude é igual a 6 para todos itens. Estes valores, apesar de não serem inadequados, não deixam de revelar alguma homogeneidade nas respostas aos itens.

2.3.7.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

A média das correlações inter-item da subescala de *Evitamento do Conflito* é de .22. Todos os itens mantêm correlações moderadas positivas entre si, embora se verifique que o item 50 covaria em menor grau com os restantes itens da subescala. Analisando a coluna do Quadro 5.8 que contém os coeficientes de Pearson (corrigidos)

item-total, constatamos que o item 50 (r = .24) não é uma medida inteiramente consistente do constructo avaliado pelos outros itens (todos com r > .30). A remoção deste item confirmaria o valor do *alpha* para .70. O *alpha* de Cronbach para os resultados obtidos é de .70, valor superior ao que foi estimado (α=.60) por Fitzpatrick (1988) na amostra de desenvolvimento do RDI.

2.3.8. Subescala de Assertividade

2.3.8.1. Tendência Central e Variabilidade

Os valores das médias dos itens da subescala de *Assertividade* (Quadro 5.9) localizam-se próximos do extremo inferior da escala de avaliação utilizada, evidenciando um fraco grau de adesão dos participantes ao constructo hipoteticamente avaliado. Os valores das médias dos itens oscilam entre 1.51 (item 28) e 2.87 (item 10), sendo a média das médias deste conjunto de itens somente de 2.46 (DP=.81) comparativamente com o ponto médio 'natural' da escala (4.0).

Em termos de variabilidade das respostas aos itens, verificamos que estas são bastante homogéneas. Embora todos os intervalos de resposta na escala de avaliação tenham sido utilizados, verifica-se uma maior frequência de respostas no extremo inferior do *continuum* de avaliação, em alguns casos com desproporção (e.g. item 28).

Quadro 5.9
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Assertividade*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq-Mín.(1)	Freq.Máx.(7)	r	alpha	alpha e.	X r
10	2.867		1.504	93	3	.386	.507		
19	2.857		1.537	101	7	.414	.492		
21	1.978		1.129	179	1	.407	.506		
26	2.177		0.991	95	1	.177	.589		
28	1.509		1.019	285	3	.132	.604		
37	2.419		1.299	110	2	.398	.503		
EDR-As	XM=2.460	2.400	XDP=.814				.585	.571	.197

2.3.8.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

As correlações inter-itens são, na sua maioria, superiores a zero, embora exista uma excepção na qual está envolvido o item 28. A análise do Quadro 5.9 permite-nos verificar que, na coluna respeitante às correlações item-total (corrigidas) para o conjunto dos itens da subescala, é precisamente o item 28 o que tem valor mais reduzido (r= .13). As correlações dos restantes itens situam-se no intervalo de .18 (item26) a .41 (item 19).

O coeficiente *alpha* para o conjunto dos itens desta subescala é de .59. Note-se que a remoção do item 28 permitiria que o valor do *alpha* subisse para .60, valor esse mais próximo daquele (α = .65) que foi obtido por Fitzpatrick (1988).

2.4. Dados Preliminares sobre a Validade dos Resultados da EDR

2.4.1. Análise Factorial Exploratória da Estrutura Latente dos Itens da EDR

Tendo como principal objectivo observar como se reagrupam os 77 itens do RDI, procedemos à análise de componentes principais, partindo do princípio da ortogonalidade, na relação entre as variáveis.

Quanto ao número de factores a reter, ponderámos os seguintes critérios: a regra do *eigenvalue* superior à unidade; o *screetest* de Cattell; o total acumulado de variância explicada. Pelo primeiro, resultaria o que nos pareceu uma sobredeterminação do número de factores (no caso, 20); o segundo, levar-nos-ia a optar por 6 factores, cujo total de variância explicada seria de 31,98%. Dada a perspectiva confirmatória que subjazia a esta análise, considerámos 8 factores (o *eigenvalue* é superior a 1, acumula 37% de variância explicada e mantém o mesmo número de subescalas que compõem o RDI).

Para seleccionarmos os itens relativos a cada um dos factores conjugámos três critérios, pela seguinte ordem de importância: depois de ter sido realizada uma rotação *varimax*, tomámos em consideração os itens saturados a mais de .30; calculámos os coeficientes *alpha* de Cronbach para os itens seleccionados dentro do mesmo factor; verificámos a validade facial de cada item em relação a cada um dos factores.

Um primeiro factor explica 12,5% da variância comum e inclui os itens 2, 3, 4, 7, 8, 9, 12 (invertido), 13, 15 (invertido), 16, 20, 22, 23, 25, 32, 38, 48, 49, 51, 71, ou

seja, quase todos os itens que fazem parte da subescala da *Partilha* (RDI). Dos itens que, *a priori*, pertenceriam a esta subescala, temos os itens 11 e 59 (os quais embora se aproximem do ponto de saturação .30 também se distribuem por outros factores) e o item 5. Este último, formulado da seguinte forma "*Visitamos os nossos amigos em suas casas*", apresenta uma correlação negativa e saliente com o factor VII. Os conteúdos verbais dos restantes itens incidem na tendência do casal para comunicar uma vasta extensão e intensidade de sentimentos, pensamentos e actividades (e.g. item 9: "*Dizemos um ao outro quanto nos amamos ou preocupamos um com o outro*"). O valor do coeficiente *alpha* sobe ligeiramente para .88 se o item 5 for eliminado deste factor.

O factor II, por sua vez, corresponde à dimensão da Ideologia do *Tradicionalismo* (RDI) e inclui os itens 52, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65 e 69 cujos conteúdos traduzem acordo com as tradições e valores convencionais relacionados com a família e a vida em geral (e.g. item 58 "*É importante para um casal (ou uma família) ir à igreja e, quando possível, ir em conjunto*"). Também faria parte deste factor, o item 14 "*A maioria dos nossos amigos conhecem-nos ao dois*" o qual, na presente amostra, satura no factor VII. O valor do coeficiente *alpha* para este factor é de .70, valor esse que sobe muito ligeiramente se o item 14 não for considerado.

O terceiro factor explica 4.86 % da variância e forma-se com base nos itens 47, 53, 54,66, 67, 75 e 76; os quais correspondem à subescala da Ideologia da *Incerteza e da Mudança* de que é ilustrativo o seguinte conteúdo do item 67: "*No casamento não deve haver constrangimentos ou restrições à liberdade individual*". O item 68 "*Parece haver muitas crises pequenas nas nossas vidas*" apresenta, nesta amostra portuguesa, uma distribuição por outros factores e uma correlação baixa com o valor total da subescala.

O factor IV explica 3.49% da variância e compreende a quase totalidade dos itens pré-definidos como pertencendo à subescala de *Assertividade* (RDI) : itens 10, 19, 21, 26 e 37. É ilustrativo o conteúdo do item 19 "*Digo (i.e. tento influenciar) ao meu marido/mulher que revistas ou livros há-de ler ou que programas de televisão há-de ver*". A formulação do item 28 "*Cozinhamos e tomamos as nossas refeições separadamente, mesmo quando estamos ambos em casa*", pouco adequada à cultura portuguesa, explicará possivelmente a sua distribuição por diversos factores, a fraca correlação com o valor total desta subescala e o facto do coeficiente *alpha* de Cronbach subir para .60, se o referido item for eliminado.

Cinco itens correlacionam salientemente (isto é, apresentam saturações >.40) com o factor V. Todos estes itens, 24, 33, 39, 45 e 46, pertencem à dimensão de *Regularidade Temporal* (RDI) de que é ilustrativa a seguinte formulação verbal do item 33 "*Na nossa casa, mantemos um horário diário razoavelmente regular*". O coeficiente *alpha* de Cronbach é de .79.

O factor VI corresponde quase na totalidade à dimensão *Evitamento do Conflito* (RDI) compreende os itens 31, 35, 43, 44, 72, 73, 74 e 77 e explica 2.90% da variância comum. Por exemplo, o item 72 apresenta o seguinte conteúdo "*É melhor esconder os nossos verdadeiros sentimentos de modo a não magoar o nosso marido/mulher*". Apesar de Fitzpatrick (1988) incluir ainda o item 50 ("*É mais importante partilhar um com o outro sentimentos bons do que maus*") nesta subescala , este, na presente amostra, não só não atinge a saturação limite de .30, como apresenta uma fraca correlação com o total da subescala e a sua não inclusão faz subir o valor *alpha* de .69 para .70.

O sétimo factor é aquele que se apresenta como mais diferente da formulação original de Fitzpatrick (1988) na medida em alguns dos itens que nele saturam – 1, 18, 29, 41 – pertencem à dimensão de *Espaço Indiferenciado* (RDI) e outros não, referindo-se a uma relação próxima com os amigos – 5 e 14 . Constitui um bom exemplo da dimensão avaliada nesta subescala o conteúdo do item 1 "*Quando temos convidados, procuramos fazer com que se sintam à vontade para entrar em qualquer divisão da nossa casa*". O item 40 apresenta uma incorrecção de base na sua formulação, "*O meu marido/mulher queixa-se se eu abro a sua correspondência pessoal sem permissão*", dado que não prevê o que vários participantes acrescentaram na folha de resposta - "*Não se queixa porque eu simplesmente não abro*". Isto talvez possa ajudar a explicar a sua distribuição por outros factores, a fraquíssima correlação com o valor total da subescala e, consequentemente, o facto da sua não inclusão na subescala fazer subir o valor de *alpha*.

Por sua vez, os itens 17, 34 e 42 não só estão distribuídos por outros factores como apresentam correlações com o valor total da subescala, respectivamente, de .148, .150 e de .145. Apesar do coeficiente *alpha* para esta subescala ser mais baixo (.40) do que aquele (.52) que foi obtido por Fitzpatrick (1988) com este instrumento, outros estudos (Fitzpatrick, Vangelisti & Firman, 1994, p.110) revelam que a confiança para esta subescala é frequentemente inferior à das outras subescalas (e.g. .42, .44). A decisão foi, pois, de manter a subescala. O efeito, nos nossos resultados, de trabalhar com esta baixa confiança é a de que atenua qualquer correlação obtida com a subescala.

Como consequência, os resultados que apresentamos, usando esta subescala, são mais moderados do que seriam se o *alpha* fosse mais elevado.

Por último, o factor VIII inclui os itens 6, 27, 30, 36, 60 e 70, os quais correspondem à dimensão avaliada pela subescala da Autonomia (RDI). Constitui exemplo ilustrativo o item 60 com a seguinte formulação "*Penso que é importante que cada um tenha algum espaço privado e separado do marido/mulher*". Todos os itens contribuem para a consistência interna da subescala, apesar da média correlação de cada um com o total e do valor de .60 para o coeficiente *alpha* de Cronbach.

2.4.2. Análise Factorial Confirmatória

Procedemos a um teste de hipóteses acerca da estrutura latente das respostas aos itens da versão portuguesa da EDR. O referido instrumento, desenvolvido no âmbito de uma abordagem tipológica do casamento derivada empiricamente nos E.U.A. (Fitzpatrick, 1988), exprime claramente uma hipótese *a priori* acerca das relações esperadas entre as variáveis medidas, pelo que foi com base na especificação dessa hipótese – aqui designada por Modelo A (cf. Gráfico 5.1) - que efectuámos as primeiras análises da estrutura de covariância (conforme processo já descrito no capítulo da Metodologia).

Diagrama do Modelo A

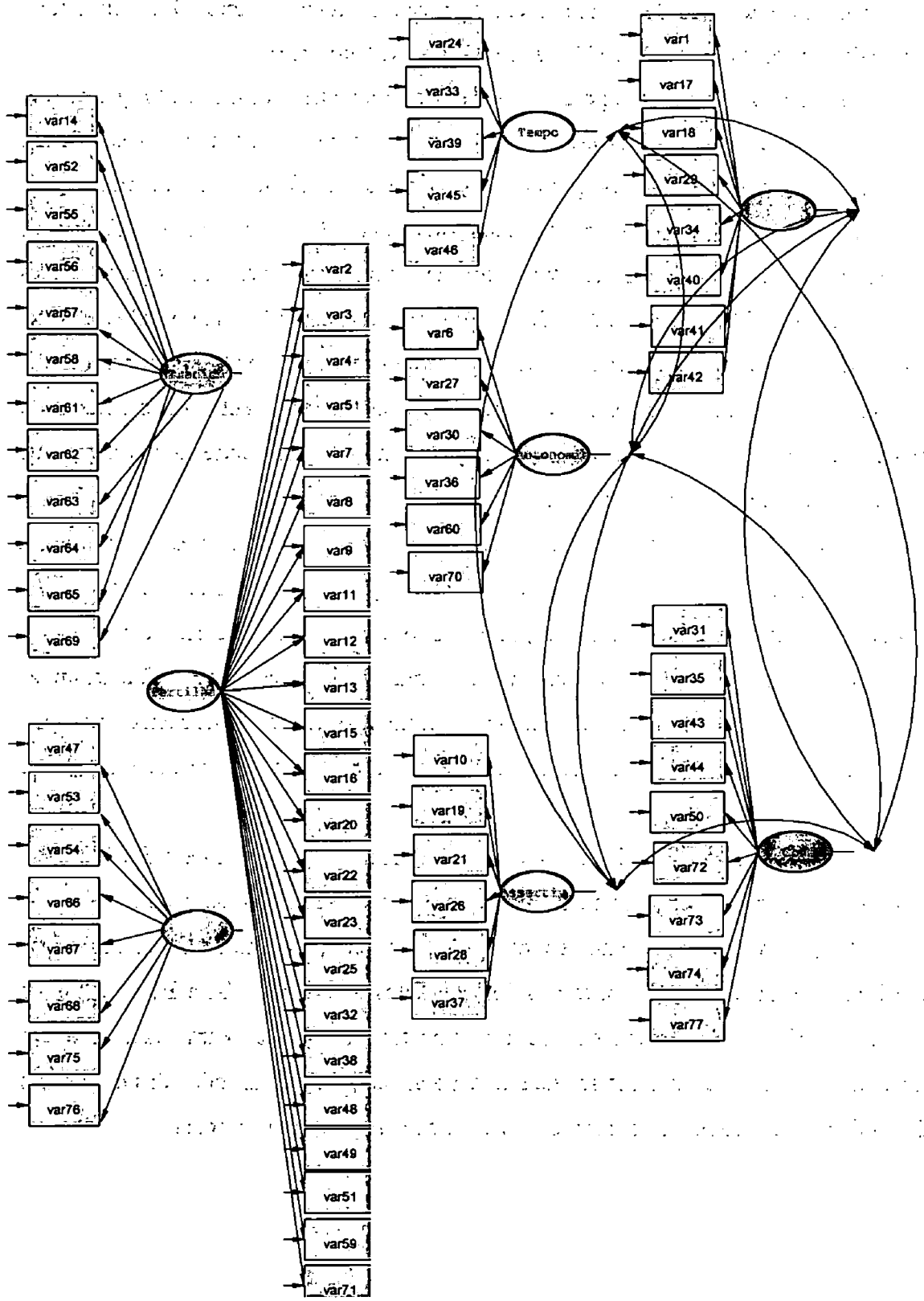


Gráfico 5.1 – Modelo da Estrutura da EDR (Fitzpatrick, 1988)

É de recordar que o RDI/EDR, enquanto modelo de medida de relações conjugais, assentou, desde o início, em técnicas de análise factorial confirmatória realizadas por H. Witteman[5] (1985, *cit.in* Fitzpatrick, 1988, p.68).

O modelo A segue a hipótese estrutural de Fitzpatrick (1988) dado que propõe que oito variáveis latentes, correspondentes termo a termo a cada uma das subescalas incluídas no instrumento (*Ideologia do Tradicionalismo, Ideologia da Incerteza e da Mudança, Partilha, Autonomia, Espaço Indiferenciado, Regularidade Temporal, Evitamento do Conflito e Assertividade*), influenciem as respostas que os participantes ofereceram aos 77 itens da EDR. Cada item (variável medida) satura salientemente apenas num único factor e, parte da sua variabilidade é, ainda, explicada por um termo de erro. Por sua vez, os factores são livres de correlacionarem entre si, respeitando o modelo de Fitzpatrick (1988) o qual assume as inter-relações entre as variáveis que pretendem categorizar um fenómeno.

O modelo alternativo testado – aqui designado por modelo B – reproduz a estrutura detectada com base na análise factorial exploratória realizada na amostra do estudo de adaptação. São também propostas oito variáveis latentes, com ligeiras alterações na composição relativamente à forma original, as quais influenciam as respostas aos itens da EDR, sendo cada variável medida ou item influenciado por uma única variável latente e pelo factor de erro. A correlação entre as variáveis latentes é suposto ser diferente de zero.

As análises foram realizadas com o SEPATH (Steiger, 1995) e o LISREL 8.3, configurados para o método da máxima verosimilhança (*maximum likelihood*: ML).

O Quadro 5.10 apresenta os índices de aderência (*fit*) absolutos e os índices de aderência comparativos referentes aos dois modelos alternativos (A e B) da estrutura interna da EDR, após resultados com a amostra portuguesa. Para cada uma das subescalas são colocadas hipóteses de alteração as quais só são introduzidas no modelo EDR- Global B, depois de confirmadas na análise parcelar, por subescala.

[5] Witteman usou a AFC (Jöreskog, 1969) para explorar as inter-relações entre as dimensões do RDI e publicou as conclusões num manuscrito não publicado intitulado "*Exploration of Kantor and Lehr's model of family interaction: Conceptual support for the Relational Dimensions Inventory*" (1985), University of Wisconsin – Madison, Center for Communication Research.

Quadro 5.10
Resultados das Análises Confirmatórias dos dois modelos da estrutura da EDR

Modelos	Subescalas	RMS	<90%	RMSEA	>90%	GFI	AGFI	CFI
	Tradicionalismo							
A		0.06	0.07	0.08	0.09	.93	.89	.80
B	s/item 14 ?	0.06	0.07	0.08	0.09	.92	.88	.79
	Incerteza e Mudança							
A		0.05	.055	0.07	0.09	.96	.93	.85
B	s/item 68	0.04	.049	0.07	0.09	.97	.94	.90
	Partilha							
A		0.07	0.08	0.08	0.09	.83	.80	.75
B	s/ item 5	0.05	0.07	0.08	0.09	.85	.81	.79
	Autonomia							
A		0.16	0.22	0.25	0.28	.84	.61	.55
B	s/item 70?	0.19	0.30	0.33	0.37	.81	.44	.54
	Espaço Indiferenciado							
A		0.06	0.05	0.07	0.09	.96	.93	.66
B	s/itens17,34,40; c/item 5	0.04	0.03	0.05	0.09	.98	.96	.86
	Regularidade Temporal							
A		0.04	0.06	0.09	0.13	.98	.93	.97
B								
	Evitamento do Conflito							
A		0.07	0.09	0.10	0.12	.92	.87	.78
B	s/item 50?	0.07	0.09	0.11	0.13	.93	.87	.78
	Assertividade							
A		0.14	0.21	0.23	0.26	.85	.65	.56
B	s/item 28?	0.16	0.25	0.28	0.32	.85	.54	.55
	EDR-Global							
A		0.08	0.05	0.07	0.07	.70	.68	.67
B	(s/itens 17,34,40,68)	0.08	0.05	0.06	0.06	.71	.70	.71

Nota: RMS=Root mean square standardized residual; Steiger-Lind RMSEA Index; GFI=Jöreskog Goodeness of Fit Index; AGFI= Jöreskog Adjusted Goodeness of Fit Index; CFI=Comparative FIT Index.
Cálculos efectuados pelo SEPATH (StatSoft5 para Windows97)e pelo LISREL 8.3: configurados para uma análise factorial confirmatória - ML (Maximum Likelihood)

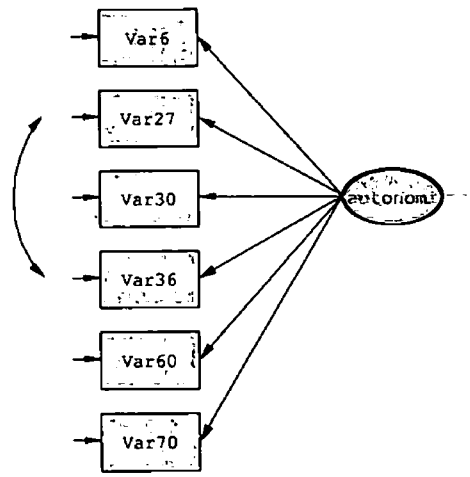
Principiando pela subescala da *Ideologia do Tradicionalismo*, os resultados das análises da fidelidade e da estrutura interna desta subescala levantavam a hipótese da remoção do item 14. Com efeito, a correlação deste item com o total da subescala era reduzida, o valor *alpha* de Cronbach subia para .71 se o item 14 não fosse incluído e, a análise factorial exploratória revelou que este item saturava com valor superior a .30 noutra subescala (*Espaço Indiferenciado*). Assim, na análise factorial confirmatória que realizámos, testámos esta hipótese que inclui todos os itens iniciais da subescala do *Tradicionalismo* sem o item 14. Verificamos que, contrariamente ao que era esperado, com a remoção do item 14, embora os índices RMS e RMSEA não se alterem, os índices comparativos de *fit* (GFI, AGFI e CFI) pioram, revelando pouca correspondência do modelo com os dados.

Relativamente à Subescala da *Ideologia da Incerteza e da Mudança*, também surgiu a hipótese de excluir um item da subescala original. De facto, o item 68 não só evidenciou uma correlação baixa (.22) com o valor total da subescala como, sobretudo na análise factorial exploratória realizada, não saturou nesta subescala tendo apresentado uma distribuição pelos outros factores. Assim, na análise factorial confirmatória, resolvemos testar também esta hipótese que excluía o item 68. Comparando os resultados dos índices nos modelos A (subescala original) e B verificamos parecer correcta esta última opção – o RMS de 0.04 evidencia um valor médio estandardizado inferior a 0.05 o que indica um grau absoluto de correspondência do modelo aos dados bastante adequado; o valor do RMSEA desce ligeiramente e os índices comparativos de *fit* adquirem todos valores iguais ou superiores a .90, indicativos de um bom grau de correspondência desta subescala do modelo B com os dados.

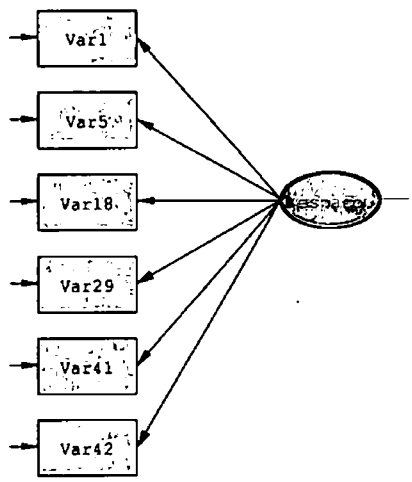
O resultado da análise confirmatória da subescala da *Partilha* incluindo todos os itens (modelo A) revela, no geral, fracos índices de *fit*[6]. Estes melhoram ligeiramente quando excluímos o item 5 da subescala (de acordo com o modelo B) dado que este satura noutro factor (correspondente à subescala de *Espaço Indiferenciado*), apresentando uma baixa (.23) correlação com o total da subescala. A sua remoção da subescala também faz aumentar para .88, o valor do coeficiente *alpha* referente à consistência interna.

A análise factorial confirmatória da subescala da *Autonomia* quer na sua estrutura original (modelo A) quer na hipótese de se lhe retirar o item 70, mostra um fraco grau de aderência (*fit*) relativamente aos dados observados, independentemente dos indicadores que estejamos a considerar (i.e., índices absolutos ou comparativos). Decidimos manter a subescala na sua forma original sem excluir o item 70 e realizar uma pesquisa para eventual reespecificação futura. Uma modificação sugerida pelo LISREL, que consiste em permitir a covariância entre os termos de erro associados aos itens 36 e 27, permite que os índices GFI e CFI subam, respectivamente, para .98 e .96 (cf. Gráfico 5.2).

[6] Os índices de modificação propostos pelo LISREL sugerem alterações ao nível da covariância entre os erros associados a determinados itens como forma de melhorar substancialmente os índices de *fit*.



A subescala de *Espaço Indiferenciado* é aquela para a qual se sugere uma maior alteração relativamente à estrutura proposta por Fitzpatrick (1988) (modelo A). Assim, propôs-se o modelo B que supõe a remoção dos itens 17, 34 e 40 (todos evidenciam correlações item-total fracas, no que respeita à análise factorial exploratória distribuem-se por diversos factores não saturando em nenhum) e a inclusão do item 5 (o qual evidenciou durante a análise factorial exploratória uma clara saturação no mesmo factor dos itens correspondentes à subescala do *Espaço Indiferenciado*). Os resultados das análises confirmatórias legitimam a hipótese inerente ao modelo B dado que é aquele cujos índices de aderência (*fit*) evidenciam um maior grau de correspondência com os dados observados.

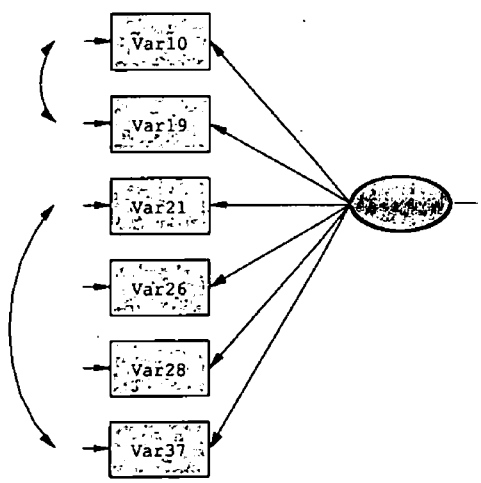


No que se refere à subescala da *Regularidade Temporal,* conforme se pode observar no Quadro 5.10, todos os índices de *fit* (absolutos e comparativos) vão no sentido de confirmar que o modelo estrutural de Fitzpatrick constitui uma representação adequada da covariância existente entre os dados observados. Sendo considerados muito

bons os resultados dos índices RMS, GFI, AGFI e CFI, não se justificava a apresentação de um modelo diferente do proposto por Fitzpatrick no que respeita a esta dimensão.

Relativamente à subescala do *Evitamento do Conflito* considerou-se a possibilidade de uma estrutura em que o item 50 seria excluído (atendendo ao seu valor r de .24 de correlação item-total, ao facto do valor do coeficiente *alpha* de Cronbach subir ligeiramente, e do seu peso factorial estar no limiar do.30). Verificamos, no entanto, quando se comparam os resultados dos índices de *fit* que a remoção do item 50 provocaria uma redução da adequação do modelo aos dados, patente sobretudo nos índices de *fit* baseados na não centralidade – *Steiger-Lind RMSEA*. Optou-se, pois, por manter a estrutura interna proposta por Fitzpatrick (1988) para esta subescala.

A análise factorial confirmatória da subescala da *Assertividade*, quer na sua estrutura original (modelo A) quer na hipótese de se lhe retirar o item 28, mostra um fraco grau de aderência *(fit)* relativamente aos dados observados, independentemente dos indicadores que estejamos a considerar (i.é., índices absolutos ou comparativos). Verificamos que apesar das indicações provenientes da análise factorial exploratória e da análise da correlação item-total da subescala suportarem a exclusão do item 28, a análise factorial confirmatória realizada demonstra que a remoção daquele item pioraria todos os índices de *fit* considerados. Decidimos manter a subescala na sua forma original e proceder a uma "pré-pesquisa" em caso de futura reespecificação. Assim, verificamos que, conforme ilustra o diagrama, se a covariância dos termos de erro associados aos itens 19 e 10 e 37 e 21 for livre, os valores dos índices absolutos (RMR = 0.01) e comparativos (GFI = .99; CFI = 1.00) revelam graus de *fit* muito bons.



Analisada a estrutura interna de cada uma das subescalas e propostas as alterações já justificadas anteriormente, chegamos ao modelo final alternativo para a versão portuguesa do RDI o qual, no Quadro 5.10 aparece no EDR-global, modelo B. Este modelo apresenta uma composição e estrutura interna iguais às propostas por Fitzpatrick (1988), com as seguintes excepções: remoção dos itens 17, 34, 40 e 68 da escala total; mudança do item 5, inicialmente componente da subescala de *Partilha* para a subescala de *Espaço Indiferenciado*.

A primeira conclusão a registar é que, tanto o modelo A como o modelo B, mostram um fraco grau de aderência relativamente à estrutura de dados observada. Os valores do índice RMR, baseados na matriz de covariância dos resíduos, indicam-nos a diferença entre a matriz observada e a matriz reproduzida, mostram-se àquem do limite 0.05 que permite considerar como adequado o grau absoluto de correspondência do modelo aos dados. Os valores dos índices que avaliam o grau comparativo de *fit* – GFI, AGFI e CFI – também se encontram longe do .90, a partir do qual se podem considerar como bons os graus de ajustamento. O único índice cujos valores indicam uma aproximação razoável dos modelos aos dados observados é o *Steiger-Lind* RMSEA .

Os índices analisados sugerem que ambos os modelos beneficiariam de um processo de reespecificação para estabelecimento de novos parâmetros. Com base no grau de parcimónia, escolhemos o modelo B para ser submetido a uma nova análise semelhante à anterior mas com teste dos índices de modificação propostos pelo programa informático LISREL. Partindo do pressuposto de que o grau de ajustamento do modelo poderia ser melhorado, procurámos identificar quais os elementos que contribuíam para a sua inadequação, ou seja, quais os parâmetros incorrectamente especificados. Assim, constatámos que se actuássemos na matriz *Lambda*, permitindo que três variáveis – os itens 24, 28 e 65 – saturassem em mais do que um factor, e na matriz *Teta* δ, permitindo que a covariância entre os termos de erro de um conjunto de itens fosse diferente de zero, aumentaríamos o grau de *fit* no modelo.

Na medida em que qualquer uma destas alterações se manifestava como teoricamente plausível, construiu-se um novo modelo que foi submetido a uma análise factorial confirmatória. A estimação deste modelo –modelo B reespecificado – produziu valores para os índices RMR (0.07) e RMSEA (0.04) indicadores de um bom grau de ajustamento para o modelo. Os outros índices comparativos confirmam a conclusão precedente (CFI = .92). Os coeficientes de saturação estandardizados, bem como

magnitude da correlação entre os factores , estimados com base neste modelo constam no Quadro 5.11 .

Quadro 5.11

Coeficientes de saturação estandardizados dos itens do EDR em oito factores (Mod. B reespecificado)

Item	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	Item	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
14	.193								6					.318			
52	.231								27					.189			
55	.590								30					.417			
56	.521								36					.158			
57	.291								60					.347			
58	.595								70					.551			
61	.535								1						.158		
62	.366								5						.251		
63	.182								18						.297		
64	.374								29						.144		
65	.370		.296						41						.066		
69	.496								42						.314		
47		.332							31							.361	
53		.483							35							.532	
54		.218							43							.526	
66		.349							44							.507	
67		.437							50							.316	
75		.500							72							.645	
76		.604							73							.350	
2			.523						74							.335	
3			.406						77							.458	
4			.445						10								.769
7			.550						19								.846
8			.497						21								.130
9			.713						26								.121
11			.375						28			.047			-.520		.041
12			.391						37								.168
13			.542														
15			.381														
16			.523														
20			.690														
22			.665														
23			.570														
25			.305														
32			.623														
38			.537														
48			.410														
49			.639														
51			.394														
59			.249														
71			.481														
24				.198		.448											
33				.815													
39				.698													
45				.652													
46				.700													

Correlações entre Factores

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
F1	1.00							
F2	.118	1.00						
F3	-.240	-.196	1.00					
F4	-.366	-.257	.348	1.00				
F5	.356	.789	-.373	-.345	1.00			
F6	-.209	-.397	.776	.469	-.615	1.00		
F7	-.072	.350	-.535	-.190	.382	-.497	1.00	
F8	-.045	-.091	.152	.159	-.041	.039	.098	1.00

Correlações entre factores de erro

E5 E4 = .325	E49 E7 = .423
E16 E7 = .331	E49 E16 = .320
E25 E5 = .620	E51 E48 = .968
E30 E6 = .781	E63 E62 = .695
E32 E31 = -.403	E67 E66 = .700
E36 E27 = 3.66	E71 E48 = .568
E37 E21 = .938	E71 E51 = .678
E41 E1 = .952	E74 E73 = .847

A primeira observação é referente à correlação das variáveis com os factores e, a este respeito, constata-se que o item 28, contrariamente ao modelo teórico inicial satura negativamente e com saliência no factor 5 (correspondente à subescala de *Autonomia*) e não no factor 8 (correspondente à subescala de *Assertividade*). Dois itens (24, e 65)

revelam alguma complexidade factorial, saturando salientemente em dois factores. As restantes correlações entre variáveis e factores são todas estatisticamente significativas (com excepção do item 41 cujo valor obtido no teste *t-student* é de 1.16), ou seja, as variáveis correlacionam salientemente no factor teoricamente esperado, indicando que a sua estrutura latente foi correctamente especificada. Alguns itens são, evidentemente, melhor indicadores que outros dos respectivos factores.

No que se refere às correlações obtidas entre os factores, a maioria dos coeficientes estimados são estatisticamente significativos o que está de acordo com o modelo de medida proposto para o RDI\EDR. O factor 8 (subescala de *Assertividade*) não se correlaciona significativamente com os outros factores, com excepção das subescalas de *Partilha* e *Regularidade Temporal*. A correlação de F1 com F2 e com F7 também não se revela significativa. Correlações positivas (e superiores a .77) encontramos entre as subescalas de *Ideologia da Incerteza e da Mudança* (F2) e *Autonomia* (F5), e entre as subescalas de *Partilha* (F3) e *Espaço Indiferenciado* (F6) ; correlações negativas (e superiores a -.54) encontramos entre as subescalas de *Partilha* e *Evitamento do Conflito* e entre as subescalas de *Autonomia* e de *Espaço Indiferenciado*, o que vai de encontro ao que era esperado teoricamente.

Finalmente, o teste da significância estatística das correlações entre os factores de erro mostrou que as especificações realizadas eram, de facto, relevantes para o modelo que se construiu.

Para concluir, os dados descritos levam-nos a aceitar o modelo estrutural B (reespecificado) como aquele que melhor representa a variabilidade presente nas respostas fornecidas pela amostra observada de adultos casados portugueses (N = 422). Convém, no entanto, realçar que o grau adequado de *fit* deste modelo de medida foi atingido após diversas alterações no modelo de medida original e, como se constatou, alguns itens demonstram alguma complexidade factorial. Evidentemente que a nossa confiança nestes resultados ficará reforçada se a solução encontrada vier a ser validada por novos estudos confirmatórios independentes. O estudo por nós realizado parece, para já, mostrar que o modelo com oito factores do RDI\EDR pode ser generalizado a uma população diferente da original (portuguesa vs.norte-americana).

2.4.3. Diferenças Relativas ao Sexo e à Idade

No Quadro 5.12 apresentamos os valores das médias e dos desvios padrão obtidos pelos homens e pelas mulheres nas subescalas da *Escala de Dimensões Relacionais*. Encontram-se igualmente os valores do teste *t* (e das probabilidades associadas) resultantes da comparação entre médias segundo o sexo.

Quadro 5.12

Resultados na EDR por Sexo

Medidas da EDR	Sexo F (n = 214)		Sexo M (n = 208)		t (gl = 420)	p
	M	DP	M	DP		
Tradicionalismo	5.292	.767	5.283	.831	-.679	.497
Incerteza e Mudança	4.513	.962	4.280	.965	2.483*	.013*
Partilha	5.079	.752	5.099	.714	-.285	.775
Autonomia	3.168	1.083	3.049	.960	1.196	.232
Espaço Indiferenciado	4.952	.871	4.792	.812	1.969*	.049
Regularidade Temporal	5.371	.987	5.402	.993	-.321	.749
Evitamento do Conflito	2.797	.819	2.918	.874	-1471	.142
Assertividade	2.202	.740	2.403	.687	-2.892*	.004*

Na amostra portuguesa apenas encontramos três diferenças estatisticamente significativas entre os resultados de homens e de mulheres. A primeira ocorre ao nível da subescala de *Ideologia da Incerteza e da Mudança* ($t_{(420)} = 2.483$; $p = .013$) e revela que as mulheres desta amostra apresentam um maior grau de adesão a este tipo de ideologia. A segunda diferença verifica-se na subescala do *Espaço Indiferenciado* [$t(420) = 1.969$; $p = .049$] e também no sentido dos participantes do sexo feminino apresentarem uma média superior à dos restantes participantes. Finalmente, na subescala da *Assertividade* os resultados do teste ($t_{(420)} = -2.892$; $p = .004$) revelam que os homens desta amostra apresentam um grau mais elevado de assertividade que os seus pares de sexo feminino. No entanto, a melhor conclusão que podemos formular para estes dados, é que, em termos gerais, as semelhanças entre os homens e as mulheres são maiores do que as eventuais diferenças.

Relativamente à idade, foram considerados, para efeitos de análise de resultados, cinco grupos: Grupo 1, com idades entre os 20 e os 29 anos; Grupo 2, com idades entre os 30 e os 34 anos; Grupo 3, com idades entre 35 e 39 anos; Grupo 4, com idades entre os 40 e os 49 anos e o Grupo 5, com idades superiores aos 50 anos. Com o objectivo de clarificar a diferenciação da variável idade relativamente às dimensões da EDR, efectuou-se uma análise de variância multivariada (MANOVA) a qual permitiu concluir que aquela variável tem um peso importante na diferenciação dos grupos [F (32, 1515)

= 4.32; p <.000001; *Wilk's Lambda* = .72]. Os resultados das sucessivas análises univariadas (ANOVAs a um factor) permitem verificar que os cinco grupos só não se distinguem nas subescalas de *Autonomia, Regularidade Temporal e Assertividade*, mas que se diferenciam claramente nas outras subescalas (cf. Quadro 5.13).

Quadro 5.13
Resultados na EDR por Grupo de Idade

Medidas da EDR	G 1 (n=77)	G 2 (n=103)	G 3 (n=80)	G 4 (n=80)	G 5 (n=81)	F (4, 417)	Diferenças entre grupos [a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Tradicionalismo	5.38 (.58)	5.08 (.81)	5.12 (.78)	5.42 (.81)	5.64 (.72)	**8.428*** **	G5>G2,G3
Incerteza e Mudança	4.22 (.85)	4.14 (.97)	4.35 (1.02)	4.60 (.88)	4.74 (.99)	**6.07*** **	G5>G2,G1; G4>G2
Partilha	5.43 (.64)	5.20 (.69)	5.09 (.72)	4.95 (.67)	4.77 (.79)	**10.22*** **	G1>G4,G5; G2>G5
Autonomia	2.84 (.97)	3.15 (.97)	3.04 (.90)	3.28 (1.07)	3.21 (1.17)	2.28 ns	----
Espaço Indiferenciado	5.15 (.77)	4.97 (.76)	4.86 (.85)	4.71 (.87)	4.66 (.91)	**4.54** **	G1>G4,G5
Regularidade Temporal	5.52 (.74)	5.28 (1.11)	5.34 (1.05)	5.46 (.84)	5.38 (1.11)	.760 ns	----
Evitamento do Conflito	2.66 (.77)	2.60 (.72)	2.77 (.87)	3.0 (.98)	3.30 (.72)	**10.56*** **	G5>G2,G1,G3 ; G4>G2
Assertividade	2.24 (.66)	2.32 (.78)	2.29 (.74)	2.30 (.71)	2.33 (.70)	.185 ns	----

Nota.(N=421) Grupos de idade - G1:20-29anos; G2: 30-34anos; G3: 35-39anos; G4: 40-49anos; G5: 50-72 anos.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Scheffé Test, p<.05

Nas comparações entre grupos, utilizando o teste *Scheffé*, verifica-se que a subescala da ideologia do *Tradicionalismo* diferencia o Grupo 5 (> de 50 anos) dos Grupos 2 (30-34 anos) e 3 (35-39 anos). Relativamente ao Grupo 1 (20-29 anos) não se registam diferenças com significado estatístico, com os participantes a apresentarem resultados médios na subescala do *Tradicionalismo* superiores aos dos Grupos 2 e 3 e mais próximos dos do Grupo 4. No que se refere à subescala da *Ideologia da Incerteza e da Mudança* são os Grupos 4 e 5 os que apresentam resultados mais elevados distinguindo-se, ambos, significativamente do Grupo 2 e o Grupo 5 também do Grupo1. Relativamente à subescala da *Partilha*, o Grupo 1 (20-29 anos) é aquele que evidencia resultados mais elevados, distinguindo-se significativamente dos Grupos 4 e 5 , seguindo-se o Grupo 2 (30-34 anos) com uma média de 5.20 significativamente superior à média de 4.77 obtida pelo Grupo 5 (50-72 anos). Os resultados obtidos na subescala de *Espaço Indiferenciado* mostram-nos o Grupo 1 como superior e distinguindo-se significativamente dos grupos 4 e 5. Na subescala de *Evitamento do Conflito* são os grupos com os participantes mais novos (Grupos 1, 2 e 3) aqueles que têm resultados inferiores distinguindo-se significativamente dos do Grupo 5. O Grupo 4 (40-49 anos) também apresenta resultados significativamente superiores aos do Grupo 2 (30-34 anos).

Poderemos dizer que os grupos de idade, face aos quais se registam diferenças mais extremas nos resultados nas diferentes subescalas são o grupo mais novo (20-29 anos) e o mais idoso (50-72 anos), o que poderá estar relacionado com as diferentes fases do ciclo de vida e respectivas exigências de ordem social.

Relativamente à subescala de *Incerteza e Mudança* interessava determinar a influência respectiva das variáveis Sexo e Idade. Com efeito, a análise da variância (ANOVA a dois factores), Sexo (2) X Idade (5) permite verificar que a interacção entre as duas variáveis não é importante na diferenciação dos grupos [F (4, 412) = .56, p=.69], e que é a Idade a variável com maior influência na diferenciação dos resultados nesta subescala [para o Sexo , F (1, 412) = 9.36, p=.002; para a Idade, F (4, 412) = 6.5, p<.000001].

2.4.4. Diferenças Relativas ao Tempo de Casamento

Quando se procede a uma análise de variância multivariada (MANOVA) das oito escala susceptíveis de diferenciar os grupos por tempo de casamento – Grupo1: 2-5anos; Grupo 2: 6-13anos; Grupo 3: 14-24anos; Grupo 4 : mais de 25 anos – o resultado do teste F mostra diferenças significativas [F (24, 1192) = 5.14, p< .000001, *Wilk's Lambda* = .75]. Os resultados das análises univariadas (ANOVAs a um factor) revelam que todas as subescalas contribuem para a diferenciação excepto as de *Autonomia, Regularidade Temporal e Assertividade* (ver Quadro 5.14).

Quadro 5.14
Resultados na EDR por Grupo de Tempo de Casamento

Medidas da EDR	G 1 (n=130)	G 2 (n=126)	G 3 (n=88)	G 4 (n=78)	F (3, 418)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Tradicionalismo	5.21 (.71)	5.22 (.81)	5.32 (.76)	5.65 (.76)	**6.62*** **	G4>G1,G2,G3
Incerteza e Mudança	4.26 (.84)	4.20 (.99)	4.61 (1.04)	4.71 (.93)	**7.05*** **	G4>G1,G2; G3>G2
Partilha	5.40 (.61)	5.11 (.66)	4.86 (.78)	4.78 (.77)	**17.06*** **	G1>G2,G3,G4;G2>G4
Autonomia	3.08 (.97)	3.06 (.97)	3.16 (1.14)	3.18 (1.08)	.327 ns	----
Espaço Indiferenciado	5.10 (.76)	4.85 (.81)	4.74 (.85)	4.69 (.95)	**5.40** **	G1>G3,G4
Regularidade Temporal	5.35 (.89)	5.39 (1.12)	5.40 (.93)	5.42 (1.01)	.099 ns	----
Evitamento do Conflito	2.62 (.78)	2.77 (.79)	2.98 (.94)	3.24 (.78)	**10.39*** **	G4>G1,G2;G3>G1
Assertividade	2.25 (.67)	2.36 (.77)	2.23 (.73)	2.37 (.71)	1.14 ns	----

Nota.(N=422) Grupos de t.casamento - G1:2-5anos; G2: 6-13anos; G3: 14-24anos; G4: mais de 25anos.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05

Na subescala do *Tradicionalismo* as diferenças são muito expressivas (p<.001) e indicam que o grupo dos cônjuges casados há mais de 25 anos, relativamente aos restantes grupos, apresenta resultados bastante superiores. A mesma tendência verifica-se nos resultados nas subescalas da *Incerteza e da Mudança* e do *Evitamento do Conflito*; nestes casos também com os cônjuges do Grupo 3 (14-24 anos de casamento) a revelarem níveis superiores significativos relativamente aos outros grupos de menor tempo de casamento. Já no que se refere à subescala da *Partilha* a tendência é inversa, sendo o Grupo 1 (2-5 anos de casados) a apresentar resultados superiores por comparação com todos os outros. O Grupo 2 (6-13 anos), por sua vez, distingue-se significativamente do Grupo 4, apresentando níveis superiores nesta dimensão. Na dimensão do *Espaço Indiferenciado* e no grupo dos casados há menos tempo, verificam-se resultados significativamente superiores aos obtidos pelos grupos 3 e 4.

Quando se analisa o efeito da interacção das variáveis Idade e Tempo de Casamento através de uma ANOVA dois factores, verifica-se que o Tempo de Casamento tem maior influência na diferenciação dos resultados na subescala da *Partilha* [para o tempo de casamento, F (3,406) = 8.71, p<.000001; para a idade, F (4,406) =2.70, p<0.5]. Estudando o efeito da interacção das variáveis Sexo e Tempo de Casamento através do mesmo procedimento, constatamos que, igualmente, é a variável Tempo de Casamento a que tem mais influência na diferenciação dos resultados, desta vez na subescala da *Incerteza e da Mudança* [para o tempo de casamento, F (3, 414) = 7.00, p=.0001; para o sexo, F(1,414)=6.26, p=.0127; para a interacção, F(3,414) = .05, p = .98] e na subescala do *Espaço Indiferenciado*.

2.4.5. Diferenças Relativas ao Número de Filhos

A análise de variância multivariada das oito dimensões da EDR susceptíveis de diferenciar os grupos em função do número de filhos – Grupo 1: sem filhos; Grupo 2: 1 filho(a); Grupo 3: 2 filhos(a); Grupo 4: 3 filhos ou mais – revela que o resultado do *teste F* mostra diferenças significativas [F(24, 1192) = 6.14, p<.000001, *Wilk's Lambda* = .71]. Contribuem para a diferenciação entre os grupos, após análise univariadas (ANOVAs a um factor), as subescalas de *Tradicionalismo*, *Incerteza e Mudança*, *Partilha*, *Autonomia* e *Regularidade Temporal*, conforme se pode observar no Quadro 5.15.

Quadro 5.15
Resultados na EDR por Grupo de Número de Filhos

Medidas da EDR	G 1 (n=99)	G 2 (n=123)	G 3 (n=118)	G 4 (n=82)	F (3, 418)	Diferenças entre grupos*
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Tradicionalismo	5.04 (.73)	5.22 (.76)	5.26 (.78)	5.85 (.57)	**20.42*** **	G4>G3, G2, G1
Incerteza e Mudança	4.41 (.94)	4.49 (.80)	4.56 (1.08)	4.01 (.98)	**5.99*** **	G1, G2, G3>G4
Partilha	5.33 (.62)	5.05 (.72)	4.93 (.84)	5.09 (.65)	**5.48*** **	G1>G2, G3
Autonomia	3.41 (.96)	2.99 (.93)	3.02 (1.05)	3.05 (1.14)	**3.91** **	G1>G2, G3
Espaço Indiferenciado	5.04 (.70)	4.89 (.85)	4.81 (.91)	4.79 (.88)	2.46 ns	----
Regularidade Temporal	5.29 (.99)	5.18 (1.08)	5.45 (.92)	5.72 (.84)	**5.39** **	G4>G1, G2
Evitamento do Conflito	2.79 (.77)	2.79 (.86)	2.84 (.87)	3.06 (.86)	1.99 ns	----
Assertividade	2.33 (.65)	2.21 (.74)	2.33 (.75)	2.36 (.73)	0.91 ns	----

Nota.(N=422) Grupos por nº de filhos - G1:sem filhos; G2:1 filho; G3: 2 filhos; G4:3 ou mais filhos

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

* Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

Verifica-se que o Grupo 4 (participantes com 3 ou mais filhos) obtém resultados significativamente mais elevados na subescala do *Tradicionalismo*, por comparação com os restantes grupos, bem como na subescala de *Regularidade Temporal*, face aos grupos dos participantes sem filhos (G1) ou só com um filho (G2). Já na subescala da *Incerteza e da Mudança*, a tendência é oposta, com os grupos dos participantes com maior número de filhos a ter resultados significativamente inferiores aos dos restantes grupos. Distinguem-se, significativamente, os resultados elevados obtidos pelos grupos dos participantes que não têm filhos (G1) face aos Grupos 2 e 3 nas subescalas da *Partilha* e da *Autonomia*.

Analisando os efeitos da interacção das variáveis Sexo e Número de Filhos através de uma análise univariada (ANOVA a dois factores), verifica-se que ambas contribuem com peso muito semelhante para a diferenciação dos resultados na subescala da *Incerteza e da Mudança* [para o sexo, F(1,414)=6.30, p=.012; para o número de filhos, F(3,414)=6.01, p=.0005; para a interacção, F(3,414)=.353, p=.787]. Utilizando o mesmo procedimento para comparar as variáveis Idade e Número de Filhos, constata-se que para a diferenciação de resultados nas subescalas de *Incerteza e Mudança* e de *Partilha* a variável com maior influência é a Idade [para a idade, F(4,403)=10.27, p<.00001 e para o número de filhos, F(3,403)=7.64, p=.0001 na primeira subescala; para a idade, F(4,403)=4.35, p=.0019 e para o número de filhos, F(3,403)=2.05, p=.1069 na subescala da *Partilha*] e na subescala do *Tradicionalismo* é a variável número de filhos a que tem maior influência na diferenciação de resultados [para a idade, F(4,403)=3.90, p=.0040; para o número de filhos, F(3,403)=9.80,

p=.000003]. No que se refere à interacção das variáveis Tempo de Casamento e número de Filhos, verifica-se que a primeira variável tem mais influência na diferenciação de resultados das subescalas da *Incerteza e Mudança* [F(3,407)=8.10, p=.000011] e na da *Partilha* [F(3,407)=6.44, p=.0003] e, na subescala do *Tradicionalismo* é a variável Número de Filhos a principal responsável pela diferenciação de resultados [F(3,407)=10.10, p=.000002].

2.4.6. Diferenças Relativas à Religião

No que se refere à Religião, foram considerados, para efeitos de análise de resultados, quatro grupos: Grupo 1, que incluiu os participantes que declararam não aderir a nenhuma religião; o Grupo 2 para aqueles que aderiram à religião católica mas não são praticantes, nem pertencem a nenhum movimento de igreja; o Grupo 3 para aqueles que são católicos praticantes e/ou com pertença a movimentos católicos; o Grupo 4 para aqueles que afirmaram ter outra religião que não a católica.

Com o objectivo de clarificar a diferenciação da variável religião relativamente às oito dimensões da EDR, efectuou-se uma análise da variância multivariada (MANOVA) que permitiu concluir que a mesma tem um peso importante na diferenciação dos grupos [F (24,1175) = 10.21, p<0.000, *Wilk's Lambda* = .59]. Os resultados das sucessivas análises univariadas (ANOVAs a um factor) seguidos da aplicação do método *Tuckey HSD* (para comparações de grupos com frequências diferentes) revelam que das oito dimensões, quatro são efectivamente responsáveis pela diferenciação a um nível de significância inferior a .001 (ver Quadro 5.16).

Quadro 5.16
Resultados na EDR por Grupo de Religião

Medidas da EDR	G 1 (n=76)	G 2 (n=126)	G 3 (n=208)	G 4 (n=6)	F (3, 412)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Tradicionalismo	4.67 (.76)	5.11 (.68)	5.67 (.63)	5.74 (.45)	**48.3*** **	G4,G3,G2>G1; G3>G2
Incerteza e Mudança	4.77 (.88)	4.66 (.88)	4.15 (.99)	3.19 (.96)	**16*** **	G1,G2>G3,G4
Partilha	5.04 (.83)	4.96 (.75)	5.18 (.67)	5.96 (.26)	5.33**	----
Autonomia	3.46 (1.03)	3.25 (.97)	2.92 (1.02)	2.22 (.68)	**8.12*** **	G1,G2>G3
Espaço Indiferenciado	4.80 (.73)	4.82 (.84)	4.96 (.82)	4.22 (.83)	2.19*	----
Regularidade Temporal	4.90 (1.28)	5.28 (.94)	5.60 (.83)	5.87 (1.01)	**10.9*** **	G3>G1,G2
Evitamento do Conflito	2.96 (.79)	2.82 (.87)	2.86 (.84)	1.89 (.93)	**3.15***	----
Assertividade	2.28 (.70)	2.25 (.75)	2.32 (.71)	2.44 (.80)	.39 ns	----

Nota.(N=416) Grupos de Religião - G1:sem religião; G2:católica n.praticante; G3:católica praticante; G4:outra religião.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05

Ao analisar os resultados das comparações múltiplas entre os grupos, verifica-se que a subescala do *Tradicionalismo* diferencia o G1 (participantes sem religião) de todos os restantes e, de entre os que se afirmam católicos praticantes, os do Grupo 3 apresentam resultados significativamente superiores aos do Grupo 2. Coerentemente, verifica-se precisamente o inverso para a subescala da *Incerteza e Mudança*. Resultados significativamente superiores são também obtidos pelos Grupos 1 e 2 face ao Grupo 3 na *Autonomia*. No que se refere à *Regularidade Temporal* verifica-se uma maior adesão a esta dimensão por parte do Grupo 3 face aos Grupos 1 e 2.

Quando se estuda o efeito da interacção das diferentes variáveis com a variável Religião através de diversas análises univariadas (ANOVA a dois factores), verifica-se que é sempre a Religião a variável preponderante na diferenciação dos resultados. Seguem-se os valores obtidos nas análises de variância relativamente aos efeitos principais da Religião face às diferentes variáveis: na interacção com a variável Sexo, a variável Religião tem maior influência na diferenciação dos resultados na subescala da *Incerteza e da Mudança* [F(3,408) = 16.80, p=.000000]; na interacção Idade e Religião os valores de F são, para as subescalas do *Tradicionalismo* e de *Incerteza e Mudança*, respectivamente [F(3,398)=47.87, p=.000000; F(3,398)=16.77, p=.000000]; para as mesmas subescalas e na interacção das variáveis Tempo de Casamento e Religião, os resultados das análises de variância [F(3,402)=51.09, p=.000000; F(3,402)=15.52, p=.000000], evidenciam o efeito preponderante da variável Religião; na interacção das variáveis Número de Filhos e Religião, os valores de F referentes ao efeito principal da Religião são [F(3,401)=17.38, p=.000000; F(3,401)=10.17, p=.000002; F(3,401)=8.16,

p=.00003; F(3,401)=5.64, p=.0009], respectivamente, nas subescalas do *Tradicionalismo*, da *Incerteza e Mudança*, da *Autonomia* e da *Regularidade Temporal*.

2.4.7. Diferenças Relativas à Escolaridade

A variável escolaridade também tem um peso considerável na diferenciação dos grupos [F(24;1172)=4.28, p<.000000, *Wilk's Lambda*=.82] relativamente às oito dimensões relacionais do EDR. Os resultados das sucessivas análises univariadas (ANOVAs a um factor) revelam, conforme se pode observar no Quadro 5.17, que as dimensões aparentemente responsáveis pela diferenciação são as de *Tradicionalismo*, *Incerteza e Mudança*, *Partilha*, *Regularidade Temporal* e *Evitamento do Conflito*. No entanto, nas comparações entre grupos, verificamos que a *Incerteza e Mudança* e o *Evitamento do Conflito* revelam-se com resultados superiores no Grupo 1 (9º-12º ano) face aos Grupos 3 (licenciatura) e 4 (mestr./dout.), respectivamente. Inversamente, estes mesmos grupos evidenciam resultados superiores na *Partilha* face ao Grupo 1. Relativamente ao Grupo 2 (bacharelato) as diferenças não são significativas.

Quadro 5.17
Resultados na EDR por Grupo de Escolaridade

Medidas da EDR	G 1 (n=111)	G 2 (n=56)	G 3 (n=210)	G 4 (n=38)	F (3, 411)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Tradicionalismo	5.52 (.72)	5.24 (.95)	5.27 (.69)	5.11 (.99)	**3.83****	----
Incerteza e Mudança	4.76 (.88)	4.33 (.96)	4.26 (.98)	4.28 (.83)	**7.33*****	G1>G3
Partilha	4.87 (.75)	4.94 (.86)	5.22 (.67)	5.36 (.56)	**8.34*****	G4,G3>G1;G3>G1
Autonomia	3.13 (1.02)	2.95 (1.15)	3.12 (1.02)	3.18 (.94)	.54 ns	----
Espaço Indiferenciado	4.85 (.90)	4.84 (.82)	4.92 (.83)	4.84 (.73)	.32 ns	----
Regularidade Temporal	5.19 (1.05)	5.36 (1.05)	5.44 (.96)	5.67 (.86)	2.80*	----
Evitamento do Conflito	3.05 (.84)	2.98 (.94)	2.76 (.81)	2.55 (.78)	**4.93****	G1>G4
Assertividade	2.34 (.79)	2.42 (.68)	2.20 (.69)	2.44 (.63)	2.50 ns	

Nota: (N=415)

Grupos de Nível de escolaridade - G1:9º-12ºano; G2:bacharelato; G3:licenciatura; G4:mestr./doutoramento.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05

Quando se analisa o efeito das interacções das diferentes variáveis com a variável Escolaridade, verifica-se que esta tem menor preponderância na explicação dos diferentes resultados obtidos. Com efeito, as análises univariadas (ANOVA a dois factores) realizadas, evidenciam que é a variável Idade, na interacção Escolaridade X Idade, a principal influente nos resultados das subescalas de *Partilha* [F(4,396)=4.95,

p=.0007] e de *Evitamento de Conflito* [F(4,396)=6.82, p=.000026]. Na interacção Tempo de Casamento e Escolaridade é a primeira variável que mais influencia os resultados com as subescalas de *Mudança e Incerteza* [F(3,400)=3.54, p=.014], *Partilha* [F(3,400)=11.39, p=.000001] e *Evitamento do Conflito* [F(3,400)=7.89, p=.00004]. Na interacção das variáveis Escolaridade e Número de Filhos é, também, esta última a que mais influencia a diferenciação de resultados obtidos nas subescalas de *Incerteza e Mudança* [F(3,399)=6.92,p=.0001] e de *Partilha* [F(3,399)=3.47, p=.0163]. Finalmente, na interacção das variáveis Escolaridade e Religião é esta última a que tem mais influência na diferenciação de resultados da subescala de *Incerteza e Mudança* [para a Escolaridade, F(3,399)=2.70, p=.0457; para a Religião, F(3,399)=10.13, p=.000007].

2.5. Conclusão

Os resultados da investigação preliminar de adaptação do RDI foram apresentados e discutidos nas secções precedentes. De uma forma geral, podemos concluir que a versão portuguesa denota ter, na maioria dos parâmetros investigados, um comportamento psicométrico adequado.

O estudo psicométrico do EDR revelou, de forma geral, bons índices de fiabilidade e de validade do instrumento situados ao mesmo nível dos calculados com a versão original em outros estudos. Os valores de *alpha* de Cronbach para as subescalas, com uma única excepção[7], oscilaram entre .60 e .88 revelando bons índices de consistência interna. Se, num plano mais molecular, foram detectados alguns itens com um desempenho mais problemático, no plano mais molar, os resultados recolhidos são bastante aceitáveis. A nossa análise da estrutura factorial dos itens propõe ligeiras alterações relativamente ao modelo estrutural que foi proposto por Fitzpatrick (1988), sendo que a maior parte dos itens correlaciona na dimensão teoricamente esperada. Evidentemente que, com base neste único estudo, não podemos ter um grande grau de certeza sobre a consistência e estabilidade da estrutura interna da EDR que propusemos, sendo desejáveis mais estudos com outras amostras da população portuguesa.

[7] A subescala do *Espaço Indiferenciado*, mesmo depois de alterada na sua estrutura interna, apresenta um coeficiente *alpha* de .44, valor esse inferior ao obtido (.52) por Fitzpatrick (1988) no desenvolvimento deste instrumento. Como outros estudos (Fitzpatrick,Vangelisti & Firman, 1994, p.110) revelam que a confiança para esta subescala é frequentemente inferior à das outras subescalas, a decisão foi no sentido de a manter.

Uma última observação relativamente à influência das variáveis socio-demograficas em cada uma das subescalas que compõem a EDR. As análises estatísticas realizadas permitem verificar que, têm resultados significativamente mais elevados na subescala da *Ideologia do Tradicionalismo*, os cônjuges com mais idade (grupo dos 50-72 anos relativamente às idades dos 25 aos 34 anos), com mais tempo de casamento (os de mais de 25 anos de casados comparados com todos os outros), com maior número de filhos (cônjuges com três ou mais filhos comparando com os que têm um filho ou nenhum), com opção religiosa definida relativamente aos que afirmam não ter religião. Já no que se refere à subescala da *Ideologia da Incerteza e da Mudança*[8], têm resultados significativamente mais elevados os participantes do sexo feminino, com mais idade (com mais de 50 anos comparativamente aos que têm entre 20 e 34), com mais tempo de casamento (os que têm mais de 25 anos de casamento relativamente aos restantes), os que não têm opção religiosa ou, tendo-a, não a praticam, os que têm um nível de escolaridade entre o 9º e o 12ºano comparando com os licenciados.

Revelam maior adesão aos itens da *Partilha*, os participantes com menos idade (até aos 34 anos) relativamente aos restantes, os que têm menor tempo de casamento, os que não têm filhos comparativamente com os que têm um ou dois filhos mas não com os que têm 3 ou mais filhos, os que têm nível de escolaridade superior em comparação com os que têm entre o 9º e o 12 º ano de escolaridade. A subescala da *Autonomia* só revela influência, nos seus resultados, da variável número de filhos (com resultados mais elevados, os que não têm filhos relativamente aos restantes) e da variável religião (os que não têm opção religiosa e os que são cristãos não praticantes evidenciam um resultado superior nesta subescala relativamente ao outro grupo). Os resultados na subescala de *Espaço Indiferenciado* são mais elevados nos participantes que têm entre 20 e 29 anos relativamente aos que têm entre 40 e 72 anos e, também, junto dos que estão casados há menos tempo (2-5 anos) comparativamente aos que têm entre 14 e 24 anos de casamento. Por sua vez, têm resultados significativamente mais elevados na subescala de *Regularidade Temporal*, os cônjuges com três ou mais filhos relativamente aos que não têm filhos ou que têm só um e, também, os que se afirmam católicos praticantes relativamente aos que não praticam a religião ou afirmam não a ter.

[8] As subescalas da *Ideologia da Incerteza e da Mudança*, da *Partilha* e *do Espaço Indiferenciado* sofreram algumas alterações na sua composição, após as análises factoriais realizadas, pelo que a reflexão que está a ser feita, já tem em conta os resultados dos novos cálculos sobre a influência das variáveis sócio-demográficas em cada uma destas três subescalas.

Os resultados mais elevados na subescala do *Evitamento do Conflito* são manifestados pelos cônjuges que têm mais idade (50 – 72 anos) relativamente aos restantes, e por aqueles que estão casados há mais de 25 anos relativamente aos que têm tempo de casamento entre os 2 e os 13 anos. Também os participantes cujo nível de escolaridade se situa entre o 9°ano e 12°ano evidenciam resultados significativamente mais elevados nesta subescala do que os que têm mestrado ou doutoramento. Por último, na subescala da *Assertividade*, a única diferença significativa surge com a influência da variável sexo, com os cônjuges de sexo masculino a apresentarem resultados significativamente mais elevados do que os do sexo feminino.

Em síntese, constatamos que as variáveis que se revelam como mais significativamente influentes são o Tempo de Casamento, o Número de Filhos e a Religião, contrariamente aos estudos realizados por Fitzpatrick (1988) que não evidenciaram nenhuma relação significativa entre variáveis demográficas e os resultados nas subescalas.

3. Estudo Inicial das Características Psicométricas da Adaptação do *Personal Attributes Questionnaire* – Questionário de Atributos Pessoais

3.1 Breve Apresentação do Instrumento

O *Personal Attributes Questionnaire* (PAQ; Spence & Helmreich, 1978; Spence, Helmreich, & Stapp, 1975), que em português denominamos *Questionário de Atributos Pessoais*, foi das primeiras medidas de traços de personalidade relacionados com o género a surgir. Trata-se de uma medida composta exclusivamente por traços socialmente desejáveis (expressivos e instrumentais), medida essa elaborada no âmbito de uma teoria que considera o género como fenómeno multifactorial (Spence, 1993). Todos os itens foram inicialmente escolhidos por corresponderem a estereótipos de género.

A versão mais recente da escala, à qual se refere este estudo, inclui 16 itens bipolares compreendendo duas subescalas de 8 itens cada: *Expressividade* (E) e *Instrumentalidade* (I). A primeira subescala é composta exclusivamente por traços expressivos, considerados mais característicos do sexo feminino do que do masculino. Por sua vez, a subescala da *Instrumentalidade* é exclusivamente composta por traços

instrumentais, auto-assertivos julgados como mais característicos do sexo masculino do que do feminino, mas socialmente desejáveis em algum grau para ambos os sexos.

Os participantes respondem a cada um dos dezasseis itens recorrendo a uma escala com cinco pontos (A,B,C,D,E) em que é necessário optar pela letra que melhor descreva onde se situa na escala. As letras são convertidas numa escala numérica de 0 a 4 e a adição desses resultados nos itens de cada uma das subescalas forma o resultado final que pode variar de 0 a 32 pontos, indicando pontuações mais elevadas (superiores à mediana) um maior grau de adesão a traços instrumentais e/ou expressivos. As pontuações de alguns itens são invertidas antes de serem adicionadas às avaliações dos restantes itens da subescala. As somas obtidas nestas subescalas podem ser usadas para dividir os participantes de acordo com uma tipologia de quatro categorias, com base nos resultados (superior ou inferior à mediana): *feminino* (E superior e I inferior), *masculino* (E inferior e I superior), *andrógino* (E e I superiores às medianas) e *indiferenciado* (E e I inferiores à mediana).

3.2 Amostra e Análise Preliminares

À versão portuguesa do *Personal Attributes Questionnaire* – Questionário de Atributos Pessoais - responderam 690 adultos casados, de ambos os sexos, tendo sido os dados recolhidos entre Julho de 1999 e Março de 2000. As características sócio-demográficas mais salientes encontram-se no Quadro 5.18 que se segue:

Quadro 5.18
Características Sócio-Demográficas da Amostra PAQ

		Frequência	%				Frequência	%
Sexo	feminino	349	50.6		Tempo de Casamento	2 - 5 anos	192	27.8
	masculino	341	49.4			6 -13 anos	206	29.9
						14 -24anos	152	22,1
Idade	20-29	111	16.1			mais de 25	140	20,1
	30-34	152	22					
	35-39	125	18.1					
	40-49	162	23.5		Número de Filhos	0	111	16.1
	50-72	140	20.3			1	227	32,9
						2	231	33,5
Escolaridade	9º-12ºano	173	25.1			3	121	17,6
	bacharelato	136	19.7					
	licenciatura	274	39.7					
	mestr./dout.	100	14.5					
	s/dados	7						
Rendimento	até 100mil/m	37	5.4		Religião	não	120	17.4
	100-300mil/m	368	53.3			sim	562	81.4
	300-500mil/m	188	27.2			s/dados	8	1.2
	>500mil/m	55	8					
	s/ dados	42	—					

(N=690)

Apesar desta amostra não possuir todas as características de modo a permitir afirmar a sua geral representatividade da população portuguesa adulta, podem considerar-se bem representados os diferentes grupos de idade, de tempo de casamento, e número de filhos e de opção religiosa. O nível de escolaridade é globalmente elevado o que se deve às circunstâncias que rodearam a selecção da amostra já referidas, o que pelas consequências indirectas que tem no grau de diferenciação cultural e social dos participantes, condicionará eventualmente a análise dos resultados.

A base de dados original (N=690) foi previamente inspeccionada para verificarmos quer a acuidade/precisão do *input* quer a quantidade e distribuição de valores *missing*. Se relativamente ao primeiro dos aspectos não foram detectadas quaisquer anomalias, já relativamente ao segundo detectámos nove casos com valores ausentes em pelo menos uma variável. Uma análise mais aprofundada revela que não há evidência sobre qualquer tipo de padrão na distribuição dos valores *missing* o que, portanto, não levanta problemas às análises e inferências que pretendemos realizar. Em conformidade com a avaliação realizada, decidimos utilizar a forma mais expedita de lidar com este tipo de situações, ou seja, os casos em que isto se verificou foram eliminados da base de dados e, consequentemente, de todas as análises posteriores.

A amostra, de acordo com a opção anterior, passou a incluir 681 participantes. Todas as análises que descrevemos de seguida são efectuadas com este grupo, dos quais 345 (50.7%) são do sexo feminino e 336 (49.3%) do sexo masculino.

3.3. Análise dos Itens do *Questionário de Atributos Pessoais*

O processo de adaptação para a Língua Portuguesa procurou respeitar as características da versão original do instrumento pelo que as análises dos itens são efectuadas tendo em conta as duas subescalas definidas: *Expressividade* e *Instrumentalidade*.

3.3.1. Subescala da Expressividade

3.3.1.1. Tendência Central e Variabilidade

No Quadro 5.19 apresentamos um sumário das principais estatísticas descritivas referentes a cada um dos oito itens da subescala de *Expressividade* do PAQ. As médias

e os desvios-padrão para os itens estão dentro dos limites considerados aceitáveis para estes parâmetros (Meir & Gati, 1981). A média aritmética das médias dos itens é de 2.834, valor ligeiramente superior ao esperado nesta estatística. Os valores dos desvios padrão dos itens, por sua vez, são bastante homogéneos, variando apenas entre 0.69 (item 6) e 0.89 (item 2).

Análises adicionais da distribuição das respostas por cada uma das categorias de avaliação revelam que todos os intervalos da escala de avaliação foram utilizados pelos participantes na resposta aos oito itens (no Quadro 5.19 apenas estão indicadas as frequências correspondentes às duas categorias de resposta mais extremas – 0 e 4). A amplitude total em cada um dos oito itens é de quatro pontos.

Embora todos os pontos de ancoragem da escala de avaliação tivessem sido utilizados pelos participantes, constata-se que existe uma ligeira tendência para as respostas se concentrarem nas categorias de resposta que se identificam mais com a dimensão de *Expressividade* avaliada.

Quadro 5.19

Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Expressividade*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Mín. (0)	Freq.Máx.(4)	r	alpha	alpha e.	X r
2	2.916		0.889	6	187	.323	.783		
4	2.756		0.838	6	121	.440	.760		
5	2.672		0.811	11	83	.432	.761		
6	2.908		0.694	2	124	.492	.752		
8	2.854		0.711	3	108	.558	.741		
9	2.867		0.782	4	128	.555	.740		
14	2.898		0.753	5	129	.481	.753		
15	2.807		0.789	6	116	.598	.733		
PAQ-E	XM=2.834	2.870	0.491				.777	.782	.314

3.3.1.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

As correlações entre os itens desta subescala são, na generalidade, positivas e moderadas distribuindo-se os valores entre .14 e .50. São de mais fraca magnitude as correlações em que está envolvido o item 2. Por sua vez, os coeficientes de Pearson item-total (corrigidos) situam-se entre .32 (item 2) e .60 (item 15). O nível de

consistência interna dos resultados, estimado com base na fórmula *alpha* de Cronbach é de .78. Inspeccionando a coluna que contém os valores do *alpha* quando excluído o próprio item, é visível que todos os itens, à excepção do item 2, estão a contribuir positivamente para o nível global do *alpha*. Para o mesmo conjunto de itens e no estudo de desenvolvimento desta subescala (Spence & Helmreich, 1978), foi obtida uma estimativa ligeiramente mais elevada (.82) do que aquela que apresentamos. Estudos mais recentes (Shazer *et al.*, 1996; Spence, 1993, 1999), no entanto, indicam valores de *alpha*, para esta subescala, a oscilar entre .74 e .81, revelando um elevado grau de convergência nos níveis de consistência interna entre as versões.

3.3.2. Subescala da Instrumentalidade

3.3.2.1. Tendência Central e Variabilidade

As médias para os oito itens da subescala da *Instrumentalidade*, conforme se pode observar no Quadro 5.20, variam entre 2.2 (item 13) e 2.8 (item 11), com M=2.5 e DP=.54. Por sua vez, os valores de desvio padrão, inserem-se no intervalo de 0.6 (item 13) e 1.1 (item 10). Qualquer um destes parâmetros se pode considerar adequado do ponto de vista psicométrico. Apesar de todos os pontos da escala de avaliação terem sido utilizados pelos participantes no estudo (A=4) verifica-se, a partir das frequências de respostas nos dois pontos de avaliação mais extremos, que existem alguns itens com índices de assimetria.

Quadro 5.20

Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Instrumentalidade*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Mín.(0)	Freq.Máx.(4)	r	alpha	alpha e.	X r
1	2.574		0.871	11	86	.425	.733		
3	2.728		0.856	10	121	.401	.737		
7	2.233		0.986	43	58	.442	.731		
10	2.381		1.057	22	107	.388	.744		
11	2.769		0.919	11	148	.561	.707		
12	2.555		0.806	8	67	.632	.698		
13	2.190		0.598	10	11	.395	.740		
16	2.619		0.923	15	111	.416	.735		
PAQ-I	XM=2.506	2.500	0.538				.754	.761	.287

3.3.2.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados.

Relativamente às correlações inter-item, a análise da matriz de intercorrelações, revelou-nos que todos os coeficientes produto-momento são positivos localizando-se, em termos de magnitude, no intervalo de .16 e .50. Todas as correlações item-total (corrigidas) são, psicometricamente adequadas (os *r*'s são sempre superiores a .39).

Da conjunção dos vários parâmetros considerados até aqui resulta um razoável nível de fidelidade (consistência interna) com o valor α de .75, constatando-se que qualquer um dos itens está a contribuir positivamente para tal. Este valor é inferior ao obtido (α=.85) por Spence e Helmreich (1978), mas muito semelhante ao encontrado noutros estudos (Shaver *et al.*, 1996; Spence, 1993) com amostras norte-americanas (α de Cronbach variando de .73 a .77) na subescala de *Instrumentalidade.*

3.4. Dados Preliminares sobre a Validade dos Resultados do PAQ

3.4.1. Análise Factorial Exploratória da Estrutura Latente dos Itens do PAQ

O estudo da estrutura factorial da versão portuguesa do *Questionário de Atributos Pessoais* (Spence & Helmreich,1978) pretendeu clarificar a natureza da agregação dos 16 itens do PAQ e dos resultados das medidas finais por subescala.

Procedemos, então, à análise de componentes principais, optando pelo pressuposto da ortogonalidade, na relação entre as variáveis, maximizando a diferença – rotação varimax. No que se refere ao número de factores e conjugados os critérios anteriormente mencionados, optámos por uma análise com dois factores o que corrobora estudos realizados com o PAQ. O quadro 5.21 apresenta os resultados desta análise, estando as saturações superiores a .45 assinalados a negro.

Quadro 5.21
Análise Factorial dos Itens do PAQ
(Matriz dos Factores Rodada)

Itens	Factor I	Factor 2
1	-0,01	.57
2	.46	-.09
3	.31	.51
4	.57	.12
5	.60	-.00
6	.62	.17
7	-.09	.62
8	.71	.06
9	.68	.08
10	-.14	.57
11	.09	.70
12	.12	.77
13	.09	.54
14	.63	.08
15	.73	.02
16	.16	.56
Valor Próprio	3.82	2.59
% de Variância Ac.	23.88	40.10

Nota (N=681). As saturações superiores a .45 estão assinaladas a negro forte.

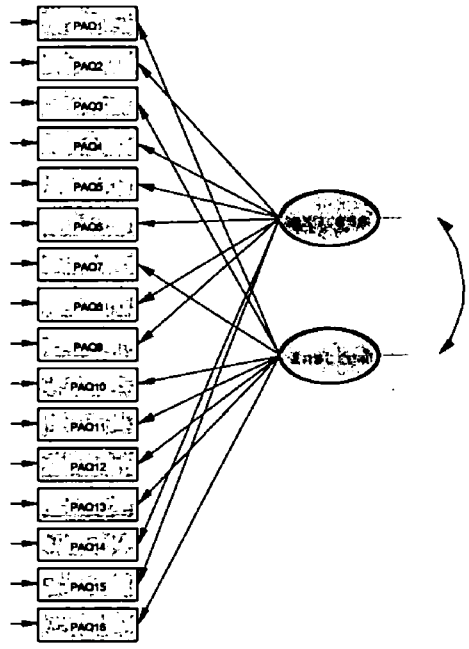
A proporção de variabilidade explicada pelos factores encontrados no PAQ, não é tão elevada com noutros estudos (*eigenvalue* de 6.41, explicando 40,1% da variância). Nos itens verificam-se saturações bem diferenciadas relativamente a cada factor, o que permite claramente identificar a sua agregação em dois grupos de oito itens cada um. O factor 1 inclui os itens 2, 4, 5, 6, 8, 9, 14 e 15 os quais, à excepção do 2 cujo peso é de .46, têm saturações entre .56 e.73., explicando 23,9% da variância e correspondendo à subescala de *Expressividade* do PAQ. O factor 2 inclui os itens 1, 3, 7, 10, 11, 12, 13 e 16 com saturações oscilando entre .51 e .77, explica 16,2% da variância e corresponde à subescala de *Instrumentalidade* do PAQ. O item 3 apresenta, também, uma saturação de magnitude secundária no factor 1.

Em suma, a nossa análise permitiu replicar com bastante clareza os dois factores do modelo de Spence e Helmreich (1978) correspondentes à *Expressividade* e à *Instrumentalidade*. Como os resultados aqui apresentados são apenas descritivos (exploratórios) e, portanto, insuficientes para que se possa retirar uma conclusão definitiva da adequação teórica do modelo, decidimos proceder a uma análise factorial confirmatória da estrutura das respostas aos itens da versão portuguesa do PAQ.

3.4.2. Análise Factorial Confirmatória

A análise factorial confirmatória pretendia testar a hipótese de Spence (1978, 1993). No gráfico 5.5 que segue, apresentamos o modelo conceptual acerca da estrutura

latente do PAQ no qual se propõem dois factores substantivos ou variáveis latentes (representadas em elipses) – *Expressividade* e *Instrumentalidade* – que influenciam as descrições oferecidas pelos participantes nos dezasseis itens do PAQ. Cada item ou variável medida (representado em rectângulo) é influenciado (representado por flechas) por uma única variável latente e por um factor de erro (a variável de erro é apresentada por uma flecha no lado esquerdo de cada rectângulo). Supõe-se que entre os factores de erro não existem correlações, pelo que nenhum símbolo liga os factores de erro entre si. Finalmente propõe-se que exista uma correlação (representada por uma flecha curva, nos dois sentidos), ainda que bastante reduzida entre as variáveis latentes.



As análises das matrizes[9] foram realizadas com o LISREL 8.30 (Jöreskog & Sörbom, 1999) configurado para o método da máxima verosimilhança (*maximum likelihood*: ML).

O qui-quadrado ($\chi2(103)=432.7$) associado a este modelo conceptual é estatisticamente significativo ($p<.001$), o que desde logo significaria que este modelo não corresponderia completamente à matriz avaliada. No entanto, conforme já reflectido no capítulo da Metodologia, constata-se que sendo o teste do $\chi2$ muito sensível ao tamanho da amostra (quando $N>200$, a potência do teste é excessiva), somos levados a

[9] Os Modelos de Equações Estruturais, dos quais decorre a AFC, analisam sobretudo as matrizes de variância-covariância observadas e não as matrizes estandardizadas correspondentes (matrizes de correlações produto-momento de Pearson) apesar de, umas e outras, terem o mesmo significado, dado que exprimem as relações lineares entre as variáveis. A diagonal da primeira contém as variâncias das variáveis de origem, enquanto a diagonal da matriz de correlações é composta por 1.00.

declarar como estatisticamente significativas discrepâncias mínimas entre as matrizes Σ e S[10]. Sendo assim, recorremos a índices de aderência mais resistentes.

No Quadro 5.22 que se segue estão indicados os índices de aderência (*fit*) absolutos e os índices de aderência comparativos referentes ao modelo actual proposto por Spence (1993, 1999).

Quadro 5.22
Resultados da Análise Confirmatória do modelo da estrutura do PAQ

Modelos	Factores	RMR	<90%	RMSEA	>90%	GFI	AGFI	CFI
A	Expressividade	.05	.08	.09	.11	.95	.91	.90
A	Instrumentalidade	.03	.04	.05	.07	.98	.96	.96
A	*PAQ-Global*	.04	.06	.06	.07	.92	.90	.90

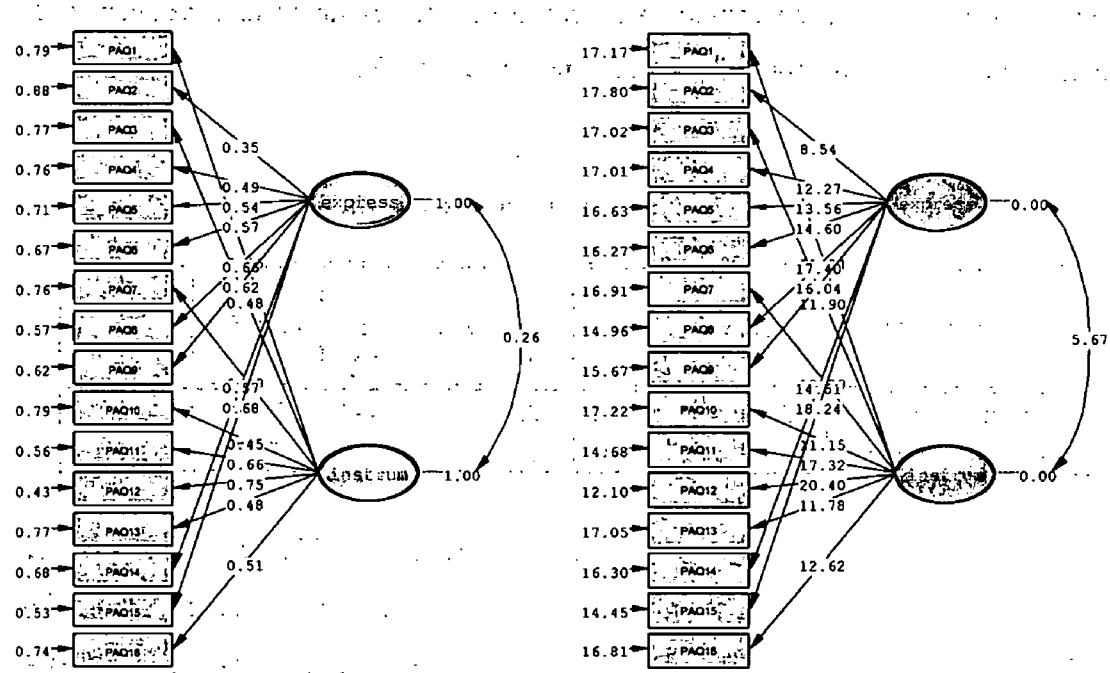
Nota: RMR=Root mean square standardized residual; Steiger-Lind RMSEA Index; GFI=Jöreskog Goodness of Fit Index; AGFI= Jöreskog Adjusted Goodness of Fit Index; CFI=Comparative FIT Index.
Cálculos efectuados pelo Lisrel 8.3 : configurado para uma análise factorial confirmatória
ML (Maximum Likelihood)

Verificamos que, no geral, os índices de ajustamento (*fit*) revelam bons resultados para as duas variáveis latentes ou factores e para o PAQ global. Principiando pelo índice RMR, que nos dá o valor médio dos resíduos (diferenças entre as covariâncias observadas e as covariâncias reproduzidas), constatamos que todos os valores estão dentro do limite estabelecido de .05, sendo de destacar o valor de .04, para o modelo global, revelador de um adequado grau absoluto de correspondência do modelo aos dados. Os valores de RMSEA, um índice de não centralidade que mede a divergência ponderada pelos graus de liberdade, revelam-nos resultados que confirmam uma boa aproximação ao modelo dado que situados dentro dos limites definidos como adequados. Por sua vez, os resultados dos índices de aderência comparativos considerados – GFI, AGFI e CFI são todos reveladores de bom ajustamento, dado que iguais ou superiores a .90[11].

Analisando, conforme diagramas do gráfico 5.6, a correlação das variáveis com os factores (saturações no diagrama da esquerda), verificamos que ocorrem de acordo com o modelo teórico inicial e são todas estatisticamente significativas (valores *t*-

[10] Com efeito se alterarmos o N da amostra que é de 681 para 200, os cálculos realizados pelo Lisrel revelam um $\chi 2(103)=126.6$, $p<.05$.
[11] Conforme referido no capítulo da Metodologia, estes índices resultam da comparação do modelo hipotético com um modelo nulo e podem assumir um valor no intervalo entre zero e 1.0 sendo que, no geral, um valor superior a .90 indica um aceitável grau de correspondência do modelo com os dados.

student todos superiores a 2.00, no diagrama da direita). A correlação inter-factores (.26) não é muito elevada pelo que os factores, apesar de não ortogonais, revelam-se discriminativos.



O exame dos índices de modificação sugeridos pelo LISREL 8.3 revela que o modelo sofreria uma ligeira melhoria no grau de ajustamento se se permitisse que o item 3 saturasse também no factor *Expressividade*. Recordando o conteúdo deste item relativo a passividade/actividade podemos constatar que, pelo menos com esta amostra portuguesa, já não parece constituir um atributo tão distintivo das dimensões *Expressividade* e *Instrumentalidade*. É também proposto como índice de modificação que o factor de erro das variáveis PAQ5 e PAQ8 tenha uma covariância diferente de zero. No entanto, os valores dos índices de aderência parecem-nos perfeitamente adequados não se justificando um processo de reespecificação.

3.4.3. Diferenças Relativas ao Sexo

O desenvolvimento de um instrumento como o PAQ tinha precisamente como principal objectivo a medida de atributos - *expressividade* e *instrumentalidade* - os quais surgem, habitualmente, mais associados respectivamente ao sexo feminino e ao sexo masculino. É esperada, portanto, uma diferenciação muito clara dos dois sexos nos

resultados obtidos nas duas subescalas conforme foi delineado e obtido por Spence e Helmreich (1978) e replicado com frequência (e.g., Shaver, 1996; Spence, 1993, 1999).

Os valores das médias e dos desvios padrão obtidos pelos homens e pelas mulheres participantes neste estudo, bem como os valores do teste *t* resultantes da comparação entre médias estão apresentados no Quadro 5.23 .

Quadro 5.23
Resultados no PAQ por Sexo

Medidas do PAQ	Sexo F (n = 345)		Sexo M (n = 336)		t (gl = 679)	p
	M	DP	M	DP		
Expressividade	23.19	4.050	22.15	3.744	3.465	.0005*
Instrumentalidade	19.16	4.400	20.97	4.005	-5.629	.0000*

As diferenças encontradas são muito expressivas (p<.001) e verificam-se na direcção esperada: os elementos do sexo feminino obtêm resultados mais elevados (M=23.19) na subescala de *Expressividade* e significativamente diferentes [t(679) = 3.46; p=.0005] dos manifestados pelos elementos do sexo masculino, invertendo-se esta relação para a subescala da *Instrumentalidade* [t(679) = -5.63; p=.0000].

São também muito expressivos os resultados obtidos com a análise multivariada (MANOVA) das duas subescalas susceptíveis de diferenciar os grupos por sexo [F (2,678) = 27.06, p <.0000, *Wilk's Lambda* = .926].

3.4.4. Diferenças Relativas à Idade

Para efeitos de análise de resultados, foram considerados cinco grupos de idade: G1 (20-29 anos); G2 (30-34 anos); G3 (35-39 anos); G4 (40-49 anos) e G5 (mais de 50 anos). Quando se procede a uma análise de variância multivariada verifica-se que a variável idade não diferencia os grupos [F(8,1350)=1.76, p=.081, *Wilk'sLambda*=.979].

Quadro 5.24
Resultados no PAQ por Grupo de Idade

Medidas do PAQ	G 1 (n=111)		G 2 (n=150)		G 3 (n=119)		G 4 (n=162)		G 5 (n=139)		F (4, 676)
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Expressividade	23.27	3.67	23.03	3.55	22.67	3.64	22.23	4.46	22.38	4.07	1.657
Instrumentalidade	20.84	4.60	20.41	3.79	20.18	4.79	19.67	4.43	19.37	3.89	2.403*

Nota.(N=681) Grupos de idade - G1:20-29anos; G2: 30-34anos; G3: 35-39anos; G4: 40-49anos; G5: 50-72 anos.
*p<.05; **p<.01; ***p<.001

Os resultados das análises univariadas (ANOVAs a um factor) revelam que só na subescala da *Instrumentalidade* se encontram diferenças significativas [F(4,676)= 2.403]. Realizadas as comparações dos grupos dois a dois (teste *Scheffé*), as diferenças são significativas, verificando-se, no entanto, uma diminuição das médias na subescala da *Instrumentalidade* à medida que se vai avançando no grupo de idade.

3.4.5. Diferenças Relativas ao Tempo de Casamento

Com o objectivo de clarificar a diferenciação da variável Tempo de Casamento relativamente às dimensões de *Expressividade* e de *Instrumentalidade* efectuou-se uma análise de variância multivariada que permitiu concluir que a mesma tem algum peso na diferenciação dos grupos [F (6,1352) = 2.39, p = 0.26, *Wilk's Lambda* = .98].

Quadro 5.25
Resultados na PAQ por Grupo de Tempo de Casamento

Medidas da EDR	G 1 (n=190)	G 2 (n=202)	G 3 (n=150)	G 4 (n=139)	F (3, 677)	Diferenças entre grupos*
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Expressividade	23.12 (3.7)	22.74 (3.49)	22.6 (4.01)	22.09 (4.68)	1.87 ns	ns
Instrumentalidade	20.8 (4.41)	20.05 (4.16)	19.85 (4.11)	19.25 (4.44)	3.67*	G1>G4

Nota.(N=681) Grupos de t.casamento - G1:2-5anos; G2: 6-13anos; G3: 14-24anos; G4: mais de 25anos
*p<.05; **p<.01; ***p<.001
* Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05

Os resultados das análises univariadas (ANOVAs a um factor) revelam que a única subescala que contribui para a diferenciação é a da *Instrumentalidade*, e na mesma direcção encontrada para a variável idade – a média naquela subescala vai diminuindo à medida que aumenta o tempo de casamento - sendo que é significativa a diferença [F(3,677) = 3.67, p< .05] entre as médias encontradas para os Grupos 1 e 4.

3.4.6. Diferenças Relativas ao Número de Filhos

Relativamente à variável número de filhos verificamos, quer através da análise de variância multivariada realizada, [F (6,1352) = 1.93, p=.072, *Wilk's Lambda* = .98], quer através das análises univariadas (ANOVAs a um factor), que aquela não constitui um factor de diferenciação dos grupos em *Expressividade* e em *Instrumentalidade*.

Quadro 5.26
Resultados na PAQ por Grupo de Número de Filhos

Medidas da EDR	G 1 (n=105)	G 2 (n=224)	G 3 (n=231)	G 4 (n=121)	F (3, 677)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Expressividade	23.4 (3.7)	22.5 (3.9)	22.5 (4.1)	22.9 (3.9)	1.98	ns
Instrumentalidade	21.1 (4.6)	19.7 (4.01)	19.9 (4.3)	20.1 (4.6)	2.52	ns

Nota.(N=681) Grupos por nº de filhos - G1:sem filhos; G2:1 filho; G3: 2 filhos; G4:3 ou mais filhos

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

3.4.7. Diferenças Relativas à Escolaridade

A análise de variância multivariada permite verificar que a escolaridade também não influencia, com significado estatístico [F(6,1350)=2.02, p=.06, *Wilk's Lambda* = .98], os resultados obtidos nas duas subescalas.

Quadro 5.27
Resultados no PAQ por Grupo de Escolaridade

Medidas da EDR	G 1 (n=173)	G 2 (n=136)	G 3 (n=273)	G 4 (n=98)	F (3, 676)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Expressividade	22.2 (3.8)	23.1 (3.6)	23.1 (3.9)	22 (4.5)	3.5*	ns
Instrumentalidade	19.9 (4.1)	19.8 (3.9)	20.3 (4.4)	19.9 (4.9)	.65	ns

Nota (N=680)

Grupos de Nível de escolaridade - G1:9º-12ºano; G2:bacharelato; G3:licenciatura; G4:mestr./doutoramento.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05

As análises univariadas (ANOVAs a um factor), conforme se pode observar no Quadro 5.27, indiciam alguma influência da variável escolaridade nos resultados obtidos na dimensão da *Expressividade*, influência essa que depois não é confirmada através do teste *post-hoc* de comparação de médias.

3.5. Conclusão

O conjunto de estudos que acabamos de descrever permitem-nos concluir que os resultados nas subescalas de *Expressividade* e de *Instrumentalidade* do PAQ, possuem propriedades metrológicas de fidelidade bastante aceitáveis. No que se refere à consistência interna, verificamos que os valores do *alpha* de Cronbach entre .75 e .77 são bastante satisfatórios e o facto dos valores do *alpha* estandardizado serem ligeiramente superiores, entre .76 e .78 , não só indica diferente poder discriminativo de alguns itens, como confirma a precisão das duas escalas que compõem o instrumento.

As análises preliminares de diferentes facetas da validade dos resultados do PAQ revelaram-se positivas. Os resultados das análises factoriais (exploratória e confirmatória) permitem afirmar que os itens são bons indicadores empíricos dos constructos hipotetizados.

No que se refere à influência das variáveis socio-demográficas nos resultados obtidos pelo PAQ, verificamos que a única variável com impacto significativo é a variável Sexo. Como seria de esperar, são os cônjuges do sexo feminino a obter resultados superiores na subescala de *Expressividade* e os do sexo masculino a obter resultados mais elevados na subescala de *Instrumentalidade*, o que é consonante com os dados da investigação (e.g. Spence e Helmreich ,1978; Shaver, 1996; Spence, 1993, 1999). A variável Idade revela alguma influência, se bem que pouco expressiva e unicamente na subescala da *Instrumentalidade*. A variável Tempo de Casamento permite distinguir, e unicamente na subescala de *Instrumentalidade*, os cônjuges casados entre 2 e 5 anos, com resultados mais elevados, dos que são casados há mais de 25 anos. As restantes variáveis – Número de Filhos, Religião, Escolaridade – não evidenciaram nenhum efeito significativo nos resultados encontrados.

Por último, podemos constatar que estes dados contribuem para a crescente literatura que tem evidenciado a validade transcultural do PAQ como instrumento de avaliação da *expressividade* e da *instrumentalidade*, relacionados com o género.

4. Estudo Inicial das Características Psicométricas da Adaptação do *Inventory of Specific Relationship Standards* – Inventário de Padrões Relacionais Específicos

4.1. Breve Apresentação do Instrumento

O *Inventory of Specific Relationships Standards* (ISRS; Baucom, Epstein, Rankin, & Burnett, 1993), cuja versão portuguesa recebeu a designação de *Inventário de Padrões Relacionais Específicos* (IPRE), é uma medida que pretende avaliar os *padrões* que os membros do casal têm relativamente às suas relações conjugais, ou seja, as crenças relativamente ao que a sua relação conjugal *deveria ser*.

A terceira versão da escala, a mais recente (Baucom, Epstein, Rankin & Burnett, 1996) e à qual se refere este estudo, inclui 48 itens agrupados em quatro subescalas de 12 itens cada, as quais avaliam, respectivamente, as dimensões de *Fronteiras*, *Controlo/Poder*, *Investimento Instrumental* e *Investimento Expressivo*[12].

Para cada um dos 48 itens do IPRE, cada um dos cônjuges fornece três informações diferentes: o seu *padrão actual* relativamente a como o casamento deveria ser em cada um dos itens, através de uma escala tipo Likert, de 5 pontos que vai desde "1=Nunca" até "5=Sempre"; uma declaração de *satisfação* (=sim) ou insatisfação (= não) sobre o alcance do padrão relacional para cada item; uma resposta emocional, avaliada numa escala tipo Likert de 3 pontos de "1=Nada" até "3=Muito" relativamente ao *grau de incómodo/perturbação* cada vez que o padrão não é alcançado em cada item.

É possível, pois, obter quatro *padrões relacionais actuais* correspondendo a Fronteiras, Controlo, Investimento Instrumental e Investimento Expressivo, quatro *graus de satisfação* relativamente àquelas mesmas quatro dimensões e quatro *resultados de incómodo/perturbação* correspondentes a quando os padrões de *Fronteiras, Controlo Investimento Instrumental e Expressivo* não são alcançados. Para tal, como todos os itens são cotados na mesma direcção - não é preciso inverter a pontuação em nenhum deles - basta somar as pontuações e dividir pelo número de itens respondidos em cada subescala (isto separadamente para cada uma das três perguntas).

[12] Em cada uma das quatro subescalas são avaliadas 12 áreas de conteúdo do casamento mais comummente avaliadas quando nos centramos no funcionamento conjugal: finanças, afecto, tarefas domésticas, relações com a família, relações com amigos, religião, interacção sexual, questões de carreira, parentalidade, comunicação de sentimentos e de pensamentos positivos, comunicação de sentimentos e pensamentos negativos e lazer. Exemplificando, há um item que avalia o padrão de *fronteiras* relativamente às finanças e outro o padrão de *fronteiras* sobre religião, outro, o padrão de *controlo* relativamente às finanças e outro o padrão de *controlo* referente à religião, e assim sucessivamente.

Ao elaborar, tão recentemente, um inventário com estas características, Baucom e colaboradores (1993; 1996) também pretendiam conceber os quatro padrões das dimensões numa perspectiva mais abrangente de *'padrões focalizados ou não nas relações'*, na medida em que, nos seus resultados finais, cada cônjuge pode ter padrões que acentuam a relação conjugal (resultados médios elevados) ou padrões que a desvalorizam (resultados médios reduzidos). Daí que, mais recentemente, (Baucom *et al.*, 1996, 1999) tenha sido proposto um resultado global de padrões focalizados nas relações através do cálculo do valor médio obtido nas quatro subescalas. Teriam padrões focalizados nas relações, os casais que "*manifestassem muita partilha ou poucas fronteiras; papéis igualitários na tomada de decisões; níveis elevados de investimento expressivo e instrumental*" (Baucom *et al*, 1996, p.76). Também tem significado, e é distinto psicometricamente, obter este mesmo índice global para as questões da satisfação e do incómodo/perturbação emocional.

4.2. Amostra e Análises Preliminares

No estudo piloto da adaptação do ISRS utilizamos uma amostra de 268 adultos casados cujas características principais se encontram descritas no Quadro 5.28 .

Quadro 5.28
Características Sócio-Demográficas da Amostra IPRE

		Frequência	%			Frequência	%
Sexo	Feminino	134	50	Tempo de Casamento	2 - 5 anos	62	23.1
	Masculino	134	50		6 -13 anos	80	29.9
					14 -24anos	64	23.9
Idade	20-29	34	12.7		mais de 25	62	23.1
	30-34	50	18.7				
	35-39	44	16.4				
	40-49	82	30.6				
	50-72	58	21.6	Número de Filhos	0	12	4.5
					1	104	38.8
Escolaridade	9º-12ºano	96	35.8		2	113	42.2
	bacharelato	42	15.7		3	39	14.5
	licenciatura	123	45.9				
	mestr./dout.	7	2.6				
Rendimento	até 100mil/m	20	7.5	Religião	não	46	16.4
	100-300mil/m	154	57.5		sim, cristã	222	82.8
	300-500mil/m	72	26.9				
	>500mil/m	10	3.7				
	s./ dados	12	—				

(N = 268)

A amostra, recolhida entre Julho e Outubro de 1999, tem igual número de elementos do sexo feminino e do sexo masculino que responderam ao IPRE. Verificamos que se encontram bem representados os diferentes grupos de idade, de

situação quanto ao tempo de casamento e ao número de filhos. No que se refere à opção religiosa, como não foi perguntado o respectivo grau de implicação/adesão, obtivemos dois grupos muito diferentes no que se refere à dimensão. O nível elevado de escolaridade, apesar de justificado pelas condições de selecção anteriormente explicadas, também se repercute no elevado nível sócio-económico e profissional.

A base de dados foi, à semelhança do procedimento que temos vindo a referir ao longo deste capítulo, previamente inspeccionada com a finalidade de verificar a precisão ou acuidade na introdução da informação. Nos diversos parâmetros utilizados como indicadores de eventuais erros ou omissões não detectamos qualquer tipo de problema. Todavia, no que respeita à existência de valores ausentes nos itens do IPRE, deparamos com algumas ocorrências. A expressão numérica das ocorrências pode considerar-se, no entanto, insignificante e, também, não encontramos quaisquer evidências que nos levem a concluir contra a hipótese da aleatoriedade na distribuição dos valores *missing* pelas variáveis. Decidimos, pois, substituir os valores omitidos pelo valor da média aritmética na variável em questão. Sendo assim, todas as análises subsequentemente efectuadas foram executadas com base nas respostas fornecidas pela amostra já descrita.

4.3. Análise dos Itens do *Inventário de Padrões Relacionais Específicos*

De seguida, apresentamos os resultados da análise dos itens incluídos no IPRE. Esta apresentação logicamente respeita a pertença dos itens a cada uma das quatro subescalas constituintes do ISRS.

4.3.1. Subescala de Fronteiras

4.3.1.1. Tendência Central e Variabilidade

As médias para os doze itens da subescala de *Fronteiras*, conforme é indicado no Quadro 5.29, variam entre 3.2 (item 24) e 4.3 (item 7), com M=3.7, valor que se encontra .7 pontos acima do valor esperado nesta estatística. Os valores de desvio padrão, por sua vez, inserem-se no intervalo de .07 (item 43) a 1.01 (item 25). Apesar de qualquer um destes parâmetros se poder considerar adequado do ponto de vista psicométrico, verifica-se um relativa assimetria da distribuição de resultados por item[13].

[13] Esta tendência poderá reflectir uma resposta no sentido da desiderabilidade social, valorizando um padrão de fronteiras focalizado na relação. Ao nível dos resultados por subescala, porém, as distribuições

Finalmente, no que respeita à amplitude total, podemos verificar que, com excepção dos itens 43 e 45, atinge em todos os itens o valor máximo possível (A=4).

Quadro 5.29

Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Fronteiras*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(5)	r	alpha	alpha e.	rij
7	4.324		0.799	3	132	.332	.790		
22	3.588		0.796	2	32	.490	.776		
23	3.468		0.942	6	32	.516	.773		
24	3.205		0.862	12	11	.345	.790		
25	3.548		1.013	16	44	.308	.796		
39	3.544		0.866	9	21	.408	.784		
40	3.402		0.896	9	21	.478	.777		
41	3.902		0.877	2	71	.501	.775		
42	4.179		0.810	4	99	.521	.773		
43	3.902		0.680	0	47	.286	.793		
44	3.876		0.810	6	51	.539	.771		
45	4.115		0.712	0	80	.578	.770		
IPRE-F	XM=3.760	3.833	0.463				.795	.798	.252

4.3.1.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados.

Relativamente às correlações inter-item, a análise da matriz de intercorrelações permite constatar que todos os coeficientes são positivos e, em termos de magnitude, localizam-se no intervalo de .08 a .55. As correlações (corrigidas) entre cada item e o resultado na sua subescala são todas superiores a .30 (Meir & Gati,1981, p.1014).

Da conjunção dos vários parâmetros considerados até aqui resulta um nível de fidelidade (consistência interna) bastante bom para os resultados nesta subescala (α = .80), verificando-se que qualquer um dos itens está a contribuir positivamente para o nível global do coeficiente *alpha*. É interessante verificar que este valor consegue ser superior ao encontrado (α = .70) pelos autores da escala (Baucom *et al.*, 1996).

das frequências de cada uma das medidas revelam-se próximas de uma distribuição normal; com valores D no teste de Kolmogorov-Smirnov não significativos.

4.3.2. Subescala de Controlo

4.3.2.1. Tendência Central e Variabilidade

O Quadro 5.30 apresenta uma síntese das principais estatísticas descritivas dos itens e resultados totais da subescala de Controlo. As médias e os desvios padrão para os doze itens desta subescala estão dentro dos limites considerados aceitáveis para estes parâmetros (Meir & Gati, 1981). A média aritmética das médias dos itens é bastante elevada, 4.2 relativamente ao ponto médio "natural" da subescala que é de 3 pontos. Verificamos que em 4 itens não foi utilizada a categoria de resposta 1, pelo que a amplitude total é de 3 pontos e não de 4. É notória uma assimetria da distribuição o que pode resultar da presença de conteúdo com grande desiderabilidade social.

Quadro 5.30
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Controlo*

						Excluído o próprio item		
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Mín.(1)	Freq.Máx.(5)	r	alpha	alpha e.
1	4.429		0.680	0	142	.566	.828	
3	4.138		0.834	1	102	.512	.831	
9	4.287		0.823	2	129	.576	.826	
13	4.272		0.726	0	112	.449	.836	
17	3.955		0.793	3	65	.443	.836	
26	4.089		0.873	5	91	.542	.829	
27	4.354		0.732	0	131	.483	.833	
28	4.708		0.538	0	201	.492	.834	
29	4.287		0.756	3	113	.419	.838	
46	3.955		0.910	9	74	.482	.834	
47	3.880		0.920	5	68	.607	.824	
48	4.343		0.798	2	136	.566	.827	
IPRE-C	XM=4.227	4.250	0.474				.843	.845 .316

4.3.2.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

As correlações entre os itens desta subescala são, na generalidade, positivas e moderadas. Os valores distribuem-se entre .18 e .57 (M=.32). Por sua vez, os coeficientes de Pearson item-total (corrigidos) situam-se entre .42 (item 29) e .61 (item 47), valores psicometricamente bastante adequados (Meir & Gati, 1981). A consistência interna dos resultados (segundo a fórmula *alpha* de Cronbach) para esta subescala é de .84, valor que traduz um elevado grau de homogeneidade nas respostas aos itens e se

encontra perfeitamente dentro dos valores encontrados por Baucom *et al.* (1996) para o mesmo conjunto de itens. Verificamos, também, que qualquer um dos itens contribui positivamente para este valor elevado de fidelidade da subescala.

4.3.3. Subescala de Investimento Instrumental

4.3.3.1. Tendência Central e Variabilidade

A média das médias dos doze itens (cf. Quadro 5.31) é de 3.8 (DP=.5), valor que se encontra .8 pontos acima do valor esperado nesta estatística.

Apesar dos resultados nos itens se afastarem do ponto médio natural da escala utilizada, não deixamos de constatar um nível razoável de variabilidade nas respostas aos itens. De qualquer forma, verifica-se uma acumulação desproporcional das respostas num dos extremos da escala de avaliação, o que está mais perto das categorias de resposta 3, 4 e 5 . Quanto aos valores de dispersão nos itens, estes situam-se entre 0.8 - 1.1 pontos. A amplitude total atinge em todos os itens, com excepção do item 33, o valor máximo permitido (A=4).

Quadro 5.31
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Investimento Instrumental*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Min.(1)	Freq.Máx.(5)	r	alpha	alpha e.	Xr
6	4.018		0.845	1	87	.447	.752		
11	3.985		0.769	2	67	.281	.768		
12	3.820		0.914	4	67	.478	.748		
14	4.014		0.861	3	85	.495	.747		
16	3.626		1.050	6	67	.469	.748		
18	3.741		1.031	4	75	.240	.776		
20	4.284		0.804	1	129	.411	.756		
30	3.996		0.781	3	66	.411	.756		
31	3.552		1.145	17	62	.385	.760		
32	3.548		0.987	8	44	.409	.756		
33	4.220		0.821	0	115	.477	.749		
34	3.339		0.903	7	28	.455	.751		
IPRE-II	XM=3.848	3.833	0.486				.771	.776	.226

4.3.3.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

As correlações entre os itens da subescala de *Investimento Instrumental* são todas positivas mas, na maioria dos casos, de magnitude baixa a moderada, situando-se as correlações de Pearson entre .01 e .41 (M=.23). As correlações item-total (corrigidas) são, na generalidade dos casos, psicometricamente adequadas (os *r*'s variam entre .24 e .50). O nível de consistência interna dos resultados, estimado com base na fórmula *alpha* de Cronbach, é de .77. Inspeccionando a coluna que contém os valores de *alpha* quando excluído o próprio item, é visível que todos os itens, com ligeira excepção do item 18, estão a contribuir positivamente para o nível global do *alpha*. Para o mesmo conjunto de itens, Baucom *et al.* (1996) obtiveram uma estimativa mais reduzida (α=.68) do que aquela por nós conseguida no estudo que aqui apresentamos.

4.3.4. Subescala de Investimento Expressivo

4.3.4.1. Tendência Central e Variabilidade

Uma análise das médias para os itens da subescala do *Investimento Expressivo* (cf. Quadro 5.32) revela-nos que as respostas localizam-se próximo do valor extremo, indicador de uma maior adesão ao padrão de relação avaliado. A média das médias dos itens é de 4.2, valor que se encontra 1.2 pontos acima do ponto médio 'natural' da escala. A análise dos desvios-padrão revela um nível de dispersão entre .07 e 1.01.

Estes valores apesar de não serem inadequados não deixam de evidenciar alguma homogeneidade nas respostas aos itens. Note-se, inclusive, que no item 15 nenhum participante utilizou o ponto de ancoragem "1". Naturalmente, a amplitude neste item é menor (A=3) do que a verificada para os restantes itens.

Quadro 5.32
Estatísticas descritivas e coeficientes de fidelidade dos items e totais da Subescala de *Investimento Expressivo*

						Excluído o próprio item			
Item	Média	Mdn	DP	Freq.Mín.(1)	Freq.Máx.(5)	r	alpha	alpha e.	X r
2	3.805		0.847	1	64	.184	.811		
4	4.529		0.751	3	173	.350	.795		
5	3.817		1.013	9	75	.316	.803		
8	4.052		0.855	4	86	.548	.777		
10	4.578		0.701	1	184	.446	.787		
15	4.425		0.738	0	147	.624	.771		
19	4.262		0.874	4	126	.506	.781		
21	4.554		0.660	1	169	.500	.783		
35	4.194		0.820	2	109	.558	.776		
36	4.358		0.851	3	145	.463	.785		
37	3.500		0.761	3	22	.362	.794		
38	4.205		0.824	1	112	.584	.773		
IPRE-IE	X=4.189	4.250	0.454				.801	.807	.262

4.3.4.2. Correlações Inter-item, Item-total e Consistência Interna dos Resultados

As correlações para todas as possíveis combinações dos itens desta subescala são, na generalidade, positivas, mas de baixa a moderada magnitude, situando-se no intervalo de .03 a .49 (M=.27). As correlações item-total (corrigidas) são, com excepção do item 2, adequadas (os *r*'s oscilam entre o .32 e .62)[14]. O valor do coeficiente *alpha* (.80) é superior ao apresentado (α= .70) por Baucom *et al.* (1996).

4.4. Dados Preliminares sobre a Validade dos Resultados do IPRE

Os estudos de análise factorial exploratória e confirmatória da estrutura dos itens do IPRE encontram-se em Apêndice. Tal opção deve-se à sua extensão que sobrecarregaria este texto desnecessariamente, tanto mais que, face às dúvidas colocadas sobre a sua estrutura factorial, decidimos da sua não utilização no Estudo de Casos.

[14] Embora o coeficiente de Pearson do item 2 seja inferior ao critério psicométrico habitualmente utilizado como *cut-off* na selecção de itens para um instrumento de avaliação psicológica, verifica-se que a alteração no nível do coeficiente *alpha*, resultante da remoção deste item desta subescala, pode considerar-se insignificante.

4.4.1. Diferenças Relativas ao Sexo e à Idade

Com o objectivo de verificar se os resultados obtidos pelos casais da amostra portuguesa nas subescalas IPRE eram diferentes, conforme se tratasse do grupo dos homens ou do grupo das mulheres, calculámos os valores das médias, dos desvios padrão e do teste *t* (bem como as probabilidades associadas) que apresentamos no Quadro 5.36 que se segue.

Quadro 5.36

Resultados no IPRE por Sexo

Medidas do IPRE	Sexo F (n = 133)		Sexo M (n = 134)		t (gl = 265)	p
	M	DP	M	DP		
Fronteiras	3.783	.437	3.737	.488	.818	.414
Controlo	4.253	.470	4.204	.479	.835	.404
Investimento Instrumental	3.833	.449	3.868	.522	- .574	.567
Investimento Expressivo	4.194	.447	4.190	.463	.082	.935
Padrão Relacional Global	4.013	.382	3.999	.382	.274	.784

Verificamos que não se registam diferenças significativas em função do sexo, à semelhança do que foi encontrado pela equipa de Baucom (1996, p.82) no estudo de desenvolvimento deste instrumento. No que se refere à idade, conforme Quadro 5.37, só são significativas as diferenças que se verificam na subescala do *Controlo*. Nesta, o grupo1, dos indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, revela resultados mais elevados e que se distinguem significativamente dos do grupo 4 (40-49 anos) [F (4, 262) = 2.68, p< .05], confirmado pela aplicação do método *Tuckey HSD*.

Quadro 5.37

Resultados no IPRE por Grupo de Idade

Medidas do IPRE	G 1 (n=34)		G 2 (n=50)		G 3 (n=45)		G 4 (n=81)		G 5 (n=58)		F (4, 262)
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Fronteiras	3.872	.436	3.775	.508	3.750	.387	3.655	.478	3.833	.455	1.933
Controlo	4.409	.475	4.250	.476	4.299	.420	4.119	.480	4.204	.478	2.680*
Investimento Instrumental	3.919	.439	3.818	.373	3.810	.458	3.817	.548	3.915	.533	.648
Investimento Expressivo	4.289	.435	4.151	.445	4.170	.427	4.150	.482	4.244	.454	.874
Padrão Relacional Global	4.122	.393	3.999	.405	4.007	.336	3.930	.439	4.049	.434	1.522

Nota.(N=268) Grupos de idade - G1:20-29anos; G2: 30-34anos; G3: 35-39anos; G4: 40-49anos; G5: 50-72 anos.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

4.4.2. Diferenças Relativas ao Tempo de Casamento, ao Número de Filhos, à Religião e Escolaridade

No que se refere à variável Tempo de Casamento as únicas diferenças significativas entre os grupos encontram-se, também, na subescala de *Controlo*, com o grupo 1 (2-5 anos de casamento) com um resultado médio de 4.3 significativamente superior ($F(3,263) = 2.9$, $p < .05$) ao resultado médio de 4.1, encontrado para o grupo 3 (14-24 anos de casamento). O padrão relacional de *Controlo* parece ir diminuindo com o tempo de casamento, para recuperar, no grupo 4 (25 anos ou mais de casamento) um valor tão elevado quanto o valor evidenciado pelo grupo1.

Quadro 5.38
Resultados no IPRE por Grupo de Tempo de Casamento

Medidas do IPRE	G 1 (n=62)	G 2 (n=80)	G 3 (n=64)	G 4 (n=62)	F (3, 263)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Fronteiras	3.79 (.44)	3.78 (.49)	3.64 (.48)	3.84 (.42)	2.2	ns
Controlo	4.31 (.45)	4.25 (.49)	4.1 (.49)	4.3 (.44)	2.9*	G1>G3
Investimento Instrumental	3.83 (.41)	3.82 (.48)	3.81 (.51)	3.94 (.54)	1.1	ns
Investimento Expressivo	4.21 (.42)	4.17 (.48)	4.12 (.46)	4.29 (.44)	1.6	ns
Padrão Relacional Global	4.03 (.38)	4.00 (.43)	3.91 (.42)	4.1 (.40)	2.1	ns

Nota.(N=268) Grupos de t.casamento - G1:2-5anos; G2: 6-13anos; G3: 14-24anos; G4: mais de 25anos

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método Tuckey HSD, p<.05

As variáveis Número de Filhos e Religião não se revelaram importantes na diferenciação dos resultados em nenhuma das subescalas que compõem o IPRE, nem no padrão relacional global, pelo que não apresentamos nenhum dos quadros.

Já a variável Escolaridade, conforme se pode observar no Quadro 5.39, ajuda a explicar o padrão relacional de *Controlo* significativamente superior obtido pelo grupo 3 relativamente ao grupo 1 – $F(3,263) = 3.55$, $p<.05$.

Quadro 5.39

Resultados no IPRE por Grupo de Escolaridade

Medidas do IPRE	G 1 (n=96)	G 2 (n=42)	G 3 (n=122)	G 4 (n=7)	F (3, 263)	Diferenças entre grupos[a]
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Fronteiras	3.70 (.49)	3.87 (.39)	3.76 (.47)	3.87 (.34)	1.50	----
Controlo	4.1 (.50)	4.31 (.41)	4.29 (.46)	4.40 (.38)	3.55*	G3>G1
Investimento Instrumental	3.88 (.51)	3.86 (.46)	3.83 (.49)	3.86 (.28)	.195	
Investimento Expressivo	4.16 (.49)	4.20 (.41)	4.21 (.45)	4.27 (.34)	.338	----
Padrão Relacional Global	3.96 (.44)	4.06 (.37)	4.02 (.41)	4.10 (.24)	.885	----

Nota (N=267)

Grupos de Nível de escolaridade - G1:9º-12ºano; G2:bacharelato; G3:licenciatura; G4:mestr./doutoramento.

*p<.05; **p<.01; ***p<.001

[a] Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05

4.5. Análise dos Resultados da Satisfação/insatisfação e do Impacto Emocional Relativamente aos Padrões Relacionais

O IPRE, conforme já referido anteriormente no capítulo da Metodologia aquando da operacionalização de variáveis, inclui duas questões adicionais para cada um dos 48 itens que compõem as quatro subescalas já analisadas. Uma das questões – *"Está satisfeito(a) com o modo como o padrão está a ser alcançado na sua relação?"* - foi elaborada com o objectivo de avaliar se existe discrepância entre os padrões que cada cônjuge tem e o que acontece efectivamente na relação conjugal, sendo as opções de resposta "sim" ou "não". A outra questão procura avaliar o impacto emocional que cada um dos cônjuges revela quando o padrão conjugal que tinha para a relação, não é atingido. As opções de resposta variam de "nada perturbador" a "muito perturbador", numa escala tipo Likert, de três pontos.

Assim, para além dos resultados referentes ao padrão conjugal actual nas quatro dimensões – *Fronteiras, Controlo, Investimento Instrumental e Investimento Expressivo* – e um valor global correspondente a um padrão conjugal focalizado ou na relação, obtém-se ainda quatro valores de satisfação/insatisfação para cada uma destas dimensões, bem como quatro graus de incómodo/perturbação relativamente a padrões não alcançados em cada uma das dimensões. Os autores do instrumento (Baucom *et al.*, 1996, p.76) realçam, também, a importância de obter índices globais para as questões da satisfação e do impacto emocional, com os padrões conjugais, no conjunto dos itens.

No que se refere à possível influência de diversas variáveis socio-demográficas nos resultados obtidos na satisfação/insatisfação relativamente aos padrões de *Fronteiras*, *Controlo*, *Investimento Instrumental* e *Investimento Expressivo* e ao padrão conjugal global verificamos que as variáveis Sexo, Número de Filhos, Religião e mesmo a Escolaridade (as diferenças que existem não são suficientes para diferenciar os grupos) não se revelam como importantes a este nível. Por sua vez, a variável Idade diferencia significativamente o grupo 4 (com participantes dos 40-49 anos, revelando menor satisfação) do grupo 3 (com participantes dos 35-39 anos com maior satisfação) com o modo como o padrão de *Controlo* está ser alcançado na relação conjugal.

A variável Tempo de Casamento é aquela que parece ter maior impacto na satisfação/insatisfação dos casais com os padrões conjugais. O grupo 3 formado pelos casais que estão casados entre 13-24 anos é o que revela maior insatisfação diferenciando-se significativamente dos grupos 1 (2 a 5 anos de casamento) e do grupo 2 (6 a 13 anos de casamento) no padrão de *Controlo* e no padrão relacional global, e só do grupo 2 no padrão de *Fronteiras* e de *Investimento Expressivo*. Apesar desta tendência se manter no padrão de *Investimento Instrumental*, as diferenças encontradas não são estatisticamente significativas.

Quadro 5.40

Resultados no IPRE- Satisfação* por Grupo de Idade

Medidas do IPRE	G 1 (n=34)		G 2 (n=50)		G 3 (n=45)		G 4 (n=81)		G 5 (n=58)		F (4, 260)
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	
Fronteiras	1.11	(.16)	1.11	(.17)	1.09	(.13)	1.16	(.18)	1.15	(.19)	1.64
Controlo	1.09	(.14)	1.10	(.16)	1.08	(.14)	1.19	(.17)	1.15	(.19)	**4.59**(G4>G3)
Investimento Instrumental	1.16	(.19)	1.15	(.18)	1.18	(.19)	1.22	(.21)	1.19	(.21)	.33
Investimento Expressivo	1.11	(.16)	1.13	(.17)	1.14	(.16)	1.19	(.18)	1.15	(.20)	1.52
Padrão Relacional Global	1.12	(.15)	1.12	(.16)	1.12	(.14)	1.19	(.17)	1.16	(.18)	2.28

Nota.(N=265) Grupos de idade - G1:20-29anos; G2: 30-34anos; G3: 35-39anos; G4: 40-49anos; G5: 50-72 anos.
* Sim = 1; Não = 2

Resultados no IPRE - Satisfação por Grupo de Tempo de Casamento

Medidas do IPRE	G 1 (n=62)	G 2 (n=80)	G 3 (n=64)	G 4 (n=62)	F (3, 261)	Diferenças entre grupos
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Fronteiras	1.11 (.16)	1.09 (13)	1.19 (.20)	1.15 (.19)	**4.26****	G3>G2
Controlo	1.10 (.15)	1.10 (.15)	1.19 (.19)	1.15 (.17)	**5.21****	G3> G2, G1
Investimento Instrumental	1.18 (.21)	1.15 (.17)	1.23 (.20)	1.19 (.21)	.11	ns
Investimento Expressivo	1.13 (.18)	1.13 (.16)	1.22 (.20)	1.13 (.18)	**3.98****	G3>G2
Padrão Relacional Global	1.13 (.16)	1.12 (.13)	1.21 (.18)	1.15 (.16)	**4.29****	G3>G1,G2

Nota.(N=265) Grupos de casamento - G1:2-5anos; G2: 6-13anos; G3: 14-24anos; G4: mais de 25anos

Relativamente ao incómodo/perturbação (emoção negativa) face à não concretização de cada um dos padrões relacionais verificamos, conforme Quadro 5.41, que a variável Sexo revela alguma influência nas respostas dos participantes.

As mulheres, por comparação com os homens, revelam um maior grau de incómodo/perturbação nos padrões não alcançados de *Fronteiras* e de *Controlo*. Verifica-se a mesma tendência, apesar de não significativa para os outros padrões, incluindo o padrão relacional global[15]. Estes resultados são consonantes com os de Baucom e colaboradores (1996, p.82) - eram as mulheres quem mostrava maior grau de incómodo/perturbação, sempre que avaliavam cada padrão conjugal como não atingido.

Quadro 5.41

Resultados no IPRE - emoção negativa, por Sexo

Medidas do IPRE	Sexo F (n = 133)		Sexo M (n = 134)		t (gl = 262)	p
	M	DP	M	DP		
Fronteiras	2.10	.35	2.01	.37	.818	**.049***
Controlo	2.25	.35	2.16	.36	.835	**.025***
Investimento Instrumental	2.18	.33	2.13	.35	.574	.227
Investimento Expressivo	2.26	.34	2.12	.37	.082	.243
Padrão Relacional Global	2.20	.32	2.13	.34	1.77	.076

A influência de variáveis como Tempo de Casamento, Idade, Número de Filhos, Religião e Escolaridade, apesar de se fazer sentir, não é estatisticamente significativa.

4.6. Conclusão

Este estudo das escalas, centrado numa primeira exploração das qualidades psicométricas básicas da forma experimental em língua portuguesa, permitiu identificar uma equivalência de conteúdo entre esta e a versão original, índices de consistência interna adequados e alguma sensibilidade de medidas à diferenciação interindividual e, em alguns casos, em função da Idade, do Tempo de Casamento e da Escolaridade, mas sempre na subescala de Controlo. A estrutura factorial encontrada levanta dúvidas tendo sido ponderado um índice global de Padrão Conjugal Focado na Relação, à semelhança da proposta de Baucom (1993), com base nos resultados da análise factorial confirmatória anteriormente referida (cf. Apêndice) e nos resultados encontrados no

[15] Com o objectivo de explorar se havia diferenças significativas entre os sexos nos padrões relacionais também usámos um desenho com medidas repetidas multivariadas em que o casal era a unidade de análise e o sexo era tratado como variável entre os sujeitos. Os resultados dos cônjuges nas quatro dimensões dos padrões para as três questões, bem como os três padrões globais (padrão actual global, satisfação/insatisfação global e grau de incómodo/perturbação global, serviram como 15 variáveis dependentes . Os resultados indicaram que os dois sexos eram, no geral, diferentes, ao responder ao IPRE, $F(15, 240) = 2480.6$, $p < .001$. No entanto, as únicas diferenças estatisticamente consistentes foram encontradas, à semelhança dos estudos de Baucom *et al.* (1996, p.84), nos resultados relativos à questão sobre o grau de incómodo/perturbação face a padrões relacionais não alcançados.

nosso estudo, designadamente pelas intercorrelações das quatro escalas e pelo elevado valor do coeficiente *alpha* de Cronbach para o conjunto das mesmas. Face aos resultados destes estudos decidimos não incluir o IPRE no Estudo de casos que realizámos e que se encontra descrito no capítulo VII.

5. Comentário Final

Os estudos realizados para a adaptação destes três instrumentos procuraram, em síntese, responder a questões relativas às propriedades psicométricas da *fidelidade* e da *validade* : "Qual o grau de precisão destas medidas?"; "Será que a estrutura latente (factorial) dos itens corresponde aos modelos de medida originalmente propostos?".

Avaliámos a precisão das medidas recolhidas com base, sobretudo, no método de consistência interna e, de um modo geral, podemos afirmar que os instrumentos adaptados permitem realizar observações com níveis de fiabilidade bastante razoáveis. O Quadro 5.42 que se segue apresenta os valores do coeficiente *alpha* de Cronbach (α) encontrados por nós nas amostras portuguesas e os que os autores encontraram, originalmente, nas amostras de desenvolvimento de cada um dos instrumentos.

Quadro 5.42
Coeficientes *alpha* calculados para as subescalas

		alpha nos estudos de adaptação	*alpha* nos estudos originais
PAQ			
	Expressividade	.78	.82
	Instrumentalidade	.75	.85
EDR\RDI			
	Ideologia do Tradicionalismo	.70	.80
	Ideologia da Incerteza e da Mudança	.63	.60
	Partilha	.88	.88
	Autonomia	.60	.46
	Espaço Indiferenciado	.44	.52
	Regularidade Temporal	.79	.82
	Evitamento do Conflito	.70	.60
	Assertividade	.60	.65
IPRE\ISRS			
	Fronteiras	.80	.70
	Controlo	.84	.73
	Investimento Instrumental	.77	.68
	Investimento Expressivo	.70	.70

Verificamos que, das catorze subescalas, dez apresentam coeficientes de consistência interna iguais ou superiores a .70, três situam-se no ponto .60 e somente

uma se localiza abaixo deste último valor. Assim, no que respeita à *fidelidade*, a maioria das subescalas dos instrumentos adaptados possibilita a recolha de resultados fiáveis.

Enquanto o IPRE apresenta, no estudo de adaptação, resultados do coeficiente α superiores aos dos estudos originais com as amostras norte-americanas, os outros dois instrumentos adaptados têm, no geral, coeficientes α ligeiramente inferiores.

No que se refere à propriedade da *validade*, analisámo-la sobretudo em relação à estrutura interna das medidas e com base em procedimentos de análise factorial (exploratória e confirmatória). Uma primeira conclusão diz respeito ao facto da maioria das medidas investigadas ser multidimensional. Com efeito, as análises factoriais extraíram sempre mais do que um factor ou dimensão. No caso do IPRE parece, também, ter significado psicométrico, um resultado global unificador, indicador de padrões conjugais focados ou não nas relações. Um segundo aspecto prende-se com a comparação das soluções de estrutura interna dos instrumentos obtidas nas amostras portuguesa e americana. Com dois destes instrumentos, não houve uma correspondência imediata entre os dados observados e os modelos testados; mas, após reespecificações nos modelos seleccionados para cada instrumento, foi possível obter um grau de *fit* adequado, constituindo soluções provisórias até novos estudos independentes.

Relativamente à influência das variáveis socio-demográficas nos resultados encontrados, nas amostras, com os três instrumentos, destacaram-se: o Sexo (sobretudo no PAQ); a Idade e o Tempo de Casamento (nas subescalas de *Instrumentalidade* do PAQ e de *Controlo* do IPRE), o Tempo de Casamento, Número de Filhos e Religião (na EDR, e diferentemente consoante as subescalas).

Verificam-se, efectivamente, algumas especificidades no perfil de resultados obtidos com estas amostras, provavelmente devido a factores culturais dos dois países. Para além disso, diferenças que se verificam em função da idade dos cônjuges, do tempo de casamento bem como da religião não serão alheias às grandes mudanças, que têm ocorrido no último quarto de século na sociedade portuguesa. Tais mudanças, ao contribuírem para um aumento da qualidade de vida, também operaram transformações rápidas e sucessivas nos vários sectores da sociedade, no mundo escolar, cultural e laboral, nas famílias e nos casais, nas relações interpessoais e sociais e na sociedade em geral.

Impacto considerável destas alterações deu-se nos papéis sociais de cada um dos géneros e na dinâmica das relações entre os homens e as mulheres na sociedade portuguesa. Se atendermos à evolução dos índices demográficos no nosso país nas

últimas décadas, poderemos verificar que eles indiciam processos de transformação nos papéis de género, nas estruturas e nas relações familiares, os quais terão forçosamente implicações nas formas de estar, agir e relacionar dos seres feminino e masculino e destes com a sociedade em geral. No caso particular das mulheres, regista-se, sobretudo a partir dos anos 70, maiores possibilidades de acesso ao mundo académico e ao laboral, com consequências ao nível da autonomia e da independência económica. As mudanças sociais nas últimas décadas são patentes nas alterações demográficas, caracterizadas pela progressiva desvalorização da instituição casamento na constituição da família e na concretização da fecundidade e na instabilidade das uniões conjugais[16]. Por outro lado, a par das suas funções profissionais, em muitos casos equivalentes às dos homens, as mulheres têm as responsabilidades da vida doméstica e familiar, dos cuidados com os descendentes e ascendentes, sendo marcada a assimetria dos papéis conjugais.

Estas realidades estruturais são marcos importantes da história portuguesa recente que influenciam diversamente mulheres e homens consoante a fase de idade em que as mesmas são vividas. As implicações destas realidades não serão facilmente objectiváveis, mas terão necessariamente implicações nas formas de construir os papéis de género e as relações conjugais, nas diversas idades e tempos de casamento e nos dois sexos. Uma tentativa de explicação da atipicidade das diferenças encontradas na amostra portuguesa terá que atender à influência dos factores sócio-culturais na determinação das condições ou dos processos que favorecem, ou dificultam, de um modo diferenciado, a relação entre o género e a conjugalidade nos dois sexos.

[16] Para a caracterização das transformações gerais do regime demográfico no nosso país, podemos destacar a evolução entre os anos 70 e 2001 dos seguintes indicadores fornecidos pelo INE: as taxas de nupcialidade diminuem gradualmente desde 1970 (o número médio de casamentos celebrados por ano passou de 86 595 para 57 805 no ano 2001 e, na forma de celebração, verifica-se uma diminuição dos casamentos católicos e aumento relativo dos civis; o índice de divorcialidade adquire visibilidade a partir de 1974/75 e não parou de subir desde então, excepto em 2001 em que se verificou um ligeiro decréscimo relativamente a 2000; no que respeita a filiação, apesar da maioria dos nascimentos continuar a ocorrer dentro do casamento (76,2%), verifica-se um aumento dos nascimentos fora do casamento, representando 28,3% em 2001; a baixa acentuada de fecundidade desde 1970 com uma descendência média de três crianças por mulher, uma das mais elevadas da Europa continua a descer sendo que, em 2001, a taxa de natalidade (número de nados-vivos por mil habitantes) foi de 10,9%, menos 7,6% do que em 2000. O sentido da evolução destes índices é semelhante ao que se regista noutros países, nomeadamente europeus, mas em Portugal o processo de mudança foi mais tardio e mais rápido. No que se refere à condição perante o trabalho dos pais, em 2001, a percentagem de mães empregadas situou-se nos 71% (para 51,1% em 1991) e os pais em 93,3%. Neste indicador Portugal é o único país da OCDE em que a percentagem de mães a trabalhar a tempo inteiro (92%) é superior à das mulheres sem filhos, especialmente aquelas que detém baixa qualificação (*Employment Outlook* 2002, OCDE).

Capítulo VI – Estudos Empíricos Preliminares

"Temos de usar simultaneamente a imaginação e a razão. A imaginação para conceber ideias e a razão para criticar e seleccionar as novas ideias" (Karl Popper)

Introdução

Os resultados de qualquer trabalho empírico não podem ser vistos fora do contexto teórico próprio. São, fundamentalmente, função dos pressupostos teóricos que constituíram o ponto de partida desta tese e da metodologia utilizada. Deste modo, no presente capítulo, faz-se referência a três estudos empíricos preliminares cujo objectivo primordial residiu na pesquisa de padrões gerais de comportamento individual e conjugal em áreas como orientações de papel sexual (*expressividade* e *instrumentalidade*), estilos de vinculação, esquemas e padrões conjugais e satisfação conjugal. Os três estudos surgem na sequência da revisão de literatura realizada e apresentada nos primeiros capítulos e pretendem, como se procurou tornar explícito no capítulo da Metodologia, identificar um conjunto de factores ou variáveis e respectivas relações susceptíveis de orientar as primeiras respostas à questão inicial de investigação. Os estudos são, portanto, exploratórios e a sua concretização essencialmente quantitativa deve ser entendida no quadro de referência da investigação e respectiva estratégia metodológica.

Este capítulo destina-se, pois, à descrição, análise e discussão de resultados obtidos em estudos considerados preliminares. Cada estudo inicia-se com uma introdução que contextualiza a problemática específica a que se dirige, como complemento ao que foi referido nos capítulos iniciais deste trabalho, e apresenta as questões de investigação e objectivos igualmente específicos. Cada estudo termina com a apresentação dos resultados e respectiva discussão, seguida de uma conclusão.

1. Estudo 1 – Sexo[1]; Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

1.1. Introdução

Pretendemos, neste estudo[2], explorar as semelhanças entre as tipologias de estilo de vinculação do adulto (Bartholomew, 1990) e de orientação de papel sexual[3] (Spence & Helmreich, 1978), numa amostra portuguesa. Ambas as tipologias são definidas por pares de dimensões: 'modelo sobre si próprio' e 'modelo sobre os outros' (estilos de vinculação); *instrumentalidade* e *expressividade* (orientações de papel sexual).

Como já foi descrito em capítulos anteriores, Spence e Helmreich (1978) baseando-se nos valores superiores ou inferiores à mediana obtidos nas dimensões de *instrumentalidade* e de *expressividade*, chegam a quatro categorias de papel sexual (*feminino, masculino, andrógino e indiferenciado*, cf. Fig. 6.1). Por sua vez, Bartholomew (1990), considerando que os padrões de vinculação são mantidos ao longo do tempo por meio de modelos de funcionamento interno de si próprio e dos outros, os quais podem ser positivos ou negativos, inferiu uma tipologia de estilos de vinculação do adulto (*seguro, preocupado; evitante desligado e evitante amedrontado*, cf. Fig.6. 2).

Quer a teoria da vinculação, quer a teoria da androginia psicológica partem do pressuposto de que a saúde mental implica uma espécie de compromisso entre dois aspectos ou dimensões da personalidade a que se tem atribuído uma série de designações tais como *agenticidade* (*agency*) e *comunalidade* (*communion*) (Bakan, 1966), *masculinidade* e *feminilidade* (Bem, 1974), *identidade* e *intimidade* (Erikson, 1968), *instrumentalidade* e *expressividade* (Spence, 1993), *autonomia* e *conexão* (Baxter, 1988).

Os estudos de Collins e Read (1990) e de Shaver e colaboradores (1996) facultam interessantes pistas sobre a relação entre tipologias referentes aos estilos de vinculação e aos papéis sexuais. Particularmente evidentes são as semelhanças entre as noções teóricas de *vinculação segura* e de *androginia*. Ambas são vistas como "*um*

[1] Neste estudo, assim como nos que se seguem, usamos o termo sexo quando nos estamos a referir a homens e a mulheres, ainda que as variáveis comparadas sejam variáveis de género.

[2] O estudo 1 foi realizado com a amostra descrita no capítulo intitulado "Estudos de Adaptação de Instrumentos", pg. 352. Sempre que o número total de participantes seja diferente de N = 681, o facto deve-se a "omissão de dados". Os estilos de vinculação e os papéis sexuais foram avaliados, respectivamente, através do QR (Bartholomew, 1990) e do PAQ (Spence & Helmreich, 1978) (cf. Estudos de Adaptação de Instrumentos).

[3] São diversos os autores (e.g. Shaver *et al.*, 1996) que utilizam a expressão 'orientação de papel sexual' para designar os atributos relacionados com o género – expressividade e instrumentalidade.

misto de autonomia e auto-confiança e capacidade saudável para relações íntimas emocionalmente expressivas" (Shaver *et al.*, 1996, p.583). Por um lado, a vasta literatura existente sobre orientações de papel sexual inclui diversas associações da *androginia* com auto-estima elevada, satisfação nas relações românticas, menor solidão, melhor saúde física, maior flexibilidade de comportamentos (Bem, 1974; Helgeson, 1994; Ickes, 1993; Lubinski, Tellegen, & Butcher, 1983; Spence, Helmreich & Stapp, 1975). Por outro lado, são diversos os estudos que associam o estilo de vinculação *segura* "*a reduzida probabilidade de divórcio, a continuação de boas relações com os pais e com colegas de trabalho, a padrões de auto-revelação apropriados às situações, e a poucos sintomas psicossomáticos*" (Shaver *et al.*, 1996, p.583). No entanto, *vinculação segura* e *androginia* terão características semelhantes mas não idênticas dado que, enquanto a primeira não é sensível ao género, a segunda é definida em termos de característica de personalidade relacionada com o género.

O paralelismo conceptual entre os estilos de vinculação e as orientações de papel sexual torna-se especialmente claro quando consideramos as semelhanças entre as duas figuras que se seguem:

		Instrumentalidade/Masculinidade/'Agency'	
		Elevado	Reduzido
Expressividade Feminilidade Communion'	Elevado	Andrógino	Feminino
	Reduzido	Masculino	Indiferenciado

Figura 6.1 - Tipologia de orientações de papel sexual (Spence & Helmreich, 1978)

		Modelo sobre Si Próprio (Dependência)	
		Positivo (baixa)	Negativo (elevada)
Modelo sobre os Outros (Evitamento da intimidade)	Positivo (baixo)	Seguro	Preocupado
	Negativo (elevado)	Evitante Desligado	Evitante Amedrontado

Figura . Modelo de vinculação no adulto (Bartholomew & Horowitz, 1991, p.227)

Figura 6.2 – Tipologia de Estilos de Vinculação (Bartholomew, 1991)

Propomo-nos, neste primeiro estudo, replicar parte do estudo realizado por Shaver e colaboradores (1996), uma vez que os resultados e conclusões apresentados são de potencial importância para o conhecimento científico sobre esta temática em geral e, para a presente tese, em particular[4].

Nesse sentido, o presente estudo tem como objectivos principais testar as seguintes hipóteses:

- A *instrumentalidade* e *expressividade*, conceptualizadas originalmente como "*características de personalidade relacionadas com o género*" (Spence, 1993), estão significativamente relacionadas com o sexo;

- Os estilos de vinculação, conceptualizados por Bartholomew (1991) como pouco sensíveis ao género, não estão efectivamente relacionados com o sexo;

- O estilo de vinculação *seguro* estaria positivamente associado quer com a *instrumentalidade* quer com a *expressividade* (e, portanto, com a sua combinação, androginia), enquanto o estilo *evitante desligado* estaria relacionado positivamente com a *instrumentalidade*, o estilo *preocupado* estaria relacionado positivamente com a *expressividade*. Especificando, a *instrumentalidade* estaria correlacionada com a dimensão de 'modelo sobre si próprio', e a *expressividade* estaria correlacionada com a dimensão de 'modelo sobre os outros', resultando numa associação significativa entre categorias de orientação de papel sexual e classificações de estilo de vinculação.

Se o padrão de resultados previsto fosse obtido sugeriria, segundo Shaver e colaboradores (1996, p.584), que a orientação de papel sexual poderia ser conceptualizada como estilo de vinculação mais alguns atributos relacionados com o género (e.g. diferenças no poder) ou que o estilo de vinculação poderia ser conceptualizado como *agenticidade* e *comunalidade*, menos estas qualidades relacionadas com o género.

1.2. Resultados e Discussão

A primeira hipótese foi confirmada através de uma análise de qui-quadrado que estabelece uma relação significativa entre a tipologia PAQ e o sexo (género), χ^2 (3, 681) = 51.3, p=.000004. As percentagens de homens e mulheres em cada uma das quatro categorias de papel sexual foram as seguintes: *masculino*, 66.9% de homens, 33.1% de

[4] A réplica de estudos isolados, com ligeiras alterações, consiste num dos tipos de trabalho empírico previstos por Hill e Hill (2000, p.13).

mulheres; *feminino*, 26.4% de homens, 73.7% de mulheres; *indiferenciado*, 49% de homens, 51% de mulheres; *andrógino*, 52.7% de homens, 47.3% de mulheres. Uma série de análises de variância (ANOVA) indicou que as mulheres obtiveram classificações significativamente mais elevadas (M=23.19, DP=4.05) que os homens (M=22.16, DP=3.74) na subescala da *expressividade*, [F(1, 679)=12.01, p<.001]; e, inversamente, os homens (M=20.97, DP=4.01) obtiveram classificações mais elevadas do que as mulheres (M=19.16, DP=4.40) na subescala da *instrumentalidade*, [F(1, 679)=31.69, p<.001].

Relativamente à hipótese 2 verificou-se, conforme previsto, que não havia diferenças de sexo/género nas medidas categoriais de estilos de vinculação, χ^2 (3, 611) = 7.59 (excepto no estilo *evitante desligado*). A percentagem de homens e mulheres que se identificou com cada um dos quatro estilos de vinculação foi a seguinte : *seguro*, 48.3% de homens e 51.7% de mulheres; *evitante amedrontado*, 45.1% de homens e 54,9% de mulheres; *preocupado*, 46.5% de homens e 53.5% de mulheres; *evitante desligado*, 63.4% de homens e 36.6% de mulheres. Também não há diferenças de género nas classificações numéricas dos estilos de vinculação (excepto no estilo *evitante desligado*): *seguro*, F(1, 571)=.93 (M=4.80, DP=1.62 para os homens; M=4.93, DP=1.56 para as mulheres); *evitante amedrontado*, F(1,562)=.394 (M=3.26 , DP=1.65, para os homens; M=3.36, DP=1.80 para as mulheres); *preocupado*, F(1, 562)=.394 (M=2.92, DP=1.72, para os homens; M=2.99, DP=1.65 para as mulheres); *evitante desligado*, F(1, 562)=13.22 (M=3.13, DP=1.86, para os homens; M=2.58, DP=1.71, para as mulheres). A diferença encontrada no estilo *evitante desligado* é a única a estar relacionada com o sexo/género e reflecte-se no mesmo sentido de resultados encontrados anteriormente (Bartholomew & Horowitz, 1991; Brennan, Shaver, & Tobey, 1991; Shaver *et al.*, 1996), os quais são atribuídos a diferentes socializações dos papéis ligados ao género em que *"os rapazes aprenderiam a negar uma necessidade que evitam (intimidade e vulnerabilidade emocional, principalmente)"* (idem, p.591).

A hipótese segundo a qual a vinculação *segura* estaria positivamente associada tanto com a *instrumentalidade* como com a *expressividade* (e, portanto, com a androginia) foi testada com uma análise de variância multivariada (MANOVA). Nesta análise, a categoria de papel sexual (com quatro níveis) era a variável independente e as quatro classificações de estilos de vinculação as variáveis dependentes, tendo sido encontrado um efeito geral significativo da categoria de papel sexual [F (12,

1466)=10.34, p <.001, *Wilks lambda* = .81]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tukey HSD*.

Conforme se pode ver no Quadro 6.1, os indivíduos de tipo *masculino* têm médias significativamente mais elevadas no estilo *evitante desligado* do que os indivíduos de tipo *feminino* e *andrógino*, e os indivíduos de tipo *indiferenciado* têm médias significativamente mais elevadas do que os indivíduos de tipo *feminino* no mesmo estilo de vinculação; os indivíduos de tipo *feminino* têm médias mais elevadas no estilo *preocupado* do que os indivíduos de tipo *masculino*, *andrógino* e *indiferenciado* (estes últimos têm, também, médias significativamente superiores às obtidas pelos indivíduos de tipo *masculino* e *andrógino*, o que é consonante com os resultados obtidos por Bartholomew & Horowitz, 1991). Os participantes de tipo *andrógino*, seguidos dos participantes de tipo *feminino* e dos de tipo *masculino* têm médias mais elevadas no estilo de vinculação *seguro* do que os indivíduos de tipo *indiferenciado*. Os participantes de tipo *andrógino* têm médias inferiores no estilo *evitante amedrontado*, distinguindo-se significativamente de todos os outros.

Quadro 6.1 - Classificações médias de Vinculação para os quatro tipos PAQ

	TIPO PAQ				
ESTILO DE VINCULAÇÃO	Feminino (n=126)	Masculino (n=129)	Andrógino (n=185)	Indiferenciado (n=123)	F(3, 560)
Seguro (A)	4.99a (1.52)	4.84a (1.61)	**5.14a** (1.41)	4.33a (1.77)	7.1***
Evitante amedrontado (B)	3.72b (1.94)	3.35c (1.57)	2.70abc (1.52)	**3.77a** (1.69)	13.9***
Preocupado (C)	**3.56a** (1.76)	2.53ab (1.49)	2.66ab (1.58)	3.23b (1.73)	11.7***
Evitante/desligado (D)	2.24ab (1.46)	**3.59a** (1.76)	2.63a (1.9)	3.05b (1.78)	14.4***

Nota: Em cada linha, as médias que partilham uma letra diferem com p<.05. A média mais elevada em cada uma das linhas aparece a negro forte para facilitar as comparações. Os desvios-padrão estão entre parêntesis.
***p<.001.

Na análise de correlações, a *expressividade* estava negativamente correlacionada com os estilos *evitante desligado* e *evitante amedrontado* (r=-.25, p<.001; r=-.13, p<.01, respectivamente e para ambos os sexos combinados) e, positivamente, com o estilo *seguro* (r=.21, p<.001); a *instrumentalidade* estava correlacionada positivamente com os estilos *evitante desligado* e *seguro* (r=.13, p<.01, em ambos) e negativamente com os estilos *evitante amedrontado* (r=-.22, p<.001) e *preocupado* (r=-18, p<.001).

Parece ser possível concluir que quanto mais *segura* uma pessoa, no que se refere ao estilo de vinculação, mais probabilidade tem de ter resultados elevados nas subescalas de *expressividade* e *instrumentalidade* (i.e., maior probabilidade tem de ser do tipo andrógino). Se uma pessoa não é *segura*, ser *preocupada* está relacionado com uma classificação baixa na subescala da *instrumentalidade*, ser *evitante desligado* está relacionado com uma classificação baixa na subescala da *expressividade* e elevada na subescala de *instrumentalidade*, ser *evitante amedrontado* está relacionado com uma classificação baixa nas subescalas da *expressividade* e da *instrumentalidade* (i.e., maior probabilidade de ser de tipo *indiferenciado*).

Seguidamente determinámos as correlações entre as dimensões de vinculação (modelo sobre si próprio e modelo sobre os outros[5]) e de papel sexual (*instrumentalidade* e *expressividade*). Conforme se esperava, obteve-se uma correlação positiva ($r=.30$, $p<.001$), entre a dimensão 'modelo sobre si próprio' e a dimensão *instrumentalidade*/masculinidade mas não com a dimensão *expressividade*. Também a correlação ($r=.32$, $p<.001$) entre as dimensões 'modelo sobre os outros' e *expressividade*/feminilidade foi na direcção prevista. Estes resultados são muito semelhantes aos que foram obtidos por Collins e Read (1990) e Shaver e colaboradores (1996) e são claramente compatíveis com a terceira hipótese que colocámos.

Tendo como objectivo cimentar estas conclusões, as variáveis de *expressividade* e de *instrumentalidade* foram introduzidas em dois modelos de regressão múltipla progressiva, como potenciais preditoras dos modelos 'sobre si próprio' e 'sobre os outros'.

Assim, relativamente ao 'modelo sobre si próprio', o modelo de regressão múltipla explica 9% da variância [$F(2,558)=28.25$, $p<.00000001$], tendo o procedimento progressivo (*forward stepwise*) mantido as duas variáveis. No entanto é, sem dúvida nenhuma, a *instrumentalidade* a variável com maior capacidade de previsão do 'modelo sobre si próprio', explicando a quase totalidade da variância [$F(1,557)=54.8$, $p<.00000001$]. A análise das correlações parciais permite concluir que enquanto a *instrumentalidade* se encontra positivamente associada ao 'modelo sobre si próprio' ($r_v = .31$), a *expressividade* apresenta uma relação pouco significativa e negativa ($r_v = -.05$).

[5] O cálculo dos resultados para os modelos sobre si próprio e sobre os outros seguiu o procedimento de diversos autores (Cozzarelli *et al.*, 2000; Griffin & Bartholomew, 1994; Shaver *et al.*, 1996) para este efeito. Assim, os resultados do 'modelo sobre si próprio' foram encontrados subtraindo a soma dos valores numéricos dos estilos *preocupado* e *evitante amedrontado* à soma dos valores dos estilos *seguro e evitante desligado*. Os resultados do 'modelo sobre os outros' foi obtido subtraindo a soma das classificações nos estilos *evitante desligado* e *amedrontado* da soma dos valores nos estilos *seguro e preocupado*.

O modelo de regressão relativo ao 'modelo sobre os outros', explica 10% da variância [F(1,559)=61.75, p<.0000001], tendo sido retido como factor explicativo unicamente a *expressividade*, a qual se encontra positivamente associada (rv=.32), conforme análise das correlações parciais.

Procurámos, posteriormente e seguindo os passos de Shaver *et al.*(1996) em estudo semelhante, analisar as diferenças obtidas nas subescalas do PAQ em função do estilo de vinculação, desta vez analisando os resultados em cada um dos itens.

Quadro 6.2 - Resultados médios nos itens do Questionário de Atributos Pessoais

	Estilo de Vinculação				
Subescala e Item	Seguro (n = 356)	Evitante amedrontado (n = 102)	Preocupado (n = 71)	Evitante desligado (n = 82)	F (3, 607)
Instrumentalidade/masculinidade					
Auto-confiante	2.64de	2.29ad	2.21be	**2.83ab**	13.25***
	(.78)	(.84)	(.79)	(.72)	
Não desiste facilmente	2.89d	2.38ad	2.51b	**2.96ab**	11.49***
	(.87)	(1.02)	(.98)	.88	
Activo (não passivo)	**2.85ab**	2.44a	2.46b	2.73	8.62***
	(.80)	(.91)	(.86)	(.94)	
Aguenta a pressão	2.72cd	2.37ac	2.28bd	**2.77ab**	7.98***
	(.87)	(1.00)	(.97)	(.86)	
Independente	2.58	2.56ab	2.25a	**2.91ab**	7.62***
	(.85)	(.77)	(.94)	(.93)	
Competitivo	2.20	2.19	2.08	2.45	2.09ns
	(.96)	(1.06)	(1.05)	(.85)	
Decidido	2.43	2.24	2.31	2.48	1.13ns
	(1.03)	(1.10)	(1.02)	(1.11)	
Sente-se superior	2.19	2.11	2.19	2.10	.62ns
	(.56)	(.63)	(.67)	(.55)	
Expressividade/feminilidade					
Emocional	2.97c	2.93b	**3.1a**	2.49abc	7.90***
	(.85)	(.87)	(.86)	(1.03)	
Afável	**2.90a**	2.75	2.85	2.51a	5.79***
	(.77)	(.80)	(.71)	(.84)	
Consciente dos sentimentos dos outros	2.90a	2.91b	**2.92c**	2.54abc	5.42**
	(.73)	(.75)	(.81)	(.95)	
Simpático	**2.96**	2.77	2.66	2.77	5.25**
	(.68)	(.67)	(.74)	(.73)	
Devota-se aos outros	**2.84a**	2.60	2.77	2.49a	5.21**
	(.81)	(.82)	(.87)	(.88)	
Compreensivo	2.97	2.90	2.75	2.72	3.66*
	(.69)	(.81)	(.84)	(.89)	
Útil	2.96	2.87	2.92	2.72	2.78*
	(.66)	(.61)	(.77)	(.82)	
Gentil	2.75	2.64	2.52	2.55	2.68*
	(.79)	(.83)	(.88)	(.82)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05. Os desvios padrão estão entre parêntesis.
*p<.05, **p<.01, ***p<.001

Uma análise de variância multivariada (MANOVA) no conjunto dos itens revelou-se bastante significativa,[F(48,1761)=3.34,p<.001,*Wilks'lambda*=.77]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA, seguidos de testes *post hoc Tuckey, HSD* (para grupos com frequências diferentes). No Quadro 6.2, os itens aparecem numa ordem diferente da do questionário, agrupados por subescala e por ordem decrescente de relação significativa com o estilo de vinculação.

O padrão geral para os itens da *Instrumentalidade* é o seguinte: em todos os casos em que se verificou um efeito significativo da vinculação (auto-confiante, não desiste facilmente, activo, aguenta a pressão, independente), os indivíduos *seguros* e os indivíduos *evitantes desligados* obtiveram resultados médios superiores aos apurados para os indivíduos *evitantes amedrontados* e para os indivíduos *preocupados*. Assim, a *instrumentalidade* é importante na distinção entre 'modelo de si próprio' positivo (*seguros e evitantes desligados*) e 'modelo de si próprio' negativo (*preocupados e evitantes amedrontados*).

Por sua vez, o padrão geral para os itens da *Expressividade* revelou-se do seguinte modo: em todos os itens o efeito da vinculação foi significativo (emocional, afável, consciente dos sentimentos dos outros, simpático, devotado aos outros, compreensivo, útil e gentil) e os indivíduos *seguros* acompanhados dos indivíduos *preocupados* (e, em alguns casos, dos indivíduos *evitantes amedrontados*) obtiveram sempre resultados superiores aos dos indivíduos *evitantes desligados*. Assim, a *expressividade* parece ser especialmente importante para a distinção entre, por um lado, *evitamento desligado* e, por outro lado, *evitamento amedrontado* e não evitamento da intimidade. Claramente a dimensão de 'modelo sobre os outros, positiva, parece ter aqui um papel importante.

Para determinar que aspectos da *instrumentalidade* e da *expressividade* eram responsáveis pelos efeitos de género, realizámos uma análise de função discriminante na qual os grupos a serem descriminados eram os homens e as mulheres, e as variáveis discriminantes eram os itens das subescalas *Instrumentalidade* e *Expressividade* do PAQ. A função, com o valor de *lambda* de *Wilks* (1,664)=.79, $p<.001$, resultou bastante significativa. Correlacionaram com a função, acima de .30, os seguintes itens: *competitivo* (r=-.53), *aguenta a pressão* (r=-.47), *emocional* (r=.39), *sente-se superior* (r=-.38), *auto-confiante* (r=-.37). No item *emocional*, as mulheres classificaram-se superiormente aos homens; por sua vez, os homens obtiveram classificações mais elevadas do que as das mulheres nos itens *competitivo, aguenta a pressão, sente-se superior, e auto-confiante*. Estes itens contribuem, pois, bastante, para as associações de sexo/género com *instrumentalidade* e *expressividade*; sem eles – especialmente sem *competitivo* e *sente-se superior*, os quais não estão relacionados com o estilo de vinculação (conforme se pode constatar no Quadro anterior) – "*os conceitos resultantes de agenticidade e comunalidade estarão mais próximos das noções teóricas de vinculação de autonomia e conexão seguras*" (Shaver *et al.*, 1996, p.588).

Daqui se deduz que as diferenças entre os dois conjuntos de constructos (estilos de vinculação e orientações de papel sexual) poderão estar relacionadas com diferenças no poder (e.g. domínio *versus* submissão).

Recordamos, ainda, que a diferença entre o *evitamento desligado* e o *evitamento amedrontado* parece ser uma diferença relacionada com o género, como se existisse uma forma 'masculina' e uma forma 'feminina' de evitamento. Não só há, como analisámos a respeito da hipótese 2 deste estudo, significativamente mais participantes do sexo masculino que se identificam com a categoria *evitante desligado*, como as médias que obtêm na escala respectiva são superiores às do sexo feminino. No que se refere ao estilo *evitante amedrontado* encontramos uma ligeira prevalência dos participantes do sexo feminino, se bem que não assuma significado estatístico. Para Shaver *et.al.*(1996, p.592), estes dois tipos de evitamento diferiram, nos estudos que realizou, "ao longo de uma dimensão de agressividade/vulnerabilidade". Neste sentido, procurámos, e também à semelhança daquele autor, pesquisar esta hipótese começando por calcular a diferença entre os valores de 'evitamento desligado' e de 'evitante amedrontado' nos participantes 'desligado' e 'amedrontado' e, por meio de análises de correlação e de regressão múltipla, chegar aos itens de *instrumentalidade* e de *expressividade* que distinguem os mais dos menos *evitantes desligados*. A análise de correlações entre aquele valor diferencial e os referidos itens mostrou ser significativa nas seguintes situações: 'não desiste facilmente' (r=.35); 'auto-confiante' (r=.33), 'aguenta a pressão'(r=.31), 'independente' (r=.23) e 'facilidade em tomar decisões' (r=.17), positivamente; 'emotivo' (r=-.25) e 'consciente dos sentimentos dos outros' (r=-.18), negativamente[6]. Na análise de regressão progressiva para prever o resultado da diferença entre os evitamentos (desligado e amedrontado), das 16 variáveis de partida, o modelo reteve 7, das quais se destacam as mais significativas – 'não desiste facilmente' (β = .21, p<.000001); 'competitivo' (β = .20) ; 'aguenta a pressão' (β = .19) – com um r_2 = .26, F(8, 155) = 6.81, p<.000001.

Procurámos, de seguida, repetir o mesmo procedimento – diferença entre os valores de 'evitamento desligamento' e de 'evitamento amedrontado' – mas, desta vez, nas categorias 'não evitantes' onde a dinâmica poderia ser diferente – participantes *seguros* e *preocupados*. Realizámos análises de correlações e de regressão múltipla com

[6] A análise de correlações entre o valor resultante da diferença entre *evitamento amedrontado* e *evitamento desligado* e os 16 itens do PAQ resulta, evidentemente, no inverso daquele (e.g. correlações positivas com 'emotivo' (r =.27) e com 'consciência dos sentimentos dos outros' (r =.19)).

o objectivo de determinar que itens de *instrumentalidade* e de *expressividade* diferenciariam os mais dos menos *evitantes-desligados*. A análise de correlações revelou resultados significativos e positivos em 'independente' (r=.27), 'auto-confiante' (r=.15), 'não desiste facilmente'(r=.13), 'aguenta a pressão' (r=.12) e 'facilidade em tomar decisões' (r=.11); correlacionou negativamente com 'emotivo' (r=-.17). Na análise de regressão múltipla progressiva das 16 variáveis de partida, o modelo reteve 8, sendo duas significativas – 'independente'(β = .27) e 'emotivo' (β = -.17) –, com um r_2 =.10; F (2,315) = 22.02, p<000001.

Constatamos, pois, que a diferença entre os dois tipos de evitamento em vez de aparecer relacionada com a dimensão agressividade-vulnerabilidade, como nos estudos de Shaver *et al.* (1996), surge associada, positivamente, a atributos de auto-confiança, persistência, resistência, independência, tomada de decisão, competitividade e, negativamente, a emotividade. Estes atributos que correlacionam positivamente são característicos do constructo '*agenticidade*' que referimos no início desta secção.

Procurando articular as conclusões a que fomos chegando, é como se o 'modelo positivo sobre si próprio'(*agenticidade*) pudesse assumir, quando combinado com o 'modelo positivo sobre os outros', uma forma sem os atributos de poder/domínio (caso das categorias *seguro* e *preocupado*). Pelo contrário, quando combinado com o 'modelo negativo sobre os outros' (caso das categorias de *evitante amedrontado* e de *evitante desligado*), a forma assumida de *agenticidade* aproximar-se-ia mais do que é designado por 'masculinidade tradicional' por oposição a feminilidade. Emerge, pois, a possibilidade de combinar os modelos 'sobre si próprio' e 'sobre os outros' em formas que, não estando presas a diferenças de género ou a diferenças de poder, seriam as configurações óptimas de personalidade a que diversos autores (e.g. Bakan, 1966; Baxter, 1988; Bem, 1974; Erikson, 1968; Spence, 1993), citados na introdução deste estudo, fazem referência.

1.3. Conclusão

Conforme se previa, verificámos, tal como em muitos outros estudos (e.g. Shaver *et al.*, 1996; Spence, 1993; Spence & Helmreich, 1978), que o sexo estava relacionado com *instrumentalidade* e com *expressividade*, mas não de um modo estatisticamente significativo com o estilo de vinculação (excepto na correlação entre sexo masculino e estilo *evitante desligado*). Também constatámos que

instrumentalidade e *expressividade* estavam relacionadas sistematicamente com o estilo de vinculação, de tal forma que a *vinculação segura* aparecia associada com a *androginia*. A hipótese de correlação positiva entre 'modelo sobre si próprio' e *instrumentalidade*, e entre 'modelo sobre os outros' e *expressividade*, também foi confirmada, sendo os indivíduos com classificação *andrógina* os mais *seguros*, e, os menos, os *evitantes amedrontados*.

Os resultados estão de acordo com os encontrados por Shaver e colaboradores (1996) no seu trabalho pioneiro sobre as associações entre os estilos de vinculação de Bartholomew (1990) e a tipologia de orientações de papel sexual (Spence & Helmreich, 1978).

No entanto, apesar de se verificar uma relação significativa entre as dimensões de expressividade/instrumentalidade e estilos de vinculação, indicador de alguma semelhança entre eles, o facto de evidenciarem associações diferentes com o sexo, confirma que as dimensões não são idênticas. Essas diferenças poderão estar relacionadas com diferenças no poder (e.g. domínio *versus* submissão) como vimos aquando da análise dos itens "*competitivo*" e "*sente-se superior*" (Quadro 6.2).

Colocamos, também, a hipótese desta diferente associação das tipologias com a variável sexo, poder ser atribuída à característica mais relacional da variável 'estilo de vinculação' por comparação com a característica mais individual da variável 'orientação de papel sexual'. Na primeira, pede-se que cada cônjuge se identifique com um estilo preferencial de vinculação na relação com o cônjuge; na segunda, pede-se que cada cônjuge se classifique em função de um conjunto de atributos da pessoa e que não evocam unicamente o 'estar em relação' com o cônjuge. Ou seja, na variável estilo de vinculação a relação conjugal é mais evocada do que na variável 'orientação papel sexual', na qual é mais evocada a identificação com características de grupo sexual de pertença. Assim, na primeira situação que é de contexto relacional, as diferenças entre homem e mulher seriam mais diluídas do que na outra situação.

2. Estudo 2 - Padrão Conjugal (IPRE), Sexo, Vinculação e Expressividade/Instrumentalidade

2.1. Introdução

Neste estudo[7] pretendemos investigar eventuais relações entre o conceito de *padrões conjugais*[8] e as variáveis sexo, expressividade/instrumentalidade e vinculação. Constituindo o padrão conjugal uma variável relacional, e confirmando-se a possibilidade de distinguir entre 'padrão focado na relação' e 'padrão não focado na relação' (Baucom *et al.*, 1996ab, 1999), propomo-nos explorar como se articula com variáveis individuais como sexo, orientação de papel sexual e estilo de vinculação (uma vez que desconhecemos estudos anteriores que o tenham realizado com estas variáveis).

Começamos, no entanto, por aprofundar o estudo dos *padrões conjugais*, avaliado pelo ISRS/IPRE (Baucom *et al.*, 1993, 1996) - considerando as dimensões de *Fronteiras*, *Poder/controlo*, *Investimento Instrumental* e *Investimento Expressivo* – em termos de 'padrão actual'[9], grau de 'satisfação' em cada uma destas dimensões, e grau de 'incómodo/perturbação relativamente a padrões não alcançados'.

Posteriormente, pretendemos averiguar a possibilidade de se verificarem diferenças nos grupos de participantes (por padrão actual, satisfação com o padrão e incómodo/perturbação face a padrão não alcançado) em função da *expressividade* e da *instrumentalidade* e do estilo de vinculação. Finalmente, pretendemos explorar o impacto, em termos de satisfação com o padrão e incómodo/perturbação com padrão não atingido, do facto dos cônjuges terem igual ou diferente padrão conjugal.

Assim, as questões de investigação que colocamos são as seguintes:

- Qual a incidência dos *padrões conjugais* 'orientados e não orientados para a relação'?

---

[7] O estudo a que nos referimos foi realizado com a amostra já descrita anteriormente no capítulo "Estudos de Adaptação de Instrumentos", pg. 366. Sempre que o número total de participantes for diferente de N = 268, o facto deve-se a "omissão de dados".

[8] Recordando o que foi descrito no capítulo da Metodologia a propósito do ISRS/IPRE, o inventário que pretende medir padrões relacionais específicos, *padrões conjugais* são cognições referentes às crenças sobre o que as relações conjugais e os cônjuges *deveriam ser* (Baucom *et al.*, 1996).

[9] Baucom *et al.* (1996b), no seu estudo de desenvolvimento do ISRS consideraram três opções de classificação do *padrão conjugal* – os valores médios dos padrões actuais de cada um dos cônjuges; os padrões extremos (valores 1 ou 5) evidenciados por cada um dos cônjuges; e a diferença entre os padrões de cada um dos cônjuges. Os estudos efectuados levaram-nos a optar pela medida do valor médio do padrão actual de cada cônjuge, dado ser a que melhor fornecia dados discriminativos (ibidem, p.79).

- Será que os *padrões conjugais* se diferenciam entre si relativamente ao sexo e à *expressividade/instrumentalidade* dos cônjuges?

- Será que os *padrões conjugais* se diferenciam entre si relativamente aos estilos de vinculação dos cônjuges?

- Qual o impacto da semelhança ou diferença de *padrões conjugais* entre os cônjuges na satisfação com o padrão conjugal?

2.2. Resultados e Discussão

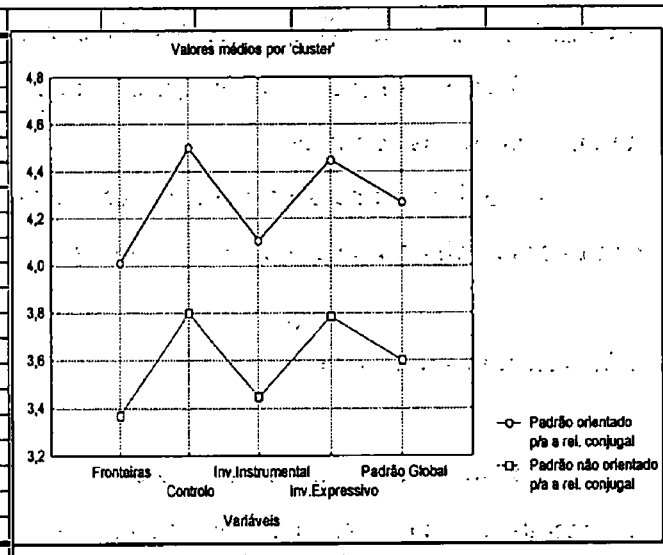
Tendo em conta as indicações do autor do ISRS (Baucom, 1999, p.2), bem como os resultados da adaptação portuguesa (IPRE) que realizámos, relativamente ao significado psicológico de "padrões focados ou não nas relações" na medida em que, nas suas respostas, cada cônjuge pode evidenciar padrões que acentuam a relação conjugal ou que a desvalorizam, considerámos os padrões globais para o padrão actual, para o grau de satisfação e para o grau de incómodo/perturbação.

Procedemos então, com base nos valores médios encontrados para todas as subescalas e para todos os padrões globais, a uma análise de *clusters* (análise por agrupamentos de variáveis intercorrelacionadas) seguindo o método '*k-means*'. Este agrupa os casos nos *clusters* indicados, seguindo o critério da minimização da variabilidade em cada *cluster* e da maximização da variabilidade entre *clusters*, de modo a que os resultados da ANOVA sejam o mais significativos possíveis. Seguem-se os gráficos correspondentes aos *clusters* encontrados para cada uma das três variáveis : 'padrão conjugal actual', 'satisfação com o padrão' e 'perturbação emocional/incómodo face ao padrão conjugal não alcançado'.

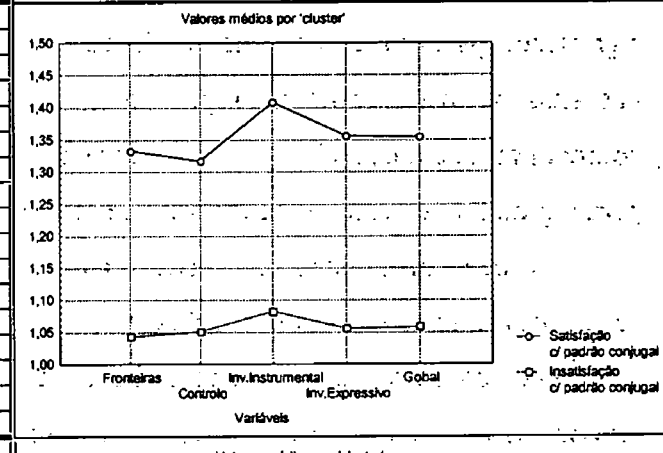
Conforme se pode constatar, por observação do Quadro 6.3 e gráficos ilustrativos, verificam-se diferenças bastante significativas ($p<.001$) em todas as subescalas (*Fronteiras*, *Controlo*, *Investimento Instrumental* e *Investimento Expressivo*) e nos resultados totais entre um padrão conjugal actual 'orientado para a relação' (*cluster* 1) e um padrão conjugal actual 'não orientado para a relação' (*cluster* 2).Uma análise de variância multivariada (MANOVA) revelou um efeito geral significativo deste factor, [$F(5, 260) = 66.83$, $p<.001$, *Wilks' lambda* = .44]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD* e todos se revelaram muito significativos.

Quadro 6.3 - Resultados médios no Inventário de Padrões Relacionais Específicos

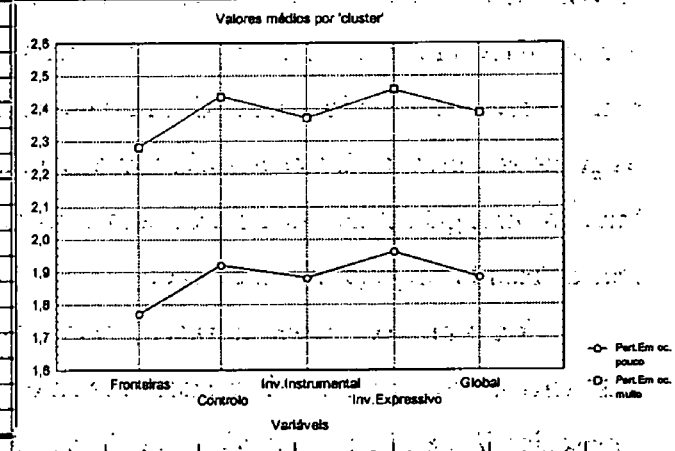
	Padrão conjugal IPRE		
	orientado	não orientado	F(1, 264)
Subescalas	p/a a relação	p/a a relação	
padrão actual	n = 161	n =105	
	(F=82; M=79)	(F=50; M=55)	
Fronteiras	4.01	3.37	223.62***
	(.32)	(.38)	
Controlo	4.5	3.8	278.02***
	(.29)	(.39)	
Investimento	4.1	3.46	195.72***
Instrumental	(.36)	(.38)	
Investimento	4.44	3.79	265.26***
Expressivo	(.27)	(.39)	
Escala global	4.27	3.61	421.79***
	(.23)	(.29)	



	Satisfação conjugal IPRE		
	satisfeito	não satisfeito	F(1, 263)
Subescalas	c/ padrão	c/ padrão	
satisfação actual	n = 182	n =83	
	(F=84; M=98)	(F=48; M=35)	
Fronteiras	1.04	1.33	403.9***
	(.07)	(.17)	
Controlo	1.05	1.32	296.8***
	(.08)	(.17)	
Investimento	1.09	1.41	345.6***
Instrumental	(.11)	(.17)	
Investimento	1.1	1.40	371.5***
Expressivo	(.08)	(.17)	
Escala global	1.06	1.35	621.8***
	(.06)	(.13)	



	Perturbação emocional/incómodo face a padrão não alcançado		
Subescalas	elevado	reduzido	F(1, 262)
pert.emoc. actual	n = 147	n =117	
	(F=78; M=69)	(F=53; M=64)	
Fronteiras	2.28	1.77	245.4***
	(.25)	(.28)	
Controlo	2.44	1.92	281.3***
	(.23)	(.26)	
Investimento	2.37	1.88	262.8***
Instrumental	(.22)	(.27)	
Investimento	2.46	1.96	244.3***
Expressivo	(.27)	(.28)	
Escala global	2.39	1:84	348.5***
	(.20)	(.24)	



Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Encontramos 161 participantes que evidenciam um padrão 'orientado para a relação conjugal' manifestando "*muita partilha ou poucas fronteiras, papéis igualitários na tomada de decisões, níveis elevados de investimento expressivo e instrumental*" (Baucom *et al.*, 1996, p.76) por contraste com 105 participantes que apresentam um padrão 'não orientado para a relação conjugal'. Relativamente à questão da satisfação/insatisfação com o modo como o padrão conjugal estava a ser alcançado

(cotado 1 para *sim* e 2 para *não*) verificamos que 182 cônjuges respondem afirmativamente a esta questão, distinguindo-se significativamente, em todas as subescalas e no resultado global, de 83 cônjuges que não se encontram satisfeitos com os padrões conjugais respectivos. Já quanto à avaliação face a um padrão não alcançado, 147 cônjuges consideram muito perturbador/incómodo esse facto, em contraste com os 117 restantes que não fazem uma avaliação tão extrema, verificando-se estas diferenças significativas em todos os resultados por subescala e total.

Sendo necessário testar as diferentes variáveis (padrão conjugal orientado ou não para a relação, satisfação/insatisfação com o padrão conjugal, muito ou pouco incómodo/perturbação emocional face a padrão conjugal não alcançado) e respectivas interacções, em termos de significância estatística, optámos pelo método de análise *log-linear*[10] dado que todas as variáveis se apresentavam sob a forma categorial. Assim, com base na tabela de frequências referente a estas três variáveis e respectivos valores percentuais, procedemos ao exame das interacções entre variáveis e ao teste das associações parciais e marginais. A primeira conclusão, após testes de qui-quadrado, foi no sentido de excluir um modelo que considerasse a interacção destas três variáveis. Com efeito, revelou-se como adequado um modelo que incluísse interacções diádicas. A questão seria averiguar as que, sendo significativas, explicariam os resultados obtidos.

Uma observação da tabela permite constatar as seguintes tendências opostas : dos 159 participantes (60,69%) com padrão conjugal 'orientado para a relação', 110 (41,98%) evidenciam muita 'perturbação/incómodo' face aos padrões conjugais não alcançados contra os 49 (18,7%) que não o manifestam; já entre os 103 participantes (39,31%) com padrão conjugal 'não orientado para a relação' verifica-se a tendência contrária sendo mais – 67 (25,57%) contra 36 (13,74%) - os que revelam pouco incómodo/perturbação face a padrões não alcançados.

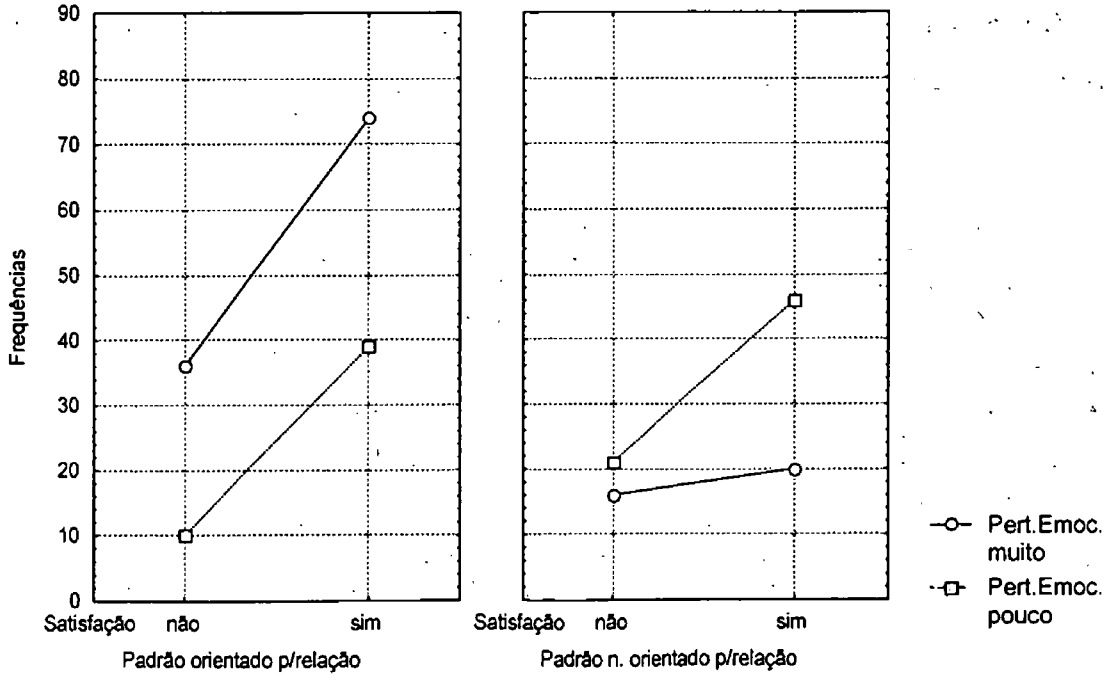
[10] Numa análise *log-linear* ponderam-se quais seriam as frequências se não existisse relação entre as variáveis (hipótese nula) e procede-se à comparação dessas frequências marginais com as efectivamente observadas. Se existir um desvio significativo entre essas frequências, rejeita-se o modelo inicial, dado que estamos perante uma interacção entre duas (ou mais) variáveis. Este conceito de interacção é análogo ao que é usado na análise da variância (ANOVA/MANOVA). Aliás o termo *log-linear* evidencia a possibilidade de, através de transformações logarítmicas, se poder analisar tabelas de frequência de múltipla entrada de forma semelhante à ANOVA. A significância estatística do grau de adequação (fit) do modelo é indicada pelo teste de qui-quadrado (o de *Pearson* e o de *Máxima Verosimilhança*). Este método *log-linear* também procede à análise das frequências residuais e ao teste de modelos hierarquicamente relacionados, indicando qual dos modelos evidencia um melhor grau de adequação à tabela das frequências observadas, nomeadamente através da análise de associações *parciais* e *marginais*. É indispensável o recurso a programas informáticos dado que o grau de complexidade dos cálculos aumenta exponencialmente com o número de variáveis envolvidas e respectivas interacções.

Quadro 6.3a - Tabela de Frequências IPRE

				Padrão orientado para a relação	Padrão n.orientado para a relação	totais por linha
Perturbação emocional/ incómodo face a padrão não alcançado	muito	não satisfeito c/ padrão		36	16	52
			% coluna	32,73%	44,44%	35,62%
			% linha	69,23%	30,77%	62,65%
			% do Total	13,74%	6,11%	19,85%
		satisfeito c/ padrão		74	20	94
			% coluna	67,27%	55,56%	64,38%
			% linha	78,72%	21,28%	52,51%
			% do Total	28,24%	7,63%	35,88%
		total parcial	Total	110	36	146
			% coluna	69,18%	34,95%	
			% linha	75,34%	24,66%	
			% do Total	41,98%	13,74%	55,73%
	pouco	não satisfeito c/ padrão		10	21	31
			% coluna	20,41%	31,34%	26,72%
			% linha	32,26%	67,74%	37,35%
			% do Total	3,82%	8,02%	11,83%
		satisfeito c/ padrão		39	46	85
			% coluna	79,59%	68,66%	73,28%
			% linha	45,88%	54,12%	47,49%
		total parcial	% do Total	14,89%	17,56%	32,44%
			Total	49	67	116
			% coluna	30,82%	65,05%	
			% linha	42,24%	57,76%	
		Total	% total	18,70%	25,57%	44,27%
			total coluna	159	103	262
			% do Total	60,69%	39,31%	

Por outro lado, sendo superior o número de participantes satisfeitos com o padrão conjugal e, apesar de se verificarem interacções desta variável com a variável 'padrão actual' (113 participantes satisfeitos têm um' padrão orientado para a relação' por comparação com os 66 participantes satisfeitos com' padrão não orientado para a relação'), a interacção com a variável 'perturbação emocional/incómodo face ao padrão conjugal não alcançado' não se revela significativa. As interacções significativas são muito evidentes no gráfico 6.1 que se segue.

Gráfico 6.1 - Interacção: Padrão conjugal X Satisfação X Perturbação emocional



Os testes hierárquicos de modelos alternativos, com todas as outras interacções diádicas possíveis, permitiram chegar a um modelo que inclui o menor número de interacções necessárias para se adequarem (*fit*) à tabela de frequências observada.

Assim, o modelo que melhor se adequa aos dados obtidos nesta amostra é o que considera a influência da variável 'satisfação ou não com o padrão conjugal' e a influência da interacção entre as variáveis 'padrão conjugal actual orientado ou não para a relação' e 'perturbação emocional/incómodo face a padrões conjugais não alcançados'. Com efeito, a análise *log-linear* referente a este modelo chega a um valor de χ_2 (3, N=262) = 5.60, p=.1329, indicador de uma diferença relativamente aos dados observados que não é estatisticamente significativa.

Podemos, então, afirmar que aos participantes cujo padrão conjugal está 'orientado para a relação' está, habitualmente, associado um grau superior de incómodo quando esses padrões não são alcançados, por comparação com os participantes cujo padrão conjugal 'não está orientado para a relação'.

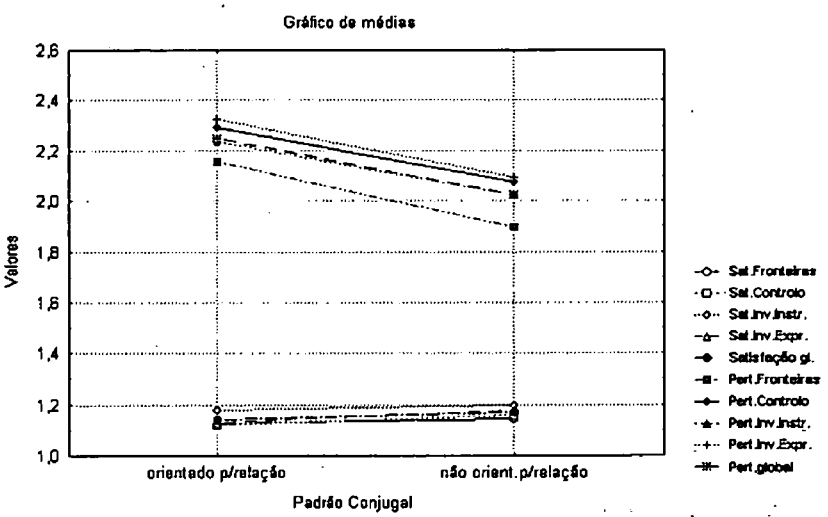
A variável 'satisfação com o padrão conjugal' tem influência nos resultados observados mas a respectiva interacção com as outras duas variáveis não se revelou significativa. Estes resultados, embora recorrendo a métodos diferentes de análise estatística, vão no mesmo sentido dos encontrados por Baucom e colaboradores (1996b, p.81-82).

De realçar, no entanto, o maior relevo, por nós encontrado, na interacção da variável 'perturbação/incómodo face a padrão não alcançado' com a variável 'padrão conjugal actual'. Esta mesma conclusão pode ser retirada da observação do quadro 6.4 e respectivo gráfico que se seguem referentes aos resultados médios que se obtiveram nas subescalas referentes à 'satisfação com padrão conjugal' e ao grau de "perturbação/incómodo face a padrão não alcançado" em função do agrupamento dos participantes por *cluster* – 'padrão orientado para a relação conjugal' e 'padrão não orientado para a relação conjugal'. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD*.

Quadro 6.4 - Médias e desvios-padrão por *clusters* de padrão conjugal

Subescalas satisfação	Padrão conjugal IPRE: orientado p/a a relação n = 161	n. orientado p/a a relação n = 105	F(1, 264)
Fronteiras	1.13	1.14	.81ns
	(.17)	(.18)	
Controlo	1.21	1.15	3.14ns
	(.17)	(.17)	
Investimento Instrumental	1.18	1.20	.39ns
	(.21)	(.19)	
Investimento Expressivo	1.13	1.18	3.79ns
	(.18)	(.17)	
Escala global	1.14	1.17	2.04ns
	(.17)	(.16)	
Subescalas pert.emoc./inc.			
Fronteiras	2.16	1.90	36.14***
	(.33)	(.36)	
Controlo	2.29	2.07	24.63***
	(.34)	(.34)	
Investimento Instrumental	2.24	2.02	26.86***
	(.31)	(.35)	
Investimento Expressivo	2.33	2.09	29.89***
	(.33)	(.34)	
Escala global	2.25	2.03	33.51***
	(.30)	(.32)	

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05
Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001



Verificamos que os participantes cujo 'padrão conjugal era orientado para a relação' obtiveram resultados significativamente superiores em todas as subescalas – *Fronteiras, Controlo, Investimento Expressivo e Investimento Instrumental* - referentes ao grau de perturbação/incómodo quando o padrão conjugal não era alcançado.

2.2.1 Padrão Conjugal Actual

Diferenças entre padrões conjugais relativamente a sexo, papel sexual e estilo de vinculação

Seguidamente, e continuando a considerar o agrupamento dos participantes em função do 'padrão conjugal actual' (orientado ou não orientado para a relação), procurámos clarificar eventuais relações com as tipologias anteriormente estudadas de papel sexual (Spence & Helmreich, 1978) e de estilo de vinculação (Bartholomew, 1990). Pretendíamos verificar:

- Se o *padrão conjugal*, nas suas duas vertentes de 'orientado para a relação' e 'não orientado para a relação', estaria relacionado significativamente com as 'orientações de papel sexual', nas dimensões de *expressividade* e de *instrumentalidade* (Spence, 1993);

- Se os estilos de vinculação conceptualizados por Bartholomew (1990) estariam relacionados com o padrão conjugal organizado nos *clusters* 'orientado para a relação' e 'não orientado para a relação'.

Assim, quando procedemos a uma análise de variância multivariada (MANOVA) das subescalas de papel sexual - *expressividade*, *instrumentalidade* - e de estilo de vinculação, susceptíveis de diferenciar as duas orientações referidas de *padrão conjugal*, os resultados dos testes F mostraram diferenças significativas, respectivamente [F (2,262) = 3.98, p =.02, *Wilks' lambda* = .97; F(4,200) = 2.89, p = .02, *Wilks' lambda* = .94]. Nestas análises, a variável 'padrão conjugal actual' (com dois níveis) era a variável independente, e os resultados das subescalas de *expressividade* e *instrumentalidade* (PAQ) bem como as quatro classificações de estilo de vinculação, as variáveis dependentes. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tukey HSD*, conforme Quadro 6.5.

Quadro 6.5 - Médias e desvios-padrão no PAQ e QR por clusters de padrão conjugal (IPRE)

	Padrão conjugal IPRE		
	CL1 = orientado p/a a relação	**CL2 =não orientado p/a a relação**	F(1, 263)
Subescalas PAQ			
Expressividade	22.9	21.5	7.97**CL1>CL2
	(4.17)	(3.93)	
Instrumentalidade	19.5	19.08	.70ns
	(4.48)	(3.69)	
Estilos de Vinculação			F(1, 205)
Seguro	5.04	4.44	7.37**CL1>CL2
	(1.54)	(1.59)	
Evit.Amedrontado	3.16	3.68	4.52*ns
	(1.67)	(1.70)	
Preocupado	3.01	3.11	.17ns
	(1.69)	(1.79)	
Evit. Desligado	2.78	3.06	1.22ns
	(1.72)	(1.91)	

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Constatamos que os participantes incluídos no *cluster* 1 ('padrão conjugal actual orientado para a relação') apresentam médias significativamente mais elevadas (M = 22.9, DP = 4.17) na subescala de *Expressividade* em comparação com os participantes do outro *cluster* [F (1,263) = 7.97, p<.01)] . O mesmo se verifica para a classificação no estilo de vinculação *segura* diferenciando-se claramente os dois tipos de padrão conjugal [F (1, 205) = 7.37, p<.01]. Parece, pois, desenhar-se uma associação positiva entre o 'padrão conjugal focado na relação' e a *expressividade* (PAQ) e a vinculação

segura. Este tipo de resultado seria de esperar dado que, funcionando cada casal enquanto unidade e enquanto indivíduos, possuir um 'padrão conjugal orientado para a relação', significa partilhar e evidenciar poucas fronteiras dentro do subsistema conjugal, tomada igualitária de decisões e elevado investimento expressivo e instrumental, um no outro e na relação (Baucom *et al.*, 1996) – dimensões consonantes com um estilo de vinculação seguro (confortável com intimidade e autonomia bem como com interdependência na relação) e com nítido papel expressivo (auto-revelação, orientação interpessoal, altruísmo)

Interessava verificar se esta associação se confirmava em análises estatísticas referentes às tipologias definidas pelos resultados do PAQ (*feminino, masculino, andrógino e indiferenciado*) e do QR (*seguro, evitante amedrontado, preocupado* e *evitante desligado*). Os resultado dos testes do qui-quadrado realizados vão nesse sentido mas, unicamente, nas seguintes situações, (cf. Gráficos 6.2 e 6.3): verifica-se que há significativamente mais participantes do tipo *andrógino* a evidenciar um 'padrão conjugal orientado para a relação' (73,8%) em vez de 'padrão conjugal não orientado para a relação' (26,2%), χ_2 (1,80)=12.34, p=.0004; e significativamente mais participantes com estilo *seguro* com padrão conjugal 'orientado para a relação' (68,6%) do que com padrão conjugal 'não orientado para a relação' (31,4%), χ_2 (1,137) = 12.85, p = .0003. Apesar de entre os participantes de tipo *feminino*, a maioria (62,3%) exibir um 'padrão conjugal orientado para a relação', essa diferença não é estatisticamente significativa relativamente ao outro grupo dos participantes de tipo *feminino* com 'padrão conjugal não orientado para a relação' (37,7%).

Gráfico 6.2 - Interacção: Padrão conjugal x Papel sexual

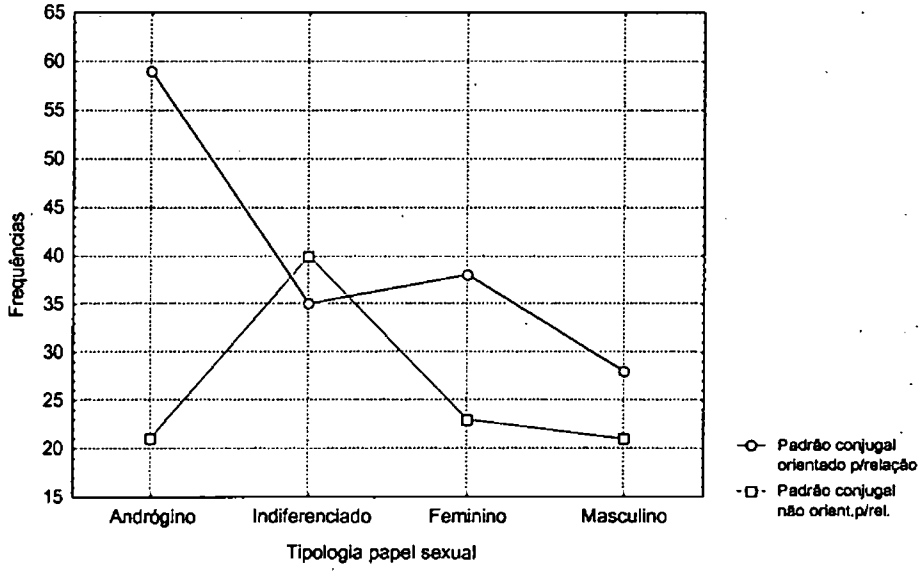
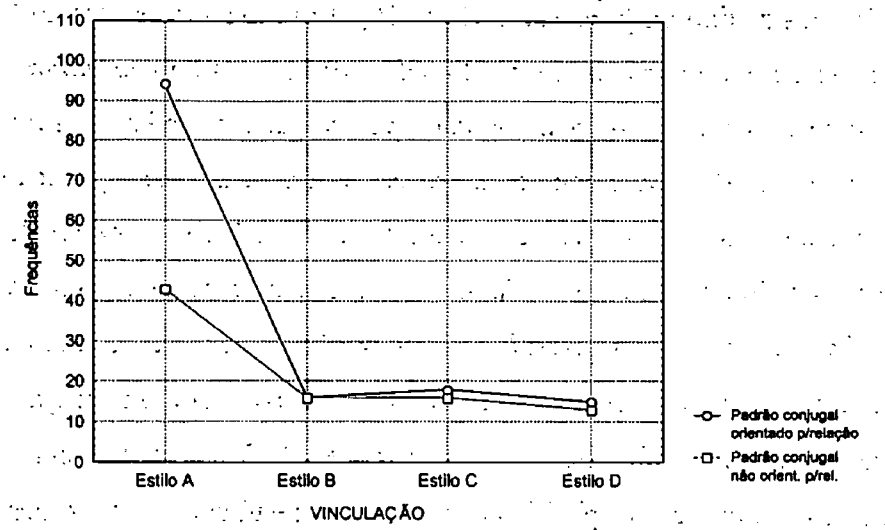


Gráfico 6.3 - Interacção: Padrão conjugal x Estilo de vinculação



Também não são significativas as diferenças entre evidenciar um 'padrão conjugal orientado ou não para a relação' para os participantes cuja orientação de papel sexual é *indiferenciada* ou *masculina*, bem como para os participantes cujo estilo de vinculação predominante é outro que não o *seguro*.

Interessava, também, explorar a influência das variáveis sexo, papel sexual e estilo de vinculação (variáveis categoriais independentes) nos resultados obtidos relativamente ao 'padrão conjugal actual'.

Quadro 6.6 - Médias e desvios-padrão no IPRE por Sexo, Papel Sexual e Estilo de Vinculação

Padrão Conjugal Actual	Sexo			Papéis sexuais					Estilos de Vinculação				
	Fem. (n =134)	Masc. n =134)	F(1,264)	Fem. (n = 61)	Masc. (n =49)	Andr. (n = 80)	Indif. (n = 75)	F(3,261)	Seguro (n = 137)	Evit.amedr. (n = 32)	Preoc. (n = 34)	Evit.Deslig (n=28)	F(3,227)
Fronteiras	3.78	3.73	.67ns	3.84	3.69	3.79	3.70	1.59ns	3.76	3.80	3.77	3.67	.46ns
	(.44)	(.49)		(.47)	(.51)	(.39)	(.50)		(.45)	(.47)	(.45)	(.55)	
Controlo	4.25	4.20	.70ns	4.31	4.14	4.34a	4.10a	4.73**	4.31	4.29	4.10	4.09	3.16*
	(.47)	(.48)		(.45)	(.52)	(.39)	(.51)		(.44)	(.44)	(.57)	(.48)	
Investimento instrumental	3.83	3.87	.33ns	3.94	3.71	3.92	3.79	2.98*	3.89	3.89	3.79	3.77	.81ns
	(.45)	(.52)		(.48)	(.53)	(.41)	(.52)		(.44)	(.57)	(.48)	(.62)	
Investimento expressivo	4.19	4.19	.01ns	4.27	4.09a	4.28a	4.09	3.78*	4.24	4.17	4.14	4.13	.79ns
	(.44)	(.46)		(.46)	(.50)	(.36)	(.48)		(.41)	(.47)	(.50)	(.55)	
EscalaGlobal	4.01	3.99	.07ns	4.10	3.91	4.10	3.92	3.85*	4.05	4.04	3.95	3.91	1.24ns
	(.38)	(.44)		(.40)	(.47)	(.31)	(.46)		(.37)	(.43)	(.45)	(.51)	

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Analisando os resultados expressos no Quadro 6.6 verificamos que ser mulher ou homem não tem nenhuma influência nos resultados obtidos nas subescalas e no resultado global do IPRE. Já a 'orientação dos papéis sexuais' que os participantes se

atribuem, permitem distinguir significativamente os participantes de tipo *andrógino* (M =4.34, DP=.39) dos de tipo *indiferenciado* (M=4.10, DP=.51) na subescala do *Controlo*, e os participantes de tipo *andrógino* (M=4.28, DP=.36) dos de tipo *masculino* (M=4.09, DP=.48) na subescala do *Investimento Expressivo*. No que se refere à influência do estilo de vinculação, não encontramos diferenças estatisticamente significativas nos resultados médios obtidos nas diferentes subescalas do IPRE, conforme resultados dos efeitos univariados obtidos com ANOVA. A única excepção parecia ser relativamente à subescala do *Controlo*, mas o teste *post hoc* (Tuckey HSD) infirmou essa hipótese.

Procurámos também estudar a relação entre a variável padrão conjugal (IPRE) e a variável papel sexual (PAQ) através de correlações de Pearson, tendo-se revelado significativas as correlações positivas entre os resultados da subescala de *Expressividade* e os das subescalas de *Fronteiras* ($r=.12$, $p<.05$), *Controlo* ($r=.20$, $p<.001$), *Investimento Instrumental* ($r=.17$, $p<.01$) e *Investimento Expressivo* ($r=.17$, $p<.01$) e da escala global ($r=.19$, $p<.01$). Não se verificaram nenhumas correlações significativas destas subescalas com a dimensão *Instrumentalidade* (PAQ).

Por sua vez, no que se refere à relação da variável padrão conjugal (resultado global) com a variável estilo de vinculação (QR), encontrámos correlação com a dimensão 'modelo sobre os outros' ($r=.20$, $p<.01$) e não com a dimensão 'modelo sobre si próprio', o que é consonante com os resultados que temos vindo a descrever.

2.2.2. Satisfação com Padrão Conjugal Actual - Diferenças Relativamente a Sexo, Papel Sexual e Estilo de Vinculação

Adoptando a classificação dos participantes por *cluster* de 'satisfação com padrão conjugal', verificamos através de análises de qui-quadrado que, embora não se observando diferenças relativamente ao sexo ($\chi2$ (1,265)=3.11, p=.078), se encontra uma relação significativa com a tipologia PAQ, χ_2 (3, 264)=8.16, p=.042. Com efeito, distinguem-se significativamente dos restantes, e com resultados mais elevados de 'satisfação com o padrão conjugal', os cônjuges de tipo *andrógino* (χ_2 (1,80)=9.83, p=.0017) e de tipo *masculino* (χ_2(1,48)=14.96,p =.0001). No que se refere aos estilos de vinculação, também se observa uma relação significativa, $\chi2$ (3, 229) = 11.45, p = .009, traduzida, sobretudo, no número elevado de participantes *seguros* 'satisfeitos com o padrão conjugal' (χ_2 (1,137) = 22.44, p = .00001) relativamente aos restantes.

Conforme se pode constatar no Quadro 6.7, referente ao cálculo das médias e desvios-padrão obtidos nas subescalas do PAQ e do QR em função da variável 'satisfação com padrão conjugal' e respectivas análises de variância é, precisamente, a subescala da *Instrumentalidade* que distingue os cônjuges 'satisfeitos com o padrão conjugal' dos 'não satisfeitos' (F (1,262) = 4.41, p<.05).

Quadro 6.7 - Médias e desvios-padrão no PAQ e QR por clusters de satisfação com padrão conjugal (IPRE)

	Satisfação conjugal IPRE		
	satisfeito c/ padrão	**não satisfeito c/ padrão**	F(1, 262)
Subescalas PAQ	n = 181	n = 83	
Expressividade	22.6 (4.18)	21.9 (4.33)	1.58ns
Instrumentalidade	19.7 (4.05)	18.5 (4.51)	4.41*
Estilos de Vinculação	n =142	n = 62	F(1, 202)
Seguro	5.04 (1.54)	4.40 (1.59)	7.72**
Evit.Amedrontado	3.48 (1.7)	2.98 (1.6)	3.81ns
Preocupado	2.94 (1.7)	3.29 (1.7)	1.75ns
Evit. Desligado	3.00 (1.7)	2.69 (1.9)	1.26ns

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05
Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Uma série de análises de variância (ANOVA) indicou, também, que os cônjuges 'satisfeitos com o padrão conjugal' obtiveram classificações significativamente mais elevadas (M = 5.04; DP = 1.54) do que os restantes (M = 4.40; DP = 1.59) no estilo *seguro*, [F (1, 202) = 7.72; p<.01], não se distinguindo significativamente nos outros estilos.

Com o objectivo de aprofundar a influência das variáveis sexo, papel sexual e vinculação nas subescalas componentes da 'satisfação com o padrão conjugal', procedemos ao cálculo dos efeitos univariados (ANOVA) seguido de comparações *post hoc* pelo método *Tuckey HSD*, conforme se pode observar no Quadro 6.8.

Quadro 6.8 - Resultados médios no IPRE (satisfação) por Sexo, Papel Sexual e Estilo de Vinculação

Satisfação c/ Padrão Conjugal	Sexo			Papéis sexuais					Estilos de Vinculação				
	Fem. (n=132)	Masc. (n=132)	F(1,263)	Fem. (n = 60)	Masc. (n =48)	Andr. (n = 80)	Indif. (n = 76)	F(3,260)	Seguro (n = 137)	Evit.amedr. (n = 31)	Preoc. (n = 34)	Evit.Deslig (n=27)	F(3,225)
Fronteiras	1.15	1.12	2.3ns	1.14	1.08b	1.11a	1.19ab	4.01**	1.11a	1.12b	1.24ab	1.15	5.88***
	(.17)	(.18)		(.18)	(.14)	(.16)	(.20)		(.16)	(.17)	(.23)	(.14)	
Controlo	1.15	1.12	1.5ns	1.16	1.08b	1.10a	1.18ab	5.03**	1.11a	1.14	1.23a	1.16	4.45**
	(.17)	(.17)		(.19)	(.12)	(.14)	(.19)		(.16)	(.19)	(.17)	(.15)	
Investimento instrumental	1.19	(1.18)	.33ns	1.19	1.14	1.16	1.24	2.99*	1.17b	1.16a	1.30ab	1.21	4.21**
	(.19)	(.21)		(.20)	(.19)	(.19)	(.21)		(.19)	(.19)	(.21)	(.20)	
Investimento expressivo	1.16	1.14	.26ns	1.17	1.10	1.13	1.19	3.27*	1.14	1.16	1.19	1.20	1.53
	(.18)	(.18)		(.20)	(.15)	(.16)	(.20)		(.18)	(.21)	(.19)	(.18)	
EscalaGlobal	1.16	1.14	.23ns	1.17	1.11b	1.12a	1.20ab	4.58**	1.13a	1.15	1.24a	1.18	4.34**
	(.16)	(.17)		(.17)	(.13)	(.14)	(.18)		(.16)	(.18)	(.17)	(.15)	

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes; p<.05

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Como se previa (Baucom *et al.*, 1996, p.82), apesar de em todos os resultados as participantes femininas evidenciarem menor 'satisfação com o padrão conjugal', essas diferenças, em nenhuma subescala nem na escala total, se revelaram estatisticamente significativas. Já no que se refere aos papéis sexuais, evidenciam maior insatisfação os participantes de tipo *indiferenciado*, distinguindo-se significativamente dos de tipo *andrógino* e *masculino* em todas as subescalas [na de *Fronteiras*, F (3,260) = 4.01, p<.01; na de *Controlo*, F(3,260) = 5.03, p<.01; na escala global, F = (3,260) = 4.58, p<.01], excepto nas de *Investimento*. Os participantes de tipo *feminino* seguem-se, em insatisfação com o padrão conjugal, aos participantes *indiferenciados*.

O efeito do estilo de vinculação nos resultados de 'satisfação com padrão conjugal' é, também, muito saliente. Os cônjuges com estilo *preocupado*, seguidos dos cônjuges com estilo *evitante desligado*, foram os que obtiveram resultados médios superiores no que à 'insatisfação com padrão conjugal' diz respeito. Os cônjuges *seguros*, pelo contrário, foram os que revelaram maior satisfação em todas as dimensões.

2.2.3. Perturbação emocional/incómodo face ao Padrão Conjugal não alcançado

A relação entre a variável 'perturbação/incómodo face a padrão não alcançado' e o sexo traduz-se em resultados significativamente diferentes, conforme se pôde constatar no capítulo de Adaptação de Instrumentos (pg.377) com as mulheres a evidenciarem uma grau médio de 'incómodo/perturbação face a padrão conjugal não alcançado', ligeiramente superior ao dos homens. Estes resultados são semelhantes aos

encontrados noutros estudos (Baucom *et al.*, 1996ab, Rankin-Esquer *et al.*, 1997) e indicam uma maior importância conferida pelas mulheres à relação conjugal e/ou o modo específico que têm de reagir emocionalmente.

As análises de qui-quadrado relativamente à tipologia PAQ clarificam como significativos os resultados mais elevados no grau de 'perturbação/incómodo face a padrão não alcançado', por parte dos cônjuges de tipo *andrógino* (χ_2 (1,81) = 8.04, p = .0046). A observação do Quadro 6.9 que se segue permite constatar que são os resultados obtidos na subescala da *Instrumentalidade* os responsáveis por aquela diferenciação [F (1,261) = 4.39, p = .037].

Quadro 6.9 - Médias e desvios-padrão no PAQ e no QR por *clusters* de perturb./incómodo face a *padrão* não alcançado

	Perturbação emocional/Incómodo face a padrão não alcançado		F(1, 261)
	muito	**pouco**	
Subescalas PAQ	n = 147	n = 116	
Expressividade	22.76	22.01	2.12ns
	(4.41)	(4.38)	
Instrumentalidade	19.87	18.78	4.39*
	(3.83)	(3.89)	
Estilos de Vinculação	n =118	n = 86	F(1, 202)
Seguro	4.85	4.87	.004ns
	(1.58)	(1.55)	
Evit.Amedrontado	3.13	3.59	3.88ns
	(1.70)	(1.62)	
Preocupado	2.99	3.16	.49ns
	(1.70)	(1.77)	
Evit. Desligado	2.69	3.21	4.16*
	(1.7)	(1.9)	

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Os resultados médios obtidos relativamente aos estilos de vinculação não se distinguem significativamente entre si com base na divisão dos participantes pelos *clusters* considerados, com excepção dos cônjuges com média mais elevada em *evitamento desligado* os quais pertencem ao grupo dos que revelam pouca 'perturbação/incómodo face a padrão conjugal não alcançado' , conforme resultado de ANOVA, [F (1,202) = 4.16, p<.05] .

2.2.4. Cônjuges com Igual ou Diferente Padrão Conjugal

Uma outra forma de "olhar" para o padrão conjugal actual 'orientado ou não para a relação' consiste em testar se teria algum impacto o facto dos membros de cada casal evidenciarem diferente padrão conjugal ou o mesmo padrão conjugal (os dois cônjuges com padrão 'orientado para a relação' ou os dois com padrão 'não orientado para a relação'). Assim, procedemos à classificação dos casais em função de revelarem o mesmo ou diferente padrão e testámos a hipótese dessa variável se reflectir nos resultados da 'satisfação com o padrão conjugal' e nos resultados da 'perturbação /incómodo face ao padrão conjugal não alcançado'. Também testámos o impacto daquela classificação nos resultados em termos de *expressividade* e de *instrumentalidade* (PAQ) e de *estilos de vinculação* (resultados numéricos). No teste destas hipóteses recorremos a análises de variância (ANOVA), seguidas de comparações *post hoc* pelo método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes.

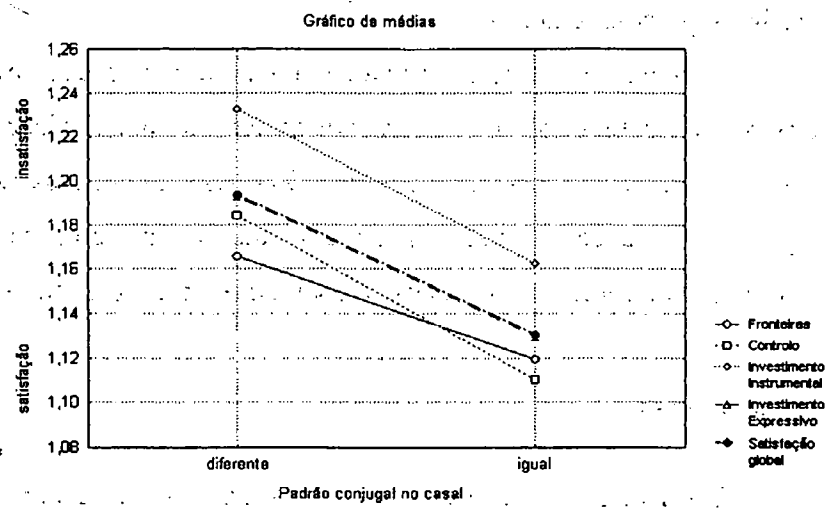
A única associação significativa verificou-se entre a variável 'igual ou diferente padrão conjugal' em cada casal e a variável 'satisfação com o padrão conjugal'. Conforme se pode observar no Quadro 6.10 e respectivo gráfico, as diferenças estatísticas significativas encontradas nos valores médios permitem afirmar que os casais que evidenciam padrões conjugais diferentes entre si revelam, em média, maior insatisfação global [$F(1,263) = 9.24$, $p<.01$] e, mais especificamente, maior insatisfação nos respectivos padrões de *Controlo, Investimento Instrumental e Investimento Expressivo* do que os casais em que os cônjuges têm o mesmo padrão conjugal. Estes resultados são muito semelhantes aos encontrados por Baucom e colaboradores (1996) na investigação de validação do ISRS em que as diferenças nos padrões entre os cônjuges estavam negativamente correlacionadas com medidas de ajustamento conjugal.

Podemos, assim, concluir que, enquanto a 'satisfação com o padrão conjugal' varia mais em função dos cônjuges terem o mesmo ou diferente padrão conjugal actual, a 'perturbação emocional/incómodo face a padrão conjugal não alcançado' varia mais em função dos cônjuges terem um padrão conjugal 'orientado ou não orientado para a relação'.

Quadro 6.10 - Médias e desvios-padrão de satisfação com padrão em função de padrão igual ou diferente entre os membros do casal

Satisfação com padrão Subescalas	Padrão conjugal diferente no casal n = 90	Igual no casal n =175	F(1, 263)
Fronteiras	1.17	1.12	4.20*
	(.19)	(.17)	
Controlo	1.18	1.11	11.7***
	(.21)	(.14)	
Investimento	1.23	1.16	7.63**
Instrumental	(.22)	(.18)	
Investimento	1.19	1.13	7.50**
Expressivo	(.20)	(.16)	
Escala global	1.19	1.13	9.24**
	(.19)	(.15)	

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes. *p<.05.**p<.01.***p<.001



Dos 175 participantes que têm um padrão conjugal igual ao do seu cônjuge e que, conforme se constatou, revelam maior grau de satisfação conjugal, 59 evidenciam um padrão conjugal 'não orientado para a relação' e os restantes 116 apresentam um padrão conjugal 'orientado para a relação'. Também, aqui, procurámos analisar, através do procedimento estatístico descrito anteriormente, se existiam diferenças no grau de satisfação entre estes dois grupos. A única subescala em que se encontram diferenças significativas é a do *Controlo* [F (1,173) = 9.46, p<.01], tendo o grupo dos 116 cônjuges (padrão conjugal igual e 'orientado para a relação') revelado maior satisfação (M = 1.09; DP =.13) do que o grupo dos 59 (padrão conjugal igual 'não orientado para a relação').

Em investigação anterior realizada com este inventário (Baucom *et al.*, 1996ab; Rankin-Esquer *et al.*, 1997), ter 'padrões focalizados nas relações' aparecia associado a maior satisfação conjugal, assim como ao facto dos cônjuges terem o mesmo padrão. Por sua vez, na investigação que realizámos, esta associação só se verificou quando coincidiu, para ambos os cônjuges, ter igual padrão conjugal e este ser 'orientado para a relação'. Ou seja, encontrámos casais que, apesar de terem padrões 'não orientados para a relação' se afirmavam satisfeitos, o que é perfeitamente consonante com outras classificações de tipos conjugais (e.g. Fitzpatrick, 1988) que consideram o tipo *independente* como um casamento em que há satisfação conjugal. Quando considerados em casal (ao verificarmos se tinham igual ou diferente padrão conjugal) já se distinguiam, como mais satisfeitos, os que tinham 'padrão orientado para a relação'. Em parte, estes resultados podem atribuir-se ao facto de ser muito mais precisa a informação

sobre casais, quando se considera a unidade casal, e não grupos de homens e mulheres casados separadamente.

Investigação anterior tende a evidenciar que os casais satisfeitos por comparação com os não satisfeitos, tendem a evidenciar maior semelhança (Bersheid & Lopes, 1997; Hojjat, 1997; Kenny & Acitelli, 1994). As semelhanças, especialmente no que diz respeito às crenças e padrões podem facilitar a compreensão mútua, dado que condicionam o modo como as pessoas sentem e percepcionam a sua própria relação.

2.3. Conclusão

Realizadas as diversas análises estatísticas que temos vindo a descrever, são possíveis algumas conclusões:

- a pertinência de considerar um 'padrão conjugal orientado para a relação' e um 'padrão conjugal não orientado para a relação', dado que se diferenciam significativamente em todas as dimensões consideradas: *fronteiras, poder/controlo, investimento instrumental* e *investimento expressivo*;

- existência de uma correlação entre apresentar um 'padrão orientado para a relação' e evidenciar um grau superior de 'incómodo/perturbação quando o padrão conjugal não é alcançado' muito provavelmente por causa da importância que conferem à relação conjugal;

- o facto de evidenciar um padrão conjugal (orientado ou não para a relação) não depende da variável sexo, mas da 'orientação do papel sexual';

- existência de uma correlação entre 'padrão conjugal actual' (orientado ou não para a relação) nas quatro dimensões consideradas e a dimensão *expressividade*, de tal modo que são os participantes que atribuem a si próprios muitas características femininas e masculinas (*tipo andrógino*) os que evidenciam um 'padrão conjugal focado na relação', seguidos dos participantes com tipo *feminino*;

- existência de uma correlação positiva entre 'padrão conjugal actual' e a dimensão 'modelo sobre os outros', de tal modo que entre os participantes com 'padrão conjugal orientado para a relação' há um número significativamente superior com estilo de vinculação *seguro*;

- a satisfação ou insatisfação com padrão conjugal depende dos resultados na dimensão da *instrumentalidade* (são os participantes com tipo *andrógino* ou com tipo *masculino* os que evidenciam maior satisfação por comparação com os de tipo

indiferenciado e de tipo *feminino*) e do estilo de vinculação (sendo os participantes com estilo *seguro* os mais satisfeitos com padrão conjugal actual, contrariamente aos que têm um estilo *preocupado*);

- o grau de perturbação/incómodo face a padrão conjugal não alcançado, está relacionado com o sexo (as mulheres evidenciam maior incómodo do que os homens, o que corresponde ao estereótipo), com os resultados na dimensão da *instrumentalidade* (os participantes de tipo *andrógino* são os que manifestam maior incómodo/perturbação quando o padrão conjugal não é alcançado) e com o estilo de vinculação (os participantes com estilo *evitante desligado* manifestam menor grau de incómodo/ perturbação quando o padrão conjugal não é alcançado);

- a 'satisfação com padrão conjugal' é maior em função dos cônjuges terem o mesmo, e não diferente, padrão conjugal. De entre os cônjuges com igual padrão conjugal, encontrámos um número superior com padrão 'orientado para a relação' os quais manifestavam maior grau de satisfação do que os restantes, no que se referia ao padrão de controlo/poder.

Em síntese, as únicas diferenças que encontrámos entre mulheres e homens casados, dizem respeito ao grau de incómodo demonstrado quando o padrão conjugal não era alcançado. A expressividade/instrumentalidade, o estilo de vinculação assim como a diferença/semelhança entre os cônjuges, demonstraram, nesta amostra, serem variáveis mais diferenciadoras dos padrões conjugais, da satisfação com o padrão conjugal e do incómodo/perturbação face a padrão conjugal não alcançado.

3. Estudo 3 - Esquema Conjugal (EDR), Sexo, Vinculação e Expressividade/Instrumentalidade

3.1. Introdução

O objectivo do estudo[11] que, seguidamente, se descreve consiste na investigação da existência e características das relações entre o conceito de *esquema conjugal* (Fitzpatrick, 1988,1993), concretizado nas *definições relacionais* de cada um dos cônjuges e respectivos *tipos conjugais*, e as variáveis sexo, expressividade e instrumentalidade e estilo de vinculação.

Tal como nos estudos anteriores apresentados neste capítulo, começamos pela pesquisa relativamente às *definições relacionais* (Fitzpatrick, 1988, p. 75) ou formas de descrever as relações conjugais – considerando as dimensões de *ideologia* (convencional/ não convencional), *interdependência/autonomia* e *reacção ao conflito* (evitamento/envolvimento) – através dos resultados obtidos com a adaptação portuguesa das oito subescalas componentes do RDI - o EDR (cf. capítulo de Estudos de Adaptação de Instrumentos). Pretende-se não só avaliar a incidência e tipos de *definições relacionais* dos cônjuges desta amostra, mas também avaliar as diferenças mais importantes entre as *definições relacionais* relativamente a: a) características demográficas; b) satisfação conjugal. Pretende-se, seguidamente, encontrar respostas para as seguintes questões de investigação:

- Será que as *definições relacionais* se diferenciam entre si relativamente aos papéis sexuais?

- Será que as *definições relacionais* se diferenciam entre si relativamente aos estilos de vinculação?

- Quais as variáveis que melhor predizem a *definição relacional* dos cônjuges, papéis sexuais ou estilos de vinculação?

Depois de encontradas pistas de resposta para estas questões passámos à definição dos *tipos conjugais* (Fitzpatrick, 1988), através da conjugação das *definições relacionais* de marido e mulher para cada um dos casais. Passando a ser o casal a unidade de análise, só então procedemos à investigação de eventuais associações entre

[11] Este estudo foi realizado com a amostra cuja caracterização socio-demográfica já foi anteriormente realizada no capítulo respeitante a "Estudos de Adaptação de Instrumentos", pg. 317. Sempre que o número total de participantes for diferente de N = 422, isso deve-se a "omissão de dados".

os *tipos conjugais*, e as variáveis demográficas, a satisfação conjugal, os papéis sexuais e estilos de vinculação desta vez, também conjugados por casal.

3.2. Resultados e Discussão

3.2.1. Incidência e Características das *Definições Relacionais*

O procedimento inicial que adoptámos, à semelhança do realizado pela autora do instrumento, foi o de análise de *clusters*[12], agrupando os dados recolhidos com as oito subescalas do EDR, através do método *k-means*. Encontrámos três clusters cujos valores médios e de dispersão se encontram no Quadro 6.11 e gráfico 6.4. Uma análise de variância multivariada (MANOVA) revelou um efeito geral significativo do factor *definição relacional*, [F(16, 824) = 80.81, p < 0.0001, *Wilks' lambda* = .15]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD* e todos, à excepção da subescala da *Assertividade*, se revelaram muito significativos.

Quadro 6.11 - Resultados médios na Escala de Dimensões Relacionais

Subescalas EDR	Definição Relacional EDR: cluster 1 Tradicional (n = 149) (F = 74; M = 75)	cluster 2 Ambivalente (n =203) (F = 105; M = 98)	cluster 3 Independente (n = 70) (F = 35, M = 35)	F(2,419)
Tradicionalismo	5.42a	**5.45b**	4.72ab	28.24***
	(.72)	(.73)	(.76)	
Mudança	3.50ab	**4.94a**	4.74b	189.96***
	(.75)	(.65)	(.76)	
Partilha	**5.31a**	5.17b	4.40ab	48.18***
	(.59)	(.64)	(.84)	
Autonomia	2.44ab	3.44a	**3.56b**	63.4***
	(.82)	(.94)	(.96)	
Espaço Indiferenciado	**5.19a**	4.82ab	4.38ab	25.20***
	(.80	(.83)	(.74)	
Regularidade Temporal	**5.79a**	5.67b	3.72ab	272.21***
	(.67)	(.55)	(.87)	
Evitamento do Conflito	2.43ab	3.03b	**3.26a**	37.17***
	(.73)	(.81)	(.83)	
Assertividade	2.24a	2.27	**2.52a**	3.88*
	(.68)	(.71)	(.80)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05.

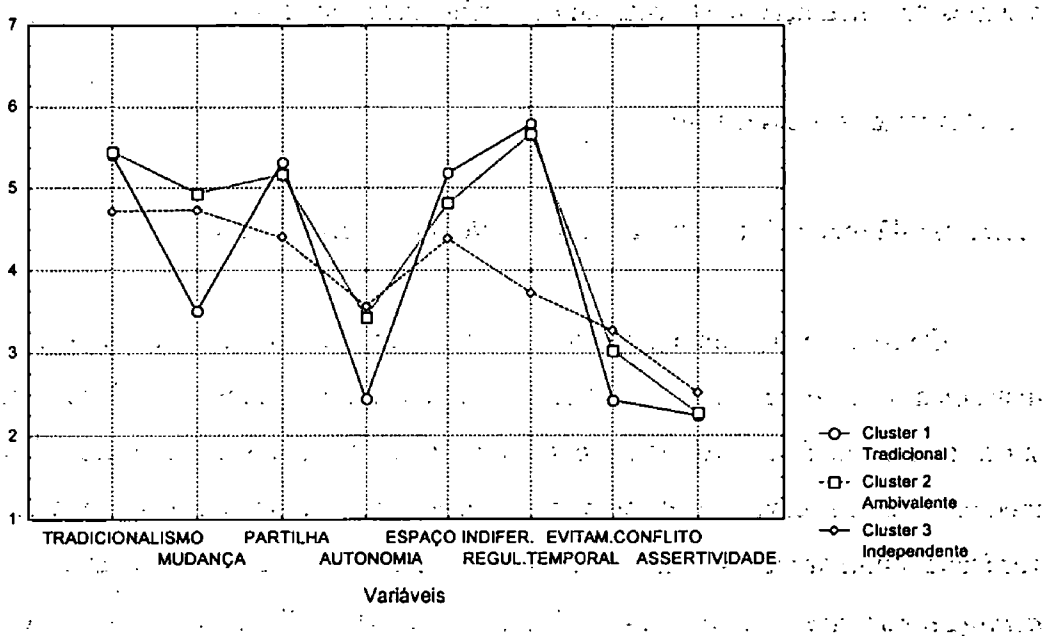
Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

* Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

A média mais elevada em cada uma das linhas aparece a negro forte.

[12] Os casos dentro de um *cluster* são semelhantes entre si em termos dos seus valores num conjunto de variáveis, e são mais semelhantes do que com qualquer um dos casos pertencentes a outro *cluster*.

Gráfico 6.4 - Valores médios por 'cluster' EDR



Estes agrupamentos, em função dos valores médios encontrados nas oito subescalas, permitiram-nos chegar a três *definições relacionais* as quais, embora não coincidentes[13], são bastante semelhantes às encontradas por Fitzpatrick (1988) nos estudos que efectuou para o desenvolvimento do RDI. Cada uma das três *definições relacionais* traduz perspectivas diferentes de *ideologia* (medida por duas subescalas) de *interdependência* (avaliada por quatro subescalas) e de *reacção ao conflito* (medida por duas subescalas).

Uma questão a pesquisar consiste em verificar se as três *definições relacionais* se diferenciam, de facto, no 'peso' que atribuíram às variáveis (na forma de subescalas) da EDR.

Assim, encontramos um primeiro grupo, no qual se incluem 149 cônjuges (35,31%), que denominámos *Tradicional*, tal como Fitzpatrick (1988, p.76), dada a semelhança de resultados, assim caracterizado: uma ideologia convencional (valor médio elevado, M = 5.42 e DP = .72 na subescala do *Tradicionalismo* e, na subescala da *Incerteza e da Mudança*, o valor médio mais baixo, M=3.5 e DP=.75); um predomínio da interdependência (valores médios elevados na subescala da *Partilha* e os mais reduzidos, M=2.44 e DP=.82, na subescala da *Autonomia*) mantida por níveis elevados de *Espaço Indiferenciado* (M=5.19, DP=.80) e de *Regularidade Temporal*; evitando

[13] O facto das *definições relacionais* não serem coincidentes não é de estranhar, dado estarmos face a amostras provenientes de diferentes meios sócio-culturais.

pouco o *conflito* (M=2.43; DP=.73) mas com o valor médio mais reduzido em *Assertividade* (M=2.24, DP=.68).

Um segundo grupo, com 203 cônjuges (48,10%), que designámos de *Ambivalente* dado que, tendo um perfil muito semelhante ao *Tradicional* no que se refere às subescalas de *Tradicionalismo*, *Partilha*, *Regularidade Temporal* e *Assertividade*, difere dele, significativamente, nas subescalas de *Incerteza e Mudança* (com o valor médio mais elevado, M=4.94 e DP=.65), de *Autonomia* (M = 3.44 e DP = .94), de *Espaço Indiferenciado* (M=4.82 e DP=.83), e de *Evitamento do Conflito* (M = 3.03; DP = .81). Os cônjuges que se incluem neste grupo evidenciam visões ideológicas sobre as relações que são, em simultâneo, opostas. Por um lado, revelam-se convencionais nas questões conjugais e familiares, tal como os do grupo *tradicional*; por outro lado, subscrevem os valores defendidos pelos que se incluem no grupo *independente* (nomeadamente a liberdade individual relativamente à manutenção da relação conjugal). No que se refere à dimensão da interdependência, os cônjuges deste grupo evidenciam níveis elevados de *Partilha*, confirmados pelos resultados elevados da *Regularidade Temporal* (tal como os cônjuges *tradicionais*), mas tentam manter alguma distância psicológica na relação conjugal evidenciada pelos resultados elevados em *Autonomia* e reduzidos em *Espaço Indiferenciado* (tal como os *independentes*). Por fim, revelam algum evitamento dos conflitos e pouca assertividade. Este tipo de definição relacional que designámos por *ambivalente* assemelha-se, em algumas características, à que Fitzpatrick (1988, p.76) designou por *separado*, diferindo dela sobretudo no que se refere à *Partilha* .

Por sua vez, o último grupo, com 70 cônjuges (16,5%), também denominado *Independente*, à semelhança da designação de Fitzpatrick (1988), desenha-se com o seguinte perfil: ideologia não convencional (com o valor médio mais reduzido e estatisticamente significativo, M = 4.72 e DP = .76, na subescala do *Tradicionalismo*, e resultado elevado, na subescala da *Incerteza e da Mudança*); relativamente à dimensão da interdependência encontrámos uma média reduzida na *Partilha* e a mais elevada na *Autonomia* (M = 3.56; DP = .96) acompanhada dos valores médios mais reduzidos e estatisticamente significativos nas subescalas do *Espaço Indiferenciado* (M = 4.38; DP = .74) e da *Regularidade Temporal* (M = 3.72; DP = .87); resultado mais elevado no *Evitamento do Conflito* e isto, apesar dos resultados mais elevados na subescala de *Assertividade* (M = 2.52; DP = .80). Difere ligeiramente da definição proposta por

Fitzpatrick (1988, p.77) no que se refere à *Partilha*, à *Assertividade* e ao *Evitamento de Conflitos*.

De realçar o facto de não se encontrar diferença significativa (χ^2 = .163, p =.92) entre o número de cônjuges femininos e masculinos que se identifica com cada uma das três *definições relacionais* (cf. Quadro 6.11).

Como se pode verificar, por observação do Quadro 6.11, relativamente às subescalas do EDR, as *definições relacionais* são claramente diferentes entre si. De entre as oito comparações todas alcançam níveis estatisticamente significativos. Os resultados das análises univariadas (ANOVAs) revelaram que as variáveis que, aparentemente, mais contribuiram para a diferenciação entre as *definições relacionais* foram a de *Regularidade Temporal* [F(2,419)=272.21, p<.001] e a de *Ideologia da Incerteza e da Mudança* [F(2, 419)=189.96, p<.001]. Segue-se a *Autonomia* [F(2, 419) =63.4, p<.001] e a *Partilha* [F(2,419)=48.18, p<.001] como variáveis diferenciadoras das *definições relacionais*. A subescala da *Assertividade* foi a que apresentou os resultados menos diferenciadores dos três *clusters* em causa [F(2,419) = 3.88, p<.05].

A afirmação de que os cônjuges se diferenciam nas suas *definições relacionais* de acordo com a importância que conferem a cada uma das dimensões consideradas, cimenta-se em função dos resultados de uma análise discriminante na qual todas as oito variáveis foram introduzidas, como variáveis potencialmente características das diferentes *definições relacionais*.

Esta análise mostrou-se bastante discriminatória [F (16,824) = 80.81, p<.000001)], com um coeficiente de *Wilks'lambda* de .152, tendo o procedimento progressivo excluído uma variável, devido a insuficiente contributo para a análise (i.e, *Assertividade*). Por sua vez, as variáveis que a análise progressiva mostrou melhor discriminarem as definições relacionais, tal como na análise anterior, foram a *Regularidade Temporal* [F(2,419) = 272.21, p<.00000001], a *Ideologia da Incerteza e da Mudança* [F(2,418) = 222.05, p<.00000001], a *Autonomia* [F(2,417) = 169.92, p<.00000001], o *Evitamento do Conflito* [F(2,416) = 141.85, p<.00000001], *Partilha* [F(2,415) = 120.34,], *Espaço Indiferenciado* [F(2,414) = 104.9], todas com p<.00000001, e *Tradicionalismo* [F(2,413) = 92.41, p<.001].

3.2.1.1. Diferenças entre *Tradicionais*, *Ambivalentes* e *Independentes* Relativamente a Características Socio-Demográficas

Considerando o agrupamento dos cônjuges pelas *definições relacionais* encontradas – *tradicional*, *ambivalente* e *independente* – procurámos investigar outras variáveis susceptíveis de diferenciar os três grupos de cônjuges. Introduzimos essas variáveis numa análise de variância multivariada (MANOVA). O resultado do teste F global diferencia claramente as três *definições relacionais*, [F(12,592)=5.57, p<.00001], com um coeficiente *lambda de Wilks* de .81.

Como se pode constatar pela observação do Quadro 6.12, os resultados das análises univariadas (ANOVAs) revelaram que a variável que mais contribuiu para a diferenciação entre grupos correspondentes às três *definições relacionais* foi o 'índice de envolvimento religioso[14]' [F(2;419)=27.98, p<.0001] significativamente mais elevado para o grupo dos cônjuges *tradicionais* (M = 2.64; DP = .61), seguido do grupo dos cônjuges *ambivalentes* (M = 2.27; DP = .79) também significativamente diferente do resultado obtido pelo grupo dos cônjuges *independentes* (M=1.87; DP=.75).

Quadro 6.12 - Médias, DP e ANOVAs de variáveis socio-demograficas por definições relacionais

	Definição relacional EDR			
	Tradicional (n= 149)	Ambivalente (n=203)	Independente (n=70)	F(2, 419)
Idade	36.1ab	40.5a	40.2b	8.67***
	(9.1)	(11.4)	(9.2)	
Tempo de casamento	10.4a	14.7a	13.2	7.33***
	(9.08)	(11.6)	(9.5)	
Número de filhos	2.92	2.12	1.71	1.09ns
	(.89)	(1.32)	(.89)	
Escolaridade	2.60	2.37	2.21	4.31*
	(.84)	(1.04)	(1.03)	
Rendimento económico	2.56	2.49	2.29	2.55ns
	(.76)	(.77)	(.66)	
Religiosidade	2.64a	2.27a	1.87a	27.98***
	(.61)	(.79)	(.75)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05.
Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05
Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

[14] O índice de 'envolvimento religioso' foi calculado com base numa escala em que, seguindo uma ordem crescente de envolvimento religioso, tinha as seguintes correspondências : 1 = sem religião, 2 = religião mas não praticante; 3 = religião praticante.

A 'idade', significativamente mais elevada nos grupos de cônjuges *ambivalentes* e *independentes* é uma variável a diferenciá-los do grupo dos cônjuges *tradicionais* [F(2,419)=8.67, p<.001]. Por sua vez, a variável 'tempo de casamento' diferencia [F(2,419)=7.33, p<.001] o grupo dos cônjuges *ambivalentes* com média mais elevada (M = 14.7; DP = 11.6) da dos cônjuges *tradicionais* (M = 10.4; DP = 9.08). As variáveis 'número de filhos', 'escolaridade' e 'rendimento económico' não atingiram significância estatística na diferenciação de nenhuma das *definições relacionais*.

Índice de Envolvimento Religioso

A relação significativa entre a variável '*definições relacionais*' e a variável 'religiosidade' é, também, evidente através da análise de qui-quadrado $\chi 2$ (4, 416) = 51.09, p=.0000001. As percentagens de *tradicionais*, *ambivalentes* e *independentes* em cada um dos três indicadores de religiosidade foi a seguinte: sem religião (13.16% de *tradicionais*, 55,26% de *ambivalentes* e 31.58% de *independentes*; religião cristã não praticante (26,9% de *tradicionais*, 50% de *ambivalentes* e 23,8% de *independentes*); religião cristã praticante (48,13% de *tradicionais*, 44, 86% de *ambivalentes* e 7,01% de *independentes*). Verifica-se, nesta amostra que, enquanto a percentagem de cônjuges *tradicionais* aumenta à medida que o grau de envolvimento religioso também aumenta, a percentagem de cônjuges *independentes* diminui. Por sua vez, a percentagem de cônjuges *ambivalentes* não se altera muito em função do grau de envolvimento religioso, excepto no grupo dos cônjuges com religião cristã praticante, em que diminui ligeiramente a favor dos cônjuges *tradicionais*.

Com o objectivo de clarificar o efeito geral significativo do grau de religiosidade nas subescalas da EDR, encontrado através de uma análise de variância multivariada, [F(16,812)=13.71, p=.0000001, *Wilks lambda* de .62], procedemos ao cálculo de análises univariadas (ANOVAs) para cada uma das referidas subescalas (cf. Quadro 6.13). Constatamos que em cinco das oito subescalas se verificam os efeitos do 'grau de religiosidade': os cônjuges que declaram religião cristã praticante são os que obtêm média significativamente mais elevadas em *Ideologia do Tradicionalismo*, *Partilha* e *Regularidade Temporal*; os que se afirmam sem religião obtêm as médias mais elevadas em *Ideologia da Incerteza e Mudança* e em *Autonomia*.

Quadro 6.13.- Médias, desvios-padrão e ANOVAs das subescalas EDR por grupos de religiosidade

Subescalas EDR	Religiosidade: Sem religião (n = 76)	Religião cristã (n = 126)	Religião cristã praticante (n = 214)	F(5,406)
Tradicionalismo	4.67a	5.11a	**5.67a**	72.2***
	(.76)	(.61)	(.62)	
Mudança	**4.77a**	4.66b	4.13ab	20.5***
	(.75)	(.88)	(.99)	
Partilha	5.03	4.96a	**5.20a**	4.5*
	(.83)	(.75)	(.67)	
Autonomia	**3.46a**	3.25b	2.89ab	10.7***
	81.03)	(.97)	(1.01)	
Espaço Indiferenciado	4.80	4.82	4.94	1.06ns
	(.73)	(.85)	(.88)	
Regularidade Temporal	4.90a	5.28a	**5.61a**	16.3***
	(1.28)	(.94)	(.83)	
Evitamento do Conflito	2.96	2.82	2.83	.83ns
	(.79)	(.87)	(.86)	
Assertividade	2.28	2.24	2.32	.51ns
	(.70)	(.75)	(.71)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05.
Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001
* Método Tuckey HSD para grupos com frequências diferentes, p<.05
A média mais elevada em cada uma das linhas aparece a negro forte.

Um procedimento de regressão múltipla progressiva (*forward stepwise*) reteve dois factores, dos oito que estão na base das *definições relacionais*, como contributos significativos para a explicação da variância da 'religiosidade', explicando, no todo, 35% da variância [F(6,409) = 37.7, p<.00000001]. O factor que melhor prediz o grau de religiosidade é a *Ideologia do Tradicionalismo*, explicando cerca de 26% da variância [F (1, 409) = 144.6, p<.0000001], seguido da *Ideologia da Incerteza e da Mudança* que explica 8% da variância [F(2,409) = 51.0, p<.000001]. A análise das correlações parciais permite-nos concluir que a *Ideologia do Tradicionalismo* (r_v=.50) está positivamente relacionada com o grau de religiosidade, enquanto a *Ideologia da Incerteza e da Mudança* se relaciona com aquele, mas negativamente (r_v = -.27). Não é de surpreender que as duas variáveis que predizem a religiosidade sejam as referentes à dimensão da 'ideologia' (convencional ou não convencional) uma vez que, no modelo de Fitzpatrick (1988), esta é, precisamente, a dimensão referente às "*crenças, padrões e valores que os cônjuges têm relativamente à sua relação e à família (...) ao significado e objectivos que se têm para a vida*" (p.72). Os cônjuges com maior envolvimento religioso são aqueles que, em termos de ideologia, valorizam a estabilidade e a

previsibilidade (correlação positiva com *Tradicionalismo* e negativa com *Incerteza e Mudança*).

Tempo de Casamento

Uma análise de qui-quadrado confirmou a relação com a variável 'tempo de casamento', χ_2 (6, 422) = 13.78, p<.05 nas seguintes associações: há significativamente mais cônjuges *tradicionais* (46,2%) e *ambivalentes* (40,8%) do que *independentes* (13,1%) casados entre 2 e 5 anos; nos casamentos dos 6 aos 13anos também encontramos significativamente mais cônjuges *tradicionais* (34,9%) e *ambivalentes* (46,9%) do que *independentes* (18,3%); nos casamentos de 14 a 24 anos encontramos significativamente mais cônjuges *ambivalentes* (51,1%) do que *independentes* (17,05%); nos com 25 anos e mais de casamento, a percentagem de cônjuges *ambivalentes* (58,9%) é significativamente superior à dos cônjuges *tradicionais* (21,8%) e *independentes* (17,05%). Verifica-se, nesta amostra, que o número de cônjuges *tradicionais* diminui progressivamente à medida que o tempo de casamento aumenta, que o número de cônjuges *ambivalentes* atinge o número máximo nos casamentos entre 6 e 13 anos, constituindo também o grupo mais frequente nos outros tempos de casamento. O número de cônjuges *independentes* mantém-se constante, não variando com o tempo de casamento.

Uma análise de variância multivariada (MANOVA), tendo como variável independente o 'tempo de casamento' (com quatro níveis) e os valores médios obtidos nas oito subescalas do EDR como variáveis dependentes, confirmou o efeito geral significativo da variável tempo de casamento [F(24, 1192) = 5.14, p<.00001, *Wilks' lambda* = .75]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, conforme Quadro 6.14.

Verificamos que os resultados médios mais elevados das subescalas de ideologia (tanto do *Tradicionalismo* como da *Incerteza e Mudança*) e de *Evitamento do Conflito* são obtidos pelos cônjuges casados há mais anos (grupo 4) distinguindo-se significativamente dos dos outros grupos, evidenciando o maior relevo que é dado, nos casamentos de maior duração, a estas dimensões. Estes resultados poderão significar uma maior percepção, por parte dos casamentos de maior duração, de que as crenças,

padrões e valores que os cônjuges têm relativamente à sua relação e à família (paradigma familiar) são importantes enquanto determinantes das interacções. O facto de serem também os casais com 25 ou mais anos de casamento a valorizar mais o evitamento do conflito poderá ser indicador de um maior conhecimento e aceitação da relação conjugal, típico da fase do ciclo de vida em que se encontram.

Por outro lado, o grupo dos cônjuges do grupo 1 (2-5 anos de casamento) obteve resultados significativamente superiores aos obtidos pelos outros grupos nas subescalas de *Partilha* e de *Espaço Indiferenciado*, o que é consonante com a fase inicial do ciclo de vida de um casal em que existe maior fusão entre os cônjuges. Não se registaram diferenças significativas entre os grupos, nos resultados das subescalas de *Autonomia*, *Regularidade Temporal* e *Assertividade*.

Quadro 6.14 - Médias, desvios-padrão e ANOVAs dos grupos por tempo de casamento e número de filhos, nas subescalas da EDR

Subescalas EDR	Tempo de casamento 1 (n = 130)	2 (n = 126)	3 (n = 88)	4 (n = 78)	F(3,418)	Número de Filhos 0 (n=99)	1 (n=123)	2 (n=118)	3 (n=82)	F(3,418)
Tradicionalismo	5.21a	5.22b	5.32c	**5.65abc**	6.6***	5.04a	5.22b	5.27c	**5.86abc**	20.4***
	(.71)	(.81)	(.76)	(.76)		(.73)	(.76)	(.79)	(.57)	
Mudança	4.26a	4.20bc	4.61c	**4.71ab**	7.0***	4.41a	4.5b	**4.6c**	4.01abc	6***
	(.84)	(.99)	(1.04)	(.93)		(.94)	(.81)	(1.08)	(.98)	
Partilha	**5.40abc**	5.11ad	4.86b	4.78cd	17.1***	**5.33ab**	5.05a	4.93b	5.08	5.5**
	(.61)	(.66)	(.78)	(.77)		(.62)	(.72)	(.84)	(.65)	
Autonomia	3.07	3.06	3.16	3.18	.33ns	**3.41ab**	2.99a	3.02b	3.05	3.9**
	(.96)	(.96)	(1.14)	(1.08)		(.96)	(.93)	(1.05)	(1.1)	
Espaço Indiferenciado	**5.10ab**	4.85	4.74a	4.69b	5.4**	5.03	4.9	4.8	4.74	2.1ns
	(.76)	(.81)	(.85)	(.95)		(.70)	(.85)	(.91)	(.88)	
Regularidade Temporal	5.35	5.39	5.40	5.42	.09ns	5.29a	5.18b	5.44	**5.71ab**	5.4**
	(.89)	(1.12)	(.93)	(1.01)		(.99)	(1.08)	(.92)	(.84)	
Evitamento do Conflito	2.62ab	2.77c	2.98a	**3.24bc**	10.4***	2.79	2.79	2.83	3.05	1.9ns
	(.78)	(.79)	(.94)	(.78)		(.77)	(.86)	(.87)	(.86)	
Assertividade	2.25	2.36	2.23	2.37	1.1ns	2.33	2.21	2.33	2.36	.92ns
	(.67)	(.77)	(.73)	(.71)		(.65)	(.74)	(.75)	(.73)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05. A média mais elevada em cada uma das linhas aparece a negro forte. Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

(N=422) Grupos de t.casamento - G1:2-5anos; G2: 6-13anos; G3:.14-24anos; G4: mais de 25anos.

(N=422) Grupos por nº de filhos - G1:sem filhos; G2:1 filho; G3: 2 filhos; G4:3 ou mais filhos

Número de Filhos

No que se refere à variável 'número de filhos' confirmámos, através de análises de qui-quadrado, que aquela não parece ter muita influência nas *definições relacionais*

(e.g. entre os cônjuges *tradicionais* não predomina nenhum dos grupos em função do número de filhos) excepto nas seguintes associações: de entre os cônjuges *ambivalentes* o grupo mais frequente é o que tem dois filhos (31,03%); de entre os *independentes* há significativamente menos (10%) no grupo dos que têm 3 filhos ou mais.

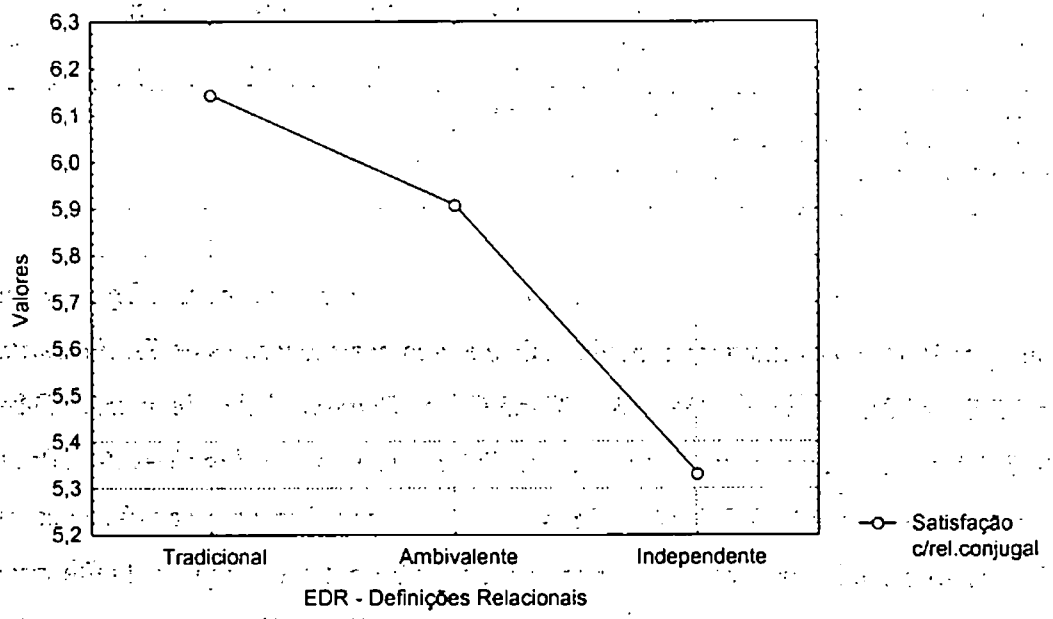
Uma análise de variância multivariada (MANOVA), tendo como variável independente o 'número de filhos' (com quatro níveis) e os valores médios obtidos nas oito subescalas (EDR) como variáveis dependentes, revelou o efeito geral significativo da variável número de filhos [$F(24,1192)=6.14$, $p<.00001$, *Wilks' lambda* = .71]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVAs seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, conforme se pode ver no Quadro 6.14, anterior. Verificamos que os valores médios mais elevados de *Tradicionalismo* e *Regularidade Temporal* se encontram no grupo dos que têm mais filhos, enquanto os valores médios de *Incerteza e Mudança* são menores no grupo dos que têm mais filhos distinguindo-se significativamente dos restantes. Estes resultados são consonantes com as características dos casais com ou sem filhos. Valores elevados em *Tradicionalismo* significam, entre outros aspectos, ter certezas sobre o significado e objectivos da vida em geral bem como sobre as regras que devem governar a educação dos filhos e o comportamento familiar geral. Daí também os valores elevados em *Regularidade Temporal*. Valores reduzidos em *Incerteza e Mudança* significam, entre outros aspectos, pouca abertura à mudança e dificuldade em aceitar contributos individuais que possam comprometer o todo familiar. Não é, pois, de estranhar que sejam os casais com maior número de filhos (G4) os que apresentam os valores mais elevados em *Tradicionalismo* e os mais reduzidos em *Incerteza e Mudança*.

Relativamente à *Partilha* e à *Autonomia*, têm valores médios mais elevados e distinguindo-se dos restantes, os cônjuges sem filhos. O resultado elevado em *Autonomia*, o qual significa uma valorização do espaço (físico, psicológico e social) seria mais provável de encontrar junto de casais sem filhos. O facto destes casais revelarem, em simultâneo, o valor mais elevado em *Partilha*, poderá significar, a sua maior disponibilidade, dado que não têm filhos, para uma mais intensa e frequente interacção no casal e do casal com o mundo exterior.

3.2.1.2. Diferenças entre *tradicionais, ambivalentes e independentes* relativamente à satisfação conjugal

Analisando a relação das *definições relacionais* (EDR) com a *satisfação conjugal*[15] (cf. Gráfico 6.5), verificamos que as médias de satisfação conjugal dos cônjuges *tradicionais* (M = 6.14) e *ambivalentes* (M = 5.91) são significativamente superiores à obtida pelo grupo dos cônjuges *independentes* (M = 5.33), conforme se pode constatar por observação da figura que se segue, [F(2,409) = 18.25, p<.00000].

Gráfico 6.5 - Valores médios de satisfação conjugal por *definições relacionais*



Por outro lado, considerando os participantes agrupados pelo grau de satisfação conjugal que declararam, procurámos determinar quais os resultados de que subescalas da EDR (variável dependente) contribuíam mais para esses graus de satisfação. Quando se procede a uma análise de variância multivariada (MANOVA) das oito subescalas susceptíveis de diferenciar os graus de satisfação, o resultado do teste F mostra diferenças significativas [F(40,1741)=5.92, p<.00001, *Wilks' lambda*=.57]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes (cf. Quadro 6.15).

[15] A satisfação com a relação conjugal foi avaliada por meio de uma escala de índice único, tipo Likert de sete pontos (cf. capítulo de Metodologia).

Quadro 6.15. - Resultados nas subescalas da EDR por grau de satisfação conjugal

Subescalas EDR	Satisfação com a relação conjugal 2 (n = 5)	3 (n = 3)	4 (n = 26)	5 (n = 66)	6 (n = 208)	7 (n = 104)	F(5,406)
Tradicionalismo	5	4.5	5.3	5.3	5.2	**5.5**	2.61*
	(1.5)	(.46)	(.74)	(.78)	(.77)	(.72)	
Mudança	3.9	**5.3**	4.6	4.7a	4.3a	4.3	3.87**
	(.89)	(.87)	(.71)	(.99)	(.91)	(1.03)	
Partilha	4.8	3.2	4.1a	4.6a	5.2a	**5.6a**	44.27***
	(.95)	(1.09)	(.78)	(.53)	(.58)	(.58)	
Autonomia	3.4	4.3	2.9	3.3	3.1	3.1	1.8ns
	(.30)	(1.0)	(1.0)	(1.1)	(1.0)	(1.0)	
Espaço Indiferenciado	**5.4**	3.9	4.7	4.7	4.9	5.0	2.74*
	(.82)	(.67)	(.97)	(.76)	(.79)	(.95)	
Regularidade Temporal	4.8	4.6	4.7a	5.2	5.4	**5.6a**	5.19***
	(1.6)	(.2.2)	(1.5)	(1.01)	(.92)	(.79)	
Evitamento do Conflito	2.5	**4.07**	3.2c	3.3ab	2.8a	2.6bc	10.15***
	(.88)	(1.1)	(.88)	(.73)	(.79)	(.83)	
Assertividade	2.6	2.3	2.5	2.4	2.3	2.18	1.54ns
	(.85)	(1.04)	(.86)	(.73)	(.73)	(.64)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05.

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

* Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

A média mais elevada em cada uma das linhas aparece a negro forte.

Assim verificamos que os cônjuges que declaram maior satisfação conjugal (grau 7; n=104) são os que têm a média mais elevada nas subescalas de *Tradicionalismo* (M=5.5;DP=.72), *Partilha* (M=5.6; DP=.58), e *Regularidade Temporal* (M=5.6; DP=.79) e média reduzida nas subescalas de *Evitamento do Conflito* (M=2.6; DP=.83) e de *Assertividade* (M=2.18; DP=.64). Por sua vez, os graus de menor satisfação conjugal global estão associados a médias superiores nas subescalas de *Espaço Indiferenciado* (M=5.4; DP=.82), de *Evitamento do Conflito* (M=4.07; DP=1.1), de *Autonomia* (M=4.3, DP=1) e de *Ideologia da Incerteza e da Mudança* (M=5.3; DP=.87).

Um procedimento de regressão múltipla progressiva (*forward stepwise*) reteve quatro dos oito factores ou subescalas (EDR) como contributos significativos para a explicação da variância da 'satisfação conjugal', explicando, no todo, 30% da variância, [F(4,407)=44.54, p<.00000001). A variável que melhor, e quase exclusivamente, prediz a 'satisfação conjugal' é a *Partilha*, explicando cerca de 29,5% da variância . Seguem-se a *Assertividade*, a *Regularidade Temporal* e o *Espaço Indiferenciado* com valores não significativos. A análise das correlações parciais permite-nos concluir que a *Partilha* (r_v=.50) está muito positivamente relacionada com o nível de 'satisfação conjugal'. De realçar o facto de serem três variáveis incluídas na dimensão que Fitzpatrick (1988) define como *interdependência* as que melhor predizem a satisfação

com a relação conjugal, confirmando que "*quanto mais interdependente o casal, mais elevado o nível de companheirismo, mais tempo é o que passa junto e mais organiza o seu espaço de modo a promover a união e a interacção*" (ibidem, p.73). No entanto, é quase exclusivamente a *Partilha* a responsável pela previsão da satisfação com a relação conjugal, salientando a importância da elevada frequência de interacção entre os membros do casal e do casal com o mundo exterior[16].

Estas análises ajudam a explicar o porquê de serem os cônjuges que definem a sua relação como *independente* (ideologia não convencional, reduzida interdependência, bastante evitamento do conflito aliado a elevada assertividade) a declarar menor satisfação com a sua relação conjugal.

3.2.1.3. Definições Relacionais, Sexo, Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

Continuando a considerar a mesma tipologia de *definições relacionais*, procurámos investigar, através de uma análise de variância multivariada, eventuais efeitos desta tipologia (considerada variável independente com três níveis) nas variáveis dependentes *expressividade* e *instrumentalidade* (PAQ), [$F(4,820) = 2.1$, $p<.05$, *Wilks' lambda* = .97] e *estilos* de *vinculação*, [$F(8,700)=4.53$, $p<.001$, *Wilks' lambda* = .90]. Os resultados dos cálculos estatísticos encontram-se no Quadro 6.16 que se segue.

Através da análise dos testes *post hoc* de diferenciação entre grupos, encontramos nos participantes *tradicionais* (M=23.24; DP= 3.2), e para a subescala da *Expressividade* [$F(2,411)=3.74$, $p<.05$], um valor médio significativamente superior ao que foi encontrado para os participantes *independentes* (M=21.7;DP=3.8). Não se encontraram diferenças significativas entre as *definições relacionais*, para a subescala da *Instrumentalidade*, considerando a amostra global. No entanto, se efectuarmos esta análise considerando separadamente o sexo dos participantes, verificamos que os maridos *tradicionais* são significativamente mais *instrumentais* (M =22.1;DP=3.6) do que os maridos *independentes* (M=19.8;DP=4.2), conforme $F(2, 201)=4.14$, $p<.02$.

Já no que se refere ao estilo de vinculação, encontramos os cônjuges *ambivalentes* com resultados médios significativamente mais elevados do que os *tradicionais* no estilo *preocupado* [$F(2,353)=9.71$, $p<.001$]. Uma análise mais detalhada

[16] Recordando a definição de Fitzpatrick (1988), um resultado elevado neste factor sugere uma partilha aberta de amor e cuidados, a tendência para comunicar uma vasta extensão e intensidade de sentimentos e de pensamentos, partilha de tarefas e de actividades de lazer, investimento nas relações com os amigos.

permite concluir que são os participantes masculinos quem mais contribui para esta diferença: são significativamente [F(2,172) = 8.22, p<.0003] mais *preocupados*, no que se refere ao estilo de vinculação, os maridos *ambivalentes* (M=3.35;DP=1.9) por contraste com os *tradicionais*. Distinguem-se também significativamente, os cônjuges *independentes* dos *tradicionais*, no resultado médio mais elevado que manifestam no estilo *evitante desligado* [F(2,353)=4.59, p<.01]. Considerando separadamente o sexo dos participantes, verificamos que as mulheres *independentes* têm um resultado significativamente mais elevado (M=3.4;DP=1.8) no estilo *evitante desligado* do que as mulheres *tradicionais* (M=2.05;DP=1.5) [F(2,173)=6.65, p<.001].

Quadro 6.16 - Resultados de expressividade/instrumentalidade e vinculação por definições relacionais

	Definição relacional EDR												
	Tradicional (n= 145)				Ambivalente (n=201)				Independente (n=68)				F(2, 411)
	F=69		M=73	F=101		M=98	F=34		M=33				
Subescalas PAQ													
Expressividade	23.7	23.24a (3.2)	22.7	23.5	23 (3.9)	22.5	22.8	21.7a (3.8)	20.7	3.74*			
Instrumentalidade	19.5	20.7 (4.4)	22.1	19.6	20.5 (4.3)	21.4	20.4	20.16 (4.1)	19.8	.45ns			
Estilos de Vinculação	(n= 120)				(n=176)			(n=61)		F(2,353)			
	F=69		M=60	F=89		M=87	F=20		M=41				
Seguro	5.1	5.12 (1.3)	5.2	5.1	4.78 (1.6)	4.5	4.5	4.62 (1.8)	4.9	2.44ns			
Evit.Amedrontado	3.4	3.20 (1.8)	3	2.9	3.18 (1.8)	3.4	3.6	3.72 (1.6)	3.7	2.39ns			
Preocupado	2.5	2.40a (1.4)	2.3	3.2	3.25a (1.8)	3.4	3.3	2.89 (1.5)	2.5	9.71***			
Evit. Desligado	2.1	2.44a (1.6)	2.7	2.4	2.94 (1.9)	3.5	3.4	3.23a (1.8)	3.1	4.59**			

Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05.
Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

Os estilos *seguro* e *evitante amedrontado*, (mais elevados respectivamente para os *tradicionais* e *independentes*) não atingiram diferença significativa, considerando a amostra global. Mas, se considerarmos separadamente o sexo dos participantes, verificamos que os maridos *tradicionais* (M=5.2;DP=1.2) são significativamente mais *seguros* do que os *ambivalentes* (M=4.5;DP=1.7), [F(2,173)=3.42, p<.03].

A análise detalhada deste Quadro 6.16, permite concluir que o grupo dos cônjuges *tradicionais* apresenta como características: níveis elevados de *expressividade* (dependência, mutualidade e unidade são aspectos básicos da relação) e de

instrumentalidade[17] (individuação, separação e controlo são aspectos básicos da relação); um estilo de vinculação predominantemente *seguro* e reduzido nas vertentes *preocupado* (distinguindo-se significativamente dos *ambivalentes*) e *evitante desligado* (distinguindo-se significativamente dos *independentes*), o que indicia um modelo positivo 'sobre si próprio e sobre os outros' (Bartholomew & Horowitz ,1991) . Por sua vez, o grupo dos cônjuges *ambivalentes* apresenta um perfil muito semelhante ao dos cônjuges *tradicionais* no que aos papéis sexuais diz respeito, mas diferente no estilo de vinculação ao evidenciar a média mais elevada (M=3.25;DP=1.8) no estilo *preocupado*, o que introduz alterações no sentido de um 'modelo negativo sobre si próprio e positivo sobre os outros'. Por último, o grupo dos cônjuges *independentes* destaca-se dos restantes ao apresentar os valores médios mais reduzidos de *expressividade* e de *instrumentalidade* e os valores mais elevados nas dimensões *evitante (amedrontado* e *desligado)*, o que é indicador de um 'modelo sobre os outros' (Bartholomew & Horowitz, 1991, p.227), que é negativo e característico de quem procura evitar a intimidade. Resultados semelhantes, mas não totalmente coincidentes no que se refere à associação das *definições relacionais* com os *estilos de vinculação*, foram também encontrados por Fitzpatrick e colaboradores (1993).

Interessava verificar se estas conclusões se mantinham em análises estatísticas referentes à tipologia definida pelos resultados do PAQ (*Feminino, Masculino, Andrógino e Indiferenciado*). Efectivamente, estas interpretações são confirmadas pelo resultado do teste do qui-quadrado, χ_2 (6,414) = 15.9, p = .01, indicando as seguintes diferenças significativas: de entre os cônjuges *tradicionais* um número significativamente superior de participantes de tipo *andrógino* (37,9%) por comparação com os de tipo *indiferenciado* (13, 79%); de entre os cônjuges *ambivalentes*, um número significativamente superior de participantes de tipo *andrógino* (34,8%) por comparação com os de tipo *feminino* (21,4%) e com os de tipo *indiferenciado* (18,4%); de entre os cônjuges *independentes*, um número significativamente superior de participantes de tipo *indiferenciado* (35,29%) por comparação com os participantes de tipo *feminino* (14,7%).

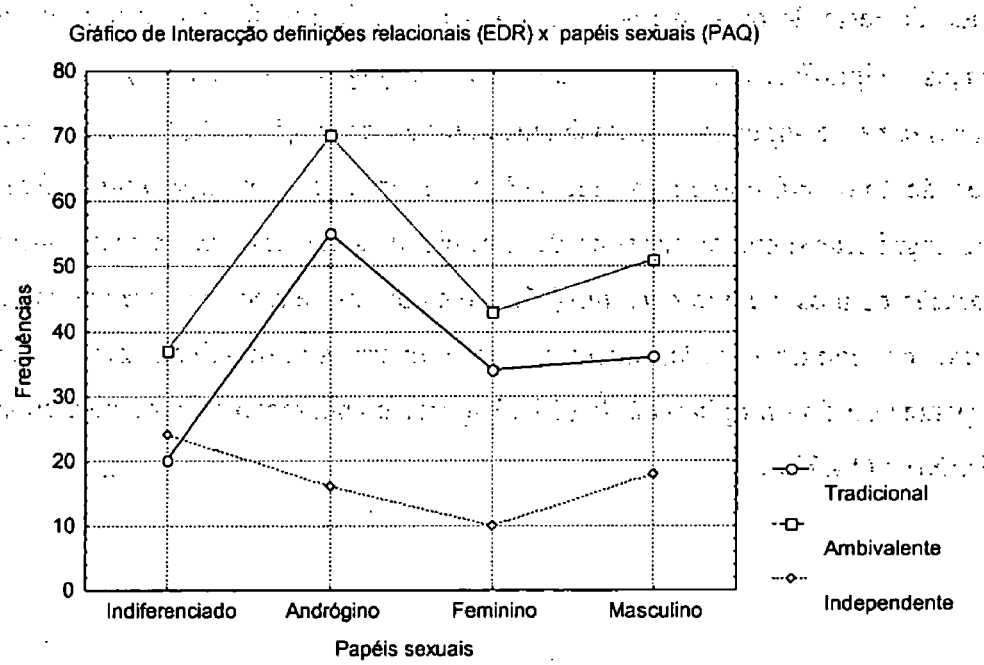
[17] Tendo por valor comparativo os valores das medianas igual a 23 e a 20, respectivamente, cf. capítulo sobre Estudos de Adaptação de Instrumentos.

Quadro 6.17 -Frequências Observadas dos tipos PAQ por definições relacionais (EDR)

Definição Relacional (EDR)	Papéis Sexuais (PAQ) Indiferenciado	Andrógino	Feminino	Masculino	Totais
Tradicional	20	55a	34a	36a	145
% por coluna	24,69%	39,01%	39,08%	34,29%	
% por linha	13,79%	37,93%	23,45%	24,83%	
% do total	4,83%	13,29%	8,21%	8,70%	35,02%
Ambivalente	37	70b	43b	51b	201
% por coluna	45,68%	49,65%	49,43%	48,57%	
% por linha	18,41%	34,83%	21,39%	25,37%	
% do total	8,94%	16,91%	10,39%	12,32%	48,55%
Independente	24	16ab	10ab	18ab	68
% por coluna	29,63%	11,35%	11,49%	17,14%	
% por linha	35,29%	23,53%	14,71%	26,47%	
% do total	5,80%	3,86%	2,42%	4,35%	16,43%
Totais	81	141	87	105	414
Total %	19,57%	34,06%	21,01%	25,36%	100,00%

Nota: em cada coluna, as frequências que têm a mesma letra diferem entre si pelo teste de qui-quadrado, p<.05

A observação da tabela (Quadro 6.17) permite-nos afirmar que há, significativamente, mais participantes de tipo *andrógino*, de tipo *masculino* e de tipo *feminino* cuja definição relacional é *ambivalente* ou *tradicional* em vez de *independente*. Verificamos, também que os participantes de tipo *indiferenciado* se distribuem sem diferenças estatisticamente significativas pelos três tipos de definição relacional. Esta distribuição torna-se mais clara no gráfico que se segue.



Uma relação significativa entre a tipologia de definições relacionais (EDR) e a tipologia de estilos de vinculação também foi encontrada conforme resultado de χ_2 (6,379) = 19.32, p = .004. As percentagens dos participantes de cada um dos tipos de *definição relacional* em cada uma das quatro categorias de *estilos de vinculação* foram as que seguem e que estão patentes no Quadro 6.18.

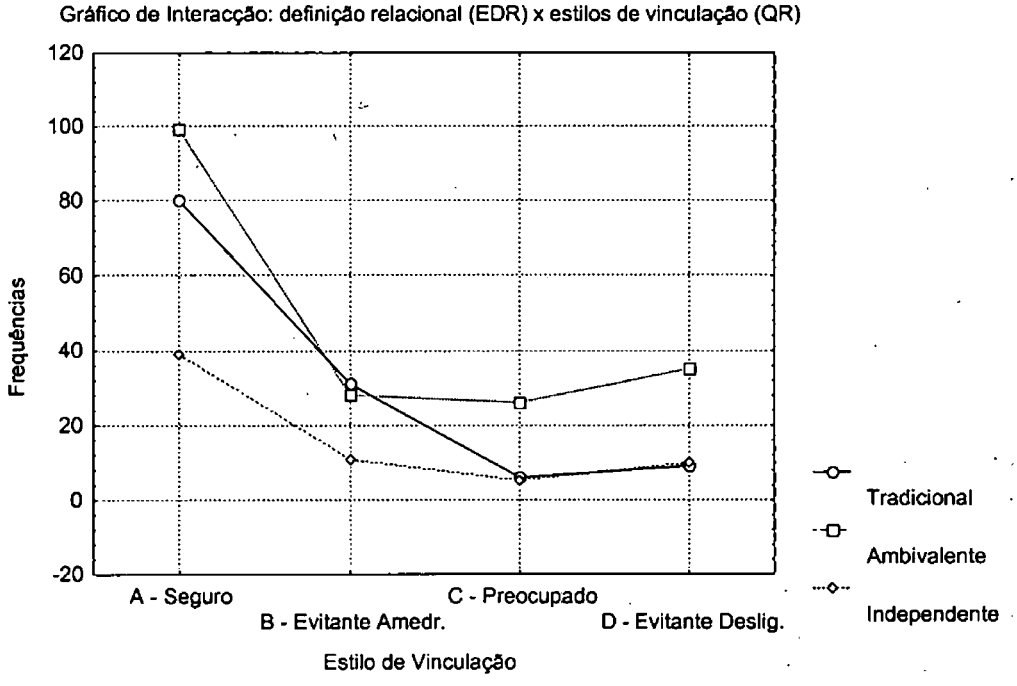
Quadro 6.18 - Frequências observadas dos estilos de vinculação por definições relacionais

Definição Relacional (EDR)	Estilo de Vinculação (QR)				
	Seguro	Evitante Amedr.	Preocupado	Evitante Deslig.	Totais
Tradicional	80a	31a	6a	9a	126
% por coluna	36,70%	44,29%	16,22%	16,67%	
% por linha	63,49%	24,60%	4,76%	7,14%	
% do total	21,11%	8,18%	1,58%	2,37%	33,25%
Ambivalente	99b	28b	26ab	35ab	188
% por coluna	45,41%	40,00%	70,27%	64,81%	
% por linha	52,66%	14,89%	13,83%	18,62%	
% do total	26,12%	7,39%	6,86%	9,23%	49,60%
Independente	39ab	11ab	5b	10b	65
% por coluna	17,89%	15,71%	13,51%	18,52%	
% por linha	60,00%	16,92%	7,69%	15,38%	
% do total	10,29%	2,90%	1,32%	2,64%	17,15%
Totais	218	70	37	54	379
Total %	57,52%	18,47%	9,76%	14,25%	

Nota: em cada coluna, as frequências que têm a mesma letra diferem entre si pelo teste de qui-quadrado, p<.05

A maioria dos participantes, independentemente da sua *definição relacional*, identifica-se com o estilo de vinculação *seguro* em detrimento dos outros estilos de vinculação. Enquanto os cônjuges *tradicionais* e *ambivalentes* não se distinguem um do outro no que se refere à identificação com os estilos *seguro* (36,7% e 45,4%, respectivamente) e *evitante amedrontado* (44,3% e 40% respectivamente), diferem ambos significativamente dos cônjuges *independentes* nos mesmos estilos de vinculação (17,9% e 5,7%), precisamente os estilos que têm visões extremas: *seguro* (modelo positivo de si e do outro) e *evitante amedrontado* (modelo negativo de si e do outro). Estas associações são alteradas, como é visível no gráfico que se segue, quando consideramos os estilos de vinculação *preocupado* (modelo negativo de si e positivo do outro) e *evitante desligado*(modelo positivo de si e negativo do outro). Verificamos, então, que são os participantes *tradicionais* e *independentes* que, não se distinguindo significativamente entre si relativamente à identificação com estes estilos de vinculação (*preocupado,* 16,2% e 13,5% respectivamente; *evitante desligado*, 16,7% e 18,5%,

respectivamente), diferem ambos significativamente dos participantes *ambivalentes* evidenciando estes identificação em maior número com cada um dos estilos referidos (*preocupado*, 70,3% e *evitante desligado*, 64,8%).



Apesar de se poder concluir, em função de resultados anteriores, que os 'papéis sexuais' dos cônjuges e os respectivos 'estilos de vinculação' estão relacionados e, também, conforme Estudo 1 deste capítulo, resta a questão da importância relativa dos papéis sexuais quando se toma em consideração a *definição relacional* dos cônjuges.

Procurando, então, explorar as relações entre estes três tipos de variáveis, *expressividade* e *instrumentalidade* foram estatisticamente controladas, ao serem introduzidas como covariantes da *definição relacional* numa série de análises de covariância (ANCOVAs), tendo como variáveis dependentes os 'estilos de vinculação'.

Os resultados mostraram que as variáveis *expressividade* e *instrumentalidade* não medeiam significativamente o efeito da *definição relacional*, na medida em que o impacto desta última se manteve inalterado em todas as análises, independentemente do covariante ou do estilo de vinculação, tendo os valores F variado entre 1.65 (para o estilo *evitante amedrontado*, tendo como covariante a *expressividade*) e 10.36 (para o estilo *preocupado*, tendo como covariante a *expressividade*) .

Por sua vez, a análise dos covariantes revela que, em consonância com os resultados das regressões anteriormente apresentadas e independentemente da definição

relacional, as variáveis *expressividade* e *instrumentalidade* diferenciam os participantes em termos de estilo de vinculação *preocupado*, sendo os mais *expressivos* os menos *preocupados* [F(2,352)=10.36,p<.000001] e os participantes mais *instrumentais* os mais *preocupados* [F(2,352)=9.93,p<.000001]. Por sua vez, o estilo *evitante desligado* é privilegiado pelos participantes menos *expressivos* [F(2,353)=3.44,p<.05] e mais *instrumentais* [F(2,353)=4.68,p<.01]. Tal como para as regressões, nenhum efeito dos covariantes se apresentou significativo para os estilos *seguro* e *evitante amedrontado*.

Com o objectivo de testar se os 'estilos de vinculação' seriam mais discriminadores das *definições relacionais* dos cônjuges do que os 'papéis sexuais', realizámos duas análises de discriminação progressiva, em que os 'papéis sexuais' e os 'estilos de vinculação' foram utilizados alternadamente como variáveis preditoras das diferentes *definições relacionais* (*tradicional*, *ambivalente* e *independente*).

A primeira análise discriminante, utilizando as variáveis relativas aos 'papéis sexuais', não se mostrou muito discriminante [F (2,411) = 3.74, p<.05], com um coeficiente de *Wilks'lambda* de .982, tendo o procedimento progressivo excluído a *instrumentalidade*, devido à insuficiente contributo para a análise. A variável que discrimina as *definições relacionais* é a *expressividade*.

A outra análise, utilizando as variáveis de 'estilo de vinculação' como preditoras, mostrou-se mais discriminante [F (6,702) = 5.91, p<.00000001], com um coeficiente *Wilks'lambda* de .906, tendo o procedimento progressivo excluído o estilo *seguro*. Por sua vez, o estilo que a análise progressiva mostrou melhor discriminar as *definições relacionais*, foi o *preocupado* [F(2,353) = 9.71, p<.0001], seguido do estilo *evitante desligado* [F(2,352) = 7.21, p<.01] e do estilo *evitante amedrontado* [F(2,351) = 5.91, p<.05].

De uma forma geral, as análises discriminantes parecem indicar que os 'estilos de vinculação' possuem uma capacidade preditiva superior às dimensões dos 'papéis sexuais', particularmente o estilo *preocupado*, na classificação das *definições relacionais* dos cônjuges desta amostra.

Uma vez estudada a relação das variáveis *expressividade/instrumentalidade* estilos de vinculação com as três definições relacionais encontradas – *tradicional*, *ambivalente* e *independente* –, interessava aprofundar, considerando mais especificamente as subescalas que as definem e, desta vez, introduzindo a variável sexo.

Assim, efectuámos uma análise de variância multivariada (MANOVA) dos efeitos principais das variáveis 'sexo', 'papel sexual' e 'estilo de vinculação', enquanto variáveis independentes, nos resultados por subescalas da EDR. a qual revelou, respectivamente, os seguintes resultados: [F(8,413)=2.75, *Wilks' lambda*= .95, p<.01]; [F(24,1169)=.86, *Wilks'lambda*=.86, p<.001]; [F(24,1067)=3.22, *Wilks' lambda*=.82, p <.001]. Os efeitos univariados foram examinados com ANOVA seguidas de comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes.

Analisando os resultados do Quadro 6.19 verificamos que ser mulher ou homem reflectiu-se significativamente nos resultados obtidos nas subescalas de *Mudança* [F(1,420)=6.17, p<.05)] e de *Espaço Indiferenciado* [F(1,420)=3.88, p<.05)], com as participantes femininas a evidenciarem os valores médios superiores (respectivamente, M=4.51 e M=4.95); e, na subescala de *Assertividade* [F(1,420)=8.36), p<.01)], com os participantes masculinos (M=2.40; DP=.69) a destacarem-se dos femininos (M=2.20; DP=.74), com valores médios superiores.

Quadro 6.19 - Resultado nas subescalas da EDR por Sexo, Papel Sexual e Estilo de Vinculação

Subescalas EDR	Sexo			Papéis sexuais					Estilos de Vinculação				
	Fem. (n =214)	Masc. n =208)	F(1,420)	Fem. (n = 87)	Masc. (n =105)	Andr. (n = 141)	Indif. (n = 81)	F(3,410)	Seguro (n=218)	Evit.ame (n=70)	Preoc. (n=37)	Evit.Desl (n=54)	F(3,375)
Tradicionalismo	5.29	5.34	.46ns	5.39	5.23	5.40	5.23	1.49ns	5.29	5.28	5.48	5.35	.72ns
	(.77)	(.78)		(.70)	(.80)	(.79)	(.78)		(.78)	(.78)	(.82)	(.77)	
Mudança	**4.51a**	4.28a	6.17*	4.43	4.33	4.33	4.61	1.76ns	4.33bc	4.32ad	**4.90ab**	4.83cd	7.81***
	(.96)	(.97)		(.96)	(.95)	(.95)	(.99)		(.95)	(.96)	(.71)	(.87)	
Partilha	5.08	5.10	.08ns	5.1a	5.03b	**5.34abc**	4.78c	11.58***	**5.22a**	4.91a	4.86	4.88	6.30***
	(.75)	(.71)		(.79)	(.63)	(.67)	(.76)		(.69)	(.81)	(.73)	(.75)	
Autonomia	3.17	3.05	1.43ns	3.08	3.06	3.15	3.13	.17ns	3.20	2.98	3.17	2.99	1.19ns
	(1.08)	(.96)		(1.06)	(1.03)	(1.02)	(1.03)		(1.03)	(1.07)	(.94)	(1.08)	
Espç. Indif.	**4.95a**	4.79a	3.88*	5.1	4.78	4.91	4.74	2.56ns	4.94	4.84	4.78	4.78	.87ns
	(.87)	(.81)		(.92)	(.84)	(.85)	(.74)		(.83)	(.82)	(.80)	(.97)	
Regular. Temp.	5.37	5.40	.10ns	5.5a	5.4	**5.6b**	5.01ab	5.67***	5.32	5.57	5.43	5.24	1.43ns
	(.99)	(.99)		(.78)	(.91)	(.93)	(1.28)		(1.03)	(.94)	(.88)	(1.03)	
Evit. do Conflito	2.80	2.92	2.16	2.82	2.97b	2.62ab	**3.15a**	7.96***	2.74a	2.85	**3.19**	3.16a	5.77***
	(.82)	(.87)		(.90)	(.86)	(.80)	(.76)		(.83)	(.92)	(.69)	(.79)	
Assertividade	2.20a	**2.40a**	8.36**	2.31	2.35	2.22	2.34	.79ns	2.25	2.31	2.61	2.27	2.62ns
	(.74)	(.69)		(.81)	(.71)	(.68)	(.72)		(.74)	(.76)	(.69)	(.66)	

Nota: em cada linha, as médias que têm a mesma letra diferem com um p<.05.

* Método *Tuckey HSD* para grupos com frequências diferentes, p<.05

Os desvios padrão estão entre parêntesis. *p<.05.**p<.01.***p<.001

A influência da variável 'papéis sexuais' faz-se sentir muito significativamente nos resultados médios das subescalas de *Partilha* [F(3,410)=11.58, p<.001] e de *Regularidade Temporal* [F(3,410)=5.67, p<.001)], com os participantes de tipo *andrógino* a manifestar os resultados mais elevados e os participantes de tipo

indiferenciado os mais reduzidos[18], em ambas as subescalas. No que se refere à subescala do *Evitamento do Conflito* [F (3, 410)=7.96, p<.001], são os participantes de tipo *indiferenciado* seguidos dos participantes de tipo *masculino* os que, em média, evitam mais o conflito, distinguindo-se significativamente dos participantes de tipo *andrógino* dado serem os que, em média, evitam menos o conflito. Os resultados médios obtidos nas restantes subescalas da EDR não variam, com significado estatístico, em função dos papéis sexuais adoptados pelos participantes.

Relativamente à variância nas médias das subescalas (EDR) em função dos estilos de vinculação predominantes nos participantes, verificamos diferenças na de *Incerteza e Mudança* [F(3, 375)=7.81, p<.001], *Partilha* [F(3, 375)=6.30, p<.001], *Evitamento do Conflito* [F(3,375)=5.77, p<.001]. Assim, são os participantes *preocupados* e os *evitantes desligados* que se distinguem dos restantes com os resultados médios mais elevados (M=4.90; M=4.83) em termos de *Ideologia da Incerteza e da Mudança*. Por sua vez, relativamente à subescala da *Partilha*, os participantes com estilo de vinculação *segura* distinguem-se significativamente, com resultados médios mais elevados (M=5.22), daqueles com vinculação *evitante amedrontada* (M=4.91). Os participantes *seguros* (M=2.74), por oposição aos *evitantes desligados* (M=3.16), são os que declaram *evitar* menos o *conflito*.

Procedemos, de seguida, à análise de correlações entre os resultados obtidos nas oito subescalas (EDR), quer com os resultados obtidos nas subescalas de *expressividade* e *instrumentalidade* (PAQ), quer com os obtidos nas escalas de vinculação (QR).

Distinguem-se as correlações positivas da subescala de *Partilha* com as de *expressividade* (r = .24, p<.001) e de *instrumentalidade* (r = .22, p<.001) e da subescala de *Regularidade Temporal* com a de *expressividade* (r = .17, p=.001), e as correlações negativas da subescala de *Evitamento do Conflito* com as de *expressividade* (r = -.19, p<.001) e de *instrumentalidade* (r = -.17, p=.001).

No que concerne aos estilos de vinculação, distinguem-se as seguintes correlações: a subescala da *Incerteza e da Mudança* correlaciona positivamente com os estilos *preocupado* (r=.29, p<.001), *evitante amedrontado* (r=.17, p=.001) e *evitante desligado* (r=.17, p=.001) e negativamente com o *estilo seguro* (r=-.18, p<.001); a subescala de *Partilha* correlaciona positivamente com o estilo *seguro* (r =.22, p<.001) e

[18] De referir que são precisamente os tipos *andrógino* e *indiferenciado*, construídos com base respectivamente nos resultados mais elevados e mais reduzidos nas subescalas da *Expressividade* e da *Instrumentalidade* (PAQ), os que mais se distinguem nesta dimensão de interdependência, componente do constructo de *esquema conjugal*.

negativamente com os estilos *evitantes* - *amedrontado* (r = -.24, p<.001) e *desligado* (r= -.19, p<.001); a subescala do *Evitamento do Conflito* correlaciona positivamente com o estilo *preocupado* (r =.17, p=.001) e negativamente com o *estilo seguro* (r =-.17, p=.001); a subescala da *Assertividade* com o estilo *preocupado* (r =.17, p =.001).

Em síntese, na amostra estudada, começámos por pesquisar e caracterizar três formas significativamente diferentes de definir as relações de conjugalidade – *tradicional*, *ambivalente* e *independente* – em função da ideologia (convencional/não convencional), da interdependência/autonomia e de reacção ao conflito (evitamento/envolvimento). No que se refere às freqüências de ocorrência, encontrámos mais cônjuges cuja definição relacional era *ambivalente* (48,1%); *tradicional* (35,3%) e, por, último, *independente* (16,5%).

Seguidamente, constatámos que as variáveis socio-demográficas – envolvimento religioso, idade e tempo de casamento – influenciavam as definições individuais que os cônjuges faziam da sua relação (ao contrário do sexo, número de filhos, escolaridade e rendimento económico). Com maior envolvimento religioso, encontrámos mais cônjuges *tradicionais* e menos cônjuges *independentes*, sendo que a dimensão das *definições relacionais* que melhor prediz o envolvimento religioso é a da *Ideologia* (correlações, positiva com a subescala do *Tradicionalismo*, e negativa com a da *Incerteza e Mudança*).

Por outro lado, os cônjuges que definiam a sua relação como *tradicional* ou *ambivalente* declaravam maior satisfação com a sua relação conjugal do que os cônjuges *independentes*. Contribuíam para maior satisfação conjugal, os resultados elevados em *Tradicionalismo*, *Partilha*, *Regularidade Temporal* e reduzidos em *Evitamento do Conflito* e *Assertividade*. Por sua vez, os resultados elevados em *Espaço Indiferenciado*, *Evitamento do Conflito*, *Autonomia* e *Incerteza e Mudança*, contribuíam para menor satisfação conjugal.

A definição que cada cônjuge fez da sua relação evidenciou correlações com a orientação de 'papéis sexuais' e com os 'estilos de vinculação', tendo estes últimos revelado maior capacidade preditiva.

Considerar, individualmente, a relação conjugal como *tradicional*, *ambivalente* ou *independente* estava relacionado com a atribuição de características *expressivas* ou *instrumentais* a si próprio. Com efeito, havia significativamente mais cônjuges de tipo *andrógino*, *masculino* e *feminino* cuja definição relacional era *tradicional* ou

ambivalente em vez de *independente*. A definição relacional *independente* estava associada a níveis reduzidos de *expressividade* e de *instrumentalidade*. Acresce que a *expressividade* discriminava melhor do que a *instrumentalidade*, as definições relacionais (sobretudo, através de correlações positivas com *Partilha* e *Regularidade Temporal* e correlações negativas com *Evitamento do Conflito*).

Relativamente aos estilos de vinculação, verificamos que a maioria dos participantes, independentemente da sua definição relacional, se identificava com estilo *seguro*. Por outro lado, era o estilo *preocupado* o que melhor discriminava as definições relacionais pela seguinte ordem decrescente: *ambivalente*, *independente* e *tradicional*. O estilo *seguro* correlacionava positivamente com *Partilha* e negativamente com *Evitamento do Conflito*; o estilo *preocupado* correlacionava positivamente com *Incerteza e Mudança*; o estilo *evitante desligado* correlacionava positivamente com *Incerteza e Mudança* e com *Evitamento do Conflito*; a correlação do estilo *evitante amedrontado* era negativa com *Partilha* e positiva com *Incerteza e Mudança*. Estes resultados são muito semelhantes aos encontrados por Fitzpatrick, Fey, Segrin, e Schiff (1993) numa investigação em que, no entanto, eram as subescalas de *Tradicionalismo* e *Partilha* as que melhor diferenciavam os estilos de vinculação.

Uma vez que as definições individuais do casamento permitiam prever outras variáveis relacionadas com o funcionamento conjugal, interessava pesquisar a configuração destas relações desta vez considerando o 'tipo conjugal'. Trata-se de um teste de validade da tipologia conjugal algo complexo, uma vez que os dados a que nos reportamos foram recolhidos de respostas individuais a questionários de auto-avaliação.

3.2.2. Tipos Conjugais

Encontradas e caracterizadas estas três *definições relacionais*, e comprovada a sua diferenciação pelos resultados significativos de F, nas análises realizadas, relativamente às diversas variáveis consideradas, chegamos aos *tipos conjugais* associando as perspectivas de marido e mulher sobre o seu casamento[19]. A partir das três definições relacionais podemos chegar a nove tipos conjugais. Se os cônjuges, após cotação das respostas ao EDR, são colocados em *clusters* diferentes, isso significa que discordam em importantes dimensões do seu casamento e constituem um dos seis *tipos*

[19] Daí a importância de marido e mulher responderem às diferentes subescalas que compõem o EDR, em separado, desconhecendo as respostas um do outro aos mesmos itens.

Mistos possíveis. Por sua vez, os *tipos Puros* correspondem a casamentos em que marido e mulher, independentemente, concordam com a definição da sua relação – partilham a mesma *perspectiva ideológica da relação*, experimentam o mesmo nível de *autonomia* e de *interdependência* no seu casamento, e partilham a mesma visão da expressão do *conflito* – podem ser do tipo *Tradicional*, *Independente* ou *Ambivalente*.

O Quadro 6.20 que se segue refere-se aos tipos *Puros* e *Mistos* que encontrámos na amostra portuguesa, muito próximos da distribuição obtida com a amostra americana (Fitzpatrick, 1988, p.78), tendo-se verificado que 63% dos maridos e das mulheres concordavam na definição básica do seu casamento. Para os outros 37%, isso não acontecia, sendo o casamento 'dela' significativamente diferente do 'dele' e vice-versa.

Quadro 6.20 - Frequências dos *Tipos Conjugais* 'Puros' e 'Mistos'

	Tipo Conjugal do Marido						
	tradicional		*independente*		*ambivalente*		
Tipo Conjugal da Mulher							
tradicional	***tt***	46 (21.8%)	***ti***	7 (3.3%)	***ta***	18 (8.5%)	71
independente	***it***	4(1,9%)	***ii***	18 (8.5%)	***ia***	12 (5.7%)	34
ambivalente	***at***	25 (11.8%)	***ai***	10 (4.7%)	***aa***	68 (32.2%	103
		75		35		98	208

Nota: As amostras, com um N=208 casais, a partir das quais o quadro foi elaborado, estão descritas no capítulo de Adaptação de Instrumentos

Dos 208 casais que constituíam a amostra, e principiando pelos tipos conjugais *Puros*, 21,8% eram *tradicionais (tt)*, 32,2% revelaram-se *ambivalentes (aa)* e, em percentagem reduzida comparando com o estudo americano, 8,5% eram *independentes (ii)*. Dos tipos *Mistos* predominaram aqueles em que um dos cônjuges era *ambivalente* (35 mulheres e 30 homens) - e, destes, era mais frequente a associação com um cônjuge *tradicional (at* ou *ta)* -, no caso de um dos cônjuges ser *independente*, predominou a respectiva associação com um cônjuge *ambivalente* e não *tradicional*.

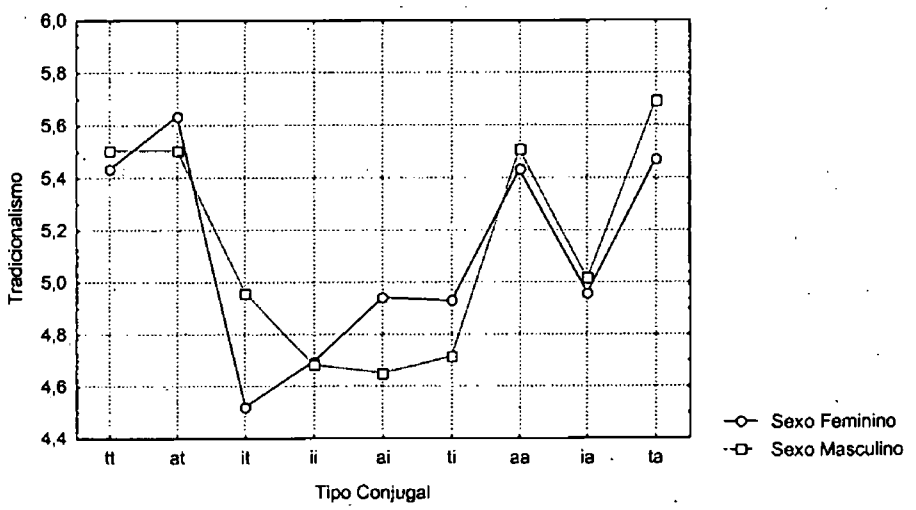
Esta distribuição dos casais de acordo com a tipologia conjugal em estudo oferece-nos alguns comentários. Apesar da percentagem de *tipos Puros* e *Mistos* ser, no global, semelhante à encontrada noutros países (Fitzpatrick, 1988, 1993; Fitzpatrick & Vangelisti, 1995), verificamos uma percentagem superior de cônjuges *ambivalentes* e inferior de cônjuges *independentes* (quer fazendo parte de *tipos Puros* como de *tipos Mistos*). Esta tendência verifica-se, tanto para os maridos como para as mulheres, e poderá ser reveladora duma sociedade portuguesa em transformação, à procura de "novas formas de ser e estar casado", construindo modelos próprios de conjugalidade e de parentalidade. Para além disso, constatamos que o tipo misto mais frequente é o *at*

(mulher *ambivalente* e marido *tradicional*) representando 11,8% da totalidade da amostra, o que pode ser indicador de uma sociedade portuguesa em mutação na qual a alteração de papéis conjugais se faz sentir sobretudo nas mulheres.

Procurando aprofundar o estudo destes nove tipos conjugais começámos por analisar como se diferenciavam uns em relação aos outros para cada uma das variáveis – *Ideologia do Tradicionalismo, Ideologia da Incerteza e da Mudança, Partilha, Autonomia, Espaço Indiferenciado, Regularidade Temporal, Evitamento do Conflito e Assertividade* – medidas pelas subescalas da EDR. Assim, realizámos diversas análises de variância multivariada (MANOVA) em que o 'tipo conjugal'[20] era a variável independente (com nove níveis) e, as oito subescalas da EDR, as variáveis dependentes. Como se trata de analisar dados recolhidos de casais e a unidade de análise 'casal' deverá ser preservada, seguimos um desenho de medidas repetidas em que o 'tipo conjugal' era um factor entre sujeitos e o sexo (marido-mulher) era um factor intra-sujeitos. Este procedimento permitiu-nos obter informações importantes relativamente a diferenças tipológicas e diferenças sexuais.

Começando pelos resultados relativos à *Ideologia do Tradicionalismo* (Gráfico 6.6), quando se analisa o efeito da interacção das variáveis 'tipo conjugal' e 'sexo', verifica-se que o 'tipo conjugal' tem maior influência na diferenciação dos resultados e que a interacção das duas variáveis não é significativa [para o tipo conjugal , $F(8, 199) = 6.17$, $p<.000001$; para o sexo, $F(1, 199) = .13$, $p = .719$; para a interacção tipo conjugal X sexo, $F(8, 199) = 1.02$, $p= .423$].

Gráfico 6.6 - Médias dos resultados
Ideologia do Tradicionalismo por tipo conjugal x sexo
F(8,199)=1,02; p<,4239

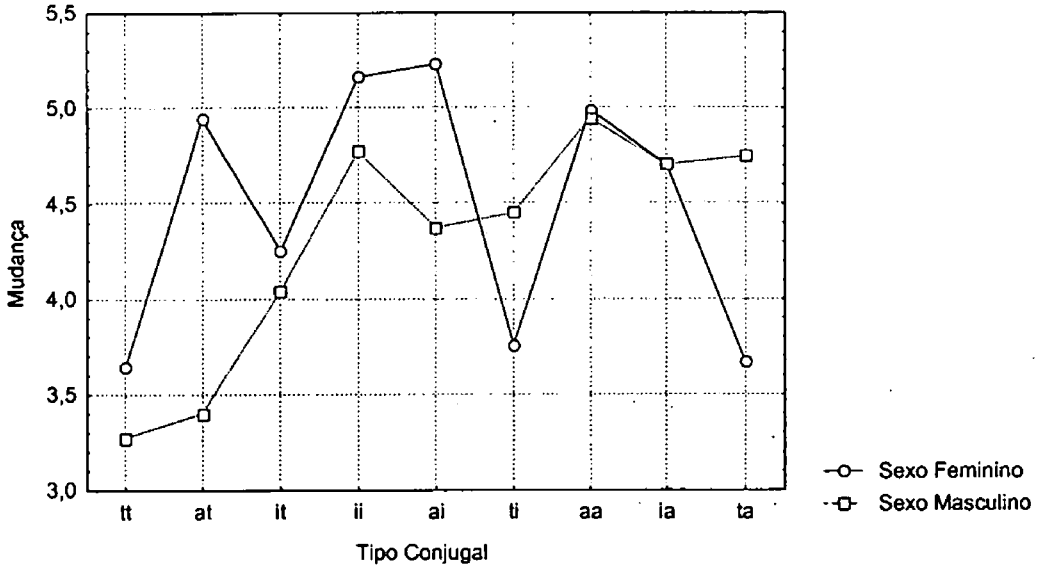


[20] O 'tipo conjugal' vem indicado por duas letras (e.g. *tt* ou *ta*) sendo que a primeira indica a *definição relacional* da mulher e, a segunda, a do marido.

Sendo a influência do tipo conjugal muito significativa verificamos, pelos resultados das análises univariadas (ANOVAs a um factor) e das comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey (HSD)* para grupos com frequências diferentes, que os participantes com os tipos conjugais (*tt, at, ta* e *aa*) se distinguem significativamente, com valores elevados de *Tradicionalismo*, dos cônjuges em que marido e mulher têm, os dois, uma definição relacional *independente* (*ii*).

Relativamente à *Ideologia da Incerteza e da Mudança* constatamos que os dois factores – 'tipo conjugal' e 'sexo' – bem com a respectiva interacção exercem todos uma influência significativa na diferenciação dos resultados [para o tipo conjugal F(8,199) = 29.89, p<.000000; para o sexo F(1,199) = 5.05, p = .025; para a interacção tipo conjugal X sexo, F (8,199) = 15,74, p<.000000].

Gráfico 6.7 - Médias dos resultados na
Ideol. Incerteza e Mudança por tipo conjugal x sexo
F(8,199)=15,74; p<,0000

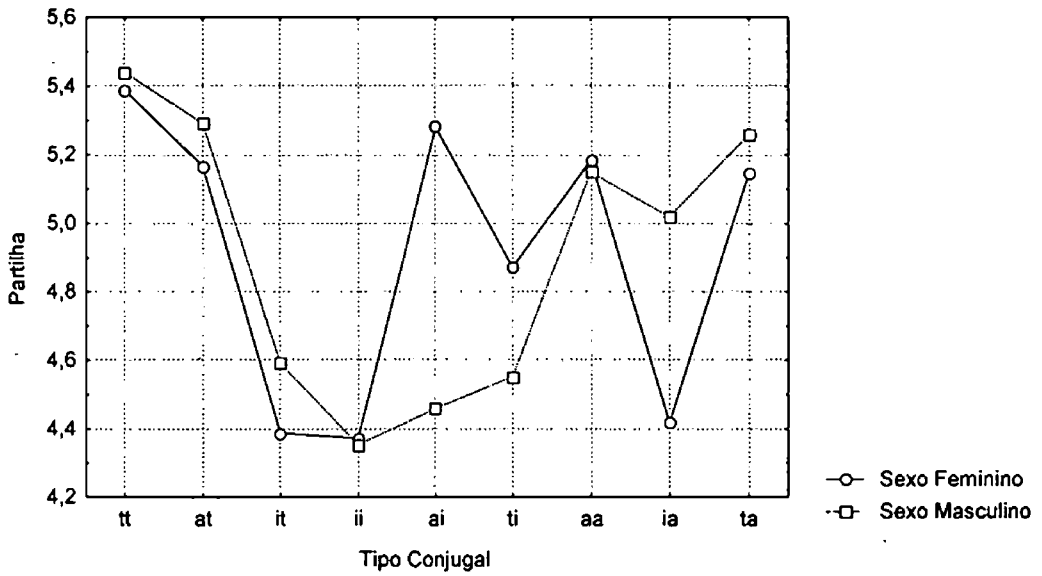


Dado que a variável 'tipo conjugal' se revelou como mais influente nesta dimensão, realizámos comparações *post hoc* pelo método *Tuckey HSD* o qual confirmou diferenças significativas entre os casais em que marido e mulher são os dois *independentes* (*ii*), os dois *ambivalentes* (*aa*) ou a mulher *ambivalente* e o marido *independente* (*ai*), todos com resultados superiores na dimensão *Ideologia da Incerteza e da Mudança* relativamente aos casais em que os dois são *tradicionais* (*tt*), ou um dos cônjuges é *tradicional* e o outro *ambivalente* (*at* ou *at*). Usando o mesmo método,

verificámos que as mulheres (M=4.5), comparativamente com os respectivos maridos (M=4.3), obtinham resultados médios significativamente superiores nesta dimensão.

No que se refere à *Partilha*, verificamos (cf. Gráfico 6.8) que o tipo conjugal tem uma influência bastante significativa na diferenciação dos resultados e que a interacção das duas variáveis 'sexo' e 'tipo conjugal' é, também significativa [para o tipo conjugal, F(8,199) = 7.06, p<.000000; para o sexo, F (1, 199) = .038, p = .84; para a interacção sexo x tipo conjugal, F(8, 199) = 5.16, p<.0000007].

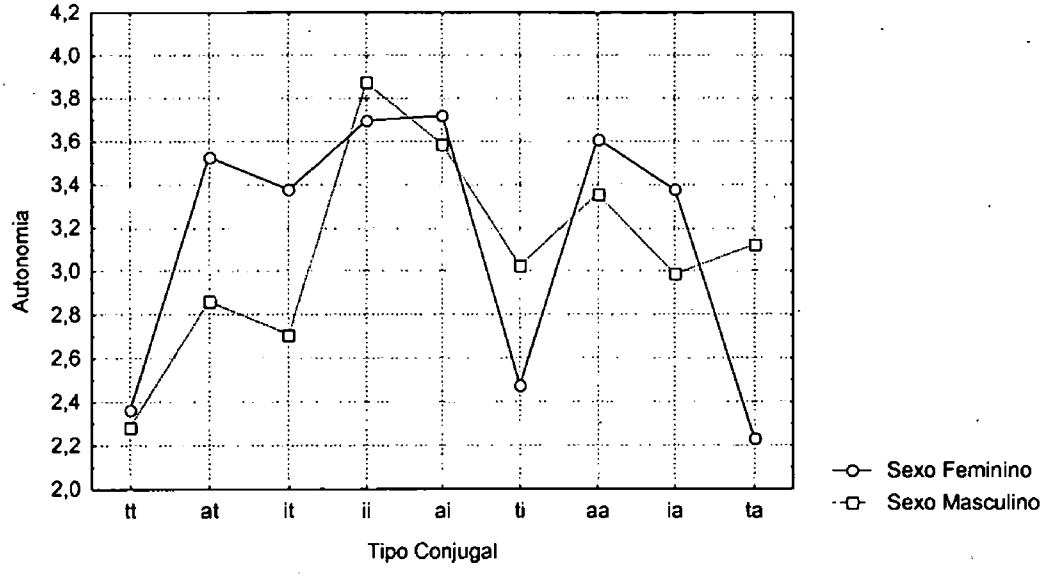
Gráfico 6.8 - Médias dos resultados na *Partilha* por tipo conjugal x sexo F(8,199)=5,16; p<,0000



O mesmo método de comparações dos grupos dois a dois que temos vindo a realizar demonstrou que os casais com resultados mais elevados em *Partilha* – *tt, at, ta, aa* – se distinguiam todos significativamente dos casais cujos elementos têm ambos definição relacional *independente* (*ii*).

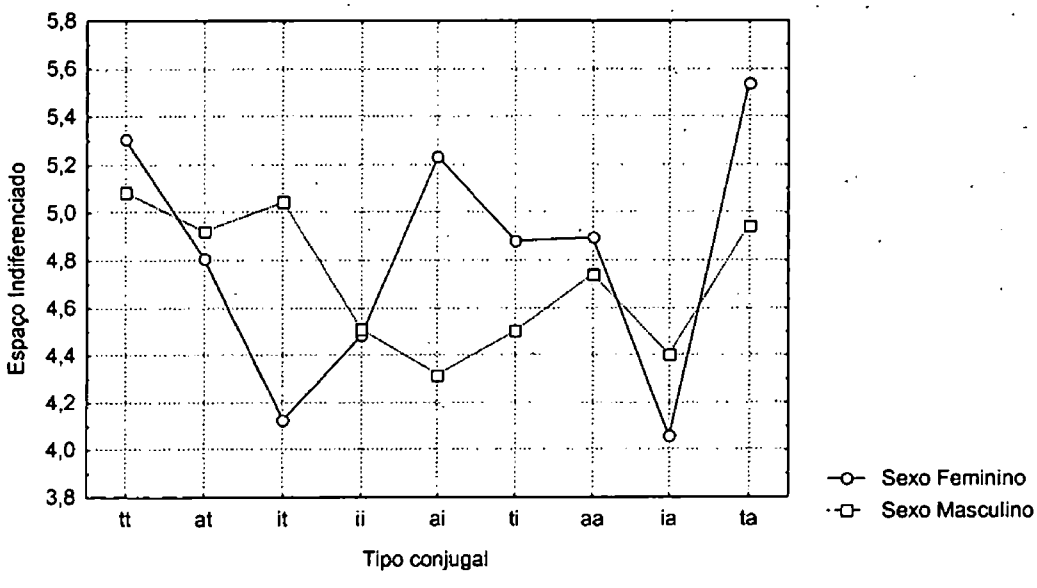
Outra das dimensões estudadas, a *Autonomia* evidencia um padrão semelhante ao anterior no que se refere às variáveis (tipo conjugal, sexo e interacção tipo conjugal x sexo) que influenciam a diferenciação entre os grupos. São diferentes, no entanto, os tipos conjugais que apresentam resultados mais elevados na Autonomia – *ii, ai, aa* e *at* , todos superiores a *tt*; e *ii* e *aa,* ambos também, superiores a *ta*.

Gráfico 6.9 - Médias dos resultados da *Autonomia*
por tipo conjugal x sexo
F(8,199)=4,80; p<,0000



No que se refere à dimensão *Espaço Indiferenciado* (cf. Gráfico 6.10), quando se analisa o efeito da interacção das variáveis 'tipo conjugal' e 'sexo', verifica-se que o 'tipo conjugal' tem influência na diferenciação dos resultados, ao contrário do 'sexo' e que a interacção das duas variáveis também é significativa [para o tipo conjugal, F(8,199) = 4.49, p<.0000001; para o sexo, F(1,199) = .27; para a interacção tipo conjugal x sexo, F(8,199) = 3.08, p =.0027].

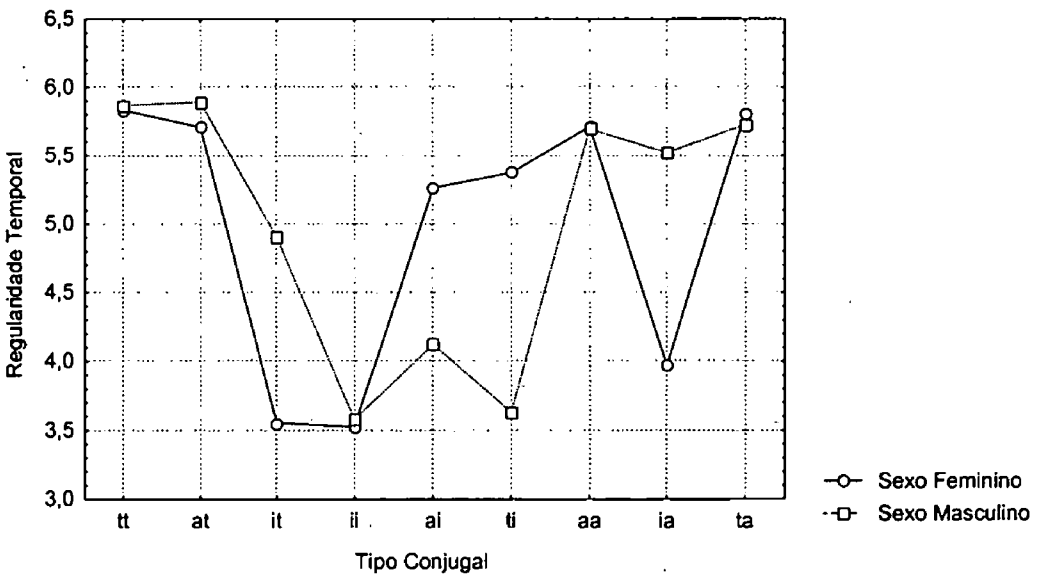
Gráfico 6.10 - Médias dos resultados *Espaço Indiferenciado*
por tipo conjugal x sexo
F(8,199)=3,08; p<,0027



Sendo a influência do tipo conjugal muito significativa, verificamos, pelos resultados das análises univariadas (ANOVAs a um factor) e das comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey (HSD)* para grupos com frequências diferentes, que os participantes com os tipos conjugais (*tt e ta*) se distinguem significativamente, com valores elevados em *Espaço Indiferenciado*, dos cônjuges pertencentes aos tipos conjugais *ii* ou *ia*.

Relativamente à dimensão de *Regularidade Temporal*, esta evidencia um padrão semelhante ao anterior no que se refere às variáveis ('tipo conjugal', 'sexo' e interacção tipo conjugal x sexo) que influenciam a diferenciação entre os grupos. São diferentes, no entanto, os tipos conjugais que apresentam resultados mais elevados na *Regularidade Temporal* –*tt*, *at*, *aa* e *ta* , todos significativamente superiores a *it*, *ti*, *ii ai* e *ia*. O tipo conjugal com resultados significativamente inferiores a todos os outros tipos conjugais é aquele em que os dois cônjuges apresentam a definição relacional *independente* (*ii*).

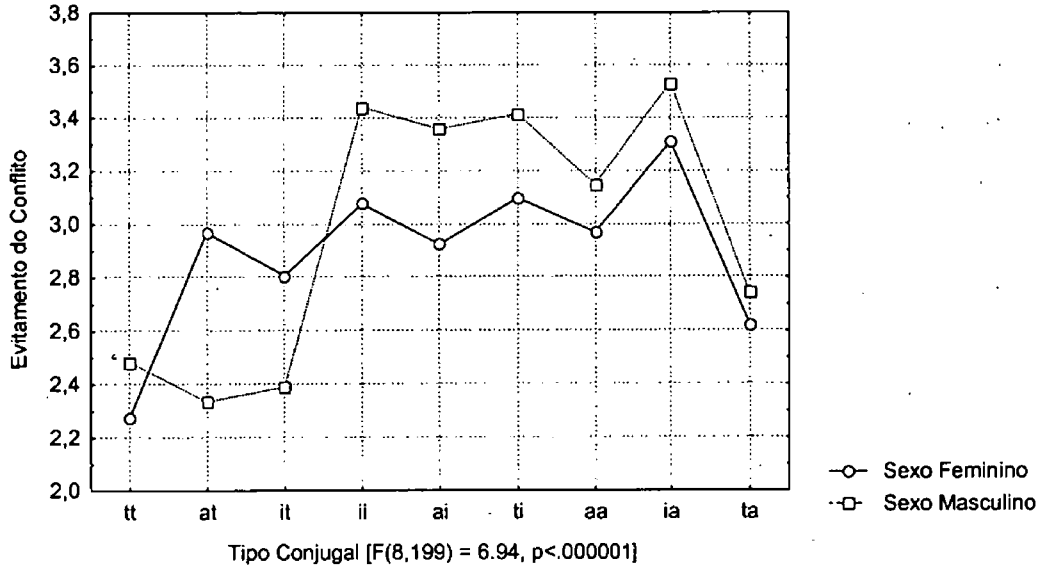
Gráfico 6.11 - Médias dos resultados *Regularidade Temporal* de tipo conjugal x sexo
F(8,199)=17,09; p<,0000



No que se refere à dimensão de *Evitamento do Conflito* (cf. Gráfico 6.12), verificamos que o 'tipo conjugal' tem uma influência bastante significativa na diferenciação dos resultados bem como a respectiva interacção com a variável 'sexo'. Os resultados das análises univariadas (ANOVAs a um factor) e das comparações *post hoc* pelo teste *Tuckey (HSD)* para grupos com frequências diferentes, revelam que os participantes com os tipos conjugais *ii* (M =3.26), *aa* (M = 3.06) e *ia* (M = 3.42) são os

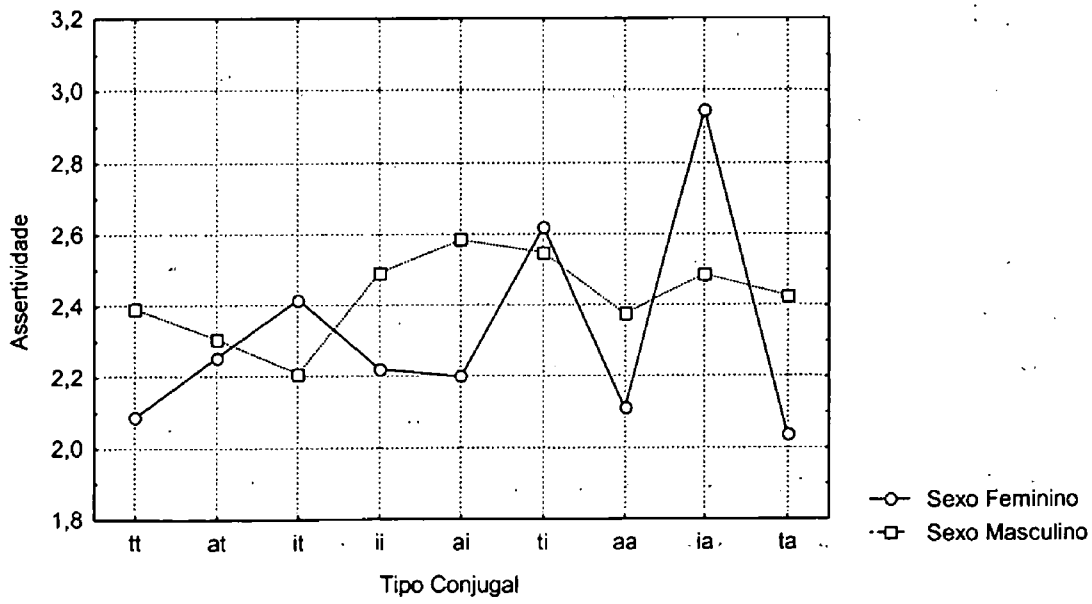
que 'evitam mais o conflito', distinguindo-se significativamente dos cônjuges cujo tipo conjugal é *tradicional* (*tt* com M = 2.38).

Gráfico 6.12 - Média os resultados no *Evitamento do Conflito* por tipo conjugal x sexo
F(8,199)=3,23; p<,0018



Finalmente, verificamos que é relativamente à dimensão da *Assertividade*(cf. Gráfico 6.13) que se observa menos a influência dos factores que temos vindo a observar na diferenciação dos resultados. Com efeito, o cálculo de análises de variância univariadas permite verificar que só a interacção tipo conjugal x sexo revela alguma influência [F(8,199) = 1.94, p=.0556].

Gráfico 6.13 - Médias dos resultados na*Assertividade* por tipo conjugal x sexo
F(8,199)=1,94; p<,0556



O método de comparações *post hoc* dos grupos dois a dois, que temos vindo a seguir, revela que as únicas diferenças significativas se registam entre o grupo dos maridos (M=2.4), que revelam mais assertividade relativamente às mulheres (M=2.3).

A diferenciação dos nove tipos conjugais é confirmada pelos resultados de uma análise discriminante que realizámos, na qual, todas as variáveis - considerando os resultados de maridos (M) e mulheres (F), separadamente, para as oito subescalas da EDR - foram introduzidas como variáveis potencialmente caracterizadoras dos nove tipos conjugais. Com efeito, esta análise revelou-se bastante discriminatória [F aproxim. (112,1315) = 9.1545, p<.000000001], com um coeficiente de *Wilks'lambda* de .018. O procedimento progressivo (*stepwise*) excluiu duas variáveis, dado o fraco contributo para a análise, - *Espaço Indiferenciado* e *Assertividade* - ambas resultado das respostas dos maridos desta amostra, o que mostra que estes não se diferenciam o suficiente, relativamente aos tipos conjugais, nestas duas variáveis.

As variáveis que a análise progressiva revelou como discriminando melhor os tipos conjugais estão patentes no Quadro 6.21 .

Quadro 6.21 - Resultados da Análise Discriminante Progressiva dos Tipos Conjugais (EDR)

Subescalas EDR	
Regularidade Temporal - M	F(8,199) = 37.58, p<.0000001
Ideol.da Incerteza e Mudança - M	F(8,198) = 32.78, p<.0000001
Regularidade Temporal - F	F(8,197) = 29.46, p<.0000001
Ideol.da Incerteza e Mudança - F	F(8,196) = 25.77, p<.0000001
Espaço Indiferenciado - F	F(8,195) = 21.63, p<.0000001
Autonomia - F	F(8,194) = 18.87, p<.000001
Evitamento do Conflito - M	F(8,193) = 16.84, p<.000001
Autonomia - M	F(8,192) = 15.13, p<00001
Ideologia do Tradicionalismo - F	F(8,191) = 13.62, p<.001
Partilha - M	F(8,190) = 12.38, p<.05
Partilha - F	F(8, 189) = 11.49, p<.01
Assertividade - F	F(8,188) = 10.58, p =.28
Evitamento do Conflito - F	F(8,187) = 9.81, p =.31
Ideologia do Tradicionalismo - M	F(8,186) = 9.15, p =.33

Nota: M e F junto das subescalas significa que se refere ao resultados obtidos respectivamente pelos maridos e pelas mulheres em cada uma das subescalas

Comparando estes resultados com os que obtivemos na análise discriminante (cf. 3.2.1. deste capítulo) que realizámos para as *definições relacionais,* verificamos que se mantém no topo da lista a *Regularidade Temporal* e a *Ideologia da Incerteza e da Mudança*, sabendo-se, com a presente análise, que são os participantes masculinos, mais do que os femininos, os que mais diferenciam os *tipos conjugais* nestas variáveis.

Podemos, também, afirmar que as outras variáveis que mais contribuem para a diferenciação dos tipos conjugais são: *Espaço Indiferenciado*, *Ideologia do Tradicionalismo* e *Assertividade* (para as mulheres e não para os maridos); *Evitamento do Conflito* (para os maridos e não para as mulheres).

As diversas análises realizadas até agora, no âmbito das *definições relacionais* e dos *tipos conjugais*, permitem afirmar que os casamentos podem ser classificados de três formas diferentes, que maridos e mulheres podem ser comparados no modo como categorizam as suas relações e que as diferentes combinações das *definições relacionais* originam nove *tipos conjugais* todos eles diferentes entre si. Interessava, também, investigar se essas classificações não seriam, também, manifestação psicológica de diferenças demográficas.

3.2.2.1. Diferenças Entre os *Tipos Conjugais* Relativamente a Características Sócio-Demográficas

Os nove *tipos conjugais* que temos vindo a referir foram, seguidamente, estudados relativamente às seguintes variáveis sócio-demográficas que já tínhamos considerado para o estudo das *definições relacionais* (cf. secção 3.2.1.1.) : idade, tempo de casamento, número de filhos, escolaridade, rendimento económico e índice de religiosidade. As análises de variância multivariada (MANOVA) que realizámos seguiram um desenho de medidas repetidas em que o 'tipo conjugal' (com nove níveis) era o factor entre sujeitos e o sexo (marido-mulher) era o factor intra-sujeitos, tendo como variáveis dependentes as variáveis sócio-demográficas supra-referidas.

Verificamos que, no geral e à excepção das variáveis 'idade' e 'envolvimento religioso', não se verificaram diferenças significativas entre os nove tipos conjugais em função da variáveis sócio-demográficas consideradas. Estes resultados são muito semelhantes aos encontrados nos estudos americanos (Fitzpatrick, 1988, p.81) os quais constataram que os tipos conjugais não se diferenciavam entre si pelo número de anos de casamento, pelo número de filhos, pelo nível de escolaridade ou rendimento económico, levando-nos a concluir, com Fitzpatrick, que a variância no 'tipo conjugal' não pode ser explicada pelo lugar que o casal ocupa na estrutura social[21]. A maior diferença relativamente aos estudos realizados por Fitzpatrick reside no impacto que o

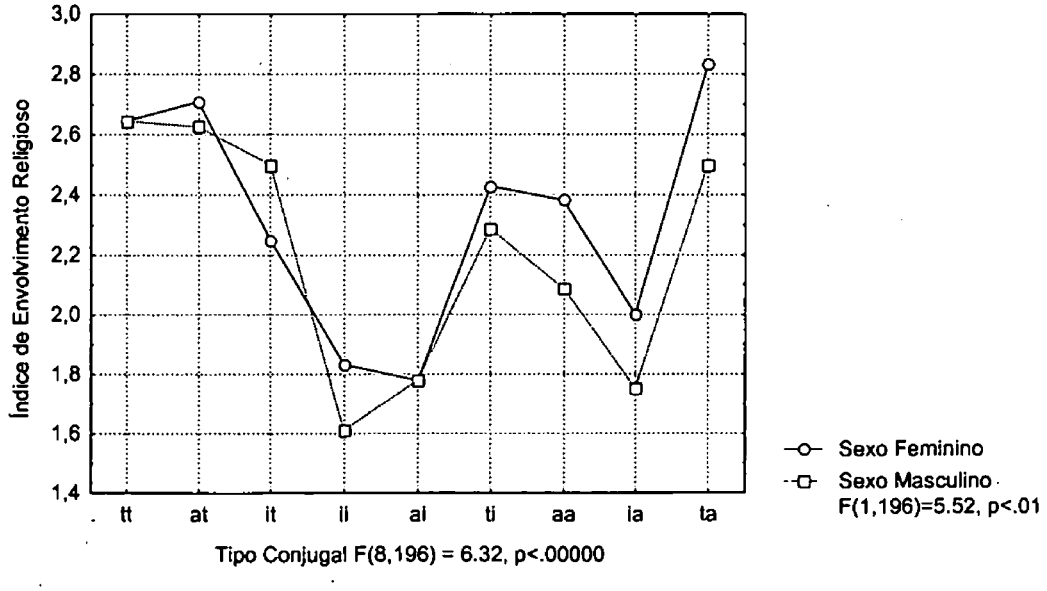
[21] Apesar de - convirá relembrar - estarmos só a estudar, tal como Fitzpatrick (1988), casais provenientes de meio urbano.

'envolvimento religioso' demonstrou ter nos tipos conjugais encontrados na amostra portuguesa. Mesmo em relação ao factor sexo, só encontrámos mais uma variável (para além da idade e do envolvimento religioso) que diferenciava os grupos. Trata-se do 'rendimento económico', [F(1,173) = 19.87, p<.00000], tendo o teste *post hoc Tuckey HSD,* de comparação de médias, confirmando que o rendimento económico dos maridos era significativamente superior ao das mulheres.

No que se refere aos resultados relativos à variável 'idade', quando se analisa o efeito da interacção dos factores 'tipo conjugal' e 'sexo', verifica-se que o 'sexo' tem maior influência na diferenciação dos resultados e que a interacção dos dois factores não é significativa [para o sexo, F(1,199) = 52.35, p<.000000; para o tipo conjugal, F(8,199) = 2.18, p =.0308; para a interacção tipo conjugal x sexo, F (8,199) = 1.46, p = .1733]. Os testes *post hoc* realizados, de comparação de médias, evidenciam que têm significativamente mais idade os maridos (M = 39.8) comparativamente com as mulheres (37.3) e os participantes com tipo conjugal *ambivalente* (*aa*) (M = 41.4) por contraste com os participantes cujo tipo conjugal é *tradicional* (*tt*) (M = 34.7).

Relativamente à variável 'envolvimento religioso' (cf. Gráfico 6.14), constatamos que os dois factores – tipo conjugal e sexo – exercem uma influência significativa na diferenciação dos resultados [para o tipo conjugal F(8,196)=6.3, p<.00000; para o sexo F(1,196)=5.52, p< .01; para a interacção tipo conjugal x sexo, F(8,196)=1.90, p<. 0618].

Gráfico 6.14 - Médias dos resultados no *Envolv.Religioso* por tipo conjugal x sexo F(8,196)=1,90; p<,0618



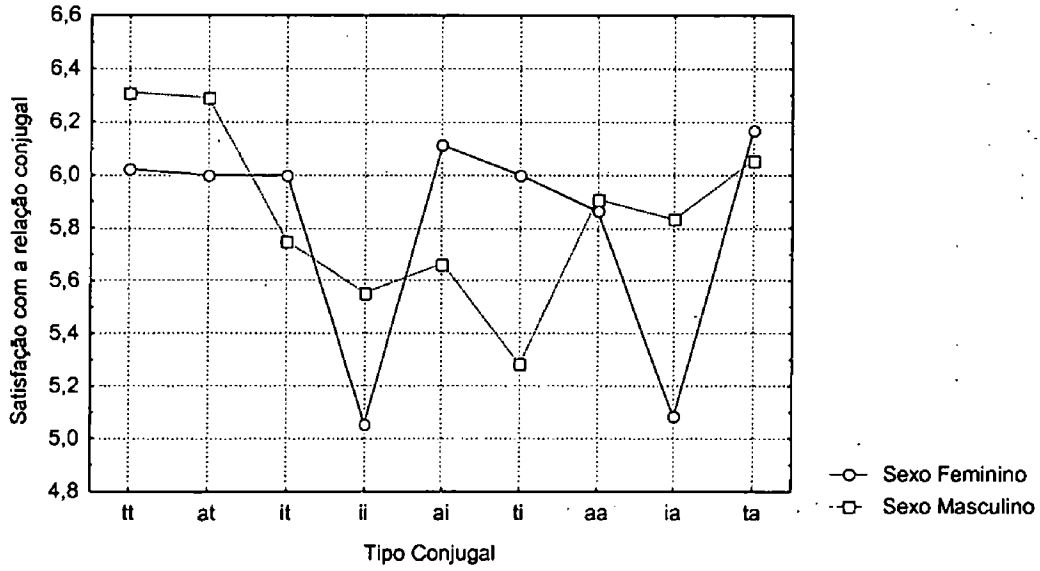
Através de comparações *post hoc pelo método Tuckey HSD,* verificamos que são as mulheres, relativamente aos maridos, quem, em média, evidencia maior envolvimento religioso, e que os casais em que marido e mulher são os dois *tradicionais* (*tt*) (M = 2.6) ou um *tradicional* e o outro *ambivalente* (*ta,* ou *at*)(M=2.6) apresentavam envolvimento religioso significativamente superior aos casais de tipo *independente* (*ii*) (M = 1.7).

Apesar da grande influência que a variável 'envolvimento religioso' revelou nos estudos portugueses, a qual deverá ser aprofundada posteriormente, podemos afirmar que os *tipos conjugais* não são muito influenciados por variáveis sócio-demográficas, pelo que se torna pertinente averiguar se estes *esquemas* ou *tipos conjugais* diferem entre si relativamente a outros atributos das relações. A questão que se coloca é a de saber se esta tipologia poderá prever outros aspectos do funcionamento conjugal.

3.2.2.2. Diferenças Entre os *Tipos Conjugais* Relativamente à Satisfação Conjugal

Estudando o impacto das diferenças de tipologia conjugal e de sexo na satisfação conjugal (cf. Gráfico 6.15), verificamos que o 'tipo conjugal' tem uma influência bastante significativa na diferenciação dos resultados e que a interacção dos dois factores 'sexo' e 'tipo conjugal' é, também, significativa [para o tipo conjugal, F(8, 194) = 3.38, p<.001; para o sexo, F(1, 194) = .16, p<.68; para a interacção tipo conjugal x sexo, F(8, 194) = 2.33, p <.0205].

Gráfico 6.15 - Médias dos resultados da *Satisfação Conjugal* por tipo conjugal x sexo F(8,194)=2,33; p<,0205



Através das comparações *post hoc pelo teste Tuckey* (HSD), para grupos com frequências diferentes, concluímos que revelam significativamente maior satisfação com a relação conjugal, os cônjuges cujas definições relacionais são ambas *tradicionais* (*tt*), ou *tradicional* e *ambivalente* (*ta*) e (*at*), por comparação com os cônjuges cuja *definição relacional* é, para cada um, *independente* (*ii*). Estes resultados são semelhantes aos que foram encontrados por Fitzpatrick (1988), no que se refere aos cônjuges *tradicionais*. No entanto, o facto dos casais cujos tipos conjugais são *at* ou *ta*, terem resultados tão semelhantes aos obtidos pelos *tt* e tão diferentes dos *ii*, deve-se provavelmente ao facto da medida por nós utilizada avaliar, unicamente, a satisfação global com a relação conjugal, não considerando outras dimensões relacionadas como sejam o consenso, a coesão e o afecto. Terá sido, possivelmente, a consideração das diversas dimensões da satisfação conjugal que permitiu a Fitzpatrick concluir da existência de diferentes formas de satisfação adequadas aos diferentes tipos conjugais (e.g. para os casais que valorizam a proximidade, a satisfação estaria relacionada com níveis elevados de partilha de informação; para os que valorizam a distância e autonomia, a satisfação conjugal estaria positivamente relacionada com o evitamento do conflito).

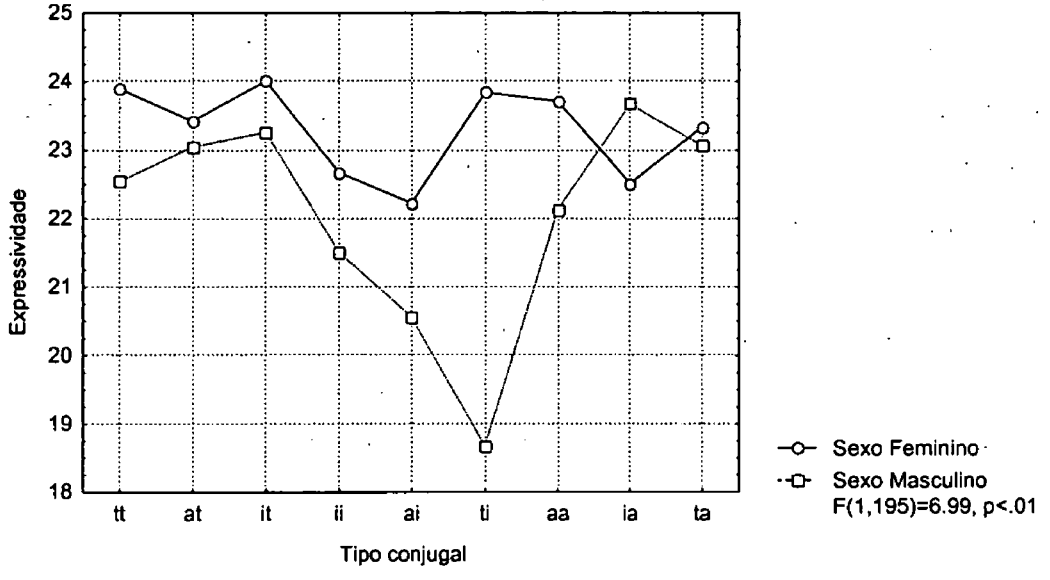
3.2.2.3. Tipos Conjugais, Sexo, Papel Sexual e Vinculação

Tipos conjugais, sexo e orientação de papéis sexuais

Continuando a considerar o 'tipo conjugal' como variável independente (com nove níveis) num desenho de medidas repetidas em que aquele era o factor entre sujeitos e o 'sexo' (marido-mulher) era um factor intra-sujeitos, procurámos estudar o impacto nas variáveis dependentes - *expressividade* e *instrumentalidade* (PAQ) ; estilos de vinculação (QR). Para isso realizámos diversas análises de variância multivariada (MANOVA) que nos permitiram obter resultados relativos a diferenças tipológicas e a diferenças sexuais.

Começando pela variável *expressividade*, só o factor 'sexo' tem influência na diferenciação dos resultados [para o tipo conjugal, F(8,195) = .93, p<.495; para o sexo, F(1,199) = 6.99, p<.0088; para a interacção tipo conjugal x sexo, F(8,195) = 1.16, p<.3249]. O teste *post hoc Tuckey* (*HSD*) confirma que a média dos resultados das mulheres (M = 23.3) é significativamente superior à obtida pelos maridos (M = 22.04).

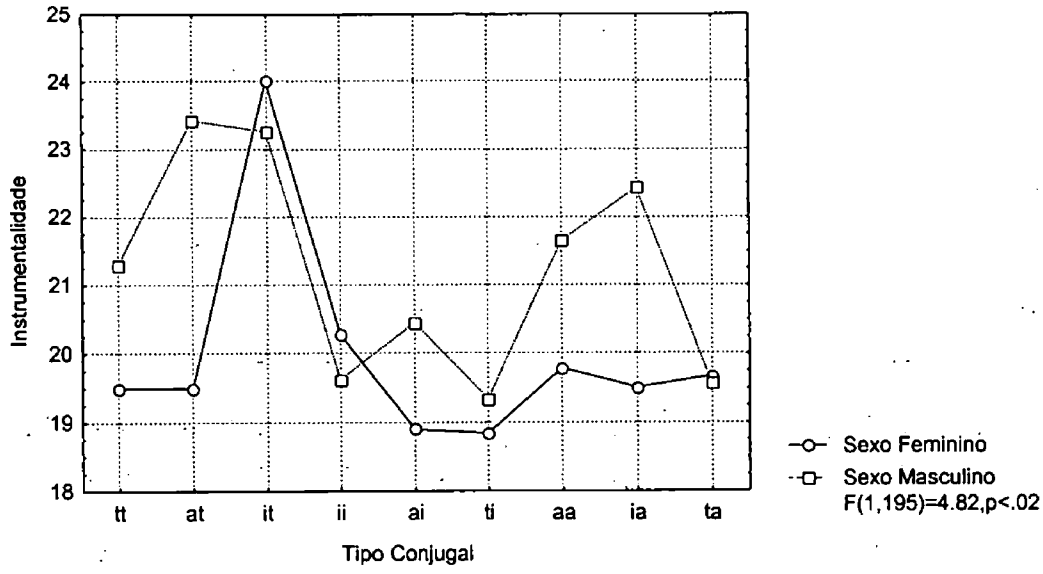
Gráfico 6.16 - Médias dos resultados de *Expressividade* por tipo conjugal x sexo F(8,195)=1,16; p<,3249



A observação do Gráfico 6.16 permite observar que só no tipo conjugal (*ia*), em que a mulher tem uma definição relacional *independente* e o marido uma definição relacional *ambivalente,* é que se verifica uma inversão na tendência de superioridade dos resultados médios femininos na *expressividade* patente em todos os tipos conjugais.

No que se refere à *instrumentalidade*, o padrão de resultados é muito semelhante ao anterior na medida em que é, também, o factor 'sexo' o único a influenciar a diferenciação de resultados [para o tipo conjugal, F(8,195)=1.35, p<.2214; para o sexo F(1,195)=4.82, p<.02; para a interacção tipo conjugal x sexo, F(8,195)=1.16, p= .24)]. A média obtida pelos maridos (M=21.2) é significativamente superior à que foi obtida pelas mulheres respectivas (M=19.9), em todos os tipos conjugais (cf. Gráfico 6.17) excepto naqueles cuja definição relacional da mulher é *independente* (*it* e *ii*).

Gráfico 6.17 - Médias dos resultados na *Instrumentalidade* por tipo conjugal x sexo
F(8,195)=1,31; p<,2398



A questão consiste em saber de que modo estão relacionados com os 'tipos conjugais', os traços ou características relativas ao género que os cônjuges usam para se descreverem a si próprios. Escolher atributos *instrumentais* ou *expressivos* para si próprio (ou uma qualquer combinação) implica atribuir a si características socialmente desejáveis. Aqueles que são pontuados na categoria *indiferenciado* demonstram que nenhum conjunto de traços positivos, nem nenhuma combinação particular de traços positivos *instrumentais* ou *expressivos*, se lhes aplica.

Segue-se o Quadro 6.22 com uma síntese das percepções das mulheres desta amostra relativamente aos seus papéis sexuais, em cada um dos tipos conjugais.

Quadro 6.22
Percepção das **mulheres** relativamente a orientações de papel sexual por tipo conjugal

	Definição Relacional da Mulher		
Definição Relacional do Marido	**tradicional**	**independente**	**ambivalente**
tradicional	feminino andrógino	feminino	feminino andrógino
independente	feminino	indiferenciado andrógino	indiferenciado
ambivalente	feminino indiferenciado	feminino	andrógino feminino

Constatamos que as mulheres, nesta amostra, se vêem a si próprias com características típicas do seu sexo (tipo *feminino*) ou, também, com características

instrumentais (tipo *andrógino*). Somente nas situações *ii*, *ta* ou *ai*, é que se desviam desta generalização. Quando uma mulher *ambivalente* tem um marido *independente*, vê-se a si própria como tendo poucas características *expressivas* ou *instrumentais*. Se uma mulher *independente* tem um marido também *independente* ou se uma mulher *tradicional* tem um marido *ambivalente*, então poderá ver-se de formas que são extremas: com poucas (*indiferenciada*) ou muitas (*andrógina*) características expressivas ou instrumentais.

Relativamente à percepção que os maridos têm dos seus papéis sexuais, por 'tipo conjugal', verificamos algumas diferenças relativamente às mulheres (Quadro 6.23).

Quadro 6.23
Percepção dos **maridos** relativamente a orientações de papel sexual por tipo conjugal

	Definição Relacional da Mulher		
Definição Relacional do Marido	**tradicional**	**independente**	**ambivalente**
tradicional	masculino andrógino	masculino andrógino	masculino andrógino
independente	masculino indiferenciado	indiferenciado andrógino masculino	masculino indiferenciado
ambivalente	andrógino indiferenciado	andrógino masculino	indiferenciado andrógino masculino

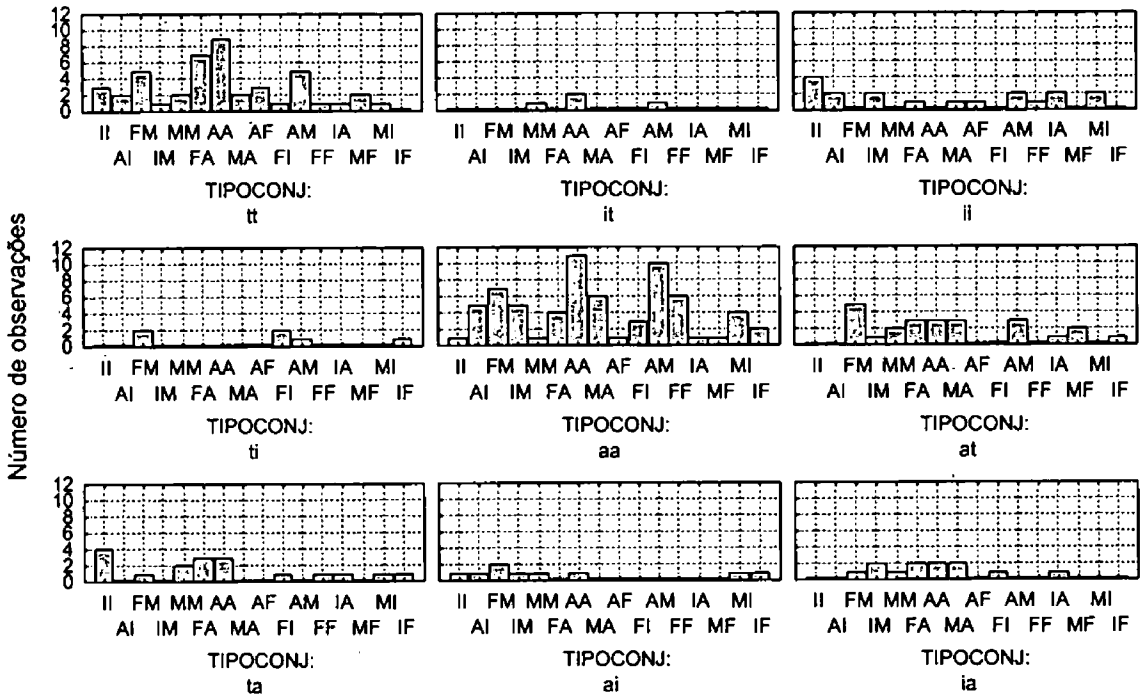
Um marido *tradicional*, independentemente de com quem está casado, percepciona-se sempre como típico do seu sexo (*masculino*) ou com muitas características expressivas e instrumentais (*andrógino*), verificando-se também esta relação unicamente na situação de marido *ambivalente* casado com mulher *independente*. Nas restantes situações, poderá ver-se, também, como *indiferenciado*, bastando ter uma definição relacional *independente* ou *ambivalente*.

Continuando a considerar como unidade o casal, e comparando os tipos conjugais com os tipos de orientação de papel sexual definidos pelo PAQ (*Feminino*, *Masculino*, *Andrógino* e *Indiferenciado*), chegamos a resultados mais detalhados. Apesar do teste do qui quadrado, referente aos nove tipos conjugais com as dezasseis associações ou pares possíveis[22] dos quatro tipos de orientação de papel sexual (cf. Gráfico 6.18), não ser significativo, χ_2 (120, 204) = 131.87, p = .216, as comparações

[22] Estas associações foram calculadas combinando o tipo (*Feminino, Masculino, Andrógino ou Indiferenciado*) de cada um dos cônjuges, para cada um dos casais, adoptando associações de letras para os designar, sendo que a primeira indica o tipo de papel sexual da mulher e a segunda o tipo de papel sexual do marido (e.g. FM (mulher com tipo *feminino* e marido com tipo *masculino*); AA (mulher e marido, ambos com tipo *andrógino*)).

dois a dois dos emparelhamentos dos tipos de papéis sexuais para cada um dos tipos conjugais resultaram em diferenças significativas nos tipos conjugais em que ambos os cônjuges eram *tradicionais* (*tt*) ou *ambivalentes* (*aa*).

Gráfico 6.18 - Histogramas: Tipo Conjugal x Tipos de Papel sexual (emparelhados)



Assim, nos casais cujo tipo conjugal é *tt*, encontramos as seguintes diferenças significativas de associações de papéis sexuais : 20% dos cônjuges são ambos de tipo *andrógino* (AA) e distinguem-se significativamente das associações IM (mulher *indiferenciada* e marido *masculino*) , FI, FF, IA, IF, cada uma representando 2,2% dos cônjuges (χ_2 (1, 45) = 5.80, p<.01) e das associações AI, MM, MA e MF, cada uma representando 4,4% dos cônjuges (cf. χ_2 (1, 45) = 3.99, p<.05); 15.56% dos cônjuges são FA (mulher de tipo *feminino* e marido de tipo *andrógino*) e distinguem-se das associações FI, FF, IA e IF (χ_2 (1, 45) = 4.15, p<.05). Os pares FM e AM surgem, cada um, com percentagem idêntica (13,2%).

Nos casais cujo tipo conjugal é *aa* (mulher e marido com definição relacional *ambivalente*) encontramos significativamente maior frequência das seguintes associações de tipo sexual: AA (16,18%), AM (14,7%) e FM (10,29%). Estas distinguem-se significativamente das associações que representam cada uma 1,47% dos casais - II, MM, AF, IA, MF – conforme respectivos testes de qui-quadrado χ_2 (1,68) =

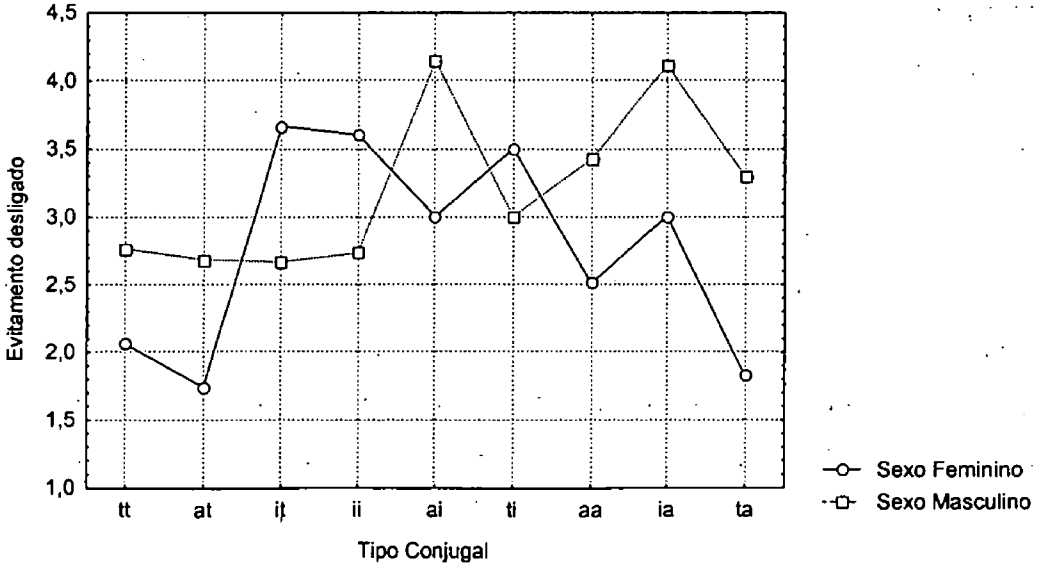
7.69, p<.001; χ_2 (1,68) = 6.84, p<.01; χ_2 (1,68) = 4.26, p<.05. AA e AM também se distinguem significativamente das associações IF e FI (cada uma 3,94% dos casais) conforme testes de qui-quadrado χ_2 (1,68) = 5.71, p<.01 e χ_2 (1,68) = 4.92, p<.05.

A observação dos histogramas também nos permite constatar que a associação de papéis sexuais em que os dois elementos do casal são de tipo *andrógino* (AA) é a mais frequente em todos os tipos conjugais excepto nos tipos *ii*, *ti* e *ai*, os quais tem em comum o facto do elemento masculino do casal definir a relação como *independente*.

Tipos conjugais, sexo e estilos de vinculação

O procedimento estatístico que referimos anteriormente, ou seja, o de considerar o 'tipo conjugal' como variável independente (com nove níveis) num desenho de medidas repetidas em que aquele era o factor entre sujeitos e o 'sexo' (marido-mulher) era um factor intra-sujeitos, foi de novo adoptado com o objectivo de estudar o impacto nas variáveis dependentes de estilos de vinculação. Este estudo não revelou qualquer tipo de influência significativa dos factores 'tipo conjugal' e 'sexo' na diferenciação dos resultados respeitantes aos estilos de vinculação dos casais em estudo. A única excepção verificou-se relativamente ao estilo de vinculação *evitante desligado* em cujos resultados se fez sentir a influência do factor 'sexo', com os maridos a apresentar uma média (M = 3.20) significativamente superior à obtida pelas mulheres (M = 2.76) conforme se pode constatar no gráfico 6.19.

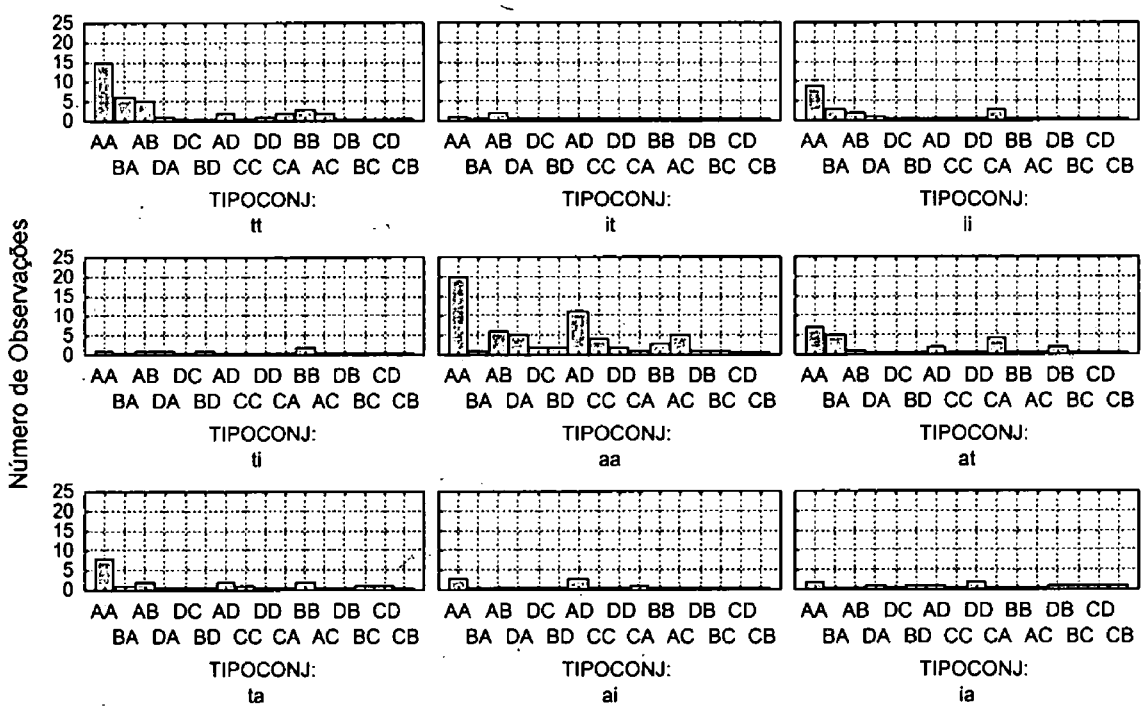
Gráfico 6.19 - Médias dos resultados no *estilo evitante desligado* por tipo conjugal x sexo
F(8,158)=1,80; p<,0811



Somente nos casais cujo tipo conjugal é *it*, *ii* ou *ti*, (tipos conjugais compostos por definições relacionais independentes) é que a média dos resultados obtida pelas mulheres é superior à que foi obtida pelos respectivos maridos. Parece pois que a definição relacional *independente* é mais influente do que o sexo no estilo de vinculação *evitante desligado*.

Um outro tipo de análise que realizámos, tendo o casal como unidade, diz respeito às frequências observadas quando se cruzam os nove tipos conjugais com os dezasseis associações possíveis[23] de estilo de vinculação, tendo sido encontrada uma relação significativa, χ_2 (120, 185) = 161.36, p<.01. Conforme se pode observar no gráfico 6.20, encontramos diferenças nas frequências de emparelhamentos de estilos de vinculação dos casais nos seguintes tipos conjugais : *tt*, *ii*, *aa*, *at* e *ta*.

Gráfico 6.20 - Histogramas: Tipo Conjugal x Estilos de Vinculação (emparelhados)



Principiando pelo tipo conjugal em que ambos os cônjuges apresentam a mesma definição relacional *tradicional* (*tt*) verificamos que 40.54% destes casais declaram a associação de estilos de vinculação AA (ambos os cônjuges têm um estilo de vinculação

[23] Estas associações foram calculadas combinando o estilo de vinculação (A = Seguro; B = Evitante Amedrontado; C = Preocupado; D = Evitante Desligado) de cada um dos cônjuges, para cada um dos casais, adoptando associações de letras para os designar, sendo que a primeira indica o estilo de vinculação da mulher e a segunda o estilo de vinculação do marido (e.g. BD (mulher com estilo evitante amedrontado e marido com estilo evitante desligado; AA(mulher e marido ambos com estilo seguro) .

segura) distinguindo-se significativamente (e.g. χ_2 (1,37) = 6.55, p<.01) de quase todos os outros emparelhamentos possíveis de estilos de vinculação (excepto de BA que representa 16.22% dos casais *tt*).

Por sua vez, nos casais cujo tipo conjugal é *ii* (ambos os cônjuges declaram definição relacional *independente*) encontram-se significativamente mais situações (50%) em que os dois cônjuges se afirmam com estilo de vinculação segura (AA) distinguindo-se significativamente dos restantes, (cf. χ_2 (1,18) = 5.16, p<.05). Esta maior frequência só não é significativa relativamente às associações em que marido e mulher são *evitante amedrontados* (BB) ou um deles, sendo *evitante amedrontado*, está casado com um cônjuge *seguro* (AB ou BA).

No que se refere aos casais cujo tipo conjugal é *aa* (ambos os cônjuges evidenciam uma definição relacional *ambivalente*), também predomina (31,25%) a associação de estilos de vinculação *segura* (AA), a qual se distingue significativamente das restantes (e.g. χ_2 (1,64) = 10.79, p<.001), com excepção da associação (AD) em que a mulher tem estilo de vinculação *segura* e o marido, estilo de vinculação *evitante desligado*. De realçar que esta, para além de representar a segunda maior percentagem (17,19% dos casais *aa*), também só não se distingue significativamente, em termos de frequências, dos emparelhamentos AB, DA e AC.

Por último nos tipos conjugais *at* e *ta* (um dos cônjuges evidencia definição relacional *ambivalente* e o outro, *tradicional*) é mais uma vez a associação de estilos de vinculação *segura* (AA) a que predomina (respectivamente 33,3% e 41, 18%) relativamente às restantes [χ_2 (1,21) = 3.84, p<.05 e χ_2 (1,18) = 4.46, p<.05, respectivamente]. De entre os casais *at*, o predomínio de AA só não se verifica relativamente à situação BA (mulher com estilo *evitante amedrontado* e marido com estilo de vinculação *seguro*) a qual representa 23,81% dos casais.

Evidentemente que o predomínio das situações em que ambos cônjuges têm um estilo de vinculação *segura* (AA) nos tipos conjugais considerados (*tt, ii, aa, at, ta*) deve-se, em primeiro lugar, ao seu elevado número à partida (este emparelhamento AA representa 35,68% da totalidade dos dezasseis possíveis) É, no entanto, interessante constatar quais os tipos conjugais em que quase não se verifica a sua ocorrência – *it* e *ti*, *ai* e *ia* – ou seja, todos os tipos conjugais em que um dos cônjuges apresenta uma definição relacional que é *independente*. Quando ambos os cônjuges são *independentes*,

então já é possível encontrar o predomínio claro da associação AA , indicadora de estilo de vinculação *segura* para ambos os cônjuges.

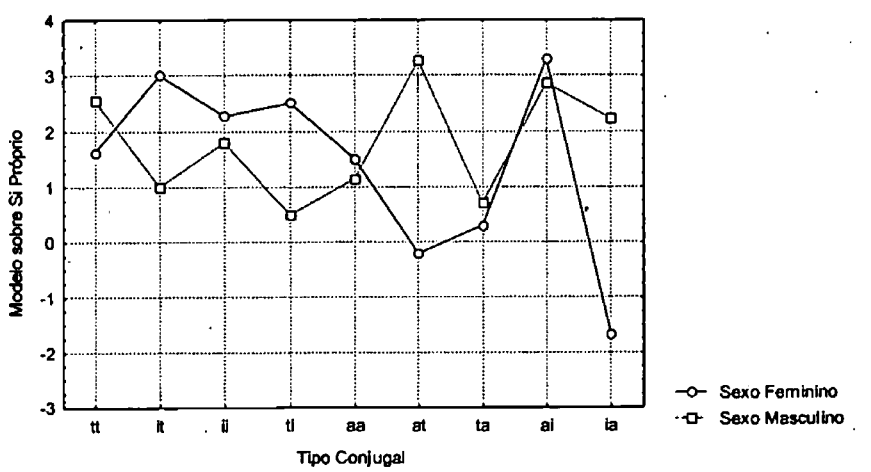
Realizando um teste de *qui quadrado* para comparar os tipos conjugais cujos membros do casal têm a mesma definição relacional (*tt*, *aa* e *ii*) e os tipos conjugais em que os cônjuges têm diferente definição relacional (*at, ta, ai, ia, it, ti*) verificamos que há significativamente mais pares AA na primeira situação do que na segunda [χ_2 (1,66) = 4.95, p =.0261]. Parece, pois, existir uma relação entre os membros do casal revelarem um estilo de vinculação *segura* e o facto de partilharem uma visão semelhante da sua relação, em termos de *ideologia*, *interdependência* e *reacção ao conflito*, o que se traduz em terem a mesma definição relacional – *tt*, *aa* ou *ii*.

Ainda no que se refere à variável vinculação, resolvemos explorar a possível influência dos factores 'tipo conjugal' e 'sexo' na diferenciação de resultados, desta vez, organizados em função do 'modelo sobre si próprio' e do 'modelo sobre os outros'[24].

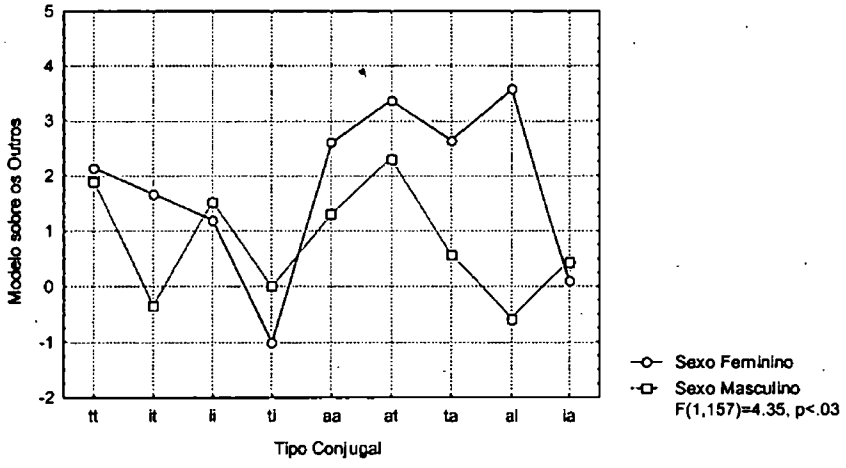
No que se refere ao 'modelo sobre si próprio', apesar do valor médio obtido pelos maridos (M = 1.78) ser superior ao das respectivas mulheres (M = 1.39), essa diferença não é estatisticamente significativa, sendo a interacção tipo conjugal x sexo a que mais influencia a diferenciação de resultados [F(8,157) = 2.15, p<.03].

Relativamente ao 'modelo sobre os outros', o factor 'sexo' é o único a influenciar a diferenciação de resultados [para o tipo conjugal, F(8,157) = 1.15, p= .336; para o sexo F(1,157) = 4.35, p <.03; para a interacção tipo conjugal x sexo, F(8, 157) = 1.22, p = .2949]. A média obtida pelas mulheres (M = 1.813) é significativamente superior à que foi obtida pelos maridos (M = .79).

Gráfico 6.21 - Médias dos resultados no'*modelo sobre si próprio*' por tipo conjugal x sexo F(8,157)=2,15; p<,0343



[24] No cálculo destes resultados seguimos o mesmo procedimento já explicitado no estudo 1 deste capítulo.



Conforme se pode observar (Gráficos 6.21 e 6.22), a tendência das médias obtidas pelos participantes do sexo feminino e do masculino que referimos anteriormente, quer no caso do 'modelo sobre si próprio' como no caso do 'modelo sobre os outros', só é invertida nos tipos conjugais em que estão envolvidas definições relacionais *independentes* (sobretudo *ii* e *ti*).

3.3. Conclusão

O resultado das diversas análises estatísticas permite afirmar, nesta amostra, a existência e diferenciação de nove tipos conjugais, os quais reflectem perspectivas psicológicas bastante distintas de "ser casal". Contribuem mais para essa diferenciação, e tanto para maridos como para mulheres, as subescalas de *Regularidade Temporal* e de *Ideologia da Incerteza e da Mudança*. Seguem-se, em termos de poder de diferenciação as subescalas de *Espaço Indiferenciado*, *Tradicionalismo* e *Assertividade* (para as mulheres) e as subescalas de *Evitamento do Conflito* (para os maridos).

Nos tipos conjugais em que marido e mulher definem igualmente a sua relação conjugal encontrámos as seguintes frequências: *ambivalente* (aa – 32,2%); *tradicional* (21,8%); *independente* (ii – 8,5%). De entre os tipos mistos, o mais frequente é aquele em que mulher e marido definem, respectivamente, a sua relação como *ambivalente* e *tradicional* (*at*).

Estes tipos conjugais (puros e mistos) também diferem entre si pelo grau de envolvimento religioso e de satisfação com a relação conjugal, distinguindo-se inequivocamente os casais com tipos *tt*, *ta* ou *at* dos *ii*. As variáveis tempo de casamento, número de filhos, nível de escolaridade e rendimento económico não se mostraram significativas na diferenciação dos tipos conjugais.

Esta tipologia evidenciou relação com outras variáveis individuais e relacionais. Com efeito, os traços ou características relativas ao género que os cônjuges usam para se descreverem a si próprios, bem como os estilos de vinculação, parecem estar relacionados com os tipos conjugais, como os estudos de Fitzpatrick (1988, 1993) deixavam prever.

Assim, com excepção da situação do tipo conjugal *ia* (mulher *independente* casada com marido *ambivalente*), todas as mulheres obtiveram, em *expressividade*, resultados mais elevados do que os maridos. No que se refere à *instrumentalidade*, todos os maridos obtiveram resultados superiores aos das mulheres, excepto nas seguintes situações conjugais – *it* e *ii* – as quais, tem o comum o facto da mulher definir a relação como *independente*.

O tipo conjugal revelou-se importante na percepção que as mulheres tinham relativamente à 'orientação do seu papel sexual'. Assim, as mulheres em todas situações de conjugalidade - excepto nas de *ai* (mulher *ambivalente* e marido *independente*), *ii* (marido e mulher *independentes*), e ta (mulher *tradicional* e marido *ambivalente*) em que também se percepcionaram como de tipo *indiferenciado* – descreveram-se, preferencialmente, como de tipo *feminino* ou de tipo *andrógino*.

O tipo conjugal não revelou tanta importância na percepção que os maridos tinham relativamente à 'orientação do seu papel sexual'. Assim, os homens *tradicionais*, independentemente de com quem estavam casados, percepcionaram-se como de tipo *masculino* ou de tipo *andrógino*; nas situações de conjugalidade – *ti*, *ii*, *ai*, *ta* e *aa* – também se descreveram, para além dos outros tipos, como *indiferenciados*. Os casos em que marido e mulher evidenciaram características elevadas tanto de *expressividade* como de *instrumentalidade*, revelou-se como mais frequente em todas situações de conjugalidade excepto nas seguintes – *ii*, *ti*, *ai* – ou seja, sempre que o marido definiu a sua relação conjugal como *independente*.

Em relação à variável estilo de vinculação verificámos que não existiu qualquer tipo de influência significativa dos factores 'tipo conjugal' e 'sexo', excepto em relação ao estilo *evitante-desligado* em que havia mais homens do que mulheres, tal como já se

tinha verificado noutros estudos (Fitzpatrick *et al.*, 1993). Somente nos casais cujo tipo conjugal é *it*, *ii* ou *ti*, (tipos conjugais compostos por definições relacionais independentes) é que a média dos resultados obtida pelas mulheres foi superior à obtida pelos respectivos maridos. Parece, pois, que a definição relacional *independente* se revelou mais influente do que o sexo, no estilo de vinculação *evitante desligado*.

De destacar a relação encontrada entre os membros do casal terem a mesma definição da sua relação – *tt*, *aa* ou *ii* – e revelarem, ambos, o mesmo estilo de vinculação – o *seguro*. Acresce que, em todas as situações de conjugalidade em que um dos cônjuges definiu a sua relação como *independente* (excepto no casal *ii*), eram quase inexistentes os pares em que ambos os cônjuges se descreviam com estilo *seguro*. Parece, pois, existir uma correlação entre marido e mulher partilharem uma visão semelhante da sua relação conjugal e descreverem como vinculação *segura* essa mesma relação. Esta é, pois, uma evidência da associação entre os dois tipos de modelo interno dinâmico – as *definições relacionais* e os *estilos ou padrões de vinculação*. A ligação entre estas duas estruturas de conhecimento que homens e mulheres parecem possuir, já tinha sido investigada anteriormente. Com efeito, a equipa de Fitzpatrick (1993) procurou testar, com 162 casais, a hipótese dos cônjuges que partilham a mesma definição da sua relação, ou esquema conjugal, terem estilos de vinculação semelhantes. Não foi encontrado suporte empírico para esta hipótese, na sua globalidade, em parte devido ao facto do modelo de vinculação considerado ter sido o tricategorial e não o de Bartholomew e Horowitz (1991).

A pertença dos casais aos *tipos conjugais* permitiu, pois, nesta amostra, estabelecer relações entre cada um dos tipos conjugais e as seguintes variáveis: orientações de papel sexual (expressividade e instrumentalidade), os estilos de vinculação predominantes, a satisfação conjugal e o envolvimento religioso.

A relação *Tradicional* seria aquela em que os cônjuges têm abordagens mais convencionais dos papéis masculino e feminino e vêem as suas 'orientações de papel sexual' condizer com eles (as mulheres percepcionam-se como de tipo *feminino* ou *andrógino* e, os maridos como de tipo *masculino* ou *andrógino*). Estes casais apresentaram o nível mais elevado de satisfação conjugal (os maridos, mais do que as mulheres) e o nível mais elevado de envolvimento religioso (as mulheres, mais do que os maridos). O estilo de vinculação mais frequente era o *seguro*.

Já a relação *Independente* afirmou-se mais liberal nas questões de género (tendo a mulher mais probabilidade de ser do tipo *andrógino* ou *indiferenciado*, e o marido se

ver a si próprio como de tipo *indiferenciado*, *andrógino* ou *masculino*). O seu nível de satisfação conjugal era mais reduzido do que nos outros tipos conjugais (as mulheres, menos satisfeitas do que os maridos). Foram os casais que apresentaram o nível mais reduzido de envolvimento religioso. O estilo de vinculação mais frequente era o *seguro*.

O tipo conjugal *Ambivalente* sustenta atitudes convencionais de género, apesar de ser frequente o facto da mulher, neste casamento, se classificar a si própria como sendo de tipo *andrógino* ou *feminino* e, o marido como de tipo *indiferenciado*, *andrógino* ou *masculino*. O nível de satisfação conjugal é elevado e muito semelhante entre marido e mulher. São casais que apresentaram um nível médio de envolvimento religioso. Predominava no casal a associação de estilos de vinculação AA (*segura* para os dois cônjuges) e AD (mulher *segura* e marido *evitante desligado*).

Os casais *Ambivalente/Tradicional* e *Tradicional/Ambivalente* foram os tipos conjugais mistos mais representados. O casal *Ambivalente/Tradicional* tem as mesmas atitudes de género convencionais e classifica-se a si próprio como dos casais mais tipificados sexualmente. Experimenta um grau elevado de satisfação conjugal, se bem no que casal *at*, os maridos se declarem mais satisfeitos do que as mulheres e, no casal *ta*, não se verifiquem tantas diferenças entre homem e mulher. São casais que apresentam um nível elevado de envolvimento religioso. As associações de estilo de vinculação que predominavam eram a AA e BA (mulher *evitante amedrontada* e marido *seguro*).

Da comparação entre os estudos que realizámos para as *definições relacionais* e para os *tipos conjugais*, verificamos que a relação com algumas variáveis (e.g. tempo de casamento, idade, estilo de vinculação) se fazia sentir diferentemente, num caso e noutro. Não será alheio a esta constatação, o facto de os dados terem sido recolhidos de questionários respondidos individualmente, quando o que está em causa é uma díade em relação. Outros métodos de recolha de dados, como a entrevista, poderão ser mais adequados para este fim.

Capítulo VII – Estudo de Casos

"Recomeça...
Se puderes
Sem angústia e sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro do futuro...
Dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras só metade"
(Miguel Torga)

1. Introdução

Ao procedermos à revisão de literatura sobre as teorias, modelos e investigações mais significativas no âmbito da conjugalidade, concluímos que diferiam no modo como acentuavam a interacção conjugal (e.g. teorias comportamentais, modelos da troca social) ou a representação mental dessa mesma relação conjugal (e.g. teorias cognitivas) ou, ainda, tentavam integrar estas vertentes (e.g. teoria sistémica, teoria da vinculação) (Bradbury *et al.*,1995; Berman *et al.*, 1994). O conhecimento sobre conjugalidade tem progredido, assim, nesta tensão dialéctica entre processos interaccionais no casal e processos mentais envolvidos, entre processos individuais (e.g. *expressividade* e *instrumentalidade* em cada um dos cônjuges) e processos mais relacionais (e.g. intimidade, compromisso, poder, resolução de conflitos).

Tendo como referência este mapa de teorias e modelos, bem como o esforço integrador do *modelo de cognição da relação íntima* entre marido mulher (Fletcher, 2002), que descrevemos no primeiro capítulo, desenvolvemos um estudo qualitativo com casais, no qual procurámos estudar variáveis individuais e relacionais da conjugalidade.

O estudo teve como principal objectivo aprofundar semelhanças e diferenças de género na conjugalidade, a partir de:

- variáveis individuais (e.g. *expressividade* e *instrumentalidade* no homem e na mulher; estilo de vinculação do homem e da mulher);

- variáveis relacionais de índole estrutural (e.g. papéis de género – familiares e profissionais);

- variáveis relacionais de índole processual (e.g. poder e influência; conflitos; intimidade; ideologia de género).

O estudo teve, também, o objectivo de verificar se existia correspondência entre as características dos tipos conjugais que tínhamos encontrado quando adaptámos a EDR (Fitzpatrick, 1988), e as que pretendíamos estudar utilizando um método completamente diferente – a entrevista semi-estruturada ao casal em conjunto, e outros instrumentos de auto-relato. Ou seja, pretendíamos realizar uma primeira validação da tipologia conjugal a que tínhamos chegado (capítulos V e VI), através de um conjunto de índices do funcionamento conjugal obtidos através de outros métodos.

Pretendeu-se, assim, que este estudo qualitativo de casais fosse eminentemente exploratório e fornecesse pistas de resposta para questões a que, dificilmente, se pode responder quando se recorre a outros métodos de estudo. Para além disso, que trouxesse 'vida à aridez dos números no estudo da conjugalidade' na medida em que recorre à singularidade aprofundada de cada casal.

As questões de investigação que elaborámos foram as seguintes:

- Como é que marido e mulher conjugam os papéis familiares (domésticos e parentais) e profissionais?

- Como é que o poder e a influência são geridos, por marido e mulher, no que se refere ao processo de tomada de decisão, às áreas de influência e às perspectivas de igualdade na relação?

- Como é que marido e mulher reagem aos conflitos e os resolvem?

- Qual a concepção que, marido e mulher, têm de intimidade? Qual a importância conferida, por cada um, à autonomia na relação? Como se articula a concepção de intimidade com o estilo de vinculação de cada um dos cônjuges, com a avaliação que cada um faz da estabilidade e satisfação conjugais?

- Qual a ideologia de género, de marido e mulher, relativamente aos papéis e às características psicológicas específicas do homem e da mulher? Como se articula essa ideologia com os níveis de *expressividade* e de *instrumentalidade* que marido e mulher atribuem a si próprios?

- Qual a ideologia conjugal, de marido e mulher, relativamente à funcionalidade e compromisso conjugais?

- Em que medida estes índices de conjugalidade se articulam com as características dos diferentes tipos conjugais avaliados pela EDR (Fitzpatrick, 1988, 1995)?

No que se refere à forma como está organizado este capítulo e, após esta introdução, em que foram definidos os objectivos e as questões de investigação,

passamos à caracterização da amostra[1]. No terceiro ponto, fazemos a descrição da análise qualitativa dos resultados e, no quarto ponto, procedemos à discussão dos resultados tendo em conta as questões de investigação formuladas. Por fim, a conclusão.

2. Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por 30 casais (60 participantes) e foi seleccionada de acordo com os critérios já descritos no capítulo da Metodologia. Sendo equitativa quanto ao sexo, todos estes casais desempenham papéis conjugais, parentais e profissionais dado terem, em comum, as seguintes características:

- serem casados, um com o outro, em primeiras núpcias;
- terem, pelo menos, um filho;
- trabalharem, com remuneração, fora de casa;
- declararem-se, ambos, satisfeitos com a sua relação conjugal.

A *idade* dos participantes situa-se entre os 25 e os 56 anos, apresentando as mulheres uma média de 36 anos (DP = 8,5) e uma mediana de 34, e os homens uma média de 38 anos (DP = 7,8) e uma mediana de 37.

Considerando o *tempo de casamento*, com uma média de 11,7 anos (DP = 7,9), a amostra distribui-se do seguinte modo pelas categorias: de dois a seis anos de casamento (23,3%), de sete a dez anos de casamento (33,3%), de onze a vinte anos de casamento (23,3%) e mais de vinte anos (20%) (cf. Gráfico 7.1).

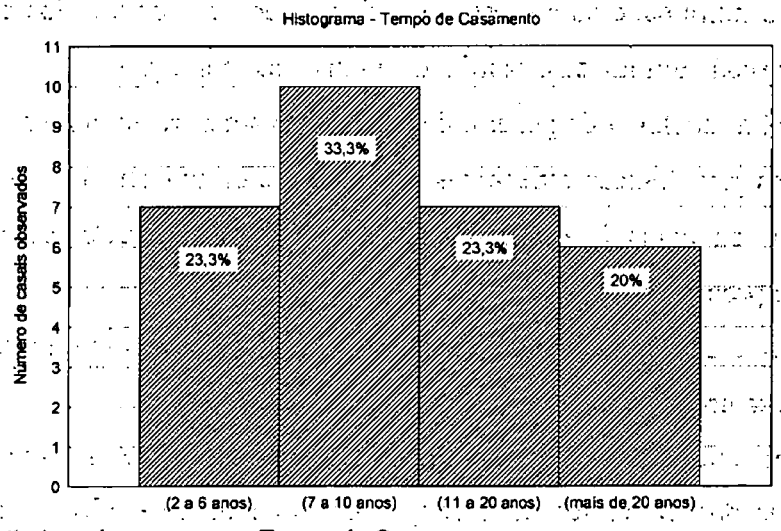


Gráfico 7.1 Distribuição da amostra por Tempo de Casamento

[1] A descrição do processo de selecção da amostra, a escolha e descrição dos métodos de recolha de dados (e.g. guião da entrevista), o procedimento de recolha de dados, bem como o método de análise dos dados encontram-se no capítulo IV da Metodologia.

Relativamente ao número de filhos, 26, 7% dos casais têm um filho, 50% têm dois filhos e 23,3% têm três filhos (cf. Gráfico 7.2.).

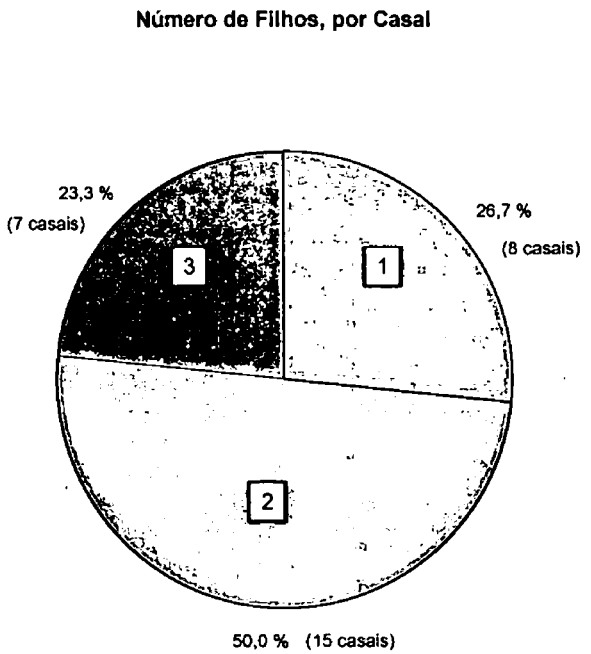
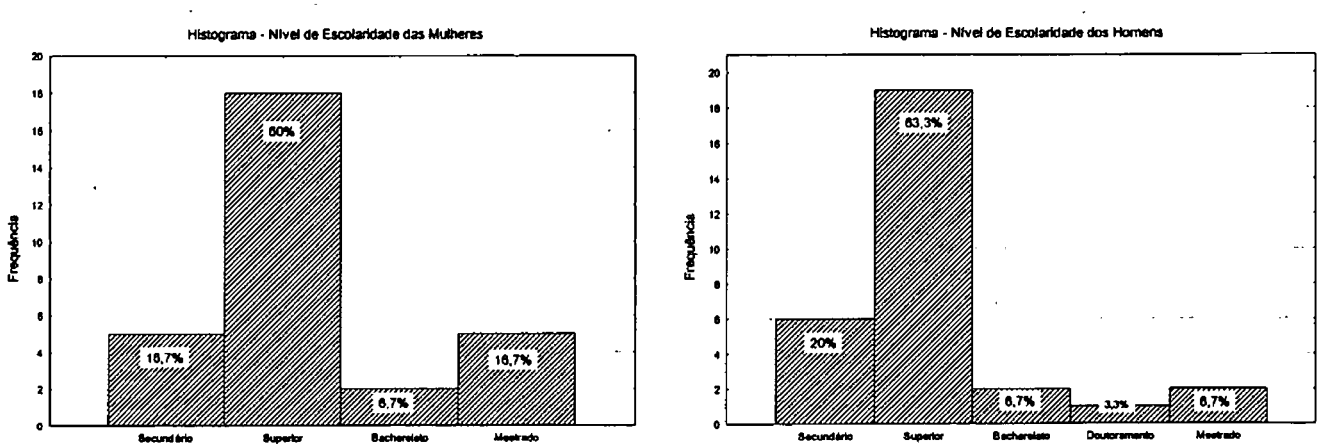


Gráfico 7.2 – Número de filhos por casal

Em média, estes trinta casais tiveram um tempo de namoro de 3,9 anos (DP = 2.1).

No que se refere ao nível de escolaridade, conforme discriminado nos gráficos 7.3. e 7.4, referentes, respectivamente, a mulheres e homens estão, em percentagem mais elevada, os cônjuges com formação superior.



Gráficos 7.3 e 7.4 – Distribuição da amostra por nível de escolaridade.

3. Descrição Sumária da Análise Qualitativa de Resultados

Começamos por explicar o modo como os resultados vão ser apresentados. Tratando-se de 30 casais dos quais foi recolhida uma extensa e variada gama de dados, por meio de entrevista semi-estruturada e de instrumentos de auto-relato (cf. Capítulo IV - Metodologia), tornava-se impraticável apresentar a sua análise separadamente, caso a caso. Essa análise, no entanto, era condição necessária das análises de dados subsequentes que nos propúnhamos realizar. Por isso, consta do volume apêndice a este trabalho e deverá ser consultada sempre que se julgue necessário. Cada caso é designado por um número que obedece a uma ordem de selecção já descrita no capítulo da Metodologia. Tendo como principal objectivo preservar o anonimato dos membros de cada casal, decidimos designar por M e por H, respectivamente todas as mulheres e todos os homens, identificando-se, o casal, pelo seu número de código (e.g. 53M e 53H; 215M e 215H).

Optámos, então, por apresentar os dados por grupos de casos constituídos *a priori*, de acordo com a classificação obtida na Escala de Dimensões Relacionais (EDR) que tínhamos previamente adaptado (Capítulo V) e estudado (Capítulo VI) e, através da qual, os casais definem a sua relação conjugal. Assim, os casais vão aparecer por tipos conjugais agrupados da seguinte forma (e, conforme se pode observar no gráfico 7.5):

- Grupo 1, com 8 casais (26,7%), em que ambos os cônjuges definem a relação conjugal como *tradicional*, com a designação *tt*,[2] (casais 99, 103, 132, 138, 158, 174, 189, 218);

- Grupo 2, com 7 casais (23,3%), cuja definição relacional é *independente* pelo menos para um dos cônjuges – *ii* (casais 8, 46, 90), *ia* (casais 215, 216 e 219) e *ai* (casal 217);

- Grupo 3, com 7 casais (23,3%), em que ambos os cônjuges definem a sua relação conjugal como *ambivalente*, com a designação *aa* (casais 21, 82, 122, 139, 171, 173, 195);

- Grupo 4, com 8 casais (26, 7%), em que os cônjuges definem a sua relação como *tradicional* e como *ambivalente*, com a designação *ta* (casais 53,124, 152,154, 169) e *at* (casais 79, 140, 220).

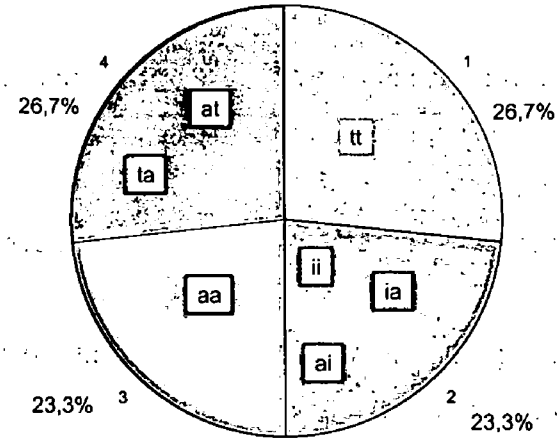


Gráfico 7.5. – Agrupamento de casais por tipos conjugais

Propomo-nos, assim, começar por realizar uma análise por grupos de tipos conjugais, seguida de uma análise comparativa global dos mesmos.

A análise de cada grupo de casais começa com a apresentação de um quadro em que se procurou sintetizar toda a informação importante respeitante a cada casal do grupo. Assim, cada quadro inclui os dados de oito casais (grupos 1 e 4, dos tipos conjugais: tt; e ta e at) ou, de sete casais (grupos 2 e 3, dos tipos conjugais: ii, ia e ai; e aa), sendo cada casal identificado pelo respectivo número e tendo, entre parêntesis, a indicação do tempo de casamento). Cada quadro (7.1; 7.2; 7.3 e 7.4) é seguido da respectiva descrição com excertos ilustrativos, retirados das entrevistas aos casais.

Na análise, tivemos em consideração as seguintes categorias, subcategorias e respectivas operacionalizações que são as que constam, também, dos quadros:

- **Papéis Profissionais e Familiares**:
  - profissionais (percepção de cada um, M e H, relativamente ao tempo gasto com o desempenho da profissão e à satisfação com a mesma);
  - domésticos (percepção de M e de H sobre o modo como decidem (D) e realizam (T) os trabalhos – preponderância de um deles ou, em igualdade);
  - parentais (percepção de M e de H relativamente ao modo, em igualdade ou com preponderância de um dos pais, como cuidam e educam os filhos).

[2] Tal como referimos anteriormente para os tipos conjugais (Estudo 3 do CapítuloVI), a primeira letra indica a *definição relacional* da mulher e a segunda letra a *definição relacional* do marido (e.g. *tt* ou *ai*).

- **Poder e Influência**:
  - decisões (percepção do casal referente ao processo de tomada de decisões);
  - áreas de influência (identificação de M e de H relativamente a que áreas têm mais influência);
  - troca/mutualidade (percepção de M e de H relativamente a cada uma destas perspectivas na relação conjugal).
- **Conflitos – reacção e resolução**:
  - áreas de desacordo (identificação, por parte do casal, das áreas de desacordo mais habituais);
  - reacção ao conflito (percepção de M e H relativamente ao modo como cada um reage habitualmente ao conflito);
  - estratégias de resolução dos conflitos (percepção do casal respeitante às estratégias de resolução a que habitualmente recorre).
- **Intimidade e Compromisso**:
  - definição (percepção que M e H têm do que é intimidade na relação de casal);
  - autonomia (expressão ou não, por parte de M e de H, da necessidade de autonomia na relação conjugal);
  - vinculação (estilo de vinculação predominante em M e em H, auto-relatado através do QR (Bartholomew, 1990));
  - estabilidade/continuidade (percepção do casal sobre a evolução da sua relação);
  - satisfação (grau de satisfação com a relação conjugal, por parte de M e de H, avaliada numa escala de índice único de sete pontos; expressões de satisfação durante a entrevista).
- **Ideologia**:
  - de género (crenças de M e de H relativamente aos papéis familiares e profissionais);
  - de género (crenças de M e de H relativamente às características psicológicas do homem e da mulher);
  - conjugal (padrão sobre o que faz uma relação de casal funcionar, ser bem sucedida);
  - conjugal (pressuposto relativamente ao tipo de compromisso estrutural assumido).
- **Expressividade/Instrumentalidade** (auto-relato de M e H, por meio de resposta ao PAQ (Spence, 1978, 1993).

3.1. Análise dos Casos por Tipos Conjugais

3.1.1. Grupo dos Casais com Tipo Conjugal Tradicional – tt

tt			Casal 99 (4a)	Casal 103 (11 a)	Casal 132 (11a)	Casal 138 (3a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	Médica, 8h, sat.	Arquit., 8h, sat.	sociól.,8h, insat. opção família	médica, 8h, sat.
		H	Eng., 8h, sat.	Arquit.,+8h, sat.	eng.inf.,+8h, sat.	advogado, +8h,sat
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D> T=	D> T=	D> T>	D> T>
		H	D< T=	D> T=	D< T<	D< T<
	Parentais	M	Educ. e cuidar =	Educ.> cuidar =	educ.e cuidar>	educ.= cuidar>
		H	Educ. e cuidar =	Educ.<cuidar=	educ. e cuidar<	educ.= cuidar<
Poder	Decisões		Em conjunto	Falam e M decide	em conjunto	em conjunto
	Áreas de Influência	M	gestão casa, decoração, médicos	Gestão da casa, da empregada, educ.filhos	Gestão da casa, da empregada, compras, filhos	gestão da casa, empreg.,compras, decoração cuid.filhos
		H	gestão financeira, IRS.	Gestão financeira	Gestão financeira	gestão financeira, IRS, burocracias
	Troca/ Mutualidade	M	Dar gratuito	Dar gratuito	Dar gratuito	Dar gratuito
		H	Dar gratuito	Dar gratuito	Dar gratuito	Dar gratuito
Conflitos	Áreas de Desacordo			Gestão do tempo, ritmos, feitios, papéis	Gestão do tempo e dinheiro extra	Gestão do tempo, TL
	Reacção Conflito	M	Iniciativa falar, aprofundar pistas	Inic.falar,explode, interpela, luta	Iniciativa de falar	Amua, não fala
		H	Evita o conflito, não valoriza tristezas, deixar andar	Evita o conflito, o tempo resolve tudo	M não tem razão, evita o conflito, cala-se, sai	Fala logo para resolver
	Estratégias de Resolução		Desdramatizar, esforço para que o outro se sinta melhor	Conflitos são construtivos, 'só dormir c/ assunto resolvido'. Calma.	Resolver no próprio dia, pedir desculpa	"Falar de tudo até à exaustão, eliminar a poeira p/a evitar conflito"
Intimidade	Definição	M	Conversar, bem-estar total a dois	Processo que se constrói, sentir-se unido, confiar, sexualidade	Falar sobre a relação	Processo União, sexualidade, partilha segredos, 'gostar de gostar do outro'
		H	Bem-estar sexual, espiritualidade, descobrir o outro	//	Entendimento, dar bem, equilíbrio	'estar totalmente com'; dizer que se gosta; segredo
	Autonomia	M	nec. espaço mental	Não manifesta nec.	Não manifesta	Espaço e tempo
		H	espaço e tempo	Não manifesta nec.	Não manifesta	Espaço e tempo
	Vinculação	M	B (evit.amedr.)	A (segura)	A (segura)	B (evit.amedr.)
		H	A (seguro)	A (seguro)	A (segura)	A (seguro)
Compromisso	Estabilidade e Continuidade		Intenção para sempre	Intenção p/ sempre	Intenção sp, mas nunca se sabe	Intenção p/ sp.
	Satisfação	M	7	6	6	6
		H	7	7	6	6
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Não têm que ser diferentes	Não têm que ser diferentes	Não têm que ser diferentes	Não têm que ser diferentes
		H	Não têm que ser diferentes	Papel da mãe é diferente,por natureza	Não têm que ser diferentes	Estão aptos para fazer tudo
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M	Sensibilidade diferente, dita interesses diferente	Não necessariamente	Homens são mais introv., mulheres expõem-se mais.	Há diferenças, não sabe se são culturais
		H	Sensibilidade dita interesses diferentes.	Sim, porque 'corpo e mente' são um só	Não há diferenças fundamentais	'Conversar sobre a relação não é masc. nem feminino'
	Conjugal: Funcionalidade		Ser feliz, o outro faz de nós melhores pessoas, o que é importante para um é para o outro, humor	Ter projectos em conjunto, de abertura aos outros para além de 'construir o ninho'. Namoro.	Sintonia, assumir respons.até ao fim, paixão, respeito, vontade de continuar	Namoro foi base. Diálogo, sintonia, 'gostar e ser gostado'
	Conjugal: Tipo de Compromisso		Sacramento diferente das outras uniões	Sacramento diferente das outras uniões	Não é o tipo de compromisso que faz ficar junto	Sacramento diferente das outras uniões
Expressividade Instrumentalidade		M	A (tipo andrógino)	F (tipo feminino)	M (tipo masculino)	F (tipo feminino)
		H	A (tipo andrógino)	M (tipo masculino)	A (tipo andrógino)	M (tipo masculino)

tt			Casal 158 (10a)	Casal 174 (8a)	Casal 189(10a)	Casal 218 (3a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	jurista,8h, sat.,opção família	Designer,-8h, sat., opção família	advogada, 8h, sat. opção fam.	gestora, 8h, sat., opção família
		H	Advogado, +8h,sat.	Gestor, +8h, sat.	Jurista, +8h, sat.	gestor , +8h, sat.
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D> T>	D> T>	D> T>	D> T =
		H	D< T<	D< T<	D< T<	D< T =
	Parentais	M	educ.= cuidar> (+afectiva)	Educ.= cuidar> (+ autoritária)	Educ.= cuidar>	educ. e cuidar =
		H	educ.= cuidar< (+rígido)	Educ.= cuidar< (+ permissivo)	Educ.= cuidar<	educ. e cuidar =
Poder	Decisões		em conjunto, as importantes	Fruto de conversa prévia; igualitária	em conjunto, as importantes	em conjunto, as importantes
	Áreas de Influência	M	gestão casa, empregada cuidado dos filhos	gestão da casa, empregada, cuidado dos filhos	Gestão da casa, empregada, cuidado filhos	gestão da casa, empregada, decoração, escola
		H	gestão financeira, impostos	gestão financeira, impostos	Gestão financeira, impostos	gestão financeira, máquinas
	Troca/ Mutualidade	M	dar, seg. os dons	dar o que se pode	Dar gratuito	dar gratuito
		H	dar gratuito	dar gratuito	Dando recebe	dar gratuito
Conflitos	Áreas de Desacordo		papéis familiares; saídas de H c/ amigos	M queria liderar; modelos familiares	Educação dos filhos, famílias	rotina e educação filhos
	Reacção Conflito	M	Amua (1 sem,) e passa	Fala, iniciativa de resolver logo,	Diz logo, 'explode', passa	fala para chegar a consenso
		H	diz logo e tem a iniciativa de resolver	demora mais, para reflectir	Reage logo e passa rápido	distancia-se, amua, evita
	Estratégias de Resolução		tentar resolver logo, ter uma grande conversa, periodicamente	diálogo, parar para ver ponto de vista do outro, não adiar	Diálogo, não adiar, humor, perdoar, aceitar	não mostrar desacordo em público; falar de tudo em privado
Intimidade	Definição	M	'tudo o que é nosso, bom, mau, importante ou não'	Processo, espaço e tempo nosso; falar sobre a relação, união de corações, equilíbrio	Modo de estar e de conversar, entendimento de afectos, harmonia total	Processo que se vai construindo, conhecimento, partilha
		H	'o que dizemos e fazemos os dois e mais ninguém', sexualidade	transparência e fidelidade, contar tudo, ser segredo	'um modo de olhar', sexualidade	Processo subjectivo, partilha
	Autonomia	M	deseja mais proximidade	não refere	Não refere	não refere
		H	tempo e espaço só	não refere	Não refere	vai-se esbatendo
	Vinculação	M	A (segura)	A(segura)	A (segura)	A (segura)
		H	A (seguro)	A (seguro)	A (seguro)	A (seguro)
Compromisso	Estabilidade e Continuidade		desejo para sempre	desejo para sempre	Para sempre	para sempre
	Satisfação	M	7	7	6	6
		H	7	7	6	6
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	'não tinha que ser assim, somos tradicionais'	há papéis específicos	só parentais são específicos	capacidades são iguais
		H	papel de mãe é diferente, naturalmente	m. não está mais apta na educação dos filhos	não tem que ser assim	//
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M	mulher é mais afectiva	m. sensível, fala mais, 6ºsentido; h. objectivo e seguro;	h. mais pragmático, m.chora mais	mulheres são mais sensíveis e nota-se no papel de mãe
		H	m. comunica melhor, 'diz coisas mais difíceis'	as diferenças não são fundamentais.	h. racional, m. mais afectiva	as diferenças não são fundamentais
	Conjugal: Funcionalidade		Amor, entendimento, perdoar, não deixar entrar terceiros, espírito de sacrifício. Vontade e esforço.	Namoro=base. Amor, cedência, renúncia, saber ficar em segundo plano. Humor.	Construir todos os dias, fazer o outro feliz, abertura aos outros. Humor.	Princípios e valores iguais em relação à família. Gostar. Constrói-se.
	Conjugal: Tipo de Compromisso		Sacramento é "bateria de apoio"	Sacramento diferente das outras uniões	Sacramento é diferente das outras uniões	Sacramento é diferente das outras uniões
Expressividade Instrumentalidade		M	F (tipo feminino)	A (tipo andrógino)	F (tipo feminino)	I (t. indiferenciado)
		H	M (tipo masculino)	A (tipo andrógino)	A tipo andrógino	M (tipo masculino)

Quadro 7.1 – Quadro-resumo dos resultados das variáveis estudadas no grupo dos casais de tipo conjugal *tradicional - tt*

Papéis Familiares e Profissionais

Dos oito casais que constituem este grupo verificamos que, embora tenham todos uma profissão que ocupa pelo menos 8h diárias (com excepção da mulher do casal 174, que trabalha menos horas), e se encontrem, no geral, satisfeitos com os seus trabalhos, os maridos (com excepção do casal 99) excedem, habitualmente, todos, aquele horário (e.g. 138H – "*Temos horários complicados, eu saio às 9h e chego às 21h, às vezes, tenho que ir trabalhar ao fim de semana e, à noite, trabalho quase sempre a seguir ao jantar. Gosto do trabalho. Sinto que é bom*"; 218 H – "*para ser bom pai tenho que ser bom marido e, portanto, essa é a minha prioridade. Agora, a profissão não se pode descurar porque é a base de sustento, há que pensar muito seriamente na carreira. A maneira de equilibrar estes papéis é um bocado com jogo de cintura, dando prioridades consoante as fases*"). Em cinco casais, as mulheres referem ter condicionado as profissões e respectivo horário ao que consideravam melhor para a família (e.g. 158M –"*Quando eles eram bebés, tinha jornada contínua, saía às 3h da tarde, detestava o que fazia, mas estava mais perto de casa e, isso, permitia-me dar mais assistência à família. Ter filhos, para não os ver, não vale a pena*"; 174M -"*Foi uma opção no interesse de todos, vou pondo as capacidades a render, mas também tenho tempo para os filhos*"; 189M- "*gosto imenso de trabalhar mas pouco, poucas horas por dia e o que vou dizer, não é pelo facto de ser mulher, mas pelo meu feitio – quando chego a casa às 8h e tenho três crianças, uma a chorar, outra a fazer-me perguntas e outra não sei quê...sinto-me triste, não me dá alegria nenhuma*").

A organização do trabalho doméstico é, nos oito casos considerados, da responsabilidade das mulheres, verificando-se também a sua preponderância na realização do mesmo (excepto os casais 99, 103 e 218 que consideram que existe divisão igual entre os dois na realização dos trabalhos domésticos). Daí que, nas áreas de influência, estejam mais atribuídas às mulheres, a gestão da casa (e da empregada, quando há), as compras e a decoração.

No que se refere aos papéis parentais, verificamos que são, essencialmente, três as situações que se verificam:

- mães e pais afirmam-se igualmente responsáveis pela educação e cuidado dos filhos (casais 99 e 218) (e.g. 99H - "*Educá-los é completamente a meias e é um desafio enorme...ser pai é a concretização de um amor que é muito físico...o nosso, e eu sinto imenso que esse amor são eles em acção...é fenomenal*"; 99M - "*Quando nasceu, claro que foi um amor muito grande, uma sensação fantástica mas, agora, que já passaram*

dois anos e meio, sinto que é uma coisa que, de dia para dia, vai crescendo...é uma descoberta que se tem que fazer...para mim, a maternidade não se soltou logo em pleno. Em relação às tarefas é dividido, por exemplo, sou eu que vou ao pediatra, mas é flexível, se eu não puder, vai ele."; 218H – "*Não concordo nada que o pai só apareça quando o assunto é complicado*");

- mães e pais afirmam-se responsáveis pela educação dos filhos, mas as mães cuidam mais deles (casais 138, 158, 174 e 189) (e.g. 158H – "*é uma responsabilidade completamente diferente, quando eles apareceram comecei a sentir muito mais que tinha uma família e que a tinha que sustentar e lutar pela sua estabilidade. E, por outro lado, o desafio brutal que é criar um miúdo, educá-lo que nunca sabemos se fazemos bem ou não. E é mais complicado no dia a dia, a educação é este contacto diário, não são aquelas opções de ir para que colégio, não; é o que se permite, o que se estimula, até onde é que se pode ir. O meu pai não brincava connosco, aquilo que eu hoje faço com os meus filhos é natural, às vezes não me apetece muito porque chego às 9h30 e ir brincar com eles.... mas, depois, divirto-me imenso*"; 174 M – "*Normalmente estamos sintonizados na educação dos filhos; pode vir ao de cima, o facto de eu ser mais autoritária e ele mais permissivo; se um tem regras a mais, o outro tem regras a menos; eu irrito-me com muito mais facilidade e ele consegue dar muito melhor a volta por cima, mas acho que precisamos um do outro. É do equilíbrio dos dois que eles e nós precisamos! Os filhos ganhavam se eu fosse um bocadinho mais tolerante; tenho bastante a tendência para orientar, o que é óptimo mas, quando é de mais, contraria a vida*"; 189 M – "*ter filhos, une mais do que afasta. Aquela coisa de alguns amigos nossos dizerem que nem têm tempo para falarem um com o outro, isso não sinto nada...é fazer com que os filhos vão para cama a horas. (...) E, por outro lado, os miúdos puxam tanto por nós que nos obrigam a estar em sintonia numa série de coisas. Não se educa os filhos sozinha mas em partilha*").

- mães têm preponderância relativamente aos pais na educação e cuidados dos filhos (casal 132) (e.g. 132H – "*a mudança mais radical das nossas vidas, adoro os meus filhos e sinto que eles gostam de mim...eu faço o que posso, tento compensar ao fim de semana, mas é lógico que têm mais à vontade com a mãe*").

Em nenhuma destas áreas o pai tem preponderância relativamente à mãe.

Poder e Influência

No que se respeita ao processo de tomada de decisão referem, no geral, fazê-lo em conjunto, quando se trata de decisões importantes e após conversa prévia (e.g. 174H -"*tudo é fruto de uma conversa; depois, se alguma coisa falha, não é um ou outro, são os dois; conversou-se, falou-se, a responsabilidade do que acontece é dos dois. Acho que é uma relação igualitária, foi uma das coisas em que crescemos, porque houve uma altura em que ela queria liderar*").

Para as restantes decisões, há áreas de influência específicas, nas quais cada um é preponderante: as mulheres, sobretudo nas áreas do foro familiar (casa e algumas decisões relativas aos filhos); os maridos nas áreas relativas à gestão financeira e impostos (e.g. 99H "*Para haver equilíbrio no casamento, acho que tem que haver áreas de poder, uma mais no feminino (a casa) e outra parte mais no masculino*";189M - "*Toda a gestão da casa está muito sobre mim. Até um bocadinho de mais porque ele nem sabe estrelar um ovo e, se ao fim de semana, digo para fazer as camas ele faz, mas se eu não digo, as camas estão ali por fazer e nem sequer reparou. Em parte, é preguiça dele mas, também, é culpa minha porque, em vez de dizer para fazer, prefiro ir logo eu fazer. Mas, depois, há toda uma série de tarefas que não estão sobre mim, por exemplo, pagar as contas todas ...tacitamente pareceu-nos justo equilibrar. Estamos bem assim e não precisamos de mudar*"; 138 H "*se o tom da sala é amarelo ou verde é-me indiferente, mas é bom falar. A regra a seguir é a da facilidade, assim tu tratas do aprivisionamento e eu trato das burocracias e do* hardware, *eu trato da papelada e tu da despensa...seja cultural ou inato, a ti custa-te menos cozinhar e, a mim, até me dá algum gozo preencher a declaração do IRS...Bem, são exemplos estúpidos até porque, um é uma vez por ano e, o outro, é todos os dias!*"; 218 H - "*É sempre uma questão de lógica, de racionalidade e de sensibilidades; por exemplo, eu posso ter analisado as máquinas todas mas, se ela chegar e reparar em algo que eu não tinha pensado, isso é que pode ser decisivo!*").

O casal 103 refere, explicitamente, que M toma a maior parte das decisões depois de falarem e estarem de acordo (e.g. 103M - "*quando é preciso tomar uma decisão mesmo, tenho muita dificuldade em conseguir falar com ele...mas, depois, se eu tomar uma decisão ele não me vem dizer 'estás a ver, eu não te disse'; decidir, a maior parte das vezes, sou eu que decido...por exemplo, elas estão no ensino público porque eu quis.*")

Todos os casais afirmam, relativamente à justiça na partilha e ao contributo de cada um para a família, que se equilibram, e que o conceito adoptado é o de dar gratuitamente (segundo preferências, dons, possibilidades, necessidades) sem medir o que cada um dá ou faz, em troca (e.g. 132H - "*Há casais em que é tudo muito dividido, muito equitativo...mas a vida do casal não pode ser olhada só para o casal. Quando se olha para um dia inteiro, há o trabalho. Aqui em casa, é lógico que ela dá muito mais horas, tem que tomar mais decisões, mas eu também não estou, propriamente, no café com amigos a divertir-me; estou a trabalhar e a contribuir para o sustento da família*"; 158 M - "*Dantes, era assim : 'eu já fiz isto dez vezes este mês. e tu só fizeste uma, logo...' e perdi completamente isso, é uma patetice....o que interessa é o espírito de que, cada um dá aquilo que tem, tanto no casal como na vida. Cada um tem os dons que tem e é isso que tem que dar...Se eu dou é porque posso dar e porque Deus me permite que dê, portanto, medir é uma patetice porque só vai criar atritos, conflitos, confusões, azedumes*"; 189M -"*Não damos, calculisticamente, à espera de receber.... e temos bastante a noção de que a maneira de estar na vida é dar. Em casal, nota-se porque nos, esforçamos, um e outro, por melhorar, procurando fazer feliz o outro*").

Conflitos: reacção e resolução

A área de desacordo mais referida por estes casais prende-se com a gestão do tempo (para o trabalho, a família e o lazer) e o desempenho dos diferentes papéis familiares e profissionais (e.g. casal 103: H –"*Eu gostava que ela não trabalhasse tanto fora de casa e voltássemos aos papéis antigos do homem e da mulher*"; M – "*...Isso ia ser uma fonte de desequilíbrio, não sei porquê, ainda não consegui perceber muito bem porque o que eu mais quero são os filhos; mas eu sinto que, quando estou em casa, isso me ia desestabilizar completamente como pessoa e, aquilo que eu ia acabar por dar, era muito pouco*").

A educação dos filhos, quando partilhada por pai e mãe, também é indicada como área de desacordo (e.g. casais 189 e 218).

Na forma de reagir ao conflito verifica-se que, nos oito casais, o padrão mais frequente é o seguinte: a mulher tem a iniciativa de falar para tentar resolver o problema/conflito, e o marido evita, distancia-se, considerando que o tempo resolve tudo (e.g. 99H – "*eu sou mais do género 'deixar andar que isto vai passar.', para quê falar de uma preocupação, se eu sei que ela vai deixar de existir daqui a três dias que é quando se pode resolver...se calhar é uma forma um bocadinho prática e seca de*

resolver os problemas"; 132M - "Falamos mais por eu sentir necessidade e achar que qualquer coisa não está bem, não por ele sentir necessidade" e 132H - *"Nunca tive a iniciativa de começar a resolver um conflito. Eu, por natureza, evito o conflito! Às vezes, coloco as questões de maneira a que não se tenha que entrar em confronto aberto")*.

Este padrão inverte-se nos casais 138, 158 (e.g. 158M – *"Eu sou capaz de estar amuada uma semana, completamente amuada do género ele pergunta 'Queres que canal?' e, eu respondo, 'O canal que eu quiser ponho, também sei mexer no comando'. E ele continua 'Minha querida isto, minha querida aquilo, não sei quê'. Depois de uma semana passou, porque, como ele diz 'estou a tentar ter uma discussão, não sei se estás a perceber?', 'Uma discussão, mas porquê, não há coisa nenhuma!'. Portanto, às vezes, as coisas acabam assim. Depois, de vez em quando, temos uma conversa mais ou menos séria e repescamos esses assuntos"*.

As estratégias de resolução de conflitos passam por estratégias de prevenção como o diálogo, muito salientadas pelo casal 138 que refere, as vantagens de 'falar de tudo até à exaustão' (e.g. 138H – *"Detesto silêncios incómodos...não haver coisas pequeninas que nos irritem, temos que eliminar a poeira que provoca o conflito"*), bem como pelos restantes casais. Também é estratégia comum saber parar, tentar perceber o ponto de vista do outro e retomar, não adiando muito, para resolver com mais calma o problema/conflito, ter conversa séria periodicamente, perdoar (e.g. 174H - *"Também já percebemos, porque falamos disso, que também tem que haver um esforço da parte do outro. Quando, numa discussão, não nos entendemos mesmo, é porque cada um está muito metido na sua razão e é melhor pensar 'Eu não terei toda a razão do mundo porque senão não estava aqui numa barreira em que ninguém se entende, há-de haver aqui uma parte em que eu não tenho razão e vou ter que perceber'. Isto custa, mas vale a pena fazer o esforço, porque senão é pior ainda"* e 174M - *"Também já percebemos que dizer as coisas com a cabeça quente e em cima de fúrias não conduz a nada e que temos de discernir...mas também resulta muito mal quando demoramos muitos dias e vivemos num ambiente muito tenso"*; 189H - *"os pormenores vão-se limando porque há uma opção de fundo e tem-se consciência disso e vai-se calando, aceitando e perdoando. eu acho que, normalmente, deve-se dizer, não esconder o que irrita"*).

Destacam-se, ainda, estratégias mais específicas como: desdramatizar (casal 99); encarar os conflitos como construtivos (casal 103), não mostrar desacordo em público (casal 218).

Intimidade e Compromisso

As definições dadas de intimidade são, como seria de esperar, todas, específicas de casal para casal e, em cada casal, de mulher e marido. É possível encontrar, no entanto, alguns aspectos comuns. É mais frequente encontrar nas mulheres deste grupo, a referência à intimidade como um processo que se vai construindo e que implica, mais ou menos explicitamente afectos, pensamentos e comportamentos, a referência ao sentido do 'nós' (e.g. 158M – "*tudo o que é nosso, bom ou mau, importante ou não, porque é nosso*") e ao falar sobre a relação (e.g. 174 M -"*todo o espaço e tempo só nosso, falar sobre a relação, equilíbrio, união, privacidade*"). Nos homens deste grupo encontramos mais referências à exclusividade e ao segredo da relação, bem como à sexualidade (e.g. 138H - "*além da troca de olhares, pomos em palavras que gostamos um do outro...é um diálogo que permita que a melhor amiga dela não sabe mais sobre a tua intimidade do que eu e vice-versa...somos nós o casal, não é? Intimidade é estar totalmente com...*").

No que se refere à necessidade de autonomia na relação, as mulheres não a manifestam, com excepção de 99M que alude à necessidade de "*espaço mental, o bem-estar pessoal*" e de 138M em relação a espaço e tempo só para ela. No casal 158, M menciona até a necessidade contrária, mais proximidade. Em metade dos homens pertencentes a este grupo, a necessidade de ter um tempo e espaço pessoais é bem manifesta (99H, 138H, 158H, 218H).

O estilo de vinculação dominante é o *seguro* para os dois membros do casal em seis dos oito casais. Nos casais 99 e 138, o estilo de vinculação dominante é o *evitante amedrontado* para as mulheres e, *seguro*, para os homens.

Os oito casais evidenciam todos um grande investimento na relação (e.g.132 H – "*Além disso, eu casei porque estava apaixonado por ela, não vamos discutir o que é a paixão. Há pessoas que são assim muito apaixonadas, assim de grandes arrebatamentos, e há pessoas que são apaixonadas de outra maneira...Acho que ela é bonita, muito simpática e gosto de conversar com ela... O importante é gostar dela e querer continuar. Nunca tomei nenhuma decisão, sem ter em conta que estou casado e que tenho filhos*"; 138M - "*Têm sido tempos muito bons e intensos...ser casada com ele parece que já faz parte de mim, há muito tempo*") manifestando a certeza (para alguns, intenção) de que a relação conjugal se mantenha para sempre (e.g.103 M - "*Na minha perspectiva de uma relação a dois, a pessoa não pode ir metade, nem ¼, nem pode ir quase tudo, a pessoa tem que empenhar-se totalmente, tem que se atirar de cabeça,*

arriscar, confiar no outro e tudo o que se faz tem que ser construtivo. Existe Deus no meio de nós, somos três e isso ajuda apesar de, humanamente, errarmos. Mas tenho a certeza que estou casada com a pessoa certa, e os momentos de crise não põem em causa a relação" ; 132 M - "*nunca se sabe o dia de amanhã...quando há filhos, tem que se pensar duas vezes, há responsabilidades que quis assumir e que, portanto, tenho que levar até ao fim. Mas nunca tivemos qualquer tipo de divergência que nos levasse a pôr a hipótese de não viver juntos. Ele é boa pessoa, tem montes de qualidades, portanto, não tenho que ir procurar nada a outro lado, o que me falta tenho que procurar aqui!*").

O grau de satisfação com a relação conjugal é elevado, variando entre muito (6) e totalmente satisfeito (7) (e.g. casal 99: M - "*Além de me sentir feliz por estar casada com ele, sinto que ele vai puxando por mim para melhor; ensina-me coisas que me fazem andar para a frente, sinto-me a crescer*"; H – "*Para mim, o mais importante, é vê-la feliz*"; 158 M - "*...e depois, eu tive aquela certeza 'Ele só vai ser feliz comigo e eu só vou ser feliz com ele*"). Em todos os casais, há acordo no grau de satisfação excepto no casal 103, em que a mulher atribui um grau inferior.

Ideologia de Género

Relativamente aos papéis familiares e profissionais, os diferentes casais deste grupo referem não existir especificidade pelo facto de 'ser homem ou mulher' (e.g. 189H - "*Para os homens, é muito fácil e mais natural a articulação dos diferentes papéis porque tradicionalmente o homem sempre foi marido, pai e trabalhador (...)Temos a mesma profissão mas há, tacitamente, uma coisa assumida ou subentendida que, supostamente, eu teria mais tempo para a profissão e a M, por opção, teria menos. Eu associo isto a sermos homem e mulher até porque se dá a coincidência de, hoje em dia, este ano, por uma série de factores, a M ir ganhar mais dinheiro do que eu*".

Não seria, portanto, um problema de capacidades, estão aptos a fazer tudo. (e.g. 103 M - "*Os nossos três filhos são pai, pai, pai, porque ele é óptimo, porque ele dá muito bem banho e o jantar. Tu fazes isto tudo e sem sofrimento, és homem, não és mulher, e fazes muito melhor do que eu. Nós equilibramo-nos bem como pais...tu, só não sabes conjugar as roupas*", 103H - "*as crianças naturalmente podem receber das mães coisas que, dos pais, não. Eu não estou a dizer que não tenha mais jeito do que*

tu. Nela, o ser mãe tem um afecto diferente, sinto que as crianças se completam mais com essa atenção; sinto que faz parte, que é natural. A M cansa-se bastante no relacionamento com eles, fica com a cabeça em água...".; 158 H– "*Eu não me preocupo com nada de casa. Zero. Não tenho nenhuma preocupação, nem nas compras. Eu acho que isto tem a ver com as relações no casamento logo no início porque se marcam certos territórios e, portanto, se o marido ajuda muito ao princípio, depois está tramado. A verdade é que as mulheres fazem mais bem feito, com menos tempo e mais eficientemente. É uma questão de educação, se se tivesse desde pequeno habituado a fazer isso, concerteza que também era capaz*". 158 M - "*Eu, todos os dias em que chego a casa às 8h e vejo os miúdos penteadinhos, com uns pijamas amorosos, já jantadinhos, a vir dar um beijinho à mãe e a mãe conta uma história e mete-os na cama; eu estou fresca. Muito mais fresca do que quando chego a casa e as crianças amorosas fazem dez birras porque não querem tomar banho, batem 100 vezes porquê, não querem não sei o quê. Sabes qual é o conselho que se dá a quem acabou de ter um bebé? Que o teu marido mude logo as fraldas porque se não muda logo na primeira semana, nunca mais vai mudar na vida. Se ele diz não consigo mexer, diz qualquer coisa ou inventa uma história, mas põe-no a mudar a fralda!*".

Concluem, em geral, que a divisão de papéis que se verifica nos seus casos não teria de ser aquela, excepto no que se refere ao papel parental relativamente ao qual o papel de mãe é diferente do do pai, por natureza. (e.g. casal 158 - "*Isso é tarefa de mulheres, se for preciso eu faço....Agora tudo o que é dar banho aos miúdos, vesti-los, dar de comer é com a M. Por ser mãe, está mais apta a cuidar das crianças, claro, isso nitidamente.. para mim também não dava assim muito jeito andar aí aos beijos, quer dizer sou carinhoso, mas...*"; M – "*Ó querido, desculpe lá, dar banho e vestir os filhos é uma seca! Então tu achas que eu gosto de vestir os miúdos? De manhã? Não, eu estou é habituada, e faço melhor porque estou habituada, mas não concordo, acho que cá em casa resulta assim, mas não é uma verdade universal*"; *189M -Eu acho que o papel de mãe é diferente do de pai. Por exemplo, se algum dia tivesse que fazer uma opção, se não houvesse ninguém para ficar com as crianças, acho que era eu quem prescindia da profissão...Mas, nas coisas pequeninas do dia a dia, os papéis vão-se trocando. Eu considero que ser mãe, isto é por causa do meu feitio, implica ser eu a ficar em primeiro lugar com as crianças. Eu vejo que, com muitos dos meus amigos, os papéis são menos clássicos, mas era-me difícil aceitar que esse papel fosse predominantemente assumido pelo H....A mim, o fim de tarde, com as crianças dá-me*

um enorme gozo, estar em casa. De vez em quando, tenho semanas de picos de trabalho, e não consigo estar com os miúdos como quero e isso desequilibra-me totalmente. Mas acho óptimo que ele faça programas com eles...eu tenho um bocado culpa de fazer demasiado tudo"; 218M – "*...mesmo os filhos têm uma preferência nítida por ser a mãe a fazer certas coisas com eles...eu tenho aquela concepção, um pouco antiquada, da mãe ser a figura principal e, o pai, mais exterior e autoritário)*

No que se refere às características psicológicas específicas do homem e da mulher, os casais deste grupo são unânimes quanto à diferença de sensibilidade, as quais ditariam interesses diferentes e se traduziriam, no geral, em mulheres mais afectivas, sensíveis, expondo-se mais e gostando de comunicar; homens mais racionais, objectivos, seguros, introvertidos. (e.g. 103 H -"*Aquilo que eu acho é que o físico e o mental são um só...pensar que as diferenças entre homens e mulheres são só estereótipos, dado assistirmos a uma miscelânia de comportamentos, é fugir da normalidade, não é natural*"; 132 M "*O facto de ele ser um pouco reservado atribuo, em parte, ao facto de ser homem. Não quer dizer que sejam todos assim, mas os homens são menos expansivos, mais introvertidos, têm menos necessidade de explorar os sentimentos, as mulheres expõem-se mais*"; 174M -"*sou capaz de captar um certo número de coisas que ele, por ser homem, não está tão sensível...as mulheres têm um sexto sentido, são mais subjectivas e, eu, como mulher, tenho imensa necessidade de falar sobre as coisas. O H, se calhar acha que os assuntos já estavam arrumados e eu preciso de ouvir duas vezes a mesma coisa*").

No entanto, dos oito elementos masculinos deste grupo, quatro (132H, 138H, 174H e 218H) afirmam que as diferenças não são fundamentais, sendo que 138H é peremptório ao afirmar que "*Conversar sobre a relação não é masculino nem feminino! Esse é o maior cliché da História!! Isso, acho graça, porque justificar a ausência de diálogo com algo de genético, não me cabe na cabeça. Eu acho que conversar ou é infrutífero e é irritante, ou é frutífero e põe a pessoa à prova....Na nossa análise, por vezes, é doloroso quando falamos da nossa relação e nos obrigamos a confrontar-nos a nós próprios com as nossas coisas. A teoria é a de que é muito mais fácil aturar os clientes e o emprego do que a mulher e os filhos, por isso é que as pessoas ficam muitas horas a trabalhar, não é porque precisem ou para ganhar muito dinheiro. É porque é muito mais fácil gritar no escritório do que confrontar-se com o seu egoísmo, o seu mal-estar com a pessoa de quem se gosta!*"; assim como 132H - "*Eu não partilho muito essas teorias, para além das características físicas, não considero que ela tenha*

outras diferentes por ser mulher, não gosto de generalizar, criam-se estereótipos ....pensando melhor pode haver diferenças mas não são fundamentais...não implicam aquela história do homem funciona de determinada maneira e a mulher...acho que há homens mais parecidos com mulheres e, mulheres, que funcionam mais como homens".

No que se refere à expressividade/instrumentalidade auto-relatada, verificamos que dos oito casais, só o 132 apresenta uma das classificações invertida (132M atribui a si própria características de instrumentalidade que permitem classificá-la como de tipo *masculino* enquanto 132H atribui a si próprio características elevadas de instrumentalidade e de expressividade, tipo *andrógino*). Dos restantes sete casais, encontramos as seguintes situações:

- mulher atribui a si própria mais características expressivas (tipo *feminino*) e marido atribui a si próprio mais características instrumentais (tipo *masculino*) – casais 103 e 138, 158;

- mulher e marido atribuem a si próprios características expressivas e instrumentais em grau elevado (tipo *andrógino*) – casais 99 e 174;

- mulher atribui a si própria mais características expressivas (tipo *feminino*) e marido atribui a si próprio características expressivas e instrumentais em grau elevado (tipo *andrógino*) – casal 189;

- mulher atribui a si própria características expressivas e instrumentais em grau reduzido (tipo *indiferenciado*) e o marido atribui a si próprio características mais instrumentais (tipo *masculino*).

Ideologia Conjugal

O que faz uma relação conjugal funcionar originou, obviamente, respostas diferentes, das quais podem destacar-se os seguintes aspectos comuns: gostar/amar (e.g. 138M – "*o sentimento de gostar e de ser gostada*"), processo que se constrói todos os dias através do diálogo (e.g. 99M – "*ser feliz e perceber que o outro nos faz melhores pessoas*"), existência de um projecto comum de acordo com valores e princípios (e.g. 99H – "*pensar que aquilo que é importante para ela, passa a ser importante para nós também*"), abertura aos outros (e.g. casal 103 – "*não é só estarmos dentro a construir o ninho, é bom construir outras coisas, ajudar os outros, os dois*"; 174H – "*Acho muito saudável as famílias numerosas em que as várias idades se vão dando todas e em que se consegue estar muito bem*"), sintonia (e.g. 189M – "*ser casada com ele já faz parte*

de mim. É uma identidade, sem deixar de ser ele e sem deixar de ser eu"), humor, perdoar (e.g. 158M – "*saber que também se pode crescer nos momentos menos bons, é tudo uma questão de vontade e de esforço*"), vontade de continuar (e.g.132 H – "*O casamento constrói-se todos os dias e, estar apaixonado é fundamental, bem como o respeito mútuo e a vontade de continuar*"). Três casais (103, 138 e 174) referem explicitamente o namoro como tendo sido fundamental, no caso deles, para criar os alicerces da relação (e.g. 138 H – "*...no nosso caso foi fundamental por causa das bases e de muita coisa ter ficado decidida*"; 174 H – "*É uma semente que deu frutos, no nosso caso, permitiu desenvolver o respeito, o diálogo e ter a meta de ultrapassar as coisas*").

É comum a todos os casais a escolha pelo casamento religioso que celebraram. Dos oito casais deste grupo, sete, consideram que o tipo de relação que têm é diferente pelo facto de terem celebrado casamento religioso, por causa do valor do sacramento (e.g. 138H - "*Nós achamos que somos felizes e conseguimos, porque temos a graça de Deus connosco, recebemos um sacramento que nos ilumina e ajuda de facto. É qualitativamente diferente dos outros casamentos*"; 158M – "*O sacramento é uma bateria de apoio*"; 189M – "*Ser casado é projecto de felicidade...na minha perspectiva nunca mais se deixa de estar casado, é um sacramento...Nós casámos catolicamente, não por causa de expectativas sociais e familiares, mas por convicção*"; 218 H – "*O que diferencia este compromisso de outros é acreditar que existe Alguém superior a nós, com quem podemos contar e de quem dependemos*"). Por sua vez, 132 H esclarece - "*não foi o ter casado pela Igreja, que até nem sou praticante, que me faz ficar junto. O importante é gostar dela e querer continuar. Nunca tomei nenhuma decisão, sem ter em conta que estou casado e que tenho filhos*".

3.1.2. Grupo dos Casais com Tipo Conjugal Independente – ii, ia, ai

ii			Casal 8 (25a)	Casal 46 (27a)	Casal 90 (5a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	Professora, 8h, sat.	Public., +8h, sat.	Psicóloga, + 8h, sat.
		H	Investigador,+8h, sat.	Seguros, 8h, insat.	Eng.Inform.,+8h, sat.
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D> T>	D< T =	D = T =
		H	D< T<	D> T =	D = T =
	Parentais	M	educ. e cuidar =	Educ. e cuidar < (permissiva)	educ. e cuidar =
		H	educ. e cuidar =	Educ. e cuidar > (controlador)	educ. e cuidar =
Poder	Decisões		Em conjunto, por diálogo e consenso, definem prioridades	Processo de partilha e respeito, automatizado de acordo c/ áreas de influência	Processo igualitário
	Áreas de Influência	M	Gestão casa, empregada	Compras, decoração	
		H	Gestão financeira	Casa, Filhos	Gestão financeira
	Troca/ Mutualidade	M	Há contabilidade do dar e receber	'As complementaridades geram dependências horriveis e conflitos'	Há contabilidade do dar e receber
		H	Há contabilidade dar e receber		Há contabilidade do dar e receber
Conflitos	Áreas de Desacordo		Gestão financeira, famílias de origem, arrumação, autonomia vs relação, ciúme	Gestão do tempo de M., pouca atenção que dá a casa e aos filhos	Conciliação dos papéis, público e privado
	Reacção Conflito	M	Interioriza, distancia-se	Distancia-se mais	Iniciativa de resolver, falar
		H	Fala mais facilmente	Exterioriza, fala mais	Interioriza, distancia-se, ou implica
	Estratégias de Resolução		Falar logo, para resolver ou parar e retomar com calma, humor.	Não evitar nem amuar, falar logo, conflitos são inevitáveis e passam com tempo	Parar para retomar com calma. Detestam cedências e submissões, procuram soluções de compromisso.
Intimidade	Definição	M	Conversar, estar junto, sexualidade, partilhar	Partilha de tudo, bom e mau, sexualidade	Guardar privacidade do que é do casal
		H	Falar de tudo e expressar fisicamente que se gosta, sexualidade	Partilha de tudo e que é segredo para terceiros	Guardar privacidade do que é do casal
	Autonomia	M	Não manifesta necessidade	Não necessita muito	Quer mais proximidade
		H	Necessita muita autonomia	Necessita muita autonomia	Necessidade de autonomia
	Vinculação	M	A (segura)	A (segura)	A (segura)
		H	A (seguro)	D (evitante desligado)	A (seguro)
Compromisso	Estabilidade e continuidade		Já houve ruptura desejam continuar, mas nunca se sabe.	Já houve ruptura, desejam continuar.	Desejam continuar
	Satisfação	M	6	6	6
		H	6	6	6
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Não tem que haver papéis específicos	Não há papéis específicos 'ele é quem refila, por eu chegar tarde'	Não tem que haver papéis específicos
		H	Idealmente não tem que haver papéis específicos	Há disponibilidades e interesses de cada um	Não tem que haver papéis específicos
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M		Não há diferenças específicas	m. mais de pormenores, h analisa mais globalmente
		H		Não há (e.g. Eu sou mais sensível)	Não há diferenças específicas
	Conjugal: Funcionalidade		Relações bem sucedidas não existem sem trabalho, conquistam-se	Amor, respeito, aceitação mútua, satisfação. Não vale a pena esforçar. Humor.	Gostar, harmonia, defender mesmos valores, respeitar individualidade. Rir. Lutar para superar crises.
	Conjugal: Tipo de Compromisso		Casamento = união de facto	Casamento = união de facto	Casamento é diferente de união de facto, juridicamente
Expressividade		M	F (tipo feminino)	M (tipo masculino)	A (tipo andrógino)
Instrumentalidade		H	A (tipo andrógino)	M (tipo masculino)	M (tipo masculino)

ia ai			Casal 215 (19a)	Casal 216 (9a)	Casal 217 (12a)	Casal 219 (13a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	direct.fin., +8h, sat.	médica,+8h, sat.	rec.hum.,8h.sat	psicól., 8h, sat.
		H	professor, 8h,insat.	téc.seg.,8h	eng., 8h	téc.el., 8h, insat.
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D> T =	D= T<	D>.T>	D> T>
		H	D< T=	D= T>	D< T<	D< T<
	Parentais	M	educ. e cuidar<	educ. e cuidar =	educ. e cuidar>	educ. e cuidar>
		H	educ. e cuidar>	educ. e cuidar =	educ. e cuidar<	educ. e cuidar<
Poder	Decisões		Falam, M decide	Relação Igualitária	Falam, M decide	Falam, M decide
	Áreas de Influência	M	Gestão casa e financeira	Decoração	Gestão casa, empregada, filhos	Gestão casa, financeira, filha
		H	Instrução e cuidado do filho	Carros	Gestão financeira, impostos	
	Troca/ Mutualidade	M	Fazer o que gosta sem imposição	Dar gratuitamente	Não há dar gratuito	Dá em troca de
		H	Não contabilizam		Dá gratuito	Dá se receber
Conflitos	Áreas de Desacordo		Conflitos com o filho, rotina diária	Família de origem, rotina diária	Feitios, rotina educação filho	Finanças, rotina intimidade,
	Reacção Conflito	M	Exterioriza, grita, passa rapidamente	Mais insistente, discute mais	Impulsiva, pensa c/coração, fala e esquece.	Iniciativa de falar, resolver logo, a quente
		H	Não exterioriza tanto, esquece facilmente	Evita, coisas resolvem -se por si, tolerante	Mais comedido, pensativo, acaba por falar	Evita, silêncio, deitar é 'escapatória'
	Estratégias de Resolução		Diálogo, calma	Parar e retomar mais tarde a resolução.	Discutir tudo, à frente de todos.	Resolver a quente
Intimidade	Definição	M	Clima, compreensão mútua, adivinhar, sexualidade	Partilhar muito do que somos, e mais ninguém. Mais marca nossa que individual, mais parecidos	Sexualidade, cumplicidade, conhecimento total	Tudo o que vai da sedução à consumação do acto sexual
		H	Partilha total, adaptação mútua. Processo que se constrói.	Processo moroso e difícil. Partilha	Existe, evolui naturalmente, não se constrói.	Falar, partilhar, sexualidade.
	Autonomia	M	Espaço pessoal	Muito importante	Não manifesta necessidade	Necessário
		H	Não manifesta	Muito importante	M. importante	Não manifesta
	Vinculação	M	A (segura)	D (evit.desligada)	A(segura)	C(preocupada)
		H	A (seguro)	A (seguro)	B (evit.amedr.)	A (seguro)
Compromisso	Estabilidade e Continuidade		Desejada. Pode haver alternativas	Desejada	Acomodação, amizade	M põe condições de mudança
	Satisfação	M	6	6	5	4
		H	6	6	4	5
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Não há papéis específicos	Não há papéis específicos, excepto mãe	Não há papéis específicos	Teoricamente não há;
		H	M orientada para carreira; H p/a família	Se houvesse, nós não funcionávamos	A divisão tradicional não tinha que ser	A divisão tradicional não tinha que ser
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M	As diferenças que existem devem-se à cultura	Sensibilidade diferente sobretudo para os filhos	m. indirectas, emotivas perspicazes, h mais racionais	Diferenças nos tempos de reacção sexual, o resto é cultural
		H	As diferenças que existem devem-se à cultura	mulheres emotivas se bem que também se verifique o contrário	As diferenças são função do contexto	Diferenças nas características sexuais
	Conjugal: Funcionalidade		Respeito, tolerância, confiança, não impor mudanças. Abertura aos outros.	Ideias parecidas sobre a vida, educ. dos filhos, interesses. Não ir pelo lado fácil, construir todos os dias a relação. Respeito. Com o tempo a relação melhora	O tempo ajuda a conhecer, fica a amizade. Crescer com desencontros.	Não explicitam. Referem expectativas não cumpridas e necessidades
	Conjugal: Tipo de Compromisso		Casar = união facto	Casar = união de facto	Casar = união de facto (para H)	Casar = união de facto
Expressividade			A (tipo andrógino)	I (tipo indiferenciado)	I (indiferenciado)	F (tipo feminino)
Instrumentalidade			F (tipo feminino)	I (tipo indiferenciado)	M (t. masculino)	I (indiferenciado)

Quadro 7.2 – Quadro-resumo dos resultados das variáveis estudadas no grupo dos casais de tipo conjugal *independente – ii, ia e ai*

Papéis Familiares e Profissionais

Os elementos dos casais que compõem este grupo exercem a sua actividade profissional durante, pelo menos, 8h diárias – quatro das sete mulheres e dois dos sete maridos afirmam exceder aquele número de horas e afirmam-se satisfeitos nas respectivas profissões (e.g. casal 215: M - *A minha independência passa pela independência económica. Sempre tive muitos objectivos profissionais, é um gosto, agora queria mudar e não consigo. Quando tenho tempo para pensar, questiono o tempo que temos para estar juntos e, às vezes, faço tentativas de mudança, só que depois vou para o trabalho e aquilo absorve-me e esqueço-me que eu própria pensei dar mais atenção a mim, à família, e já chego a casa mais cansada e, pronto, volto ao mesmo*". H - "*nunca tive grandes objectivos de carreira profissional, tenho mais disponibilidade para tudo, dedico-me a ela e a tentar desviá-la da profissão*"; 216 H - "*A nível profissional há coisas interessantes, mas perde-se muito da vida. No entanto, quem, como eu, trabalha numa empresa em que todos os anos há reestruturações, tem que ter muita capacidade de adaptação e a pessoa tem que sobreviver a isso, o que implica grande disponibilidade para a profissão*").

No que se refere aos papéis domésticos, nos três casais em que a mulher não trabalha mais do que 8h (casais 8, 217, 219), a organização e realização do trabalho doméstico estão mais a seu cargo, por comparação com os respectivos maridos. Nos restantes casais em que as mulheres dedicam à sua profissão mais tempo, encontramos situações todas diferentes:

- o casal 90 é o único a declarar gerir e realizar o trabalho doméstico de forma equitativa (o mesmo acontecendo nos papéis parentais) (e.g. M - "*A regra fixa é que todos fazem o mesmo. O que há fixo é não haver fixo. Eu limpo mais a cozinha e, ele, mais a casa de banho. Cada um passa a sua roupa a ferro...não fizemos aquela distribuição tradicional de tarefas*". H - "*Não há nada fixo em relação a decidir o que é o jantar, quem o faz, os banhos delas. Em algumas situações, dava jeito ser um pouco mais planeado...muitas vezes vou ao supermercado fazer compras e esqueço-me de algumas coisas*");

- os casais 46 e 215 afirmam realizar as tarefas em igualdade de circunstâncias, mas enquanto no primeiro casal é o marido quem é responsável pela organização e gestão da casa, no segundo casal, é a mulher;

-por último, no casal 216, afirmam ser os dois responsáveis pela gestão da casa, mas ser a mulher quem realiza menos as tarefas domésticas (e.g. 216M - "*É tudo um*

bocado dividido conforme as disponibilidades ou as impossibilidades de cada um. Neste momento, ele é que está mais prejudicado por causa das minhas urgências hospitalares, é o mais solicitado para as coisas de casa. Também temos empregada. Até gosto de cozinhar, mas, se não estou em casa, é impossível).

Relativamente aos papéis parentais, e nos casais cujas mães dedicam mais tempo à profissão, verificamos duas situações:

-cuidados e educação dos filhos em partilha igual (casais 90 e 216);

-preponderância do pai nos cuidados e educação dos filhos (casais 46, 215) (e.g. 46M: - "*A vida não está para grandes coisas, os filhos sempre foram independentes. Eu, como mãe, sempre fui mais liberal, permissiva e balda. Investi na profissão e estava descansada porque ele controlava tudo. As tarefas não estão ligadas ao ser pai e homem e mulher e mãe. O pai sempre mudou fraldas, tratou dos filhos, ele é que se encarregava da saúde familiar. Tem a ver com a nossa organização e com a personalidade e diferenças de cada um, a disponibilidade e os interesses. Eu sentia-me culpabilizada mas aprendi aquele raciocínio que a qualidade não tem a ver com a quantidade (...). Para todos os efeitos, aquilo que eu consegui ou consigo fazer, também se deve a ele, pela disponibilidade que tem, porque senão eu era a super-mulher que faz tudo e mais um par de botas com maridos a entrarem em casa às 8 ou 9 h da noite. Realmente sou uma privilegiada. Os nossos filhos já estão muito pouco em casa. Ele é que impõe as regras aos miúdos, mas há muito poucas regras*").

Nos casais em que a mãe não dedica tanto tempo à profissão, verifica-se que ou partilha com o marido a educação e prestação de cuidados aos filhos (casal 8: M – "*Eles percebem que, no geral, eu sou mais contra e o pai a favor*"; H – "*É, eu dou mais autonomia; há só algumas regras, e eu gosto muito de promover reuniões de família para discutir assuntos e combinar regras*"), ou tem preponderância no desempenho desse papel (casais 217 e 219 : 217H – "*A direcção da educação do nosso filho está a cargo da mãe*"; 219M - "*Eu aqui também sou líder, ele acomoda-se nos cuidados com a filha. Eu estou a gostar imenso, mas é cansativo porque também tenho que lhe estar sempre a dizer o que há-de fazer*).

Poder e Influência

O processo de tomada de decisão foi definido, pela maioria dos casais deste grupo, como sendo tomado em conjunto para as decisões macro, e "*automatizado de acordo com as áreas de influência de cada um*" (46H), nas decisões micro. Fazem

questão de caracterizar a relação como igualitária (e.g. 216H – "*Se um disser que não, isso resolve-se, respeita-se, não impomos ideias*"). No entanto, em três casais (215, 217 e 219), é mencionado que, em última análise, é a mulher quem decide mais (e.g. 215H - "*Ela é mais racional e objectiva e, apesar das coisas se discutirem, ela é quem toma as decisões*"; 217 H – "*O resto é meia, meia, mas mais de 80% é ela que decide*"; 219 H – "*Eu sinto-me um bocado* teenager – *que é gostar de* rock, *de andar com o tubo de escape roto, de tocar viola – e as palavras dela são um pouco mais ponderadas*").

As áreas de influência são muito diversificadas, verificando-se, em alguns casais, uma atribuição diferente da que é mais usual: gestão financeira a cargo da mulher (215M e 219M - "*vai passar a haver duas contas para o ordenado de cada um e, cada um paga metade das despesas da casa, porque ele tem o hábito de desatar a gastar sem perguntar e eu não sou obrigada a pagar os gastos dele*"); educação e cuidado dos filhos a cargo do marido (46H e 215H) (e.g. 215M - "*a maior parte das vezes que o nosso filho estava doente, o pai é que ficava com ele porque era menos penalizante para a carreira dele*").

No que se refere à noção de justiça na partilha, quatro em sete casais referem avaliar o contributo de cada um para a relação (e.g. 8H "*como sou responsável por saldar as despesas grandes, também trabalho menos em casa*"; 90M – "*Quando ele chega a casa, eu já estive 4h sozinha com elas e estou muito cansada mas, quando saio semanas por causa do trabalho, ele fica sozinho e trata de tudo. Quando chego, apanho 15 dias a fazer tudo sozinha, porque ele está farto e isso é fonte de conflito.*"; 217 M – "*Eu acho que ninguém dá nada sem esperar algo de troca...*"). O casal 216 menciona o princípio do dar gratuitamente, e os casais 46 e 215 são defensores de se dar em função do que cada um gosta, sem imposições (e.g. 215 M - "*Cada um tem que perceber que não está a contar o que o outro faz. Primeiro, se fizerem as coisas de que gostam mais, não custa tanto a fazer as tarefas. Começa por aí, se forem obrigados, ninguém faz bem, cansa e, numa altura menos boa, isso vem ao de cima (...)Eu dou porque sinto que quero, aliás obrigada nunca funcionaria, tem tudo que ser espontâneo e ser sentido...eu não cobro...não é o esquema 'se eu limpo a casa, tu também tens que limpar, se eu lavo 20 camisas, tu também tens que passar 20 camisas'*").

Conflitos: reacção e resolução

No que se refere a áreas de desacordo, as mais citadas são a gestão dos diferentes papéis, a rotina diária e a gestão do tempo público e privado (e.g. casal 46: M

- "*sempre dei menos atenção à casa, a ele e aos filhos*" e H – "*Acho que ela era escrava do trabalho e, não prestar atenção à casa era o menos, o pior eram os filhos*"; 216M - "*Tenho esquemas de urgência hospitalar muito pesados, ao fim de semana trabalho 24h, e este estilo é inevitável, porque é a minha carreira e já estou a fazer o mínimo. Há muitos momentos que não partilhamos e, isso, está a dar-me a volta à cabeça, sinto que estou a perder vivências*").

A reacção ao conflito segue o seguinte padrão em cinco dos sete casais: mulher exterioriza mais, fala e tenta resolver logo o problema/conflito; o marido evita, distancia-se, não exterioriza tanto, dá tempo. Este padrão inverte-se nos casais 8 e 46.

Como estratégias de resolução dos problemas/conflitos encontram (ou ainda não encontraram) caminhos diferentes:

- falar logo e resolver 'a quente'(casal 219), à frente seja de quem for (casal 217) (e.g. 217M – "*Eu reajo muito a quente, sou muito impulsiva, não penso com o cérebro, penso com o coração, digo logo tudo ali e, depois, não guardo rancor. Ele é mais comedido, pensa duas vezes antes de falar e amadurece antes de me chamar a atenção*"; Casal 219: M – "*...eu não desisto facilmente e vou picando, picando, picando...ele vai-se deitar e eu vou atrás dele porque o silêncio dele, a não resposta é problemático, é difícil conseguir gerir. Para mim, quando há problemas têm que ser resolvidos e no momento, enquanto as coisas estão a quente, porque depois passam. Se calhar não é a melhor maneira, mas é a minha*"; H - "*eu reajo muito mal, não violentamente, mas tentando passar para outra dimensão, vou-me deitar. Normalmente, ela é que provoca e zanga-se e eu, então, sinto-me sem forças e vou-me deitar, é a minha escapatória, porque não tenho argumentos. E acaba por não se falar, porque eu acabo por esquecer outra vez*").

- parar e retomar mais tarde a resolução (casal 90, 215, 216) (e.g. 90M -"*Nós somos mais o género de não adormecer sem resolver o problema, a não ser que seja muito tarde. Já me aconteceu um dia estar furiosa, sair e ir ao cinema e, depois, voltar bem-disposta e falar*");

- proceder das duas formas conforme a situação (casais 8, 46) (e.g. 8M – "*refilamos logo, não andamos a remoer e, por vezes, explodimos e depois passa, agora já conseguimos algo que considero bom que é parar um bocadinho, pensar e depois falar com mais calma e, também, a utilização do humor*").

O casal 90 refere explicitamente resolver os conflitos através de soluções de compromisso porque "*detestamos cedências e submissões*" (90H).

Intimidade e Compromisso

Associada à concepção de intimidade aparecem, com mais frequência, as designações de partilha, falar de tudo, privacidade relativamente a terceiros, conhecimento profundo mútuo (e.g. 8H - "*é contar a nossa privacidade um ao outro, falar de tudo, olhar, abraçar, beijar, dizer que a amo, entregar-se um ao outro, a sexualidade*"; 216 M -"*com o tempo ficámos mais semelhantes, mais próximos, mais em sintonia e compreendemo-nos melhor de tal modo que, hoje, há uma marca nossa em vez de marcas individuais*"). A sexualidade é tão referida pelas mulheres como pelos maridos (e.g. 46M - "*partilha de todos os momentos, sentimentos, problemas, o bom e o mau e uma sexualidade bem resolvida*").

A necessidade de autonomia no âmbito da relação conjugal é referida como muito importante em cinco, dos sete maridos e, em quatro, das sete mulheres. (e.g. 8 H - "*Eu acho que tem que haver compromisso, mas as pessoas não têm que abdicar de tudo para o outro*"; 46 M - "*há uma independência que se ganha com o tempo e que é importante. As complementaridades geram dependências horríveis e daí é que se geram os conflitos*"; 215M - "*Ele gosta de motas e de livros, eu gosto de roupas e respeitamos o gosto um do outro; ele janta com os amigos dele e eu vou jantar com os meus; se for almoçar com um amigo, ele não vê mal nenhum nisso; sabe perfeitamente que é um amigo, se for mais alguma coisa ele também sabe*"; 216H - "*A intimidade é um processo que se aprende, que é moroso e difícil ...há um aspecto reservado dentro de nós e que é necessário dizer ao outro que se precisa de mais espaço e de ser compreendido*").

Relativamente à vinculação predomina o estilo *seguro* no relato que cada pessoa fez do seu modo de ser na relação, verificando-se duas definições de *evitante desligado* (46H e 216M), uma *evitante amedrontado* (217H) e uma *preocupada* (219M).

No que se refere à estabilidade das relações, dois casais deste grupo já passaram por rupturas graves tendo, mais tarde, retomado a relação e manifestando intenção de continuar (e.g. 46M - "*a ruptura ajudou a dar um salto qualitativo na relação. A relação conjugal melhorou, adquiriu outra estrutura e compreensão – ser marido e mulher, é hoje, melhor*"; 8H – "*...eu era um bocadinho contra a instituição casamento e, neste momento, não considero alternativas à relação, mas nunca estamos livres disso, não é ?*"). Os restantes casais declaram estar interessados em continuar a viver juntos, se bem que alguns casais refiram condições diferentes:

- o casal 217 refere a acomodação e a amizade (e.g. M - "*não tenho alternativas nem as procuro, não entendo a vida sem ele...há uma idade para tudo na vida ...ninguém é perfeito, não há príncipes nem princesas encantadas. Para procurar pessoas que também têm defeitos que não estão logo à mostra, então deixamo-nos estar um com o outro. Nós temos uma relação, somos amigos. Quando há crises, é preciso pensar que amanhã pode ser sempre melhor*"; H - "*pode haver situações piores mas nunca me passou pela cabeça bater a porta e ir embora, ...não quero o divórcio, por causa do miúdo ia ser mais complicado, depois o aspecto material, seria difícil manter o padrão de vida que temos.... e, não é mal menor, porque nós somos efectivamente amigos*");

- o casal 215 afirma '*não desconsiderar alternativas à relação*';

- no casal 219, M exige mudanças para continuarem (e.g. M - "*Eu aposto nas pessoas e acho que, se ele quiser, consegue limar as arestas que eu digo encontrar nele...se ele não quiser, nós vamos ter que reavaliar a nossa situação. Há uma filha e ela tem uma palavra a dizer. Isto é um desafio para continuarmos...eu continuo a apostar nele por causa de algumas características que continuo a identificar iguais às do meu pai*"; H - "*gosto mais dela agora do que na altura do casamento*").

Nestes dois últimos casais, o grau de satisfação com a relação conjugal actual varia entre o 4 (razoavelmente satisfeito) e 5 (satisfeito), enquanto nos restantes casais é o grau 6 (muito satisfeito) o mais escolhido.

Ideologia de Género

Os sete casais entrevistados são unânimes ao afirmarem não existir, teoricamente, papéis específicos do homem e da mulher. Alguns casais (casais 46 e 215 em que M está mais orientada para a carreira e H para a família; casal 216) justificam com os seus próprios casos (e.g. 216M - "*se houvesse, nós não funcionávamos*"; 216 H - "*as dificuldades foram mais ao nível da aprendizagem, ou seja, eu não estava preparado para essas coisas, mas nunca pensei que a mulher é que devesse ter essas tarefas domésticas...Eu penso que nem as mulheres gostam muito dessas tarefas. No fundo, fazemos porque tem que ser feito*"; 46M – "*o habitual é ser o homem que trabalha mais e chega tarde, a mulher é que refila se ele chega tarde e, aqui, é ao contrário ... como ele é que está mais disponível e perto dos filhos, é ele mais controlador e, eu, mais permissiva, ao contrário do tradicional*"; 215 M – "*O nosso filho não foi planeado, desejava, mas era assim uma coisa distante. Aconteceu, pensei*

seriamente o que havia de fazer; continuei grávida...pelo H, teria três ou quatro filhos. Ele aconteceu muito cedo na nossa vida. Eu vivia muito dividida entre querer estar com ele mas também queria viver muita coisa. Ser mãe foi uma coisa muito bonita, mas nunca fui daquelas miúdas que se imaginam mães com filhos nos braços...às vezes até ficava a pensar, se calhar passa-se qualquer coisa comigo, toda a gente gosta tanto de bebés e eu não me sinto assim muito atraída...Mas foi uma coisa muito bonita que nasceu comigo que eu não fazia ideia. Há grande cumplicidade entre nós mas, agora que eu começo a perceber que o nosso filho vai partir, reaproximei-me do meu marido. O nosso filho é muito partilhado, mas houve fases em que o pai teve muito a incumbência de o acompanhar, tinha muito mais tempo do que eu. Era o encarregado de educação, e ele é que é professor e estudou muito com ele").

Já no que se refere a características psicológicas, não se verifica unanimidade de posições:

- as diferenças são função do contexto (46 M e H, 90H, 215 M e H, 217H) (e.g. casal 46: M - "*para mim o mais grave é o estereótipo das mulheres serem mais sensíveis, elas podem expressar as suas emoções, os homens não...pronto, eu tenho aqueles traços femininos de ir gastar dinheiro na roupa e na casa*"; H - "*Na nossa relação, eu sou muito mais sensível do que ela, exteriorizo muito mais a minha sensibilidade do que ela)*; 217H - "*Não acho que sejam características...em geral não me parece que haja muitas diferenças. A tampa é mais quadrada ou mais rectangular em função do que for para servir...a mulher sempre esteve obrigada a fazer certas coisas e, a mim, convém-me imenso que ela cozinhe e se encarregue do filho*").

- as diferenças são só sexuais (219M e H);

- as mulheres são mais sensíveis, emotivas, indirectas e os homens são mais racionais (216M e H, 217M) (e.g. casal 216: M - "*na mulher há uma certa compreensão nos sentimentos, consegue percebê-los melhor, há uma maior sensibilidade para as crianças; o homem percebe as coisas de uma outra maneira...*", H - "*Acho que as emoções se verificam mais nas mulheres, mas pode haver homens com um lado feminino mais desenvolvido e mulheres com um lado masculino mais desenvolvido e, também, pode ser educação no sentido das mulheres expressarem mais as emoções do que os homens*").

No que se refere à expressividade/instrumentalidade auto-relatada, constatamos que, dos sete casais, só dois apresentam atribuições de características que podemos considerar invertidas: no casal 46, a mulher atribui a si própria características

instrumentais em grau tão elevado como o marido (tipo *masculino*); no casal 215, o marido atribui a si próprio características muito elevadas em expressividade (tipo *feminino*) e, a mulher, características igualmente elevadas em expressividade e instrumentalidade (tipo *andrógino*). Nos restantes casais, encontramos:

- um dos elementos do casal com grau elevado nas características tanto expressivas como instrumentais e o outro elemento casal com predomínio de expressividade (casal 8 - M de tipo *feminino*; H de tipo *andrógino*) ou com predomínio de instrumentalidade (casal 90 - M é de tipo *andrógino*; H de tipo *masculino*);

- um dos elementos do casal com grau reduzido de características tanto expressivas como instrumentais e o outro elemento do casal com predomínio de expressividade (casal 219 em que M é de tipo *feminino* e H de tipo *indiferenciado*) ou com predomínio de instrumentalidade (casal 217 em que M é de tipo *indiferenciado* e H é de tipo *masculino*);

- os dois elementos do casal auto-relatam níveis reduzidos de expressividade e de instrumentalidade (casal 216).

Ideologia Conjugal

Uma relação conjugal bem sucedida é aquela em que há harmonia, gostar, respeito pela individualidade, tolerância (8H – "*Não tenho altas expectativas, os conflitos têm que existir*"), semelhança de valores, humor (e.g. 90M - "*concordar nas coisas essenciais, defender os mesmos valores e deixar que exista espaço de manobra na relação para a evolução individual; divertir e rir em conjunto; lutar para superar as crises*"). Para uns, exige esforço (casais 8, 90, 216), tempo (casais 216, 217), para outros não deve exigir esforço (casal 46, 215) (e.g. 46H - "*se conseguem ser felizes juntos óptimo, se não conseguem acho que não vale a pena fazer o esforço*"). O casal 219 teve dificuldade em explicitar o que faz funcionar um casamento, ficando-se por expectativas não cumpridas e necessidades por satisfazer.

Relativamente ao compromisso estrutural, a maioria dos casais celebrou casamento civil e, os casais 216 e 219, religioso. Os sete casais não encontram diferenças entre união por casamento e união de facto, excepto em termos sociais e jurídicos (e.g. 90 M e H ; 217M - "*casei-me por causa da segurança (apesar de nada ser eterno, acho que encaro a relação de uma forma menos leve do que se tivesse sido união de facto), porque é mais fácil ser filho de pais casados do que de solteiros, por causa das pressões familiares (deixavam de me falar)*").

3.1.3. Grupo dos Casais com Tipo Conjugal Ambivalente – aa

aa			Casal 21 (29a)	Casal 82 (25a)	Casal 122 (28a)	Casal 139 (3a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	Professora, 8h, sat.	Prof.Univ., 8h, sat.	Professora, -8h,sat.	Tradutora, 8h, sat., opção família
		H	Func.Públ., 8h, insat.	Médico, +8h, sat.	Eng., +8h, sat.	Advogado, +8h, sat.
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D> T=	D> T>	D> T>	D> T>
		H	D< T=	D< T<	D< T<	D< T<
	Parentais	M	Educ. e Cuidar>	Educ.e cuidar=	Educ e cuidar>	Educ.e Cuidar=
		H	Educ. e Cuidar<	Educ.e cuidar=	Educ. e cuidar<	Educ.e Cuidar=
Poder	Decisões		As grandes decisões são a dois	Grandes decisões são a dois	Consultam-se sempre	Pensar separado, decisão conjunta
	Áreas de Influência	M	Gestão casa, poupança	Gestão da casa	Gestão casa e família	Gestão casa, compras, decoração
		H	Gestão financeira, impostos	Gestão financeira impostos	Gestão financeira impostos	Gestão financeira, carros, aparelhagem
	Troca/ Mutualidade	M		Dar porque se precisa	Dar gratuito	Dar gratuito
		H			Dar gratuito	Dar gratuito
Conflitos	Áreas de Desacordo		Finanças, famílias de origem, ritmos	Tarefas domésticas, filhas, famílias	Gestão do tempo, famílias de origem, filhos	Rotina diária, stress laboral
	Reacção Conflito	M	Fala e quer resolver logo, provoca	Diz no momento e fica bem	Tenta conciliar	Fala, tenta resolver
		H	Evita, amua, frio, deixa andar 2 dias	Adia, amua, tenta resolver	Reage bruscamente	Evita, isola-se, não fala
	Estratégias de Resolução		Diálogo	Diálogo	Diálogo	Diálogo,aceitar diferenças, retomar c/ calma, desculpar
Intimidade	Definição	M	Cumplicidade, união	Cumplicidade, sentir-se bem com, sexualidade	Cumplicidade, ternura, sexualidade, olhar	Dar-se, sem preconceito do outro
		H	Compatibilidade total	Gostar, sexualidade	Tudo desde que estejamos perto	Dar-se a conhecer; é caminho, sexualidade
	Autonomia	M	Não manifesta nec.	Manifesta nec.	Manifesta nec.	Não manifesta nec.
		H	Não manifesta nec.	Manifesta nec.	Manifesta nec.	Manifesta nec.
	Vinculação	M	D (evit.desligada)	B (evit.amedr.)	A (segura)	A (segura)
		H	C (preocupado)	D (evit.deslig.)	C.(preocupado)	D(evit. desligado)
Compromisso	Estabilidade e Continuidade		Intenção de ser p/ sempre	Intenção de ser p/ sempre	Intenção de ser p/ sempre	Intenção de ser p/ sempre
	Satisfação	M	5	5	7	6
		H	5	6	7	6
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Não tem que haver	Não tem que haver	Teoricamente não	Não tem que haver
		H	Separação rígida de papéis	Separação rígida de papéis, mas na prática a mulher é sobrecarregada	há papéis específicos do h. e da m.	separação rígida de papéis, mas há interesses diferentes
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M	Há algumas: m não desligam das preocupações	Há, mas não especifica	m mais sensível, h mais espírito matemático	h têm falta de sensibilidade para dar apoio
		H	h desligam, não são insensíveis; dificilmente adivinham desejos	Há, mas não especifica	m. mais sócio-afectiva, h mais racional	m. mais dependentes e os h. mais independentes
	Conjugal: Funcionalidade		Gostar, respeito, tudo o que é c/ esforço une, dar-se bem	Gostar, viver com diferenças porque algumas são conciliáveis	Partilha, dar ao outro o que precisa ou sonha. Sentido de família	Sentimento de realização e felicidade, vontade de resolver obstáculos
	Conjugal: Tipo de Compromisso		A diferença do casamento civil e religioso está nos valores	Casamento civil = união de facto excepto socialmente	Casamento religioso e civil são iguais	Por ser sacramento é diferente das outras uniões
Expressividade Instrumentalidade		M	I (tipo indiferenciado)	M (tipo masculino)	F (tipo feminino)	F (tipo feminino)
		H	F (tipo feminino)	A (tipo andrógino)	A (tipo andrógino)	I (tipo indiferenciado)

aa			Casal 171 (7ª)	Casal 173 (10a)	Casal 195 (21a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	Emp.escrit., 8h	Jurista, +8h, sat.	Médica, 8h, sat, opção família
		H	Militar, 8h	Bancário, +8h, sat.	Médico, +8h, sat.
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D< T>	D> T>	D> T>
		H	D> T<	D< T<	D< T<
	Parentais	M	Educ. = cuidar >	Educ.=cuidar> (mais rígida)	Educ. e cuidar> (mais rígida)
		H	Educ. = cuidar <	Educ.=cuidar< (permissivo)	Educ. e cuidar< (permissivo)
Poder	Decisões		Falam, mas H decide mais, consideram que H tem mais poder	Falam, mas M decide mais, a relação é igualitária	Rel. Igualitária ('nenhum de nós tenta persuadir de forma não directa')
	Áreas de Influência	M	Filhos	Gestão da casa, gestão financeira	Gestão da casa, empregada, filhos
		H	Gestão casa, financeira, educação filhos	Carros	Gestão financeira, impostos, compras
	Troca/ Mutualidade	M		Cada um dá o que tem de melhor	Dar gratuitamente
		H			
Conflitos	Áreas de Desacordo		Rotina diária, feitios, famílias de origem, tudo	Ritmos biológicos, pontualidade, conciliação dos diferentes papéis	Filhos (educação, regras, saídas)
	Reacção Conflito	M	Amua, refila, às vezes tem iniciativa de fazer pazes	Iniciativa de falar, diz logo e esquece	Iniciativa de falar, diz logo, explode
		H	Iniciativa de falar, diz logo	Evita, amua (às vezes, uma semana), faz pazes	Evita, introvertido, silêncio
	Estratégias de Resolução		Parar, conversar calmamente, não acumular, não estar muito tempo zangado	Relativizar, ceder, aceitar, esforço para mudar	Diálogo
Intimidade	Definição	M	Algo que se constrói e passa por não esconder nada ao outro	Cumplicidade e partilhar tudo, 'sair de cá de dentro sem limites', rezar juntos	Conversar de tudo sem reservas
		H	'é uma pirâmide em que a base é a confiança e o climax é a sexualidade'	Partilha, 'sei o que os olhos dela estão a pensar', sexualidade	Mostra-se como é
	Autonomia	M	Não manifesta necessidade	Não manifesta necessidade	Não manifesta necessidade
		H	Não manifesta necessidade	Não manifesta necessidade	Não manifesta necessidade
	Vinculação	M	B (evit. Amedrontado)	A (segura)	A (segura)
		H	B (evit.amedrontado)	D (evit.desligado)	B (evit.amedrontado)
Compromisso	Estabilidade e Continuidade		'não consigo imaginar a vida de outra maneira'	Desejo de levar a relação até ao fim das suas vidas	Casados para sempre
	Satisfação	M	7	5	7
		H	6	5	7
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Teoricamente não há diferenças,		A divisão tradicional de papéis não tinha que ser assim, calhou.
		H	mas no caso deles há		
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M		M falam mais e sensíveis; h. mais distantes e pouco sensíveis	m mais sentimentais, intuitivas,
		H			m mais meigas, h mais intempestivos
	Conjugal: Funcionalidade		Gostar, confiança, educar os filhos é projecto principal	Sentir-se feliz na relação, ter projecto conjunto e metas para atingir	Amor, confiança, honestidade, cuidados diariamente
	Conjugal: Tipo de Compromisso		Casamentos religioso e civil são iguais, e diferentes da união de facto pelo reconhecimento social	Casamento religioso é diferente do civil pelos valores	Casamento religioso é diferente do civil pelos valores
Expressividade Instrumentalidade			I (tipo indiferenciado) F (tipo feminino)	A (tipo andrógino) M (tipo masculino)	I (tipo indiferenciado) F (tipo feminino)

Quadro 7.3 – Quadro-resumo dos resultados das variáveis estudadas no grupo dos casais de tipo conjugal *ambivalente – aa*.

Papéis Familiares e Profissionais

Dos sete casais constituintes deste grupo, em cinco, o marido dedica à sua actividade profissional mais do que 8h diárias (e.g.122H – "*o aspecto profissional pesou muito porque, por diversas razões, tenho sido chamado a desempenhar cargos com alguma importância e relevância, e isso tira-me muito tempo*"; 139H - "*Eu sou advogado, tenho uma profissão de desgaste, trago problemas para casa e fico pouco receptivo. Não vivo para a profissão embora goste dela mas, na prática, absorve-me as energias e reflecte-se nos papéis de marido e pai, embora estes me tragam muito mais satisfação do que o papel profissional*"). Existe um único caso – casal 173 – em que o mesmo se verifica com ambos, marido e mulher (H – "*As nossas profissões é o fim do mundo, estamos permanentemente em fases complicadas e vivemos em instabilidade*"; M – "*Não tenho horário e tenho responsabilidades demais*"). Nos casos 139 e 195, as mulheres afirmam ter condicionado as suas opções profissionais ao que consideravam melhor para a sua família (e.g. 139M - "*Muitas vezes estou a roubar o meu tempo individual a favor do tempo de família. Percebi isto ainda no namoro e escolhi uma profissão que me estimulasse intelectualmente e me satisfizesse, mas deixasse tempo livre para a família: saio às 5h!*").

No que se refere aos papéis domésticos, verifica-se que, em todos os casais, com excepção do casal 171, a organização e gestão da casa são da responsabilidade das respectivas mulheres (e.g.122M – "*Na vida de casa, sou uma clássica...de uma maneira, às vezes, quase irritante, eu acumulo porque quero (...) dá-me imenso prazer fazer pratos novos, mimos à rapaziada e aos meus pais...não há dúvida, eu sou o pilar mais forte da parte da família e isso dá-me muita satisfação*"; 173M - "*O que é preciso fazer é dividido por todos...sou muito obsessiva com a organização, eu até tenho pincelinhos para limpar certas coisas. Sou muito refilona e estou sempre a pôr os pontos nos is mas, no fundo, a preocupação é minha, tu ajudas. Eu é que tenho que destinar tudo, as compras, a organização da casa, as roupas. Mas isso também me dá gosto, porque eu gosto de comandar as tropas.*"). Por sua vez, são também as mulheres, quem tem maior preponderância na realização das tarefas domésticas (e.g. 195M - "*todas aquelas coisas chatinhas que uma mulher tem que fazer – decidir o que se faz para jantar, orientar a empregada, acompanhar os miúdos.. quando faço estágios no estrangeiro deixo tudo escrito – quando acordei já era tarde de mais, já era adquirido que eu tinha assumido estas tarefas*"), com excepção do casal 21, precisamente o único, também, em que o marido se declara insatisfeito com o seu trabalho profissional e lhe

dedica o tempo estritamente necessário (e.g. M – "*venho a casa almoçar, dou um jeitinho aqui outro ali e, depois, ao sábado de manhã, vamos às compras e à tarde é para as limpezas. Todos ajudamos*". H – "*Eu aspiro, cozinhar é que não, e tenho a política de que se não se fizer num dia faz-se noutro*").

Relativamente aos papéis parentais, encontramos as seguintes situações:

- em três (21, 122, 195) dos sete casais, as mães referem ter preponderância relativamente aos pais na educação e prestação de cuidados aos filhos;

- os casais 82 e 139 afirmam partilhar igualmente entre si essas tarefas;

- os casais 171 e 173 referem ser da responsabilidade dos dois a educação dos filhos, mas, na prestação de cuidados, a mãe ter preponderância relativamente ao pai (e.g. 171M – "*como ele nunca me ajudou no início, e comecei a habituar-me completamente a tomar conta e então agora não quero, não abdico disso...Eu, às vezes, critico-o 'podes ajudar, podes dar banho aos miúdos e não sei quê' mas, se por acaso, ele for dar banho aos miúdos, eu andava sempre a criticá-lo ou porque não dava bem ou porque não lavava ali, porque eu é que gosto de fazer aquilo. Ele é capaz de fazer tão bem como eu, mas eu não quero*"; 173H – "*Foi excepcional, fiz questão de participar em tudo, estive sempre nos partos dos meus filhos, eu é que cortei o cordão umbilical, de noite eu é que me levanto(...)A mãe é a encarregada de educação, prepara os testes, estuda; eu, quando vou estudar, é tudo muito rápido. A instrução está mais a cargo dela e a educação é da responsabilidade dos dois. Espero passar-lhes valores*").

Em nenhuma destas áreas existia preponderância do pai relativamente à mãe.

Poder e Influência

Todos os casais, com excepção do casal 171 em que é aceite pelos dois cônjuges que H tem mais poder na relação, fazem questão de afirmar que têm uma relação igualitária (e.g.195 M – "*nenhum de nós tenta persuadir o outro de forma não directa*"; 139H – "*não acho que um tenha mais poder do que o outro na relação, é muito equilibrado...mas eu não me importaria de ser chefe de família!*"), sendo as grandes decisões conversadas e tomadas em conjunto (e.g. 173H – "*Ela é perita em conduzir e argumentar as coisas para onde quer. É a formação de base dela, tem muito jeito para isso e, eu, depois, acabo por reconhecer que os argumentos dela são convincentes*"; 173M – "*as posições nunca são tão opostas que exijam esgrimir tantos argumentos que, mais tarde, um de nós possa dizer 'tudo isto foi porque ele ou ela impôs'...não temos nada para atirar um ao outro porque, de facto, não há!*").

Para as outras decisões, existem áreas específicas de influência, verificando-se as seguintes tendências: gestão financeira a cargo dos maridos (e.g. 195H – "*Eu controlo os dinheiros, as poupanças e ela confia. A lembrança de ir a qualquer lado também é minha e de comprar coisas, por exemplo, ela vai para o estrangeiro e, quando volta, eu digo-lhe 'olha, temos um carro novo*") (com excepção do casal 173, em que é mulher quem tem essa responsabilidade: H – "*Eu nem sei quanto dinheiro é que temos, ela é que sabe, deixo tudo ao critério dela, dou-lhe os papéis todos e ela faz a contabilidade, mas falamos sempre!*"); e gestão da casa a cargo das mulheres (com excepção do casal 171, em que H desempenha mais essa função - "*Para mim é muito* stress *pensar o que tenho que fazer agora, depois dali a 5 minutos e depois o que é o jantar e o que não é*").

Relativamente à justiça na partilha, referem agir de acordo com o princípio do dar gratuito, "*fazemos algo porque o outro precisa ou porque não tem disponibilidade para o fazer*" (82 M), "*cada um dá o que tem de melhor de si próprio*" (casal 173).

Conflitos: reacção e resolução

Nas áreas de desacordo mais comuns encontram-se as relações com as famílias de origem, a rotina diária (e.g. 82M - "*As tarefas têm é que ser divididas pelos dois; não é ajudar. Só que as pessoas da idade dele não dividem, ajudam e eu sinto-me sobrecarregada. Agora consigo que ponha a mesa ao jantar*"), a educação dos filhos, gestão do tempo e dos papéis (e.g. 173H - "*Tomara eu ganhar o dobro para que ela, se quisesse, ficasse em casa. Gostava de chegar a casa e ter a mulher em casa e ter o jantar e os filhos e tudo. Sempre pensei nisso. Durante o namoro já sabia que ela queria ter a sua carreira e que andava a estudar para isso, mas também pensava que, se calhar, as coisas podiam vir a encaminhar-se para aí*").

Na reacção ao conflito, o padrão comum encontrado (invertido no casal 171 e para quem tudo é motivo de conflito) é o seguinte: a mulher tem a iniciativa de falar no momento, provoca, tenta resolver ou conciliar (e.g. 21M - "*eu digo tudo na altura, se for preciso, grito e berro, não ando com paninhos quentes, sou muito frontal e tenho que ser eu a forçar a conversa ...mas também, depois, fica falado, não é preciso voltar ao assunto*"); o marido evita ou reage com brusquidão, distancia-se, amua (e.g. 195H - "*quando fico zangado, fico muito introvertido, calo-me, fico amuado ao contrário dela...mas, se me deixassem passar um dia ou dois sem falar, espontaneamente a coisa vem...mas isto para ela é insuportável, ela fica em pólvora. Este é um dos meus grandes defeitos, não falar sobre...*"), deixa andar (e.g. 21H), e tenta fazer as pazes (e.g. casal

173 -"*Ele fica uma semana inteira com aquela cara, amuado, massacra uma pessoa; eu quando estou zangada digo logo e fico bem a seguir, não gosto de ficar com coisas por resolver e, depois, esqueço. Acho muito bem que ele é que dê o primeiro passo porque a culpa foi dele...às vezes há semanas que correm um bocado mal porque ele é muito rígido, inflexível*").

Como estratégias de resolução indicam o diálogo (seis em sete casais), aceitar diferenças, saber parar e retomar com calma, desculpar (casal 139), não acumular em assuntos e tempo (casal 171), fazer esforço para mudar (casal 139: H – "*As dificuldades de diálogo são, por vezes, por preconceito – começamos a discutir e um diz qualquer coisa que não quer dizer nada daquilo, o outro já está a pensar que eu disse aquilo porque....e não é nada, é preconceito* (...) *Há conflitos que se tornam numa agressão verbal ao outro, é quase como se fosse um campeonato a ver quem é que ganha* (...) *Quando se está a gerar uma discussão que já sabemos não vai levar a lado nenhum porque tem a ver com as nossas opiniões diferentes que não vamos mudar, o melhor é: parar e identificar o essencial do que estamos a discutir e, se calhar, discutir noutra altura (não deixando que factores exteriores como um dia stressante tenha efeitos negativos sobre outra pessoa que não tem culpa nenhuma*"; M - "*inicialmente eu, porque sou mais calma e ponderada e controlo-me melhor, é que parava a discussão. Agora fazemos os dois. Também já não há a questão do orgulho na dificuldade de pedir desculpa um ao outro, nem a questão da insegurança com a relação*").

Intimidade e Compromisso

A designação mais utilizada por estes sete casais para definir intimidade é a de cumplicidade (e.g.122H -"*saber a frase que o outro vai dizer*"; 139M - "*dar-se sem preconceitos a conhecer*"); união, conversar de tudo, um olhar (e.g. "*antes dela dizer, sei o que os olhos dela estão a pensar*" -173H), sexualidade (e.g. "*é uma pirâmide em que a base é a confiança e o climax é a sexualidade*" – 171H), rezar juntos (173).

Em quatro, dos sete casais pertencentes a este grupo, não foi manifestada a necessidade de mais autonomia na relação. Por sua vez, os casais 82 e 122 e o elemento masculino do casal 139 manifestam a necessidade de um espaço e tempo pessoais.

No que se refere à descrição que fazem do seu modo de ser na relação, encontramos estilos de vinculação muito diversificados. O estilo *seguro* de vinculação só é auto-relatado pelas mulheres: duas em associação com maridos com vinculação *evitante desligada* (casais 139, 173), uma em associação com marido *preocupado* (casal

122), um em associação com marido *evitante amedrontado* (casal 195). Encontramos, ainda, as seguintes situações: o casal 171 em que marido e mulher se definem, ambos, como *evitante amedrontados*; o casal 82 como *evitante* (mulher *amedrontada*, marido *desligado*); o casal 21 (mulher evitante *desligada* e marido *preocupado*).

Todos os casais mencionam a intenção de que os respectivos casamentos sejam duradouros (e.g. 21M – "*Não é por comodismo que continuamos juntos*"; 171H – "*Casei-me com a minha alma gémea. Não me estou a ver a divorciar-me, não encaixa, não me sentia bem*"), oscilando o grau de satisfação com a relação conjugal entre o satisfeito (grau 5) – casais 21 e 173 - e totalmente satisfeito (grau7) – casais 122 e 195.

Ideologia de Género

As crenças de género relativamente aos papéis familiares e profissionais revelam a posição quase unânime de que, teoricamente, não há especificidade de papéis (com excepção de 173H - "*eu acho que organizar a casa e instruir os filhos é tarefa dela por ser mulher. Eu gostava que ela estivesse em casa, é verdade (...) caminhamos para casais perfeitamente desenraizados, muitos deles solteiros, os pais num sítio, os filhos noutro...o conceito de família que era uma coisa muito latina, que nós praticávamos muito bem, está a desaparecer. Era um modelo que funcionava, tirando aqueles exageros relativos às mulheres; as pessoas eram mais felizes*"). Os casais consideram que, na prática, domina a divisão tradicional dos papéis porque "*há interesses diferentes*" (casal 139) ou "*calhou, quando acordei, já era tarde demais*" (195M) "*os homens ainda não assumem o seu papel de pessoas em casa e com filhos, não dividem, limitam-se a ajudar*" (82M).

No que se refere às características psicológicas, todos os casais consideram existir diferenças entre homens e mulheres:

- mulheres mais sensíveis, intuitivas, falam mais (173M), mais meigas (195H), mais dependentes (139M – "*a independência dos homens pode ter muitas vantagens, mas tem o inconveniente da falta da sensibilidade para dar apoio (ajuda, telefonema); se eu não disser especificamente o que é preciso, tu passas ao lado dessas coisas e, pensando bem, não acho que forçosamente todos os homens sejam independentes*");

- homens mais racionais, mais desligados das preocupações (21M), mais independentes (139H), mais intempestivos (195H) (e.g. 122 H – "*Um mundo comandado por mulheres não é aquele mundo em que eu gostaria de viver...há mais*

mulheres juízes e veja o que é a decisão de uma mulher juiz quando está no período de tensão pré-menstrual em relação à decisão que ela terá 15 dias depois").

Relativamente à expressividade/instrumentalidade auto-relatada, verificamos que, em sete casais, observam-se classificações invertidas em quatro: nos casais 21, 171 e 195, os maridos respectivos atribuem a si próprios um grau elevado de expressividade e reduzido de instrumentalidade (tipo *feminino*) e, as mulheres, atribuem a si próprias níveis reduzidos das duas características (tipo *indiferenciado*); no casal 82, enquanto a mulher atribui a si própria características instrumentais em grau elevado e expressivas em grau reduzido (tipo *masculino*), o marido atribui a si próprio expressividade e instrumentalidade em grau elevado (tipo *andrógino*). Nos restantes três casais, nos quais não se observam classificações invertidas, verificam-se as seguintes situações: em dois casais, as respectivas mulheres declaram níveis elevados de expressividade (tipo *feminino*) e, os maridos, níveis de instrumentalidade e de expressividade ou em grau elevado (casal 122) ou em grau reduzido (casal 139); no casal 173, é a mulher quem relata expressividade e instrumentalidade em grau elevado e, o marido, níveis elevados de instrumentalidade e reduzidos de expressividade (*tipo masculino*).

Ideologia Conjugal

Um casamento que funciona é aquele em que marido e mulher gostam um do outro, sentem-se bem (casal 21 - "*ter sempre vontade de voltar a casa*"), se respeitam e aceitam que há diferenças conciliáveis (casal 82), percebem que o esforço e o sofrimento unem (casal 21 – "*tudo aquilo que passámos, as dificuldades que fomos ultrapassando a dois constituíram um grande alicerce para continuarmos juntos*"), têm projectos comuns (casais 171 e 173 – "*é dinamizador ter um projecto em conjunto e metas para atingir*"), confiança, vontade de resolver os obstáculos (casal 139).

Em termos de compromisso estrutural assumido, todos os casais referem o religioso, excepto o casal 82 que optou pelo casamento civil. O grau de importância que lhe é conferido difere muito entre os casais: o casamento civil e o religioso diferem nos valores (casal 21, 173, 195; o casal 139 refere especificamente o valor do sacramento); os casamentos civil e religioso são iguais (casal 122) e diferentes da união de facto em termos sociais (casais: 82 - "*a relação era a mesma*"; 171 - "*é melhor estar casado por causa do reconhecimento dos de fora*").

3.1.4. Grupo dos Casais com Tipo Conjugal Ambivalente e Tradicional – ta, at

ta			Casal 53 (3a)	Casal 124 (8a)	Casal 152 (7a)	Casal 154 (13a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	emp.com.,+8h, sat.	assist.soc., 8h, sat.	psic., 8h, sat., opção família	rec..hum., 8h, sat., opção fam.
		H	téc. , 8h, insat.	eng.inf., 8h, sat.	advogado, +8h, sat.	eng.,+8h,sat
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D> T>	D> T=	D> T>	D> T=
		H	D< T<	D< T=	D< T<	D< T=
	Parentais	M	educ. e cuidar =	educ.>cuidar =	educ. e cuidar>	educ.= cuidar> (+rígida)
		H	educ. e cuidar =	educ.< cuidar =	educ. e cuidar<	educ.=e cuidar< (+tolerante)
Poder	Decisões		Decisões. macro em conjunto; igualitária	Rel.igualitária	Falam e partilham decisões	Decisões imp. em conjunto
	Áreas de Influência	M	gestão casa	Gestão casa, filhos decoração	gestão casa, empregada, filhos	gestão casa, filhos empregada
		H	amigos e família	gestão financeira, impostos, carros	gestão financeira, impostos	gestão financeira impostos
	Troca/ Mutualidade	M	Dar gratuito	Contabilizam	Dar gratuito	Dar gratuito
		H	Na família, tudo dado	Não há dar s/ receber	Por vezes, mede-se	Não medimos
Conflitos	Áreas de Desacordo		Tarefas domésticas. M quer dominar	tarefas domésticas, Tl educ. filhos, despesas	Gestão do tempo, M quer dominar	Filhos: número e educação
	Reacção Conflito	M	Não diz nada, amua, fria	Fala logo, 'digo o que devo e o que não devo'. Pazes	Amuava, agora diz logo, refila.	Amua, não é directa, às vezes inic. de resolver
		H	Diz logo, colérico, e passa. Tem iniciativa de retomar o diálogo	Amua, retira-se, frio e distante, a remoer nos assuntos	Mostra desagrado para resolver. Desdramatiza	Fala logo, explo-de.Iniciativa de não adiar
	Estratégias de Resolução		Não discutir em público. Humor.	Não adiar (1 semana é muito). Diálogo.	Falar no dia seguinte, c/ calma	Resolver logo
Intimidade	Definição	M	Próximos um do outro, abstraídos, harmonia	Estar os dois sozinhos, falar da relação, sexualidade	Processo. Partilha Sexualidade, falar da relação, rotina	Diálogo, sexualidade, estar a dois.
		H	Sexualidade, falar de qualquer assunto	Estar os dois, sexualidade.	'Sexo e o que ela disse'	Sexualidade, estar os dois, oração.
	Autonomia	M	não manifesta nec.	espaço e tempo só	tempo pessoal	não necessita
		H	autonomia /harmonia	nec. de autonomia	tempo e espaço só	espaço só
	Vinculação	M	B (evit.amedront.)	B (evit.amedront.)	A (segura)	A (segura)
		H	A (seguro)	B(evit.amedront.)	A (seguro)	A (seguro)
Compromisso	Estabilidade e Continuidade		Foi opção de vida, é para sempre	Não havendo filhos estavam separados	Querem continuar mas M alerta	
	Satisfação	M	7	6	6	6
		H	7	6	6	7
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Não há diferenças	Não há diferenças	Só diferentes na parentalidade	Há diferenças: a m. dá primazia à família.
		H	//	//	Papel de mãe é específico, por natureza	Papel de mãe é específico pela sensibilidade
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M	Há diferenças, H. dá mais segurança	Há diferenças (e.g. o homem é que deve fazer surpresas)	Mulher mais sensível 'mas também há homens assim'	Diferenças na sensibilidade (gostar que o h. seja cavalheiro)
		H	Diferenças, algumas invertidas: H flexível M determinada; m. mais afectivas.	Há diferenças; mas não sabe especificar	As mulheres têm tensões próprias, fazem chamadas de atenção	Diferenças, algumas invertidas: H mais afectivo e intuitivo
	Conjugal: Funcionalidade		Tudo se consegue c/ sacrifício. Amor, respeito, harmonia. Ter a relação como referência.	Aceitar diferenças. As discussões ajudam a crescer. Relações intergeracionais	Cuidar da relação todos os dias; projecto de família Aceitar diferenças.	Amor, diálogo para 'manter a chama acesa'. Optimismo e vontade de lutar.
	Conjugal: Tipo de Compromisso		Sacramento é diferente das outras uniões	Cas.religioso = cas. civil, diferente de união facto	Sacramento é diferente das outras uniões	Sacramento é diferente das outras uniões
Expressividade Instrumentalidade		M	F (tipo feminino)	M (tipo masculino)	F (tipo feminino)	F (tipo feminino)
		H	A (tipo andrógino)	I (tipo indiferenciado)	M (tipo masculino)	I (indiferenciado)

a t			Casal 169 (8a)	Casal 79 (9a)	Casal 140 (3ª)	Casal 220 (13a)
Papéis	Profissionais (Tempo e Satisfação)	M	bancária, 8h, sat.	Formadora, -8h, sat., opção família	Advogada, +8h, sat.	Func.público, 8h, insat.
		H	militar, 8h, insat.	Prof.univ., +8h, sat.	Public.,+8h, sat.	Func.públ., 8h, sat
	Domésticos (Decisão e Trabalho)	M	D = T=	D> T>	D< T>	D> T =
		H	D= T=	D< T<	D> T<	D< T =
	Parentais	M	educ. e cuidar =	Educ.e cuidar>	Educ.e cuidar>	Educ.e cuidar>
		H	educ. e cuidar =	Educ.e cuidar<	Educ.e cuidar<	Educ.e cuidar<
Poder	Decisões		Relação igualitária	'decide quem tiver que decidir'	Rel. Igualitária	Falam mas H decide mais
	Áreas de Influência	M	gestão financeira	Gestão casa, empregada	Educ. e cuidados do filho; carro	Escola e saúde, filhos, casa
		H		Compras, gestão financeira	Decoração da casa, roupas filho	Gestão financeira, compras
	Troca/ Mutualidade	M	Dar gratuito	Dar gratuito	Dar gratuito	Dar gratuito
		H	Dar gratuito	'Ninguém dá nada gratuitamente'	Dar gratuito	Dar gratuito
Conflitos	Áreas de Desacordo		Educ.Filhos, rotina diária	Desarrumações, Família um do outro	Ritmos biol., fams. personalidade.	Famílias de origem, despesas
	Reacção Conflito	M	Provoca o conflito, diz logo e passa. Pede desculpa	Fala,.	Dificuldade falar, amua, é criticada mais do que critica	Não fala, amua, reconhece quando erra
		H	Evita o conflito, quando se zanga, passa depressa	Evita e, depois, explode	Iniciativa de falar, explode e passa depressa	Fala logo, 'não saio de casa e não bato com a porta'
	Estratégias de Resolução		Não desautorizar à frente dos filhos, não adiar resolução	Negociar, cedências mútuas, não adormecer zangados	Saber parar e retomar com calma. Falar tudo	Diálogo, vontade de resolver
Intimidade	Definição	M	Namorar, falar sobre a relação	Cumplicidade física e psíquica, falar à vontade, respeitar o universo do outro	União e paz, sexualidade	Diálogo, adivinhar pensamento,sexualidade.
		H	Fazer coisas os dois, sexualidade	Não ter que fazer gestão de impressões	Expor o interior com profundidade, sexualidade	Processo, carinho, s/ preconceitos, não se atinge plenitude. Sexualidade.
	Autonomia	M	Não manifesta nec.	Não manifesta nec.	Não manifesta nec.	Não manifesta nec.
		H	Nec de espaços sozinho	Nec. de tempo e espaço sozinho	Não manifesta nec.	Não manifesta nec.
	Vinculação	M	A (segura)	C (preocupada)	A (segura)	A (segura)
		H	A (seguro)	A (seguro)	A (seguro)	D (evit.desligado)
Compromisso	Estabilidade e Satisfação		'não saber viver um sem o outro'	"Fomos postos à prova de um forma violenta e não nos separámos"	Ser o amor mais importante na vida um do outro	Projecto de continuar junto
	Satisfação	M	6	6	6	6
		H	6	6	6	6
Ideologia	Crenças de Género: Papéis	M	Não há papéis específicos	Não há papéis específicos	Não há papéis específicos a não ser o parental	Não há papéis específicos
		H	Não há diferenças	O contexto é que define os comportamentos	Mãe tem papel preponderante	Não há papéis específicos, têm que funcionar
	Crenças de Género: Características Psicológicas	M	Não consegue indicar	Não consegue especificar. M é orientada para a família mas é quem tem sentido prático.	Há diferenças: m. mais dedicada ao h., enquanto o h. dedica-se a outros aspectos da vida	Afectividade, amizade é diferente
		H	Não consegue indicar	mulheres conseguem fazer várias coisas ao mesmo tempo	Diferenças : H é o mais emocional e M é racional	A visão das coisas é diferente
	Conjugal: Funcionalidade		Respeito e verdade	Ser coerente com os princípios. Respeitar a individualidade. Cultivar momentos sós.	Amor cultivado diariamente através do diálogo, desde o mais banal difícil.	Partilhar bons maus momentos, aceitar diferenças. Diálogo e transparência.Objectivos.
	Conjugal: Tipo de Compromisso		A diferença está na educação e no tipo de cerimónia	Diferentes nos valores	Sacramento é diferente das outras uniões.	Diferenças jurídicas na união de facto
Expressividade		M	F (tipo feminino)	F (tipo feminino)	A (tipo andrógino)	F (tipo feminino)
Instrumentalidade		H	A (tipo andrógino)	M (tipo masculino)	A (tipo andrógino)	M (tipo masculino)

Quadro 7.2 – Quadro-resumo do grupo dos casais de tipo conjugal *ambivalente e tradicional – ta e at.*

Papéis Familiares e Profissionais

No grupo de casais em estudo (*at* ou *ta*), os papéis profissionais são salientes, no tempo que exigem e na realização que proporcionam em duas mulheres (53M e 140M) e em quatro homens (152H, 154H, 79H e 140 H) (e.g. 152H - "*Mudar seria muito complicado. Pode haver uma gestão mais racional e equilibrada, mas estas são as linhas mestras. No meu escritório não há trabalhos a meio gás. Só se o nosso nível de vida mudar. Eu faço o que posso...muitas vezes venho a casa jantar com a família e volto ao escritório para não ter que lá ir ao fim de semana*"; 79H - "*família e trabalho são indissociáveis e igualmente importantes. Para que a família seja o mais importante, é necessário criar condições para que tenha alguma qualidade de vida, há que investir também no trabalho. Eu não separo as coisas, há uma unidade em que as coisas se interpenetram. Da minha felicidade faz parte o trabalho, e a família. Uma das compensações de ser professor em que não se ganha muito, é poder fazer muito trabalho de computador em casa e conseguir equilibrar as coisas*"; 140M - "*Não me sentia realizada sendo só mãe, apesar de gostar muito de ser mãe...acho que consegui o equilíbrio ideal, trabalho das 9h30 e tenho que chegar às 19h porque a empregada sai. Sou feliz no trabalho, mas venho radiante da vida para casa ter com o meu filho. H pode chegar mais tarde, mas dá-me segurança saber que ele chega tarde porque está a trabalhar para o orçamento familiar*").

Por sua vez, nos casais 152, 154 e 79, as mulheres respectivas afirmam ter condicionado as suas opções profissionais ao que consideravam melhor para as suas famílias, designadamente reduzindo o horário e as responsabilidades que tinham (e.g. 152M - "*profissionalmente, a minha vida tem mudado muito, tenho sido eu a moldar-me às necessidades da família, tento gerir o tempo para conciliar estes papéis todos. Abdiquei sobretudo da minha vida pessoal (fazer ginástica, ir às compras, almoçar com amigas), almoço sempre a correr, ponho o trabalho em horas que me retirem tempo de mim, e não deles. Vou pôr os filhos a todos os sítios. Faço tudo para poder chegar mais cedo a casa, duas vezes por semana, vou buscá-los às 4h e levá-los à ginástica, estou sempre o fim de tarde com eles, tento estar alguns bocados da manhã com a pequenina porque à tarde, o tempo é sobretudo consumido com eles que são mais crescidos e invadem o espaço todo. Pelo meio, tenho consultório com crianças, dou aulas, dou apoio num colégio. Tenho diminuído isto tudo, menos responsabilidades, mas sou mais dona do meu tempo, e tenho que controlar tudo desde vacinas, escolas, casa, médicos. Ele ajuda, mas não tem que se preocupar com isto tudo*"; 154 M - "*Agora estou*

satisfeita porque trabalho menos horas, saio às 16h em vez de ser às 19h. Chegava a casa com a sensação de não estar com eles, tempo praticamente nenhum. Agora, com o terceiro filho, pedi redução de horário, coloquei a hipótese de me vir embora caso não aceitassem, mas não foi preciso. Se calhar, não vou ser aumentada, mas não faz mal").

No que se refere aos papéis domésticos, verificam-se diversos cenários:

- em três casais (53, 152 e 79), as mulheres têm preponderância na gestão e realização dos trabalhos domésticos (e.g. 53M - "*Habitualmente venho a casa almoçar e faço o jantar e algumas coisas em casa. Ele lava a loiça à noite e, se for preciso, faz o jantar; o resto, faço eu. Por vezes, faço a limpeza ao fim-de-semana, ele ajuda. Esta distribuição de tarefas surgiu depois de alguma discussão, mas cansa-me estar na loja e ter que programar o que, se for preciso, ele vai fazer quando chegar a casa à noite.*");

- em três casais (124, 154 e 220), as mulheres são responsáveis pela gestão doméstica mas partilham, com os maridos, a respectiva execução(e.g. 124H - "*A M não sabe trabalhar com a máquina de lavar loiça e eu não sei com a da roupa. Já aconteceu até uma vez ela telefonar-me, estava eu no Algarve em trabalho, a perguntar como é que se ligava a máquina.*"; 154M – "*Eu ponho a mesa, jantamos e arrumamos a cozinha, normalmente é o H quem põe a loiça na máquina porque eu arrumo mal e, ele, tira para voltar a pôr.*");

- o casal 169 afirma partilhar a gestão e realização de trabalhos domésticos "*numa organização desorganizada*";

- no casal 140, o marido tem preponderância na gestão doméstica mas realiza menos tarefas domésticas (e.g. H - *Mas se falta não sei o quê em casa, muitas vezes nem sou eu que faço, mas digo que é preciso fazer isto ou aquilo, sou eu que me lembro e a M executa.(...) Temos uma empregada, mas até fui eu quem a contratou (...) Eu é que montei o quarto do meu filho, tratei de tudo, da cama, comprei lençóis, mandei bordar. Pode não parecer muito normal ...mas, enquanto ela vive bem sem cortinas, eu estava desesperado de não ter e decidi tratar...*").

Esta divisão na preponderância de papéis parece não ter relação com o número de horas de trabalho profissional de marido e mulher, excepto nos casais 79 e 140.

A divisão dos papéis parentais, nestes oito casais, segue os seguintes perfis:

- a mãe é preponderante na educação e prestação dos cuidados aos filhos em quatro casais (152, 79, 140, 220) (e.g. 220H - *Na educação deles, a M toma mais decisões, mas, contam-se pelos dedos, as vezes que eu não fui às consultas dos meus filhos*);

- a educação e prestação de cuidados aos filhos é igualmente partilhada por mãe e pai em dois casais (53 e 169);

- a mãe tem preponderância na educação, mas partilha igualmente os cuidados com o pai (casal 124: M - "*No cuidado dos filhos, temos as coisas mais ou menos repartidas. Eu dei-lhes banho até mais ou menos aos 2m; a partir daí o pai dá e eu desligo. Eu sou mais a despachar, ele brinca mais*"; H - "*Não há coisa que eu não faça com os meus filhos, dou-lhes de comer, banho, visto-os mudo as fraldas*");

- a mãe partilha a educação com o pai, mas tem preponderância na prestação de cuidados (casal 154: - M "*Eu trato dos meus filhos, mas mudava certas coisas na educação porque ele é mais permissivo e eu é que sou a bruxa*"; H – "*Nós somos pais-galinha...eu tenho uma relação muito próxima e afectiva com os filhos, é uma responsabilidade enorme pôr um filho no mundo*").

Em nenhum destes casais se verifica a preponderância do pai numa destas áreas.

Poder e Influência

O processo de tomada de decisões passa por, na maior parte dos casais, falar e tomar as decisões importantes em conjunto, ficando as restantes mais circunscritas à influência de cada um, em diferentes áreas (e.g. 140H - "*Eu conto e espero que a M trate de determinados assuntos e descanso totalmente relativamente a esse assunto, não me preocupo e, a M, não se preocupa com outras coisas, porque sabe que estão a ser bem conduzidas).*

A maioria dos casais faz questão de afirmar que a sua relação é igualitária, o que vai desde a situação menos definida – casal 79, em que "*decide quem tiver que decidir, basicamente acho que é isso, tirando as coisas da casa, que é sempre ela, nas quais tem influência 100%. Às vezes, vem-me consultar naquela falsa participação. 'Então, achas que...', eu digo que não, e ela faz na mesma. Gere autoritariamente, tipo Pinochet. Já as grandes decisões capitalistas estão a meu cargo. Mas não vejo necessidade de mudar, detesto as situações em que é tudo planeadinho*" – à mais definida – casal 220, em que H decide mais.

A divisão por áreas de influência segue o padrão clássico, excepto nas seguintes situações: casal 53, em que H (definição relacional *ambivalente*) influencia mais nas relações com amigos e familiares; casal 79, em que M (definição relacional *ambivalente*) tem a seu cargo todos os arranjos de casa (e.g. instalações eléctricas) e carros; casal 140 em que H (definição relacional *tradicional*) tem a seu cargo a

decoração da casa e a escolha das roupas dos filhos - "*Eu sinto que, em casa, tenho um papel feminino. Tudo o que vê aqui, em termos de decoração, foi da minha responsabilidade; nunca tomei nenhuma decisão sem a consultar*" e, M (definição relacional *ambivalente*), as questões técnicas do carro.

Relativamente à noção de justiça na partilha, dos oito casais, seis afirmam não contabilizar o contributo de cada um para a relação, ou seja, viver numa base de 'dar gratuitamente' (e.g. 53H - "*acho que há dar e receber, mas não há cobrança. Se houver um bom sentido de família, as coisas são sempre equilibradas*"). Apesar disso, no casal 152, H não concorda que essa perspectiva se passe totalmente com eles.

No casal 79, H tem a posição de que "*ninguém dá nada gratuitamente*" e tenta prová-la. Por último, o casal 124, refere que um dos aspectos que os caracterizam é medir o contributo de cada um nas diferentes áreas da vida conjugal e familiar (e.g. M - "*Queixo-me se não estou a receber na medida do que dou, por exemplo, ao fim de semana, eles acordam cedo e o mais pequeno começa a querer papa e eu não aguento, ele a dormir profundamente, e sou eu quase sempre que me levanto aos fins de semana e, às tantas, começo a cobrar... e surte efeito ... nem que eu fique mais um bocadinho na cama só para dizer que é ele que se levanta primeiro*").

Conflitos: reacção e resolução

As principais áreas de desacordo referem-se à gestão do tempo e conciliação dos diferentes papéis, rotina diária, educação dos filhos (e.g. 124M - "*O primeiro ano de casados foi muito difícil e eu julgava que era tudo cor de rosa no início, mas os papéis tradicionais não assentavam comigo. Se ambos trabalhávamos, tinha que haver partilha... Cada um de nós já teria uma ideia e como pensava que iria ser, só que não houve diálogo sobre isso e, depois, da minha parte, havia imposição. Eu achava que não devia ser sempre eu a ter a iniciativa daquelas coisas, mas como ele não tinha, quando lhe dizia, era já num tom agressivo a que ele respondia agressivamente*"; 124H – "*Antes de casarmos nunca tínhamos falado de divisão de tarefas domésticas e eu não estava habituado*").

A questão da personalidade de cada um também é mencionada, designadamente nos casais 53 e 152, o facto das mulheres quererem dominar (e.g. 53M - "O H diz que *tem que ser tudo à minha maneira e, se calhar, inconscientemente, até é, mas acabamos por chegar a um consenso*"; H – "*Ela tem uma personalidade muito vincada e, para lhe fazer ver que as coisas, às vezes, não são como ela quer ou pensa fazer, eu tenho que*

ser muito explícito e convincente. Ela é mais determinada do que eu!"; 152M – "*gosto de intervir nos assuntos, não gosto que as coisas da minha casa, dos meus filhos me passem ao lado, gosto de ter parte activa. Mas ele está sempre a dizer: 'pára de mandar', mas eu não resolvo sozinha, depois, as iniciativas sou eu que tomo, concretizar as ideias sou eu que faço"*). Um outro factor de desentendimentos está relacionado com à intimidade (e.g. casal 152: M - "*uma certa secura, uma maior brusquidão na maneira de funcionar e, portanto, aí é preciso outro tipo de atenção, de conversa, de estar, à qual ele não corresponde 100%*"; H – "*Tu alertas-me que precisas de atenção mas é algo que não tens para comigo, mas eu também não me queixo...e lá por eu não dizer, não quer dizer que não esteja a pensar*". Despesas e famílias de origem também são áreas de desacordo sobretudo, para os casais 124 e 220.

As (des)arrumações são conflito recorrente no casal 79: M – "*A papelada que ele acumula é desnecessária, não é só a relativa à universidade, são jornais, revistas, ele papa tudo, lê tudo rigorosamente e acumula para fazer ficheiros e eu acho que é uma forma de egoísmo porque não vive aqui sozinho... e eu queria ter uma casa mais agradável e não esta tenda, eu sou uma pessoa toda orientada para casa, para a família, o meu ninho, e é isto!*"; H – "*E eu, para estar a arrumar isso, perdia um dia de trabalho que é melhor aproveitado a trabalhar e não a arrumar papéis...mas isto é um conflito controlado, em vez de atirar uma bomba atómica...vão sendo uns tremores de terra (...) Isto é sempre cíclico, acção-reacção, ela chateia-me um bocado com bons modos, eu reajo mais ou menos intempestivamente...depois, chegamos a um ponto em que eu tenho que arrumar alguns livros, e arrumo aqueles, e ficamos à espera que venha a próxima vez. E é assim que vamos lidando...*".

O padrão de reacção ao conflito não é tão nítido como nos grupos anteriores:

- em quatro casais (124, 152, 169, e 79) é a mulher quem habitualmente fala, provoca o conflito (e.g. 124M – "*digo o que devo e o que não devo*") e tem a iniciativa de resolver e fazer as pazes, e o marido evita, distancia-se (e.g. 124H "*fico a remoer nos assuntos*");

- em quatro casais (53, 154, 140, 220) é a mulher quem amua, não diz directamente (e.g. 140M –"*sou mais criticada do que critico*"; mas procura fazer as pazes, e o homem quem tem a iniciativa de falar (e.g. 220H – "*não saio de casa nem bato com a porta*"), explode e passa depressa (e.g. 154H – "*tenho a iniciativa de que não passe para o outro dia*").

Como estratégias de resolução do conflito, realçam o diálogo, saber parar para retomar mais tarde nunca adiando muito, de preferência "*não adormecer zangados*" (casal79), "*não discutir em público*" (casal 53) e "*não se desautorizarem à frente dos filhos*" (casal 169) e, "*às vezes, utilizamos a estratégia da brincadeira e consegue-se dar a volta assim*" (casal 53). Às vezes, é uma questão de acertar tempos (e.g. 140M - "*Eu calava-me porque o H era muito explosivo e eu achava que, qualquer coisa que fosse dizer, ainda o punha mais furioso. Hoje em dia, se me calo não é por isso, porque o H está muito mais controlado (...) preciso de tempo para raciocinar, é melhor parar, arrefecer e conseguir ver o lado dele e concluir, eventualmente, que temos os dois razão... ou ter a certeza do passo que vou dar*").

Intimidade e Compromisso

'*Estar próximos um do outro*', '*falar sobre a relação*', partilha, '*processo que passa pela sexualidade mas não se esgota aí*', são as descrições mais frequentes para intimidade. Do casal 79, H descreve intimidade como algo em que "*não se tem que fazer gestão de impressões*"; do casal 154, H refere que também é "*fazer oração conjunta*"; do casal 169, H associa a "*momentos em que ela me põe a par das confidências e dos segredos e à situação de 'dizermos os dois o mesmo, ao mesmo tempo'*"; do casal 220, H afirma que "*na intimidade, nunca se atinge a plenitude*".

Relativamente à necessidade de autonomia na relação, duas mulheres (124M, 152) e seis homens (53H – "*é bom haver autonomia mas, para isso, tem que haver uma grande harmonia*", 124H, 152H - "*Preciso de um tempo e de um espaço só para mim...venho renovado!*", 154H, 169H, 79H) consideram-na importante.

No que se refere à vinculação, encontramos quatro casais (152, 154, 169, 140) que definem, ambos, o seu modo de ser na relação como *seguro*. No casal 124, marido e mulher descrevem como *evitante amedrontado* o seu estilo de vinculação. Nos restantes casais, um dos elementos descreve-se como *seguro* e tem um cônjuge *evitante amedrontado* (53M), *preocupado* (79M) ou *evitante desligado* (220H).

Relativamente à estabilidade da relação, seis dos oito casais afirmam que a sua relação é para ser duradoura (e.g. 53 M - "*porque gostamos um do outro, nos tornámos dependentes um do outro e não idealizamos vidas separadas*"; 53H - "*porque casar foi opção de vida, para levar até ao fim e dou muito valor à família*"; 79H - "*a ideia que eu tenho, nunca passei pela experiência, é que a pessoa quando se chateia do casamento actual pensa que pode haver um casamento melhor, mas eu acho que não....se a pessoa*

se chateia com um, também se vai chatear com o outro"; 220H - "*temos tido uma vivência muito intensa os dois e, agora com os dois filhos, eu digo que somos indestrutíveis...por causa do elo entre nós*").

O casal 124 observa : M - "*se não houvesse filhos, se calhar já nos tínhamos separado há muito tempo. Assim, faz-se um esforço para ultrapassar. Quando a pessoa está numa fase de discussão, os sentimentos passam facilmente de amor a ódio. E a quente as coisas são um pouco animalescas ...com os filhos, as coisas são mais ponderadas. Os filhos dão mais consistência do que os vínculos. Está no meu horizonte viver com ele o resto da nossa vida. Não concebo de outra forma; o que não quer dizer que as coisas corram sempre assim*"; H - "*Se não existissem os miúdos, há dias em que nós andávamos aqui e não trocávamos palavra um com o outro...acabamos por ter que falar por questões deles, o que vão vestir ou comer...*").

Do casal 152, M afirma querer continuar apesar de alertar para a existência de sinais, na relação, que considera preocupantes (e.g. "*A relação de casal tem que ser alimentada...não se pode ficar à sombra do gostar um do outro e de termos muitos filhos. Se a pessoa não tem cuidado, rapidamente se cai numa coisa que é pouco e, quando se acorda, talvez já não exista muita coisa para recuperar. Ele acha que eu sou pessimista e que estou a dramatizar, chega a dizer que são ameaças, mas eu acho que são formas muito claras de perceber as coisas e de ver com quanta facilidade isto acontece a pessoas, casais nossos amigos. O que eu tento é contrariar a tendência das coisas...*")

A satisfação com a relação conjugal oscila, neste oito casais, entre o 'muito satisfeito' (6) e o "totalmente satisfeito" (7).

Ideologia de Género

As crenças de género relativamente aos papéis podem ser agrupadas do seguinte modo:

- inexistência de especificidade feminina ou masculina relativamente aos papéis familiares e profissionais, sendo o contexto que define os comportamentos (casais 53, 124, 169, 79, 220) (e.g. 124M – "*E o ser homem ou ser mulher não interfere em nada, eu até uma vez cheguei ao pediatra irritadíssima e disse-lhe 'Então dizem que as funções maternas são inatas, em mim não foram'*"; 79M - "*Quem trata dos carros sou eu, e isso geralmente está associado aos homens, mas ele detesta conduzir, passa-me as chaves do carro. O nosso primeiro carro estava em meu nome. Isso, às vezes, chateia*

porque é de mais para mim, é cuidar dos miúdos, é ser homem, é ser mulher e, ele, não, ele tem muito mais liberdade de acção para a carreira dele. Eu não, tenho que me repartir por muito mais coisas, mas também sei que as mulheres têm mais capacidades, pelo menos é o que o H diz, para fazer várias coisas de diferentes vertentes ao mesmo tempo – cozinhar, estar ao telefone e ainda estar a ralhar a um filho"; 169H – "*Não há nada que eu faça aqui em casa que pense que devia ser ela a fazer, porque se eu pensasse, não o faria*").

- especificidade do papel de mãe, por natureza, porque a mãe dá primazia à família (casais 152, 154, 140). (e.g. 140M – "*Alguém tem que tomar conta da criança e esse alguém sou eu*"; 140H – "*Nunca dei banho ao L...não que eu seja incapaz mas, dizem os peritos, que é um momento importante que seja a mãe a tê-lo com o filho...A M diz que eu tenho mais jeito para o adormecer do que ela*"; *152H – "os filhos são mais da mãe do que do pai e, às vezes, eles só querem mesmo a mãe, há uma tendência natural"; 154H – "A mãe tem uma sensibilidade diferente para a maioria das coisas...eu, por exemplo, mudo as fraldas perfeitamente, mas não tenho a mesma sensibilidade que ela a fazer isso".*).

No que se refere às características psicológicas, os casais afirmam existir diferenças, a maior parte respeitante a sensibilidades diferentes, mas, algumas delas exactamente ao contrário do estereótipo: casal 53 – M é mais determinada e convicta e H mais flexível ; casal 154 – H é mais afectivo e intuitivo; casal 79 - M tem mais sentido prático; casal 140 – M mais racional e H mais emocional (e.g. M - "*para encontrar um caminho, eu é que sou a pessoa orientada; na compra de um carro, eu quero saber do consumo e, ele, da estética*"). No entanto, há para alguns casais, diferenças claramente estabelecidas: do casal 124, M afirma que "*os homens é que devem fazer surpresas*"; do casal 154, M afirma gostar de "*ser dependente e que os homens devem ser cavalheiros*"; do casal 152, H afirma que "*as mulheres têm tensões próprias, fazem chamadas de atenção*"; do casal 140, H afirma que naturalmente enquanto "*a mulher se dedica mais ao homem, este, para além da mulher, dedica-se a outros aspectos da vida*".

O auto-relato em expressividade e em instrumentalidade permitiu os seguintes resultados (dos quais, só um é invertido, o casal 124, em que a mulher atribuiu si própria níveis reduzidos de instrumentalidade e elevados de expressividade – tipo *masculino*; e o marido níveis reduzidos em ambas – tipo *indiferenciado*):

- mulher atribui a si própria mais características expressivas (tipo *feminino*) e o marido atribui a si próprio mais características instrumentais (tipo *masculino*) – casais 79, 152 e 220;

- mulher atribui a si própria mais características expressivas (tipo *feminino*) e o marido a atribui a si próprio características expressivas e instrumentais em grau elevado (tipo *andrógino*) – casais 53 e 169;

- mulher e marido atribuem, a si próprios, características expressivas e instrumentais em grau elevado (tipo *andrógino*) – casal 140;

- mulher atribui a si própria características expressivas em grau elevado e, instrumentais, em grau reduzido (tipo *feminino*) e o marido atribui a si próprio características de instrumentalidade e de expressividade em grau reduzido (tipo *indiferenciado*) – casal 154.

Ideologia Conjugal

O que faz um casamento funcionar suscitou algumas respostas comuns: 'amor cultivado diariamente através do diálogo e de pequenos gestos', 'respeito e aceitar as diferenças' (e.g. 53H – "*É bom haver autonomia mas, para isso, tem que haver uma grande harmonia*"), 'ter projecto conjunto' (e.g. casal 53 – "*ter a relação como referência, a família; isso é que dá sentido à vida*"; 79M – "*É fundamental ter a mesma educação e os mesmos universos*"), 'optimismo', 'encarar os conflitos como formas de crescimento' (e.g. 124M – "*havendo duas pessoas com feitios diferentes, por melhor que as pessoas se dêem há sempre desacordos mas...as discussões ajudam a crescer*"); 'vontade de lutar' (e.g. 220H – "*definir objectivos para conquistar e, se tiver problemas, temos que procurar força para os resolver*"), 'partilhar o bom e o mau'.

O compromisso estrutural realizado foi o religioso, para todos os casais, excepto para o casal 220. A importância que lhe é conferida é diferente para os oito casais: para os casais 53, 152 e 154 e 140 o casamento religioso, por ser sacramento, é diferente das outras uniões; para os casais 124 e 220, os casamentos religioso e civil são iguais mas diferentes da união de facto (e.g. M -"*Faz-me confusão ter filhos sem ser casada, por eles, não por nós*"); as diferenças entre casamento civil, religioso e união de facto referem-se a valores (casal 79), à educação e tipo de cerimónia (casal 169).

Três casais (124, 169, 79) consideram esse facto pouco importante (e.g. 169H – "*Se ela me dissesse para não casarmos pela Igreja, eu aceitava perfeitamente (para mim não há diferenças). Se eu lhe dissesse a ela, ela já não aceitava*").

3.2. Análise Comparativa Global

Considerando globalmente os resultados, verificamos que dois grupos são claramente diferentes entre si – os grupos 1 (*tt*) e 2 (*ii*, *ai*, *ia*) – nas diversas categorias consideradas. O grupo 3 (*aa*) encontra-se numa posição intermédia, com alguns resultados semelhantes e outros diferentes aos grupos 1 e 3. Por último, o grupo 4 (tipos conjugais *at* e *ta*) é muito semelhante, nos resultados, ao grupo 1.

A variável que se verificou como mais diferenciadora dos quatro grupos foi a da ideologia, constatando-se que as crenças de género sobre os papéis masculino e feminino na sociedade, que as atribuições que maridos e mulheres fazem relativamente aos seus próprios comportamentos e traços de género e aos dos cônjuges, estão relacionados com o tipo de casamento. Para além disso, a ideologia conjugal, sobretudo no que se refere à funcionalidade do casamento (dialéctica intimidade/autonomia), e à importância que se confere à especificidade do compromisso estrutural realizado, também se revelou como importante variável diferenciadora dos tipos conjugais.

Verificámos que os casais com tipos conjugais *tradicionais* (grupo 1), *tradicionais/ambivalentes* (grupo 4) e *ambivalentes* (grupo 3) concordavam, em geral, com as orientações convencionais e rejeitavam algumas posições de que os cônjuges seguissem preferências individuais em detrimento do que é melhor para o casal e a família. Por sua vez, os casais com tipo conjugal *independente* (grupo 2) apresentaram-se como claramente diferentes de todos os outros tipos conjugais, ao expressar pouca concordância com a orientação convencional e defender a orientação pessoal dos papéis de género. Estes resultados são consonantes com outros resultantes de investigações anteriormente realizados (Fitzpatrick, 1988; Fitzpatrick & Indvik, 1982).

Assim, a partir dos dados da entrevista e dos questionários de auto-relato, foi possível confirmar as características de cada um dos tipos conjugais que tínhamos encontrado aquando dos estudos empíricos preliminares realizados com uma amostra portuguesa (Capítulo VI), bem como perceber a sua não linearidade (ou seja, mesmo assim, há muita diversidade e cada caso é um caso):

Grupo 1 (*tt*) – Nos casais pertencentes a este grupo, em que ambos os cônjuges desempenham uma profissão, o tempo dedicado e as opções que foram feitas revelam um quadro que tende, no geral, para o clássico: o papel profissional é mais saliente nos maridos e, o papel familiar, mais saliente nas mulheres (as quais afirmam, na sua

maioria, ter condicionado as profissões e respectivo horário ao que era melhor para a família). Assim, a divisão de áreas de influência, mais frequente, é a seguinte: gestão da casa e realização das tarefas domésticas, mais a cargo das mulheres; gestão financeira e impostos a cargo dos maridos. Relativamente aos papéis parentais, o quadro não é tão convencional dado que valorizam a parentalidade, se bem que as mães cuidem e eduquem sempre os filhos podendo partilhar, na totalidade ou parcialmente, com os pais. No entanto, nem nos cuidados nem na educação dos filhos, o pai tem papel preponderante relativamente à mãe. Consideram a sua relação conjugal equilibrada em termos de poder e destacam, todos, dar sem medir o contributo de cada um.

Relativamente ao conflito, a área de maior desacordo é a da gestão do tempo e dos diferentes papéis, o padrão habitual de reacção ao conflito é o de ser a mulher a falar e o marido a evitar ou a adiar na esperança de que o tempo resolva o conflito. Declaram acabar por resolver os conflitos, dado que têm a preocupação do diálogo, de retomar as conversas com calma e de encarar construtivamente os conflitos.

Relativamente à intimidade e ao compromisso, valorizam o facto de passarem tempo um com o outro em grande proximidade, colocando o casamento, o sentido do 'nós', acima da independência de cada um. Os homens têm mais a iniciativa do que as mulheres, em referir a sexualidade como uma dimensão importante da intimidade, o que é consonante com resultados de outras investigações (e.g. Canary & Emmers-Sommer, 1997; Costa, 1994, 2000; Karney & Bradbury, 1995; Lipovetsky, 1997; Talmadge & Dabbs, 1990). O estilo de vinculação mais frequente é o *seguro* (nos oito casais, observam-se quatorze participantes *seguros* e dois *evitante amedrontados*, ambos do sexo feminino), tal como já encontrado noutros estudos (Fitzpatrick *et. al.*, 1993). Declaram um nível elevado de satisfação conjugal e mencionam o desejo de manter a relação conjugal para sempre, evidenciando padrões elevados relativamente ao funcionamento conjugal, tal como as investigações de Fitzpatrick (1988; Fitzpatrick *et. al.*, 1993; Fitzpatrick & Vangelisti, 1995) já tinham concluído. Para a maioria dos casais, revela-se como fundamental a especificidade do compromisso religioso que realizaram.

Os cônjuges têm abordagens convencionais dos papéis de género, se bem que afirmem que não teria de ser assim, dado que as capacidades são iguais excepto, segundo alguns casais, no papel de mãe que, por natureza, é diferente. Relativamente a características psicológicas específicas, por se ser homem ou mulher, são mais as mulheres a evidenciar acordo com os estereótipos do que os maridos. Destes, metade,

inesperadamente, afirma que as diferenças não são fundamentais. Descrevem-se, no geral (excepto 132M), no que se refere à *expressividade* e à *instrumentalidade*, de formas que não contrariam os estereótipos culturais: FM, AA, FA, IM.

Estes resultados revelam-se consonantes, excepto no que se refere ao conflito, com os que tínhamos encontrado nas subescalas do EDR (cf. estudo 3 do cap.VI), para este tipo conjugal: ideologia convencional (*Tradicionalismo* elevado e *Incerteza e Mudança* reduzidas), interdependência (*Partilha*, *Espaço Indiferenciado* e *Regularidade Temporal* elevados, *Autonomia* reduzida); conflito (*Evitamento* e *Assertividade* reduzidos).

Grupo 2 – (*ii*, *ai*, *ia*). – Nos casais deste grupo encontramos uma divisão de papéis familiares e profissionais muito diferente da do grupo anterior, em alguns casos, mesmo inversa: algumas mulheres cujo papel mais saliente é o profissional, e não o familiar; alguns maridos cujo papel saliente é o familiar, e não o profissional. Isso traduz-se, em parte, nas áreas da gestão e execução domésticas e na gestão financeira mas, sobretudo, na área dos cuidados e educação dos filhos. Este é, aliás, o único grupo dos casais estudados, em que se verificam casos em que o pai tem preponderância, relativamente à mãe, nos cuidados e educação dos filhos. Fazem questão de caracterizar a relação como igualitária, se bem que, em alguns casos, afirmem que as mulheres decidem mais. A maioria refere medir o contributo de cada um para a relação, procedendo numa perspectiva de troca ou 'dando em função do que se gosta'.

No que se refere aos conflitos, as áreas de maior desacordo são a gestão do tempo público e privado, dos papéis e da rotina diária. As estratégias de resolução dos conflitos encontradas não são muito diferentes das do grupo anterior, excepto no facto de não se coibirem de o fazer em público porque consideram os conflitos inevitáveis.

Relativamente à intimidade e compromisso valorizam o estar junto e falar, referem-se ambos à sexualidade como aspecto importante da intimidade, demonstram tanto sentimentos positivos como negativos ao seu cônjuge e, muitos, realçam a necessidade do seu espaço pessoal próprio, de manter independência relativamente à relação. O estilo de vinculação mais frequente é o *seguro*, se bem que também se verifiquem outros (um participante *evitante amedrontado*, outro *evitante desligado* e outro *preocupado*, sobretudo nos casais cujo tipo conjugal não é *ii* mas sim misto). Estes resultados são consonantes com estudo quantitativo que realizámos bem como com os estudos de Fitzpatrick (1988, 1993). No que se refere à estabilidade e

continuidade da relação revelam intenção de continuar, se bem que já se tenham verificado, nalguns casos, rupturas. Manifestam-se desde razoavelmente satisfeitos a muito satisfeitos com a relação conjugal, o que é consonante com a diversidade encontrada nas investigações de Fitzpatrick que permite afirmar que os casais cuja definição relacional é *independente* - os quais manifestam abertura para lidar com as dificuldades da relação e não fogem aos conflitos - , podem declarar-se tão satisfeitos com os de tipo *tradicional*. O padrão de 'relação conjugal bem sucedida' é aquele que consegue aliar a vivência comum com o respeito pela individualidade e a aceitação das diferenças. O tipo de compromisso estrutural realizado não é considerado importante, a não ser socialmente.

Os cônjuges *independentes* afirmam-se mais liberais nas questões de género, quer no que se refere aos papéis, quer no que se refere às características psicológicas. Descrevem-se, no geral, no que se refere à *expressividade* e à *instrumentalidade*, de formas muito diferentes e não condizentes com os estereótipos (e.g. não encontrámos um único casal FM ou AA): FA, MM, AM, AF, II, IM, FI.

Estes resultados revelam-se consonantes com os que tínhamos encontrado nas escalas do EDR, para este tipo conjugal: ideologia não convencional (*Tradicionalismo* reduzido e *Incerteza e Mudança* elevada); interdependência (*Partilha*, *Espaço Indiferenciado* e *Regularidade Temporal* reduzidos, *Autonomia* elevada); conflito (*Evitamento* e *Assertividade* elevados).

Grupo 3 – (*aa*) Os casais pertencentes a este grupo são muito semelhantes ao grupo 1 no que se refere à divisão e importância conferida, por marido e mulher, aos papéis profissionais e aos papéis familiares (parentais e domésticos). Caracterizam a sua relação como igualitária e declaram proceder de acordo com o princípio da mutualidade e não da troca. Na reacção aos conflitos, por vezes, evitam-nos e, na resolução, embora refiram a necessidade do diálogo, nem sempre parecem capazes de coordenar a sua interacção o suficiente para se envolverem numa discussão aberta e directa sobre os desacordos.

No que se refere à intimidade / compromisso elegem a cumplicidade, a partilha, o falar de tudo, mas tentam manter alguma distância psicológica na relação. Os estilos de vinculação são muito diversificados, encontrando- se com alguma frequência o estilo *evitante* (*desligado* e *amedrontado*) em, pelo menos, um dos membros do casal, geralmente os homens. Trata-se do grupo onde há menos participantes *seguros* - quatro

seguros para dez (sete homens e três mulheres) *não seguros* – o que, muito provavelmente, está relacionado com o que descrevemos para a reacção e resolução dos conflitos.

Consideram que a relação conjugal, para a qual têm um padrão elevado (e que pode incluir ter projectos em comum com metas claras a atingir), seja duradoura, tanto mais que a satisfação conjugal varia de satisfeito a totalmente satisfeito. Relativamente à importância do compromisso estrutural assumido, encontramos situações diversificadas: desde os que consideram que os casamentos civil e religioso são iguais até aos que vêem diferenças pelos reconhecimento social ou, então, pelos valores.

Partem do pressuposto de que não tem de haver separação rígida dos papéis mas, na prática, acontece, como no caso deles. O tipo conjugal *ambivalente* sustenta atitudes convencionais de género no que se refere, sobretudo, às características psicológicas, apesar de ser frequente o seguinte: as mulheres, neste casamento, classificarem-se a si próprias com reduzida *expressividade* e *instrumentalidade* ou, então, com elevada *expressividade*; os homens, com elevada *expressividade* ou elevados nas duas. Aliás, este foi o grupo de casais onde se verificou o maior número de inversões relativamente às características específicas que são esperadas socialmente para o homem e para a mulher.

Estes resultados são semelhantes aos que tínhamos encontrado nas escalas do EDR, para este tipo conjugal: ideologia mista (*Tradicionalismo* e *Incerteza e Mudança* elevados), interdependência (*Partilha* e *Regularidade Temporal elevados, Espaço Indiferenciado* e *Autonomia* médios); Conflito (*Evitamento*, médio e *Assertividade* reduzida).

Grupo 4 – (*ta* e *at*) - Os casais pertencentes a este grupo são muito semelhantes ao grupo 1, no que se refere à divisão e importância conferida, por marido e mulher, aos papéis profissionais e aos papéis familiares (parentais e domésticos). Consideram a sua relação como igualitária, apesar de alguns referirem a tendência para as mulheres comandarem, o que se traduz, por vezes, em fonte de conflito. Funcionam sem muitas regras relativamente à tomada de decisões e, numa perspectiva quer de troca, quer de mutualidade. A divisão por áreas de influência segue o padrão clássico excepto num caso ou noutro, em que até se inverte. O padrão de reacção ao conflito não é tão nítido como em grupos anteriores.

Referem, alguns, mais homens do que mulheres, ser necessário aliar, à relação conjugal, um espaço e tempo pessoais. O estilo de vinculação mais frequente é o *seguro*, embora não de uma forma tão nítida como no grupo1 (nos oito casais, observam-se onze participantes *seguros* e cinco *não seguros*). Afirmam a intenção de que a relação conjugal seja duradoura, tanto mais que a satisfação é elevada, admitindo, num caso ou noutro, a elevada probabilidade de já se terem divorciado caso não existissem filhos. Relativamente à importância do tipo de compromisso estrutural assumido variam desde o considerar muito importante (e.g. os casais que casaram religiosamente e consideram que o sacramento lhes confere características específicas) até ao pouco importante (uma questão de educação ou de tipo de cerimónia).

Em relação às crenças de género consideram a inexistência de especificidade feminina ou masculina relativamente aos papéis, excepto o de mãe o qual, por natureza é diferente. Evidenciam a crença de diferenças na sensibilidade entre homens e mulheres, alguns exactamente ao contrário do estereótipo. Descrevem-se, no geral, e no que se refere à *expressividade* e à *instrumentalidade*, de formas que condizem com muitos estereótipos culturais (excepto MI) : FM, FA, FI, AA.

Não encontrámos diferenças entre os casais *at* e *ta*, nas entrevistas que lhes realizámos, o que não contraria os resultados obtidos por Fitzpatrick (1988) quando constatou que os cônjuges, com estes tipos mistos, eram mais semelhantes um ao outro do que diferentes.

A análise global destes casais agrupados por tipo conjugal permite-nos afirmar que 'ser casado' constitui uma opção por tipos de relações que são muito diferentes entre si consoante as perspectivas que marido e mulher têm sobre a vida em geral, sobre o casamento e sobre os papéis que deveriam desempenhar. Constatámos, de facto, que estes grupos diferiam entre si em diversas dimensões desde a ideologia (convencional ou não), o equilíbrio entre interdependência e autonomia, a reacção e resolução dos conflitos. É de destacar ainda que, no que se refere à reacção aos conflitos, as diferenças se verificam mais em função do sexo do que, propriamente, em função do *tipo conjugal*. Para além disso, o facto de, em tipos conjugais tão diferentes, os participantes se declararem, à partida, satisfeitos com a sua relação conjugal (embora variando no grau, desde razoavelmente satisfeito a totalmente satisfeito), leva-nos a depreender o cariz complexo e fugaz da variável satisfação conjugal. A constatação deste facto encontra-se contemplada na perspectiva dialéctica da satisfação em relações íntimas de Erbert e

Duck (1997), na qual satisfação e insatisfação coexistem, sendo consonantes com uma vivência conjugal não linear (em que momentos de afectividade positiva e negativa se combinam diferentemente ao longo do ciclo de vida).

4. Discussão dos Resultados

Se, antigamente, homens e mulheres sabiam o que esperar um do outro – os homens iam trabalhar, exercendo uma profissão e, as mulheres, ficavam em casa a cuidar da família –, no presente, tendencialmente, também sabem – homens e mulheres vão, ambos, exercer uma profissão e cuidar da sua família. O que pensam sobre esse facto, como reagem socio-afectivamente e como o realizam em comportamentos, vai estar na origem das diferentes configurações que observámos a propósito dos tipos conjugais. Cognições, afectos e comportamentos são, portanto, indissociáveis como é amplamente reconhecido em ciência (e.g. Fitzpatrick, 1988; Pina Prata; 1990; Fletcher, 2002) e, concretizado, na 'arte' de conjugar papéis conjugais, parentais, domésticos e profissionais.

O que observámos, nos trinta estudos de caso realizados foi que "*marido e mulher estão a fazer um esforço para encontrar novas formas de se relacionar em resposta à revolução de género*" (Philpot, 1997) e que já vão tendo um mapa de estradas para o fazer, podendo escolher caminhos diferentes.

4.1. Papéis Familiares e Profissionais

O ideal das esferas separadas – público e privado – para homens e mulheres, a que já fizemos referência anteriormente, forneceu um sistema de crenças que não facilita as mulheres no exercício das suas profissões e que justifica que os homens realizem pouco trabalho na família (Coltrane, 1998a), como tivemos oportunidade de observar, de formas bem diferentes, nos quatro grupos considerados nesta investigação. Ou seja, apesar das mudanças socio-estruturais verificadas, as ideias, os sentimentos e os comportamentos sobre a natural predisposição dos homens e das mulheres (em termos de papéis e de características psicológicas) mudam mais lentamente, o que pode

gerar situações de conflito, como também tivemos oportunidade de constatar nas diversas entrevistas:

Com efeito, os ajustamentos dos papéis de género verificaram-se mais na esfera pública do que na privada, onde continua a não existir uma partilha generalizada sobretudo nas tarefas domésticas. Seria, precisamente, esta extensão dos papéis de género a várias esferas da actividade social que explicaria o facto de, ao contrário do que previa o modelo de diferenciação categorial (Doise, 1976/1984), uma mudança numa delas não ter implicado uma mudança generalizada nos comportamentos associados às outras esferas.

Nos grupos 1, 3 e 4, os homens, mais do que as mulheres, investem na profissão em termos de tempo e de opções. As mulheres dos tipos conjugais *tradicional*, *ambivalente/tradicional* e *ambivalente* (por ordem decrescente) são quem mais refere ter condicionado a sua profissão em tempo e responsabilidades, aos interesses do que julgam ser melhor para as respectivas famílias. A justificação dada pelos maridos (e com o acordo das respectivas mulheres) para tal, e também por ordem crescente dos grupos 1, 4 e 3, é a de que, com o seu trabalho de sustento financeiro, estão a corresponder aos compromissos familiares. Daí que diversos autores (e.g. Pleck, 1984; Coltrane, 1998b) se refiram ao facto das fronteiras entre os papéis laborais e os papéis familiares serem permeáveis assimetricamente para homens e mulheres.

As investigações realizadas por Winstead, Derlega e Rose (1997) permitiram-lhes concluir que, enquanto para os homens os três papéis (marido, pai e profissional) correspondem à imagem de uma pessoa madura e bem sucedida, para as mulheres, a acumulação desses mesmos três papéis suscita a questão do conflito de papel e da sobrecarga. A entrevista ao casal 189 é paradigmática, como se depreende da seguinte afirmação de 189H - "*Para os homens, é muito fácil e mais natural a articulação dos diferentes papéis porque tradicionalmente o homem sempre foi marido, pai e trabalhador (...) Temos a mesma profissão mas há, tacitamente, uma coisa assumida ou subentendida que, supostamente, eu teria mais tempo para a profissão e a M, por opção, teria menos*". Encontramos, também, exemplos ilustrativos do conflito de papel sentido pelas mulheres nas entrevistas de 103M, 132M, 158M, 189M (grupo 1), 173 M, 195M (grupo 3), 53 M, 152M, 140M (grupo 4).

No entanto, a este conflito de papéis, sentido sobretudo pelas mulheres, não é imune o sentimento de alguns maridos, os quais expressam mal-estar, revelam formas de compensar e atenuar a falta de tempo e, alguma vontade de mudança: 103H, 132H,

189H, 218H (grupo1), 173H (grupo3), 53H, 152H, 140H (grupo 4). Estes resultados são semelhantes aos encontrados noutras investigações (Barnett *et al.*, 1992; Blanchard-Fields et al., 1997) reveladores de que os homens experimentam, cada vez mais, um maior conflito de papéis entre vida profissional, pessoal e conjugal. Nesta última investigação também se constatou que a *instrumentalidade* (traço habitualmente mais saliente nos homens) estava associada a maior conflito de papel, facto que neste estudo qualitativo também é confirmado, dado que todos aqueles maridos atribuíram a si próprios níveis elevados de *instrumentalidade*: 103, 152, 173, 218 (tipo masculino); 53, 132, 140, 189 (tipo andrógino).

Já nos casais pertencentes ao grupo 2 (tipo *independente*), verificamos uma situação muito diferente, por vezes inversa, da que temos vindo a descrever para os outros grupos: a saliência dos papéis profissional e familiar não é tão diferente para homem e mulher e, em dois casais (46 e 215), o papel profissional é mais saliente na mulher e, o familiar, mais saliente no marido. O conflito de papel também se faz sentir, desta vez, mais igualmente por homens e mulheres e, nos casos 46 e 215 (cujas mulheres se auto-relataram respectivamente como de tipo *masculino* e *andrógino*) o conflito é patente nos seguintes excertos: 46M – "*Eu sentia-me culpabilizada mas aprendi aquele raciocínio que a qualidade não tem a ver com a quantidade..*"; 215M – *Sempre tive muitos objectivos profissionais, é um gosto, agora queria mudar e não consigo. Quando tenho tempo para pensar questiono o tempo que temos para estar juntos e, às vezes, faço tentativas de mudança; só que depois vou para o trabalho e aquilo absorve-me e esqueço-me que eu própria pensei dar mais atenção a mim, à família.*

A maior parte dos casais do grupo 2, dão exemplos ilustrativos de como quando os homens desempenham o trabalho de família rotineiro que as mulheres/mães fazem, não só não separam tanto as esferas, como desenvolvem capacidades de cuidado e atenção que, supostamente, seriam pertença exclusiva das mulheres, o que vai de acordo com a conclusão de outros estudos (Beitel & Parke, 1998; Deater-Deckard & Scarr, 1996). Também os homens dos casais 103, 174 (grupo 1) e 169 e 140 (grupo 4) revelam esses comportamentos como se depreende das respectivas entrevistas.

Papéis Parentais

A área da parentalidade é aquela em que se verifica uma maior alteração nos comportamentos de homens e mulheres relativamente ao que acontecia anteriormente.

Mesmo nos casais dos grupos 1, 3, e 4, a participação dos homens na área familiar faz-se sentir - muito mais do que na gestão e execução domésticas - na partilha de responsabilidades na educação dos filhos (e.g. casais: 99, 138, 158, 174, 189, 218 (grupo 1); 82, 139, 171, 173 (grupo 3); 53, 154, 169 (grupo 4) e, em alguns casos, também na prestação de cuidados (e.g. casais 99, 103 e 218 (grupo 1); 82 e 139 (grupo 3); 53, 124, 169 (grupo 4)). Essa participação é menor nos casos em que são dominantes as crenças sobre a especificidade natural do papel maternal (e.g. casais 158, 122, 152, 154, 140). No entanto, no casal 103, embora exista essa crença por parte do marido e não da mulher, H partilha com M os cuidados dos filhos.

O grupo dos casais *independentes* é o único em que se verificam duas situações de preponderância do pai relativamente à mãe, na educação e cuidados dos filhos (casais 46 e 215). Em três casais, há partilha igual dessas tarefas e, em dois, a mãe tem preponderância.

Estas mudanças na concepção e exercício da parentalidade também se têm verificado em muitos outros estudos realizados noutros países (Beitel & Parke, 1998; Bonney et al., 1999; Cohen, 1998; Cowan & Cowan, 1992; La Rossa, 1988; Firestone & Catlett, 2000). Das entrevistas que realizámos, emerge mais o componente emocional da relação e a transmissão de valores do que, propriamente, as responsabilidades financeiras e o trabalho acrescido pelo facto de serem pais (casal 90: H - "*ir ver, à meia-noite as filhas a dormir*"; M - "*ver o pai como se fosse uma criança quando é uma pessoa tão séria...é a brincadeira incondicional da parte dele que eu desconhecia*"; 174H - "*A primeira filha nasceu de cesariana, portanto, foi a única em que não assisti ao parto, mas quando ela saiu do bloco operatório, quando abriram as portas, eu lembro-me de olhar e caíam-me as lágrimas...não queria acreditar um filho meu...foi uma experiência inesquecível...*"; 189 H - "*Ter filhos é um sonho, porque nós os dois sempre gostámos de crianças. Esse é que é o projecto que nós estamos a construir. Não hesitaríamos em tentar tudo para ter filhos – ou do ponto de vista médico, ou adoptar...Eu era perfeitamente capaz de ficar em casa com eles e deixar de trabalhar, e ela, é que ir trabalhar*").

Estes dados são bem explicados pela teoria microestrutural (Risman, 1986; 1987), a qual, apesar de reconhecer que mulheres e homens desempenham os papéis na base da biologia e da socialização, considera que as oportunidades e constrangimentos modelam muito dos comportamentos, o que explicaria como os homens que têm que

desempenhar o 'papel de mãe' adquirem as características necessárias para fazer esse trabalho.

Considerando os modelos de envolvimento paternal a que já fizemos referência no capítulo III deste trabalho – recurso económico relativo, estrutural de pedido-resposta, sistemas familiares (função da qualidade e dinâmica do casamento), atitudes sexuais tradicionais – e, verificando que, no estudo qualitativo que realizámos com estes trinta casais, os pais, em geral participam mais na educação e cuidado dos filhos do que nos trabalhos domésticos, o que está, provavelmente, em causa, é o facto da primeira tarefa ser mais recompensadora do que a segunda. Já a participação dos maridos no trabalho doméstico parece ser mais função dos recursos económicos e da dinâmica conjugal.

Papéis domésticos

Nos trinta casais estudados, verificámos que cabia à mulher a gestão e organização domésticas (excepto casais 46, 140, 171 em que está a cargo do marido, e 90, 216, 169 em que partilham). Naqueles casos, os maridos notavam menos o que era necessário fazer, esperavam um pedido para desempenharem várias tarefas e, com alguma frequência necessitavam de uma orientação para que a realização das tarefas fosse bem sucedida, considerando o seu trabalho mais do que um dever, uma ajuda (conforme entrevistas). A dados semelhantes têm chegado outras investigações (e.g. Burr, 1998; Poeschl & Silva, 2001; Thompson & Walker, 1989; Vicente, 1998).

Curiosamente, verifica-se uma discrepância relativamente às crenças de género. Com efeito, a maioria dos participantes neste estudo (excepção 158H – "*Já nem ponho a questão da casa e o tratamento com as empregadas, eu sinceramente acho que isso é tarefa de senhoras mas, se for preciso, eu faço. Há tarefas que são masculinas – fechar as portadas, cortar a relva, pregar pregos, arranjar canos. Agora a M, por ser mãe, nitidamente que está mais apta a cuidar das crianças, eu sou carinhoso mas não ando aí aos beijos*") considerou não existirem teoricamente, diferenças entre homens e mulheres que justificassem a divisão que se verificava, em alguns casais. Alguns justificam que '*calhou*', '*quando perceberam já estava assumido que era assim*', ou pelos interesses e disponibilidades de cada um, ou pelo excesso de trabalho profissional. Tal como nas entrevistas de Backett (1987), os casais quando verbalizavam a discrepância entre as suas crenças e a prática na partilha de trabalhos domésticos, adoptavam vários mecanismos de ajustamento, geralmente considerando que era a

situação possível ou mais justa dadas as circunstâncias de vida. Noutros casais (e.g. casais 122 e 17) e, tal como nos estudos de Larson *et al.* (1994) era evidente que, para as mulheres, era uma área importante de poder, da qual não queriam mesmo abdicar se partilhassem com os maridos. Verificámos, à semelhança de Greenstein (1996), e também através das entrevistas, que os maridos só participavam nos trabalhos domésticos quando coincidia que eles e as respectivas mulheres fossem igualitários nas suas crenças sobre papéis conjugais e de género (e.g. casais 90, 216, 124).

Esta questão é área de desacordo para alguns casais deste estudo (sobretudo os que não têm empregada). Os casais podem aspirar a um objectivo de equidade, mas os papéis de género tradicionais podem entrar em conflito com esse objectivo e, ao trabalhar decisões sobre a distribuição do trabalho doméstico, os casais podem acabar por regressar aos padrões tradicionais, e isso é tanto mais verdade quando se tornam pais (e.g. Cowan & Cowan, 1992; Steil, 1997) (e.g. 132M - "*Passou a haver aquela divisão mais tradicional de papéis relativamente às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos...sempre pensei que ia ser tudo partilhado a 50% e, não é, durante a semana. Ele é capaz de fazer tudo desde que esteja em casa. Só que não está...*"). Nesta área, a influência do contexto sócio-cultural faz-se sentir de uma forma muito nítida, na medida em que as relações que se vão estabelecendo elicitam um conjunto específico de papéis de género, os quais mudam ao longo do ciclo de vida da família.

A existência de bem-estar associado aos papéis múltiplos, quer para homens, quer para as mulheres pareceu, nas entrevistas que realizámos, estar associada mais à qualidade dos papéis, ao efeito da fadiga ou ao apoio sentido por parte do cônjuge, do que, propriamente, à sua quantidade ou número de horas gasto (e.g. casais 103, 138, 189, 218, 46, 90, 53) o que está de acordo com revisão de estudos (Aneshensel & Pearlin, 1987; Barnett & Rivers, 1996; Coltrane, 1998; Steil, 1997). Nas situações em que se verificavam crenças tradicionais relativamente à divisão dos papéis de género, a sobrecarga e conflito de papéis eram muito mais evocados (e.g. casais 103, 132, 158, 219, 173, 152).

4.2. Poder e Influência

Apesar de, actualmente, homens e mulheres estarem ambos envolvidos nas esferas pública (trabalho) e privada (família) da vida, o que é determinante para Eagly (1987, 1995) é a análise de como o poder e a responsabilidade estão distribuídos por

cada um, em cada uma das esferas, e como a identidade individual se desenvolve. Com efeito, as questões de poder são indissociáveis das relações de intimidade entre homem e mulher uma vez que, sem equidade e aceitação, é difícil a intimidade (Larson, Hammond & Harper, 1998) – trata-se da questão do 'poder sobre' ou do 'poder com' a que alude Josselson (1996). Tal como já referimos no capítulo III deste trabalho, a extensa e sofisticada investigação conduzida por Gottman e Silver (1999/2000) concluiu que a partilha do poder era um dos princípios de um casamento bem sucedido.

A maior parte dos casais classificou a sua relação como igualitária (*igualitária autonómica,* na designação de Gray-Little & Burks, 1983), na medida em que as decisões macro eram tomadas em conjunto e, só as decisões mais rotineiras, de acordo com a área de influência de cada um. Mesmo assim em sete casais, é reconhecido que, um deles, decide mais: dos *tradicionais* – 103M; dos *independentes* – 215M, 217M, 219M; dos *ambivalentes* – 171H, 173M, 220H. Nas áreas de influência, a divisão seguiu, na maior parte dos casais, a linha tradicional com as mulheres a tomar decisões domésticas e de educação dos filhos e, os homens, as decisões financeiras.

A divisão de algumas das áreas de influência pelos cônjuges é explicada, em alguns casos, pelo poder de *perito* (Steil, 1997) (e.g. no casal 219, H tem menos influência na educação da filha porque considera que a mulher tem conhecimentos de pedagogia que ele não possui; no casal 215, o marido é que é responsável pela educação do filho porque, segundo M, sabe mais porque é professor; nos casais 169 e 173, a gestão financeira está a cargo de M porque quer uma quer outra são bancárias, portanto, peritas no assunto; no casal 140, a decoração da casa está cargo de H por causa da sua capacidade e aptidão para tal). Ter um salário mais elevado pode ser justificação para trabalhar menos em casa (e.g. 8H) ou não (e.g. 189M).

Mas, mais do que considerar quanto marido e mulher fazem, parece ser importante considerar como o que fazem é percepcionado (Steil, 1997). Isto considerando, designadamente as ideologias de papel de género, ou seja, em que extensão a identidade da mulher é ou não definida pelo seu papel de dona de casa e de mãe e a identidade do marido definida pela sua capacidade de sustento? E a resposta a esta questão pode vir da constatação de que, no grupo dos casais com tipo conjugal *independente* (portanto, com ideologia menos convencional), há alguns casais, em que a divisão por áreas de influência é diferente da tradicional, em alguns aspectos: casal 46, em que a casa e os filhos estão a cargo de H; casal 90, em que a casa e filhos estão a cargo dos dois; casal 215, em que a gestão financeira está a cargo de M e, os cuidados e

educação dos filhos, a cargo de H; casal 216, em que a gestão da casa, os filhos e a gestão financeira estão a cargo dos dois; casal 219, em que a gestão financeira está a cargo de M).

Para além disso, mais do que contar ou determinar o tempo gasto, interessa também perceber qual o valor simbólico dos comportamentos para cada um dos cônjuges, relativamente a si próprio e ao outro, de cada um dos contributos para a relação (ordenado, trabalho doméstico, educação dos filhos, estatuto social, atracção física....) (Hawkins, Marshall & Allen, 1998; Regan & Sprecher, 1995).

É a percepção da justiça na divisão do trabalho que parece ter impacto na satisfação (Perry-Jenkins & Folk, 1994). Assim, o ressentimento de parte a parte, relativamente à divisão dos trabalhos domésticos, tem efeitos para marido e mulher na sua relação conjugal. As mulheres que pretendiam uma participação igual no trabalho doméstico e verificam que o fazem muito mais que os maridos (e.g. 124M, 132M, 152M) ou, então, os maridos que, tendo crenças tradicionais relativamente a esta área mas que, no entanto, partilham igualmente as tarefas (e.g. 173H), sentem muita sobrecarga e registam menos satisfação com o casamento (McHale & Crouter, 1992).

O seguinte excerto da entrevista ao casal 152 é ilustrativo de como este processo de avaliação de igualdade na relação recorre, por vezes, a comparações (Thompson 1991)[3]: H: -"*Eles, às vezes, nem me querem a mim. E tu tens logo que vir dar os exemplos de A, B ou C que fazem diferente. Irrita-me isto, não é tanto pelo discurso que, às vezes, acho injusto porque, por exemplo, a questão dos sonos e do acordar durante a noite, temos as coisas divididas. Depois, de manhã quando acordam, a parte do chichi é comigo, a parte do vestir é contigo. E depois ela diz: 'mas a parte do vestir é muito mais difícil do que o chichi ou as papas', eu tenho o meu ritmo e começa aí a questão das contabilidades. Levantar de noite, até é alternado. Mas, depois, a ideia que os meus filhos recolhem é que 'a mãe ralha com o pai'*"); M explica: -"*Nem nos passa pela cabeça, se eu dei isto, ele tem que dar aquilo. É claro que, em certas alturas, eu me sinto mais sobrecarregada e queixo-me e critico... mas isso é mais um desabafo do que numa perspectiva de cobrar ou de ele ter que dar igual a mim (...) e, mesmo quando*

[3] No *modelo de justiça distributiva* de Thompson (1991), segundo o qual a percepção que as mulheres têm da justiça da divisão do trabalho doméstico será função de três factores principais: resultados (quantidade e qualidade do trabalho doméstico, apreciação demonstrada); comparações; justificações (e.g. ideologia de trabalho familiar e de papel sexual). Percepções de injustiça ou de iniquidade baseiam-se na falta de resultados desejados, comparações desfavoráveis com outros e justificações não aceitáveis para ser privado do resultado desejado.

recorro a comparações até com outros casais, é se ele se apoia muito nesta desculpa dos homens, é para lhe mostrar por A+B que há outros homens que não são assim").

Se considerássemos a tipologia[4] de Gilbert (1993) elaborada com base nos conceitos de poder e de especialização de papel de acordo com o género, nem mesmo os cônjuges do grupo 2 (tipo conjugal *independente)* do presente estudo poderiam ser linearmente classificados como igualitários. E, no entanto, nas entrevistas que realizámos, vários foram os que afirmaram ter uma relação igualitária, justificando essa percepção. Algumas dessas razões aproximam-se das que Barnett e Rivers (1996) relatam nas investigações que realizaram com famílias em que ambos os cônjuges são pais e exercem uma profissão. Estes podiam não ter organizado a sua vida familiar à volta da ideologia igualitária mas evidenciavam um elevado grau de coordenação de responsabilidades e quando co-ocorriam os seguintes factores – ligação emocional muito próxima entre cônjuges, satisfação na vida sexual e de intimidade, partilha de responsabilidades financeiras, e ser parte de uma família extensa – sentiam-se mutuamente recompensados no casamento e constituíam a descrição mais aproximada de uma relação igualitária.

Na percepção da igualdade em relações íntimas, considerámos as perspectivas da *troca* (em função dos contributos de cada um, recebe-se os resultados proporcionais ao cônjuge) e da *mutualidade* (sentido partilhado da relação que transcende a troca imediata e recíproca de benefícios e que implica a confiança e uma orientação a longo prazo), ou, como lhe chamou Hochschild (1989), economia conjugal da gratuidade. Nos grupos 1 e 3 todos os casais, marido e mulher afirmaram proceder de acordo com a perspectiva da mutualidade, ou seja, dar gratuitamente para a relação conjugal. Já no Grupo 4, os dois membros do casal 124 e 79M identificaram-se com a perspectiva da troca, referindo contabilizar os contributos imediatos de cada um para a relação. No grupo 2 encontramos a maioria dos casais a referir contabilidade do dar e receber na relação, o que como refere Pina Prata (comunicação oral) pode ser negativo "*..quando os casais começam a medir tudo, algo vai mal...que a relação não se torne num mero saldo contabilístico entre o que se dá e o que se recebe*". Estes resultados poderão ser explicados pela valorização que os cônjuges que definem a sua relação conjugal como

[4] Recordando o que foi descrito no capítulo III, na tipologia de Gilbert (1993), nos casais *tradicionais* verifica-se que os homens têm mais poder e há especialização de responsabilidades de acordo com o género (e.g. a responsabilidade doméstica pertence à mulher); nos casais *participantes* ambos os cônjuges trabalham fora de casa e, embora os papéis parentais sejam partilhados é a mulher quem tem a

independente dão à autonomia, e à manutenção da independência relativamente à relação; enquanto os cônjuges que definem a sua relação com *tradicional* ou como *ambivalente* valorizam o sentido do 'nós' relativamente à independência e têm confiança numa relação conjugal duradoura.

A esta perspectiva da *mutualidade* parecem estar associadas algumas reacções construtivas de cônjuges que, possuindo uma orientação de longo prazo, pretendem preservar as suas relações: estar disposto a acomodar-se (reagir construtivamente aos comportamentos destrutivos do cônjuge), a sacrificar-se pelo outro (conferindo maior importância ao bem estar do cônjuge ou da relação do que aos seus interesses pessoais), a reconciliar-se e a perdoar (Van Lange, Drigotas, Rusbult, Arriaga, Witcher & Cox, 1997).

4.3. Conflitos: Reacção e Resolução

As principais funções da comunicação numa relação conjugal podem ser sintetizadas em duas: expressão de sentimentos de amor, de intimidade e de compromisso; e resolução das dificuldades e problemas decorrentes da vida comum (Larson, Hammond & Harper, 1998).

Centramo-nos, por agora, nesta segunda função. As dificuldades, os problemas, os conflitos parecem desencadear-se em ambientes de crítica, de injustiça e de mal-estar acumulado (Storaasli & Markman, 1990), associados a diversas categorias de discordância conjugal (Gulotta, 1985). A mais comum aos quatro grupos de casais considerados na presente investigação foi a de discordância cognitiva e de atribuição de tarefas (diferenças de pressupostos sobre os papéis de maridos e mulheres na relação, como é que os casais devem dividir os trabalhos em casa e com os filhos, quanta autonomia deverão ter para além da relação), predominando mais um aspecto ou outro conforme o tipo conjugal considerado. Diversos estudos parecem indicar que os conflitos seriam, precisamente, um dos custos da igualdade no casamento (Brannon, 1996). No entanto, os conflitos podem ser construtivos facilitando a evolução do casal se incluírem afectos positivos (Costa, 1994; Gottman, 1991; Fletcher et al., 1999). Os casais 103, 138, 158, 46 referem diversos exemplos (cf. entrevistas) de como os

responsabilidade das tarefas domésticas; nos casais *igualitários*, ambos os cônjuges estão empregados e partilham as responsabilidades parentais e domésticas.

conflitos e respectiva resolução, foram essenciais no aumento de intimidade, investimento e compromisso um com o outro.

Face a um conflito, a primeira reacção consiste em evitá-lo ou enfrentá-lo. Enfrentá-lo, pode traduzir-se numa tentativa para a sua resolução ou, pelo contrário, numa sua intensificação, em declarada competição (Fitzpatrick, 1988). Apesar dos conflitos serem comuns, necessários e inevitáveis no desenvolvimento e manutenção das relações, o modo como os casais lidam com eles implicará se o conflito é construtivo ou destrutivo para a relação (Markman et al., 1993). Ou seja, mais do que o conteúdo dos conflitos e problemas que surgem nas relações, a forma de reagir e de os resolver, e o modo como os pensamentos e sentimentos subsequentes são comunicados um ao outro, constituem elementos críticos na determinação do sucesso das relações de conjugalidade (Fletcher, Thomas, & Durrant, 1999; Gottman & Silver, 1999; Kurdek, 1995).

No estudo por nós realizado, encontrámos um padrão consistente: a mulher tem a iniciativa de falar (para aprofundar pistas, resolver e chegar a consenso) ou fala, explode, interpela, provoca, luta; o marido evita o conflito (deixa andar porque o tempo resolve tudo ou porque tem que reflectir), cala-se, amua, distancia-se, sai. Este padrão foi encontrado em 5 dos 8 casais do grupo 1 (*tt*), em 4 dos 7 casais do grupo 2 (*ii*, *ai*, *ii*); em 6 dos 7 casais do grupo 3 (*aa*), em 4 dos 8 casais do grupo 4 (*at* e *ta*) (cf. Gráfico 7.6).

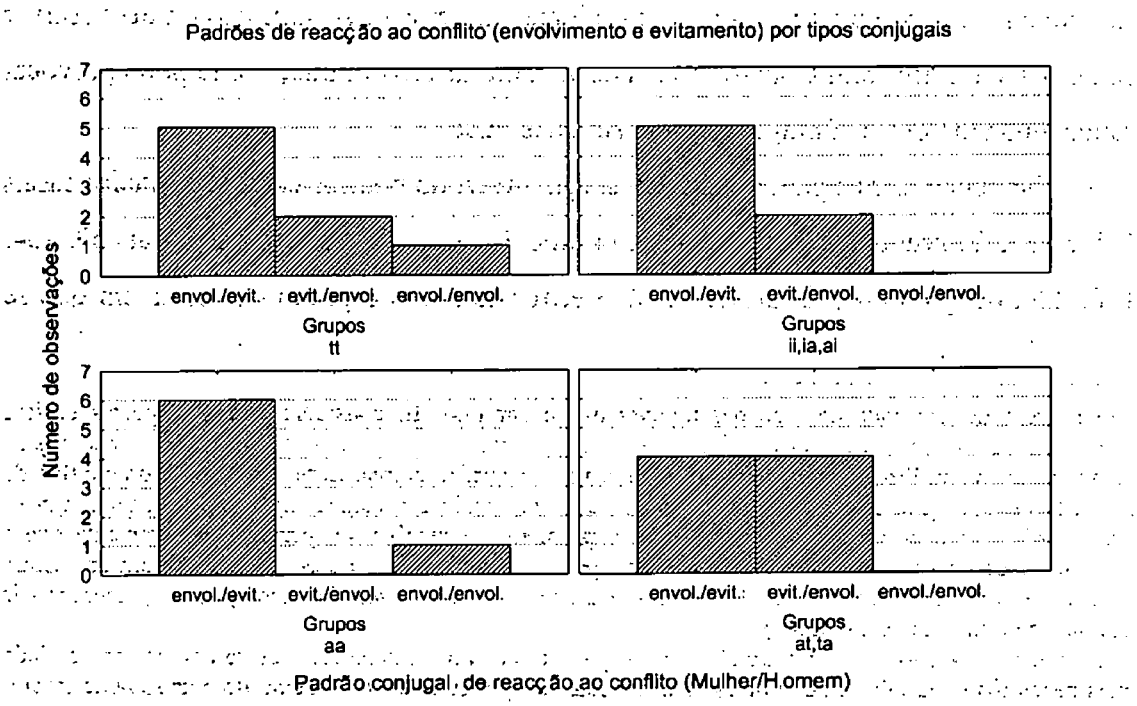


Gráfico 7.6 - Padrões de reacção ao conflito por tipos conjugais

Esta diferença de género é consistente com os resultados de outras investigações. Com efeito, de acordo com o modelo da acomodação de Rusbult[5] (1987) relativamente a problemas de relação, nas mulheres havia mais probabilidade de ocorrerem respostas de 'lealdade' ou de 'voz' e, nos homens, respostas de 'negligência' ou 'saída'. (Rusbult, Verette, Whitney, Slovik, & Lipkus, 1991; Rusbult, Yovetich & Verette, 1996). Uma das justificações para tal, é a de que as mulheres levantam problemas numa tentativa de os resolver dado que se sentem responsáveis pela manutenção da relação conjugal (Hendrick, 1981). Não se trata, porém, do padrão de interacção, instalado e cristalizado em conflitos conjugais, identificado por Christensen e Shenk (1991) de pedido-evitamento ou ataque-retirada, em que um dos cônjuges "*pressiona o outro com pedidos, queixas, e críticas, enquanto o (outro) se retira com defesas e interacção passiva*" (p.458)[6].

Quando avaliados com medidas de auto-avaliação (Acitelli & Young, 1996; Christensen & Shenk, 1991; Cross & Levant, 1997; Turgeon, Julien & Dion, 1998) ou de observação (Christensen & Heavey, 1990; Heavey, Christensen & Malamuth, 1995), verificou-se que há mais probabilidade de serem as mulheres que se envolvem e os homens os que evitam, quando discutem os seus problemas relacionais. Um estilo de comunicação frequentemente encontrado (Mulac, 1998) em homens – directo, sucinto, pessoal e instrumental - traz vantagens no domínio público mas não no privado, em termos de relações interpessoais. Isto porque não favorece a auto-revelação, o apoio emocional, nem serve de veículo de intimidade emocional. Assim, não é raro observar os homens a preferirem calar-se, evitando a comunicação íntima, o que pode provocar zanga ainda maior no cônjuge que já se sentia isolado.

No entanto, este padrão também surgiu invertido noutros casais do estudo: casais 138 e 158, do grupo 1; casais 8 e 46, do grupo 2; casal 171 do grupo 3; casais 53, 154, 140, 220, do grupo 4 (cf. Gráfico 7.6). Verificamos que o grupo de casais em que se

[5] O modelo da acomodação, que desenvolvemos no capítulo III, considera quatro respostas básicas relativamente ao conflito de relação : *lealdade* (permanecer comprometido sem fazer activamente nada para resolver o conflito, esperar com optimismo); *voz* (encorajar, activamente, a resolução do conflito de forma positiva, sugerindo soluções, pedindo ajuda, incentivando a mudança em si próprio e no cônjuge); *negligência* (evitar o conflito, esperando que o problema se resolva, ou permitir passivamente que a situação se deteriore, ignorar ou criticar o cônjuge por questões irrelevantes, queixar-se sem apresentar soluções, envolver-se com terceiros) e *saída* (destruir activamente a relação, gritar, abusar, ameaçar sair da relação ou mesmo abandoná-la).

[6] Este padrão pode tornar-se num ciclo vicioso porque face ao evitamento, o outro cônjuge sente ainda mais necessidade de falar e pode pressionar a discussão; por sua vez, o aumento do pedido pode levar a que o evitante sinta ainda maior preocupação com os riscos da discussão e aumente a sua necessidade de fuga.

verifica mais o padrão de ser a mulher a amuar, a não falar, a distanciar-se e, o marido, a ter a iniciativa de falar e resolver é o grupo 4 – tipos conjugais *ambivalente* e *tradicional*. Estes comportamentos de acomodação, nestes casais mais patentes nos maridos, estão associados a satisfação conjugal, elevado compromisso/investimento, preocupação com o bem-estar pessoal e a pessoas orientadas para a relação (Attridge, Bersheid & Simpson, 1995; *Baucom et al.*, 1996ab; Rusbult *et al.*, 1991). Satisfação conjugal, elevado compromisso/investimento na relação estão, de facto, presentes, nos maridos destes casais e, curiosamente, os dois casais do grupo 2 em que o marido apresenta este padrão de envolvimento no conflito são, precisamente os casais 8 e 46, os quais passaram por uma ruptura grave, tendo depois retomado a relação conjugal.

Um dado que poderá ajudar a explicar o envolvimento dos maridos como reacção e resolução dos conflitos provém dos resultados obtidos numa investigação (Robey, Canary & Burggraff, 1998) sobre comportamentos de manutenção das conversas entre marido e mulher a qual revelou que, apesar das mulheres continuarem a ter, nesta área, um papel de destaque, os tipos conjugais encontrados por Fitzpatrick (1988) constituíam uma variável moderadora. Para além disso, nos casos em que as mulheres reagem evitando o conflito, podem estar a procurar preservar a relação, dado sentirem-se mais responsáveis pela sua manutenção (Cancian, 1987). É disso ilustrativo o seguinte excerto da entrevista ao casal 140 : H – "*Dantes, eu criticava e a M ficava calada, hoje em dia, como eu sei que ela é assim, não saio dali enquanto não falarmos, e ela me diga se eu tenho ou não razão, porque eu não sou dono da verdade, mas tenho que respeitar o seu* timing."; M: "*Eu calava-me porque o H era muito explosivo e eu achava que, qualquer coisa que fosse dizer, ainda o punha mais furioso. Hoje em dia, se me calo não é por isso, porque o H está muito mais controlado, mas é porque eu tenho uma necessidade extrema de ser justa e, como naquele momento não estou em condições de fazer isso porque só estou a ver o meu ponto de vista, preciso de tempo para raciocinar, é melhor parar, arrefecer e conseguir ver o lado dele e concluir, eventualmente, que temos os dois razão... ou ter a certeza do passo que vou dar*"). Como refere Gottman (1998, Gottman & Levenson, 1999a), torna-se fundamental, para avaliar do carácter positivo ou negativo das reacções de evitamento ou de envolvimento nos conflitos, aprofundar as razões de tais reacções.

As estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos casais satisfeitos são, na generalidade, diferentes das dos casais insatisfeitos, respectivamente, mais positivas ou mais aversivas (Halford, Kelly & Markman, 1997). O casal 219 revela formas de

resolução do conflito que se podem tornar preocupantes a longo prazo, indiciadoras do padrão identificado por Christensen e Shenk (1991) de ataque-retirada (e.g. M – "*...eu não desisto facilmente e vou picando, picando, picando...ele vai-se deitar e eu vou atrás dele porque o silêncio dele, a não resposta é problemático....*"; H – "*eu reajo muito mal, não violentamente, mas tentando passar para outra dimensão, vou-me deitar.....é a minha escapatória porque não tenho argumentos. E acaba por não se falar porque eu acabo por esquecer outra vez*").

Os casais do presente estudo parecem gerir a resolução dos conflitos socorrendo-se, consoante as circunstâncias, dos modelos descritos por Fletcher (2002) como 'boa comunicação'[7] e 'boa gestão de conflitos'[8], o que ganha outra compreensão à luz das 'teorias locais da relação' (e.g. de desilusão ou de bem-estar e segurança com a relação) de cada um dos membros do casal (e.g. casal 103 M - "*Já tivemos uma situação de crise, valente, exactamente porque eu sentia que não me conseguia cruzar com ele, por causa do tempo. Não conseguíamos, mesmo fisicamente, não nos encontrávamos. Eu tinha medo que acontecesse dar demasiado aos outros e já não ter nada para dar a nós, não, é que eu sentisse que ele estava esgotado, eu tinha medo em relação aos miúdos...quando dei esse sinal era para prevenir ...eu sou assim porque tu também mereces que eu seja assim, a questão não está em eu ser a vítima ou ter mau feitio...não, eu faço um esforço para melhorarmos....eu já uma vez lhe disse 'Eu fecho-te a porta e não te deixo entrar cá em casa' e fechei-lhe a porta e ele conseguiu entrar pela janela. Mas isto, para mim, não é ruptura, é sempre construtivo, eu sou uma lutadora, isto não é para destruir, mas sim para sacudir.....eu sinto alguma segurança nele, para lidar com este tipo de situações e conhecemo-nos e sabemos o que podemos fazer*").

[7] O modelo da 'boa comunicação' postula que, em primeiro lugar, os membros do casal devem expressar, com franqueza e diplomacia, os seus pensamentos e sentimentos negativos (Gottman & Krokoff, 1989; Karney & Bradbury, 1995). Devem lidar abertamente com o conflito em vez de reagir com indiferença ou retirada (Gottman, 1998) e, por último, tentar resolver honestamente os problemas. Procedendo desta forma, os casais estarão a construir relações conjugais satisfeitas e duradouras, caso contrário, os conflitos acabarão por reaparecer, porventura com efeitos mais corrosivos, minando a relação.

[8] O modelo da 'boa gestão dos conflitos' postula que, em primeiro lugar, a expressão aberta e regular dos pensamentos e sentimentos negativos prejudicaria as relações conjugais. Comunicar correctamente passaria por acomodar-se ao comportamento do outro, eventualmente estabelecendo soluções de compromisso (e.g. ignorando ou respondendo positivamente ao comportamento negativo do outro em vez de exibir os desacordos). Por último, seria importante que os cônjuges percebessem que, uma vez que todas as relações têm problemas que não podem ser resolvidos, haverá que integrar isso na vida, e não tentar obsessivamente resolver toda e qualquer questão (Bradbury *et al.*, 1995).

A articulação entre os dois modelos também se pode fazer, segundo Fletcher (2002) por moderação, por equilíbrio, dado que não seria saudável, para nenhuma das partes, reagir ao conflito sempre de acordo com um só dos modelos. Ou seja, pode tornar-se muito problemático, reagir sempre ao conflito, com abertura, sinceridade e explosão de sentimentos (mas com pouca atenção ao estado da relação ou aos sentimentos do cônjuge) ou, então, reagir ao conflito, ocultando os sentimentos e pensamentos negativos (sacrifício que, a breve prazo, deixará de ser valorizado pelo cônjuge).

O processo de resolução de conflitos e/ou problemas, geralmente, implica uma identificação clara e concreta do problema e uma procura criativa, empática e flexível de soluções. Os casais participantes neste estudo qualitativo ilustraram algumas dessas soluções:

- *cedência* de um dos cônjuges (e.g. '*porque não é assim tão importante como isso*', '*como expressão de amor*'), sendo importante que a cedência não seja pressionada e que haja reciprocidade ou alternância na cedência (e.g. casal 173);

- *solução de compromisso, de colaboração ou de integração* (que contenha simultaneamente as preferências de ambos os cônjuges, os quais serão ambos vencedores dado que, por negociação, vão explorar opções que maximizem os benefícios e minimizem os custos de uma determinada solução para cada um deles) (e.g. casal 90, 79);

- *aceitação do desacordo* e do direito do outro a ser diferente porque as diferenças podem referir-se a aspectos que não são negociáveis (e.g. casal 189, 139).

Poder-se-á, então, concluir que parece não haver modelos melhores de resolução dos conflitos, tudo depende do ajustamento que se faz das estratégias e comportamentos de comunicação de acordo com as exigências do contexto. Como o que estamos a considerar são relações de intimidade que implicam duas pessoas – uma mulher e um homem – revela-se como decisivo para o sucesso da relação, o modo como cada casal combina e harmoniza os seus estilos de comunicação individual.

4.4. Intimidade e Compromisso

A intimidade é o processo através do qual se vai dando progressivamente forma e conteúdo ao 'nós' da relação de casal. Há, pois, grande diversidade no modo como o

'eu' e o 'tu' vão construindo o 'nós'. A diversidade reflecte-se no modo como pensam sobre intimidade e no modo como sentem e expressam essa intimidade.

A interdependência é, precisamente, uma das facetas da intimidade através da qual marido e mulher vão equilibrando a pertença e a autonomia, ou seja, desenvolvendo relações de *interindependência* (Pina Prata, 1980). Diversos estudos revelam que maridos e mulheres têm diferentes visões de intimidade e as diferenças na socialização feminina e masculina estão na origem de um conflito conjugal comum: as mulheres querem mais proximidade, enquanto os homens não só querem mais autonomia (Kenny & Acitelli, 1994) como a encorajam (Rankin-Esquer et al., 1997).

No estudo qualitativo que realizámos, os homens mais do que as mulheres, e em todos os grupos de tipos conjugais, manifestaram essa necessidade de preservar a autonomia na relação conjugal. No entanto, entre grupos, o grupo 2 (*ii*, *ia* e *ai*) distinguiu-se pelo número elevado tanto de homens como de mulheres a valorizar a autonomia, e o grupo 4 (*at* e *ta*) foi aquele em que se verificou um número mais elevado de maridos também a destacar a importância da individualidade na conjugalidade, pelo que a variável tipo conjugal parece ser uma variável moderadora a considerar em estudos futuros relativamente à autonomia *versus* proximidade, na intimidade

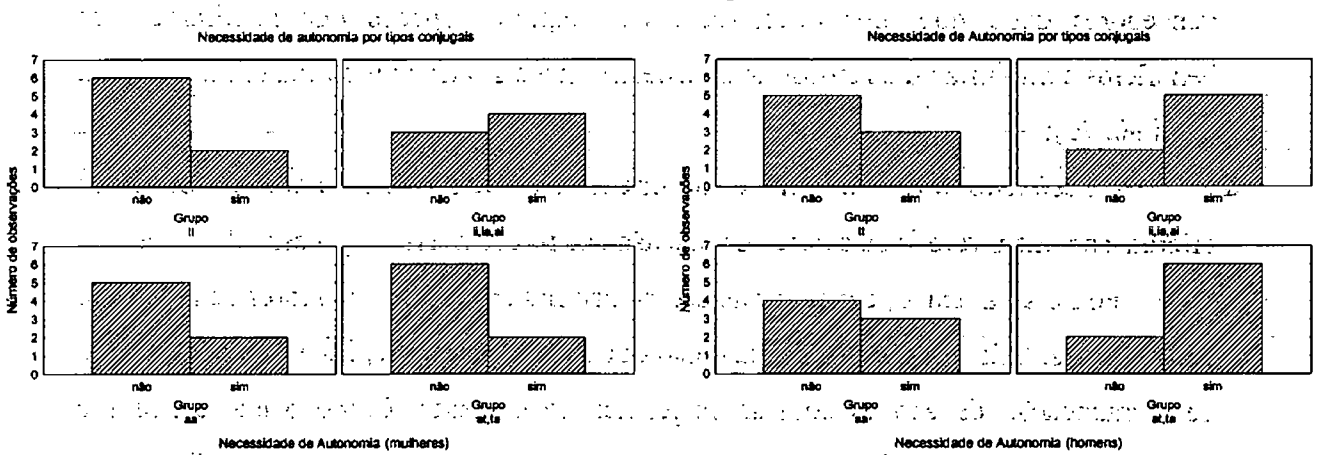


Gráfico 7.7 – Necessidade de Autonomia expressa em função dos tipos conjugais e do sexo

Em diversos estudos, o próprio significado que, homens e mulheres, atribuem a intimidade, parece não ser o mesmo – enquanto os homens a associam a proximidade, partilha de actividades, resolução prática de situações e sexualidade, para as mulheres, intimidade significa revelação de sentimentos e de pensamentos, partilha pelo diálogo e afecto, compreensão recíproca (Heller & Wood, 1998; Larson, Hammond, & Harper, 1998; Philpott & Brooks, 1995; Rampage, 1994; Reis, 1998; Talmadge & Dabbs, 1990).

No entanto, na análise de conteúdo das entrevistas que realizámos, encontrámos muito poucas diferenças género relativamente à concepção de intimidade nos quatro grupos. Em todos os grupos apareceram (conforme quadros-resumo da entrevista), referências aos diversos componentes da intimidade - auto-revelação, partilha, apoio emocional, confiança, mutualidade, interdependência – independentemente de ser por homens ou mulheres. Unicamente a referência à sexualidade, como componente importante da intimidade, foi mais referida por homens do que por mulheres, o que é consonante com os resultados obtidos por Karney & Bradbury (1995). Uma hipótese de explicação para estes dados reside no facto de, em casais satisfeitos com a relação conjugal, como estes se declararam, se verificar uma tendência para as diferenças se esbaterem (Acitelli *et al.*, 1993; Narciso, 2001) e para os cônjuges realçarem as semelhanças entre si (Hammond & Fletcher, 1991, *cit. in* Fletcher, 2002). Acresce o facto de termos como unidade de análise, nestas entrevistas do estudo, o casal e não homens e mulheres a serem comparados enquanto membros de grupos, o que terá alguma influência nas diferenças e semelhanças de género que se encontram.

Muito provavelmente, as diferenças de género encontram-se, sobretudo, na expressão emocional da intimidade - com as mulheres a serem mais *expressivas* (níveis mais elevados de auto-revelação e de sensibilidade, comunicados verbalmente e através de expressão facial); e os homens mais *instrumentais* (expressão através de acções) e com maior capacidade de controlo das emoções (Dindia & Allen, 1992; Fitzpatrick, 1988; Goleman, 1997; Hatfield & Rapson, 1993; Kunkel & Burleson, 1998; Lipovetsky, 1997; Reis, 1998). Daí, o não ser raro encontrar queixas diferentes relativamente à intimidade. A extensa e recente investigação de Barrett, Lane, Sechrest e Schwartz (2000), evidenciou que as mulheres se distinguiam claramente dos homens, no que se referia à facilidade com que exibiam o que sabiam sobre emoções e como representavam as suas próprias experiências em pensamento consciente. Para os autores, estes resultados podem efectivamente reflectir uma diferença de género no que se refere à disponibilidade e/ou acessibilidade ao conhecimento emocional e/ou à motivação para o usar (idem, p.1034), servindo de base à crença frequente da existência de diferenças entre homens e mulheres relativamente à sensibilidade.

No entanto, sabe-se que essas diferenças são menos acentuadas em relações heterossexuais de grande intimidade, mais igualitárias (Canary & Emmers-Sommer, 1997), uma vez que uma relação não é íntima quando os cônjuges não partilham sentimentos semelhantes de intimidade (Heller & Wood, 1998). Pode ser esse o factor

que explica os resultados que encontrámos no nosso estudo. Com efeito, à medida que as *teorias locais da relação* se vão desenvolvendo, vão-se entrelaçando com teorias sobre si próprio, conforme o demonstraram Aron, Aron e Norman (2001) - à medida que os cônjuges se tornavam mais íntimos, construíam uma teoria da relação que representava a sobreposição entre si próprio e o outro, como se fossem uma unidade, tanto em termos cognitivos como comportamentais (e.g. 189M – "*Já não sabemos senão estar casados*"; 122M – "*intimidade é conhecer da pessoa aquilo que não se vê, o significado do olhar*"; 122H – "*intimidade é , por exemplo, saber a frase que o outro vai dizer*"; 173H – "*Tu, muito antes de dizeres, eu já sei o que é...sei o que os olhos dela estão a pensar*").

Para além disso, a nossa compreensão da emoção é confundida pelo facto da *experiência* emocional ser inerentemente privada, enquanto a *expressão* emocional é pública. Sendo assim, o comportamento pode não ser uma consequência inevitável dessa experiência interna. Foi o que 140H tentou explicar à mulher - "*Tu alertas-me que precisas de atenção mas é algo que não tens para comigo, mas eu também não me queixo...e lá por eu não dizer, não quer dizer que não esteja a pensar*".

Vinculação

Uma outra variável que considerámos associada à intimidade conjugal foi a vinculação (Bartholomew, 1990). Com efeito, a intimidade é, precisamente, o que é evitado pelos indivíduos cujo 'modelo sobre os outros' é negativo (padrões de vinculação *evitante amedrontado* e *evitante desligado*), e o que é procurado pelos indivíduos cujo modelo sobre os outros é positivo (padrões de vinculação *seguro* e *preocupado*) (Bartholomew, 1990).

No estudo que realizámos, verificamos, em primeiro lugar, que o número de mulheres (n=20) e homens (n=19) que fazem um auto-relato *seguro* do seu estilo de vinculação predominante, é significativamente superior ($\chi_2 = 3.6$, $p<.05$) à soma dos outros estilos de vinculação escolhidos por homens e mulheres. Ou seja, a maioria das mulheres e dos maridos participantes neste estudo sente-se confortável a depender do cônjuge, confia nele e considera fácil estar próximo dele – sente-se confortável com a intimidade, a interdependência e a autonomia.

Estes dados são importantes uma vez que sabemos que os benefícios da vinculação *segura* entre os adultos são tão vastos que Mikulincer e Florian (1998) consideram tratar-se do factor mais determinante ao longo do ciclo de vida. Com efeito,

independentemente da tipologia de vinculação adoptada (e.g. com três ou quatro categorias) ou do método usado (e.g. entrevista, questionário), os resultados das diversas investigações realizadas permitem afirmar que quanto maior a segurança na vinculação geral dos indivíduos, maior o bem-estar e a satisfação nas relações. É de esperar, portanto, que as pessoas procurem relacionar-se com 'outros' que sejam 'sensíveis e bons prestadores de cuidados', reagindo com tempo e apropriadamente aos respectivos sinais e necessidades.

A existência de casais cujos membros são, os dois, *seguros* na relação conjugal, é dominante, por ordem decrescente nos grupos de tipos conjugais *tradicional*, *independente* e *ambivalente/tradicional* (cf. Gráfico 7.8)[9]. Por sua vez, no grupo dos cônjuges *ambivalentes* não há um único casal em que os seus dois elementos se auto-descrevam na relação com um estilo de vinculação *segura*. Neste grupo de cônjuges *ambivalentes* há quatro mulheres *seguras* casadas com indivíduos que apresentam, respectivamente, vinculação *preocupada* (casal 122), *evitante amedrontada* (casal 195) e *evitante desligada* (casais 139 e 173).

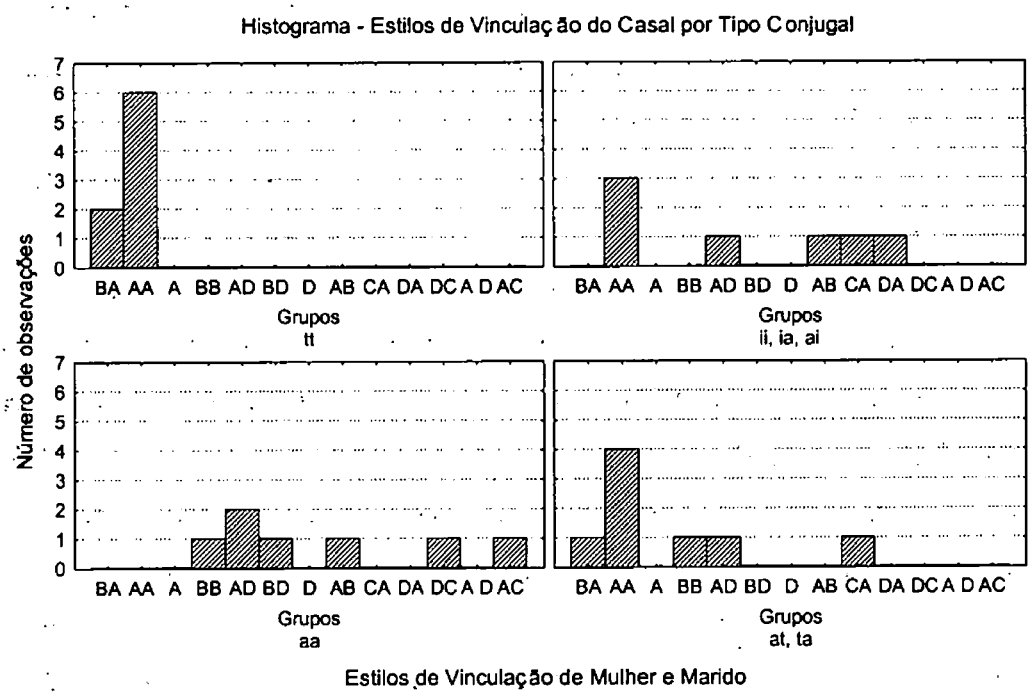


Gráfico 7.8 – Estilos de vinculação da mulher e do marido, em casal, por tipos conjugais

[9] Estas associações foram calculadas combinando o estilo de vinculação (A = *Seguro*; B = *Evitante Amedrontado*; C = *Preocupado*; D = *Evitante Desligado*) de cada um dos cônjuges, para cada um dos casais, adoptando associações de letras para os designar, sendo que a primeira indica o estilo de vinculação da mulher e a segunda o estilo de vinculação do marido (e.g. CD (mulher com estilo *preocupado* e mulher com estilo *evitante desligado*); AA (mulher e marido, ambos com estilo *seguro*)).

Estes resultados são consonantes com a hipótese da compatibilidade entre os modelos de vinculação dos cônjuges. Com efeito, um estudo recente de Morgan e Shaver (1999, *cit.in* Fletcher, 2002) revelou que o resultado mais consistente em relação a esta hipótese se verificava com o estilo de vinculação *seguro* - se um dos elementos tinha um estilo de vinculação *seguro*, então havia grandes probabilidades do outro também o evidenciar. Pelo contrário, os níveis de *ansiedade/ambivalência* e *evitamento* revelavam fraca intercorrelação entre os elementos do casal.

Há diversos estudos que evidenciam que a satisfação com a relação conjugal, por parte do homem e da mulher, era maior quando ambos evidenciavam um estilo *seguro* (Collins & Read, 1990; Narciso, 2001). Para além disso, os indivíduos *seguros* têm mais probabilidade de reagir construtivamente aos conflitos (Scharfe & Bartholomew, 1995), demonstrando mais comportamentos de validação, aceitação e revelação (Coble, Gantt & Mallinckrodt, 1996; Kobak & Hazan, 1991).

Em dois casais, em que os dois cônjuges têm vinculação *evitante amedrontada* - 171 de tipo conjugal *ambivalente* e 124 de tipo conjugal *tradicional/ambivalente* - verificamos que casaram com pessoas que, tal como eles próprios, manifestavam preocupações de abandono ou de não ser amado, típicas dos indivíduos com vinculação *ansiosa* (e.g. 171H – "*Às vezes, noto que chego a casa e estou cansado e, em vez de ajudar, até venho fazer mais conflito, mas é um vício que eu tenho, venho sempre para casa porque ando praticamente 270km por dia, 135km para cada lado. (...) uma vez zanguei-me a sério com ela e saí, à noite, de casa, mas fiquei sentado no carro, só sentado no carro porque ela é muito opressiva e a preocupação dela foi logo ir à janela e dizer que estava zangada comigo; eu vi que ela ficou insegura e vim para cima*"; casal 124: M - "*Quando o primeiro filho nasceu, tive uma depressão pós-parto. Ele chorava imenso e eu tinha a mania que ele não fazia chichi suficiente. Disseram-me que ele chorava, em parte, por inexperiência dos pais e eu saí do hospital envergonhadíssima...já punha em causa o facto de ser mãe porque não conseguia fazê-lo parar de chorar... Quando fui para o pé da minha mãe passou-me a depressão, mas o H tinha que fazer 370Km para estar connosco. Eu li imenso durante a gravidez e só me fez mal, tinha a paranóia da morte súbita*"; H – "*Naquela situação, não sabia muito bem o que havia de fazer ou dizer e, no trabalho, estava sempre a pensar nela e no bebé*").

Por sua vez, no casal 82 (tipo conjugal *ambivalente*), encontramos a situação de uma mulher com estilo de vinculação *preocupado* (vinculação B) estar casada com um

marido que, por ter um estilo de vinculação *evitante desligado* (D), se sente desconfortável com a proximidade, o que acaba por ir confirmando as suas expectativas e os torna um casal com estabilidade na relação (cf. investigação de Kirkpatrick & Davis, 1994). (e.g. 82M – "*Eu não tenho calma para resolver as situações*", 82H –"*É bom para ti que eu seja ponderado a resolver as situações*").

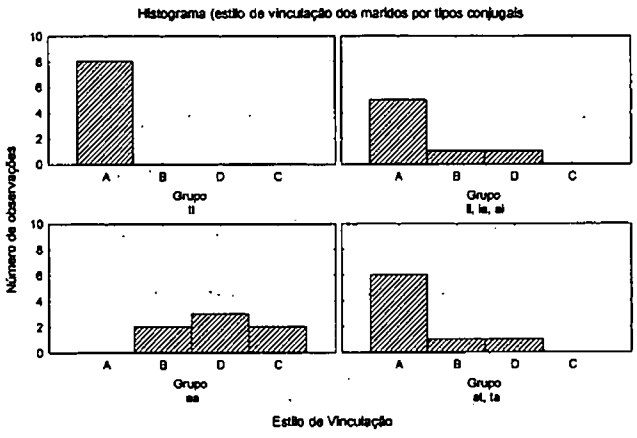


Gráfico 7.9 – Estilos de vinculação dos maridos, por tipos conjugais

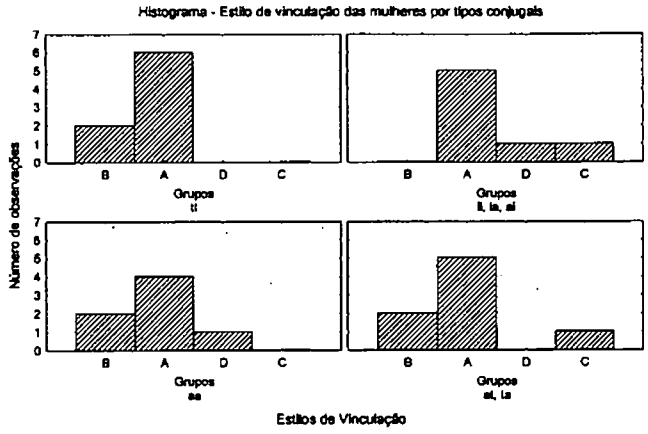


Gráfico 7.10 – Estilos de vinculação das mulheres, por tipos conjugais

A análise dos gráficos (7.9 e 7.10) referentes aos estilos de vinculação por tipo conjugal, separadamente para homens e mulheres, permite constatar os seguintes dados que, embora não significativos estatisticamente, permitem levantar algumas hipóteses.

Considerando os homens, verificamos que:

- todos os que têm tipo conjugal *tradicional* apresentam como estilo predominante de vinculação, o *seguro*;

- a maior parte dos que têm tipo conjugal *independente* apresentam como estilo de vinculação predominante, o *seguro;* nenhum foi classificado como *evitante amedrontado*;

- dos que têm tipo conjugal *ambivalente*, nenhum se apresentou como *seguro*, antes predominaram os estilos B (evitante amedrontado), C (preocupado) e D (evitante desligado), dois deles (B e D) indicadores de um modelo negativo sobre os outros;

- dos que têm tipo conjugal *tradicional* e *ambivalente*, a maior parte foi classificada como *segura,* nenhum como *evitante amedrontado.*

Considerando as mulheres, verificamos que:

- em todos os tipos conjugais, as mulheres foram maioritariamente classificadas com estilo de vinculação *seguro*;

- as mulheres com tipos conjugais *tradicional* e *tradicional/ambivalente* situam-se no estilo *seguro*, seguido, muito depois, do *evitante amedrontado*;

- nenhuma das mulheres com tipo conjugal *independente* foi classificada como *evitante amedrontada* (modelo negativo sobre si própria e sobre os outros);

- nenhuma das mulheres com tipo conjugal *ambivalente* foi classificada como *preocupada* (modelo negativo sobre si próprio e positivo dos outros).

Estes dados, revelando uma diferente associação, para homens e para mulheres, entre os tipos conjugais e os estilos de vinculação, permitem levantar a hipótese de que a ideologia (convencional ou não convencional) se traduza, mais directamente nos homens do que nas mulheres, na segurança/insegurança das relações afectivas que estabelecem com o cônjuge. Ou seja, a adesão a uma ideologia definida (quer seja convencional – a *tradicional* -, ou não convencional, a *independente*) ou a ideologias contraditórias (a *ambivalente*) teria mais influência, nos homens do que nas mulheres, na vinculação ao par da relação conjugal, ou o inverso.

Convém, no entanto, lembrar que há investigações que sugerem que os estilos de vinculação, em vez de variáveis estáveis e com pouca variabilidade em função das relações, devem ser conceptualizados como modelos mentais particulares que, tornando-se acessíveis ou activados numa dada situação como tal devem ser estudados (Baldwin et al., 1996; Cozzarelli et al., 2000, Davila, Karney, & Bradbury, 1999; La Guardia et al., 2000). Assim, a vinculação de um indivíduo especificamente em relação a um outro seria função, não só do seu *modelo de funcionamento* interno, como também da sua experiência com esse indivíduo, num momento particular. Para alguns autores (e.g. Baldwin et al., 1996), então, mais do que variáveis da pessoa, as orientações de vinculação deveriam ser consideradas variáveis da relação. No estudo que realizámos, por circunstâncias várias, nem sempre tivemos isso em consideração, pelo que é necessária prudência na interpretação dos resultados.

Compromisso

No compromisso com a relação conjugal, estão presentes duas vertentes: a decisão de manter a relação - 'querer estar' –, e o investimento pessoal na manutenção dessa relação - 'desejar ser' (Costa, 2000). Daí que, nas entrevistas aos casais, tenhamos

estudado a estabilidade/continuidade da relação (extensão em que a relação sobrevive) e a satisfação com a relação conjugal (as percepções da qualidade da relação).

Apesar de uma das condições na selecção da amostra, para o presente estudo, ter sido a de que o casal se considerasse satisfeito com a sua relação conjugal, não deixámos de encontrar alguns dados interessantes. O grupo dos cônjuges *tradicionais*, seguido do grupo dos cônjuges *tradicionais/ambivalentes*, é o que tem casais a declararem-se mais satisfeitos com a sua relação conjugal, o que está em sintonia com todos os estudos de Fitzpatrick. No grupo dos cônjuges *ambivalentes* encontramos uma maior distribuição pelos graus de satisfação auto-relatada, com dois deles – o casal 21 e o casal 173 –, a revelar um grau inferior na satisfação. No grupo dos cônjuges *independentes*, encontramos duas situações completamente distintas: 5 casais que se declaram muito satisfeitos e 2 que são os menos satisfeitos do grupo de 30 casais constituintes do estudo (casais 217 e 219). Estes resultados poderão ser explicados se atendermos à dialéctica central na conjugalidade entre a autonomia/diferenciação e a intimidade (Costa, 1994). Esta dialéctica acentuar-se mais quando os esquemas conjugais que se têm, não são definidos e previsíveis em termos de relacionamento como é o *tradicional*. Assim, um cônjuge cuja definição relacional é *independente* valoriza a autonomia e pode sentir-se muito satisfeito com o equilíbrio atingido relativamente à intimidade, como pode sentir essas duas forças emocionais como geradoras de *stress* e insatisfação.

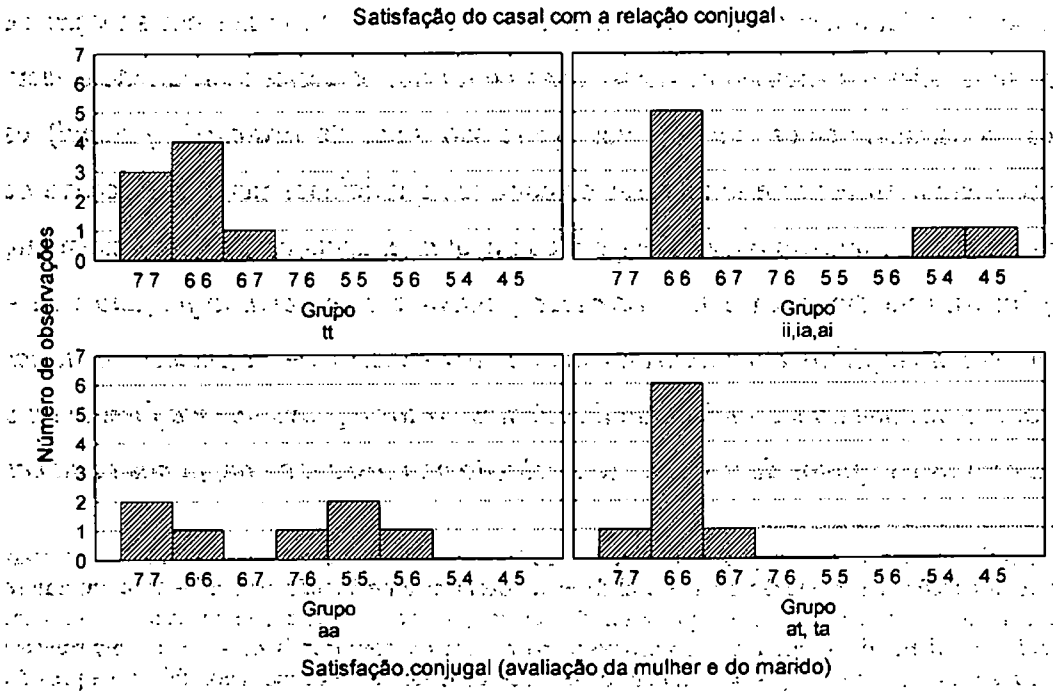


Gráfico 7.11 – Satisfação conjugal da mulher e do marido, em casal, por tipos conjugais

Todos estes casais manifestaram, durante a entrevista, o desejo e a intenção de manter a continuidade da relação, invocando a satisfação e felicidade vividas, o investimento afectivo e o grau de primazia que conferiam à relação conjugal (e.g. 140H - "*a M é muito mais importante do qualquer outro amor que eu tenha pela minha família, e quero continuar a sentir isto com a mesma intensidade*"), e, também, outras razões que se prendem com a qualidade e importância do compromisso (pessoal e formal) existente e que estão mais relacionados com a da ideologia conjugal.

Os casais que declararam menor satisfação com a relação conjugal manifestaram desejo de manter a relação invocando diferentes razões. Enquanto no casal 219 (tipo conjugal *ia*), M impôs condições de mudança, o casal 217 (tipo conjugal *ai*) invocou acomodação e amizade, bem como factores mais externos – H : "*Não quero o divórcio, por causa do miúdo ia ser mais complicado. Depois o aspecto material, seria difícil manter o padrão de vida que temos.... e, não é mal menor, porque nós sómos efectivamente amigos*" (o chamado *compromisso forçado* de Stanley & Markman, 1992).

O casal 124 (tipo conjugal *ta* e, considerando-se, actualmente, muito satisfeito – grau 6), ao referir que, se não tivessem sido os filhos, os conflitos anteriores teriam conduzido a divórcio, ilustra a interdependência entre os factores – *dedicação pessoal* e *compromisso forçado* – que Stanley e Markman (1992)[10] encontraram. Com efeito, os factores inerentes ao compromisso (e.g. investimentos materiais, filhos, envolvimento na rede social e familiar) só são considerados negativos pelos casais em situação de reduzida satisfação e dedicação pessoais. Caso contrário, os casais realçam até o facto daqueles 'constrangimentos' (alguns dos quais são sinal de *dedicação pessoal*) os ajudarem a tentar enfrentar e ultrapassar os conflitos quotidianos numa perspectiva de relação duradoura. Também o casal 79 (tipo conjugal *at* e, actualmente muito satisfeito, grau 6) ilustra esta dinâmica entre *dedicação pessoal* e *compromisso forçado* : M – "*Não conseguia ter filhos e fiz um tratamento e saiu* - jackpot – *trigémeos – os filhos são o maior investimento da minha vida (...).Fomos postos à prova de uma forma muito violenta, com os três filhos de uma vez, se a relação não fosse tão boa, já nos tínhamos*

[10] O modelo do Compromisso proposto por Stanley e Markman (1992), contempla de uma forma mais explícita as dimensões da satisfação e da estabilidade, ao destacar a *dedicação pessoal* – grau em que se pretende continuar a relação; grau de primazia da relação; valor da identidade de casal; altruísmo; consideração de alternativas; grau de compromisso para com os compromissos - e o *compromisso forçado* (*constraint commitment*) – baseado em investimentos materiais e económicos feitos, na pressão familiar e social, nas dificuldades inerentes a um processo de ruptura, alternativas de vida pouco

divorciado há muito tempo...as pessoas ficam admiradas que continuemos juntos depois dos problemas que tivemos".

No grupo dos cônjuges *independentes*, alguns, apesar de afirmarem a intenção de continuar a relação conjugal, (e.g. 8H, 215MH, 219M), revelaram não desconsiderar alternativas à relação, o que está de acordo com o valor que dão à independência e ao respeito pela individualidade na relação conjugal. (e.g. casal 215: M– "*Tenho-me colocado muitas vezes essa pergunta, se hoje voltava a casar com ele...têm aparecido outras pessoas na minha vida e eu, por vezes, penso que poderia ter sido aquele (...) quando alguém entra, o outro só tem que estar muito atento e não deixar que entre ...*"; H– "*As pessoas traem-se quando a relação está muito má ou, então, deixou de se dar atenção à pessoa*"; casal 219: M – "*Eu, um dia que dê uma facadinha no matrimónio, há-de ser com alguém que me dê afecto, nem que seja fingido*"; H – "*Ela precisava que eu fosse machão mas eu não sou e, festinhas, não se dão às pessoas, só aos cães*").

As características do compromisso estrutural (civil ou religioso, união de facto) bem como o significado a ele atribuído (compromisso moral, espiritual), revelaram-se tão fundamentais na distinção entre os tipos conjugais, por causa dos pressupostos, padrões, atribuições e expectativas relativamente à estabilidade e continuidade da relação conjugal (Baucom, 1990,1996), que já estamos, também, a referir-nos à ideologia conjugal. Com efeito, os excertos de entrevista que se seguem, procuram ser ilustrativos das diferentes *teorias locais da relação* (Fletcher, 2002) ou *esquemas conjugais* (Fitzpatrick, 1988) em interacção com *teorias gerais das relações íntimas* (Fletcher, 2002).

Para a maioria dos casais *tradicionais*, o compromisso religioso efectuado foi declarado como fundamental e qualitativamente diferente dos outros tipos de compromisso, por causa de ser sacramento, (e.g. 103H – "*Casar, significa comprometer-se seriamente. A partir do momento que dizemos "Sim, eu quero", tudo o resto é em crescendo, ou seja, completamo-nos cada vez melhor um ao outro, os nossos defeitos passam a fazer parte, embora tentemos ajustá-los e, as qualidades a serem exponenciadas. A partir do momento em que casamos pela Igreja, há uma coisa que pomos acima de tudo, que é a nossa ligação. Fizemos um compromisso que está feito e assumido, e é responsável, e passa a estar acima de nós. Ou seja, não o posso quebrar, tenho é que o construir cada vez mais e, a partir daí, passa a ser referência para tudo.*

---

atractivas, condenação moral do divórcio, os quais impelem a pessoa a continuar na relação independentemente da sua dedicação pessoal.

Está acima do meu gosto, da minha emoção, de qualquer tentação, não o posso pôr em causa. Se não posso pôr em causa, liberta-me de tudo para poder fazer outras coisas"(...) *os casais que julgam que não têm Deus presente mas são felizes, não me preocupam. Tenho dificuldade em ver um casal amigo nosso que se separaram ou porque não acreditam em nada, acreditam só neles próprios e, quando deixaram de estar apaixonados, deixou de haver razão para ter interesse em continuarem juntos, todos os casais têm crises. Isso confunde-me e, por outro lado, sinto que é uma graça que nós temos!*").

Para os casais *independentes*, o tipo de compromisso estrutural realizado não foi considerado importante, a não ser socialmente. (e.g. 46M – "*Passados estes anos todos, a pessoa, sente-se feliz com o que de bom e mau viveu, isso foi-nos preenchendo. Aceitar tudo como bom. Se as pessoas não conseguirem isso, é melhor seguirem o seu caminho cada uma para o seu lado. Acho que hoje em dia já não há vida nem pachorra para se ser infeliz*"; 215 H – "*Nunca fui muito ligado ao casamento, porque não foi o casamento que nos ligou, já nos dávamos bem*"; 217 H – "*Já na altura, casar só pelo civil deu uma celeuma, quanto mais não casar!*").

Nos casais *ambivalentes* encontrámos situações diversificadas: desde os que consideram que os casamentos civil e religioso são iguais até aos que vêem diferenças pelo reconhecimento social ou, então pelos valores. (e.g.21H – "*...porque só fazia sentido assim, dada a educação católica que tivemos, e é mais para toda a vida*"; 122M – "*eu também era capaz de assumir uma vivência em comum sem ser o casamento...mas, se um dos meus filhos for viver junto, eu sinto um certo desconsolo, mas é disparate. O que há a preservar é o aspecto legal e pensar no futuro*"; 139H – "*à primeira discussão ou ao primeiro conflito já tínhamos ido, cada um, para seu lado, porque é só um namoro de pessoas que partilham a mesma casa. Bem, isto é para nós, até admito que o compromisso de pessoas que não se casam ou casam civilmente, é tão forte como o nosso casamento*").

Os casais *ambivalentes/tradicionais* variaram, desde o considerar muito importante (e.g. os casais que casaram religiosamente e consideram que o sacramento lhes confere características específicas), até ao pouco importante (uma questão de educação ou de tipo de cerimónia) (e.g. casal 53: M - "*assumir o compromisso católico pelos valores e princípios ...acho que se nos tivéssemos juntado não havia um compromisso tão grande, tão oficial. Se houver alguma coisa de que a pessoa se farte, mais facilmente pega nas coisas e vai-se embora: eu não te devo nada e tu não me*

deves nada"; H – "*...não quer dizer que quem se junte não se dê bem, há é valores que faltam*"; 79H – "*Nós casámos pela Igreja, essas coisas todas, mas eu estou-me nas tintas, cada um faz o que lhe apetece. Eu, dificilmente viveria em união de facto, por uma questão de educação, sou um bocado conservador. Mas acho que viver junto para muita gente é uma solução de facilidade logo se vê o que dá e se não der.....' Eu acho que a pessoa ou gosta ou não gosta, se não gosta deixa-se estar sossegadinho, se gosta assume as coisas. É uma modernice, no pior sentido da palavra...é por preguiça e também tem vantagens fiscais ...é um expediente...é uma solução de fuga à responsabilidade. Agora, claro que gostam à mesma um do outro, num e noutro caso*".).

Todas estas razões estão contempladas no modelo de Adams e Jones (1997) o qual considera três dimensões no significado de compromisso conjugal, das quais, na primeira, se destaca a intimidade:

– compromisso com o cônjuge devido a satisfação e dedicação a ele(a);

– compromisso com o casamento "*devido à sua crença na santidade do casamento como instituição sagrada, bem como ao seu sentido de obrigação de honrar os votos de casamento*" (p.117);

– compromisso com os factores externos que dificultam a ruptura (e.g. penalizações financeiras ou sociais).

O relevo dado por alguns casais ao significado do casamento religioso que celebraram, bem como o facto da variável 'índice de envolvimento religioso' se ter revelado como importante na diferenciação tanto das *definições relacionais* como dos *tipos conjugais* (estudos 2 e 3 do capítulo VI), levou-nos a pesquisar outros estudos sobre o tema. De entre os muitos que encontrámos com resultados semelhantes aos que encontrámos, destacamos o de Mahoney *et al.* (1999), com casais, sobre o envolvimento conjunto em actividades religiosas bem como sobre as percepções relativamente às características do casamento como sacramento. Aquelas variáveis revelaram-se como reflectindo directamente uma integração da religião e do casamento e estavam associadas a elevado ajustamento conjugal global, percepção dos benefícios positivos do casamento, menos conflito conjugal, maior colaboração verbal e menor uso de agressão verbal na gestão de desacordos entre maridos e mulheres. Uma outra investigação com casais (Butler, Gardner & Bird, 1998) revelou que a oração podia desempenhar um papel facilitador da reconciliação e da resolução de problemas entre o casal. De facto, muitos casais parecem incorporar a religião na sua relação conjugal,

tanto em termos comportamentais como cognitivos, pelo que o desenvolvimento de teoria e de investigação sobre esta associação pode ser muito útil no que se refere ao estudo das funções positivas e negativas desempenhadas pela religião na conjugalidade. Um sinal do interesse actual, em Psicologia e Terapia Conjugal e Familiar por esta temática, reflecte-se no facto de o último número, do ano de 2001, da revista científica '*Journal of Family Psychology*' lhe ter sido inteiramente dedicada, designadamente com estudos de meta-análise.

4.5. Ideologia de Género e Ideologia Conjugal

A revisão bibliográfica sobre estereótipos e papéis de género, que efectuámos e que está sintetizada no capítulo II do presente trabalho, permitiu-nos concluir que, apesar de existirem algumas variações em características específicas, a dimensão subjacente *expressividade/instrumentalidade* permanecia constante como diferenciadora do género (e.g. Williams & Best, 1990, *cit. in* Deaux, 1998). Os atributos relacionados com papéis/comportamentos eram os que mais variavam, reflectindo o contexto do sistema social e cultural em que surgem, como causa e consequência da distribuição de mulheres e de homens em papéis sociais específicos (Eagly, 1987; Eagly & Steffen, 1984). Mais ainda, há estudos que sugerem que se as pessoas acreditam que há algum elemento da personalidade das mulheres que se ajusta a que façam o trabalho de cuidar das crianças ou da casa, sentem-se não só melhor com esse facto, como os homens até pensam que não devem sequer realizar esses trabalhos (Hoffman & Hurst, 1990). Este processamento cognitivo oferece racionalizações para situações existentes e permite às pessoas evitar pensar sobre as complexidades do género (e.g. 140H – "*Nunca dei banho ao L... não que eu seja incapaz, mas dizem os peritos que é um momento importante que seja a mãe a tê-lo com o filho*").

Nas entrevistas que realizámos aos casais, encontrámos uma grande disparidade entre as crenças que os casais afirmavam relativamente aos papéis profissionais e familiares e a prática que descreviam. Defendiam que, excepto no caso da maternidade, não havia especificidade masculina e feminina, tinham ambos as mesmas capacidades, estavam aptos a fazer de tudo. Alguns casais (e.g. casal 216) afirmaram mesmo que, se assim fosse, não conseguiriam funcionar, outros (e.g. casal 79) justificaram, afirmando que o contexto é que definia os comportamentos. O modelo de Deaux e Major (1987/1998) ajuda a explicar esta discrepância, ao considerar o comportamento

relacional, a influência dos outros, as situações e os contextos e fenómenos como o da desejabilidade social e das expectativas sociais. Entram aqui variáveis importantes como a historia de vida de cada um dos cônjuges, o seu grupo de pertença, bem como os contactos que foi desenvolvendo ao longo do seu percurso de vida. Evidentemente que a ideologia adoptada, o sistema de crenças de género que se defende, tem influência nos comportamentos, tanto que, dos quatro grupos, o dos casais *independentes* era o que apresentava menor discrepância entre o esquema cognitivo e os respectivos comportamentos de género descritos, indiciando que os outros estão em mudança adaptativa.

Já quanto às caracteristicas de personalidade, os pressupostos evidenciados pela maior parte dos cônjuges iam no sentido de existirem diferenças entre homens e mulheres, sobretudo no que se referia à sensibilidade. Uma fonte de expectativas sobre as relações reside, como já tivemos oportunidade de rever (capítulos II e III), nos estereótipos de género: mulheres orientadas para as relações, preocupando-se em as cuidar e manter; os homens mais independentes e relutantes em comprometer-se. Encontrámos diferenças entre os grupos de tipos conjugais neste campo, com os casais de tipo *independente* a serem mais relutantes no que se refere a diferenças nas características psicológicas de homem e mulher e os casais de tipo *ambivalente e tradicional* a referirem diversos exemplos de diferenças contra-estereótipo e, também, no sentido do estereótipo.

Também encontrámos diferenças entre os grupos de tipos conjugais no que se refere aos atributos relativos às dimensões da *expressividade* e da *instrumentalidade*, que marido e mulher atribuíram a si próprios, como se depreende do gráfico 7.12.

No grupo dos cônjuges com tipo conjugal *tradicional*, encontramos mais casais com associações[11] de tipos F(feminino) e M (masculino), seguidas de casais em que ambos os cônjuges têm níveis elevados de expressividade e de instrumentalidade (AA) e nenhuma das outras associações apresenta inversão do estereótipo. Como seria de esperar, o grupo de casais com tipo conjugal *ambivalente/tradicional*, é muito semelhante ao grupo *tradicional*, evidenciando menor androginia nos atributos.

[11] Estas associações foram calculadas combinando o tipo (*Feminino, Masculino, Andrógino* ou *Indiferenciado*) de cada um dos cônjuges, para cada um dos casais, adoptando associações de letras para os designar, sendo que a primeira indica o tipo de 'orientação do papel sexual' da mulher e, a segunda, o tipo de papel sexual do marido (e.g. FA (mulher com tipo *feminino* e marido com tipo *andrógino*); II (mulher e marido, ambos com tipo *indiferenciado*)

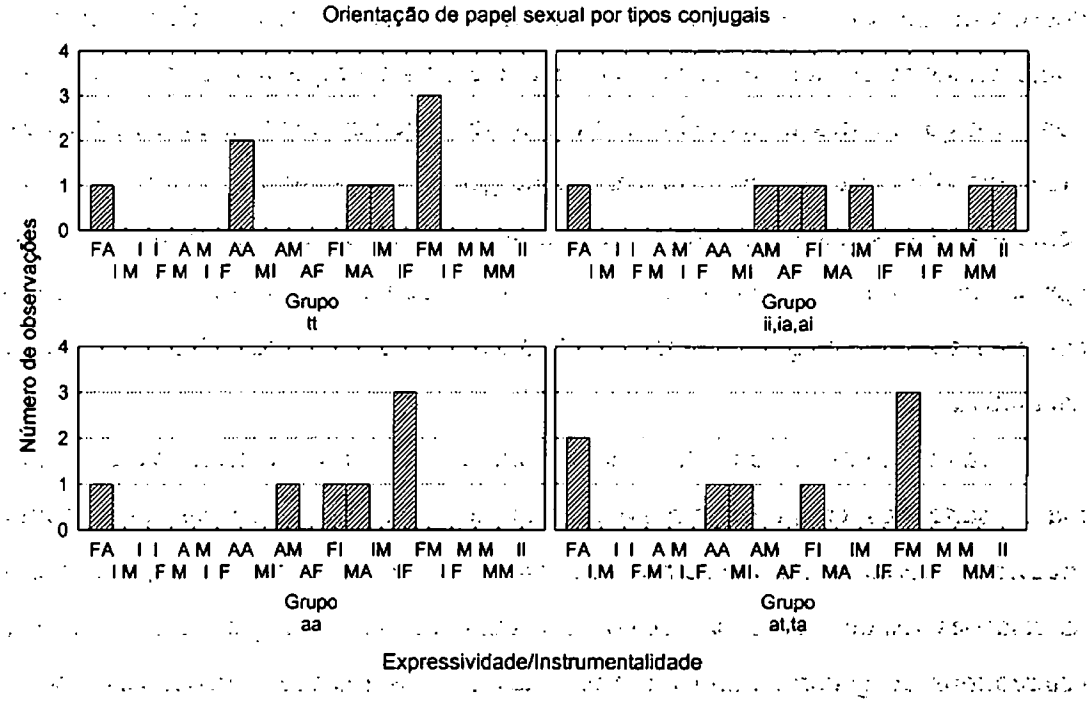
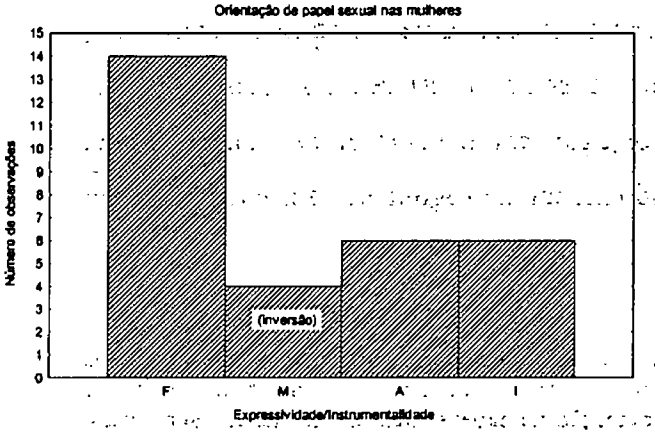


Gráfico 7.12 – 'Orientação de papel sexual' do casal, por tipos conjugais

No grupo dos cônjuges *independentes* verifica-se também consonância entre a ideologia que postulam e os atributos que os auto-definem não condizentes com os estereótipos, não havendo sequer um único casal com a associação FM ou AA.

O tipo conjugal *ambivalente* sustenta ideologias difíceis de conjugar o que se traduz no facto termos encontrado: o maior número de inversões relativamente às características específicas que são esperadas socialmente para o homem e para a mulher; diversos casais em que um dos cônjuges se define como I (*indiferenciado*); e nenhum casal com a associação FM ou AA.



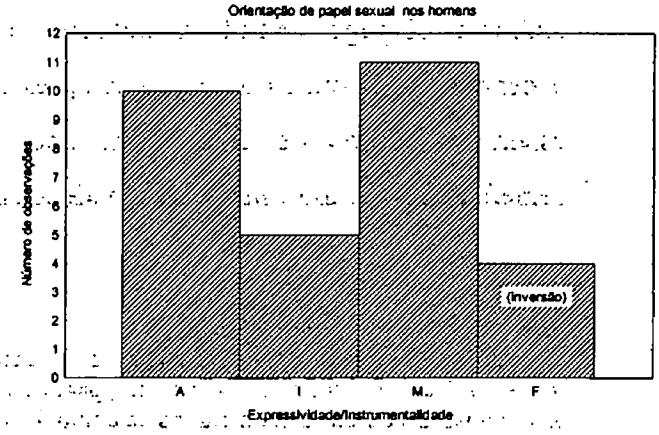


Gráfico 7.13 – 'Orientação de papel sexual das mulheres' Gráfico 7.14 – 'Orientação de papel sexual dos homens'

A análise comparativa dos gráficos 7.13 e 7.14, referentes à orientação de papel sexual que, mulheres e homens, considerados separadamente e na totalidade da amostra, atribuem a si próprios, também revela diferenças sugestivas:

- o tipo de orientação de papel sexual que é mais auto-atribuído, é o que é mais esperado socialmente – tipo *masculino* = 11, para os homens; tipo *feminino* = 14, para as mulheres -; e diferem, ambos significativamente (χ^2 = 4.3, $p<.05$), do número de escolhas que recaem nos tipos de 'orientação de papel sexual' que constituem inversão do que é esperado socialmente – tipo *feminino* = 4, para os homens; *tipo masculino* = 4, para as mulheres;

- para os homens, o tipo *andrógino* é o segundo a ser mais atribuído (n= 10), seguido do tipo *indiferenciado* (n = 5);

- para as mulheres, os tipos andrógino e *indiferenciado* são os segundos a ser mais atribuídos, quer um quer outro com n = 6.

Apesar da amostra ser muito reduzida, não legitimando qualquer tipo de generalização, permite levantar a hipótese de que a tendência da mudança que se verifica, tanto nos homens como nas mulheres (neste caso, mais os homens, apesar da diferença não ser significativa), é no sentido de se descreverem com níveis elevados de *expressividade* e de *instrumentalidade*, em vez de o fazerem reduzindo esses níveis ou invertendo-os. Esta hipótese é ainda mais interessante ao constatarmos que se verifica mais para os homens dos grupos com tipo conjugal *tradicional* e *tradicional/ambivalente*.

De acordo com a literatura, os homens que são cuidadosos e sensíveis bem como 'masculinos' e as mulheres que mostram ser autónomas e assertivas assim como 'femininas', podem tornar-se, efectivamente, melhores companheiros de vida (Antill, 1983; Aube et al., 1995; Baucom & Aiken, 1984; Bradbury & Fincham, 1988; Peterson, Baucom, Elliot, & Farr, 1989[12]; Rusbult et al., 1991; Taylor & Hall, 1982).

Assim, parece ser mais correcto pensar as diferenças de género (padronizadas) como tendências, não as traduzindo em estereótipos rígidos que se aplicam a todos os homens e a todas as mulheres. Centrando-nos nos casais, há muitas situações em que maridos e mulheres exibem características emocionais, cognitivas e comportamentais próprias do protótipo do género oposto.

[12] Neste estudo, de entre os casais cujo funcionamento conjugal era ajustado, o padrão mais frequente de casal era aquele em que marido e mulher eram de tipo andrógino (níveis elevados de expressividade e de

5. Conclusão

Realizado e analisado este estudo qualitativo com casais, bem como discutidos os resultados, concluímos que marido e mulher, embora de forma diferente e consoante o tipo de relação conjugal que têm, estão a encontrar novas formas de se relacionar em resposta às mudanças associadas ao género. Também concluímos que o '*mapa de estradas possibilita vários caminhos*' de conjugar o 'eu' e o 'tu' em 'nós', nas várias dimensões estudadas.

Começando pelas variáveis mais estruturais, apesar de todos desempenharem uma profissão, é consoante os tipos conjugais, que os papéis profissional e familiar, de marido e mulher, adquirem maior ou menor saliência ou um maior equilíbrio. Uma mudança verificada refere-se ao facto do conflito de papéis entre vida profissional, pessoal e conjugal ser muitas vezes referido também por homens. Nos papéis parentais foi onde encontrámos maior alteração de comportamentos de mãe e pai, aqui também função dos tipos conjugais. Já no que se refere aos papéis domésticos, apesar de constatarmos alguns ajustamentos, quer na organização e execução dos mesmos, continuam a estar sob a dependência da mulher, parecendo fazer-se, a maior ou menor partilha, em função dos recursos económicos e da dinâmica conjugal.

No que se refere ao poder e à influência, mais do que a divisão das áreas de influência por marido e mulher, parece interessar como o que fazem é percepcionado e que relação tem com as ideologias de género (e.g. através de que papéis, marido e mulher percepcionam a respectiva identidade a ser definida e desenvolvida). Relativamente à percepção de igualdade na relação, pareceu importante o valor simbólico dos comportamentos de cada um, bem como as noções subjectivas de relação igualitária e de justiça na partilha. Consoante os tipos conjugais, as perspectivas da troca ou da mutualidade, foram enfatizadas.

Neste grupo de trinta casais, a área que emergiu a suscitar maior conflito foi a da discordância cognitiva e de atribuição de tarefas – diferenças de pressupostos sobre os papéis de maridos e mulheres na relação e sobre a autonomia que deverão ter, para além da relação. Na reacção e resolução de conflitos confirmámos, apesar de algumas e interessantes variações em função dos tipos conjugais que se revelam como variável mediadora, um padrão consistentemente encontrado na investigação em conjugalidade:

instrumentalidade); de entre os casais que procuram terapia conjugal, o padrão *indiferenciado-*

a maior iniciativa por parte das mulheres de comunicar tentando resolver os desacordos, e o comportamento, por parte dos homens, de os adiar ou mesmo evitar. Também constatámos que não existiam melhores modelos de resolução de conflitos, tudo dependendo do ajustamento que se faz de estratégias e comportamentos de comunicação de acordo com o contexto e da 'teoria local da relação' de marido e mulher. Também o modo como pensamentos e sentimentos subsequentes eram comunicados, um ao outro, era influente no facto do conflito ser construtivo ou destrutivo.

No que se refere à dinâmica intimidade/autonomia na relação conjugal, a maioria dos homens manifestou, mais do que as mulheres, a necessidade de preservar a autonomia na relação conjugal. Mais uma vez, no entanto, o tipo conjugal revelou-se como variável mediadora, a investigar em estudos futuros sobre intimidade. Relativamente à concepção de intimidade, não encontrámos diferenças de género, na direcção do que estava previsto pela revisão de literatura efectuada. Muito provavelmente, estas diferenças verificar-se-ão mais ao nível da expressão emocional da intimidade. E a explicação de não termos encontrado diferenças de género relativamente aos processos mais cognitivos poderá dever-se ao facto de marido e mulher, à medida que se tornam íntimos, construírem uma 'teoria local da relação' que representa a sobreposição entre si próprio e o outro, como se fossem uma unidade – e, com efeito, uma relação só é íntima quando os cônjuges partilham sentimentos de intimidade.

O estudo da vinculação verificou que a maioria das mulheres e dos homens apresentou o seu modo de estar na relação como *seguro* – pelo que podemos deduzir que se sentem confortáveis com a intimidade, a interdependência e a autonomia. Considerando o casal como unidade, a definição da relação como *segura* em simultâneo para marido e mulher, também foi a predominante, em função dos tipos conjugais. Acresce que emergiu uma relação entre *estilos de vinculação* e *tipos conjugais* que se revelou diferente para homens e mulheres.

As características do tipo compromisso, bem como o significado a ele atribuído, revelaram-se fundamentais na distinção entre os tipos conjugais por causa dos pressupostos, padrões e expectativas relativamente à estabilidade e continuidade da relação conjugal. Com efeito, quer pela 'decisão de manter a relação' (estabilidade) quer pelo investimento pessoal na manutenção da relação (satisfação), foi possível perceber, através das entrevistas, as 'teorias locais da relação íntima' em interacção com as

indiferenciado (níveis de expressividade e de instrumentalidade reduzidos) era o mais frequente.

'teorias gerais das relações íntimas' dos casais, ou seja, a importância da ideologia conjugal. E o sentido atribuído conjuntamente à relação cria uma harmonia que também dá sentido à vida dos dois indivíduos – há uma relação essencial entre o investimento passional (afectivo) e a representação (cognitiva) do mundo que organiza as nossas acções e define as nossas prioridades (comportamento).

No que se refere à ideologia de género verificámos que, se por um lado era uma variável diferenciadora (de homem e mulher; de tipos conjugais), no que se refere aos papéis e às características psicológicas, por outro lado, quando era questionado directamente se tinha que ser assim deterministicamente, poucos foram os participantes que responderam afirmativamente, referindo antes exemplos que iam contra as crenças que tinham defendido. Para além disso, a ideologia de género reflectiu-se na escolha de atributos psicológicos que mulheres e homens fizeram relativamente a si próprios – os perfis obtidos foram muito diferentes consoante os quatro tipos conjugais. Este conjunto de dados contraditórios é, em nosso ver, reflexo da perplexidade do homem e da mulher, separadamente e em casal, face a um mundo em rápida mutação, em que as certezas que existiam, relativamente a cada um, como homem e mulher e em conjugalidade, foram fortemente abaladas sendo necessárias novas referências.

Conclusões

Pódes bem viver contente
se digeriste o passado
e ordenas todo o presente
para um futuro inventado
(Agostinho da Silva, *Quadras Inéditas*)

Uma retrospectiva da teoria aprofundada e dos resultados da investigação realizada conduz-nos a uma conclusão primeira: a da diversidade e da complexidade inerentes às diferentes conjugalidades. Uma segunda conclusão refere-se à diferença que existe em considerar as semelhanças e diferenças de género referentes a grupos (o das mulheres casadas e o dos homens casados) e as semelhanças e diferenças de género referentes a uma mulher e um homem específicos numa relação conjugal específica. Por outras palavras, se a unidade de análise são os grupos, há diferenças e semelhanças de género que sobressaem; se a unidade de análise é o casal, as relações de género que emergem, assumem equilíbrios qualitativamente muito diferentes.

O que homens e mulheres pensam sobre o casamento e a vida em geral, o que pensam da conjugação dos papéis familiares (conjugais, parentais, domésticos) e profissionais, como reagem socio-afectivamente a isso e como o expressam em comportamentos, está na origem das diferentes configurações que observámos à medida que os nossos estudos progrediam. Os processos cognitivos, afectivos e comportamentais são, portanto, indissociáveis, nesta dinâmica que se gera em cada casal.

Sendo isto verdade para cada casal - enquanto 'nós' que se cria de um 'eu' e de um 'tu' em relação (Caillé, 1991, 2001) - também o é, para o 'eu' e o 'tu' – tanto mais que "*a questão básica da relação conjugal é a dialéctica do conflito entre autonomia e intimidade*" (Costa, 1994) – e, sobretudo, porque desse 'eu' e desse 'tu', um é feminino e o outro é masculino.

Acresce que este 'eu, feminino', e este 'tu, masculino', a viver o 'nós, conjugal' co-existem com outros - numa família e numa sociedade com uma cultura própria – e num tempo específico. Destes sistemas, como tivemos oportunidade de reflectir nos capítulos iniciais deste trabalho, surgem expectativas e prescrições para os

comportamentos da mulher e do homem que são casal, que são pais e que exercem uma profissão.

Estão, pois, lançados os intervenientes, as relações e os processos. E os termos que surgem, por associação, são os de **diversidade**, **complexidade**, **singularidade** e **regularidade**.

Diversidade porque encontramos diferenças nos homens entre si, nas mulheres entre si, nos homens em comparação com as mulheres, mas também encontramos entre eles, muitas semelhanças. Esta diversidade cresce exponencialmente quando os passamos a considerar em díades e, mais ainda, em relação conjugal.

Complexidade, porque as relações conjugais não são lineares nem previsíveis, são antes multifactoriais e assumem equilíbrios diversos entre intervenientes e processos, que mudam ao longo do tempo.

Singularidade, porque cada casal é único e irrepetível, tem características e dinâmicas específicas que os distinguem de todos os outros.

Regularidade, porque apesar da singularidade dos casais, é possível encontrar particularidades, características comuns, que se associam em padrões de funcionamento.

A questão que constituiu o fio condutor deste trabalho de investigação - "***Como é que a relação conjugal e familiar é influenciada pelo género e como é que os casais re-criam o significado de género***?" - conduziu a uma diversidade de respostas que confirmam que cada casal é único e irrepetível. Mesmo considerando as tipologias, necessariamente 'espartilhantes' porque limitadoras da riqueza e especificidade de cada casal, os resultados revelaram alguma heterogeneidade. No entanto, o agrupamento que fizemos de acordo com os tipos conjugais permitiu identificar alguns padrões comuns, nos quais se salienta toda a ideologia e prática relacionadas com o género e que procuraremos sintetizar.

De certa forma, estes resultados corresponderam a uma preocupação inicial que expressámos logo no primeiro capítulo deste trabalho - a necessidade de encontrar padrões conjugais sem perder a singularidade de cada casal, a necessidade de tipificar sem perder a visão sistémica de cada casal.

Recordando os objectivos finais para este trabalho, estes situavam-se a três níveis diferentes de contribuição científica: teórica, metodológica e pragmática.

Relativamente ao primeiro e segundo níveis, pretendia-se realizar uma revisão teórica crítica dos estudos realizados sobre a relação entre conjugalidade e género, e

facultar, através da combinação de métodos quantitativos e qualitativos, um contributo original para a compreensão desses processos psico-sociais. A nível pragmático, destaca-se o contributo que se pretendia dar para a intervenção, quer na vertente da prevenção quer na de terapia conjugal e familiar.

Nesta parte final do trabalho, começamos, pois, por articular e integrar conceptualmente os resultados mais significativos da investigação, destacando algumas áreas temáticas, comparando as metodologias utilizadas e, propondo algumas linhas directrizes para investigações futuras. Segue-se uma reflexão sobre algumas implicações práticas relativas à intervenção preventiva e clínica com casais bem como sobre os limites do trabalho.

1. Conjugalidade e Género - Do Estudo Comparativo Entre Mulheres e Homens Casados ao Estudo de Casais

Partindo de uma extensa revisão de literatura sobre o tema, procurámos realizar um 'recorte' dos conceitos e investigações mais significativos, conferindo-lhes um encadeamento e articulação que nos ajudasse a compreender mais profundamente a relação entre conjugalidade e género.

Chegámos, então, a um quadro de referência conceptual, a questões de investigação e hipóteses prévias. Delineámos uma estratégia metodológica para o estudo empírico, com a preocupação de que fosse congruente com uma perspectiva de complexidade sistémica da conjugalidade.

Assim, articulando métodos quantitativos e qualitativos de recolha e análise de dados, e considerando as diversas variáveis definidas, partimos de estudos com homens e mulheres casados até chegarmos ao estudo de casais. Neste percurso, fomos encontrando relações entre variáveis, articulando padrões de funcionamento conjugal, 'des-cobrindo' tipos conjugais, à medida que comparávamos semelhanças e diferenças de género. O estudo de casos que realizámos - ao considerar significados e intenções dados pelo casal aos acontecimentos, processos envolvidos bem como os contextos grupais, sócio-culturais e temporais em que decorrem -, permitiu aprofundar algumas relações entre variáveis e colocar novas questões.

É esse percurso teórico-prático que vamos procurar sintetizar.

1.1 – Da Relação Entre Expressividade/Instrumentalidade, Sexo e Vinculação

Os estudos que realizámos (cap. V e Cap. VI - estudo 1) permitiram-nos confirmar a associação preferencial da *instrumentalidade* com os cônjuges de sexo masculino, e da *expressividade* com os cônjuges do sexo feminino, o que é consonante com os dados da investigação (e.g. Spence e Helmreich, 1978; Shaver *et al.*, 1996; Spence, 1993, 1999). Constatámos também que o nível de *instrumentalidade* diminuía com o aumento da idade e do tempo de casamento dos grupos considerados. Variáveis como escolaridade, número de filhos e religião não se revelaram influentes.

No que se refere à vinculação (Bartholomew, 1991), não encontrámos correlação significativa com a variável sexo (excepto entre os cônjuges do sexo masculino e o estilo *evitante desligado*) e sim com a *expressividade* e a *instrumentalidade*. Com efeito, encontrámos uma correlação positiva entre 'modelo sobre si próprio' e *instrumentalidade* e entre 'modelo sobre os outros' e *expressividade*, de tal modo que (quer para os cônjuges masculinos quer para os femininos), a vinculação *segura* aparecia associada a níveis elevados de *expressividade* e de *instrumentalidade*; a vinculação *evitante amedrontada* aparecia associada a níveis reduzidos; a vinculação *preocupada* estava positivamente relacionada com a *expressividade* e a vinculação *evitante desligada* estava positivamente relacionada com *instrumentalidade*.

Face a estas correlações encontradas entre *expressividade/instrumentalidade* (variáveis relacionadas com o sexo) e os estilos de vinculação (variáveis não relacionadas com o sexo) que homens e mulheres casados atribuíam a si próprios, colocámos hipóteses sobre as diferenças entre as duas variáveis – se estariam relacionadas com diferenças de poder (conforme sugere análise de itens que realizámos e estudos de Shaver *et al.*, 1996)) e/ou se a diferença poderia estar relacionada com a característica mais relacional da variável 'estilo de vinculação' por comparação com a característica mais individual da variável 'orientação de papel sexual' (na primeira, pede-se que cada cônjuge se identifique com um estilo preferencial de vinculação na relação com o cônjuge; na segunda, pede-se que cada cônjuge se classifique em função de um conjunto de atributos pessoais e que não evocam unicamente o 'estar em relação' com o cônjuge).

Encontrámos diferenças bem evidentes entre homens e mulheres no que se refere à *instrumentalidade/expressividade* e, no que se refere ao estilo de vinculação, unicamente no estilo *evitante desligado*.

1.2. Da Relação Entre Padrão Conjugal, Sexo, Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

Ao introduzirmos a variável *padrão conjugal* na investigação – crenças sobre o que relações, como o casamento, e os cônjuges *deveriam ser* (Baucom *et al.*, 1996a) –, conseguimos distinguir dois tipos de padrões conjugais em função de estarem ou não 'orientados para a relação conjugal'. Verificámos que ter um padrão conjugal 'orientado para a relação', apesar de não estar relacionado com ser homem ou ser mulher nem com nenhuma das variáveis sócio-demográficas consideradas (idade, tempo de casamento, número de filhos e religião), estava associado a *expressividade* elevada (nos maridos e nas mulheres) e a vinculação *segura* (tanto nos maridos como nas mulheres). Têm um padrão conjugal focalizado na relação, os cônjuges que "*manifestam muita partilha ou poucas fronteiras; papéis igualitários na tomada de decisões; níveis elevados de investimento expressivo e instrumental*" (Baucom *et al.*, 1996, p.76) e, na nossa amostra, tanto homens como mulheres o demonstraram.

Por sua vez, os maridos e as mulheres não se distinguiam quanto à satisfação com o padrão conjugal. Manifestavam, antes, maior satisfação, os cônjuges de tipo *andrógino* (*expressividade* e *instrumentalidade* elevadas), de tipo masculino (*instrumentalidade* elevada), e os cônjuges com estilo *seguro* de vinculação. Revelavam maior insatisfação com o padrão conjugal, os cônjuges com tempo de casamento entre os 13 e os 24 anos, os cônjuges de tipo *indiferenciado*, de tipo *feminino*, assim como os que tinham um estilo de vinculação *preocupado* e *evitante*.

Manifestavam maior grau de incómodo/perturbação emocional quando o padrão conjugal não era atingido ou alcançado, as mulheres (sobretudo nas dimensões de *Fronteiras* e de *Controlo*), e os cônjuges (tanto os maridos como as mulheres) com *expressividade* e *instrumentalidade* elevadas. Manifestavam menor grau de incómodo os maridos e os cônjuges com estilo de vinculação *evitante desligado*. Acresce que eram os cônjuges (maridos e/ou mulheres) com padrão orientado para a relação conjugal, os que manifestavam maior grau de incómodo face a padrão não alcançado.

Ter padrão conjugal igual ou diferente, entre os cônjuges, estava associado a, respectivamente, maior e menor insatisfação com o padrão, em todas as dimensões avaliadas (*Fronteiras*, *Controlo*, *Investimentos Instrumental e Expressivo*), indicador de que a semelhança entre cônjuges relativamente ao processo cognitivo inerente aos padrões de conjugalidade é muito importante na avaliação que fazem da satisfação. Os

cônjuges mais satisfeitos com o padrão conjugal eram aqueles tinham um padrão igual e focalizado na relação conjugal (sobretudo em *Controlo*).

A única diferença encontrada entre homens e mulheres casados referiu-se ao grau de incómodo manifestado quando o padrão (crença) que tinham para a relação não era alcançado, o que corresponde ao estereótipo do maior envolvimento das mulheres com a manutenção da relação, reagindo imediatamente a sinais das relações que consideram negativos.

Apesar disto, a introdução da variável padrão conjugal na compreensão da inter-relação entre conjugalidade e género não se revelou muito informativa. Se bem que os resultados sejam interessantes, na medida em que confirmam alguns dos resultados encontrados por Baucom e colaboradores (1996a,b) e revelam correlações inovadoras com as variáveis *expressividade/instrumentalidade* e *vinculação*, são pouco discriminantes das dimensões (fronteiras, controlo/poder, investimento expressivo e instrumental) que era suposto avaliarem. Isto prende-se com os resultados das análises factoriais já referidas.

1.3. Da Relação Entre Esquema Conjugal, Sexo, Expressividade/Instrumentalidade e Vinculação

Resolvemos, então, introduzir a variável *esquema conjugal* (Fitzpatrick, 1988, 1993, 1995) ou seja, "*estruturas de conhecimento que representam o mundo exterior do casamento...e que afectam a codificação, a recuperação e processamento das mensagens conjugais*" (ibidem, 1988, p.255). Os *esquemas* são diferentes conforme as perspectivas que marido e mulher adoptam sobre a vida em geral, sobre o casamento e sobre os papéis que deveriam desempenhar. Isso traduz-se, pois, em adoptar ou não uma *ideologia* convencional, procurar a *autonomia* ou a *interdependência*, valorizar o confronto ou o evitamento na *resolução dos conflitos*.

Assim, começámos por estudar os esquemas conjugais separadamente para homens e mulheres – as *definições relacionais* de cada um - e, só posteriormente, considerámos a variável da relação - *tipo conjugal*.

Considerando a *definição relacional*...

Encontrámos três *definições relacionais* estatisticamente diferentes (mas não totalmente coincidentes com as que tinham sido encontradas por Fitzpatrick, o que não surpreende, dadas as diferentes características socio-culturais dos países em causa) e que designámos, justificando, por *tradicional*, *ambivalente* e *independente*.

Não encontrámos diferenças entre homens e mulheres relativamente a nenhuma das três definições relacionais, o que era de esperar. No entanto, em relação às dimensões consideradas, encontrámos as seguintes diferenças: as mulheres, por comparação com os maridos obtiveram resultados superiores em *Ideologia da Incerteza e da Mudança* (crenças, padrões e valores de que a relação conjugal ideal é marcada pela novidade, a espontaneidade ou o humor, que cada pessoa deveria poder desenvolver o seu próprio potencial e que as relações não deveriam constranger os cônjuges); e em *Espaço Indiferenciado* (poucos constrangimentos às fronteiras entre os cônjuges e, da família para o exterior, à custa da privacidade, partilha de pertences pessoais); os homens, por comparação com as mulheres revelaram resultados médios superiores na *Assertividade* (poder na relação conjugal como persuasão interpessoal e combatividade de uma relação; discutir perante amigos ou em público).

Os resultados em *Espaço Indiferenciado* e em *Assertividade* correspondem aos estereótipos de género. Já os que foram encontrados em *Ideologia da Incerteza e da Mudança* podem ser sinal da mudança de ideologia verificada nas mulheres relativamente às relações de conjugalidade. Considerando somente as mulheres, estes resultados podem ser um pouco contraditórios entre si - a ideologia que valorizaram não coincidiu com uma definição da relação íntima em que a autonomia, por comparação com a proximidade, não era uma característica importante.

Revelaram-se variáveis importantes na diferenciação das *definições relacionais*, por ordem de importância: o índice de envolvimento religioso (enquanto a percentagem de cônjuges *tradicionais* aumentou à medida que o grau de envolvimento religioso também aumentou, a percentagem de cônjuges *independentes* diminuiu), a idade e o tempo de casamento (o número de cônjuges *tradicionais* diminuiu progressivamente à medida que o tempo de casamento aumentou e o número de cônjuges *ambivalentes* atingiu o número máximo nos casamentos entre 6 e 13 anos, constituindo também o grupo mais frequente nos outros tempos de casamento. O número de cônjuges *independentes* manteve-se constante, não variando com o tempo de casamento).

No que se refere à satisfação com a relação conjugal, verificámos que os cônjuges que definiam a sua relação como *tradicional* ou *ambivalente* declaravam maior satisfação do que os cônjuges *independentes*. Contribuíam para maior satisfação conjugal os resultados elevados em *Tradicionalismo*, *Partilha*, *Regularidade Temporal* e reduzidos em *Evitamento do Conflito* e *Assertividade*. Por sua vez, os resultados elevados em *Espaço Indiferenciado*, *Evitamento do Conflito*, *Autonomia* e *Incerteza e Mudança*, contribuíam para menor satisfação conjugal. Estes resultados afiguram-se-nos muito interessantes porque fazem depreender, tanto para homens como para mulheres satisfeitos, a valorização de estruturas de referência (ideológicas – *Tradicionalismo*; relacionais – *Partilha*; e temporais – *Regularidade Temporal*) e a necessidade de não evitar os conflitos (*Evitamento do Conflito* reduzido).

A definição que cada cônjuge fez da sua relação evidenciou correlações com a orientação de 'papéis sexuais' e com os 'estilos de vinculação', tendo estes últimos revelado maior capacidade preditiva - a que não será alheio o facto de se tratar, tal como a *definição relacional*, de uma variável individual sobre a relação.

Um outro dado com muito interesse diz respeito ao facto de que definir, individualmente, a relação conjugal como *tradicional*, *ambivalente* ou *independente* estava relacionado, nesta amostra, com a atribuição de características *expressivas* ou *instrumentais* a si próprio. Com efeito, encontrámos significativamente mais cônjuges de tipo *andrógino*, *masculino* e *feminino* cuja definição relacional era *tradicional* ou *ambivalente* em vez de *independente*. A definição relacional *independente* estava associada a níveis reduzidos de *expressividade* e de *instrumentalidade*. Acresce que a *expressividade* discriminava melhor do que a *instrumentalidade* as definições relacionais (sobretudo, através de correlações positivas com *Partilha* e *Regularidade Temporal* e correlações negativas com *Evitamento do Conflito*).

Relativamente aos estilos de vinculação, verificamos que a maioria dos maridos e das mulheres, independentemente da sua *definição relacional*, se identificava com estilo *seguro*. Por outro lado, era o estilo *preocupado* o que melhor discriminava as definições relacionais pela seguinte ordem decrescente: *ambivalente*, *independente* e *tradicional*. O estilo *seguro* correlacionou positivamente com *Partilha* e negativamente com *Evitamento do Conflito*; o estilo *preocupado* correlacionou positivamente com *Incerteza e Mudança*; o estilo *evitante desligado* correlacionou positivamente com *Incerteza e Mudança* e com *Evitamento do Conflito*; a correlação do estilo *evitante amedrontado* era negativa com *Partilha* e positiva com *Incerteza e Mudança*. Estes

resultados são muito semelhantes aos encontrados por Fitzpatrick, Fey, Segrin, e Schiff (1993) numa investigação em que, no entanto, eram as subescalas de *Tradicionalismo* e *Partilha* as que melhor diferenciavam os estilos de vinculação.

Com estes estudos, não encontrámos diferenças entre homens e mulheres no que se refere às *definições relacionais* mas, uma análise mais aprofundada, revelou diferenças entre eles na valorização de determinadas dimensões em detrimento de outras.

Considerando o *tipo conjugal*...

Encontradas relações entre as *definições relacionais* feitas pelos cônjuges e outras variáveis relacionadas com o funcionamento conjugal, interessava avançar em complexidade e considerar variáveis da relação, como o *tipo conjugal*, conjugando as definições de marido e mulher.

Verificámos, no nosso estudo, que 63% dos maridos e das mulheres concordavam na definição básica do seu casamento. Para os outros 37%, isso não acontecia, sendo o casamento 'dela' significativamente diferente do 'dele' e vice-versa. Apesar desta proporção ser semelhante à que se verificou noutros países (Fitzpatrick, 1988, 1993; Fitzpatrick & Vangelisti, 1995), observam-se algumas especificidades, provavelmente indicadoras de uma sociedade portuguesa em transformação onde os casais, tendencialmente mais as mulheres do que os maridos, parecem estar construir modelos próprios de conjugalidade e de parentalidade: uma percentagem superior de cônjuges *ambivalentes* e inferior de cônjuges *independentes* (quer fazendo parte de *tipos Puros* como de *tipos Mistos*); o tipo misto mais frequente era o de mulher *ambivalente* e marido *tradicional*, representando 11,8% da totalidade da amostra.

Em todas as dimensões (excepto na de *Assertividade*), foi o *tipo conjugal* e não o facto de ser homem ou mulher, a variável mais influente nas diferenças observadas.

Um resultado muito interessante foi observado relativamente às variáveis sociodemográficas. A influência que se tinha observado nas *definições relacionais* (variáveis individuais sobre a relação) deixou de se verificar quando passámos a considerar os tipos conjugais (variável da relação). Parece que, quando passamos do indivíduo (mulher ou homem) para a relação de casal, a dinâmica gerada pelo tipo conjugal não sofre a influência tão grande de variáveis como o número de anos do casamento, como número de filhos ou como nível de escolaridade dos cônjuges. A única excepção

verificou-se relativamente ao envolvimento religioso, um resultado diferente do que foi encontrado por Fitzpatrick. Não só encontrámos uma diferença de género - uma vez que eram as mulheres relativamente aos maridos quem, em média, evidenciava maior envolvimento religioso -, como encontrámos diferenças entre os tipos conjugais - os casais em que marido e mulher eram os dois tradicionais (*tt*) ou um tradicional e o outro ambivalente (*ta* ou *at*) declaravam maior envolvimento religioso do que os casais de tipo independente (*ii*).

Também no que se refere à satisfação conjugal, em vez de diferenças entre maridos e mulheres, encontrámos diferenças entre tipos conjugais, declarando-se como mais satisfeitos os cônjuges *tt*, *at* ou *ta* por comparação com os *ii*.

No que se refere à relação com a orientação *expressiva* ou *instrumental* dos papéis sexuais verificou-se que era mais saliente, nos resultados, o facto de ser homem ou mulher do que a pertença a determinado tipo conjugal. Assim, as mulheres em todas situações de conjugalidade - excepto nas de *ai* (mulher *ambivalente* e marido *independente*), *ii* (marido e mulher *independentes*), e ta (mulher *tradicional* e marido *ambivalente*) em que também se descrevem como de tipo *indiferenciado* – descreviam-se, preferencialmente, como de tipo *feminino* ou de tipo *andrógino*. Os homens *tradicionais*, independentemente de com quem estavam casados, percepcionavam-se como de tipo *masculino* ou de tipo *andrógino*; já nas situações de conjugalidade – *ti*, *ii*, *ai*, *ta* e *aa* – também se descreviam, para além dos outros tipos, como *indiferenciados*.

Uma correlação importante encontrada refere-se ao facto dos casais cujo tipo conjugal era 'puro' (*tt*, *aa* ou *ii*), revelarem frequentemente, ambos, o mesmo estilo de vinculação – o *seguro*. Para além disso, em quase todas as situações de conjugalidade em que só um dos cônjuges definia a sua relação como *independente* eram quase inexistentes os pares em que ambos os cônjuges se descreviam com estilo *seguro*. É como se fosse necessária uma sintonia entre cônjuges na representação *independente* da relação para que ambos se descrevessem como *seguros* na vinculação. Parece, pois, existir uma correlação entre marido e mulher partilharem uma visão semelhante da sua relação conjugal e descreverem como vinculação *segura*, essa mesma relação. Esta é, pois, uma indicação da associação entre os dois tipos de modelo de funcionamento interno – os esquemas conjugais e os estilos ou padrões de vinculação.

A pertença dos casais aos *tipos conjugais* permitiu, pois, estabelecer relações entre cada um dos tipos conjugais e as seguintes variáveis: orientações de papel sexual (*expressividade* e *instrumentalidade*), os estilos de vinculação predominantes, a

satisfação conjugal e o envolvimento religioso (cf. conclusões dos estudo 3 do Capítulo VI).

1.4. Do Estudo de Casos Agrupados em Tipos Conjugais – os Papéis de Género e os Processos Cognitivos, Afectivos e Comportamentais na Conjugalidade

Delineados padrões gerais de funcionamento conjugal (e respectivas relações com variáveis como o género e a vinculação), pudemos passar ao aprofundamento das semelhanças e diferenças de género na conjugalidade, considerando não só variáveis individuais, como variáveis relacionais de índole estrutural (papéis de género) e processual. Neste estudo, a articulação de métodos quantitativos e qualitativos constituiu uma mais-valia no conhecimento dos temas em investigação.

O estudo de casos que realizámos permitiu confirmar, através de métodos diferentes, as características dos tipos conjugais que tínhamos delineado nos estudos prévios. Permitiu, também, ir além dessas características, ao estudar processos cognitivos, afectivos e comportamentais da conjugalidade, através da dinâmica que é gerada quando se entrevistam conjuntamente os casais.

A estratégia metodológica que tínhamos delineado (cf. Capítulo da Metodologia) sugeria um percurso do geral para o particular

- do delinear de padrões gerais de funcionamento conjugal e respectiva relação com diferentes variáveis, até a um observar e descrever 'à lupa' os fenómenos em estudo, procurando articular a sua complexidade, regularidade e singularidade de casal;

- das diferenças e semelhanças entre homens e mulheres casados às diferenças e semelhanças 'daquele homem' e 'daquela mulher' em cada um dos casais estudados.

Foi isso que procurámos realizar e passamos a sintetizar.

Em primeiro, e partindo de métodos diferentes, conseguimos detectar características muito semelhantes dos casais que tínhamos agrupado em função dos tipos conjugais definidos anteriormente (estudo 3), o que se traduz numa primeira confirmação da avaliação pela EDR (escala que procurámos adaptar tendo em conta as características socio-culturais próprias do país) e que pode ter diversas aplicações preventivas e clínicas.

Globalmente, também podemos afirmar a consonância de resultados obtidos com os diferentes métodos. Assim, de todas as variáveis estudadas, as que se revelaram como mais diferenciadoras dos casais foram as da ideologia conjugal e de género, revelando-se como pontos nodais a dialéctica da autonomia/intimidade e o significado atribuído ao investimento/compromisso da relação.

A questão de investigação que tínhamos levantado a propósito do modo de conjugação dos **papéis familiares e profissionais** de marido e mulher (no que se refere à respectiva execução e decisão) permitiu perceber que os tipos conjugais eram uma variável moderadora, na divisão clássica de género. Apesar desta divisão clássica continuar a ser dominante, revelando diferenças muito claras entre homens e mulheres, assumiu configurações diferentes (em alguns casos, contra o estereótipo) consoante os tipos conjugais. Apesar disso, as entrevistas permitiram acesso a dados muito interessantes, reveladores de mudanças em progressão: muitos homens tornaram bem expresso o conflito de papéis que viviam entre vida profissional, pessoal e conjugal; a área de maior partilha entre cônjuges era a parental (em termos de execução de tarefas e de decisões).

A questão de investigação relativa ao **poder, influência** e **perspectivas de igualdade** na relação revelou, a partir das entrevistas, que eram importantes na percepção de marido e mulher, os seguintes factores: o valor simbólico dos comportamentos de cada um e a atribuição da intencionalidade dos comportamentos. Estes factores, mais do que a divisão efectiva das áreas de influência por cada um, mostrou-se importante nas noções subjectivas de relação igualitária.

No que se refere ao modo como os casais reagiam e tentavam resolver os **conflitos**, mais do que diferenças entre tipos conjugais, encontrámos diferenças referentes aos homens e às mulheres, tendo sido mais frequente o padrão envolvimento da mulher/evitamento do marido. No entanto, nos casos em que assim não se verificou, o *tipo conjugal* parece ser uma importante variável mediadora.

Estes dados relativos aos conflitos, por nós obtidos a partir da entrevista, não coincidem com o facto de, nos estudos preliminares não termos encontrado diferenças entre homens e mulheres casados, no que se referia à área do conflito. Nesses estudos, a única diferença encontrada foi a da maior *assertividade* por parte dos homens, não tendo sido encontradas diferenças relativamente ao *evitamento do conflito*.

Esta é, na nossa óptica, uma área a investigar, uma vez que os dados que obtivemos por entrevista é que são mais consonantes com os resultados referidos na

revisão de literatura que consultámos. Provavelmente, as subescalas da EDR que avaliam o conflito, não permitem ponderar um factor importante que é a valência, positiva ou negativa das reacções de evitamento ou de envolvimento nos conflitos. Para tal, é necessário avaliar a razão dos conflitos e a intencionalidade dos comportamentos dos intervenientes nesses mesmos conflitos. Para além disso, a importância das 'teorias gerais e locais das relações' (nesta área, a da 'boa comunicação' ou a da 'boa gestão' dos conflitos) que Fletcher (2002) refere, não são aprofundadas na avaliação pela EDR. Está por explicar, e seria também uma área de investigação futura, uma diferença de género, que tem sido replicada em diversas investigações (Acitelli & Young, 1996; Cross & Levant, 1997; Fletcher *et al.*, 1999; Gottman *et al.*, 1998) e que é consonante com os estereótipos de género sobre relações de intimidade : os maridos estão mais satisfeitos se as respectivas mulheres seguem o modelo de 'boa gestão do conflito'; as mulheres estão mais satisfeitas se os seus maridos seguem o modelo de 'boa comunicação'.

O facto da maior área de conflitos se centrar nas diferenças de pressupostos sobre os papéis dos maridos e das mulheres e no grau de importância conferido à autonomia na relação é revelador da centralidade do género nas relações de conjugalidade e de como os 'choques de género' a que se referia Philpot (1997) se verificam sobretudos naquelas áreas.

Na mesma linha de raciocínio, a questão de investigação referente à autonomia versus proximidade na **intimidade** conjugal evidenciou a inter-relação entre género e tipo conjugal (na entrevista, mais homens do que mulheres expressaram a necessidade de preservar a autonomia na relação, verificando-se configurações diferentes em alguns tipos conjugais à semelhança do que se verificou nos estudos preliminares). Não encontrámos diferenças de género no que se refere à concepção de intimidade, as quais poderão estar mais associadas à sua expressão que não avaliámos devidamente (e.g. análise das interacções em entrevista). Tendo em conta os dados dos estudos preliminares e os provenientes do estudo de casos, parece-nos que uma hipótese bastante plausível para estes resultados é a do processo de construção do 'nós'. Com efeito, à medida que se tornam íntimos, marido e mulher vão construindo uma 'teoria local da relação' (Fletcher, 2002) que representa a unidade que foi criada pelos dois. Como refere Willi (1997, p.181), uma relação de intimidade "*...transforma a longo prazo os sistemas conceptuais pessoais. A anterior visão do mundo é atenuada, dando lugar a nova construção e percepção da realidade que é ligada à do par...e juntos*

criam o seu próprio mundo, com os seus valores, visões, atitudes, normas e regras". Daí que Pina Prata refira a *interindependência* a propósito da "*questão básica da relação conjugal (que) é a dialéctica da autonomia e intimidade*" (Costa, 1994).

Relativamente à **vinculação**, os dados da entrevista vieram confirmar as conclusões que já tinham sido delineadas nos estudos preliminares, designadamente enfatizando a importância, no que se refere à satisfação e à estabilidade conjugal, da compatibilidade entre os modelos de vinculação dos cônjuges, que se verifica sobretudo com o estilo de vinculação segura (Morgan & Shaver, 1999, *cit.in* Fletcher, 2002). Com efeito, o objectivo da vinculação do adulto consiste na regulação de um nível óptimo de proximidade-distância, continuada e estável, com o cônjuge, a qual, por sua vez, regula a ansiedade e a segurança. Os dados provenientes da entrevista permitiram ainda levantar hipóteses relativamente a novas investigações – a da maior inter-relação, nos homens, entre a ideologia (quer seja ou não convencional – *tradicional* ou *independente* – quer contraditória – *ambivalente*) e o estilo de vinculação ao par.

As características do **compromisso** mas, sobretudo, o significado a ele atribuído, revelaram-se importantes na distinção dos tipos conjugais, não distinguindo, no entanto, entre homens e mulheres. Com efeito, tanto pela explicação da 'decisão de manter a relação (estabilidade) como pela descrição do investimento pessoal na manutenção da relação (satisfação) nas entrevistas aos casais, foi possível perceber a importância da ideologia conjugal (pressupostos, padrões e expectativas muito definidas, resultavam da interacção entre as 'teorias locais e gerais das relações' de marido e mulher). Especificamente, o significado atribuído ao tipo de compromisso estrutural (civil ou religioso) revelou-se fundamental na distinção entre os tipos conjugais, o que permitiu, também, compreender melhor os resultados obtidos nos estudos preliminares correspondentes à variável 'envolvimento religioso'. Esta é, a nosso ver, uma futura área a investigar, na continuidade deste trabalho.

Observámos uma tendência de mudança, tanto nos homens como nas mulheres, no sentido de se descreverem com níveis superiores de ***expressividade*** e de ***instrumentalidade***, sugerindo um atenuar dos estereótipos feminino e masculino, na dinâmica conjugal. Apesar de termos registado diferenças relativamente aos **papéis de género** (sobretudo nos papéis parentais), as mudanças que se verificam no modo como se classificam e nas **crenças de género** que afirmam ter, não se traduziram completamente nas práticas familiares. Esta, parece-nos, uma área a investigar provavelmente recorrendo a outras metodologias.

2. Considerações Finais

2.1. Os Limites da Investigação

Começamos por reflectir e ponderar nas limitações inerentes a este trabalho de investigação, limitações essas que fomos enunciando à medida que o trabalho progredia e que, se ultrapassadas, poderiam ter valorizado a investigação. Apesar dos objectivos propostos terem sido globalmente cumpridos, reconhecemos que, em alguns aspectos, as respostas obtidas foram insuficientes e que poderiam ter sido tomadas outras opções.

Em primeiro lugar, o conjunto vasto de variáveis em estudo e, consequentemente, dos instrumentos e metodologias utilizadas, se bem que procurasse corresponder à complexidade do tema, revelou-se muito trabalhoso e nem sempre constitui uma mais-valia como se pretendia, no aprofundamento do tema.

Em segundo lugar, é importante sublinhar que os resultados a que chegámos devem ser interpretados cuidadosamente, tendo em conta a natureza dos instrumentos utilizados, a dimensão das amostras, o carácter transversal das comparações. O facto de vários dos instrumentos serem de 'auto-relato' ou escalas de 'auto-avaliação', sujeitos a distorções e a enviesamentos associados à desejabilidade social, procurou ser controlado com a inclusão de metodologias qualitativas de recolha e análise dados, nomeadamente a entrevista semi-estruturada.

A escolha do ISRS para avaliar os padrões conjugais não se mostrou adequada, o que se deve, provavelmente, ao facto de ser um instrumento recente ainda em estudo pelo próprio autor e, quiçá, pouco adequado ao contexto português. Se bem que não fosse uma variável central da investigação, a avaliação da satisfação conjugal através de uma escala de índice único nos estudos preliminares, revelou-se pouco informativa, uma vez que indutora de uma perspectiva dualista, em vez de dialéctica, da satisfação conjugal. A avaliação da vinculação, através do RQ, apesar de ter considerado as vertentes categorial e numérica, deveria ter sido complementada com outro instrumento.

O guião de entrevista, apesar de conter os conteúdos essenciais a investigar, originou informação que não pôde ser, de momento, trabalhada. Referimo-nos, especialmente, às percepções de marido e mulher relativamente às respectivas famílias de origem, nas diversas categorias consideradas, bem como às interacções entre marido e mulher durante os diversos temas abordados.

A reduzida dimensão da amostra no estudo de casos, acrescida da sua fragmentação em quatro subgrupos, impediu o recurso a métodos estatísticos que permitissem uma generalização dos resultados. Por outro lado, revelou-se muito difícil encontrar casais, de entre aqueles que mostraram disponibilidade para entrevista, cuja definição relacional fosse, para ambos os cônjuges, *independente* (daí a necessidade de englobar no grupo 2, casais em que pelo menos um cônjuge definisse a relação como independente, o que não é ,de modo nenhum, idêntico).

O conjunto de limitações apontado sugere que a futura exploração das variáveis tratadas nos diversos estudos empíricos (quantitativos e qualitativos) deve efectuar-se com amostras de maior dimensão, incluindo amostras de casais que recorrem a terapia conjugal, utilizando também metodologias longitudinais e quasi-experimentais, e combinando métodos quantitativos e qualitativos.

No que se refere ao percurso seguido neste trabalho, ele resultou de uma opção por um procedimento clínico aplicado à investigação em que cada caso é 'olhado' como se fosse único. Daí a opção pela triangulação de métodos, daí também a opção pelo estudo de casos através de entrevista. O trajecto foi longo, desde a escolha e adaptação de instrumentos, aos contactos prévios com os casais, à constituição das amostras, ao tratamento e análise dos casos, à selecção dos casais para entrevista e a um intenso prolongado período de estudo e análise de casos.

Deste percurso, fica o reconhecimento da aprendizagem técnica e científica realizada, muitas vezes, por tentativa e erro. Deste percurso, fica, também, o reconhecimento de que constituiu uma excelente oportunidade de desenvolvimento pessoal. Deste percurso retiram-se, ainda, um conjunto de implicações para trabalhar com casais, preventiva e clinicamente.

2.2 As Implicações Preventivas e Clínicas da Investigação

Desta investigação decorre a necessidade de considerar, nas intervenções preventivas e clínicas, abordagens e estratégias sensíveis a dois aspectos que se revelaram determinantes: a ideologia conjugal (que se poderá traduzir na consideração dos tipos conjugais que encontrámos ou das 'teorias locais da relação') e as questões relativas ao género.

Com efeito, os estudos indicaram que maridos e mulheres têm expectativas muito diferentes, para si, para o cônjuge e para a relação consoante o seu 'tipo' de casamento. Essas expectativas são 'informadas' pelos *esquemas* conjugais ou 'teorias locais da relação', as quais também indicam papéis de género apropriados. É assim que a noção de 'satisfação' difere entre os tipos conjugais, é assim que os casais que se envolvem em muito conflito, podem não reflectir um desequilíbrio de poder ou necessariamente insatisfação com o seu casamento.

Todas estas diferenças têm implicações importantes para o aconselhamento e terapia conjugal, em geral. O comportamento de comunicação apropriado para um tipo conjugal pode não ser apropriado para outro. O modelo que é mais trabalhado pelos profissionais é o da 'boa comunicação' que valoriza a auto-revelação, o confronto de desacordos, a expressão verbal descritiva e directa. No entanto, este modelo pode não ser o mais adequado para todos os tipos conjugais. Deste modo, os instrumentos que estudámos, especialmente a EDR e o guião da entrevista, com alguns melhoramentos, poderão constituir um bom auxílio em clínica, prevenção e investigação com casais.

Um ponto prévio importante é o da constatação de que os indivíduos, casais e famílias que pedem ajuda nem sempre se adequam às nossas estatísticas, teorias e modelos. São únicos e necessitam de uma abordagem preventiva ou clínica que contemple a sua singularidade. De realçar o poder que as teorias (de senso comum) sobre as relações íntimas como o casamento têm, e o modo como podem sistematicamente colorir ou distorcer as percepções da realidade da relação. Muitos terapeutas e investigadores têm a tendência de ver os problemas e as soluções do casamento em termos de comunicação. No entanto, as 'teorias locais da relação' e os juízos de confiança, afecto, compromisso estão baseados numa longa história de interacção relacional, como tivemos oportunidade de observar nas entrevistas, pelo que são, frequentemente, resistentes à mudança a pedido (terapia).

A este respeito, Fletcher (2002, p.141) faz a seguinte referência que subescrevemos - "*Dado o extraordinário ambiente social e tecnológico em que vivemos actualmente, a forma como somos assaltados com falsas imagens de atractivos parceiros alternativos, e a liberdade que temos nos países ocidentais para formar e dissolver relações de longo termo, o número de casamentos que permanece é impressionante. Dada a natureza complexa e difícil da tarefa, o sucesso dos terapeutas e psicólogos especialistas ao ajudar as pessoas a tomar decisões, a comunicar mais*

eficazmente, e a lidar com o mal-estar nas relações de intimidade é igualmente impressionante" (Fletcher, 2002, p.141).

Um outro aspecto a considerar, e que vem na sequência do que acabámos de referir, é o facto de que os homens e as mulheres que recorrem a aconselhamento ou terapia, como indivíduos, casais ou famílias, não estão frequentemente conscientes do papel que o género desempenha nas suas vidas. Por vezes, nem os próprios terapeutas estão...

Dos estudos consultados e realizados, sabemos que as pessoas desenvolvem o seu género nas diversas actividades uns com os outros. Especialmente em relações próximas como as conjugais, onde as expectativas normativas dão lugar a expectativas relacionais que são implicitamente ou explicitamente combinadas entre os cônjuges, estes criam o género (Canary & Emmers-Sommer, 1997). Observámos, também, que homens e mulheres partilham áreas com fronteiras permeáveis e que são co-criadas, através da comunicação. É o caso de áreas de comportamento emocional como intimidade e controlo/poder, ou de áreas como a divisão do trabalho doméstico ou relação trabalho/família.

Género é, portanto, um constructo, também, relacional que, no caso da conjugalidade, marido e mulher desenvolvem através da interacção um com o outro. De um contexto histórico em que homens e mulheres eram percepcionados como sexos opostos, mudou-se para um outro em que homens e mulheres se sobrepõem em múltiplas dimensões e os estereótipos são fragmentados em diversos subtipos. Daí a observação de Deaux (1998) de que as concepções tradicionais de 'masculinidade' e de 'feminilidade' simplificaram excessivamente o que é complexo, consideraram unidimensional o que era multidimensional e atribuíram estabilidade e permanência ao que era flexível.

Centrando-nos nos casais, encontrámos muitas situações em que maridos e mulheres evidenciavam características emocionais, cognitivas e comportamentais próprias do protótipo do género oposto. Acresce a indicação proveniente de resultados replicados de investigação de que, se as características desejáveis associadas à *instrumentalidade* são importantes para um funcionamento adulto ajustado, evidenciar, também, as características desejáveis de *expressividade* revela-se como fundamental em relações conjugais que se querem satisfeitas e duradouras. Os resultados da investigação que realizámos também vão nesse sentido.

No trabalho com os casais podemos ajudar mulheres e homens na consideração dos prós e contras dos vários papéis potenciais que podem desempenhar no casamento (expandir os seus mapas cognitivos), de modo a decidirem o melhor para eles (e.g. o marido que deseja que a sua mulher seja um contribuinte da segurança financeira da família deve ter consciência que deve partilhar o cuidado da casa e as responsabilidades de cuidado das crianças bem como considerá-la na tomada de decisões. Pode haver problema em aceitar o facto de que ela pode abertamente discordar com ele e, por vezes, actuar de forma unilateral. Do mesmo modo, a mulher que deseja tomar parte igual na tomada de decisões relativamente à vida do casal em conjunto, também sabe que terá de tomar a liderança, fazer sugestões, correr riscos e assumir a responsabilidade quando algo corre mal). Isto porque, "*...uma mudança das relações entre homens e mulheres passará por uma tomada de consciência, por parte das mulheres, da necessidade de partilhar com os homens, quer as responsabilidades na sociedade, quer as responsabilidades na família*" (Poeschl & Silva, 2001, p.111). Evidentemente que, no trabalho com os casais, não lhes vamos mudar os valores, mas antes ajudá-los a criar uma dinâmica que seja viável e satisfatória para ambos e cada um, respeitando a sua singularidade.

Não se pretende, propriamente, que maridos e mulheres se tornem permutáveis, mas antes que haja mais espaço para escolha individual sobre o que fazer na família e como se relacionar com os outros membros na família. Novas práticas e rituais irão, indubitavelmente, surgir com a mudança da ideologia das esferas separadas para a ideologia das esferas partilhadas. Muito provavelmente aumentará a necessidade de negociar, assim como poderão aumentar os conflitos, sobre novos equilíbrios na divisão de papéis familiares e laborais. É a percepção das implicações dos papéis de género na sociedade que está na raiz do problema, o que indica claramente como o trabalho preventivo de educação das crianças e jovens pode ser fundamental.

Uma última palavra referente ao número elevado de cônjuges cuja definição da relação é *ambivalente*, por comparação com as outras definições relacionais. Estes casais ao definirem a sua relação, expressam ideologias conjugais e de género que são opostas (não são, pois, de estranhar os seus resultados em vinculação conforme estudo de casos). Estes dados são, em nosso entender, reflexo da grande difusão e ausência de referências que existem, actualmente, na nossa sociedade, do grau elevado de incerteza. As pessoas necessitam de ideologias de vida, de 'teorias gerais e locais das relações'

para se estruturarem. Na investigação que realizámos, esse facto foi nítido nos resultados referentes ao índice de envolvimento religioso e ao significado atribuído ao compromisso conjugal. Mas, evidentemente que as ideologias podem ser de uma outra natureza que não a religiosa.

Como o género e a família são modelados por condições históricas e económicas específicas, em última análise, podemos mudar o que está ao nosso alcance – como re-criamos o significado de género no casal, na nossa própria família. Em tudo o que fazemos, fazemos uma escolha. Depende de cada um, pessoal e conjuntamente, escolher o caminho para o casal e para a família, sabendo que podemos mudar as relações de género.

Assim, sem negar as regularidades do comportamento masculino e feminino decorrentes da propensão biológica ou da experiência de socialização, verificamos que o comportamento relacionado com o género é marcado pela flexibilidade, fluidez e variabilidade – o que implica reconhecer a respectiva complexidade. Para além disso, homens e mulheres fazem escolhas nas suas acções. Trata-se de uma missão comum, não unilateral, e partilhada entre mulher e homem, integrando as mutações que se têm verificado e re-descobrindo novas formas de viver e de se desenvolver em conjunto, na certeza de que a vida não é uma luta mas a busca da felicidade.

Por sua vez, a paternidade e a maternidade não são meros papéis, são vivências e situações existenciais profundas. Um facto parece-nos inquestionável: nenhum homem nem nenhuma mulher deveriam ter de escolher entre paternidade ou maternidade e carreira profissional. Antes, porém, pelo facto de serem pai ou mãe ainda deveriam ser mais apreciados e incentivados nos seus trabalhos. Isto porque educar exige tempo e princípios, sendo essencial na formação da pessoa humana e, consequentemente, das sociedades. Os filhos precisam de amor e o amor também precisa de tempo.

Vimos também, na investigação que realizámos, que determinados tipos de conjugalidade - em que os maridos faziam as suas partes do trabalho -, facilitam às mulheres construírem uma carreira profissional fora de casa sem deixarem de ser mães, e enriquecem a vida dos homens ao lhes possibilitarem uma experiência intensa de paternidade a par da experiência de carreira profissional. Trata-se do 'casal colaborante' também encontrado nos casais estudados por Barnett e Rivers (1996). Nos nossos tempos em que a instrução das mulheres é igual ou superior à dos homens, não faz sentido (se assim o desejarem) que tenham de escolher entre os filhos e a profissão do

mesmo modo que não se pretende que os homens escolham entre a paternidade e a profissão.

A tomada de consciência, por parte de muitas mulheres e homens comuns, da primazia da maternidade e da paternidade nas suas vidas, em termos existenciais e sociais – na vida, ter um(a) filho(a) é muito mais importante do que uma profissão ou uma carreira - não é acompanhada do mesmo reconhecimento por parte da maioria dos políticos. Muito provavelmente porque isso implicaria mudanças radicais na organização da vida laboral e consequentes custos económicos elevados.

E, de facto, hoje em dia, há cada vez mais pistas para encontrar soluções para os problemas práticos de conciliar casamento, parentalidade e profissão – as novas tecnologias permitem fazer em casa muito trabalho, sem necessidade de permanência no local de trabalho; pode-se trabalhar à noite sem perder o contacto com os colegas; a flexibilidade permite encarar o trabalho em termos de resultados em vez do número de horas que se passa no local de trabalho.

"*A tensão entre o 'eu' e o 'nós' exprime-se em vários campos, de forma larvar ou subterrânea, e é claro que as relações familiares são o objecto de tensões e de conflitos mais ou menos vivos*" (Attias-Donfut, Lapierre, Segalen, 2002, p.25). É da relação conjugal – resultante de um querer livre de marido e mulher – que partem todas as outras – paternidade, maternidade, filiação, fraternidade, parentesco. E a manutenção do amor no casal é um processo de descoberta e construção de diferentes formas de amar e ser amado que acompanhem a evolução de cada um dos cônjuges ao longo do seu desenvolvimento.

São tão diferentes e dificilmente passam um sem o outro, o homem e a mulher. Muitas vezes amantes, muitas vezes inimigos, o mundo não faria sentido para cada um sem o outro. Unidos são capazes de feitos que, em separado, seriam impossíveis. Andam sempre à procura um do outro e, muitas vezes, não se encontram. Raramente se captam um ao outro em plenitude e daí a vontade, o desafio de compreender o encanto, o mistério do outro. Querem dar-se um ao outro para sempre e, no entanto, vão encontrando limites ao longo do caminho. Querem, sem deixar de ser dois e diferentes, ser um só.

Bibliografia

Abbey, A. (1982). Sex differences in attributions for friendly behavior: Do males perceive females' friendliness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 830-838.

Acitelli, L.K. (1992). Gender differences in relationship awareness and marital satisfaction among young married couples. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18(1), 102-110.

Acitelli, L.K. (1996). The neglected links between marital support and marital satisfaction. In G.R. Pierce, B.R. Sarason, & I.G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family* (pp. 83-103). New York: Plenum Press.

Acitelli, L.K., & Antonucci, T. (1994). Gender differences in the link between marital support and satisfaction in older couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 688-698.

Acitelli, L.K., Douvan, E., & Veroff, J. (1993). Perceptions of conflict in the first year of marriage : How important are similarity and understanding ? *Journal of Social and Personal Relationships*, 10, 5-19.

Acitelli, L.K., Rogers, S.,& Knee, C. (1999). The role of gender identity in the link between relationship satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16 (5), 591-618.

Acitelli, L.K., & Young, A. M. (1996). Gender and thought in relationships. In G.Fletcher & J. Fitness (eds.) *Knowledge structures in close relationships* (pp.147-168).Mahwah,NJ:Lawrence Erlbaum.

Adams, J., & Jones, W. (1997). The conceptualization of marital commitment: An integrative analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72 (5), 1177-1196.

Agnew, R., Van Lange, P., Rusbult, C. & Langston, C. (1998). Cognitive interdependence: Commitment and the mental representation of relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(4), 939-954.

Aida, Y., & Falbo, T. (1991). Relationships between marital satisfaction, resources, and power strategies. *Sex Roles*, 24, 43-56.

Ainsworth, M.D.S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44: 709-716.

Ainsworth, M.D.S. (1994). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C.M. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P.Marris (Eds.), *Attachment across the life-cycle* (pp.32-51). London: Tavistock/Routledge.

Ainsworth, M.D.S., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment : A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Alarcão, M. (2000). *(des)Equilibrios familiares – uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora

Allen, M. (1998). Methodological considerations when examining a gendered world. In D.J. Canary & K. Dindia (Eds.), *Sex differences in communication*, cap.19. Mahwah, NJ: Erlbaum.

Almeida, D., Maggs, J., Galambos, N. (1993). Wives' employment hours and spousal participation in family work. *Journal of Family Psychology*, 7(2), 233-244.

Amâncio,L.(1992).Assimetrias nas representações de género.*Revista Crítica de Ciências Sociais*,34,9-22.

Amâncio, L. (1993). Identidade social e relações intergrupais. In J.Vala & M.B.Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (pp.287-307). Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença.* Porto: Edições Afrontamento.

Amâncio, L. (2001). O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, Vol. XV (1), 2001, pp 9-26.

Amato, P. (1996). Explaining the intergenerational transmission of divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 628-640.

Anastasi, A. (1990). *Psychological testing.* New York: Macmillan Publishing Company.

Aneshensel, C.& Pearlin, L. (1987). Structural contexts of sex differences in stress. In R. Barnett, L.Bierner, & G. Baruch (Eds.), *Gender and stress* (pp.75-95). New York: Free Press.

Anselmi, D., & Law, A. (1998). *Questions of gender - perspectives and paradoxes.* New York: McGraw-Hill.

Antill, J. (1983). Sex role complementary versus similarity in married couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 145-155.

Antonucci, T.C. (1994). Attachment in adulthood and aging. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults – clinical and developmental perspectives* (pp.256-272). New York: Guilford Press.

Arellano, C., & Markman, H. (1995). The Managing Affect and Differences Scale (MADS): A self-report measure assessing conflict management in couples. *Journal of Family Psychology*, 9 (3), 319-334.

Argyle, M., & Furnham, A. (1983). Sources of satisfaction and conflict in long term relationships. *Journal of Marriage and the Family*, 45, 481-493. New York: John Wiley & Sons, Inc.

Aries, E. (1998). The interaction of men and women. In D.J. Canary & K. Dindia (Eds.), *Sex differences in communication.* Mahwah, NJ: Erlbaum.

Aron, A., Aron, E.N., & Norman, C. (2001). Self-expansion model of motivation and cognition in close relationships and beyond. In G.Fletcher & M.Clark (eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Interpersonal processes* (pp.478-501). Oxford: Blackwell Publishing.

Aron, A., Aron, E.N., & Smollan, D. (1992). Inclusion of other in the Self Scale and the structure of interpersonal closeness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 596-612.

Aron, A., & Henkemeyer, L. (1995). Marital satisfaction and passionate love. *Journal of Social and Personal Relationships*, 12 (1), 139-146.

Aron, A., Melinat, E., Aron, E., Vallone, R., & Bator (1997). The experimental generation of nterpersonal closeness: A procedure and some preliminary findings. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 363-377.

Aron, A., & Westbay, L. (1996). Dimensions of the prototype of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 535-551.

Ashmore, R.D., & DelBoca, F.K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and streotyping. In D.L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behaviour.* Hillsdale, N.J.: Erlbaum.

Ashmore, R.D., & DelBoca, F.K. (1986). Toward a social psychology of female-male relations. In R. Ashmore & F.K.Del Boca (Eds.) *The social psychology of female-male relationships – A critical analysis of central concepts* (pp.1-17). Orlando: Academic Press.

Ashmore, R.D., DelBoca, F.K., & Wohlers, A. (1986). Gender stereotypes. In R. Ashmore & F.K.Del Boca (Eds.) *The social psychology of female-male relationships – A critical analysis of central concepts* (pp.69-119). Orlando: Academic Press.

Atkins, D., Baucom, D., & Jacobson, N. (2001). Understanding infidelity: Correlates in a national random sample. *Journal of Family Psychology*, 15(4), 735-749.

Attias-Donfut, C., Lapierre, N., Segalen, M. (2002). *Le nouvel esprit de famille*. Paris: Éds. Odile Jacob.

Attridge, M., Bersheid, E., & Simpson, J. (1995). Predicting relationship stability from both partners versus one. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (2), 254-268.

Aube, J., Norcliffe, H., Craig, J., & Koestner, R. (1995). Gender characteristics and adjustment-related outcomes: Questioning the masculinity model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(3), 284-295.

Babcock, J., Waltz, J., Jacobson, N., & Gottman, J. (1993). Power and violence: The relation between communication patterns, power, discrepancies, and domestic violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 40-50.

Bacher, F. (1987). Les modèles structuraux en psychologie présentation d'un modèle: Lisrel. *Le Travail Humain*, 50 (4), 347-370.

Badinter, E. (1986/1989). *Um é o Outro* (trad.). Lisboa: Relógio d'Água.

Bailey, S.M. (1998). The current status of gender equity research in american schools. In D.Anselmi & A.Law.*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.461-472).New York:McGraw-Hill.

Bakan, D. (1966). *The duality of existence: Isolation and communion in western man*. Boston, MA: Beacon.

Baldwin, M.W. (1992). Relational schemas and the processing of social information. *Psychological Bulletin*, 112, 461-484.

Baldwin, M.W., Fehr, B., Keedian, E., Seidel, M., & Thomson, D.W. (1993). An exploration of the relational schemata underlying attachment styles: Self-report and lexical decision approaches. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 746-754.

Baldwin, M.W., Keelan, J.P., Fehr, B., Enns, V., & Koh-Rangarajoo, E. (1996). Social-cognitive conceptualization of attachment working models: availability and acessibility effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(1), 94-109.

Baldwin, M.W., & Sinclair, L. (1996). Self-esteem and "if.....then" contingences of interpersonal acceptance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 1130-1141.

*Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Barbee, A.P., Cunningham, M.R., Winstead, B.A., Derlega, V.J., Gulley, M.R., Yankeelon, P.A., & Druen, P.B. (1993). Effects on gender role expectations on the social support process. *Journal of Social Issues*, 49, 175-190.

Barnes, M.L., & Sternberg, R.J. (1997). A hierarchical model of love and its prediction of satisfaction in close relationships. In R.J.Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in close relationships* (pp.79-101). New York: The Guilford Press.

Barnett, R.C., & Baruch, G.K. (1987). Social roles, gender and psychological distress. In R.Barnett, L. Biener, & G. Baruch (Eds.), *Gender and stress* (pp.122-134). New York: Free Press.

Barnett, R.C., Marshall, N., & Pleck, J. (1992). Men's multiple roles and their relationship to men's psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 358-367.

Barnett, R.C., & Rivers, C. (1996). *She works/he works: How two-income families are happier, healthier, and better off.* New York: Harper Collins.

Barrett, L., Lane, R., Sechrest, L., & Schwartz, G. (2000). Sex differences in emotional awareness. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26 (9). 1027-1035.

Bartholomew; K. (1990). Avoidance of intimacy: An attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.

Bartholomew, K., & Horowitz, L.M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(2), 226-244.

Baruch, G.K., & Barnett, R.C.(1986). Role quality, multiple role involvement, and psychological well-being in mid-life women. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 578-585.

Bateson, G. (1987/1979). *Natureza e espirito* (trad.). Lisboa: D.Quixote.

Baucom, D.H., & Aiken, P. (1984). Sex role identity, marital satisfaction, and response to behavioral marital therapy. *Journal of Consuting and Cinical Psychology*, 52, 438-444.

Baucom, D.H., & Epstein, N. (1990). *Cognitive-behavioral marital therapy.* New York: Brunner/Mazel.

Baucom, D., Epstein, N., Daiuto, A.,Carels, R., Rankin, L., & Burnett, C.K. (1996a). Cognitions in marriage: The relationship between standards and attributions. *Journal of Family Psychology*, 10, 209-222.

Baucom, D., Epstein, N., Rankin, L., & Burnett, K. (1996b). Assessing relationship standards: The inventory of specific relationship standards. *Journal of Family Psychology*, 10(1), 72-88.

Baucom, D., Epstein, N., Rankin, L., & Burnett, K. (1999). *Inventory of Specific Relationship Standards-III.* Scoring instructions. Comunicação escrita.

Baucom, D.H., Epstein, N., Sayers, S., & Sher, T.G. (1989). The role of cognitions in marital relationships: Definitional, methodological, and conceptual issues. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 31-38.

Baucom, D., Notarius, C., Burnett, C., & Haefner, P. (1990). Gender differences and sex-role identity in marriage. In F.D.Fincham & T.N. Bradbury (Eds.), *The psychology of marriage: Basic issues and applications* (pp.150-171). New York: The Guilford Press.

Baucom, D., & Weiss, B. (1986). Peer's granting of control to women with different sex role identities: Implications of depression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1075-1080.

*Baumeister, R.,& Bratslavsky, E. (1999). Passion, intimacy, and time: Passionate love as a function of change in intimacy. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 49-67.

Baumeister, R.F., & Leary, M.R. (1995). The need to belong: desire for interpersonal attachment as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 117 (3), 497-529.

Baxter, J., & Western, M. (1998). Satisfaction with housework: Examining the paradox. *Sociology*, 32, 101-120.

Baxter, L.A.(1988). A dialectical perspective on communication perspectives in relationship development. In S. Duck (Ed.), *Handbook of personal relationships* (pp.257-273). New York: John Wiley.

Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe.* Paris : Galimard.

Beitel, A., & Parke, R. (1998). Paternal involvement in infancy: the role of maternal and paternal attitudes. *Journal of Family Psychology*, 12(2), 268-288.

Belle, D. (1990). Poverty and women's mental health. *American Psychologist*, 45, 385-389.

Belsky, J. (1990). Children and marriage. In F.D.Fincham & T.N. Bradbury (Eds.), *The psychology of marriage: Basic issues and applications* (pp.172-200). New York: The Guilford Press.

Bem, S. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 155-162.

Bem, S. (1994). *The lenses of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.

Bem, S. (1998). Gender schema theory and its implications for child development: raising gender-aschematic children in a gender-schematic society. In D.Anselmi & A.Law.*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.262-274).New York:McGraw-Hill.

Benderly, B.L. (1989). Don't believe everything you read. *Psychology Today*, November, pp.67-69.

Benin, M.H.,& Angostinelli, J.(1988). Husbands' and wives' satisfaction with the divison of labor. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 349-362.

Bennett, N., Blanc, A., & Bloom, D. (1988). Commitment and the modern union: Assessing the link between premarital cohabitation and subsequent marital stability. *American Sociological Review*, 53, 997-1008.

Berman, W.H., Marcus, L., & Berman, E.R. (1994). Attachment in marital relations. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp. 204-31). New York: Guilford Press.

Berman, W.H., & Sperling, M.B. (1994). The structure and function of adult attachment. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp.3-28). New York: Guilford Press.

Bernard, J. (1983). The good provider role: Its rise and fall. In A.Skolnick & J.Skolnick (Eds.), *Family in transition* (3rd ed., pp.125-144). Boston: Little Brown.

Bernardo, D.H.; Shehan, C.L., & Leslie, G.R. (1987). *A residue of tradition: Jobs, careers, and spouses' time in housework*. Journal of Marriage and the Family, 49, 381-390.

Berry, J., & Rao, J.M. (1997). Balancing employment and fatherhood: A systems perspective. *Journal of Family Issues*, 18 (4), 386-402.

Bersheid, E. (1986). Emotional experience in close relationships: some implications for child development. In W.W. Hartup & Z. Rubin (Eds.), *Relationships and development* (pp.135-166). Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.

Bersheid, E., Lopes, J. (1997). A temporal model of relationship satisfaction and stability. In R. Sternberg & M. Hojjat (eds.), *Satisfaction in close relationships* (129-159). New York: The Guilford Press.

Biernat, M., & Kobrynowicz, D. (1997). Gender and race-based standards of competence: Lower minimum standards but higher ability standards for devalued groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(3), 544-557.

Biernat, M., & Kobrynowicz, D. (1999). A shifting standards perspective on the complexity of gender stereotypes and gender stereotyping. In W. Swann, J.Langlois, L.Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society* (pp.75-106). Washington: American Psychological Association.

Biernat, M., & Wortman, C.B. (1991). Sharing of home responsibilities between professionally employed women and their husbands. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 844-860.

Blair, S.L., & Johnson, M. (1992). Wive's perceptions of the fairness of the division of household labor: The intersection of housework and ideology. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 570-581.

Blair, S.L.,& Lichter, D.T. (1991). Measuring the divison of household labor: Gender segregation of housework amog American couples. *Journal of Family Issues*, 12, 91-113.

Blanchard-Fields, F., Chen, Y., & Hebert, C. (1997). Interrole conflict as a function of life stage, gender, and gender-related personality attributes. *Sex Roles*, 37(3/4), 155-174.

Blumberg, P.L., & Coleman, M.T. (1989). A theoretical look at gender balance of power in the American couple. *Journal of Family Issues*, 10, 225-250.

Bogdan, R., & Bilken, S. (1992). *Qualitative research for education – An introduction to theory and methods*, Boston: Allyn and Bacon.

Bonney, J., Kelley, M., Levant, R. (1999). A model of fathers' behavioral involvement in child care in dual-earner families. *Journal of Family Psychology*, 13(3), 401-415.

Booth, A., & Johnson, D. (1988). Pre-marital cohabitation and marital success. *Journal of Family Issues*, 9, 255-272.

Boss, P.G. (1983). The marital relationship: Boundaries and ambiguities. In H.I.McCubbin & C.R.Figley (Eds.). *Stress and the family. Vol.I: Coping with normative transitions* (pp.26-40). New York: Brunner/Mazel.

Botorff, J. (1997). Linking qualitative and quantitative research: New avenues for programmatic research. In J. Morse (Ed.) *Completing a qualitative project*. California: Sage Publications.

Bowen, M. (1978). *Family Therapy in Clinical Practice*. New York: Jason Aronson.

Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol II. Separation: anxiety and anger*. New York: Basic Books.

Bowlby, J. (1982, 1ªed. 1969). *Attachment and loss*: Vol. I. Attachment (2ªed.). New York: Basic Books.

Bradbury, T.N.,Campbell, S., Fincham, F. (1995). Longitudinal and behavioral analysis of masculinity and femininity in marriage. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(2), 328-341.

Bradbury, T.N., & Fincham, F.D. (1988). Individual difference variables in close relationships: A contextual model of marriage as an integrative framework. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 713-721.

Bradbury, T. N., & Fincham, F.D.(1992). Attributions and behavior in marital interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63 (4), 613-628.

Bradbury, T.N., & Fincham, F.D. (1993). Assessing dysfunctional cognition in marriage: A reconsideration of the Relationship Belief Inventory. *Psychological Assessment*, 5, 92-101.

Branden, N. (1988). A vison of romantic love. In R. Sternberg & M. Barnes (eds.), *The psychology of love* (218-231). New York: Yale University.

Brannon, L. (1996). *Gender - psychological perspectives*. Boston : Allyn and Bacon.

Bray, J.H. (1995). Methodological advances in family psychology research: Introduction to the special section. *Journal of Family Psychology*, 9, 107-109.

Brennan, K.A., & Bosson, J. (1998). Attachment-style differences in attitudes toward and reactions to feedback from romantic partners: An exploration of the relational bases of self-esteem. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24(7), 699-714.

Brennan, K.A., Clark, C.L., & Shaver, P.R. (1998). Self-report measurement of adult attachment: An integrative overview. In J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp. 46-76). New York: Guilford Press.

Brennan, K.A., & Morris (1997). Attachment styles, self-esteem, and patterns of feedback seeking from romantic partners. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 23-31.

Brennan, K.A., Shaver, P.R., & Tobey, A.E. (1991). Attachment styles, gender, and parental problem drinking. *Journal of Social and Personal Relationships*, 8, 451-466.

Broderick, J., & O'Leary, K. (1986). Contributions of affect, attitudes and behavior to marital satisfaction. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(4), 514-517.

Broverman, I. K., Vogel, S.R., Broverman, D.M., Clarkson, F.E., & Rosenkrantz, P.S. (1972). Sex role stereotypes : A current appraisal. *Journal of Social Issues*, 28, 2, 59-78.

Brown, S., & Booth, A. (1996). Cohabitation versus marriage: A comparison of relationship quality. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 668-678.

Bryman, A., & Burgess, R. (1995). *Analysing Qualitative Data*. London: Routledge.

Bui, K-V., Peplau, L., & Hill, C. (1996). Testing the Rusbult model of relationship commitment and stability in a 15-year study of heterosexual couples. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22 (12), 1244-1257.

Burr, V. (1998) *Gender and social psychology*, London: Routledge.

Buss, D.M. (1991). Conflict in married couples: Personality predictors of anger and upset. *Journal of Personality*, 59, 663-688.

Buss, D.M. (1995). Psychological sex differences: Origins through sexual selection. *American Psychologist*, 50, 164-168.

Butler, M.H., Gardner, B.C., & Bird, M.H. (1998). Not just a time-out: Change dynamics of prayer for religious couples in conflict situations. *Family Process*, 37(4), 451-478.

Buunk, B., Angleitner, A., Oubaid, V., & Buss, D. (1996). Sex differences in jealousy in evolutionary and cultural perspective : Tests from the Netherlands, Germany, and the United States. *Psychological Science*, 7, 359-363.

Buunk, B., van Eijnden, R. (1997). Perceived prevalence, perceived superiority, and relationship satisfaction: most relationships are good, but ours is the best. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23(3), 219-228.

Byrne, B.M. (1994). *Structural equation modeling with EQS and EQS/Windows: Basic concepts, applications and programming*. London: Sage publications.

Caycedo, J., Wang, G., Bahr, S. (1996). Gender roles in the family. In S.Bahr (Ed.) *Family research: A sixty-year review, 1930-1990*, (pp. 435-491). New York: Lexington Book.

Caillé, P. (1991). *Un et un font trois - le couple revelé à lui-même*. Paris: ESF Éditeur.

Caillé, P. (2001). Le destin des couples – Avatars et métamorphoses de la passion. *Thérapie Familiale*, 22(4), 361-369.

Campbell, L., Simpson, J., Kashy, D., & Fletcher, G. (2001). Ideal standards, the self, and flexibility of ideals in close relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 447-462.

Canary, D., & Dindia, K. (1998). *Sex differences and similarities in communication - Critical essays and empirical investigations of sex and gender in interaction*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers

Canary, D., & Emmers-Sommer, T.M. (1997). *Sex and gender differences in personal relationships*. New York: The Guilford Press.

Canavarro, M.C. (1999). *Relações afectivas e saúde mental*. Coimbra: Quarteto Editora.

Cancian, F. (1987). *Love in America: Gender and self-development*. New York: Cambridge University Press.

Canli, T., Desmond, J., Zhao, Z., Gabrieli, J. (2002). Sex differences in the neural baisi of emotional memories. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 99, http://www.pnas.org.

Carels,R., & Baucom, D.H. (1999). Support in marriage: Factors associated with on-line perceptions of support helpfulness. *Journal of Family Psychology*, 13 (2), 131-144.

Carnelley, K., Pietromonaco, P., & Jaffe, K. (1994). Depression, working models of others, and relationship functioning. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 127-140.

Carrère, S., Buehlman, K., Gottman, J., Coan, J., & Ruckstuhl, L. (2000). Predicting marital stability and divorce in newlywed couples. *Journal of Family Psychology*, 14 (1), 42-58.

Carter, E., & McGoldrick, M. (1989). *The changing family life cycle – A framework for family therapy*. Boston: Allyn & Bacon.

Carver, C. (1997). Adult attachment and personality: Converging evidence and a new measure. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23 (8), 865-883.

Chapman, L., & Chapman, J. (1969). Illusory correlation as an obstacle to the use of valid psychodiagnostic signs. *Journal of Abnormal Psychology*, 74, 271-280.

*Chomsky, N. (1986). *Knowledge of language: its nature, origin and use*. Westport, CT:Praeger.

Christensen, A., & Heavey, C. (1990). Gender and social structure in the demand/withdraw pattern of marriage conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(1), 73-81.

Christensen, A., & Shenk, J. (1991). Communication, conflict, and psychological distance in nondistressed, clinic, and divorcing couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59, 458-463.

Christensen, A., & Walczynsky, P. (1997). Conflict and satisfaction in couples. In R. Sternberg & M.Hojjat (eds.), *Satisfaction in close relationships* (249-274). New York: The Guilford Press.

*Chodorow (1978, *The reproduction of mothering: the psychoanalysis and the sociology of gender*, Berkeley: University of California Press.

*Chombart de Lauwe, P.H. (1964). *Images de la femme dans la societé*. Paris : Les Éditions Ouvrières.

Cohen, T. (1998). What do fathers provide? Reconsidering the economic and nurturant dimensions of men as parents. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.569-581).New York:McGraw-Hill.

Cohn, D.A., Silver, D.H., Cowan, C.P., Cowan, P.A., & Pearson, J. (1992). Working models of childhhod attachment and couple relationships. *Journal of Social Issues*, 13, 432-449.

Colapinto, J. (1991). Structural family therapy. In A.S.Gurman and D.P. Kniskern (Eds.), *Handbook of family therapy*, Vol.II (pp.417-443). New York: Brunner/Mazel.

Collins, N., & Fenney, B. (2000). A safe haven: An attachment theory perspective on support seeking and caregiving in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78 (6), 1053-1073.

Collins, N.L., & Read, S.J. (1990). Adult attachment style, working models and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 644-663.

Collins, P.H. (1998). Toward a new vision: race, class, and gender as categories of analysis and connection. In D. Anselmi & A. Law (Eds.) *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.35-45). New York: McGraw-Hill.

Collins, W., Maccoby, E., Steinberg, L., Hetherington, E., & Bornstein, M. (2000). Contemporary research on parenting – The case for nature and nurture. *American Psychologist*, 55(2), 218-232.

Coltrane, S. (1998a). *Gender and families*. California : Pine Forge Press.

Coltrane, S. (1998b). Theorizing masculinities in contemporary social science. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.76-88). New York: McGraw-Hill.

Constantinople, A. (1973). Masculinity-femininity: An exception to a famous dictum?. *Psychological Bulletin*, 80 (5), 389-407.

Conway, M., Pizzamiglio, M., Mount, L. (1996). Status, communality, and agency: Implications for stereotypes of gender and other groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 25-38.

Cook, E.P. (1990). Gender and psychological distress. *Journal of Counseling & Development*, 68, 371-375.

Cook, T. (1983). Quasi-experimentation. In G. Morgan (Ed.), *Beyond method – Strategies for Social research* (pp.74-94), Beverly Hills: Sage Publications.

Cook, W.L. (2000). Understanding attachment security in family context. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 285-294.

Costa, M.E. (1991). *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Porto : INIC, Universidade do Porto.

Costa, M.E. (1994). *Divórcio, monoparentalidade e recasamento – Intervenção psicológica em transições familiares*. Port : Edições Asa.

Costa, M.E. (1996). A intimidade à procura de um psicoterapeuta. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 5-11.

Costa, M.E. (2000). *Proposta integrativa do desenvolvimento da intimidade*. Provas de Agregação (não publicado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Cota, A., & Dion, K. (1986). Salience of gender and sex composition of ad hoc groups: An experimental test of distinctiveness theory. *Journal of Personality ans Social Psychology*, 50, 770-776.

Coverman, S., & Shelley, J. (1986). Change in men's housework and childcare time. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 413-422.

Cowan, C.P., & Cowan, P.A. (1992). *When partners become parents*. New York: Basic Books.

Cowan,P.A.,& Hetherington, M. (1991).*Family transitions*. Hillsdale, NJ:Lawrence Erlbaum Associates.

Cozzarelli, C., Hoekstra, S., & Bylsma, W. (2000). General versus specific mental models of attachment: Are they associated with different outcomes? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26 (5), 605-618.

Cronbach, L.J. (1990). *Essentials of psychological testing* (5th ed.). New York: Harper Collins.

Cross, S., & Madson, L.(1997). Models of self: Self construals and gender. *Psychological Bulletin*, 122 (1), 5-37.

Cutrona, C.E. (1996). Social support as a determinant of marital quality: The interplay of negative and supportive behaviors. In G.R. Pierce, B.R. Sarason, & I.G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family* (pp. 173-194). New York: Plenum Press.

Damásio, A. (1994/1995). *O erro de Descartes – Emoção, razão e cérebro humano* (trad.). Lisboa: Europa-América.

Damásio, A. (1999/2000). *O sentimento de Si – O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência* (trad.). Lisboa: Europa-América.

Darley, J.M., & Fazio, R.H. (1980). Expectancy confirmation processes arising in the social interaction sequence. *American Psychologist*, 35, 867-881.

Davey, A., Beach, S., Brody, G., & Fincham, F. (2001). Attributions in marriage: Examining the entailment model in dyadic context. *Journal of Family Psychology*, 15(4), 721-734.

Davila, J., & Bradbury, T. (2001). Attachment insecurity and the distinction between unhappy spouses who do and do not divorce. *Journal of Family Psychology*, 15 (3), 371-393.

Davila, J., Burge, D., & Hammen, C. (1997). Why does attachment style change?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 826-838.

Davila, J., Karney, B., & Bradbury, T. (1999). Attachment change processes in the early years of marriage. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 783-802.

Davis, M., Morris,M., & Kraus, L. (1998).Relationship-specific and global perceptions of social support: Associations with well-being and attachment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 468-481.

Deater-Deckard, K., & Scarr, S. (1996). Parenting stress among dual-earner mothers and fathers: Are there gender differences? *Journal of Family Psychology*, 10 (1), 45-59.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Introduction – Entering the field of qualitative research. In N.Denzin & Y. Lincoln, *Handbook of qualitative research* (cap.1), London: Sage Publications.

Deaux, K. (1984). From individual differences to social categories: Analysis of a decade's research on gender. *American Psychologist*, 39, 105-116.

Deaux, K. (1998). Psychological constructions of masculinity and femininity. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.206-215).New York:McGraw-Hill.

Deaux, K. (1999). An overview of research on gender: Four themes from 3 decades. In W.B.Swann, J.H.Langlois, & L.G. Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society – The gender science of Janet Taylor Spence* (pp.11-34).Washington: American Psychological Association.

Deaux, K., Kite, M.E., & Lewis, L. (1985). Clustering and gender schemata: An uncertain link. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 11, 387-397.

Deaux, K., & LaFrance, M. (1998). Gender. In D.Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., pp.778-827). New York: Random House.

Deaux, K., & Lewis, L.L. (1984). The structure of gender stereotypes: Interrelationships among components and gender label. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 991-1004.

Deaux, K., & Major, B. (1987). Putting gender into context: An interactive model of gender-related behavior. *Psychological Review*, 94, 369-389. Versão in D.Anselmi & A.Law (1998).*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.367-375).New York:McGraw-Hill.

Denmark, F.L. (1994). Engendering psychology. *American Psychologist*, 49, 329-334.

Denmark, F.L., Russo, N.F., Frieze, I.H., & Sechzer, J.A. (1988). Guidelines for avoiding sexism in psychological research: A report of the APA ad hoc committee on non-sexist research. *American Psychologist*, 43, 582-585.

Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations*. Londres: Cambridge University Press.

Deutsch, F., Lussier, J., & Servis, L. (1993). Husbands at home: Predictors of paternal participation in childcare and housework. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(6), 1154-1166.

Devor, H. (1998). Where it all begins – The biological bases of gender. In D.Anselmi & A.Law.*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.120-139).New York:McGraw-Hill.

Dickes, P., & Kop, J-L (2001). *Structural Equation Models* – textos de apoio do Seminário de Formação Avançada em Psicometria. Lisboa: Centro de Psicometria e Psicologia da Educação da Universidade de Lisboa.

Diekman, A., & Eagly, A. (2000). Stereotypes as dynamic constructs: women and men of the past, present, and future. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(10), 1171-1188.

Dindia, K., & Allen, M. (1992). Sex differences in self-disclosure: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 112 (1), 106-124.

Dion, K.K., & Dion, K.L. (1993/1998). Individualistic and collectivistic perspectives on gender and the cultural context of love and intimacy. Versão in D.Anselmi & A.Law (1998).*Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.520-531).New York:McGraw-Hill.

Doise, W. (1976/1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre os grupos* (trad.). Lisboa : Moraes Editores.

Dovidio, J., Ellyson, S., Keating, C., Heltman,K., & Brown, C.E. (1988). The relationship of social power to visual displays of dominance between men and women. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 233-242.

Doyle, J., & Paludi, M.(1995).*Sex and gender - The human experience*, New York: Brown &Benchmark.

Drigotas, S.M., & Rusbult, C.E. (1992). Should I stay or should I go? A dependence model of breakups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62 (1), 62-87.

Duby, G.(1992). *Amor e sexualidade no ocidente* (trad.). Lisboa: Terramar.

Duggan, E.S., & Brennan, K.A. (1994). Social avoidance and its relation to Bartholomew's adult attachment typology. *Journal of Social and Personal Relationships*, 11, 147-153.

Dugsin, R. (2001). Conflict and healing in family experience of second-generation emigrants from India living in North America. *Family Process*, 40, 2, 233-241.

Dunning, D., & Hayes, A.F. (1996). Evidence for egocentric comparison in social judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 213-229.

Duvall, E.M. (1962). *Family development*. New York: Lippincott.

Duxbury, L., Higgins, C., & Lee, C. (1994). Work-family conflict: A comparison by gender, family type, and perceived control. *Journal of Family Issues*, 15(3), 449-466.

Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behavior: a social-role interpretation.* Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Eagly, A.H. (1995). The science and politics of comparing women and men. *American Psychologist*, 50, 145-158.

Eagly, A.H. (1998). On comparing women and men. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.93-98). New York: McGraw-Hill.

Eagly, A.H.; & Johnson, B.T. (1990). Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 108, 233-256.

Eagly, A.H., & Steffen, V. (1984). Gender stereotypes stem from the distribution of women and men into social roles. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 735-754.

Eagly, A.H., Makhijani, M.G., & Klonsky, B.G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 15, 534-558.

Eagly, A.H., & Wood, W. (1999). The origins of sex differences in human behavior: Evolved dispositions versus social roles. *American Psychologist*, 54, 408-423.

Eccles, J., Barber, B., & Jozefowicz, D. (1999). Linking gender to educational, occupational, and recreational choices: Applying the Eccles et al. Model of Achievement- Related Choices. In W. Swann, J.Langlois, L.Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society* (pp.153-192). Washington: American Psychological Association.

Eidelson, R.J. (1980). Interpersonal satisfaction and level of involvement: A curvilinear realtionship. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 460-470.

Eidelson, R.J., & Epstein, N. (1982). Cognition and relationship maladjustment: Development of a measure of dysfunctional relationship beliefs. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 50, 715-720.

Eisenberg, N., & Lennon, R. (1983). Sex differences in empathy and related capacities. *Psychological Bulletin*, 94, 100-131.

Eisenhardt, K.M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 18, 4, 532-550.

Elwood, R., & Jacobson, N. (1982). Spouses'agreement in reporting their behavioural interactions: A clinical replication. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 50, 773-784.

*Epstein, C.F. (1988). *Deceptive distinctions: Sex, gender and the social order.* New Haven, CT: Yale University Press.

Erbert, L., & Duck, S. (1997). Rethinking satisfaction in personal relationships. In R. Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in close relationships* (190-218). New York: The Guilford Press.

Erickson, R.J. (1993). Reconceptualizing family work : The effect of emotion work on perceptions of marital quality. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 888-900.

*Erikson, E. (1968). *Identiy: Youth, and crisis*. New York: Norton.

Fagot, B. (1998). Psychosocial and cognitive determinants of early gender-role development. In D. Anselmi & A.Law (Eds.), *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.275-294). New York: McGraw-Hill.

Farrell, W. (1999). *Women can't hear what men don't say*. New York: Penguin Ptunam Inc.

Fausto-Sterling, A. (1998). The five sexes: why male and female are not enough. In D. Anselmi & A. Law (Eds.), *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.24-29). New York: McGraw-Hill.

Feeney, B., & Collins, N. (2001). Predictors of caregiving in adult intimate relationships: An attachment theoretical perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 6, 972-994.

Feeney, J.A., & Noller, P. (1990). Attachment style as a predictor of adult romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (2) 281-291.

Feeney, J.A.; Noller, P., & Hanrahan, M. (1994). Assessing adult attachment. In M.Sperling &. W. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp. 128-152). New York: Guilford Press.

Feeney, J.A., Noller, P., & Ward,C. (1997). Marital satisfaction and spousal interaction. In R.Sternberg & M. Hojjat (eds.), *Satisfaction in close relationships* (160-189). New York: The Guilford Press.

Fehr, B. (1988). Prototype analysis of the concepts of love and commitment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55 (4), 557-579.

Fehr, B. (1999). Laypeople's conceptions of commitment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 1, 90-103.

Felmlee, D.H. (1994). Who's on top? Power in romantic relationships. *Sex Roles*, 31 (5/6), 275-336.

Ferree, M. (1991). The gender divison of labor in two-earner marriages. *Journal of Family Issues*, 12, 158-180.

Fincham, F.D. (2001). Attributions in close relationships: From balkanization to integration. In G.Fletcher & M. Clark (eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Interpersonal processes* (pp.3-31). Oxford: Blackwell Publishing.

Fincham, F., Baucom, D., Beach, S. (1987). Attribution processes in distressed and nondistressed couples: Self-partner attribution differences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (4), 739-748.

Fincham, F.D., & Bradbury, T. (1987). Cognitive processes and conflict in close relationships: An attribution-efficacy model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(6), 1106-1118.

Fincham, F.D., & Bradbury, T.N.(Eds.). (1990a). *The psychology of marriage: Basic issues and applications*. New York: Guilford Press.

Fincham, F.D., & Bradbury, T.N. (1990b). Psychology and the study of marriage. In F.D. Fincham & T.N. Bradbury (Eds.), *The psychology of marriage: Basic issues and applications* (pp.1-12).New York: Guilford Press.

Fincham, F. D., Bradbury, T.N., & Scott, C.K. (1990c). Cognition in marriage. In F.D. Fincham & T.N. Bradbury (Eds.), *The psychology of marriage: Basic issues and applications* (pp.118-149).New York: Guilford Press.

Fincham, F. D., Harold, G., & Gano-Phillips, S. (2000). The longitudinal association between attributions and marital satisfaction: Direction of effects and role of efficacy expectations. *Journal of Family Psychology*, 14(2), 267-285.

Fink, A. (1995a). *How to design surveys*. London: Sage Publications.

Fink, A. (1995b). *How to sample in surveys*. London: Sage Publications.

Fink, A. (1995c). *How to analyze survey data*. London: Sage Publications.

Firestone, R.W. & Catlett, J. (2000). *Fear of Intimacy*. Washington : American Psychological Association.

Fisher, H. (1992). *Anatomy of love: A natural history of adultery, monogamy & divorce*. London: Simon & Schuster.

Fiske, A.P., Haslam, N., & Fiske, S.T. (1991). Confusing one person with another: What errors reveal about the elementary forms of social relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 656-674.

Fiske, S.T. (1993). Controlling other people: The impact of power on stereotyping. *American Psychologist*, 48, 621-628.

Fiske, S.T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D.Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., pp.357-411). New York: Random House.

Fiske, S.T.; Bersoff, D. ; Borgida, E.; Deaux, K., & Heilman, M. (1991). Social science research on trial: Use of sex stereotyping research in Price Waterhouse v. Hopkins. *American Psychologist*, 46, 1049-1060.

Fiske, S.T., & Stevens, L. (1998). What's so special about sex? Gender stereotyping and discrimination. In D.Anselmi & A.Law.*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.232-246).New York:McGraw-Hill.

Fitzpatrick, J., & Sollie, D. (1999). Unrealistic gendered and relationship-specific beliefs: Contributions to investments and commitment in dating relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16 (6), 852-867.

Fitzpatrick, M.A. (1984). A typological approach to marital interaction: Recent theory and research. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, 18 (pp.1-47). Orlando, FL: Academic Press.

Fitzpatrick, M.A. (1988). *Between husbands and wives - communication in marriage*. California: Sage Publications.

Fitzpatrick, M.A., Fey, J.,Segrin, C., & Schiff, J.L.(1993). Internal working models of relationships and marital communication. *Journal of Language and Social Psychology*, 12 (1&2), 103-131.

Fitzpatrick, M.A., & Indvik, J. (1982). The instrumental and expressive domains of marital communication. *Human Communication Research*, 8, 195-213.

Fitzpatrick, M.A., Marshall, L.J., Leutwiler, T.J., & Krcmar, M. (1996). The effect of family communication environments on children's social behavior during middle chilhood. *Communication Research*, 23 (4), 379-406.

Fitzpatrick, M.A., Mulac, A., & Dindia, K. (1995). Gender-preferential language use in spouse and stranger interaction. *Journal of Language and Social Psychology*, 14 (1&2), 18-39.

Fitzpatrick, M.A.,Vangelisti, A.L., & Firman, S.M. (1994). Perceptions of marital interaction and change during pregnancy: A typological approach. *Personal Relationships*, 1 , 101-122.

Fitzpatrick, M.A. & Vangelisti, A.L. (1995). *Explaining family interactions*. London: Sage Publications.

Fletcher, G. (2002). *The new science of intimate relationships*. Oxford: Blackwell Publisher.

Fletcher, G., Fincham, F., Cramer, L., & Heron, N. (1987). The role of attributions in the development of dating relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 481-489.

Fletcher, G, Rosanowski, J., & Fitness, J. (1994). Automatic processing in intimate contexts: The role of of close-relationship beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 888-897.

Fletcher, G., Simpson, J., & Thomas, G. (2000). Ideals, perceptions, and evaluations in early relationship development. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 6, 933-940.

Fletcher, G., Simpson, J., Thomas, G., & Giles, L. (1999).Ideals in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(1), 72-89.

Fletcher, G., & Thomas, G. (2000). Behavior and on-line cognition in marital interaction: A longitudinal study. *Personal Relationships*, 7, 111-130.

Fletcher, G., Thomas, G., & Durrant, R. (1999). Cognitive and behavioral accommodation in relationship interaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16, 705-730.

Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications.

Floyd, F., & Wasner, G. (1994). Social exchange, equity, and commitment: Sructural equation modeling of dating relationships. *Journal of Family Psychology*, 8 (1), 55-73.

Fontaine, A.M. (1991). O conceito de si próprio no ensino secundário: processo de desenvolvimento diferencial. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 33-54.

Fontaine, P. (1985). Familles Saines. *Thérapie Familiale*, 6 (3), 267-282.

Fowers, B. (1991). His and her marriage: A multivariate study of gender and marital satisfaction. *Sex Roles*, 24, 209-221.

Fraley, R.C., & Davis, K.E., & Shaver, P.R. (1998). Dismissing-avoidance and the defensive organization of emotion, cognition and behavior. In J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.) *Attachment theory and close relationships* (pp.249-279). New York: Guilford Press.

Fraley, R.C., Garner, J.P., & Shaver, P.R. (2000). Adult attachment and the defensive regulation of attention and memory: Examining the role of premptive and postemptive defensive process. *Journal of Personality and Psychology*, 79(5), 816-826.

Fraley, R.C., & Shaver, P.R. (1997). Adult attachment and the suppression of unwanted thoughts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 1080-1091.

Framo, J. (1998). Cinquant ans de thérapie familiale. *Thérapie Familiale*, 19(3), 201-237.

*Freud, A. (1966). *O ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Frey, J.H.,& Oishi, S.M. (1995). *How to conduct interviews by telephone and in person*. London: Sage Publications.

Fukuyama, F. (1998). Women and the evolution of the world politics. *Foreign Affairs*, 77(5).

Gable, S., Belsky, J., Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: progress and prospects. *Journal of Family Psychology*, 5, 276-294.

Gabriel, S., & Gardner, W.L. (1999). Are there "his" and " hers" types of interdependence? The implications of gender differences in colective versus relational interdependence for affect, behavior, and cognition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77 (3), 642-655.

Geary, D. (1998). *Male, female – The evolution of human sex differences*. Washington : A.P.A.

Gehart, D., & Ratliff, D., & Lyle, R. (2001). Qualitative research in family therapy: A substantive and methodological review. *Journal of Marital and Family Therapy*, 27(2), 261-274.

Genero, N.P., Miller, J.B., Surrey, J., & Baldwin, L.M. (1992). Measuring perceived mutuality in close relationships: Validation of the mutual psychological development questionnaire. *Journal of Family Psychology*, 6, 36-48.

Gentile, D. (1998). Just what are sex and gender, anyway? A call for a new terminological standard. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.14-17). New York: McGraw-Hill.

Gilbert, L.A. (1993). *Two careers/one family: The promise of gender equality*. California: Sage Publ.

Gilgun, J., Daly, K., & Handel, G. (1992). *Qualitative methods in family research*. California: Sage Publications.

Gilligan, C. (1982/1997). *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher* (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Glass, J.L., & Estes, S.B. (1996). Workplace support, child care, and turnover intentions among employed mothers of infants. *Journal of Family Issues*, 17 (3), 317-335.

Glick, P., & Fiske, S.T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.

Glick, P., & Fiske, S.T. (1999). Sexism and other 'isms': independence, status, and the ambivalent content of stereotypes. In W. Swann, J.Langlois, L.Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society* (pp.193-222). Washington: American Psychological Association.

Godwin, D.D.,& Scanzoni, J. (1989). Couple decision making: commonalities and differences across issues and spouses. *Journal of Family Issues*, 10 (3), 291-310.

Goleman, D. (1995/1997). *Inteligência emocional* (trad.). Lisboa: Temas e Debates.

Goodwin, R. (1992). Overall, just how happy are you? The magical question 31 of the Spanier Dyadic Adjustment Scale. *Family Therapy*, 19, 273-275.

Gordon, K., Baucom, D., Epstein, N, Burnett, C., & Rankin, L. (1999). The interaction between marital standards and communication patterns: How does it contribute to marital adjustment? *Journal of Marital and Family Therapy*, 25 (2), 211-223.

Gorsuch, R.L. (1983). *Factor analysis*: Hillsdale, NY:Lawrence Erlbaum Associates.

Gottlieb, B. (1993). *The family in the western world – From the black death to the industrial age*. Oxford: Oxford University Press.

Gottman, J.M. (1991). Predicting the longitudinal course of marriages. *Journal of Marriage and Family Therapy*, 17, 3-7.

Gottman, J. (1993a). The roles of conflict engagement, escalation, and avoidance in marital interaction: A longitudinal view of five types of couples. *Journ. of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 6-15.

Gottman, J. (1993b). A theory of marital dissolution and stability. *Journal of Family Psychology*, 7, 57-75.

Gottman, J. (1998). Psychology and the study of marital processes. *Annual Review of Psychology*, 49, 169-197.

Gottman, J.M., & Krokoff, L.J. (1989). Marital interaction ans satisfaction: A longitudinal view. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 47-52.

Gottman, J.M., & Levenson, R. (1988). The social psychophysiology of marriage. In P.Noller & M.A. Fitzpatrick (Eds.), *Perspectives on marital interaction* (pp.182-200). Clevedon, UK: Multilingual Matters.

Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (1999a). What predicts change in marital interaction over time? A study of alternative models. *Family Process*, 38 (2), 143-158.

Gottman, J.M., & Levenson, R.W. (1999b). How stable is marital interaction over time? *Family Process*, 38(2), 159-165.

Gottman, J.M., Markman, H., & Notarius, C. (1977). The topography of marital conflict: A sequential analysis of verbal and nonverbal behavior. *Journal of Marriage and the Family*, 39, 461-477.

Gottman, J. M., & Silver, N. (1999/2000). *Les couples heureux ont leurs secrets* (trad.). Paris: JC Lattès.

Gray-Little, B., & Burks, N. (1983). Power and satisfaction in marriage: A review and critique. *Psychological Bulletin*, 93, 513-538.

Green, B.L., & Kenrick, D.T. (1994). The attractiveness of gender-typed traits at different relationship levels: Androgynous characteristics may be desirable after all. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20(3), 244-253.

Greenstein, T. (1996). Husbands' participation in domestic labor: interactive effects of wives' and husbands' gender ideologies. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 585-595.

Griffin, D., & Bartholomew, K. (1994). Models of the self and other: Fundamental dimensions underlying measures of adult attachment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(3), 430-445.

Griffin, W. (1993). Transitions from negative affect during marital interaction: Husband and wife differences. *Journal of Family Psychology*, 6(3), 230-244.

Gross, J., & Levenson, R.W. (1993). Emotional supression : Physiology, self-report, and expressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 970-986.

Grossman, M., & Wood, W. (1993). Sex differences in intensity of emotional experience: A social role interpretation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(5), 1010-1022.

Guba, E., & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N.Denzin & Y. Lincoln, *Handbook of qualitative research* (cap.6) , London: Sage Publications.

Guidano, V.F. (1991. Affective change events in a cognitive therapy system approach. In J.D. Safran & L.S. Grennberg (Eds.), *Emotion, psychotherapy and change*. New York: Guilford Press.

Guitton, J., & Antier, J-J. (1998/1999). *O livro da sabedoria e das virtudes reencontradas* (trad.). Lisboa : Editorial Notícias.

Gulotta, G. (1985/1993). *Comédias e dramas no casamento* (trad.). Lisboa: Relógio d'Água.

Gummesson, E. (1991). *Qualitative methods in management research*. London: Sage Publications.

Gurman, A., & Kniskern, D. (1991). *Handbook of Family Therapy*. New York: Brunner/Mazel.

Haddock, S., Zimmerman, T., MacPhee, D. (2000). The power equity guide: Attending to gender in family therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 26(2), 153-170.

Halford, W.K., Kelly, A., & Markman, H. (1997). The concept of a healthy marriage. In W.K.Halford & H. Markman (Eds.). *Clinical handbook of marriage and couples interventions* (3-12). Chichester: John Wiley & Sons Ltd.

Hall, J. (1998). How big are nonverbal sex differences? The case of smiling and sensivity to nonverbal cues. In D. Canary & K. Dindia, *Sex differences and similarities in communication* Cap.7. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Halpern, D. (1998a). Stereotypes, science, censorship, and the study of sex differences: In D.Anselmi & A.Law.*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.99-108).New York:McGraw-Hill.

Halpern, D. (1998b). Cognitive gender differences: Why diversity is a critical research issue. In D.Anselmi & A.Law.*Questions of gender-perspectives and paradoxes* (pp.436-445).New York:McGraw-Hill.

Hamida, S., Mineka, S., Bailey, J. (1998). Sex differences in perceived controllability of mate value: An evolutionary perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(4), 953-966.

*Hammond, J.R., & Fletcher, G.J. (1991). Attachment styles and relationship satisfaction in the development of close relationships. *New Zealand Journal of Psychology*, 20, 56-62.

Hare-Mustin, R.T. (1986). The problem of gender in family therapy theory. *Family Process*, 26, 15-27.

Hare-Mustin, R., & Marecek, J. (1988). The meaning of difference: Gender theory, postmodernism, and psychology. *American Psychologist*, 43 (6), 455- 464.

Hartup, W., & Rubin, Z. (Eds.) (1986). *Relationships and development*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Hatfield, E., & Rapson, R. (1993). *Love, sex and intimacy – Their psychology, biology and history*. New York: Harper Collins College Publishers.

Hawkins, A.J., Marshall, C.M., & Meiners, K.M. (1995). Exploring wives' sense of fairness about family work. *Journal of Family Issues*, 16 (6), 693-721.

Hawkins, A., Marshall, C., & Allen, S. (1998). The orientation toward domestic labor questionnaire : Exploring dual-earner wives' sense of fairness about family work. *Journal of Family Psychology*, 12 (2), 244-258.

Hazan, C. & Shaver, P.R. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (3), 511-524.

Hazan, C., & Shaver, P.R. (1990). Love and work: an attachment perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.

Heavey, C., Christensen, A., & Malamuth, N. (1995). The longitudinal impact of demand and withdrawal during marital conflict. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 797-801.

*Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.

Helgeson, V.S. (1994). Relation of agency and communion to well-being: evidence and potential explanations. *Psychological Bulletin*, 116, 412-428.

Helgeson, V.S., Shaver, P., Dyer, M. (1987). Prototypes of intimacy and distance in same-sex and opposite-sex relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 4, 195-233.

Heller, P., & Wood, B. (1998). The process of intimacy: Similarity, understanding and gender. *Journal of Marital and Family Therapy*, 24 (3), 273-288.

Helmreich, R.L., Spence, J.T., & Holahan, C.K. (1979). Psychological androgyny and self-role flexibility: A test of two hypotheses. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 1631-1644.

Helmreich, R.L., Spence, J.,& Wilhelm, J.A . (1981). A psychometric analysis of the Personal Attributes Questionnaire. *Sex Roles*, 7, 1097-1108.

Helms-Erikson, H., Tanner, J., Crouter, A., McHale, S. (2000). Do women's provider-role attitudes moderate the links between work and family ? *Journal of Family Psychology*, 14(4), 658-670.

Hendrick, C., & Hendrick, S.S. (1989). Research on love: Does it measure up? *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 784-794.

Hendrick, S.S. (1981). Self-disclosure and marital satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 1150-1159.

Hendrick, S.S., & Hendrick, C. (1997). Love and satisfaction. In R.Sternberg & M. Hojjat (eds.), *Satisfaction in close relationships* (56-78). New York: The Guilford Press.

Hendrick, S.S., Hendrick,C., & Adler, N. L. (1988). Romantic relationships: Love, satisfaction, and staying together. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (6), 980-988.

Hill, M.M., & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa : edições Silabo.

Hinde, R.A. (1979). *Towards understanding relationships*. New York: Academic Press.

Hinde, R.A., & Stevenson-Hinde, J. (1986). Relating childhood relationships to individual characteristics. In W.W. Hartup & Z.Rubin (Eds.), *Relationships and development* (pp.27-50). Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.

Hindy, C.G., & Schwarz, J.C. (1994). Anxious romantic attachment in adult relationships. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp.179-203). New York: Guilford Press.

Hock, E.; Schirtzinger, M.B., Lutz, W., & Widaman, K. (1995). Maternal depressive symptomatology over the transition to parenthood: Assessing the influence of marital satisfaction and marital sex role traditionalism. *Journal of Family Psychology*, 9 (1), 79-88.

Hoffman, L. (1981). *Foundations of family therapy: A conceptual framework for systems change*. New York : Basic Books.

Hoffman, L.W. (1989). Effects of maternal employment in the two-parent family. *American Psychologist*, 44, 283-292.

Hoffman, C., & Hurst, N. (1990). Gender stereotypes: Perception or rationalization? *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (2), 197-208.

Hojjat, M. (1997). Philosophy of life as a model of relationship satisfaction. In R. Sternberg & M. Hojjat (eds.), *Satisfaction in close relationships* (102-128). New York: The Guilford Press.

Hood, J. A. (1986). The provider role: Its meaning and measurement. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 349-359.

Horneffer, K., & Fincham, F. (1996). Attributional models of depression and marital distress. *Personality and Social Psychology Bulletin* , 22(7), 678-689.

Horowitz, J.A. (1999). Negotiating couplehood: The process of resolving the December dilemma among interfaith couples. *Family Process*, 38(3), 303-323.

Horwitz, A., White, H., Howell-White, S. (1996). Becoming married and mental health: A longitudinal study of a cohort of young adults. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 895-907.

Hort, B.; Fagot, B., & Leinbach, M. (1990). Are people's notions of maleness more stereotypically framed than their notions of femaleness? *Sex Roles*, 23, 197-212.

Howard, G.S. (1991). Culture tales: Narrative approach to thinking, cross-cultural psychology, and psychotherapy. *American Psychologist*, 46, 187-197.

Howard, J., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gendered lens on social psychology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Huberman, A.M., & Miles, M.B. (1994). Data management and analysis methods. In N.K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (428-444). Thousand Oaks: Sage Publications.

Hudak, M. (1993). Gender schema theory revisited: Men's stereotypes of American women. *Sex Roles*, 28, 279-293.

Hurtig, M.C., & Pichevin, M.F. (1985). La variable sexe en psychologie: donné ou construct ? *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 5, 187-228.

Hyde, J., DeLamater, J.,& Hewitt, E. (1998). Sexuality and the dual-earner couple: Multiple roles and sexual functioning. *Journal of Family Psychology*, 12 (3), 354-368.

Hyde, J.S., & Plant, E.A. (1995). Magnitude of psychological gender differences. Another side of the story. *American Psycologist*, 50, 159-161.

Ickes, W. (1993). Traditional gender roles: Do they make, and then break, our relationships? *Journal of Social Issues*, 49 (3), 71-85.

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (2002a). *A nupcialidade em Portugal: resultados definitivos 2001* (http://www.ine.pt).

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (2002b). *A divorcialidade em Portugal: resultados definitivos 2001* (http://www.ine.pt).

Instone, D., Major, B., & Bunker, B. (1983). Gender, self confidence, and social influence strategies: An organizational simulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 322-333.

Jacobson, N.S. (1984). A componente analysis of behavioral marital therapy: The relative effectiveness of behavior exchange and communication/problem-solving training. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 295-305.

Johnson, S., & Lebow, J. (2000). The "coming of age" of couple therapy: A decade review. *Journal of Marital and Family Therapy*, 26(1), 23-38.

Johnston, L., & Hewstone, M. (1992). Cognitive models of stereotype change: Perceptions of homogeneous change: Subtyping and the perceived typicality of disconfirming group members. *Journal of Experimental Social Psychology*, 28, 260-386.

Jonckeere, P. (2000). *La conjugalité – Le nouveau défi amoreux*. Paris : L'Harmattan.

Jöreskog, K.G. & Sörbom, D. (1989). *LISREL 7: A guide to the program and applications*. Chicago: SPSS Inc.

Jöreskog, K.G. & Sörbom, D. (1999). *LISREL 8.3: User's reference guide*. Chicago: Scientific Software International Inc.

Josephs, R.A., Markus, H.R., & Tafarodi, R.W. (1992). Gender and self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 391-402.

Josselson, R. (1996). *The space between us: Exploring the dimensions of human relations*. London: Sage Publications.

Julien, D., & Markman, H.J. (1991). Social support and social networks as determinants of individual and marital outcomes. *Journal of Social and Personal Relationships*, 8, 549-568.

Julien, D., Markman,H.,Chartrand, E., & Bégin, J.(1994). Networks' support and interference with regard to marriage:Disclosures of marital problems to confidants.*Journ. of Family Psychology*, 8,16-31

Kahn, R. L., & Antonucci, T.C. (1980). Convoys over the life course: attachment roles, and social support. In P.B. Baltes & O.G. Brim (Eds.), *Life span development and behavior* (3), pp.253-286. New York: Academic Press.

Kantor, D., &Lehr, W. (1975). *Inside the family*. New York: Harper & Row.

Karney, B.R., & Bradbury,T.N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, method, and research. *Psychological Bulletin*, 118, 3-34.

Karney, B.R., & Bradbury, T.N. (2000). Attributions in marriage: State or trait? A growth curve analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(2), 295-309.

Karney, B.R., Davila, J., Cohan, C.L., Sullivan, K.T., Johnson, M.D., & Bradbury, T.N. (1995). An empirical investigation of sampling strategies in longitudinal research on marriage. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 909-920.

Katz, P. (1986). Gender identity: Development and consequences. In R. Ashmore & F.Del Boca (Eds.), *The social psychology of female-male relationships : A critical analysis of central concepts*, pp.21-67, Orlando: Academic Press.

Keith, P.M., & Schafer, R.B. (1998). Marital types and quality of life: A reexamination of a typology. *Marriage & Family Review*, 27 (1/2), 19-35.

Kelley, H., Berscheid, E., Christensen, A., Harvey, J.H., Huston, T.L., Levinger, G., McClintock, E., Peplau, L.A., & Peterson, D.R. (1983). *Close relationships*. New York: W.H. Freeman.

Kenny, D.A., & Acitelli, L. (1994). Measuring similarity in couples. *Journal of Family Psychology*, 8, 417-431.

Kerig, P.K., Cowan, P.A., & Cowan, C.P. (1993). Marital quality and gender differences in parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 29, 931-939.

Kerlinger, F.N. (1986). *Foundations of behavioral research*. Orlando: Harcourt Brace & Company.

Kielcot-Glaser, J., & Newton, T. (2001). Marriage and health: His and hers. *Psychological Bulletin*, 127(4), 472 –503.

Kirkpatrick, L.A., & Davis, K.E. (1994). Attachment style, gender and relationships stability: a longitudinal analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66 (3), 502-512.

Kirkpatrick, L.A., & Shaver, P.R. (1992). An attachment-theorethical approach to romantic love and religious belief. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 266-275.

Kluwer, E., Heesink, J., & Van de Vliert, E. (1996). Marital conflict about the divison of household labor and paid work. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 958-969.

Knee, C. (1998). Implicit theories of relationships: Assessment and prediction of romantic relationships initiation, coping and longevity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(2), 360-370.

Knudson, R. M., Sommeres, A. A., & Golding, S.L. (1980). Interpersonal perception and mode of resolution in marital conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 751-763.

Knudson-Martin, C. (2000). Gender, family competence, and psychological symptoms. *Journal of Marital and Family Therapy*, 26 (3), 317-328.

Knudson-Martin, C., & Mahoney, A.R. (1999). Beyond different worlds: A "Postgender" approach to relational development. *Family Process*, 38(3), 325-340.

Kobak, R.R., & Hazan, C. (1991). Attachment in marriage: effects of security and accuracy of working models. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 861-869.

Kobassa, S.C. (1979). Stressful life events, personality, and health: An inquiry into hardiness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 1-11.

*Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: the cognitive developmental approach to socialization. In D.A. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization-theory and research*. Chicago: McNally.

Kunkel, A., & Burleson, B. (1998): Social support and the emotional lives of men and women: An assessment of the different cultures perspective. In D. Canary & K. Dindia (eds.), *Sex differences and similiarities in communication*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Kurdek, L. (1992). Assumptions versus standards: The validity of two relationship cognitions in heterosexual and homosexual couples. *Journal of Family Psychology*, 6, 164-170.

Kurdek, L. (1993). Predicting marital dissolution: A 5-year prospective longitudinal study of newlywed couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64 (2), 221-242

Kurdek, L. (1995). Predicting change in marital satisfaction from husbands' and wives' conflict resolution styles. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 153-164.

La Guardia, J., Ryan, R., Couchman, C. Deci, E. (2000). Within-person variation in security of attachment: A self-determination theory perspective on attachment, need fulfilment, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(3), 367-384.

La Rossa, R. (1988). Fatherhood and social change. *Family Relations*, 37, 451-457.

Larson, J., Hammond, C., & Harper, J. (1998). Perceived equity and intimacy in marriage. *Journal of Marital and Family Therapy*, 24(4), 487-506.

Larson, R., Richards, M., Perry-Jenkins, M. (1994). Divergent worlds: The daily emotional experience of mothers and mothers in the domestic and public spheres. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(6), 1034-1046.

Laurenceau, J-P., Barrett, L., & Pietromonaco, P. (1998). Intimacy as an interpersonal process: The importance of self-disclosure, partner disclosure, and perceived partner responsiveness in interpersonal exchanges. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74 (5), 1238-1251.

Lavin, T. (1987). Divergence and convergence in the causal attributions of married couples. *Journal of Marriage and the Family*, 49, 71-80.

Lawrence, K., Taylor, D., Byers, E. (1996). Differences in men's and women's global, sexual, and ideal-sexual expressiveness and instrumentality. *Sex Roles*, 34 (5/6), 337-358.

Lawes, R. (1999). Marriage: An analysis of discourse. *British Journal of Social Psychology*, 38, 1-20.

Leaper, C. (1995). The use of masculine and feminine to describe women's and men's behavior. *The Journal of Social Psychology*, 135(3), 359-369.

Lebow, J. (1999). Building a science of couple relationships: Comments on two articles by Gottman and Levenson. *Family Process*, 38(2), 167-173.

Lederer, W. J., & Jackson, D.D. (1968). *The mirages of marriage*. New York: W.W. Norton.

Leininger, M. (1994). Evaluation criteria and critique of qualitative research studies. In J.M. Morse (Ed.) *Critical issues in qualitative reseach methods*. London: Sage Publications.

Lenney, E. (1991). Sex roles: The measurement of masculinity, femininity, and androgyny. In J.P. Robinson, P.R. Shaver, & L.S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 573-660). New York: Academic Press.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Levant, R. (1992). Toward the reconstruction of masculinity. *Journal of Family Psychology*,5(3),379-402.

Levenson, R., Carstensen, L., & Gottman, J. (1994). The influence of age and gender on affect, physiology, and their interrelations: A study of long-term marriages. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(1), 56-68.

Levenson, R.W., & Gottman, J.M. (1983). Marital interaction: Physiological linkage and affective exchange. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 587-597.

Levenson, R., & Ruef, A. (1992). Empathy: A physiological substrate, *Journal of Personality and Social Psychology*, 63 (2), 234-246.

Levin, I., & Trost, J. (1992). Understanding the concept of the family. *Family Relations*, 41, 348-351.

Levin, J. (2000). A prolegomen to an epidemiology of love: Theory, measurement, and health outcomes. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 19(1), 117-136.

Levinger, G. (1965). Marital cohesiveness and dissolution: An integrative review. *Journal of Marriage and the Family*, 27, 19-28.

Levinger, G. (1988). Can we picture 'love'? In R. Sternberg & M. Barnes (eds.), *The psychology of love* (139-158). New York: Yale University.

Levinger, G., & Levinger, A.C. (1986). The temporal course of close relationships: some thoughts about the development of children's ties. In W.W. Hartrup & Z. Rubin (Eds.), *Relationships and development* (pp. 111-134). Hilsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.

Levinson, D.(1990).A theory of life structure development in adulthood.In C.Alexander & E.Langer (eds) *Higher stages of human development. Perspectives on adult growth*. NY:Oxford Univ.Press.

Levitt, M.J., Coffman, S., Guacci-Franco, N., & Loveless, S. (1994). Attachment relationships and life transitions – an expectancy model. In M.B. Sperling & W.H. Berman (Eds.), *Attachment in adults – clinical and developmental perspectives* (pp.232-255). New York: Guilford Press.

Levy, K.N., Blatt, S.J., & Shaver, P.R. (1998). Attachment styles and parental representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 407-419.

Levy, M.B., & Davis, K.E. (1988). Love styles and attachment styles compared: Their relations to each other and to various relationships characteristics. *Journal of Social and Personal Relationships*, 5, 439-471.

Lewis, M. (1988). Social development in infancy and early childhood. In J.D. Osofsky (Ed.), *Handbook of infant development* (pp.419-493). New York: John Wiley and Sons.

Linãres, E. (1988). Disparidades ao nível do casal – a família como espaço social onde existem disparidades entre o marido e a mulher. In Seminário – *Tempo para o trabalho, tempo para a família*. Lisboa: Direcção-geral da Família.

Lipovetsky, G. (1997/2000). *A terceira mulher – permanência e revolução no feminino* (trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Litwin, M.S. (1995). *How to measure survey reliability and validity*. London: Sage Publications.

Loo, R., & Thorpe, K. (1998). Attitudes toward women's roles in sociedy: A replication after 20 years. *Sex Roles*, 39 (11/12), 903-912.

Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés, images masculines et féminines.* Grenoble : Presses Universitaires.

Lorber, J. (1994). Guarding the gates : The micropolitics of gender. In D.Anselmi & A.Law (1998) *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.607-628). New York: McGraw-Hill.

Losh-Hesselbart, S. (1987). Development of gender roles. In M.B. Sussman & S.K.Steinmetz (Eds.), *Handbook of marriage and the family* (535-563). New York: Plenum Press.

Lubinski, D., Tellegen, A., & Butcher, J.N. (1983). Masculinity, femininity, and androgyny viewed and assessed as distinct concepts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 428-439.

Lussier, Y., Sabourin, S., Wright, J. (1993). On causality, responsibility, and blame in marriage: Validity of the entailment model. *Journal of Family Psychology*, 7(3). 322-332.

Lydon, J., Pierce, T. & O'Regan, S. (1997). Coping with moral commitment to long-distance dating relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73 (1), 104-113.

Lye, D.N., & Biblarz, T. J. (1993). The effects of attitudes toward family life and gender roles on marital satisfaction. *Journal of Family Issues*, 14(2), 157-188.

Lytton, H., & Romney, D.M. (1991). Parents' sex-related differential socialization of boys and girls: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 109, 267-296.

Maccoby, E. E. (1988). Gender as a social category. *Develeopmental Psychology*, 24, 755-765.

Maccoby, E. (1990). Gender and relationships: A developmental account In D.Anselmi & A.Law (1998). *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.294-305). New York: McGraw-Hill.

Maccoby, E. (1998). *The two sexes: Growing up apart, coming together.* London: Harvard University Press.

*Maccoby, E.E., & Jacklin, C.N. (1974). *The psychology of sex differences.* Stanford, CA: Stanford University Press.

Madanes, C. (1991). Strategic family therapy. In A.S. Gurman and D.P. Kniskern (Eds.), *Handbook of Family Therapy, Vol.II* (pp.396-416). New York: Brunner/Mazel.

Magdol, L., Moffitt, T., Caspi, P., Newman, D., Fagan, J., & Silva, P. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-year-olds: Bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 68-78.

Mahoney, A., Pargament, K., Jewell, T., Swank, A., Scott, E., Emery, E., & Rye, M. (1999). Marriage and the spiritual realm: The role of proximal and distal religious constructs in marital functioning. *Journal of Family Psychology*, 13, 3, 321-338.

Main, M. (1996). Introduction to the special section on attachment and psychopathology: 2. Overview of the field of attachment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 237-243.

Major, B., Barr, L., Zubek, J., & Babey, S. (1999). Gender and self-esteem: A meta-analysis. In W. Swann, J.Langlois, L.Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society* (pp.223-253). Washington: American Psychological Association.

Major, B., Carnevale, P.J., & Deaux, K. (1981). A different perspective on androgyny: Evaluations of masculine and feminine personality characteristics. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 998-1001.

Marasculio, L.A., & Levin, J.R. (1983). *Multivariate statistics in the social sciences : A researcher's guide.* Montrey, CA: Brooks/Cole.

Margolin, G., Talovic, S., & Weisntein, C.D. (1983). Areas of change questionnaire: A pratical approach to marital assessment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51, 944-955.

Margolin, G., & Wampold, B.E. (1981). Sequential analysis of conflict and accord in distressed and nondistressed marital partners. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49, 554-567.

Markman, H.J. (1984). The longitudinal study of couples interactions: Implications for understanding and predicting the development of marital distress. In K. Hahlweg & N. S. Jacobson (Eds.), *Marital interaction: Analysis and modification* (pp.253-284). New York: Guilford

Markman, H.J. (1992). Marital and family psychology: Burning issues. *Journal of Family Psychology*, 5, 264-275.

Markman, H.J., Floyd, F., Stanley, S., & Storaasli, R. (1988). The prevention of marital distress : A longitudinal investigation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 210-217.

Markman, H., Silvern, L., Clements, M., & Kraft-Hanak, S. (1993). Men and women dealing with conflict in heterosexual relationships. *Journal of Social Issues*, 49 (3), 107-125.

Markus, H., Crane, M., Bernstein, S., & Sikadi, M. (1982). Self-schemes and gender. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(1), 38-50.

Marshall, C. & Rossman, G. (1989). *Designing qualitative research*. Newbury: Sage Publications.

Martin, C.A., & Halverson, C.F. (1981). A schematic processing model of sex typing and stereotyping in children. *Child Development*, 52, 1119-1134.

Martin, C.L. (1987). A ratio measure of sex stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (3), 489-499.

Martin, C.L. (1999). A developmental perspective on gender effects and gender concepts. In W. Swann, J.Langlois, L.Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society* (pp.45-74). Washington: American Psychological Association.

Mason, J. (1994). Linking qualitative and quantitative data analysis. In A. Bryman & R.G. Burgess (Eds.). *Analysing Qualitative Data*. London: Routledge.

Mason, J. (1998). *Qualitative researching*. London: Sage Publications.

Matláry, J. (1999/2002). *Para um novo feminismo* (trad.).Cascais: Principia, Pub. Univ. e Científicas.

Matos, P.M. (2002). *(Des)continuidades na vinculação aos pais e ao par amoroso em adolescentes*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Matos, P.M, Barbosa, S., & Costa, M.E. (1998). *Manual da entrevista de vinculação aos pares de Barthlomew e documentos adicionais*. Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento, Universidade do Porto. Material policopiado (pp.88).

McAdams, D.P. (1993). *The stories we lived by: Personal myths and the making of the self*. New York: Guilford Press.

McCubbin, H., & Figley, C. (1983). *Stress and the family. Coping with normative transitions* (vol.1). NY: Brunner/Mazel.

McCullough, M., Sandage, S., Brown, S., Rachal, K., Worthington, E., Hight, T. (1998). Interpersonal forgiving in close relationships:II. Theoretical elaboration and measurement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(6), 1586-1603.

McGoldrick, M. (1982). Normal families: An ethnic perspective. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes* (pp.399-425). New York: Guilford.

McGuirl, K.,& Wiederman, M. (2000). Characteristics of the ideal sex partner: Gender differences and perceptions of the preferences of the other gender.*Journal of Sex & Marital Therapy*,26,153-159.

McHale, S.M., & Crouter, A.C. (1992). You can't always get what you want : Incongruence between sex-role attitudes and family work roles and its implications for marriage. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 537-547.

McHugh, M., Koeske, R., & Frieze, I. (1986). Issues to consider in conducting non-sexist psychological research: A guide for researchers. *American Psychologist*, 41, 879-890.

Meir, E.I., & Gati, I. (1981). Guidelines for item selection in inventories yielding score profiles. *Educational and Psychological Measurement*, 41, 1011-1015.

Mickelson, K., Kessler, R., & Shaver, P. (1997). Adult attachment in a nationally representative sample. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73(5), 1092-1106.

Mikulincer, M. (1998). Attachment working models and the sense of trust: an exploration of interaction goals and affect regulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(5), 1209-1224.

Mikulincer, M., & Arad, D. (1999). Attachment working models and cognitive openness in close relationships: A test of chronic and temporary accessibility effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77 (4), 710-725.

Mikulincer, M., & Florian, V. (1998).The relationship between adult attachment styles and emotional and cognitive reactions to stressful events. In J.A.Simpson & W.S. Rhodes (Eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp.143-165). New York: Guilford Press.

Mikulincer, M., Florian, V., & Weller, A. (1993). Attachment styles, coping strategies, and posttraumatic psychological stress: The impact of the Gulf War in Israel. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(5), 817-826.

Mikulincer, M., & Nachshon, O. (1991). Attachment styles and patterns of self-disclosure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(2), 321-333.

Mikulincer, M., & Orbach, I. (1995). Attachment styles and repressive defensiveness: The accessibility and architecture of affective memories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1209-1224.

Miles, M., & Huberman, M. (1984). *Qualitative data analysis*. London: Sage Publications.

Miller, B. (1986). *Family research methods*. Beverly Hills : Sage Publications.

Miller, G., & Bradbury, T. (1995). Refining the association between attributions and behavior in marital interaction. *Journal of Family Psychology*, 9 (2), 196-208.

*Miller, J.B. (1976). *Toward a new psychology of women*. Nova Iorque Penguin Books.

Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Minuchin, S. (1999). Retelling, reimagining, and re-searching: A continuing conversation. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25(1), 9-14.

Minuchin, S., & Fishman, C.H. (1981). *Family Therapy Techniques*. Cambridge: Harvard University Press.

*Mishel, W. (1970). Sex-typing and socialization. In *Carmichael's Manual of Child Psychology*, ed. Paul Mussen, 2 vols.(New York: John Wiley & Sons, 1970).

*Morgan, H. J., & Shaver, P.R. (1999). Attachment processes and commitment to romantic relationships. In J.M. Adams & W.H. Jones (eds.), *Handbook of interpersonal commitment and relationship stability* (pp.109-124). New York: Kluwer Academic/Plenum.

Morin, E. (2001). *L'identité humaine – La méthode – 5.L'humanité de l'humanité*. Paris: Éditions du Seuil.

Morse, J. (1994). Designing funded qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (cap.13), London: Sage Publications.

Moskowitz, D., Suh, E., & Desaulniers, J. (1994). Situational influences on gender differences in agency and communion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(4), 753-761.

Moss, R. (1998). Réinventer ensemble le féminin et le masculin. In P.Salomon (Ed.), *Le couple intérieur* (pp.71-81). Paris: Éditions Albin Michel.

Mulac, C. (1998). The gender-linked language effect : Do language differences really make a difference ? In D. Canary & K. Dindia, *Sex differences and similarities in communication* Cap.6. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers

Murray, S.L., & Holmes, J.G. (1993). Seeing virtues in faults: Negativity and the transformation of interpersonal narratives in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 707-722.

Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não pefeitas: À procura do padrão que liga*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Neisser, U. (1967). *Cognitive Psychology*. New York : Appleton.

*Nisbett, R., & Ross, L. (1980). *Human inference: Strategies and shortcomings of social judgement*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall

Nolen-Hoeksema, S. (1987). Sex differences in unipolar depresión: Evidence and theory. *Psychological Bulletin*, 101, 259-282.

Noller, P., Beach, S., & Osgarby, S. (1997). Cognitive and affective processes in marriage. In W. Halford & H.Markman (eds.), *Clinical handbook of mariage and couples intervention* (pp.43-71). Chichester: John Wiley & Sons Ltd.

Noller, P., Feeney, J, Bonnell, D., & Callan, V. (1994). A longitudinal study of conflict in early marriage. *Journal of Social and Personal Relationships*, 11, 233-252.

Noller, P., & Fitzpatrick, M.A. (1990). Marital communication in the eighties. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 832-843.

Norton, R. (1983). Measuring marital quality: A critical look at the dependent variable. *Journal of Marriage and the Family*, 45, 141-151

Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric Theory* (3rd.ed.). New York: McGraw-Hill.

O'Connor, T., Pickering, K., Dunn, J., & Golding, J. (1999). Frequency and predictors of relationship dissolution in a community sample in England. *Journal of Family Psychology*, 13(3), 436-449.

Ognibene, T.C., & Collins, N.L. (1998). Adult attachment styles, perceived social support, and coping strategies. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15, 323-345.

Olson, D.H. (1981). Family typologies: Bridging family research and family therapy. In E.E. Filsinger & R.A. Lewis (Eds.), *Assessing marriage: New behavioral approaches* (pp.74-89). Beverly Hills, CA: Sage.

Orlofsky, J., & O'Heron, C. (1987). Stereotypic and nonstereotypic sex role trait and behavior orientations: Implications for personal adjustment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (5), 1034-1042.

Palazzoli, M.S.; Boscolo, L.; Cecchin, G., & Prata, G. (1981). Formulação de hipóteses, circularidade e neutralidade – Três guias de acção para o condutor da sessão. In F.X. Pina Prata (Ed.), *Cadernos de Psicologia Social Clínica*, vol. II. Lisboa : APTEFC.

Paley, B., Cox, M., Burchinal, M., & Payne, C. (1999). Attachment and marital functioning: Comparison of spouses with continuous-secure, earned-secure, dismissing, and preoccupied attachment stances. *Journal of Family Psychology*, 13 (4), 580-597.

Parish, T., & Powell, M. (1980). A comparison of adult women's and men's ascriptions of negative traits to the same and opposite sex. *Sex Roles*, 6, 457-462.

Parsons, T., & Bales, R. F. (1955). *Family socialization and interaction process*. Glencoe, IL: Free Press.

Pasch, L.; & Bradbury, T. (1998). Social support, conflict, and the development of marital dysfunction. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 219-230.

Pasquali, L. (Org.) (1996). *Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento*. Brasília: INEP.

Patton, M.Q. (1980). *Qualitative Evaluation Methods*. Beverly Hills: Sage Publications.

Pedhazur, E.J. & Schmelkin, L.P. (1991). *Measurement, design, and analysis: An integrated approach*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

*Peplau, L.A. (1983). Roles and gender. In H. Kelley, E. Berscheid, A.Christensen, J.J. Harvey, T.L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, L.A.Peplau, & D.R. Peterson (Eds.), *Close relationships* (pp.220-264). New York: W.H. Freeman.

Peplau, L.A., Hill, C.T., & Rubin, Z. (1993). Sex role attitudes in dating and marriage: a 15 year follow-up of the Boston couples study. *Journal of Social Issues*, 49(3), 31-52.

Perrez, M., & Reicherts, M. (1992). *Stress, coping and health: A situation-aproach theory, methods, applications*. Seattle: Hogrefe & Huber Publishers.

Perry-Jenkins, M., & Folk, K. (1994). Class, couples, and conflict: Effects of the divison of labor on assessments of marriage in dual-earner families. *Journal of Marriage and the Family*, 56, 165-180.

Peterson, C.D., Baucom, D.H., Elliot, M.J. & Farr, P.A. (1989). The relationship between sex role identity and marital adjustment. *Sex Roles*, 21, 775-788.

Philpot, C. (1990). Toward a systemic resolution of the battle of the sexes. In F.Kaslow (Ed.), *Voices in family psychology*. California: Sage Publications.

Philpot, C. L., & Brooks, G. (1995). Intergender communication and gender-sensitive family therapy. In R. H. Mikesell, D. Lusterman, & S. H. Mc Daniel (Eds.), *Integrating family therapy - Handbook of family psychology and systems theory* (pp. 303-325). Washington : American Psychological Association.

Philpot, C. L.; Brooks, G. R. ; Lusterman, D-D.; & Nutt, R. (1997) . *Bridging Separate Gender Worlds*. Washington : American Psychological Association.

*Piaget, J. (1975). *L'équilibration des structures cognitives*. Paris : P.U.F.

Pina Prata, F.X. (1980). A terapia familiar como processo. In F.X. Pina Prata (coord.) *Ópticas e estratégias da terapia familiar*. Cadernos de terapia familiar. Lisboa : Associação Portuguesa e de Terapia Familiar e Comunitária.

Pina Prata, F.X. (1981). Para a história da sistémica inter-relacional. In F.X. Pina Prata (coord.) *Patologia organizacional, familar e sistémica inter-relacional*. Cadernos de terapia familiar. Lisboa : Associação Portuguesa de Terapia Familiar e Comunitária.

Pina Prata, F.X. (1987). *Epistemologia e métodos em Psicologia Social*. Apontamentos (não publicados) das aulas do 4°ano da licenciatura em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Pina Prata, F.X. (1990). *Terapia Familiar e Sistémica e Metodologias Psicoterapêuticas*. Apontamentos (não publicados) das aulas do 5° ano da licenciatura em Psicologia . Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Pina Prata, F.X. (1994). Formas de intervenção da terapia familiar e diagnóstico sistémico psicoterapêutico: complexidade e turbulência. In H.Marchand & H.R.Pinto (Eds.) *Actas do Colóquio "Familia - Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação"*(pp.201-228),Educa, Faculdade de Psicologia e de C.E. da Universidade de Lisboa.

Pines, A., & Friedman, A. (1998). Gender differences in romantic jealousy. *The Journal of Social Psychology*, 138(1), 54-71.

Pinsof, W. (1992). Towards a scientific paradigm for family psychology - The integrative process of systems perspective. *Journal of Family Psychology*, 5 (3-4), 432-447.

Pipp, S., Shaver, P., Jennings, S., Lamborn, S., & Fisher, K.W. (1985). Adolescents' theories about the development of their relationships with parents. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 991-1001.

Pistole, M.C. (1989). Attachment in adult romantic relationships: style of conflict resolution and relationship satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 6, 505-510.

Planalp, S., & Rivers, M. (1996). Changes in knowledge of personal relationships. In G. Fletcher & J. Fitness (eds.), *Knowledge structures in close relationships* (pp.299-324). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

*Pleck, J. (1984). The work-family role system. In P.Voydanoff (Ed.), *Work and family*, (pp.8-19). Palo Alto, CA: Mayfield.

Poeschl, G., & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Éducation Familiale*, 2 (2), 5-23.

Poeschl, G., & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, vol.XV (1), 2001, pp.93-113.

Popper, K. (1995). *Sociedade aberta. Universo aberto*. Lisboa: Publicaçoes D. Quixote.

Popper, K., & Lorenz, K. (1990). *O Futuro está aberto*. Lisboa: Fragmentos.

Porter, L., & Stone, A (1995).Are there really gender differences in coping?A reconsideration of previous data and results from a daily study. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 14 (2),184-202.

Pratto, F., Stallworth, L., Sidanius, J. & Siers, B. (1997). The gender gap in occupational role attainment: A social dominance approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(1), 37-53.

Pyke, K., & Coltrane, S. (1996). Entitlement, obligation and gratitude in family work. *Journal of Family Issues*, 17(1), 60-82.

Quivy, R. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ragins, B.R.,& Sundstrom, E. (1989). Gender and power in organizations: A longitudinal perpspective. *Psychological Bulletin*, 105, 51-88.

Rampage, C. (1994). Power, gender and marital intimacy. *Journal of Family Therapy*, 16, 125-137.

Rankin-Esquer, L.A., Burnett, C.K., Baucom, D.H., & Epstein, N. (1997). Autonomy and relatedness in marital functioning. *Journal of Marital and Family Therapy*, 23(2), 175-190.

Ranson, D.C., Fisher, L., Phillips, S., Kokes, R., & Weiss, R.S. (1990). The logic of measurement in family research. In T.W. Draper & A.C. Marcos (Eds.), *Family variables: conceptualisation, measurement and use* (pp. 48-63). London: Sage Publications.

Regan, P. & Sprecher, S. (1995). Gender differences in the value of contributions to intimate relationships: egalitarian relationships are not always perceived to be equitable. *Sex Roles*, 33, 221-238.

Reis, E. (1993). Análise factorial das componentes principais: Um método de reduzir sem perder informação. *Temas em Métodos Quantitativos para Gestão*, 2. Lisboa: Giesta – ISCTE.

Reis, H. (1990). The role of intimacy in interpersonal relations. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 9 (1), 15-30.

Reis, H. (1998). Gender differences in intimacy and related behaviors: Context and process. In D.Canary & K.Dindia, *Sex differences and similarities in communication*. London: Lawrence Erlbaum Assoc. Publishers.

Reis, H, & Patrick, B. (1997). Attachment and intimacy: component processes. In E.T. Higgins & A.Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles*. Chichester, England: Wiley.

Reiss, D. (1981). *The family's constructions of reality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Relvas, A.P. (1996). *O ciclo vital da família – Perspectiva sistémica*. Porto: Eições Afrontamento.

Revenstorf, D., Hahlweg, K., Schindler, L., & Vogel, B. (1984). Interaction analysis of marital conflict. in K. Hahlweg & N.S. Jacobson (Eds.), *Marital interaction: Analysis and modification* (159-181). New York: Guilford Press.

Ribeiro, M.T. (1991) -*Transições de fase no ciclo de vida da famíla - uma investigação com famílias portuguesas*, tese policopiada no contexto de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Universidade de Lisboa.

Ribeiro, M.T. (1994) - Família e Psicologia. In *Traços da Família Portuguesa*, Direcção-geral da Família do Ministério do Emprego da Segurança Social, pp.55-76

Ribeiro, M.T. (1997). Psicologia da Família - a emergência de uma nova disciplina. In H.Marchand & H. R.Pinto (Eds.) *Actas do Colóquio "Família - Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação"*(pp.29-39),Educa, Faculdade de Psicologia e de C.E. da Universidade de Lisboa.

Richards, T., & Richards, L. (1994). Using computers in qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, (cap.28). London: Sage Publications.

*Riessman, C.K. (1990). *Divorce talk: Women and men make sense of personal relationships*. New Brunswick: Rutgers University Press.

Riger, S. (1998). Epistemological debates, feminist voices: Science, social values, and the study of women. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.61-75). New York: McGraw-Hill.

Risman, B.J. (1986). Can men "mother"? Life as a single father. *Family Relations*, 5, 95-102.

Risman, B.J. (1987). Intimate relationships from a microstructural perspective: Men who mother. *Gender and Society*, 1, 6-32.

Roberto, L.G. (1991). Symbolic-experiential family therapy. In A.S. Gurman & D.P.Kniskern (Eds.) *Handbook of family therapy*, Vol.II (pp.444-476). New York:Brunner/Mazel.

Roberts, J.M. (1991). Sugar and spice, toads and mice: Gender issues in family therapy training. *Journal of Marital and Family Therapy*, 17(2), 121-132.

Robey, E., Canary, D., & Burggraff, C. (1998). Conversational maintenance behaviors of husbands and wives: An observational analysis. In D.J. Canary & K. Dindia (Eds.), *Sex differences in communication*, cap.16. Mahwah, NJ: Erlbaum.

*Rocheblave-Spenle, A.M. (1964). *Les rôles masculins et feminins*. Paris : P.U.F.

*Rogge, R. D., & Bradbury, T.N. (1999). Recent advances in the prediction of marital outcomes. In R. Berger & M.T. Hannah (eds.), *Preventative approaches in couples therapy* (pp. 331-360). New York: Mazel.

Rohles, W.S., Simpson, J.A., Campbell, L., & Grich, J. (2001). Adult attachment and the transition to parenthood, *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(3). 421-435.

Rosenfeld, L., Bowen, G., & Richman, J. (1995). Communication in three types of dual-career marriages. In M.A.Fitzpatrick & A.L.Vangelisti (Eds.), *Explaining family interactions* (pp.257-289). London: Sage Publications.

Rosenfield, D., & Stephan, W. (1978). Sex differences in attributions for sex-typed task. *Journal of Personality*, 46, 244-259.

Rosenkrantz, P.S., Bee, H., Vogel, S.R., & Broverman (1968). Sex-role stereotypes and self-concepts in college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 32, 3, 287-295.

Rosenthal, R. (1979). The 'file drawer problem' and tolerance for null results. *Psychological Bulletin*, 86, 638-641.

Rougemont, D. (1940/1968). *O amor e o ocidente* (trad.). Lisboa: Moraes Editores.

Ruble, D.N., Fleming, A.S., Hackel, L.S., & Stangor, C. (1988). Changes in the marital relationship during the transition to first time motherhood: Effects of violated expectations concerning division of household labor. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 78-87.

Rusbult, C.E. (1983). A longitudinal test of the investment model: The development (and) deterioration of satisfaction and commitment in heterosexual involvements. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 101-117.

Rusbult, C.E. (1987). Responses to dissatisfaction in close relationships: The exit-voice-loyalty-neglect model. In D.Perlman & S.Duck (Eds.), *Intimate relationships: Development, dynamics, and deterioration*, (pp.209-238). Newbury Park: Sage Publications.

Rusbult, C.E., Arriaga, X.B., & Agnew, C.R. (2000). Interdependence in close relationships. In G.Fletcher & M.S. Clark (eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology: Interpersonal Processes* (pp. 359-387). London: Blackwell

Rusbult, C.E., & Buunk, B.P. (1993). Commitment processes in close relationships: An interdependence analysis. *Journal of Social and Personal Relationships*, 10, 175-204.

Rusbult, C.E., Verette, J., Whitney, G., Slovik, L.,& Lipkus, I. (1991). Accommodation processes in close relationships : Theory and preliminary empirical evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60 (1), 53-78.

Rusbult, C.E., Yovetich, N., Verette, J. (1996). An interdependence analysis of accommodation process. In G.Fletcher & J. Fitness (eds.), *Knowledge structures in close relationships – A social psychological approach* (63-90). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Rusbult, C.E., & Zembrodt, I.M. (1983). Responses to dissatisfaction in romantic involvements: A multidimensional scaling analysis. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 19, 274-293.

Rutter, M. (1995). Clinical implications of attachment concepts: retrospect and prospect. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 549-57.

Ryan, R.M., & Deci, E.L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55, 68-78.

Sager, C. (1986). *Marriage contracts and couple therapy*. New York: Brunner/Mazel.

Sanders, M.R., Halford, W.K., & Behrens, B.C. (1999). Parental divorce and premarital couple communication. *Journal of Family Psychology*, 13(1), 60-74.

Sarraceno, C. (1988/1992). *Sociologia da família* (trad.). Lisboa: Editorial Estampa.

Sayers, S.L., & Baucom, D.H. (1991). Role of feminity and masculinity in distressed couple's communication. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(4), 641-647.

Scarr, S., Phillips, D., & McCartney, K. (1989). Working mothers and their families. *American Psychologist*, 44, 1402-1409.

Scharfe, E., & Bartholomew, K. (1995). Accomodation and attachment representations in young couples. *Journal of Social and Personal Relationships*, 12 (3), 380-401.

Scott, J., & Alwin, D.F. (1989). Gender differences in parental strain: Parental role or gender role?. *Journal of Family Issues*, 10, 4, 482-503.

Segal, Z.V. (1988). Appraisal of the self-schema construct in cognitive models of depression. *Psychological Bulletin*, 103, 147-162.

Seidman, I.E. (1991). *Interviewing as qualitative research*. New York: Teachers College Press.

Senchak, M., & Leonard, K.E. (1992). Attachment styles and marital adjustment among newlywed couples. *Journal of Social and Personal Reationships*, 9, 51-64.

Senécal, C., Vallerand, R., Guay, F. (2001). Antecedents and outcomes of work-family conflict: toward a motivational model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27(2), 176-186.

Settles, B. (1987). A perspective on tomorrow's families. In M.B. Sussman & S.K.Steinmetz (Eds.), *Handbook of marriage and the family* (157-180). New York: Plenum Press.

Sharpe, M., Heppner, P., & Dixon, W. (1995). Gender role, conflict, instrumentality, expressiveness, and well-being in adult men. *Sex Roles*, 33 (1/2), 1-16.

Shaver, P.R., & Brennan, K.A. (1992). Attachment styles and the "big five" personality traits: Their connections with each other and with romantic relationship outcomes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 536-545.

Shaver, P. R.; Collins, N., & Clark, C.L. (1996). Attachment styles and internal working models of self and relationship partners. In G. Fletcher & J.Fitness (eds.), *Knowledge structures in close relationships: A social psychological approach* (pp.25-62). Mahwah,NJ: Lawrence Erlbaum Ass.

Shaver, P.R., Hazan, C., & Bradshaw, D. (1988). Love as attachment: The integration of three behavioral systems. In R. Sternberg & M.Barnes (Eds.), *The psychology of love* (pp.68-99). New Haven, CT: Yale University Press.

Shaver,P., Papalia,D., Clark,C.L., Koski, L.R., Tidwell, M.C., & Nalbone, D. (1996). Androgyny and attachment security: Two related models of optimal personality. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(6), 582-597.

Sherif, M., & Sherif, C.W. (1979). Resesrch on intergroup relations. In W.G.Austin & S.Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations*. California: Brooks/Cole.

Shields, S.A. (1975). Functionalism, Darwinism and the psychology of women. A study of social myth. *American Psychologist*, 30, 739-754.

Shields, S.A. (1987). Women, men, and the dilemma of emotion. In P. Shaver & C. Hendrick (Eds.), *Sex and gender* (pp.229-250). Newbury Park, CA: Sage.

Shields, S.A. (1998). Gender in the psychology of emotion: a selective research review. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.376-389). New York: McGraw-Hill.

Silva, J.M.T. (1997). *Dimensões da indecisão da carreira – Investigação com adolescentes*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Silva, M. (1983). *O emprego das mulheres em Portugal. A "mão invisível" na discriminação sexual no emprego*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Silverstein, L. (1993). Primate research, family politics, and social policy: Transforming 'cads' into 'dads'. *Journal of Family Psychology*, 7, 267-282.

Simons, R.L., & Johnson, C. (1996). The impact of marital and social network support on quality of parenting. In G.Pierce, B.Sarason, & I.Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family* (pp.269-288). New York: Plenum Press.

Simpson, J. A. (1990). Influence of attachment styles on romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(5), 971-980.

Simpson, J. A., Rholes, W.S., & Nelligan, J.S. (1992). Support seeking and support giving within couples in an anxiety-provoking situation: The role of attachment styles. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62(3), 434-446.

Simpson, J.S., Rholes, S.W., & Philips, D. (1996). Conflict in close relationships: An attachment perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(5), 899-914.

Skinner, B.(1938). *The behavior of organisms*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skolnick, A. (1987). Early attachment and personal relationships across the life course. In P.B. Baltes, D. L. Featherman & R.M. Lerner (Eds.), *Life span development and behavior* (Vol.7, pp.173-204). Hillsdale, N.J.: Lawrence Earlbaum Associates.

Smith, E. R. (1998). Mental representation and memory. In D.Gilbert, S.T. Fiske, & G.Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., pp.391-445). New York: R. House.

Snodgrass, S. (1985). Women's intuiton: The effect of subordinate role on interpersonal sensivity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (1), 146-155.

Snyder, D.K., & Smith, G.T. (1986). Classification of marital relationships: An empirical approach. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 137-146.

Snyder, D.K., Velasquez, J.M., Clark, B.L., & Means-Christensen, A.J. (1997). Parental influence on gender and marital role attitudes: Implications for intervention. *Journal of Marital and Family Therapy*, 23(2), 191-201.

Soczca, L. (1980). Subversão da etologia. *Psicologia*, 1, 2, 119-133.

Spanier, G.B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and the Family*, 38, 15-28.

Spector, P.E. (1992). *Summated rating scales. An introduction*. Newbury Park, CA:Sage.

Spence, J.T. (1983). Comment on Lubinski, Tellegen, and Butcher's «Masculinity, femininity, and androgyny viewed and assessed as distinct concepts». *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 440-446.

Spence, J. T. (1993). Gender-related traits and gender ideology: Evidence for a multifactorial theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64 (4), 624-635.

Spence, J.T. (1999). Thirty years of gender research: A personal chronic. In W. Swann, J.Langlois, & L.Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society* (pp. 255-290). Washington: American Psychological Association.

Spence, J.T., Deaux, K., & Helmreich, R.L. (1985). Sex roles in contemporary american society. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, (vol.2, pp149-178). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Spence, J.T., & Hall, S.K. (1996). Children's gender related self-perceptions, activity preferences, and occupational stereotypes: A test of three models of gender constructs. *Sex Roles*, 35, 659-692.

Spence, J.T., & Helmreich, R.L. (1978). *Masculinity and femininity: Their psychological dimensions, correlates, and antecedents*. Austin: University of Texas Press.

Spence, J.T., & Helmreich, R.L. (1979). On assessing "androgyny". *Sex Roles*, 5, 721-738.

Spence, J. T., Helmreich, R., & Stapp, J. (1975). Ratings of self and peers on sex role attributes and their relations to self-esteem and conceptions of masculinity and femininity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 29-39.

Spitze, G. (1988). Women's employment and family relations. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 595-618.

Sprecher, S., & Felmlee, D. (1997). The balance of power in romantic heterossexual couples over time from "his" and "her" perspectives. *Sex Roles*, 37 (5/6), 361-379.

Sprecher, S., Felmlee, D., Metts, S., Fehr, B., & Vanni, D. (1998). Factors associated with distress following the breakup of a close relationship. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15, 791-809.

Sprecher, S., Sullivan, Q., & Hatfield, E. (1994). Mate selection preferences: Gender differences examined in a national sample. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(6), 1074-1080.

Sroufe, L.A., & Fleeson, J. (1986). Attachment and the construction of relationships. In W.Hartup & Z. Rubin (Eds.). *Relationships and development* (pp.51-71). Hilsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Stangor, C., Lynch, L., Dunn, C., & Glass, B. (1992). Categorization of individuals on the basis of multiple social features. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 207-218.

Stanley, S., & Markman, H. (1992). Assessing commitment in personal relationships. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 595-608.

Steigler, J. (1995). *Structural Equation Modeling*. Vol.III Statistics II, StatSoft.

Steil, J.M.(1983). Marriage: an unequal partnership. In B. Wolman & G. Stricker (Eds.), *Handbook of family and marital therapy* (pp.49-60). New York: Plenum.

Steil, J. M. (1997). *Marital equality - Its relationship to the well-being of husbands and wives*. London: Sage Publications.

Sternberg, R.J. (1988). Triangulating love. In R. Sternberg & M.Barnes (eds.) *The psychology of love* (pp.119-138). New York: Yale University.

Sternberg, R.J.(1998).*Cupid's arrow:The course of love through time*.Cambridge: Cambridge Univ.Press.

Stohs, J.H. (1995). Predictors of conflict over the household divison of labor among women employed full-time. *Sex Roles*, 33 (3/4), 257-275.

Storaasli, R., & Markman, H. (1990). Relationship problems in the early stages of marriage: A longitudinal investigation. *Journal of Family Psychology*. 4 (1), 80-98.

Storms, M.D. (1979). Sex-role identity and its relationships to sex-role attributes and sex-role stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37 (10), 1779-1789.

Strauss, A., & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: An overview. In N.K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.) *Handbook of qualitative research*, pp.273-285. London: Sage Publications.

Strazdins, L., Galligan, R., & Scannell, E. (1997). Gender and depressive symptoms: Parents' sharing of instrumental and expressive tasks when their children are young. *Journal of Family Psychology*, 11 (2), 222-233.

Swann, W., Langlois, J. , & Gilbert, L. (1999). *Sexism and stereotypes in modern society – The gender science of Janet Taylor Spence*. Washington : American Psychological Association.

Swim, J. (1994). Perceived versus meta-analytic effect sizes: An assessment of the accuracy of gender stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 21-36.

Swim, J.,Borgida, E., Maruyama, G., & Myers, D. (1989). Joan McKay versus John McKay: Do gender streotypes bias evaluations? *Psychological Bulletin*, 105, 409-429.

Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos humanos e categorias sociais* (trad.). Lisboa : Livros Horizonte.

Takahashi, K. (1990). Affective relationships and their lifelong development. In P.B. Baltes, D.L. Featherman, & R.M. Lerner (Eds.), *Life span development and behavior* , 7, 1-27. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.

Talmadge, L., & Dabbs, J. (1990). Intimacy, conversational patterns, and concomitant cognitive/emotional processes in couples.*Journal of Social and Clinical Psychology*, 9, 473-488.

Talmadge, L.D., & Ruback, R.B. (1985). Social and family psychology. In L. L'Abate (Ed.), *Handbook of family psychology and therapy*, vol. I, (pp. 102-139). Chicago, Illinois: The Dorsey Press.

Tannen, D. (1990). *You just don't understand: Women and men in conversation*. New York: William Morrow.

Taylor, M., & Hall, J. (1982). Psychological androgyny: Theories, methods, and conclusions. *Psychological Bulletin*, 92, 347-366.

Taylor, S., & Gollwitzer, P. (1995). Effects of mindset on positive illusions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (2), 213-226.

Tenembaum, S. (1998). *Bien vivre sa vie de couple*. Paris: InterEditions.

* Thibaut, J. & Kelley, H. (1959). *The social psychology of groups*. New York: Wiley.

Thomas, G., Fletcher, G., & Lange, C. (1997). On-line empathic accuracy in marital interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 72-89.

Thompson, L. (1988). Women, men and marital quality. *Journal of Family Psychology*, 2 (1), 95-100.

Thompson, L. (1991). Family work: Women's sense of fairness. *Journal of Family Issues*, 12 (2), 181-196.

Thompson, L. (1993). Conceptualizing gender in marriage: The case of marital care. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 557-569.

Thompson, L., & Walker, A.J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 845-871.

Tomm, K. (1988). Interventive interviewing: part III. Intending to ask lineal, circular, strategic or reflexive questions?. *Family Process*, 27, 1-15.

Travis, C. (1992). *The mismeasure of women*. New York: Simon & Schuster.

Trent, K., & South, S. (1989). Srtuctural determinants of the divorce rate: A cross-societal analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 391-404.

Turgeon, L., Julien, D., Dion, E. (1998). Temporal linkages between wives'pursuit and husbands withdrawal during marital conflict, *Family Process*, 37, 323-334.

Tzeng, O. (1993). *Measurement of love and intimate relations: Theories, sacles, and applications for love development, maintenance, and dissolution*. London: Praeger.

Unger, R.K. (1979). Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist*, 34, 1085-1094.

Unger, R.K., & Crawford, M. (1998). Commentary: Sex and gender – the troubled relationship between terms and concepts. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.18-21). New York: McGraw-Hill.

Urberg, K. (1979). Sex role conceptualizations in adolescents and adults. *Develeopmental Psychology*, 15, 90-102.

Vala, J. (1986). Identidades e valores da juventude portuguesa – uma abordagem exploratória. *Desenvolvimento*, Número especial, 17-28.

Van Lange, P., Drigotas, S., Rusbult, C., Arriaga, X., Witcher, B., & Cox, C. (1997). Willingness to sacrifice in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(6), 1373-1395.

Vicente, A. (1998). *As mulheres em Portugal na transição do milénio*. Lisboa: Multinova.

Bertalanffy, L. von (1968). *General systems theory*. New York: George Braziller.

Voydanoff, P., & Donnelly, B.(1999).The intersection of time in activities perceived unfairness in relation to psychological distress and marital quality. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 739-751

Wade, C., & Tavris, C. (1998). The longest war : Gender and culture. In D.Anselmi & A.Law. *Questions of gender - perspectives and paradoxes* (pp.164-170). New York: McGraw-Hill.

Walsh, V., Baucom, D., Tyler, S., & Sayers, S. (1993). Impact of message valence, focus, expressive style, and gender on communication patterns among martially distressed couples. *Journal of Family Psychology*, 7 (2), 163-175.

Warr, P., & Parry, G. (1982). Paid employment and women's psychological well-being. *Psychological Bulletin*, 91, 498-516.

Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1967/1981). *Pragmática da comunicação humana – um estudo dos padrões, patologias, e paradoxos da interacção* (trad.bras.). São Paulo: Cultrix.

Watzlawick, P., Weakland, J., & Fisch, R. (1974). *Change*. New York: Basic Books

Weeks, G.R., & Treat, S. (1992). *Couples in treatment: Techniques and approaches for effective practice*. New York: Brunner/Mazel.

Wegner, D.M., & Bargh, J.A. (1998). Control and automaticity in social life. In D.Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., pp.446-496). New York: R. House.

Weiss, R.L. (1978). The conceptualization of marriage from a behavioural perspective. In T. Paolino & B. McCrady (eds.), *Marriage and marital therapy: Psychoanalytic, behavioural and systems theory perspectives* (pp. 165-239). New York: Brunner/Mazel.

Weiss, R.L. (1984). Cognitive and behavioral measures of marital interaction. In K. Hahlweg & N.S. Jacobson (Eds.), *Marital interaction* (pp. 232-252). New York: Guilford.

Weiss, R.S. (1986). Continuities and transformations in social relationships from childhood to adulthood. In W.W. Hartup & Z.Rubin (Eds.), *Relationships and development* (pp.95-110). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Werner, H. & Kaplan, B. (1963/1984). *Symbol formation*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

West, M.L., & Sheldon-Keller, A.E. (1994). *Patterns of relating – an adult attachment perspective*. New York: Guilford Press.

Westmaas, J.L., & Silver, R.C. (2001). The role of attachment in responses to victims of life crises. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 3, 425-438.

Wethington, E., McLeod, J., & Kessler, R. (1987). The importance of life events for explaining sex differences in psychological distress. In R.Barnett, L. Biener, & G. Baruch (Eds.), *Gender and stress* (pp.144-156). New York: Free Press.

Whisman, M., & Jacobson, N. (1990). Power, marital satisfaction, and response to marital therapy. *Journal of Family Psychology*, 4 (2), 202-212.

Whitaker,C., & Bumberry, W.(1990). *Dançando com a família – uma abordagem simbólico-experiencial*. Porto Alegre: Artes Médicas.

White, B.B. (1989). Gender differences in marital communication. *Family Process*, 28, 89-106.

White, J.M. (1985). Perceived similarity and understanding in married couples. *Journal of Social and Personal Relationships*, 2, 45-57.

Wieselquist, J., Rusbult, C., Foster, C., & Agnew, C. (1999). Commitment, pro-relationship behavior, and trust in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(5), 942-966.

Wille, D.E. (1995). The 1990s: Gender differences in parenting roles. *Sex Roles*, 33 (11/12), 803-817.

Willi, J. (1997). The significance of romantic love for marriage. *Family Process*, 36, 171-182.

Williams, D.G. (1988). Gender, marriage, and psychological well-being. *Journal of Family Issues*, 9, 452-468.

*Williams, J.E., & Best, D.L. (1990). *Measuring sex stereotypes. A multination study*. Beverly Hills: Sage Publications.

Winstead, B., Derlega, V., & Rose, S. (1997). *Gender and close relationships*. California: Sage Publications.

Wood, W. (1987). Meta-analytic review of sex differences in group performance. *Psychological Bulletin*, 102, 53 –7.

Worthington, E., & Drinkard, D. (2000). Promoting reconciliation through psyhoeducational and therapeutic interventions. *Journal of Marital and Family Therapy*, 26(1), 93-101.

Worrell, J. (1993). Gender in close relationships: Public policy vs. personal prerogative. *Journal of Social Issues*, 49, 203-218.

Wyer, R., & Srull, T. (1994). *Handbook of Social Cognition*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Assoc.

Wynne, L.C., & Wynne, A.R. (1986). The quest for intimacy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 12, 383-394.

Yin, R. (1989). *Case study research – Design and methods*. London: Sage Publications.

Young, A., & Acitelli, L. (1998). The role of attachment style and relationship status of the perceiver in the perceptions of romantic partner. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15, 161-173.

Zak, A., Gold, J., Ryckman, R., & Lenney, E. (1998). Assessments of trust in intimate relationships and the self-perception process. *The Journal of Social Psychology*, 138(2), 217-228.

Zuo, J. (1997). The effect of men's breadwinner status on their changing gender beliefs. *Sex Roles*, 37 (9/10), 799-816.

* Bibliografia citada nas fontes consultadas, mas não consultada directamente.

Índice de Figuras

Capítulo I

Capítulo II

Capítulo IV

Capítulo VI

Índice de Quadros

Capítulo IV

Capítulo V

Capítulo VI

Capítulo VII

Índice de Gráficos

Capítulo V

Capítulo VI

Capítulo VII

Resumo

A presente investigação insere-se no contexto da Psicologia da Família, e tem como finalidade última o estudo da relação entre conjugalidade e género.

Na primeira parte do trabalho é apresentada uma revisão de literatura que abrange as seguintes áreas: a análise da especificidade das relações de conjugalidade, relativamente a outras relações interpessoais como sejam as de vinculação e as de intimidade, integradas nos modelos e teorias mais importantes; a problemática inerente aos conceitos de sexo e género, destacando a importância dos estereótipos e papéis de género; a vivência da conjugalidade no feminino e no masculino no que se refere a papéis familiares e profissionais e a processos cognitivos, afectivos e comportamentais.

A segunda parte do trabalho refere-se ao estudo empírico realizado. Neste estudo foi utilizada uma abordagem qualitativa, combinando metodologia quantitativa e qualitativa de recolha e análise de dados. Foram realizados, após estudos de adaptação dos instrumentos - *Relational Dimensions Instrument* (Fitzpatrick, 1988, 1995); *Inventory of Specific Relationship Standards* (ISRS-III, Baucom, Epstein, Rankin, & Burnett, 1993, 1999); *Personal Attributes Questionnaire* (Spence & Helmreich, 1978; Spence, 1993) - três estudos empíricos preliminares com amostras de adultos casados. Foi, também, realizado um estudo comparativo de casos, utilizando-se para o efeito, uma amostra de trinta casais que conciliavam os papéis conjugais, parentais e profissionais. Os métodos de recolha de dados consistiram numa entrevista semi-estruturada e em quatro escalas de auto-avaliação (relativas, respectivamente, a atributos de género, a estilos de vinculação, a padrões conjugais e a definições relacionais).

O nosso estudo revelou: 1) a diversidade e complexidade inerentes às diferentes conjugalidades; 2) a diferença que existe na comparação entre grupos de homens e mulheres casados, e a dinâmica que se gera quando a unidade de análise é o casal, e se consideram as semelhanças e diferenças de género; 3) que os processos cognitivos, afectivos e comportamentais na conjugalidade estão fortemente inter-relacionados, sendo que a ideologia conjugal e de género se revelaram as variáveis mais significativas; 4) que o nosso sistema de análise permitiu distinguir os casais em função dos *esquemas* conjugais e, daí, retirar implicações para intervenção preventiva e clínica.

Abstract

The present investigation, inserted in the field of Family Psychology, has the purpose of studying the relationship between marital life and gender.

In the first part we present a literature revision covering the following areas: the specificity of marital relationships concerning other interpersonal relationships like attachment and intimacy; the problematic concerning sex and gender concepts, emphasizing the importance of gender stereotypes and gender roles; the feminine and masculine ways of living marital relationships, concerning family and professional roles and a set of cognitive, affective and behavioral processes.

The second part of this research refers to the empirical study. Based on a qualitative approach, we collected and analysed data through quantitative and qualitative methodology. After the validation studies of the *Relational Dimensions Instrument* (Fitzpatrick, 1988, 1995), the *Inventory of Specific Relationship Standards* (ISRS-III, Baucom, Epstein, Rankin, & Burnett, 1993, 1999) and the *Personal Attributes Questionnaire* (Spence & Helmreich, 1978; Spence, 1993), we have done three preliminary studies with a sample of married adults. Then, with the aim of better understanding the processes underlying marriage and gender, we have done a comparative cases study with a sample of thirty two-income couples that are also parents. As methods of collecting data we have used a semi-structured interview, and also, four self-report scales to evaluate gender attributes, couples' standards for marital relationships, relational definitions of marriage, and attachment styles.

Results indicate: 1) the diversity and complexity of marriages; 2) that, in studying gender is completely different comparing groups of married men and married women and studying the couple as the unity of analysis; 3) that the behavior, cognitive and affective processes are strongly interlined, and that couple's and gender' ideology are the most significant variables; 4) that our analyse system made possible to distinguish couples by marital schemata and provided several implications for marital therapy and prevention.